

Termo de Referência 28/2023

Informações Básicas

Número do TR	UASG	Editado por	Atualizado em
28/2023	110404-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA	YURI ARAUJO CASSIMIRO	09/08/2023 18:17 (v 27.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados; 16/2023	60414.001285/2022-80	

1. Definição do objeto

1.1. Contratação de serviços de Engenheiro Civil, Engenheiro Mecânico, Supervisor Administrativo - Nível I e Supervisor Administrativo Técnico Especializado - Nível II, mediante o Sistema de Registro de Preço, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO /ESPECIFICAÇÃO	CARGA HORÁRA SEMANAL	CBO	CATSER	UND.  MEDIDA	QUANTIDADES				VALOR ESTIMADO		
							Qtd (MD UASG 110404)	Qtd (MAPA UASG 130005)	Qtd (CENSIPAM UASG 160088)	TOTAL	UNITÁRIO	MENSAL	ANUAL
1	1	Serviço de natureza continuada de <b>Engenheiro Civil</b> , sob o regime de dedicação exclusiva de mão de obra.	44 horas.	2142-05	5380	Posto	50	50	01	101	R\$ 25.432,19	R\$ 2.568.651,33	R\$ 30.823.816,00
	2	Serviços de <b>Diária</b> (alimentação e estada).			5380	Serviço	1500	2400	192	4092	R\$ 444,48	R\$ 151.567,04	R\$ 1.818.804,52
	3	Serviços de <b>Deslocamento</b> (trecho de <b>passagem aérea</b> ).			5380	Serviço	600	1.200	68	1868	R\$ 3.652,97	R\$ 568.645,54	R\$ 6.823.746,42
	CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O GRUPO 1												R\$ 39.466.366,94

2	4	Serviço de natureza continuada de <b>Engenheiro Mecânico</b> , sob o regime de dedicação exclusiva de mão de obra.	44 horas.	2444-05	5380	Posto	02	00	01	03	R\$ 25.432,19	R\$ 76.296,57	R\$ 915.558,89
	5	Serviços de <b>Diária</b> (alimentação e estada).			5380	Serviço	60	00	192	252	R\$ 444,48	R\$ 9.334,04	R\$ 112.008,49
	6	Serviços de <b>Deslocamento</b> (trecho de passagem aérea).			5380	Serviço	24	00	68	92	R\$ 3.652,97	R\$ 28.006,10	R\$ 336.073,16
	CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O GRUPO 2												R\$ 1.363.640,54
3	7	Serviço de natureza continuada de <b>Supervisor Administrativo - Nível I</b> , sob o regime de dedicação exclusiva de mão de obra.	44 horas.	4101-05	5380	Posto	60	25	00	85	R\$ 7.920,33	R\$ 673.227,78	R\$ 8.078.733,31
	8	Serviços de <b>Diária</b> (alimentação e estada).			5380	Serviço	1800	750	00	2550	R\$ 444,48	R\$ 94.451,60	R\$ 1.133.419,24
	9	Serviços de <b>Deslocamento</b> (trecho de passagem aérea).			5380	Serviço	720	300	00	1020	R\$ 3.652,97	R\$ 310.502,38	R\$ 3.726.028,56
	CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O GRUPO 3												R\$ 12.938.181,11
	10	Serviço de natureza continuada de <b>Supervisor Administrativo Técnico Especializado - Nível II</b> , sob o regime de dedicação exclusiva de mão de obra.	44 horas.		5380	Posto	20	50	00	70	R\$ 12.438,,80	R\$ 870.715,77	R\$ 10.448.589,18

4	11	Serviços de <b>Diária</b>  (alimentação e estada).	4101-05	5380	Serviço	600	1500	00	2100	R\$ 444,48	R\$ 77.783,67	R\$ 933.404,08
	12	Serviços de <b>Deslocamento</b>  (trecho de passagem aérea).		5380	Serviço	240	600	00	840	R\$ 3.652,97	R\$ 255.707,84	R\$ 3.068.494,11
	CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O GRUPO 4											R\$ 14.450.487,37
CUSTO TOTAL ESTIMADO										R\$ 68.218.675,96		

GRUPO	ITEM	MD - UASG 110404	MAPA - UASG 130005	CENSIPAM - UASG 160088
		Quantidade mínima inicial de postos a ser contratado	Quantidade mínima inicial de postos a ser contratado	Quantidade mínima inicial de postos a ser contratado
1	1	33	25	01
	2	990	600	70
	3	396	300	44
2	4	01	00	01
	5	30	00	70
	6	12	00	40
3	7	51	06	00
	8	1530	188	00
	9	612	75	00
4	10	01	12	00
	11	30	375	00
	12	12	150	00

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar - ETP.

1.3. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme o art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

1.3.1. O Contrato decorrente da Ata de Registro de Preço terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contida, conforme Parágrafo único do caput supramencionado.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do Contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.4.1. Conforme o que determina o art. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, a autoridade competente do órgão deverá atestar que as condições e o preço contratado, ainda permanecem com a maior vantajosidade econômica para a Administração Pública, em razão da contratação plurianual, e devendo ainda atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção, de modo a viabilizar a prorrogação do Contrato. Tendo a possibilidade ainda de extinguir o Contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para a sua continuidade ou quando entender que o Contrato não lhe oferecer vantagens. Respeitando os Princípios regidos pelo art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

1.4.2. A contagem dos meses e anos, referente a presente contratação, deve se dar de data a data, de modo que se iniciem no mesmo dia em que foi assinado o Contrato até o dia de igual número, e, caso não haja correspondência, no dia imediatamente posterior, de acordo com o Parecer nº 00035/2013/DECOR/CGU/AGU.

1.4.3. O prazo de vigência previsto em Termo Aditivo de Prorrogação, para a presente contratação, será iniciado no dia subsequente ao término da vigência do Contrato original, ainda que a sua assinatura e formalização ocorram no último momento da vigência do Contrato originário, de acordo com o Parecer nº 00035/2013/DECOR/CGU/AGU.

1.5. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que os serviços técnicos auxiliares, instrumentais, acessórios e/ou complementares visam atender à necessidade pública de forma permanente, por mais de um exercício financeiro, de modo que a sua interrupção pode comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional no atendimento às necessidades do Programa Calha Norte - PCN, bem como visando atendimento ao Princípio da Continuidade do Serviço Público, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar - ETP.

1.6. O Contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.7. Há viabilidade técnica para parcelamento do objeto por grupo e não por itens, tendo em vista a necessidade a contratação de serviços de passagens e diárias, coordenadamente, ao pagamento do salário do funcionário, poderão inviabilizar a execução do

objeto, demonstrando a inviabilidade de se promover a adjudicação por item. Neste contexto vencerá o grupo de empresa vencedora em todos os itens. Conforme a justificativa que encontram-se em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

#### **Da proposta**

1.8. As propostas do item 1 (um) do **Grupo 1**, do item 1 (um) do **Grupo 2**, do item 1 (um) do **Grupo 3** e do item 1 (um) do **Grupo 4**, não deverão ser inferiores ao previsto na Convenção Coletiva de Trabalho para o posto de trabalho correspondente.

1.9. Para os itens 2 (dois) e 3 (três) do **Grupo 1**, os itens 2 (dois) e 3 (três) do **Grupo 2**, os itens 2 (dois) e 3 (três) do **Grupo 3** e os itens 2 (dois) e 3 (três) do **Grupo 4**, da tabela acima, as licitantes **devem** possuir o conhecimento que se constituem nos valores das indenizações a serem pagas **eventualmente**, conforme a demanda, **obrigatoriamente por meio de Nota Fiscal – NF** e serão ressarcidos, apenas, com a incidência do Fato Gerador, ou seja, caso ocorram de forma concomitante e eventualmente com as necessidades dos deslocamentos dos funcionários, conforme previsto no Anexo IV - Histórico de Consumo > Histórico de Custos por Deslocamento do apêndice deste Termo de Referência.

1.10. As empresas licitantes deverão ofertar propostas, bem como cotar a quantidade total para todos os itens do grupos. Neste contexto, haverá apenas uma pessoa jurídica vencedora por grupo.

1.10.1. As empresas licitantes **deverão** ofertar lances para os itens 3 (três) dos **Grupos 1 ao 4**, sendo que a CONTRATADA deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos e/ou valores de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta, não seja satisfatório para o atendimento da compra de passagens aéreas.

1.10.2. As empresas licitantes **deverão** ofertar lances para os itens 2 (dois) dos **Grupos 1 ao 4**, sendo que a CONTRATADA deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos e/ou valores de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta, não seja satisfatório para o atendimento do serviço, devendo observar o valor mínimo de R\$ 381,14 para mantimento do colaborador quando designado para serviços fora da sede de trabalho.

#### **Atividades auxiliares, instrumentais, acessórias e/ou complementares:**

1.11. A fundamentação legal quanto as atividades auxiliares, instrumentais, acessórias e/ou complementares que podem ser realizadas por trabalhadores terceirizados encontram-se em subtópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

#### **Adesão a Ata de Registro de Preço e Limites para as adesões:**

1.12. Durante a vigência da Ata, outros Órgãos e as Entidades da Administração Pública **não poderão** aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participantes, de acordo com os limites quantitativos previstos no item 6.20.1., 6.20.2 e 6.20.3 do Estudo Técnico Preliminar.

1.13. A Ata de Registro de Preços balizará demais informações para os Órgãos e as Entidades da Administração Pública Federal não participantes.

## **2. Fundamentação da contratação**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2023 – PCA 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) **ID PCA no PNCP:** 03277610000125-0000002/2023;

II) **Data de publicação no PNCP:** 13/02/2023;

III) **Id do item no PCA:** 808;

IV) **Classe/Grupo:** 911 – Serviços Administrativos do Governo; e

V) **Identificador da Futura Contratação:** 110404\_16/2023.

### 3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### 4. Requisitos da contratação

#### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A CONTRATADA deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e em conformidade com o art. 5º da Lei nº 14.133/2021, com o art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010, Critérios e práticas de sustentabilidade e com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS, DECOR/CGU/AGU, 5ª edição, revista, atualizada, ampliada – Agosto/2022.

#### Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### Garantia da contratação

4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do Contrato.

4.4. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária terá prazo de um mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do Contrato.

4.5. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do Contrato.

4.6. O Contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

#### Vistoria

4.7. A avaliação prévia do local de execução dos serviços **é facultativa** para o conhecimento do local de trabalho onde os colaboradores serão alocados, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado do Departamento do Programa Calha Norte (DPCN), por meio do *e-mail*: pcn@defesa.gov.br e telefone: (61) 2023-5111/5522, de **Segunda-feira à Sexta-feira, das 09h00m às 12h00m e das 14h00m às 17h00m, precedendo até o último dia útil da data da Seção Pública.**

4.7.1. Certifica-se que a vistoria **não é onerosa** nem cria condições restritivas à competitividade, tendo por finalidade, tão somente, franquear a oportunidade para que os licitantes exerçam o direito ao exame "in loco" para conhecimento das instalações do DPCN/SG/MD, não podendo alegar, nas fases licitatória e contratual, o desconhecimento das condições de trabalho como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas.

4.7.2. Será permitido que eventuais vistorias solicitadas pelas licitantes sejam representadas por qualquer preposto das licitantes.

- 4.8. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 4.9. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 4.9.1. A vistoria apenas será iniciada após a devida identificação do representante da empresa junto à Coordenação de Segurança – COSEG, deste Ministério da Defesa - MD;
- 4.9.2. As vistorias serão sempre realizadas com um licitante por vez, não sendo permitida a vistoria em grupo de empresas;
- 4.9.3. O prazo estipulado para a realização da vistoria facultativa é aquele entre a data de divulgação do edital até o último dia útil anterior ao da data prevista para abertura da fase de lances;
- 4.9.4. É de responsabilidade exclusiva da empresa licitante a observância dos prazos supracitados e o agendamento da vistoria com a antecedência necessária à sua realização, não podendo alegar insuficiência de prazo para a sua realização;
- 4.9.5. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha o real conhecimento e condições de bem elaborar sua proposta;
- 4.9.6. A licitada deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições do local de trabalho para o cumprimento pleno das obrigações objeto da licitação;
- 4.9.7. É permitido que eventuais vistorias possam ser realizadas por qualquer preposto da licitante, a fim de ampliar a competitividade do certame, acompanhado por representante deste Ministério da Defesa, designado para esse fim;
- 4.9.8. A vistoria não é onerosa, todavia as despesas decorrentes da vistoria correrão por conta da licitante. No caso de a sede da empresa localizar-se fora do Distrito Federal, a licitante poderá indicar formalmente um representante legal para representá-la;
- 4.9.9. A vistoria facultativa, não cria condições restritivas à competitividade, tendo por finalidade, tão-somente, franquear a oportunidade para que as licitadas exerçam o direito ao exame “*in loco*”, já que, nas fases licitatória e contratual, não poderão alegar o desconhecimento de condições e do grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas;
- 4.9.10. A realização da vistoria não se consubstancia em condição para a participação na licitação, as licitantes cientes de que após apresentação das propostas não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores no sentido da inviabilidade de cumprir com as obrigações, face ao desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas; e
- 4.9.11. Para realização da vistoria facultativa, o agendamento deverá ser realizado previamente pelo telefone (61) 2023-5832 e/ou pelo endereço de e-mail: [camila.carvalho@defesa.gov.br](mailto:camila.carvalho@defesa.gov.br) com a responsável **Camila Carvalho S., Integrante Técnica**.
- 4.10. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme o que prescreve o § 3º, art. 63 da Lei nº 14.133/2021;
- 4.11. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o CONTRATADO assumir os ônus dos serviços decorrentes.

#### **Orientações para preenchimento e envio da Planilha de Custos e Formação de Preços**

- 4.12. A planilha deverá permanecer fidedignamente aos moldes do Anexo VII-D da Instrução Normativa MPDG nº 05/2017, alterada pela Instrução Normativa MPDG nº 07, de 20 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022, por motivos de força maior.
- 4.13. A licitada deverá, obrigatoriamente, realizar o preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços, seguindo as seguintes orientações:
- 4.13.1. Estabelecer base de cálculo para:
- 4.13.1.1. Salário Base;
- 4.13.1.2. Adicional de insalubridade e periculosidade, se for o caso;

4.13.1.3. Submódulo 2.1;

4.13.1.4. Submódulo 2.2;

4.13.1.5. Submódulo 2.3;

4.13.1.6. Módulo 3;

4.13.1.7. Módulo 4;

4.13.1.8. Módulo 5, quando for o caso;

4.13.1.9. Módulo 6

4.13.1.10. Custos indiretos/despesas administrativas;

4.13.1.11. Lucro; e

4.13.1.12. Tributos

4.13.2. Fixar percentuais máximos unitários.

4.13.3. Encaminhamento da planilha de custos no formato Excel (aos moldes do Anexo VII-D da IN/SEGES – MPDG nº 5 /2017), no que couber, com memória de cálculo e cédula destravada;

4.13.4. Preenchimento do Quadro 2.

4.13.5. Preenchimento do Quadro 3.

4.13.6. Preenchimento do Quadro 4.

4.13.7. Na elaboração da Planilha de Custo e Formação de Preços, quando a Licitante tributada pelo regime de incidência não cumulativa de PIS e COFINS, deverá detalhar os componentes dos seus custos as alíquotas médias efetivamente recolhidas dessas contribuições.

4.13.8. As empresas submetidas a tal regime, conforme normativos vigentes, podem realizar o abatimento de créditos apurados com base em custos, despesas e encargos, tais como insumos, aluguéis de máquinas e equipamentos, vale transporte, dentre outros, fazendo com que os valores dos tributos efetivamente recolhidos sejam inferiores às alíquotas de 1,65% (PIS) e 7,60% (COFINS).

4.13.9. Para a **comprovação** das alíquotas médias efetivas, poderão ser exigidos os documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS **dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou outro meio hábil, em que seja possível demonstrar as alíquotas médias efetivas.**

4.13.10. A comprovação das alíquotas médias efetivas deverá ser feita no momento da repactuação ou da renovação contratual a fim de se promover os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos de PIS e COFINS.

#### **Da saúde e segurança do trabalhador:**

4.14. A CONTRATANTE compete observar a importância do Decreto-Lei nº 5.454, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977, a Norma Reguladora nº 6 – Equipamentos de Proteção Individual – EPI, a Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2023 nº 000037/2023, CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA – FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPI e demais Atos Normativos que visam a segurança, integridade e bem-estar dos empregados.

4.15. Desta forma, o próprio Departamento do Programa de Calha Norte – DPCN, disponibilizará materiais e equipamentos de segurança aos empregados, quando o caso assim o exigir.

4.15.1. Os empregados deverão, obrigatoriamente, utilizar todos os Equipamentos de Proteção Individual – EPI necessários para a fiscalização da obra, quando o caso assim exigir a segurança do mesmo.

#### **Deslocamentos (passagens aéreas) e diárias (alimentação e estada):**



4.16. As atividades de apoio à gestão e fiscalização do Programa Calha Norte - PCN são necessárias para a realização de despesas de deslocamentos (passagens aéreas) e diárias (alimentação e estada).

4.17. As viagens não serão definidas de forma rotineiras, tampouco no orçamento apresentado junto a proposta comercial, uma vez que sua previsibilidade é incerta, cujas despesas com deslocamentos (passagens aéreas) serão definidas com o caso concreto.

4.18. As despesas serão medidas, a partir da ocorrência do **Fato Gerador**, nos valores correspondentes aqueles propostos pela CONTRATADA em sua proposta ganhadora, para pagamento destes itens.

4.19. A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, possibilitar que a fiscalização quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus Contratos, ocorra de forma transparente.

4.20. A formatação das planilhas deverá coincidir com as formatações adotadas nas planilhas apresentadas em apenso a este Termo de Referência.

4.21. A CONTRATADA deverá observar as instruções de preenchimento constantes neste Termo de Referência.

4.22. Todas as planilhas deverão ser enviadas, também, em formato eletrônico (Excel), para fins de verificação do critério de aceitabilidade de preços unitários e totais.

4.23. Desta forma, as despesas diretas a serem pagas, decorrentes das necessidades futuras e eventuais dos serviços, devidamente planejados, justificados e autorizados pela CONTRATANTE, por meio de Ordem de Serviço – OS, Anexo VIII do apêndice deste Termo de Referência, mediante comprovação, serão as seguintes:

4.23.1. **Deslocamentos (passagens aéreas):**

4.23.1.1. Este tipo eventual de despesa contemplará, somente, os gastos com o fornecimento de **passagens aéreas** (ida e volta) para alocação dos colaboradores nos locais definidos pelo Departamento do Programa Calha Norte – DPNC, fora do Distrito Federal – DF.

4.23.1.2. A CONTRATADA **comprará** passagens aéreas para o futuro e eventual deslocamento dos seus empregados, ao prestarem os serviços fora das instalações da AC/MD, realizando às despesas dos deslocamentos, somente, nos seguintes parâmetros:

4.23.1.2.1. A CONTRATADA deverá realizar a aquisição das passagens aéreas;

4.23.1.2.2. Os deslocamentos terão duração curta, entre 2 (dois) a 5 (cinco) dias, e serão realizadas, preferencialmente, em dias úteis;

4.23.1.2.3. Não haverá incidência do BDI por ocasião do ressarcimento dos valores referentes aos deslocamentos;

4.23.1.2.4. A CONTRATADA será notificada previamente pela CONTRATANTE, por meio de Ordem de Serviço – OS, Anexo VII do apêndice deste Termo de Referência, solicitando a emissão das passagens, somente quando necessário;

4.23.1.2.5. Requerendo a aquisição dos serviços das passagens aéreas (ida e volta), conforme Ordem de Serviço – OS, Anexo VII do apêndice deste Termo de Referência, com antecedência de até 10 (dez) dias a contar do 1º (primeiro) dia da **realização do serviço**, visando de mão de obra nas áreas definidas;

4.23.1.2.6. A CONTRATADA deverá atender à solicitação de **compras das passagens aéreas**, dentro da conveniência dos horários definidos pelo Departamento do Programa de Calha Norte – DPNC, observando o Princípio da Economicidade (menor preço) para a Administração Pública e dentro do limite de valor apresentado em sua proposta, **no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas estipuladas na Ordem de Serviço – OS, Anexo VII do apêndice deste Termo de Referência;**

4.23.1.2.7. Em caso de não atendimento referente a compra das passagens aéreas (ida e volta) no prazo e data estipulada, a CONTRATADA deverá informar de **forma imediata**, os reais motivos das falhas e impedimentos do prolongamento, ficando obrigada a efetuar a compra no **último prazo máximo prorrogável** de até 12 (doze) horas antecedentes do deslocamento;

4.23.1.2.8. A CONTRATADA deverá arcar com o ônus decorrente de sua incúria, caso deixe de atender as solicitações requeridas pela CONTRATANTE, para a contratação dos serviços de deslocamento (passagens aéreas);

4.23.1.2.9. O(s) valor(es) pago(s) a título(s) do(s) deslocamento(s), somente, serão pagos pela CONTRATANTE à CONTRATADA mediante a apresentação da Nota Fiscal – NF da compra das passagens aéreas e a emissão da Nota Fiscal - NF

por parte da empresa contratada referente aos serviços de deslocamento prestado, juntamente com a Ordem de Serviço recebida pela empresa contratada, atestada pelo Fiscal do Contrato formalmente designado pela CONTRATANTE, na ocorrência do seu Fato Gerador, assim que apresentada pela CONTRATADA;

4.23.1.2.10. As empresas licitantes deverão apresentar, na fase de Apresentação de Propostas e Lances, conforme inciso III, art. 17 da Lei nº 14.133/2021, as Planilhas do Anexo III – Cargos (Postos) do apêndice deste Termo de Referência, contendo o valor total dos itens;

4.23.1.2.11. O valor real para dimensionar os custos referente aos deslocamentos, foram baseados em série histórica e devidamente justificadas, conforme Anexo IV– Histórico de Consumo, apêndice deste Termo de Referência; e

4.23.1.2.12. A empresa licitante deverá cotar a quantidade total de cada item do grupo.

#### 4.23.2. Diárias (alimentação e estada):

4.23.2.3.1. Este tipo eventual de despesa contemplará, somente, os gastos com **alimentação e estada** para os colaboradores, durante as realizações das atividades externas definidas pelo Departamento do Programa de Calha Norte – DPCN, fora do Distrito Federal – DF.

4.23.2.3.2. A CONTRATADA **pagará** diárias de viagens aos seus empregados que prestarem serviços, fora das instalações da Contratante, por dia de deslocamento no valor de **R\$ 381,14 (trezentos e oitenta e um reais e quatorze centavos)** (dependendo da localidade) x nº dias em missão fora das instalações da AC/MD, para fazer jus às despesas com alimentação e estada, somente, nos seguintes parâmetros:

4.23.2.3.2.1. A CONTRATADA será notificada previamente pela CONTRATANTE, por meio de Ordem de Serviço – OS, Anexo VII do apêndice deste Termo de Referência, solicitando a prestação dos serviços de diárias fora das instalações da AC/MD, somente quando necessário;

4.23.2.3.2.2. A CONTRATADA será notificada previamente pela CONTRATANTE, solicitando a prestação de serviço fora de sede, quando necessário, e requerendo a aquisição dos serviços de diárias, conforme Ordem de Serviço – OS, Anexo VII do apêndice deste Termo de Referência, com antecedência mínima de até 10 (dez) dias a contar do 1º (primeiro) dia da **realização do serviço**;

4.23.2.3.2.3. Será devido o pagamento de uma **diária completa** de viagem para cada dia completo de deslocamento que implique em pernoite;

4.23.2.3.2.4. Será devido pagamento, em caso de hipótese de deslocamento para a localidade fora das dependências da AC/MD, para cada dia que não resulte em pernoite, o pagamento de ½ (**meia**) diária;

4.23.2.3.2.5. A CONTRATADA deverá efetuar o pagamento das diárias de viagem ao colaborador designado até, no prazo de limite máximo 24 (vinte e quatro) horas do dia anterior ao do deslocamento;

4.23.2.3.2.6. Para fins de pagamento da Nota Fiscal – NF mensalmente, serão glosados os valores referentes ao auxílio alimentação e auxílio transporte, definidas na Convenção Coletiva de Trabalho das referidas categorias, objeto desta contratação, na Nota Fiscal – NF do posto do empregado, nos dias em que estiver em atividades externa, fora das dependências da AC/MD, tendo em vista que a diária contempla valores para os gastos alimentícios e estada, evitando, assim, duplicidade de despesas;

4.23.2.3.2.7. A CONTRATADA deverá atender, até a data do deslocamento para as prestações dos serviços fora das dependências da AC/MD, a solicitação de diárias estipuladas na Ordem de Serviço – OS, Anexo VII do apêndice deste Termo de Referência, emitida pela CONTRATANTE;

4.23.2.3.2.8. A CONTRATADA deverá arcar com o ônus decorrente de sua incúria, caso deixe de atender as solicitações requeridas pela CONTRATANTE, para a contratação dos serviços de diárias (alimentação e estada);

4.23.2.3.2.9. Na hipótese de cancelamento de viagem anteriormente fidedignamente programada e devidamente comunicada, cabe à CONTRATANTE, com a maior brevidade possível, para que, se for o caso, o empregado restitua à empresa as diárias recebidas antecipadamente;

4.23.2.3.2.10. O(s) valor(es) pago(s) a título(s) da(s) diária(s) de viagem, somente, serão pagos pela CONTRATANTE à CONTRATADA mediante a emissão e apresentação da Nota Fiscal – NF, da prestação do referido serviço e comprovação dos valores efetivamente pagos ao colaborador, atestado pelo Fiscal do Contrato formalmente designado pela CONTRATANTE, na ocorrência do seu Fato Gerador, logo após o serviço, assim que apresentada pela CONTRATADA;

4.23.2.3.2.11. As empresas licitantes deverão apresentar, na fase de Apresentação de Propostas e Lances, conforme inciso III, art. 17 da Lei nº 14.133/2021, as Planilhas do Anexo III – Cargos (Postos) do apêndice deste Termo de Referência, contendo o valor total dos itens;

4.23.2.3.2.12. O valor real para dimensionar os custos referentes as diárias, foram baseados de acordo com o Decreto nº 11.117, de 1º de julho de 2022, inserido na planilha do Anexo III – Cargos (Posto) > Planilha de formação de custos dos serviços de diária e deslocamento, apêndice deste Termo de Referência;

4.23.2.3.2.13. A empresa licitante deverá cotar a quantidade total de cada item do grupo; e

4.23.2.3.2.14. Os valores das diárias (alimentação e estada), constantes nas propostas das empresas licitantes, **deverão observar o Decreto nº 5.992/06 alterado pelo Decreto nº 11.117, de 2022**, devendo a licitante vencedora arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta.

#### **Da segurança Institucional:**

4.24. A CONTRATADA deverá entregar à AC/MD, um portfólio de cada funcionário, que prestará serviço na AC/MD, contendo 1 (uma) foto 3X4 (atualizada) e uma cópia da Carteira de Identidade, no ato da assinatura do Contrato.

4.24.1. Observando, ainda, a Instrução Normativa SEORI/SG-MD nº 15, de 27 de fevereiro de 2023, que estabelece os procedimentos para regular o acesso de pessoas nas dependências Bloco “Q” (Edifício-Sede) e do Edifício Anexo ao Bloco “O” do Ministério da Defesa (MD), e para guarda de dados de acesso que integram o serviço de segurança institucional; e

4.24.2. Os ocupantes dos postos de trabalho deverão, obrigatoriamente, durante toda a sua permanência nas instalações da AC/MD manter utilização crachás de forma visível e que os identifiquem como funcionários da CONTRATADA.

4.25. A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, atender às Normas de Política de Segurança da Informação da Administração Central do Ministério da Defesa – POSIN-MD, conforme a Portaria GM-MD nº 5.659, de 18 de novembro de 2022.

4.26. Assinatura dos **Termos de Responsabilidade** e de **Confidencialidade**, Anexos VIII e IX, respectivamente, e entrega conforme a data estipulada no Cronograma de Realização do Serviço.

4.27. A CONTRATADA demonstrará que assegurará o tratamento de dados pessoais e/ou institucionais quanto a segurança das informações do âmbito da Administração Central do Ministério da Defesa – AC/MD por ela acessadas direta ou indiretamente (acesso aos ativos que contém informações), cumprindo o disposto na POSIN-MD e a observância da Lei geral de Proteção de Dados (LGDP), conforme a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 e suas alterações, quando cabível.

4.28. Os Gestores e/ou Fiscais integrantes ao processo e que serão coautores do tratamento de dados pessoais, manterão os graus de sigilo adequados em relação aos dados pessoais de terceiros.

#### **Das jornadas de trabalho:**

4.29. Em consonância com a legislação e normas que regulam o processo licitatório e visando a racionalização e maior efetividade da gestão e fiscalização contratual, a contratação dos postos de trabalhos abrange os seguintes requisitos básicos:

##### **4.29.1. Para o Engenheiro Civil:**

4.29.1.1. 44 (quarenta e quatro) horas semanais de acordo com a Cláusula Terceira – Condições Gerais > Piso Salarial, da Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2025 nº DF000372/2023.

##### **4.29.2. Para o Engenheiro Mecânico:**

4.29.2.1. 44 (quarenta e quatro) horas semanais de acordo com a Cláusula Terceira – Condições Gerais > Piso Salarial, da Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2025 nº DF000372/2023.

##### **4.29.3. Para o Supervisor Administrativo – Nível I:**

4.29.3.1. 44 (quarenta e quatro) horas semanais de acordo com a Cláusula Trigésima Oitava – Jornada de Trabalho, da Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2023 nº DF000037/2023.

4.29.3.2. A CONTRATADA deverá observar todos os Parágrafos da referida Cláusula.

**4.29.4. Para o Supervisor Administrativo – Nível II:**

4.29.4.1. 44 (quarenta e quatro) horas semanais de acordo com a Cláusula Trigésima Oitava – Jornada de Trabalho, da Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2023 nº DF000037/2023.

4.29.4.2. A CONTRATADA deverá observar todos os Parágrafos da referida Cláusula.

4.30. A jornada de trabalho deverá basear-se nas Convenções Coletivas de Trabalho das categorias economicamente envolvidas e, entretanto, verifica-se, ainda, que a empresa CONTRATADA deverá ajustá-la sob orientação técnica de seus Gestores e Fiscais de Contrato, observadas as exigências e obrigações estabelecidas nos instrumentos que regem esta contratação e em conformidade com os horários definidos pela Administração.

**Banco de Horas excedentes**

4.31. A principal função do banco de horas excedente é permitir que a empresa e o funcionário tenham uma maior flexibilização e autonomia da jornada de trabalho, junto a especificidade única e particular do Departamento Programa Calha Norte – DPCN.

4.32. O sistema de compensação de jornada tem o objetivo de viabilizar a adoção da compensação por banco de horas excedente para o empregado, substituindo o pagamento do adicional de horas extras por folgas compensatórias ou diminuição de horas da jornada.

4.33. As horas excedentes no banco de horas para posteriores folgas compensatórias ou diminuição de horas da jornada terá os seguintes critérios mínimos:

4.33.1. Somente em casos excepcionais quando ocorrer os casos eventuais das viagens para as localidades pré-determinadas da área de atuação do Programa Calha Norte – PCN, nos serviços de deslocamento e diárias, e unicamente autorizados pela autoridade competente do Departamento Programa Calha Norte – DPCN (Diretor ou seu substituto imediato);

4.33.1.1. Deverá ser informado para a CONTRATADA previamente, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas anteriores as compensações, mediante documento formalizado e assinado pelos responsáveis do Contrato.

4.33.2. Nos casos que houverem as compensações, essas deverão obrigatoriamente serem gozadas até ao final do mês subsequente, desde que não exceda, o período máximo de 30 (trinta) dias, podendo ou não ser acumuladas com o objetivo de serem vinculadas e/ou emendadas junto com férias, feriados, dispensas, licenças, pontos facultativos, concessões e entre outros a critério da autoridade competente junto à gestão do Contrato.

4.34. As horas negativas ficam em forma de “dívida”, e as positivas em forma de “saldo” positivo.

4.35. O banco de horas excedente deverá ser regulamentado de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, em seu artigo 59, Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de março de 1943.

4.36. O banco de horas poderá ser adotado se tiver previsto na Convenção Coletiva do posto de trabalho.

**4.37. O não atendimento das exigências legais para compensação de jornada (banco de horas), não implicará em posteriores pagamentos de horas extras.**

4.38. O(s) fiscal(is) e/ou gestores do Contrato realizarão anotações próprias para fiscalização, gerenciamento e controle da implementação do banco de horas do empregado, juntamente com preposto da CONTRATADA.

4.39. Ressalta-se que deverão ser respeitados os limites previstos na legislação e/ou na Convenção Coletiva da categoria.

4.40. Será exercido controle efetivo da frequência diária e das horas trabalhadas, exigidos dos fiscais e/ou gestores do Contrato exames detalhados prévios ao atesto das informações contidas no controle de frequência exercidos pelos funcionários da empresa e somente serão efetuados os pagamentos dos períodos efetivamente trabalhados, conforme Acórdão nº 1.330/2008 – TCU – Plenário.

4.41. O excedente de horas não remuneradas entre a carga horária semanal estabelecida e aquela prevista no dissídio da categoria envolvida, ou de horas não remuneradas trabalhadas em um dia, será compensado pela correspondente diminuição em outra jornada diária dentro do mês do Fato Gerador ou, na impossibilidade, no mês subsequente, conforme acordo, Convenção Coletiva de Trabalho da carga envolvida.

4.41.1. A CONTRATADA deverá encaminhar alteração no quadro de empregados, o acordo individual escrito ou o acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho que determine e regule a compensação de horas aos Gestores do Contrato antes do início da execução dos serviços e, durante a execução, sempre que houver alteração posterior; e

4.41.2. Caso haja acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho autorizando a banco de horas, deverá ser apresentado o acordo individual escrito antes do início da execução dos serviços e, durante a execução, sempre que houver alteração posterior.

#### **Do controle de jornada.**

4.42. A CONTRATADA adotará preferencialmente pelo Sistema de Controle de Jornada de Trabalho o controle por Biometria, porém fica facultado a CONTRATADA determinar outros meios alternativos de controle, conforme a Cláusula Quadragésima Terceira - Sistema Alternativo de Controle de Jornada de Trabalho da Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2023 nº DF000037/2023.

4.42.1. Ainda, a CONTRATADA tenha conhecimento do Parágrafo Único da Cláusula Quadragésima Terceira da Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2023 nº DF000037/2023:

*"as partes signatárias reconhecem que o Sistema de Controle de Jornada, ora ajustado, atende as exigências do art. 74, § 2º da Consolidação das Leis do Trabalho e o disposto no art. 2 da Portaria nº. 373 de 25/02/2011, do Ministério do Trabalho e Emprego, desobrigando a instalação do Registrador Eletrônico de Ponto – REP.".*

#### **Da jornada adicional**

4.43. Em casos excepcionais em que a necessidade de funcionamento dos postos de trabalho ultrapasse o horário de expediente, tendo em vista as particularidades intrínsecas do Departamento do Programa Calha Norte - DPCN, a jornada de trabalho poderá ser excedida em até 2 (duas) horas, no máximo, sem pagamento de adicional extraordinário, até o limite das 20 (vinte) horas, sem pagamento de adicional noturno, com compensação em forma de "saldo" positivo no banco de horas excedente.

#### **Da cobertura de férias**

4.44. A alocação de funcionários para cobertura de férias, fora dos períodos indicados acima, dependerá de decisão da CONTRATANTE, mediante comunicação prévia, com emissão de Ordem de Serviço - OS específica.

4.44.1. Deverá repor o posto do funcionário de acordo com as mesmas atribuições, características do posto e funções da mesma CBO para a qual foi contratado.

#### **Da redução da Nota Fiscal - NF por falta de cobertura**

4.45. No período em que o posto de trabalho permanecer sem a efetiva cobertura, o valor da Nota Fiscal – NF será reduzido para retratar o custo dos postos em efetiva operação.

#### **Das vedações - não é permitido:**

4.46. A utilização de equipamentos eletrônicos como: Rádios, equipamentos de som, MP3 ou similares.

4.47. Manter a ordem, a disciplina e o asseio das instalações e demais dependências acessíveis.

4.48. Não consentir utilização de jogos de azar, disputa, algazarra ou passa tempos nas instalações da AC/MD.

4.49. Não é permitida a saída de “ materiais carga” sem a autorização.

4.50. Não é permitida a entrada e/ou consumo de bebidas alcoólicas.

- 4.51. Proibida a entrada de animais nas instalações da AC/MD.
- 4.52. Proibido fumar (cigarros, cigarros eletrônicos, “pods”, vapes, narguilé e entre outros) dentro das instalações da AC/MD.
- 4.53. Proibido ofender a ordem moral, nem encerrar críticas pessoais, políticas ou religiosas a outros servidores e funcionários.
- 4.54. Entrada a andares e/ou setores de área restrita, sem a devida autorização da autoridade competente.
- 4.55. O uso de adereços (tais como: chapéus, bonés, colares, brincos chamativos e camisas de times/equipes/ propaganda política, religiosa ou que façam apologias a crimes).
- 4.56. Portar-se de maneira desleixada tais como: Se exceder nas gesticulações, falar em tom elevado, sentar-se de forma displicente, ausentar-se sem justa necessidade do posto de trabalho no setor definido em período demasiadamente longo.

#### **Requisitos das Contratação:**

- 4.57. Apresentar profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no Conselho Profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, após o firmamento do Contrato e dentro do prazo estabelecido nos itens 5.1.3.1. e 5.1.3.2, também abaixo indicado(s):
- 4.58. Para o **Engenheiro Civil**: Diploma de conclusão de Nível Superior em Engenharia Civil, reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC, na forma da Lei e devidamente registrado e ativo (primário e/ou secundário) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/DF.
- 4.59. Caso o profissional tenha o registro e atividade no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA de outro Estado, o mesmo deverá possuir o visto e/ou transferência para o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal – CREA/DF.
- 4.60. Para o **Engenheiro Mecânico**: Diploma de conclusão de Nível Superior em Engenharia Mecânica, reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC, na forma da Lei e devidamente registrado e ativo (primário e/ou secundário) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/DF.
- 4.61. Caso o profissional tenha o registro e atividade no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA de outro Estado, o mesmo deverá possuir o visto e/ou transferência para o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal – CREA/DF.
- 4.62. Para o **Supervisor Administrativo – Nível I**: Diploma de conclusão de Nível Médio devidamente registrado e reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC.
- 4.63. Para o **Supervisor Administrativo Técnico Especializado – Nível II**: Diploma de conclusão de Nível Superior devidamente registrado e reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC.
- 4.64. Para o Supervisor Administrativo Técnico Especializado - Nível II serão utilizados trabalhadores com Bacharel nas áreas de Direito, Administração, Economia, Contabilidade, Gestão Pública e/ou pós-graduação em Gestão Pública.
- 4.65. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar do serviço objeto do Contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 4.66. Será exigido experiência mínima de trabalho de 2 (dois) anos para os postos de trabalho de Supervisor Administrativo - Nível II de serviços prestados para áreas correlatas à convênios e/ou instrumentos congêneres, desde que seja em campo correlato e esteja diretamente ligado à área de que vá realizar suas atividades (com a aprovação da gestão demandante), conforme dimensionado em subtópico específico no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.
- 4.67. Atendimento a contratação para mulheres vítimas de violência doméstica em percentual mínimo de 8% (oito por cento) das vagas, conforme expresso no art. 3º e demais exigências do Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023, devendo ser observado o § 1º do referido Decreto, aplicando-se a contratos com quantitativos mínimos de vinte e cinco colaboradores.

## **5. Modelo de execução do objeto**

### **Condições de execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: Até 5 (cinco) dias da assinatura do Contrato;

5.1.1.1. Os serviços demandados estão previstos para serem iniciados na 1º quinzena de setembro de 2023.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1. Para os serviços de Engenharia Civil: O posto de **Engenheiro Civil** será executado de acordo com as atribuições, descrições, características e exigência do cargo definidos em sua respectiva Pasta de Cargos (**Anexo III – Cargos (Postos) > Pasta Engenheiro Civil**), sendo-lhes vedado executar qualquer uma das atividades previstas no art. 3º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, e suas alterações por meio do Decreto nº 10.183, de 20 de dezembro de 2019.

5.1.2.2. Para os serviços de Engenharia Mecânica: O posto de **Engenheiro Mecânico** será executado de acordo com as atribuições, descrições, características e exigências do cargo definidos em sua respectiva Pasta de Cargos (**Anexo III – Cargos (Postos) > Pasta Engenheiro Mecânico**), sendo-lhes vedado executar qualquer uma das atividades previstas no art. 3º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, e suas alterações por meio do Decreto nº 10.183, de 20 de dezembro de 2019.

5.1.2.3. Para os serviços de Supervisores Administrativo – Nível I: O posto de **Supervisor Administrativo – Nível I** será executado de acordo com as atribuições, descrições, características e exigências do cargo definidos em sua respectiva Pasta de Cargos (**Anexo III – Cargos (Postos) > Pasta Supervisor Administrativo – Nível I**), sendo-lhes vedado executar qualquer uma das atividades previstas no art. 3º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, e suas alterações por meio do Decreto nº 10.183, de 20 de dezembro de 2019.

5.1.2.4. Para os serviços de Supervisores Administrativo – Nível II: O posto de **Supervisor Administrativo – Nível II** será executado de acordo com as atribuições, descrições, características e exigências do cargo definidos em sua respectiva Pasta de Cargos (**Anexo III – Cargos (Postos) > Pasta Supervisor Administrativo – Nível II**), sendo-lhes vedado executar qualquer uma das atividades previstas no art. 3º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, e suas alterações por meio do Decreto nº 10.183, de 20 de dezembro de 2019.

5.1.2.5. Os serviços de Engenharia Civil, Engenharia Mecânica, Supervisor Administrativo – Nível I e Supervisor Administrativo – Nível II poderão ser executados fora das dependências deste órgão, conforme especificidade singular na fiscalização das obras e serviços, especificamente e tão somente na área de atuação do Programa Calha Norte (PCN), deste que não seja nas dependências da CONTRATADA.

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços:

5.1.3.1. Para efeito de planejamento, o cronograma das ações seguirá a seguinte ordem para os postos de **Engenheiros Civis e Mecânicos**:

CRONOGRAMA		
Ordem	Eventos	Prazo
1	Assinatura do Contrato.	Em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da notificação para tal.
2	1. Apresentação do preposto à AC/MD, para firmar, juntamente com a fiscalização, o Termo de Abertura do Livro; e de Ocorrências, destinado ao assentamento das principais ocorrências durante a execução do Contrato relativo à sua competência.	Em até 5 (cinco) dias após a assinatura do Contrato.
3	1. Apresentação dos requisitos de qualificação profissional; 2. Apresentação do portfólio de cada funcionário (a), que prestará serviço na AC/MD, contendo 1 (uma) foto 3X4 (atualizada) e uma cópia da Carteira de Identidade; e	Em até 10 (dez) dias após a assinatura do Contrato.

	3. Assinatura entrega do <b>Termo de Responsabilidade (Anexo VIII)</b> e do <b>Termo de Confidencialidade (Anexo IX)</b> .	
4	<p>Apresentação, para conferência e identificação pelo CONTRATANTE:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Da relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;</li> <li>2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA;</li> <li>3. Exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços; e</li> <li>4. <u>Apresentação do registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA.</u></li> </ol>	No 1ª (primeiro) mês da prestação dos serviços.
5	Apresentação de todos os profissionais que irão prestar o serviço na AC/MD.	No 1ª (primeiro) dia útil após a apresentação dos requisitos de qualificação profissional.
6	Os atos de vistorias das obras pactuadas e orientações técnicas.	Conforme demanda.

5.1.3.2. Para efeito de planejamento, o cronograma das ações seguirá a seguinte ordem para o Postos de **Supervisores Administrativos – Nível I e Nível II**:

CRONOGRAMA		
Ordem	Evento	Prazo
1	Assinatura do Contrato.	Em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da notificação para tal.
2	1. Apresentação do preposto à AC/MD, para firmar, juntamente com a fiscalização, o Termo de Abertura do Livro; e de Ocorrências, destinado ao assentamento das principais ocorrências durante a execução do Contrato relativo à sua competência.	Em até 5 (cinco) dias após a assinatura do Contrato.
3	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Apresentação dos requisitos de qualificação profissional;</li> <li>2. Apresentação do portfólio de cada funcionário (a), que prestará serviço na AC/MD, contendo 1 (uma) foto 3X4 (atualizada) e uma cópia da Carteira de Identidade; e</li> <li>3. Assinatura do <b>Termo de Responsabilidade (Anexo VIII)</b> e do <b>Termo de Confidencialidade (Anexo IX)</b>.</li> </ol>	Em até 10 (dez) dias após a assinatura do Contrato.
	Apresentação, para conferência e identificação pelo CONTRATANTE:	



4	<p>1. Da relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;</p> <p>2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA; e</p> <p>3. Exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.</p>	No 1ª (primeiro) mês da prestação dos serviços.
5	Apresentação de todos os profissionais que irão prestar o serviço na AC/MD.	No 1ª (primeiro) dia útil após a apresentação dos requisitos de qualificação profissional.
6	Os atos de vistorias das obras pactuadas e orientações técnicas.	Conforme demanda.

5.1.4. Deverá ocorrer dentro dos prazos estabelecidos nas tabelas acima, no mínimo, os eventos relacionados.

#### Local da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

5.2.1. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Brasília – DF > Esplanada do Ministérios > Ministério da Defesa – MD (Bloco “Q” - Edifício-sede e do Edifício Anexo ao Bloco “O” do Ministério da Defesa – MD).

5.2.2. Poderá ser realizado deslocamentos **somente** para os atos de vistorias dos convênios de obras e equipamentos/veículos pactuadas com o Departamento Programa Calha Norte – DPCN e orientações técnicas em *workshop*:

5.2.2.1. A área de atuação do Programa Calha Norte – PNC abrange os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia, Roraima, Pará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Maranhão e do Tocantins.

#### Rotinas a serem cumpridas

5.3. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.3.1. A execução contratual observará as rotinas de acordo com a sua Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, Tabela de Atividades e Descrições, características e exigências para cada posto específico, conforme Anexo III – Cargos (Postos) > Pasta específica para o posto de trabalho.

5.3.2. As atividades que serão desenvolvidas nas rotinas dos postos desta contratação não serão objeto de execução indireta na Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional que estão discriminadas no art. 3º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, e suas alterações por meio do Decreto nº 10.183, de 20 de dezembro de 2019 e o art. 3º da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017.

5.3.2.1. Deste modo, o objeto a ser contratado não incorrerá em irregularidades na terceirização, pois não fere as legislações previstas que envolvem a contratação.

5.3.3. Ademais, conforme consta no inc. X, do art. 1º da Portaria nº 443, de 27 de dezembro de 2018, serão preferencialmente objeto de execução indireta a “*elaboração de projetos de arquitetura e engenharia e **acompanhamento de execução de obras**; ”* (grifo nosso).

*"Parágrafo único. Outras atividades que não estejam contempladas na presente lista poderão ser passíveis de execução indireta, desde que atendidas as vedações constantes no Decreto nº 9.507, de 2018."*

5.3.4. A execução contratual ocorrerá, ainda, conforme o inc. XVI, do art. 6º da Lei nº 14.133/2021 que:

5.3.4.1. Os empregados do Contrato fiquem a disposição nas dependências do CONTRATANTE para a prestação dos serviços;

5.3.4.2. O CONTRATADO não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros Contratos; e

5.3.4.3. O CONTRATADO possibilite a fiscalização pelo CONTRATANTE quanto à distribuição e serviços prestados dos recursos humanos alocados aos seus Contratos.

5.4. Para mais, ainda de acordo com o Acórdão TCU nº 1.069/2011 – Plenário “as atividades de apoio ao acompanhamento e à análise das referidas prestações de contas podem ser objeto de terceirização quando forem, nitidamente, **acessórias ou instrumentais e não requererem qualquer juízo de valor acerca das contas**, além de não estarem abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário ou quando se tratarem de atribuições de cargo extinto, total ou parcialmente...” (item 9.2.2 grifo nosso).

5.4.1. Mormente as rotinas das atividades a serem executadas pela contratação dos postos de trabalho para os terceirizados, objeto desta contratação relacionando ao previsto na CBO e nas necessidades demandadas pelo Departamento do Programa Calha Norte – DPCN não serão atribuições inerentes ao acompanhamento e aspectos à análise técnica e financeira das aplicações dos recursos públicos descentralizados na prestação de conta apresentadas em virtude de convênios, ajustes ou instrumentos congêneres, envolvendo atividades finalísticas de transferência voluntária de recursos da União para a execução de políticas públicas que instituem as atividades precípua e finalista desta Administração.

5.5. Nesta senda, a prestação dos serviços terceirizados não criará vínculo com a Administração Pública Federal direta, autárquica ou fundacional com os empregados da CONTRATADA que possa caracterizar pessoalidade e subordinação direta, de acordo com as bases legais vigentes.

#### **Materiais a serem disponibilizados**

5.6. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários e suficientes, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.6.1. Nos eventuais e necessários deslocamentos para locais fora do Distrito Federal - DF para o cumprimento da execução das atividades de apoio e acompanhamento; e

5.6.2. Os materiais, equipamentos, ferramentas e demais utensílios necessários e suficientes disponibilizados para cada colaborador deverão ser devolvidos ao Gestor e/ou Fiscal do Contrato ao finalizar os serviços.

#### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.7. A demanda dos órgãos tem como base as seguintes características:

5.7.1. Para os postos de Engenheiro Civil, Engenheiro Mecânico, Supervisor Administrativo – Nível I e Supervisor Administrativo – Nível II:

UNIDADES DE LOCAÇÃO	PROFISSIONAIS	QTD. TOTAL DE POSTOS
	ENGENHEIRO CIVIL	50
	ENGENHEIRO MECÂNICO	2

DEPARTAMENTO DO PROGRAMA CALHA NORTE (DPCN) DO MINISTÉRIO DA DEFESA (MD)	SUPERVISOR ADMINISTRATIVO	NÍVEL I	60
		NÍVEL II	20
TOTAL:			132

UNIDADES DE LOCAÇÃO	PROFISSIONAIS		QTD. TOTAL DE POSTOS
SECRETARIA DE INOVAÇÃO, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, IRRIGAÇÃO E COOPERATIVISMO (SDI) DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA (MAPA)	ENGENHEIRO CIVIL		50
	ENGENHEIRO MECÂNICO		0
	SUPERVISOR ADMINISTRATIVO	NÍVEL I	25
		NÍVEL II	50
TOTAL:			125

UNIDADES DE LOCAÇÃO	PROFISSIONAIS		QTD. TOTAL DE POSTOS
CENSIPAM	ENGENHEIRO CIVIL		01
	ENGENHEIRO MECÂNICO		01
	SUPERVISOR ADMINISTRATIVO	NÍVEL I	00
		NÍVEL II	00
TOTAL:			02

5.7.2. O piso salarial para os postos de **Engenheiros Civil e Mecânico** será de R\$ 10.800,00 (dez mil, trezentos e dois reais e zero centavos), conforme Cláusula Terceira – Condições Gerais > Piso Salarial, da Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2025

nº DF000372/2023, considerando uma jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro horas) horas semanais de trabalho e Planilha de Custo e Formação de Preços definidos em sua respectiva Pasta de Cargos (**Anexo III – Cargos (Posto) > Pasta Engenheiro Mecânico e Engenheiro Mecânico**).

5.7.3. O piso salarial para os postos de **Supervisor Administrativos – Nível I** será de R\$ 2.997,58 (dois mil novecentos e noventa e sete reais e cinquenta e oito centavos), conforme Cláusula Trigésima Oitava – Jornada de Trabalho, da Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2023 nº DF000037/2023, considerando uma jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais de trabalho e Planilha de Custos e Formação de Preços definidos em sua respectiva Pasta de Cargos (**Anexo III – Cargos (Posto) > Pasta Supervisor Administrativo - Nível I e Supervisor Administrativo – Nível II**).

5.7.4. O piso salarial para os postos de **Supervisor Administrativos – Nível II** será de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), levando em consideração os salários pagos pelo mercado de trabalho à profissionais com a expertise mínima exigida e experiência profissional requisitada com Nível Superior para o referido posto, buscando, assim, remunerações que estivessem adequadas ao perfil do profissional, nível de escolaridade, tempo de experiência, local de atuação e requisitos do profissional, sendo adotada média aritmética de salários de contratações públicas similares, por meio de pesquisa de mercado e pesquisa realizada na *internet* da média salarial de mercado de pessoas com grau de instrução com Nível Superior, considerando uma jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais de trabalho, estando a referida pesquisa no Estudo Técnico Preliminar da contratação, constando o valor de referência na Planilha de Custos e Formação de Preços definidos em sua respectiva Pasta de Cargos (**Anexo III – Cargos > Pasta Supervisor Administrativo - Nível I e Supervisor Administrativo – Nível II**).

5.7.4.1. Ademais, conforme a Instrução Normativa SEGES nº 5, de 26 de maio de 2017, em seu art. 5º e inciso VI, prescreve:

*"VI - Definir o valor da remuneração dos trabalhadores da empresa contratada para prestar os serviços, salvo nos casos específicos em que se necessitam de profissionais com habilitação/experiência superior à daqueles que, no mercado, são remunerados pelo piso salarial da categoria, desde que justificadamente; e"* (grifo nosso)

5.7.4.2. Ainda, conforme o Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023, em seu art. 3º, § 1º e inciso II, prescreve:

*"Art. 3º Os órgãos e as entidades da administração pública federal poderão celebrar convênios ou contratos de repasse para transferências de recursos com órgãos e entidades da administração pública estadual, distrital e municipal, consórcios públicos e entidades privadas sem fins lucrativos, para a execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco e em regime de mútua colaboração.*

*§ 1º Quando não dispuserem de capacidade técnica e operacional para a celebração e o acompanhamento dos convênios, os órgãos e as entidades da administração pública federal poderão contratar:*

*(...)*

*II - Prestadores de serviços específicos para realização de serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios, considerados atividades operacionais para apoio à decisão dos gestores responsáveis pelos convênios."* (grifo nosso)

5.7.4.3. Destarte, o piso salarial para o Supervisor Administrativo - Nível II justifica-se de modo fundamentado nas legislações vigentes que permitem tal exceção da regra, exceção essa devidamente justificada com as peculiaridades intrínsecas a estrutura administrativa do Departamento, conforme Estudo Técnico Preliminar e juntamente com este Termo de Referência.

5.8. Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021) o prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

### **Da apresentação da Proposta e suas peculiaridades**

5.9. A proposta de preços, deverá conter as especificações detalhadas do objeto ora licitado, informando ainda, os seguintes dados:

5.9.1. No mínimo identificação da Empresa e responsável, endereço comercial, dados do Órgão licitante, prazo de confecção da proposta e data de validade da proposta, sendo que a proposta não deverá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da abertura da licitação; e

5.9.1. Conter preços unitários, mensais e anuais, **valor global dos serviços**, tendo como expressão monetária a moeda corrente nacional, conforme modelo da Planilha de Custo e Formação de Preços definidos em sua respectiva Pasta de Cargos (**Anexo III – Cargos**), sendo vedada a oferta de valor zero em qualquer dos itens. Em caso de divergência entre os valores unitários, mensais e anuais, serão considerados os primeiros e entre os expressos em algarismos e por extenso, será considerado este último.

5.10. Preenchimento e entrega das Declarações anexas ao Termo de Referência, assim como todos os outros documentos necessários e pertinentes para participação da licitação.

5.11. Apresentação das planilhas de composição de preços para as categorias profissionais.

5.12. A área de atuação do Programa Calha Norte – PCN, em sua grande parte, é complexa, devido à extensa área territorial da Amazônia, sendo a maior entre as regiões geoeconômicas do Brasil, com uma área de aproximadamente 4,9 milhões de km², tomando mais da metade do território brasileiro e abrangendo integral ou parcialmente os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia, Roraima, Pará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Maranhão e Tocantins, a maioria com predominância do clima equatorial.

5.13. Nesse íterim, em razão das especificidades da região Norte do País em que o clima, a vegetação, a precária rede de atendimento público hospitalar, a baixa densidade demográfica e a necessidade de se percorrer grandes distâncias, utilizando-se dos modais terrestres, fluviais e aéreos, submetem os colaboradores a condições peculiares.

5.14. Baseado nas informações mencionadas anteriormente, quanto ao cenário que serão submetidos os profissionais alocados nos grupos 1 (um), 2 (dois), 3 (três) e 4 (quatro) da presente licitação, **para fins de análise de risco, fica a critério das licitantes, se assim desejar, computar em seus custos, nos valores de despesas indiretas, gastos relacionados a seguro viagem.**

#### **Uniformes**

5.15. Não se aplica.

#### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.16. Os procedimentos de transição e finalização do Contrato constituem-se das seguintes etapas

5.16.1. O CONTRATADO deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

5.16.2. O CONTRATADO deverá observar a obrigatoriedade de contratação e a forma de recontração dos colaboradores dos serviços de mão de obra terceirizada, Supervisor Administrativo - Nível I, conforme disposição contida na CCT 2023/2023 nº 000037/2023, **cláusula trigésima segunda - incentivo à continuidade.**

#### **Anotação de Responsabilidade Técnica – ART:**

5.17. Os registros e os custos sobre o cargo e função no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal – CREA/DF, para os postos de Engenheiro Civil e Engenheiro Mecânico, serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

5.18. Para os postos de Engenharia (Engenheiro Civil e Engenheiro Mecânico), a CONTRATADA deverá arcar com os custos das Anotações de Responsabilidade Técnica – ART, emitidas junto ao CREA/DF, documentações produzidas por seus funcionários, conforme estimado na 1. Planilha de Custos e Formação de Preços, que está discriminado em cada Pasta de Cargos, Anexo III – Cargos (Postos), apêndice deste Termo de Referência.

5.19. Para elaboração dos custos, constante no “Módulo 05 – Insumos Diversos” da Planilha de Custos e Formação de Preços a que se refere o item anterior, foi estimado um quantitativo da **ART/Mês**, por posto de Engenheiro, com base na série de produtividade histórica do setor correspondente do Departamento do Programa Calha Norte – DPCN.

5.19.1. As variações de produtividade de ART para mais ou menos serão ajustadas para fins de pagamento à CONTRATADA, conforme ateste da fiscalização técnica dentro do respectivo mês.

**Código Brasileiro de Ocupação – CBO e Atividades, descrições, características e exigências:**

5.20. Para as atividades dos postos de Engenheiro Civil (CBO – 2142-05) e Engenheiro Mecânico (2144-05), são as discriminadas a seguir:

5.20.1. Descrição Sumária para Engenheiro Civil, segundo a CBO:

*“Elaboram projetos de engenharia civil, gerenciam obras, controla a qualidade de empreendimentos. Coordenam a operação e manutenção do empreendimento. Podem prestar consultoria, assistência e assessoria e elaborar pesquisas tecnológicas.”*

5.20.2. No âmbito interno e externo de suas atividades nas prestações dos serviços para o Departamento do Programa de Calha Norte – DPCN serão:

5.20.3. Descrição sumária para Engenheiro Mecânico, segundo a CBO:

*“Projetam sistemas e conjuntos mecânicos, componentes, ferramentas e materiais, especificando limites de referência para cálculo, calculando e desenhando. Implementam atividades de manutenção, testam sistemas, conjuntos mecânicos, componentes e ferramentas, desenvolvem atividades de fabricação de produtos e elaboram documentação técnica. Podem coordenar e assessorar atividades técnicas.”*

5.21. Para as atividades dos postos de Supervisor Administrativo – Nível I (CBO – 4101-05) e Supervisor Administrativo – Nível II (CBO – 4101-05), são as discriminadas a seguir:

5.21.1. Descrição sumária para Supervisores Administrativos, segundo a CBO:

*“Supervisionam rotinas administrativas em instituições públicas e privadas, chefiando diretamente equipe de escriturários, auxiliares administrativos, secretários de expediente, operadores de máquina de escritório e contínuos. Coordenam serviços gerais de malotes, mensageiros, transporte, cartório, limpeza, terceirizados, manutenção de equipamento, mobiliário, instalações etc.; administram recursos humanos, bens patrimoniais e materiais de consumo; organizam documentos e correspondências; gerenciam equipe. Podem manter rotinas financeiras, controlando fundo fixo (pequeno caixa), verbas, contas a pagar, fluxo de caixa e conta bancária, emitindo e conferindo notas fiscais e recibos, prestando contas e recolhendo impostos.”*

5.21.2. No âmbito interno e externo de suas atividades nas prestações dos serviços para o Departamento do Programa de Calha Norte – DPCN serão:

5.22. Compreende ainda, que está discriminado em cada Pasta de Cargos (Anexo III – Cargos (Postos), as descrições, características, exigências dos cargos, bem como todas as atividades que o empregado deverá executar.

## **6. Modelo de gestão do contrato**

6.1. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do Contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do Contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto e Comunicação**

- 6.6. A CONTRATADA designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 6.6.1. O preposto deverá apresentar-se formalmente, para fins de conhecimento, para todos os funcionários da CONTRATADA.
- 6.6.2. Deverá ser indicado mediante declaração com mínimo, as seguintes informações: Nome completo, nº do CPF, nº do Documento Nacional de Identidade, nº de telefone, e-mail, foto 3x4 (atualizada), além dos documentos relacionados à sua qualificação profissional de competência para tratar dos assuntos do Contratos.
- 6.7. A CONTRATADA deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período da vigência do Contrato.
- 6.8. A CONTRATANTE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a CONTRATADA designará outro para o exercício da atividade.
- 6.9. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.10. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.11. O preposto deverá apresentar-se ao respectivo órgão fiscalizador, em até 5 (cinco) dias após a assinatura do Contrato, para firmar, juntamente com os servidores designados para esse fim, o Termo de Abertura do Livro de Ocorrências, destinado ao assentamento das principais ocorrências durante a execução do Contrato relativo à sua competência;
- 6.12. A empresa orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho;
- 6.13. Atender prontamente, sem ônus para à AC/MD, quaisquer exigências da fiscalização inerente ao objeto deste instrumento; e
- 6.14. A CONTRATADA deverá fornecer à AC/MD, com a finalidade de apreciação e aplicação no que couber, seu conjunto de normas, na forma de regulamento interno da empresa, conforme citado no art. 444, do Decreto-Lei nº 5.452/1943.
- 6.15. Em caso de substituição do preposto indicado, a CONTRATADA deverá notificar a decisão formal e previamente junto a CONTRATANTE, em prazo não inferior a 15 (quinze) dias, salvo em casos excepcionais, bem como comprovar a devida qualificação do substituto.
- 6.16. Não será admitido, sob nenhuma hipótese, o acúmulo das funções de preposto por um dos profissionais alocados nas dependências do Ministério da Defesa – MD, ou mesmo por preposto que atua em outra contratação. É necessário que a CONTRATADA mantenha preposto devidamente atribuído para atendimento imediato das solicitações com a responsabilidade pelo pleno gerenciamento e execução dos serviços, pela distribuição das tarefas entre a equipe, devendo este desempenhar as seguintes funções essenciais para o bom andamento dos serviços:
- 6.16.1. Viabilizar, exigir e fiscalizar o bom desempenho dos serviços prestados;
- 6.16.2. Cobrar e fornecer a assiduidade e pontualidade dos empregados, cientificando previamente ao responsável qualquer alteração de horário;

- 6.16.3. Providenciar, junto à CONTRATADA, a substituição, no prazo máximo de até 4 (quatro) horas, de quaisquer dos empregados, em casos de ausência ao serviço, mantendo a efetiva continuidade da prestação;
- 6.16.4. Providenciar a correção de falhas registradas pelos responsáveis do CONTRATANTE;
- 6.16.5. Propor a implementação de modificações estratégicas na execução, em face da efetividade na prestação dos serviços;
- 6.16.6. Adotar as providências necessárias e suficientes à regular prestações dos serviços;
- 6.16.7. Apresentar a exigir de seus empregados os cumprimentos de todas as normas internas de segurança ou comportamentais eventualmente existentes no âmbito do Ministério da Defesa – MD;
- 6.16.8. Realizar a administração direta dos profissionais postos à disposição do Órgão CONTRATANTE para fins de prestações dos serviços em questão; e
- 6.16.9. Quando ocorrer eventuais necessidades de reuniões/orientações com os empregados, o preposto deverá difundir as informações de forma antecipada os gestores do Contrato.

### **Rotinas de Fiscalização**

6.17. A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do Contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### **Fiscalização Técnica**

- 6.18. O fiscal técnico do Contrato acompanhará a execução do Contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no Contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 6.19. O fiscal técnico do Contrato anotará no histórico de gerenciamento do Contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- 6.20. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do Contrato emitirá notificações para a correção da execução do Contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 6.21. O fiscal técnico do Contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);
- 6.22. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do Contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do Contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do Contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);
- 6.23. O fiscal técnico do Contrato comunicará ao gestor do Contrato, em tempo hábil, o término do Contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).
- 6.24. A fiscalização técnica dos Contratos deve avaliar constantemente através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo V, apêndice deste Termo de Referência para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.
- 6.25. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 6.26. O fiscal técnico do Contrato deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 6.27. O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.
- 6.28. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.



6.29. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

6.30. É vedada a atribuição à CONTRATADA da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada.

6.31. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

6.32. A fiscalização do Contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei nº 14.133/2021 (IN nº 05/17 - art. 62).

6.33. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso (art. 47, §2º, IN nº 05/2017).

6.34. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.34.1. Cabe à fiscalização do Contrato, verificar se a CONTRATADA observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita a estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.

6.34.2. O gestor deverá verificar a necessidade de se proceder a repactuação do Contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da CONTRATADA.

6.34.3. Ao final de um ano, todos os empregados devem ter seus extratos avaliados.

6.34.4. O acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato, verificando a conformidade das prestações dos serviços e técnicas dos empregados, assegurando o perfeito cumprimento dos ajustes, verificando a regularização das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao Setor de Contratos do Órgão para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do Contrato, dentre outros;

6.34.5. Desta forma, o conjunto das atividades de gestão e fiscalização compete ao Gestor da execução do Contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário.

6.34.6. Verificar se a CONTRATADA observa as legislações pertinentes ao postos de trabalho, a Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2025 nº DF000372/2023, a Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2023 nº DF000037/2023 e em especial as legislações relativas às concessões de férias, as licenças aos empregados, as coberturas, aos seguros, ao pagamento, a estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.

6.34.7. Todos os Agentes das atividades de Gestão e Fiscalização da execução contratual deverão realizar de forma **preventiva, rotineira e sistemática**, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

6.34.8. Fiscalização minuciosamente acurada para análises de banco de horas.

6.34.8.1. A fiscalização se dará por meios anotações nos Relatórios de Viagens e Relatório de Avaliação Mensal por parte do Gestor e Preposto do Contrato, posteriormente servirá como documento auxiliar de avaliação junto com o Instrumento de Medição de Resultado - IMR, todos apêndices deste Termo de Referência.

6.35. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.36. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.37. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do Contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do Contrato.

### **Fiscalização Administrativa**

6.38. O fiscal administrativo do Contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.39. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do Contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do Contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.40. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o Contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.41. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.41.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.41.1.1. No primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

6.41.1.1.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.41.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA;

6.41.1.1.3. Exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços; e

6.41.1.2. Entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do Contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

6.41.1.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.41.1.2.2. Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do CONTRATADO;

6.41.1.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.41.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.41.1.3. Entrega, quando solicitado pelo CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.41.1.3.1. Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração CONTRATANTE;

6.41.1.3.2. Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte CONTRATANTE;

6.41.1.3.3. Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.41.1.3.4. Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

6.41.1.3.5. Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo Contrato.

6.41.1.4. Entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do Contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no Contrato:

6.41.1.4.1. Termos de rescisão dos Contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

6.41.1.4.2. Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.41.1.4.3. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e

6.41.1.4.4. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.41.2. Sempre que houver admissão de novos empregados pela CONTRATADA, os documentos elencados no item 6.41.1.1 acima deverão ser apresentados.

6.41.3. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.41.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.41.4. A cada período de 12 (doze) meses de vigência do Contrato de trabalho, a CONTRATADA deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

6.41.5. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

6.41.6. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

**6.41.7. Não haverá pagamento adicional pela CONTRATANTE à CONTRATADA em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.**

6.41.8. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Civis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

6.41.9. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

6.41.10. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de Contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

6.41.11. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de Contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.

6.41.12. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo CONTRATADO poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

6.41.13. A Administração CONTRATANTE poderá conceder um prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

6.41.14. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

6.41.15. Não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do Contrato.

6.41.16. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

6.41.17. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a CONTRATANTE e os empregados da CONTRATADA.

6.41.18. O Contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.41.19. A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato.

6.41.20. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.41.21. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 (dez) do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa SEGES/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.41.22. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do Contrato.

### **Gestor do Contrato**

6.42. O gestor do Contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do Contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do Contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do Contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.43. O gestor do Contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do Contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.44. O gestor do Contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.45. O gestor do Contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo CONTRATADO, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.46. O gestor do Contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.47. O gestor do Contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.48. O gestor do Contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de Contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do Contrato.

### **Fiscalização Inicial**

6.49. No momento em que a prestação de serviços é iniciada, deve ser elaborada planilha-resumo de todo o Contrato administrativo. Ela conterá informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços no Órgão ou Entidade, divididos por Contrato, com os seguintes dados: Nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas.

6.50. A fiscalização das Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS) será feita por amostragem. Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados devem ser conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela empresa e pelo empregado. Devem ser observadas, com especial atenção, a data de início do Contrato de trabalho, a função exercida, a remuneração (corretamente discriminada em salário-base, adicionais e gratificações), além de demais eventuais alterações dos Contratos de trabalho.

6.51. O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no Contrato administrativo.

6.52. O salário não pode ser inferior ao previsto no Contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT).

6.53. Devem ser consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para as empresas terceirizadas (por exemplo, se os empregados têm direito a auxílio-alimentação gratuito).

6.54. Deve ser verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho, cuja presença levará ao pagamento dos respectivos adicionais aos empregados. Tais condições obrigam a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

6.55. No primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação, devidamente autenticada:

6.55.1. Relação dos empregados, com nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), e indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.55.2. CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinadas pela CONTRATADA;

6.55.3. Exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços; e

6.55.4. Declaração de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do Contrato.

### **Fiscalização Mensal**

6.56. Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço.

6.57. Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

6.58. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

6.59. Exigir, quando couber, comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme Lei nº 14.133/2021, por força da Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

### **Fiscalização Diária**

6.60. Devem ser evitadas ordens diretas da CONTRATANTE dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto.

6.61. Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da CONTRATADA.

6.62. Devem ser conferidos, por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.

#### **Fiscalização por amostragem**

6.63. A Administração deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão ou não sendo recolhidas em seus nomes.

6.63.1. A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte e auxílio-alimentação, quando for devido;

6.63.2. O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade; e

6.63.3. O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do Contrato.

6.64. A Administração deverá solicitar, por amostragem, aos empregados terceirizados os extratos da conta do FGTS, os quais devem ser entregues à Administração.

6.65. O objetivo é que todos os empregados tenham tido seus extratos avaliados ao final de um ano (sem que isso signifique que a análise não possa ser realizada mais de uma vez em um mesmo empregado), garantindo assim o “efeito surpresa” e o benefício da expectativa do controle.

6.66. A CONTRATADA deverá entregar, no prazo de 15 (quinze) dias, quando solicitado pela CONTRATANTE quaisquer dos seguintes documentos:

6.66.1. Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;

6.66.2. Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a CONTRATANTE;

6.66.3. Cópia dos contracheques assinados dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; e

6.66.4. Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de Lei, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.

#### **Fiscalização durante as atividades fora da Sede de Trabalho**

6.67. Relatórios de Viagem:

6.67.1. Deverá ser apresentado pela empresa contratada Relatório individual de Viagem dos colaboradores destacados em serviços externos, como forma de avaliação dos serviços prestados fora da sede de trabalho, conforme modelo Anexo XIII ao Termo de Referência.

6.67.2. O relatório servirá como documento auxiliar de avaliação dos serviços prestados pelo CONTRATADO no Índice de Medição de Resultado (IMR).

6.67.3. Os parâmetros desta avaliação são baseados na quantidade e qualidade dos serviços prestados pelos colaboradores fora da sede de trabalho, cabendo ao responsável da missão (servidor civil ou militar) subsidiar o fiscal técnico, no próprio relatório, quanto ao cumprimento das atividades executadas, observando, também, se a carga horária semanal foi cumprida em serviços externos.

#### **Fiscalização durante as atividades dentro da Sede de Trabalho**

6.68. Relatório de Avaliação Técnica Mensal dos Serviços Prestados na Sede de Trabalho:

6.68.1. Será avaliado pelo fiscal técnico mensalmente os serviços prestados pelos colaboradores na sede de trabalho, conforme modelo Anexo XIV ao Termo de Referência.

6.68.2. O relatório servirá, também, como documento auxiliar de avaliação dos serviços prestados pelo CONTRATADO no Índice de Medição de Resultado (IMR).

6.68.3. Os parâmetros desta avaliação são baseados na quantidade e qualidade dos serviços prestados pelos colaboradores dentro da sede de trabalho, cabendo aos responsáveis dos setores integrantes do DPCN (servidor civil ou militar) subsidiar o fiscal técnico na avaliação quanto ao cumprimento das atividades requeridas e executadas.

## 7. Critérios de medição e pagamento

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Apêndice V deste Termo de Referência, para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

7.2.1. Não produzir os resultados acordados,

7.2.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. Aferição e redimensionamento dos pagamentos quanto às qualidades e os resultados das prestações dos serviços que não forem produzidos com os resultados mínimos esperados;

7.4.2. Mensuração dos serviços, constando critérios e metodologias de avaliação dos mesmos por meio de parâmetros claros e objetivos;

7.4.3. Fixação da mensuração das prestações dos serviços por resultados;

7.4.4. Fixação dos procedimentos e dos critérios de mensuração dos serviços prestados, abrangendo métricas, indicadores, valores aceitáveis e entre outros;

7.4.5. Quantificação e/ou a estimativa prévia do volume de serviços demandados, para fins de comparação e não controle;

7.4.6. Definição de metodologia de avaliação de adequação dos serviços, com vistas a aceitação e pagamento;

7.4.7. Utilização de um instrumento de controle, consolidado na solicitação de serviços; e

7.4.8. Acompanhamento e fiscalização realizados concomitante a execução dos serviços, com vistas a evitar distorções na aplicação dos critérios.

7.5. A utilização do IMR ocorrerá preferencialmente, por meio de ferramentas informatizadas para a verificação do resultado, quanto às qualidades e quantidades pactuadas.

### Do recebimento

7.6. Os serviços serão recebidos **provisoriamente**, no prazo de 10 (dez) dias, pelos Fiscais Técnico e Administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.7. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do CONTRATADO com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.8. O fiscal técnico do Contrato realizará o recebimento provisório do objeto do Contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.9. O fiscal administrativo do Contrato realizará o recebimento provisório do objeto do Contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.10. O fiscal setorial do Contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.11. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:

7.11.1. O fiscal técnico do Contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do Contrato;

7.11.2. O fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do Contrato.

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O CONTRATADO fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do Contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do Contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos **definitivamente** no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo CONTRATADO, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de Contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.



7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo CONTRATADO, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do Contrato.

### **Liquidação**

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.24.1. O prazo de validade;

7.24.2. A data da emissão;

7.24.3. Os dados do Contrato e do órgão CONTRATANTE;

7.24.4. O período respectivo de execução do Contrato;

7.24.5. O valor a pagar; e

7.24.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à CONTRATANTE;

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; e

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do CONTRATADO, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do CONTRATADO, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao CONTRATADO a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Contrato, caso o CONTRATADO não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo CONTRATANTE, os valores devidos ao CONTRATADO serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice à Convenção Coletiva de Trabalho - CCT, Termo Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho - ACT, Acordos ou Dissídios de correção monetária, quando as atualizações fizerem referência ao posto de trabalho.

7.34. No caso de atraso pelo CONTRATANTE, os valores devidos ao CONTRATADO serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de correção monetária, quando as atualizações fizerem referência aos serviços de deslocamento (passagens aéreas).

7.35. No caso de atraso pelo CONTRATANTE, os valores devidos ao CONTRATADO serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante a alteração ou substituição do Decreto nº 5.992, de 19 dezembro 2006, com modificação trazida pelo Decreto nº 11.117, de 01 julho 2022, mais especificamente no valor da tabela que trata do valor de indenização de diárias aos servidores públicos federais no País, Anexo I.

#### **Forma de pagamento**

7.34. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo CONTRATADO.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O CONTRATADO regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Cessão de crédito**

7.38. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.39. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do CONTRATANTE.

7.40. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao Contrato administrativo.

7.41. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do CONTRATADO (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.42. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (CONTRATADO) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os Contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

7.43. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do CONTRATADO.

### **Pagamento pelo Fato Gerador**

7.44. No caso do Pagamento pelo Fato Gerador, o CONTRATANTE adotará os seguintes procedimentos:

7.44.1. Serão objeto de pagamento mensal ao CONTRATADO o somatório dos seguintes módulos que compõem a planilha de custos e formação de preços, disposta no Anexo VII-D da IN SEGES/MP nº 05/2017:

1. *Módulo 1: Composição da Remuneração;*
- a. *Submódulo 2.2: Encargos Previdenciários e FGTS;*
- b. *Submódulo 2.3: Benefícios Mensais e Diários;*
- c. *Submódulo 4.2: Substituto na Intrajornada;*
5. *Módulo 5: Insumos; e*
6. *Módulo 6: Custos Indiretos, Tributos e Lucro (CITL), que será calculado tendo por base as alíneas acima.*

7.44.2. Os valores referentes a férias, 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, 13º (décimo terceiro) salários, ausências legais, verbas rescisórias, devidos aos trabalhadores, bem como outros de evento futuro e incerto, não serão parte integrante dos pagamentos mensais ao CONTRATADO, devendo ser pagos pela Administração ao CONTRATADO somente na ocorrência do seu fato gerador;

7.44.3. As verbas discriminadas na forma da alínea “b” acima somente serão liberadas nas seguintes condições:

7.44.3.1. Pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao Contrato, quando devido;

7.44.3.2. Pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao Contrato;

7.44.3.3. Pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao Contrato;

7.44.3.4. Pelos valores correspondentes às ausências legais efetivamente ocorridas dos empregados vinculados ao Contrato; e

7.44.3.5. Outras de evento futuro e incerto, após efetivamente ocorridas, pelos seus valores correspondentes.

7.44.3.5.1. Pelo valor correspondente às despesas relacionadas aos serviços de diárias (alimentação e estada); e

7.44.3.5.2. Pelo valor correspondente às despesas relacionadas aos serviços de deslocamentos (passagens aéreas).

7.45. Os pagamentos ao Fato Gerador referente ao subitem anterior, **somente** serão pagos mediante Nota Fiscal – NF e **somente** quando houver o eventual deslocamento (passagens aéreas) e a eventual diária (alimentação e estada).

7.46. A não ocorrência dos fatos geradores discriminados na alínea “b” acima não gera direito adquirido para o CONTRATADO das referidas verbas ao final da vigência do Contrato, devendo o pagamento seguir as regras previstas no Contrato.

7.47. A escolha do modelo de pagamento pelo Fato Gerador se justifica por ser o modelo mais econômico e praticável para a licitação, tendo em vista haver custos relacionados ao deslocamento (passagens aéreas) e diária (alimentação e estada) com eventos futuros e incertos dentro do período contratual, sendo serviços eventuais, podendo assim pagar pelos serviços efetivamente executados.

7.48. Os pagamentos à CONTRATADA somente serão efetuados em conformidade com os serviços prestados.

## 8. Critérios de seleção do fornecedor

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo **Menor Preço Global por Grupo**.

8.1.1. O critério de julgamento da proposta se caracteriza como o mais adequado para a contratação, pois a sua aplicação se justifica com justeza da prolação quanto ao projeto e a impossibilidade de se prever com exatidão os quantitativos totais a serem executados. Conforme justificativa em subtópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

### Regime de Execução

8.2. O regime de execução do Contrato será a **Empreitada por Preço Unitário**.

8.2.1. Regime de execução Contrato justifica-se de forma fundamentada pela impossibilidade na precisão para o pagamento dos valores descritos por unidade aos serviços propostos. Conforme justificativa em subtópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** Cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** Inscrição do ato constitutivo, estatuto ou Contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** Portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** Inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso.

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.21. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II).

8.22. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando.

8.22.1. Índice de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.22.2. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação;

8.22.3. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

8.22.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

8.22.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos; e

8.22.6. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED.

8.23. Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo XI deste termo de referência de que um doze avos dos Contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante, observados os seguintes requisitos:

8.23.1. A declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

8.23.2. Caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

8.24. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.25. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### Qualificação Técnica

8.26. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8.26.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.27. Em consonância com a Mensagem SIASG nº 087917/DELOG/MDPG/2018 - Diretrizes Gerais para Elaboração do Ato Convocatório, o licitante deve deixar disponível, caso se entenda pela necessidade de comprovação por meio documental dos atestados, todas as informações necessárias e legítimas que demonstrem/comproven que àqueles atestados apresentados têm veracidade.

### Qualificação Técnico-Operacional

8.28. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.29. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a Contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.29.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos;

8.29.1.1. A comprovação que já executou objeto compatível, em prazo, com o que está sendo licitado, mediante comprovação de experiência mínima de 3 (três) anos na execução do objeto semelhante ao desta contratação, podendo ser aceito somatório de atestados, nos termos do item 10.6, alínea “b”, do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

8.29.1.2. É admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, para fins da comprovação de que trata este subitem acima, não havendo obrigatoriedade de os 3 (três) anos serem ininterruptos, nos termos do item 10.6.1, do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022. Contudo, não serão aceitos atestados cujos prazos de execução estejam sobrepostos.

8.30. Comprovação que já executou Contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados, para o período de 3 (três) anos de que trata o item anterior;

8.30.1. Quando o número de postos de trabalho a ser contratado for superior a 40 (quarenta) postos, o licitante deverá comprovar que tenha executado Contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados, nos termos do item 10.6, alínea “c.1”, do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022; e

8.30.2. Quando o número de postos de trabalho a ser contratado for igual ou inferior a 40 (quarenta), o licitante deverá comprovar que tenha capacidade operacional de executar o Contrato(s) em número de postos equivalentes ao da contratação, nos termos do item 10.6, alínea “c.2”, do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

8.31. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

8.32. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.33. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do Contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

8.34. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no Contrato social vigente;

8.34.1. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do Contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, nos termos do item 10.8, do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

8.35. Declaração de que o licitante possui ou instalará escritório em local (cidade/município) previamente definido pela Administração, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do Contrato, nos termos do item 10.6, alínea "a)", do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

8.35.1. A Declaração se faz necessária somente para os Grupos 1 e 3 (Engenheiro Civil e Supervisor Administrativo - Nível I), e se faz necessária devido a quantidade robusta de postos de trabalho a serem disponibilizados inicialmente, evitando qualquer desamparo da gestão administrativa da empresa CONTRATADA aos colaboradores contratados, para a garantia da adequada execução do objeto licitado, conforme justificado nos subitens nº 4.49.1., 4.49.2., 4.49.3. e 4.49.4 do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

8.36. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

8.37. A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

#### Qualificação Técnico-Profissional

8.38. Deve a licitante apresentar relação de compromissos assumidos que importem em diminuição de pessoal técnico.

8.39. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 desta Lei em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

8.40. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 68.218.675,96

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 68.218.675,96 (sessenta e oito milhões, duzentos e dezoito mil, seiscentos e setenta e cinco reais e noventa e seis centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre CONTRATANTE e CONTRATADO, conforme especificado na Matriz de Risco constante no Apêndice neste TR.

9.3. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

9.3.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do **caput** do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.3.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.3.4. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 10. Adequação orçamentária

### 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 52101 (Ministério da Defesa);

II) Fonte de Recursos: 1000000000;

III) Programa de Trabalho: 05.244.2058.1211.0001 (Implementação de Infraestrutura Básica - Nacional); e

IV) Elemento de Despesa: 33.90.37.00 – (Apoio Administrativo Técnico e Operacional).

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 11. Apêndice

11.1. Apêndice I – Estudo Técnico Preliminar – ETP Digital nº 13/2023;

11.2. Apêndice II – Gerenciamento de Riscos;

11.3. Apêndice III – Cargos (Postos);

11.4. Apêndice IV – Históricos de Consumo;

11.5. Apêndice V – Instrumento de Medição de Resultado – IMR;

11.6. Apêndice VI – Declaração de Instalação de Escritório;

11.7. Apêndice VII – Ordem de Serviço;

11.8. Apêndice VIII – Termo de Responsabilidade;

11.9. Apêndice IX – Termo de Confidencialidade;

11.10. Apêndice X – Declaração de vistoria facultativa;

11.11. Apêndice XI – Declaração da licitante;

11.12. Apêndice XII – Termo de Conciliação judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União;

11.13. Apêndice XIII – Relatório de Viagem;

11.14. Apêndice XIV – Relatório de Avaliação Mensal dos Serviços Prestados;

11.15. Apêndice XV – Estudo Técnico Preliminar (MAPA) – ETP Digital nº 65/2023;

11.16. Apêndice XVI Estudo Técnico Preliminar (CENSIPAM) – ETP Digital nº 80/2023;



Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: Maio/2023 - Acessado em 23 de maio de 2023 às 09h13m - Horário de Brasília - DF

Termo de Referência contratação de Serviços com mão de obra – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico

Revisado pela Secretaria de Gestão e Inovação

Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

## 12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

### UBIRATAN POTY

Diretor do Departamento do Programa Calha Norte – DPCN



*Assinou eletronicamente em 09/08/2023 às 15:55:14.*

### ODILON MAZZINI JUNIOR

Diretor do Departamento de Engenharia e Serviços Gerais - DESEG



*Assinou eletronicamente em 09/08/2023 às 15:14:55.*

### WALDIR FRANCISCO DAS NEVES SILVEIRA JUNIOR

Ordenador de Despesas – CGEOFI



*Assinou eletronicamente em 09/08/2023 às 18:17:55.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Apêndice III - Parte 10 - Grupo 2 - 2. Planilha de formação de custo dos serviços de diária e deslocamento - Engenheiro Mecânico..pdf (379.26 KB)
- Anexo II - Apêndice III - Parte 11 - Grupo 2 - 3. CBO - Engenheiro Mecânico..pdf (123.09 KB)
- Anexo III - Apêndice III - Parte 26 - Grupo 4 - 4. Tabela de Atividades Supervisor Administrativo..pdf (7.79 KB)
- Anexo IV - Apêndice III - Parte 12 - Grupo 2 - 4. Tabela de Atividades - Engenheiro Mecânico..pdf (7.04 KB)
- Anexo V - Apêndice III - Parte 14 - Grupo 2 - 6. Termo Aditivo à CCT n\_ 401 (2022-2023) - Engenheiro Mecânico..pdf (145.78 KB)
- Anexo VI - Apêndice III - Parte 27 - Grupo 4 - 5. Descrição\_ características e exigências dos cargos - Supervisor Administrativo - Nível II..pdf (564.15 KB)
- Anexo VII - Apêndice XII - Termo de Conciliação judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União.pdf (445.08 KB)
- Anexo VIII - Apêndice III - Parte 16 - Grupo 2 - 8. Valores de Taxas para o Registro de ART em 2023 - CREA-DF.pdf (302.02 KB)
- Anexo IX - Apêndice III - Parte 28 - Grupo 4 - 6. Convênio Coletiva de Trabalho - CCT n\_ 000037-2023 (2023-2023)..pdf (282.2 KB)
- Anexo X - Apêndice XIV - Parte I - Avaliação.pdf (208.43 KB)
- Anexo XI - Apêndice XIV - Parte III - Avaliação.pdf (257.66 KB)
- Anexo XII - Apêndice III - Parte 17 - Grupo 3 - 1. Planilha de Custos e Formação de Preços (Sup. Adm. - Nível I - DPCN)..pdf (360.39 KB)
- Anexo XIII - Apêndice IV - Parte 1 - Histórico de Contratos - Engenheiros e Supervisores - 2023 - DPCN.pdf (294.1 KB)
- Anexo XIV - Apêndice III - Parte 19 - Grupo 3 - 3. CBO Supervisor Administrativo..pdf (121.37 KB)
- Anexo XV - Apêndice III - Parte 21 - Grupo 3 - 5. Descrição\_ características e exigências dos cargos - Supervisor Administrativo - Nível I..pdf (569.51 KB)
- Anexo XVI - Apêndice IV - Parte 2 - Histórico de Custos por Deslocamento - Engenheiros e Supervisores - 2023 - DPCN.pdf (437.35 KB)
- Anexo XVII - Apêndice VI - Declaração de Instalação de Escritório.pdf (120.76 KB)
- Anexo XVIII - Apêndice XIV - Parte II - Avaliação.pdf (161.17 KB)
- Anexo XIX - Apêndice I - ETP13\_2023 Ass..pdf (992.19 KB)
- Anexo XX - Apêndice III - Parte 1 - Grupo 1 - 1. Planilha Custos e Formação de Preços (Eng. Civil - DPCN)..pdf (436.3 KB)
- Anexo XXI - Apêndice III - Parte 4 - Grupo 1 - 4. Tabela de Atividades - Engenheiro Civil..pdf (7.6 KB)
- Anexo XXII - Apêndice III - Parte 18 - Grupo 3 - 2. Planilha de formação de custo dos serviços de diária e deslocamento - Sup. Adm - Nível I..pdf (383.01 KB)
- Anexo XXIII - Apêndice III - Parte 20 - Grupo 3 - 4. Tabela de Atividades Supervisor Administrativo..pdf (7.79 KB)
- Anexo XXIV - Apêndice V - Instrumento de Medição de Resultado - IMR.pdf (318.91 KB)
- Anexo XXV - Apêndice VII - Ordem de Serviço.pdf (131.61 KB)
- Anexo XXVI - Apêndice IX - Termo de Confidencialidade.pdf (373.28 KB)
- Anexo XXVII - Apêndice XIV - Parte IV - Relatório de Avaliação Mensal.pdf (149.42 KB)
- Anexo XXVIII - Apêndice XVI - ETP CENSIPAM n\_ 80-2023.pdf (149.65 KB)
- Anexo XXIX - Apêndice II - MR1\_2023\_ assinado.pdf (137.56 KB)
- Anexo XXX - Apêndice III - Parte 2 - Grupo 1 - 2. Planilha de formação de custo dos serviços de diária e deslocamento - Engenheiro Civil..pdf (269.74 KB)
- Anexo XXXI - Apêndice III - Parte 5 - Grupo 1 - 5. Descrição\_ características e exigências dos cargos - Engenheiro Civil..pdf (559.06 KB)
- Anexo XXXII - Apêndice III - Parte 8 - Grupo 1 - 8. Valores de Taxas para o Registro de ART em 2023 - CREA-DF.pdf (302.02 KB)
- Anexo XXXIII - Apêndice III - Parte 13 - Grupo 2 - 5. Descrição\_ características e exigências dos cargos - Engenheiro Mecânica.pdf (450.63 KB)
- Anexo XXXIV - Apêndice III - Parte 15 - Grupo 2 - 7. Registrada-CCT-2023-2025.pdf (107.5 KB)
- Anexo XXXV - Apêndice III - Parte 22 - Grupo 3 - 6. Convênio Coletiva de Trabalho - CCT n\_ 000037-2023 (2023-2023)..pdf (321.32 KB)
- Anexo XXXVI - Apêndice III - Parte 24 - Grupo 4 - 2. Planilha de formação de custo dos serviços de diária e deslocamento - Sup. Adm - Nível II..pdf (380.14 KB)
- Anexo XXXVII - Apêndice VIII - Termo de Responsabilidade.pdf (380.43 KB)

- Anexo XXXVIII - Apêndice XV - ETP MAPA n\_ 65-2023.pdf (166.63 KB)
- Anexo XXXIX - Apêndice III - Parte 3 - Grupo 1 - 3. CBO - Engenheiro Civil..pdf (133.53 KB)
- Anexo XL - Apêndice III - Parte 6 - Grupo 1 - 6. Termo Aditivo à CCT n\_ 401 (2022-2023) - Engenheiro Civil..pdf (145.78 KB)
- Anexo XLI - Apêndice III - Parte 9 - Grupo 2 - 1. Planilha Custos e Formação de Preços (Eng. Mecânico - DPCN)..pdf (440.63 KB)
- Anexo XLII - Apêndice III - Parte 23 - Grupo 4 - 1. Planilha de Custos e Formação de Preços (Sup. Adm. - Nível II - DPCN)..pdf (360.68 KB)
- Anexo XLIII - Apêndice X - Declaração de vistoria facultativa.pdf (384.96 KB)
- Anexo XLIV - Apêndice III - Parte 7 - Grupo 1 - 7. Registrada-CCT-2023-2025.pdf (107.5 KB)
- Anexo XLV - Apêndice III - Parte 25 - Grupo 4 - 3. CBO Supervisor Administrativo..pdf (121.37 KB)
- Anexo XLVI - Apêndice XI - Declaração da Licitante.pdf (371.44 KB)
- Anexo XLVII - Apêndice XIII - Relatório de Viagem.pdf (504.23 KB)

**Anexo I - Apêndice III - Parte 10 - Grupo 2 - 2. Planilha  
de formação de custo dos serviços de diária e  
deslocamento - Engenheiro Mecânico..pdf**

ESTIMATIVA DE CUSTO TOTAL POR ANO REFERENTE À DIÁRIA E DESLOCAMENTO

UNIDADES	PROFISSIONAL	QUANTIDADE DE POSTOS
MD/MAPA/CENSIPAM	ENGENHEIRO MECÂNICO	3

ESTIMATIVA DE CUSTO TOTAL POR ANO REFERENTE À <u>DIÁRIA</u>						
Tipo de Despesa		Unidade	Valor estimado para cada unidade (R\$)	Quantidade total de unidade estimada/Ano	Porcentage m	Valor total estimado por ano
Diária		Pernoite	R\$ 381,14	252	-	R\$ 96.047,28
A	Custos Indiretos / Despesas Administrativas				0%	R\$ -
B	Lucro				0%	R\$ -
C	Tributos:			Alíquota:		R\$ -
	Tributos Federais:		PIS:	1,65%	14,25%	R\$ 1.848,14
			COFINS:	7,60%		R\$ 8.512,65
			CPRB:	0,00%		R\$ -
	Tributos Estaduais:		-	0,00%		R\$ -
	Tributos Municipais:		ISSQN:	5%		R\$ 5.600,42
	Total dos Tributos:			14,25%	14,25%	R\$ 15.961,21
Valor Total Anual do Serviço:						R\$ 112.008,49

ESTIMATIVA DE CUSTO TOTAL POR ANO REFERENTE À <u>DESLOCAMENTO</u>						
Tipo de Despesa		Unidade	Valor estimado para cada unidade (R\$)	Quantidade total de unidade estimada/Ano	Porcentage m	Valor total estimado por ano
Deslocamento		Trecho	R\$ 3.070,70	92	-	R\$ 282.504,40
A	Custos Indiretos / Despesas Administrativas				1%	R\$ 2.825,04
B	Lucro				1%	R\$ 2.853,29
C	Tributos:			Alíquota:		R\$ 5.678,34
	Tributos Federais:		PIS:	1,65%	14,25%	R\$ 5.545,21
			COFINS:	7,60%		R\$ 25.541,56
			CPRB:	0,00%		R\$ -
	Tributos Estaduais:		-	0,00%		R\$ -
	Tributos Municipais:		ISSQN:	5%		R\$ 16.803,66
	Total dos Tributos:			14,25%	16,25%	R\$ 47.890,43
Valor Total Anual do Serviço:						R\$ 336.073,16

RESUMO DA PROPOSTA REFERENTE À <u>DIÁRIA</u>		
Valor unitário com impostos	Valor mensal com impostos	Valor total com impostos
<b>R\$ 444,48</b>	<b>R\$ 9.334,04</b>	<b>R\$ 112.008,49</b>

RESUMO DA PROPOSTA REFERENTE À <u>DESLOCAMENTO</u>		
Valor unitário com impostos	Valor mensal com impostos	Valor total com impostos
<b>R\$ 3.652,97</b>	<b>R\$ 28.006,10</b>	<b>R\$ 336.073,16</b>

**Anexo II - Apêndice III - Parte 11 - Grupo 2 - 3. CBO -  
Engenheiro Mecânico..pdf**

Buscas

- Descrição
- Histórico de Ocupações
- Características de Trabalho
- Áreas de Atividade
- Competências Pessoais
- Recursos de Trabalho
- Participantes da Descrição
- Relatório da Família
- Relatório Tabela de Atividades
- Conversão

Fale com a CBO

Esplanada dos Ministérios  
Bloco F - CEP: 70059-900  
Brasília - DF

Central de Atendimento CBO: 158

Telefone: (61) 2031-6000

Descrição

 [Página inicial](#)

2144 :: Engenheiros mecânicos e afins

Títulos

2144-05 - Engenheiro mecânico

2144-10 - Engenheiro mecânico automotivo

Engenheiro de manutenção de veículos, Engenheiro mecânico (veículos automotores), Engenheiro mecânico automobilístico

2144-15 - Engenheiro mecânico (energia nuclear)

Engenheiro mecânico nuclear

2144-20 - Engenheiro mecânico industrial

2144-25 - Engenheiro aeronáutico

2144-30 - Engenheiro naval

Engenheiro de construção naval

2144-35 - Tecnólogo em fabricação mecânica

Tecnólogo em mecânica, Tecnólogo em processo de produção, Tecnólogo em processo de produção e usinagem

Descrição Sumária

Projetam sistemas e conjuntos mecânicos, componentes, ferramentas e materiais, especificando limites de referência para cálculo, calculando e desenhando. Implementam atividades de manutenção, testam sistemas, conjuntos mecânicos, componentes e ferramentas, desenvolvem atividades de fabricação de produtos e elaboram documentação técnica. Podem coordenar e assessorar atividades técnicas.

**Anexo III - Apêndice III - Parte 26 - Grupo 4 - 4. Tabela de Atividades Supervisor Administrativo..pdf**



# Relatório Tabela de Atividades

## Família Ocupacional: 4101 - Supervisores administrativos

Áreas	Atividades			
<b>A SUPERVISIONAR ROTINAS ADMINISTRATIVAS</b>	Distribuir serviços	Delegar funções	Criar rotinas administrativas	Implantar rotinas administrativas
	1 SA	2 SA	3 SA	4 SA
	Implementar rotinas administrativas	Orientar a execução das rotinas administrativas	Orientar cumprimento de normas e ordens de serviço	Analisar o funcionamento das rotinas administrativas
	5 SA	6 SA	7 SA	8 SA
	Supervisionar cronogramas	Propor medidas de simplificação e melhorias das rotinas administrativas		
	9 SA	10 SA		
<b>B COORDENAR SERVIÇOS GERAIS</b>	Coordenar serviço de malote	Coordenar serviço de mensageiro	Coordenar serviço de cartório	Coordenar serviço de transporte
	1 SA	2 SA	3 SA	4 SA
	Coordenar serviços de manutenção de máquinas, equipamentos, mobiliário e instalações	Controlar ligações telefônicas	Coordenar serviços terceirizados	Coordenar serviço de limpeza
	5 SA	6 SA	7 SA	8 SA
	Supervisionar serviço de segurança patrimonial	Coordenar serviço de fotocópia		
	9 SA	10 SA		
<b>C ORGANIZAR DOCUMENTOS E CORRESPONDÊNCIA</b>	Receber documentos e correspondência	Analisar documentos e correspondência	Classificar documentos e correspondência	Registrar documentos e correspondência
	1 SA	2 SA	3 SA	4 SA
	Conferir documentos e correspondência	Encaminhar documentos e correspondências	Organizar arquivos	
	5 SA	6 SA	7 SA	
<b>D ADMINISTRAR BENS PATRIMONIAIS E MATERIAL DE CONSUMO</b>	Verificar estoque de material de consumo	Solicitar compra de material de consumo	Selecionar fornecedores	Pesquisar preços
	1 SA	2 SA	3 SA	4 SA
	Comprar material de consumo e suprimentos	Requisitar compra de material de consumo	Conferir material de consumo	Armazenar material de consumo
	5 SA	6 SA	7 SA	8 SA
	Distribuir material de consumo	Vistoriar bens patrimoniais	Comprar bens patrimoniais	
	9 SA	10 SA	11 SA	

**E GERENCIAR EQUIPE**

Requisitar pessoal	Selecionar pessoal	Treinar equipe	Definir escala de trabalho
1 SA	2 SA	3 SA	4 SA
Gerenciar escala de trabalho	Avaliar desempenho da equipe	Remanejar pessoal	Apurar frequência ao trabalho
5 SA	6 SA	7 SA	8 SA
Gerenciar benefícios	Gerenciar segurança do trabalho		
9 SA	10 SA		

**F MANTER ROTINAS FINANCEIRAS**

Controlar fundo fixo (pequeno caixa)	Controlar verbas	Pedir autorização de pagamento	Controlar contas a pagar
1 SA	2 SA	3 SA	4 SA
Controlar fluxo de caixa	Emitir notas fiscais e recibos	Controlar contas a receber	Conferir notas fiscais
5 SA	6 SA	7 SA	8 SA
Reembolsar despesas	Acertar contas de adiantamento	Preparar balancete	Prestar contas
9 SA	10 SA	11 SA	12 SA
Controlar conta bancária	Conciliar contas	Recolher impostos	
13 SA	14 SA	15 SA	

**G COMUNICAR-SE**

Triar informações	Divulgar informações	Esclarecer dúvidas	Intermediar equipes
1 SA	2 SA	3 SA	4 SA
Elaborar comunicados	Elaborar documentos	Elaborar relatórios	Elaborar correspondência
5 SA	6 SA	7 SA	8 SA
Preencher formulários	Redigir contratos	Instruir processos	
9 SA	10 SA	11 SA	

**Z DEMONSTRAR COMPETÊNCIAS PESSOAIS**

Demonstrar organização	Trabalhar em equipe	Contornar situações adversas	Demonstrar liderança
1 SA	2 SA	3 SA	4 SA
Demonstrar responsabilidade	Demonstrar iniciativa	Demonstrar discernimento	Demonstrar flexibilidade
5 SA	6 SA	7 SA	8 SA
Demonstrar honestidade	Operar recursos de informática	Demonstrar fluência verbal e escrita	Dominar legislação
9 SA	10 SA	11 SA	12 SA

**Legenda das ocupações da família**

SA - SUPERVISOR ADMINISTRATIVO

**Anexo IV - Apêndice III - Parte 12 - Grupo 2 - 4. Tabela  
de Atividades - Engenheiro Mecânico..pdf**

Relatório Tabela de Atividades

Família Ocupacional: 2144 - Engenheiros mecânicos e afins

Áreas	Atividades			
A PROJETAR SISTEMAS, CONJUNTOS MECÂNICOS, COMPONENTES E FERRAMENTAS	Consultar literatura técnica	Consultar fornecedores	Consultar produtos similares	Especificar limites de referência (premissas)
	1 EM	2 EM	3 EM	4 EM
	Especificar sistemas, conjuntos mecânicos, componentes e ferramentas	Especificar materiais	Calcular sistemas, conjuntos mecânicos, componentes e ferramentas	Desenhar sistemas, conjuntos mecânicos, componentes e ferramentas
	5 EM	6 EM	7 EM	8 EM
	Analisar viabilidade financeira do projeto	Analisar impactos socioambientais de projeto	Criar protótipos	Pesquisar novas tecnologias
	9 EM	10 EM	11 EM	12 EM
B IMPLEMENTAR ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO	Implantar sistemas de controle de desempenho de equipamento	Inspecionar sistemas, conjuntos mecânicos, componentes e ferramentas	Coletar dados técnicos de funcionamento de sistemas, conjuntos mecânicos, componentes e ferramentas	Classificar manutenção por nível de complexidade
	1 EM	2 EM	3 EM	4 EM
	Realizar manutenções			
C TESTAR SISTEMAS, CONJUNTOS MECÂNICOS, COMPONENTES E FERRAMENTAS	Estabelecer variáveis e valores de controle	Selecionar equipamentos de medição	Instalar equipamentos de teste	Aferir equipamentos de teste
	1 EM	2 EM	3 EM	4 EM
	Ajustar equipamentos de teste (calibrar)	Estabelecer condições operacionais de teste	Medir variáveis durante operação	Avaliar resultados de teste de sistemas, conjuntos mecânicos, componentes e ferramentas
	5 EM	6 EM	7 EM	8 EM
D DESENVOLVER PROCESSOS DE FABRICAÇÃO	Definir etapas de fabricação	Definir sistemas, conjuntos mecânicos, componentes e ferramentas	Controlar processo produtivo	Controlar qualidade de produto
	1 EM	2 EM	3 EM	4 EM
	Indicar alterações de variáveis de processo produtivo	Indicar alterações de sistemas, conjuntos mecânicos, componentes e ferramentas	Indicar alterações de instalações de fabricação (leiaute)	
	5 EM	6 EM	7 EM	

**E ELABORAR DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA**

Elaborar normas e manuais técnicos	Elaborar metodologias de testes	Elaborar padrões e procedimentos técnicos e racionais	Elaborar especificações técnicas
1 EM	2 EM	3 EM	4 EM
Elaborar relatórios e laudos técnicos	Elaborar artigos técnicos	Elaborar planos de manutenção preventiva e preditiva	Codificar sistemas, conjuntos mecânicos e componentes e ferramentas
5 EM	6 EM	7 EM	8 EM
Elaborar teor técnico em contratação de bens e serviços			
9 EM			

**F COORDENAR ATIVIDADES TÉCNICAS**

Definir cronograma de trabalho	Definir escopo de trabalho	Definir equipe de trabalho	Coordenar equipe de trabalho
1 EM	2 EM	3 EM	4 EM
Coordenar logística de recursos	Gerir recursos financeiros	Avaliar resultado de atividades	Capacitar pessoal
5 EM	6 EM	7 EM	8 EM

**G ASSESSORAR ATIVIDADES TÉCNICAS**

Prestar suporte técnico	Prestar consultoria técnica	Realizar perícia técnica em sistemas, conjuntos mecânicos, componentes e ferramentas	Assessorar elaboração de aplicativos específicos (softwares)
1 EM	2 EM	3 EM	4 EM
Proferir palestras	Participar de auditoria de qsms		
5 EM	6 EM		

**Z DEMONSTRAR COMPETÊNCIAS PESSOAIS**

Demonstrar raciocínio analítico	Demonstrar raciocínio lógico	Demonstrar orientação espacial	Demonstrar atenção difusa
1 EM	2 EM	3 EM	4 EM
Demonstrar capacidade retórica	Demonstrar capacidade de negociação	Trabalhar em equipe	Demonstrar capacidade de liderança
5 EM	6 EM	7 EM	8 EM
Contornar situações adversas	Administrar conflitos	Usar epi	
9 EM	10 EM	11 EM	

**Legenda das ocupações da família**

EM - ENGENHEIRO MECÂNICO

**Anexo V - Apêndice III - Parte 14 - Grupo 2 - 6. Termo  
Aditivo à CCT n\_ 401 (2022-2023) - Engenheiro  
Mecânico..pdf**

**TERMO ADITIVO A CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2022/2023**

**NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:** DF000401/2022  
**DATA DE REGISTRO NO MTE:** 12/07/2022  
**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** MR035133/2022  
**NÚMERO DO PROCESSO:** 19964.109476/2022-69  
**DATA DO PROTOCOLO:** 11/07/2022

**NÚMERO DO PROCESSO DA CONVENÇÃO COLETIVA PRINCIPAL:** 19964.111730/2021-16  
**DATA DE REGISTRO DA CONVENÇÃO COLETIVA PRINCIPAL:** 25/08/2021

**Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.**

SIND NACIONAL EMPR ARQUITETURA E ENGENHARIA CONSULTIVA, CNPJ n. 59.940.957/0001-60, neste ato representado(a) por seu ;

E

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO DISTRITO FEDERAL , CNPJ n. 00.412.403/0001-48, neste ato representado(a) por seu ;

celebram o presente TERMO ADITIVO DE CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência do presente Termo Aditivo de Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de maio de 2022 a 30 de abril de 2023 e a data-base da categoria em 01º de maio.

**CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

O presente Termo Aditivo de Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **dos Profissionais Liberais dos Engenheiros, do Plano da Confederação Nacional dos Profissionais Liberais - CNPL empregados das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva com abrangência no Distrito Federal, com abrangência territorial em Brasília/DF.**

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO  
PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS****CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES GERAIS****REAJUSTE SALARIAL**

Os salários vigentes em abril de 2022 serão corrigidos, na data base de **1º de maio de 2022**, em 3% (três por cento).

Ficam preservados os aumentos ocorridos no período de maio de 2021 a abril de 2022 a título de mérito, promoção, transferência, implemento de idade, inclusive aumentos reais concedidos pela empresa associada em caráter indispensável.

Para os empregados admitidos após a data base, o reajuste de que trata o caput desta cláusula deverá ser aplicado com o critério de proporcionalidade, observado o disposto no artigo 461 da CLT, respeitada a isonomia salarial da categoria, conforme Tabela de Proporcionalidade constante desta cláusula.

**TABELA DE PROPORCIONALIDADE****MÊS DE ADMISSÃO****FATOR DE ATUALIZAÇÃO (%)**

Maio 2021	1,00
Junho 2021	0,92
Julho 2021	0,83
Agosto 2021	0,75
Setembro 2021	0,66
Outubro 2021	0,58
Novembro 2021	0,50
Dezembro 2021	0,42
Janeiro 2022	0,33
Fevereiro 2022	0,25
Março 2022	0,16
Abril 2022	0,08

As antecipações salariais concedidas entre 01.05.21 e 30.04.2022 poderão ser compensadas.

As diferenças salariais resultantes da aplicação do índice de reajuste constante do caput desta cláusula poderão ser pagas sem qualquer acréscimo até a folha de pagamento dos 2 (dois) meses subsequentes à assinatura deste Termo Aditivo.



## **PISO SALARIAL**

Ficam estabelecidos os seguintes pisos salariais.

O piso salarial para os engenheiros com mais de 2 (dois) anos da data de concessão da habilitação profissional é de R\$ 10.302,00 (dez mil trezentos e dois reais) para uma jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais de trabalho.

Fica instituído o piso salarial para os engenheiros em início de carreira, com até 2 (dois) anos da data da concessão da habilitação profissional, de R\$ 7.272,00 (sete mil duzentos e setenta e dois reais), para uma jornada de 36 (trinta e seis) horas semanais, acrescidas de 8 (oito) horas semanais, sem qualquer contraprestação pecuniária, para atividades de aperfeiçoamento profissional no ambiente de trabalho.

## **GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS OUTROS AUXÍLIOS**

### **CLÁUSULA QUARTA - CONDIÇÕES GERAIS**

#### **AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO**

Enquanto as empresas não possuírem restaurante ou fornecimento de refeição deverá fornecer a todos os seus empregados auxílio-alimentação através de Vale-Refeição, no valor unitário de R\$ 32,00 (trinta e dois reais), subsidiando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) deste valor, percentual que não poderá sofrer redução.

É facultado às empresas efetuar, se assim se tornar necessário, recomendado ou adequado às suas operações, ou para facilidade dos empregados, o pagamento total ou parcial do auxílio-alimentação em dinheiro.



O benefício do auxílio-alimentação pago em dinheiro tem caráter meramente indenizatório, para todos os fins.

Para todos os efeitos o benefício do auxílio-alimentação não se caracteriza como salário utilidade.

### **REEMBOLSO CRECHE**

As empresas reembolsarão às suas empregadas mães importância equivalente a R\$ 320,00 (trezentos e vinte reais), mensalmente, para cada filho (inclusive adotivo) de até 6 (seis) anos, pagamento este que fica condicionado à comprovação dos gastos com internamento em creche ou instituição análoga, de livre escolha da empregada.

### **RENEGOCIAÇÃO**

Caso ocorram alterações significativas no cenário que interfiram diretamente nas regras estabelecidas no presente Termo Aditivo e/ou alteração na legislação salarial vigente, as partes se comprometem a renegociar as condições, de modo a restabelecer o equilíbrio das relações trabalhistas.

## **DISPOSIÇÕES GERAIS OUTRAS DISPOSIÇÕES**

### **CLÁUSULA QUINTA - CONDIÇÕES GERAIS**

#### **ALTERAÇÕES EM DISPOSITIVOS DO INSTRUMENTO ORIGINAL**

A Cláusula Sétima do instrumento original passa a vigorar com as seguintes alterações:

#### **“CLÁUSULA SÉTIMA – CONDIÇÕES GERAIS**

##### **CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL**

Com fundamento na decisão da Assembleia Geral Extraordinária do SENGE/DF, realizada em 20 de junho de 2022, os empregadores descontarão dos seus empregados Engenheiros e Geólogos a importância correspondente a 3% (três por cento) do salário bruto do primeiro mês subsequente ao da homologação do presente Termo Aditivo, a título de Contribuição Assistencial. Quando se tratar de empregados admitidos após a homologação deste instrumento, o desconto ocorrerá no mês seguinte ao da contratação.

As importâncias serão recolhidas pelas empresas até o 20º (vigésimo) dia do desconto na folha de pagamento, e deverão ser depositadas na conta corrente nº 602.649-8 mantida na agência 059 do BRB – Banco de Brasília.

Os trabalhadores que não concordarem com a contribuição deverão se opor junto à empresa, por escrito, até 30 (trinta) dias da data da assinatura deste Termo Aditivo, oposição essa que será comunicada pela empresa ao SENGE/DF

##### **CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL**

Conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária do SINAENCO/DF, realizada em 29/06/2022, e previsto na Constituição Federal, artigo 8º, inciso IV, combinado com o artigo 513, letra “e”, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, o valor da contribuição, como tem ocorrido anualmente, é determinado pela classe em que se enquadra a receita operacional da empresa, de acordo com a tabela abaixo.

#### **TABELA DA CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL**

##### **SINAENCO**

<b><u>CLASSE</u></b>	<b><u>VALOR CAPITAL SOCIAL (R\$)</u></b>	<b><u>VALOR DA CONTRIBUIÇÃO(R\$)</u></b>
<b>A</b>	Acima de 8.100.001,00	400,00

<b>B</b>	De 2.700.001,00 a 8.100.000,00	300,00
<b>C</b>	De 900.001,00 a 2.700.000,00	200,00
<b>D</b>	De 100.001,00 a 900.000,00	100,00
<b>C</b>	Até 100.000,00	60,00
<b>F</b>	Empresas sem Empregados	35,00

A contribuição deverá ser paga através de boleto bancário de uma única vez, com vencimento em até 30 (trinta) dias a contar da homologação deste Termo Aditivo. Os valores pagos em atraso sofrerão multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.

#### **DESPESAS DE VIAGEM**

As empresas se comprometem a arcar com as despesas de viagens, em objeto de serviço, antecipando parte destas, devendo o empregado prestar contas dentro da sistemática e prazos estipulados por essas.

Quando for utilizado, a serviço, o veículo de propriedade do empregado o valor do reembolso pelo quilômetro rodado será de pelo menos R\$ 1,00 (um real).

#### **MULTA PELO DESCUMPRIMENTO**

Fica estabelecida a multa no valor equivalente a 02% (dois por cento) do Salário Normativo da Categoria, por empregado, por infração e por dia, nos casos de descumprimento das obrigações de fazer, constantes deste Termo Aditivo, revertendo o pagamento em favor da parte prejudicada e não podendo exceder o principal nos termos do art. 920 do Código Civil.

.....”.

#### **RATIFICAÇÃO**

São ratificadas todas as demais cláusulas e condições estabelecidas na Convenção Coletiva de Trabalho, celebrada entre as partes para vigorar na data-base de maio de 2021, que não elidam com este Termo Aditivo.

#### **JUÍZO COMPETENTE**

Será competente a Justiça do Trabalho para dirimir quaisquer divergências surgidas na aplicação do presente Termo Aditivo.

**EDUARDO STAHLHOEFER**  
**VICE-PRESIDENTE**  
**SIND NACIONAL EMPR ARQUITETURA E ENGENHARIA CONSULTIVA**

**FRANCISCO MACHADO DA SILVA**  
**DIRETOR**  
**SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO DISTRITO FEDERAL**

### **ANEXOS**

#### **ANEXO I - ATA ASSEMBLEIA SENGE-DF 20-06-2022**

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

**Anexo VI - Apêndice III - Parte 27 - Grupo 4 - 5.  
Descrição\_ características e exigências dos cargos -  
Supervisor Administrativo - Nível II..pdf**

**Supervisor Administrativo – Nível II**  
**(grupo 4)**

<b>Cargo</b>	<b>Supervisor Administrativo – Nível 2</b>
<b>Código CBO</b>	4101-05
<b>Salário Proposto</b>	R\$ 5.000,00
<b>Grau de Instrução</b>	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de nível superior reconhecido pelo MEC.
<b>Experiência Profissional</b>	Experiência profissional nas áreas de convênios, contrato de repasse, e gestão orçamentária e financeira ou outras áreas correlatas da administração pública, com o mínimo de 2 anos de atuação, com execução de atividades correlatas às descritas, comprovada por meio de registro da Carteira Profissional de Trabalho ou declaração de atividades expedida pelo Órgão Público.
<b>Conhecimentos Básicos</b>	Conhecimento do sistema operacional Windows, navegadores de internet, correio eletrônico, editores de textos e apresentações, planilhas eletrônicas, na língua portuguesa, noções de direito administrativo, administração pública e redação oficial.
<b>Conhecimentos Específicos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração de minutas de Ofícios, despachos, notas de serviço, portarias, e outros congêneres;</li> <li>• Atividades de transferências voluntárias (convênios, contratos de repasse e outros instrumentos congêneres); Sistema de Concessão de Passagens e Diárias – SCDP do Governo Federal;</li> <li>• Sistema de Concessão de Passagens e Diárias – SCDP do Governo Federal;</li> <li>• Sistema SUPER.GOV.BR do Governo Federal;</li> <li>• Legislação que rege a administração pública, tais como: gestão da despesa pública; licitações e contratos administrativos; recursos materiais e logística; finanças públicas; administração de pessoal e gestão de riscos, redação oficial;</li> <li>• Sistemas estruturantes do Governo Federal: Portal TRANSFEREGOV, SIAFI, SCDP e COMPRASNET, bem como das legislações regidas e do funcionamento dos respectivos sistemas; e</li> <li>• Conhecimento na elaboração de minutas de manifestações de média ou alta complexidade.</li> </ul>
<b>Atribuições Internas (na sede do Ministério da Defesa)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acessar, alterar, consultar, excluir e incluir dados e informações em sistemas informatizados;</li> <li>• Atender e acompanhar solicitações e reclamações dos cidadãos e dos representantes de instituições públicas e privadas;</li> <li>• Auxiliar na organização e realização de reuniões e eventos;</li> <li>• Elaborar relatórios sobre processos administrativos ou judiciais quanto a assuntos afetos às atribuições do respectivo setor, desde que não envolvam tomada de decisão, informações restritas ou sigilosas;</li> <li>• Realizar suporte à gestão, logística e planejamento, propondo otimização dos programas e processos;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaborar minutas de documentos, tais como e-mails, ofícios, planilhas, <i>power bi</i>, quadros, relatórios e tabelas;</li> <li>• Auxiliar na gestão de projetos e processos;</li> <li>• Assistir os responsáveis no planejamento orçamentário, consolidando as demandas;</li> <li>• Realizar levantamentos e pesquisas de dados e informações para o planejamento estratégico do setor;</li> <li>• Auxiliar na elaboração de indicadores de desempenho;</li> <li>• Auxiliar na interpretação e implantação de normativos;</li> <li>• Auxiliar na elaboração e tratamento das respostas às demandas dos Órgãos de Controle, Jurídicos e Policiais (Tribunal de Contas da União (TCU), Controladoria Geral da União (CGU), Poder Judiciário, Ministério Público, Procuradorias nos Estados, Polícia Federal e outros);</li> <li>• Acompanhamento e levantamento e análise de acórdãos do TCU normas e jurisprudência dos órgãos judiciais que envolva matéria específica do setor;</li> <li>• Gerenciar e controlar as atividades relativas a rotina administrativa, orientar o cumprimento de normas e ordens de serviço;</li> <li>• Propor medidas de simplificação e melhorias das rotinas administrativas;</li> <li>• Desenvolver e auxiliar a implementação de planos de trabalho para melhorar a eficiência operacional do PCN, bem como desenvolver estratégias para melhorar a qualidade e produtividade do trabalho;</li> <li>• Auxiliar na elaboração de minutas de manifestações de: reunião de teses e decisões dos órgãos de controle externo da Administração pública afetadas à matéria submetida à análise jurídica;</li> <li>• Conferência dos elementos que devem constar da instauração processual;</li> <li>• Elaboração de relatórios sobre as demandas apresentadas;</li> <li>• Inserção de manifestações padronizadas nas minutas, de maneira preparatória à análise.</li> <li>• Auxiliar na análise prévia das minutas de Editais de licitação, contratos, convênios e demais atos de natureza similar;</li> <li>• Conferir a presença dos elementos formais que compõem a instrução dos processos, a partir de lista previamente adotada no âmbito do setor;</li> <li>• Realizar pesquisas e levantamento de informações relativos às atribuições do respectivo setor, mediante o uso de recursos da tecnologia da informação, sítios oficiais e outras fontes legítimas; e</li> <li>• Prestar informações sobre providências, dados, decisões e outros assuntos relativos às atribuições institucionais do setor, desde que não configurem assunção de posição conclusiva ou oficial do setor.</li> </ul>
<b>Atribuições Externas (fora da sede do Ministério da Defesa, na área de atuação do Programa Calha Norte)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Auxiliar na realização de palestras em workshop, fora de sede, na área de atuação do PCN, prestando esclarecimentos técnicos atinentes à execução das fases dos convênios, contrato de repasse ou instrumentos congêneres.</li> </ul>

- Acompanhar a Autoridade competente da unidade em eventos e reuniões fora de sede para levantamento de relatório dos pontos abordados.

## Habilidades, Atitudes e Valores

### Habilidades

- Comunicação - capacidade de escutar e de transmitir ideias com desenvoltura, coerência, facilidade de expressão oral e escrita e objetividade;
- Concentração - capacidade de ficar alerta, selecionar informações importantes, bloquear sinais irrelevantes redirecionar o pensamento;
- Ética - capacidade de adotar comportamentos e relacionamentos que observemos valores e normas adotados no ambiente de trabalho;
- Gerenciamento do tempo - capacidade de gerenciar o próprio tempo e o dos outros considerando as atividades a serem realizadas;
- Resolução de problemas - capacidade de percepção e criação de estratégias efetivas para resolver situações novas ou mal definidas;
- Coerência - apresentar de forma consistente argumentos e posicionamentos viáveis;
- Autocrítica - reformular por meio da introspectiva, ideias ou posicionamentos;
- Objetividade - priorizar os aspectos essenciais; e
- Perspicácia - compreender de forma sagaz, particularidades importantes;

### Atitudes e Valores

- Altruísmo-capacidade de abdicar de interesses pessoais em benefício de outras pessoas ou do interesse público;
- Comprometimento – engajamento traduzido em atenção, empenho e zelo em prol do serviço público;
- Disposição-capacidade de estar sempre alerta e disponível, iniciativa e entusiasmo;
- Empatia - capacidade de se imaginar no lugar de outras pessoas e de compreender seus sentimentos, desejos, ideias e ações, atuando com cordialidade e cortesia em suas atitudes;
- Equilíbrio emocional - capacidade de trabalhar sob pressão, resistência à frustração, maturidade e resiliência.
- Flexibilidade – capacidade de se adaptar às mudanças e rever pontos de vista, abertura para feedbacks e ideias diferentes;
- Integridade – atuar de maneira correta, honesta, proba e com transparência, pautado por princípios éticos e morais;
- Pontualidade - capacidade de realizar os compromissos e afazeres dentro do prazo estipulado, com exatidão e regularidade; e
- Profissionalismo - capacidade de demonstrar excelência, valores honráveis, padrões, ética e bom caráter, sendo produtivo e proativo.

**Anexo VII - Apêndice XII - Termo de Conciliação  
judicial firmado entre o Ministério Público do  
Trabalho e a União.pdf**





**MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETARIA-GERAL – SG**

**ANEXO XII - TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO  
PÚBLICO DO TRABALHO E A UNIÃO**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, neste ato representado pelo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Guiomar Rechia Gomes, pelo Procurador-Chefe da PRT da 10ª. Região, Dr. Brasilino Santos Ramos e pelo Procurador do Trabalho Dr. Fábio Leal Cardoso, e a UNIÃO, neste ato representada pelo Procurador-Geral da União, Dr. Moacir Antônio da Silva Machado, pela SubProcuradora Regional da União - 1ª. Região, Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero e pelo Advogado da União, Dr. Mário Luiz Guerreiro;

CONSIDERANDO que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida obrigatoriamente pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de trabalho de natureza estatutária, com a Administração Pública;

CONSIDERANDO que a legislação consolidada em seu art. 9º, comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista;

CONSIDERANDO que as sociedades cooperativas, segundo a Lei no. 5.764, de 16.12.1971, art. 4º, “(...) são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados”.

CONSIDERANDO que as cooperativas podem prestar serviços a não associados somente em caráter excepcional e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária, (art. 86, da Lei no. 5.764, de 16.12.1971), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão de obra terceirizada;

CONSIDERANDO que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade, e que a prática do merchandage é vedada pelo art. 3º, da CLT e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En. 331);

CONSIDERANDO que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão-de-obra, que prestam serviços de natureza subordinada à UNIÃO embora laborem em situação fática idêntica à dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-se à margem de qualquer proteção jurídico-laboral, sendo-lhes sonogada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente àquelas destinadas a tutelar a segurança e higidez do trabalho subordinado, o que afronta o princípio da isonomia, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (arts. 5º, caput e 1º, III e IV da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que num processo de terceirização o tomador dos serviços (no caso a administração pública) tem responsabilidade sucessiva por eventuais débitos trabalhistas do fornecedor de mão-de-obra, nos termos do Enunciado 331, do TST, o que poderia gerar graves prejuízos financeiros ao erário, na hipótese de se apurar a presença dos requisitos do art. 3º, da CLT na atividade de intermediação de mão-de-obra patrocinada por falsas cooperativas;

CONSIDERANDO o teor da Recomendação Para a Promoção das Cooperativas aprovada na 90ª sessão, da OIT – Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar políticas nos sentidos de:

“8.1.b. Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento das leis do trabalho ou usadas para estabelecer relações de emprego disfarçados, e combater pseudocooperativas que violam os direitos dos trabalhadores velando para que a lei trabalhista seja aplicada em todas as empresas. ”

## RESOLVEM

Celebrar CONCILIAÇÃO nos autos do Processo 01082-2002-020-10-00-0, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, mediante os seguintes termos:

**Cláusula Primeira - A UNIÃO abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão-de-obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:**

- a) Serviços de limpeza;
- b) Serviços de conservação;
- c) Serviços de segurança, de vigilância e de portaria;
- d) Serviços de recepção;
- e) Serviços de copeiragem;
- f) Serviços de reprografia;
- g) Serviços de telefonia;
- h) Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;
- i) Serviços de secretariado e secretariado executivo;
- j) Serviços de auxiliar de escritório;
- k) Serviços de auxiliar administrativo;
- l) Serviços de office boy (contínuo);
- m) Serviços de digitação;
- n) Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas;
- o) Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;
- p) Serviços de ascensorista;
- q) Serviços de enfermagem; e
- r) Serviços de agentes comunitários de saúde.

Parágrafo Primeiro – O disposto nesta Cláusula não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.

Parágrafo Segundo – As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios, ampliar o rol de serviços elencados no caput.

Cláusula Segunda - Considera-se cooperativa de mão-de-obra, aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio de produção, e cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva), pelos seus associados.

Cláusula Terceira - A UNIÃO obriga-se a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por conseguinte, se os mesmos podem ser prestados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais;

Parágrafo Primeiro - É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados. Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão-de-obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.

Parágrafo Segundo – Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados pela Cláusula Primeira deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação e sua homologação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo.

Parágrafo Terceiro - Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, o licitante vencedor do certame deverá comprovar a condição de empregador dos prestadores de serviços para as quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito, condição obrigatória à assinatura do respectivo Contrato.

## **DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO**

Cláusula Quarta – A UNIÃO obriga-se ao pagamento de multa (astreinte) correspondente a R\$1.000,00 (um mil reais) por trabalhador que esteja em desacordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Parágrafo Primeiro – O servidor público que, em nome da Administração, firmar o Contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais.

Parágrafo Segundo – Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a UNIÃO, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.

## **DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA**

Cláusula Quinta – A UNIÃO se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência.

## **DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTE**

Cláusula Sexta - As partes submetem os termos da presente conciliação à homologação do Juízo da MM. Vigésima Vara do Trabalho, para que o ajuste gere os seus efeitos jurídicos.

Cláusula Sétima - Os termos do presente avençam gerarão seus efeitos jurídicos a partir da data de sua homologação judicial.

Parágrafo único - Os Contratos em vigor entre a UNIÃO e as Cooperativas, que contrariem o presente acordo, não serão renovados ou prorrogados.

Cláusula Oitava - A presente conciliação extingue o processo com exame do mérito apenas em relação à UNIÃO, prosseguindo o feito quanto aos demais réus. Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terá eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo único, e 876, caput, da CLT.

Brasília, 5 de junho de 2003.

**GUILHERME MASTRICHI BASSO GUIOMAR RECHIA GOMES**  
Procurador-Geral do Trabalho Vice-Procuradora-Geral do Trabalho

**BRASILINO SANTOS RAMOS FÁBIO LEAL CARDOSO**  
Procurador-Chefe/PRT 10ª. Região Procurador do Trabalho

**MOACIR ANTONIO DA SILVA MACHADO**  
Procurador-Geral da União

**HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO MÁRIO LUIZ GUERREIRO**  
Sub-Procuradora-Regional da União–1ª. Região Advogado da União

**Testemunhas:**

**GRIJALBO FERNANDES COUTINHO**  
Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA

**PAULO SÉRGIO DOMINGUES**  
Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil - AJUFE

**REGINA BUTRUS**  
Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT

## **TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL – PROCESSO Nº 00810-2006-017.10.00.7**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**, neste ato representado pela Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Otávio Brito Lopes, e pelos Procuradores do Trabalho, Dr. Fábio Leal Cardoso e Dra. Vivian Rodriguez Mattos, e a **UNIÃO**, neste ato representada pela Advocacia Geral da União, por meio do Advogado-Geral da União, Dr. José Antônio Dias Toffoli, e pelo Procurador-Geral da União, Dr. Luís Henrique Martins dos Anjos, e pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sr. Paulo Bernardo Silva, na forma do art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, combinado com o art. 876 da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.492, de 1 de maio de 1943).

**CONSIDERANDO** a existência da Ação Civil Pública nº 00810-2006-017-10-00-7, ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho em face da UNIÃO, cujo objeto versa sobre a intermediação irregular de mão de obra praticada no âmbito da Administração Pública Federal Direta;

**CONSIDERANDO** que existem outras ações civis públicas ajuizadas e vários procedimentos investigatórios em diversas Procuradorias Regionais do Trabalho envolvendo o tema da terceirização imprópria em órgãos da Administração Pública Federal Direta;

**CONSIDERANDO** que o Enunciado nº 331, I, do Tribunal Superior do Trabalho, estabelece que a contratação de trabalhadores por meio de empresa interposta é ilegal, salvo nos casos previstos na Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974;

**CONSIDERANDO** que o Decreto nº 2.271 de 7 de julho de 1997, estabelece os parâmetros para a identificação dos serviços passíveis de terceirização no âmbito da Administração Pública Federal;

**CONSIDERANDO** que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão apresentou ao Tribunal de Contas da União proposta para substituir empregados terceirizados por servidores concursados, tal como ficou assentado no acórdão nº 1520/2006-TCU;

**CONSIDERANDO** que a União vem sendo responsabilizada de forma subsidiária por créditos trabalhistas insatisfeitos de trabalhadores de empresas prestadoras de serviços, na forma da Súmula 331, IV, do Tribunal Superior do Trabalho;

**CONSIDERANDO** as reuniões preparatórias realizadas entre o Coordenador Nacional de Combate às Irregularidades Trabalhistas na Administração Pública e Assessores Técnicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, nas quais restou consolidado o entendimento de que a abrupta solução de continuidade na prestação de tais serviços terceirizados poderia gerar ofensa a bem jurídico de igual importância àquele tutelado na referida Ação Civil Pública;

**CONSIDERANDO** que, no âmbito do Poder Executivo Federal, a matéria de pessoal é da competência do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

**CONSIDERANDO** a relevância e a obrigatoriedade de regularização de todos os contratos de prestação de serviços terceirizados;

### **RESOLVEM CELEBRAR**

**TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL**, nos seguintes termos e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA.** A UNIÃO se compromete a contratar serviços terceirizados apenas e exclusivamente nas hipóteses autorizadas pelo Decreto nº 2.271, de 7 de junho de 1997, observado o disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal.

**Parágrafo 1º** A responsabilidade pela contratação de serviços terceirizados em desacordo com o disposto no Decreto nº 2.271, de 7 de junho de 1997, será da autoridade competente para assinatura do contrato e do respectivo ordenador de despesas, solidariamente.

**Parágrafo 2º** O responsável pela assinatura dos contratos no âmbito de cada ministério, órgão ou entidade deverá identificar as atividades terceirizadas, o quantitativo total de terceirizados e a indicação das parcelas de recursos orçamentários que deixarão de ser disponibilizadas em decorrência da regularização gradativa das contratações conforme o cronograma e proporções estabelecidas na cláusula terceira deste termo.

**CLÁUSULA SEGUNDA.** A UNIÃO se compromete a regularizar a situação jurídica dos seus recursos humanos, com a consequente rescisão dos contratos de prestação de serviços cujas atividades exercidas pelos trabalhadores terceirizados não estejam de acordo com o disposto no Decreto nº 2.271, de 7 de junho de 1997.

**Parágrafo 1º** Os órgãos da Administração Pública Federal deverão elaborar, em conjunto com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, proposta de regularização da situação jurídica dos seus recursos humanos, que deverá conter, necessariamente:

8.1.1. o quantitativo de pessoal necessário para substituir trabalhadores terceirizados que estejam em desacordo com o Decreto nº 2.271, de 7 de junho de 1997;

8.1.2. o quantitativo de cargos, empregos e/ou funções públicas a serem criados, se for o caso;

8.1.3. a previsão de realização de concursos públicos para a admissão de novos servidores e/ou empregados públicos;

8.1.4. o impacto orçamentário-financeiro das medidas;

8.1.5. o cronograma de execução.

**Parágrafo 2º** O ato que autorizar a realização de concurso público deverá prever expressamente que os novos provimentos estarão vinculados ao pleno cumprimento das obrigações assumidas no presente Termo de Conciliação.

**Parágrafo 3º** O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão deverá adotar as medidas necessárias no âmbito de sua competência para a regularização da situação jurídica dos recursos humanos de cada órgão da Administração Pública Federal, como autorização para a realização de concursos públicos, encaminhamento de projetos de lei relativos à reestruturação de carreiras e à criação de novos cargos, empregos e/ou funções públicas e previsão de disponibilidade orçamentária para cobrir as novas despesas.

**CLÁUSULA TERCEIRA.** O adimplemento das obrigações ora ajustadas obedecerá rigorosamente ao cronograma a seguir estabelecido:

8.1.5.1. até **31/07/2008**, deverão estar concluídas, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, as propostas de regularização da situação jurídica dos recursos humanos de todos os órgãos da administração pública federal, com fundamento em estudos que demonstrem as reais necessidades da força de trabalho realizada pelos terceirizados;

8.1.5.2. até **31/07/2009**, a União deverá substituir, no mínimo, 30% do pessoal terceirizado que esteja realizando atividades incompatíveis com o presente Termo de Conciliação por trabalhadores admitidos mediante concurso público, nos termos do art. 37, II, da Constituição Federal;

8.1.5.3. até **31/12/09**, a União deverá substituir, no mínimo, mais 30% do pessoal terceirizado que esteja realizando atividades incompatíveis com o presente Termo de Conciliação por trabalhadores admitidos mediante concurso público, nos termos do art. 37, II, da Constituição Federal;

8.1.5.4. até **31/12/10**, a União deverá substituir todos o pessoal terceirizado que esteja realizando atividades incompatíveis com o presente Termo de Conciliação por trabalhadores admitidos mediante concurso público, nos termos do art. 37, II, da Constituição Federal, ultimando a adequação de que trata a cláusula segunda do presente Termo de Conciliação.

**Parágrafo Único** – Compete ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão autorizar a realização dos respectivos concursos públicos, obedecidos os devidos preceitos legais.

**CLÁUSULA QUARTA.** A União se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

**CLÁUSULA QUINTA.** O descumprimento das obrigações assumidas no presente Termo de Conciliação sujeitará a União à multa (*astreinte*) correspondente a R\$ 1.000,00 (um mil Reais), por obrigação descumprida (cláusulas e/ou seus parágrafos, incisos ou alíneas), por trabalhador encontrado em situação jurídica irregular, reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, nos termos dos arts. 5º, § 6º, e 13 da Lei nº 7.347, 24 de julho de 1985, com obrigatório regresso em desfavor do agente público responsável, independentemente das demais cominações e providências que poderão vir a ser requeridas pelo Ministério Público do Trabalho.

**Parágrafo 1º** A cobrança da multa não desobriga a UNIÃO do cumprimento das obrigações contidas no presente Termo de Conciliação.

**Parágrafo 2º** Independentemente das autoridades indicadas como diretamente responsáveis pelo cumprimento do presente Termo de Conciliação, o agente público que, em nome da Administração Pública Federal, firmar ou permitir que terceiros, estranhos à Administração, firmem contrato de prestação de serviços em contrariedade às disposições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no *caput* desta cláusula, além de outras sanções administrativas e penais cabíveis.

**CLÁUSULA SÉXTA.** O presente Termo de Conciliação produzirá efeitos legais a partir da sua celebração, devendo ser submetido ao MM. Juízo da 17ª Vara do Trabalho de Brasília/DF para homologação, a fim de conferir-lhe eficácia de título executivo judicial.

Estando assim, justos e compromissados, firmam o presente instrumento, para que produza os seus efeitos legais.

Brasília, 05 de novembro de 2007.

**JOSÉ ANTÔNIO DIAS TOFOLI**  
Advogado-Geral da União

**PAULO BERNARDO SILVA**  
Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

**OTÁVIO BRITO LOPES**  
Procurador-Geral do Trabalho

**LUÍS HENRIQUE MARTINS DOS ANJOS**  
Procurador-Geral da União

**FÁBIO LEAL CARDOSO**  
Procurador do Trabalho

**VIVIANN RODRIGUEZ MATTOS**  
Procuradora do Trabalho



**Anexo VIII - Apêndice III - Parte 16 - Grupo 2 - 8.  
Valores de Taxas para o Registro de ART em 2023 -  
CREA-DF.pdf**



(/index.php/)

A+ A A-

# Valores de Taxas para o Registro de ART em 2023

Ato Administrativo N° 003 (/sites/default/files/003.pdf) (Fixa os critérios para cobrança de registro da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART e dá outras providências.)

Em função do disposto nos artigos 3° e 4° da Resolução 1067/2015 (<https://normativos.confea.org.br/Ementas/Visualizar?id=57697>), será aplicado a taxa mínima de RS 96,62 para o registro de Anotações de Responsabilidade Técnica de:

- Co-responsabilidade, Co-autoria e Equipe (desde que não seja a principal)
- Desempenho de Cargo ou Função Técnica.
- Execução de obra ou serviço realizado no exterior.
- Substituição de ART quando o valor continuar da mesma faixa da tabela de taxas.
- Vínculo empregatício com entidade pública.

A quitação da ART deverá se dar exclusivamente por meio de pagamento do boleto bancário. O prazo para baixa do pagamento no sistema do Crea-DF é de até 24h em dias uteis. Depósitos ou transferência em contas bancárias do Crea-DF não serão aceitos.

## Tabela A – Obra ou serviço

Conforme Resolução 1067/2015 (<https://normativos.confea.org.br/Ementas/Visualizar?id=57697>), do CONFEA (art. 2°, §2° e §3°):

- O valor da ART referente à execução de obra incidirá sobre o valor do custo da obra.
- O valor da ART referente à prestação de serviço incidirá sobre o valor do contrato.

TABELA A

FAIXAS	VALOR DO CONTRATO	TAXA DA ART (EM R\$)
1	Até 15.000,00	R\$ 96,62
2	Acima de 15.000,00	R\$ 254,59

## Tabela B – Obra ou serviço de rotina ARTs múltiplas mensais

Conforme Resolução 1067/2015 (<https://normativos.confea.org.br/Ementas/Visualizar?id=57697>), do CONFEA (art. 6º, §1º e §2º)

O valor da ART múltipla corresponderá ao somatório dos valores individuais da ART relativa a cada contrato de obra ou serviço de rotina, conforme valores fixados nas Tabelas A e B.

§ 1º O valor individual da ART relativa a cada contrato de receita agrônômica, independentemente do valor de contrato, corresponderá ao da faixa 1 da Tabela B.

§ 2º Para efeito do disposto no caput e parágrafos deste artigo, o registro da ART múltipla deverá observar, no mínimo, o valor fixado na faixa 1 da Tabela A (R\$ 88,78).

TABELA B		
FAIXAS	VALOR DO CONTRATO	TAXA DA ART (EM R\$)
1	Até 500,00	R\$ 1,87
2	De 500,01 até 1.000,00	R\$ 3,81
3	De 1.000,01 até 2.000,00	R\$ 5,68
4	De 2.000,01 até 3.000,00	R\$ 9,51
5	De 3.000,01 até 4.500,00	R\$ 15,29
6	De 4.500,01 até 6.000,00	R\$ 22,92
7	De 6.000,01 até 7.500,00	R\$ 30,74
8	Acima de 7.500,01	TABELA "A"

\* É condição essencial para o registro de ARTs-MM que o Tipo de Obra / serviço contratado conste na relação unificada de atividades e de obras e serviços de rotina, nos termos do art. 36 da Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009.

Veja a relação de obras, serviços e atividades aptos para ART Múltipla

Clique aqui ([https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/48741470/do1-2018-11-06-decisao-normativa-n-113-de-31-de-outubro-de-2018](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/48741470/do1-2018-11-06-decisao-normativa-n-113-de-31-de-outubro-de-2018))

## Maiores informações sobre Registro de Anotação de Responsabilidade Técnica

Saiba Mais (<https://artnova.creadf.org.br/#taxas-valores>)

Anuidade 2023 (<https://sitenovo.creadf.org.br/anuidade23>)

---

Emissão de Boletos ([https://gpag.creadf.org.br/boleto/form\\_boleto\\_site.php](https://gpag.creadf.org.br/boleto/form_boleto_site.php))

---

Taxas: Valores de Serviços e Multas (/valores-multas)

---

Autenticidade de Boletos (/validarboletos)

---

### Valores de Taxas para o Registro de ART em 2023

---

Andamentos de Processos (<https://ged.creadf.org.br/processo/conferir>)

---

Autenticidade ART's, CRQs, CATs e outras certidões (/autenticidade)

---

Empresas Registradas (<https://corp.creadf.org.br/pj/publica/consulta>)

---

Profissionais Registrados (<https://corp.creadf.org.br/pf/publica/consulta>)

---

Consulta a Instituições de Ensino Cadastradas no Crea DF (/instituicaodeensino)

---

Tabela de Salário Mínimo Profissional 2023 ([https://sitenovo.creadf.org.br/sites/default/files/Tabela\\_salarial\\_profissional\\_\\_2023-06-03-2023.docx](https://sitenovo.creadf.org.br/sites/default/files/Tabela_salarial_profissional__2023-06-03-2023.docx))

---

Endereço: SGAS 901, Cj. D  
Asa Sul Brasília-DF - CEP: 70390-010  
Telefone Geral: (61) 3961-2800  
Horário de Atendimento ao Público: das 9h00 às 17h00  
Política de Privacidade (/lgpd)  
Revogar consentimento de cookies



**CONFEA**  
Conselho Nacional de Engenharia e Agronomia

(<http://www.confea.org.br/>)



**MUTUA**  
Mutua de Seguros

(<http://www.mutua.com.br/>)



**LGPD**

(<https://sitenovo.creadf.org.br/lgpd>)



**Acesso à Informação**

(<https://transparencia.creadf.org.br/>)

**Anexo IX - Apêndice III - Parte 28 - Grupo 4 - 6.  
Convênção Coletiva de Trabalho - CCT n\_ 000037-  
2023 (2023-2023)..pdf**

## CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2023/2023

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: DF000037/2023  
DATA DE REGISTRO NO MTE: 20/01/2023  
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR068125/2022  
NÚMERO DO PROCESSO: 19964.101026/2023-17  
DATA DO PROTOCOLO: 19/01/2023

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRABALHOS TEMPORARIO E SERVICOS TERCEIRIZAVEIS DO DF, CNPJ n. 00.438.770/0001-10, neste ato representado(a) por seu Vice-Presidente, Sr(a). ANDRE GUSTAVO PEDROSA DE CARVALHO;

E

SINDICATO DOS EMPR DE EMPR DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRAB TEMPORARIO, PREST SERVICOS E SERV TERCEIRIZAVEIS DO DF-SINDISERVICOS/DF, CNPJ n. 00.530.626/0001-00, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MARIA ISABEL CAETANO DOS REIS;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

### CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **das Empresas de Prestação de Serviços de Limpeza, Jardinagem, Manutenção Predial, Trabalho Temporário e Serviços Terceirizáveis e dos Empregados em Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Jardinagem, Manutenção Predial, Prestação de Serviços e Serviços Terceirizáveis**, com abrangência territorial em DF.

### Salários, Reajustes e Pagamento

#### Piso Salarial

### CLÁUSULA TERCEIRA - ABRANGÊNCIA DA JARDINAGEM

Observada a deliberação no Inquérito Civil nº 000624.2022.10.000/5, perante o Ministério Público do Trabalho da 10ª Região, ficou acordado que os trabalhadores que prestam os serviços de jardinagem, poda de árvores e arbustos, em vias públicas, no âmbito dos contratos celebrados com a NOVACAP, serão abrangidos pela Convenção Coletiva de Trabalho, celebrada com o SEAC/DF e SINDILURB/DF.

**Parágrafo Único** – Os Acordos Coletivos de Trabalho (ACT) deverão ser negociados com a participação do SEAC/DF.

#### CLÁUSULA QUARTA - SALÁRIO MÍNIMO DA CATEGORIA E PISOS SALARIAIS

As empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva não poderão utilizar salário inferior ao piso mínimo de **R\$ 1.515,92 (mil quinhentos e quinze reais e noventa e dois centavos)**. Os salários normativos da categoria por atividades específicas, já reajustados, vigentes a partir de 01 de janeiro de 2023 são:

Adestrador	R\$ 2.812,54
Agente de Portaria/Fiscal de Piso/Operador de Sistemas Fechado de Câmeras	R\$ 1.651,99
Ajudante	R\$ 1.515,92
Ajudante de Caminhão	R\$ 1.515,92
Ajudante de Cozinha	R\$ 1.515,92
Ajudante Geral de Manutenção e Reparos	R\$ 1.515,92
Alinhador/Balanceador de Autos	R\$ 1.961,97
Almoxarife	R\$ 2.238,10
Arquivista	R\$ 4.164,34
Arrumadeira	R\$ 1.515,92
Assistente Administrativo	R\$ 2.238,10
Atendente	R\$ 1.566,75
Auxiliar Administrativo	R\$ 1.566,75
Auxiliar Creche	R\$ 2.604,51
Auxiliar de Encarregado	R\$ 2.238,10
Auxiliar de Jardinagem	R\$ 1.515,92
Auxiliar de Serviços Gerais	R\$ 1.515,92
Bombeiro Hidráulico	R\$ 2.238,10
Borracheiro	R\$ 2.014,46
Cabineiro	R\$ 1.515,92
Camareiro	R\$ 1.515,92
Carpinteiro	R\$ 2.238,10
Carregador de Móveis	R\$ 1.515,92
Carregador/Estiva	R\$ 1.515,92
Chaveiro	R\$ 1.624,09
Chefe de Cozinha	R\$ 3.190,09
Copeira	R\$ 1.515,92
Costureira de livros	R\$ 1.515,92
Coumim	R\$ 1.566,75
Cozinheiro	R\$ 2.536,66
Eletricista	R\$ 2.238,10
Eletricista de Auto	R\$ 2.238,10
Encarregado de Jardinagem	R\$ 2.997,56
Encarregado de Limpeza	R\$ 2.997,56
Encarregado de Turma de Manutenção e Reparos	R\$ 2.997,56

Encarregado Geral	R\$ 3.827,96
Enrolador de Motores	R\$ 1.961,97
Estofador	R\$ 1.549,08
Fiscal Predial	R\$ 2.737,87
Frentista	R\$ 1.515,92
Funileiro	R\$ 2.238,10
Garagista	R\$ 1.651,99
Garçom	R\$ 2.238,10
Jardineiro	R\$ 2.238,10
Jauzeiro	R\$ 1.797,31
Lanterneiro de Auto	R\$ 2.238,08
Lavador de Auto	R\$ 1.515,92
Lavanderia	R\$ 1.515,92
Lustrador de Móveis	R\$ 2.238,10
Maitre	R\$ 2.778,86
Manobrista	R\$ 1.939,73
Marceneiro	R\$ 2.238,10
Mecânico de Auto	R\$ 2.238,10
Mecânico de Veículo Pesado	R\$ 2.707,75
Mestre de Obras	R\$ 2.863,31
Montador de Divisórias	R\$ 1.753,46
Office Boy / Contínuo	R\$ 1.515,92
Operador de Balancim	R\$ 1.939,74
Operador de Bilheteria	R\$ 2.569,08
Operador de Fotocopiadora	R\$ 1.515,92
Operador de Microtrator	R\$ 1.715,91
Operador de Roçadeira Costal	R\$ 1.566,75
Operador de Trator	R\$ 1.939,74
Operador de Trator de Esteira	R\$ 2.312,66
Pedreiro	R\$ 2.238,10
Persianista	R\$ 2.238,10
Pintor	R\$ 2.238,10
Pintor de Auto	R\$ 2.312,66
Piscineiro	R\$ 1.515,92
Recepcionista	R\$ 2.238,10
Salgadeira	R\$ 1.624,09
Serralheiro	R\$ 2.238,10
Servente	R\$ 1.515,92
<b>Supervisor</b>	<b>R\$ 2.997,58</b>
Torneiro Mecânico	R\$ 2.436,04
Tratador de Animais	R\$ 2.812,57
Tratador de Equinos	R\$ 2.283,36
Vaqueiro	R\$ 2.137,85
Vidraceiro	R\$ 1.961,97



Zelador

R\$ 1.651,99

**Parágrafo Único** – A relação de funções constantes na presente cláusula, não é exaustiva, mas sim exemplificativa, podendo a composição da mesma ser alterada, modificada, reduzida ou ampliada, de acordo com as novas necessidades contratuais atuais e futuras.

### **Reajustes/Correções Salariais**

#### **CLÁUSULA QUINTA - REAJUSTE SALARIAL**

A todos os trabalhadores da categoria profissional ficam garantidos **os seguintes reajustes sobre os salários vigentes em dezembro de 2022: de 7,00%** (sete por cento) **até R\$ 2.380,00** (dois mil, trezentos e oitenta reais); **de 5,79%** (cinco vírgula setenta e nove por cento) sobre os salários **entre R\$ 2.380,01 até R\$ 4.000,00** (quatro mil reais); e **de 4,00% (quatro por cento)** sobre os salários iguais ou superiores a **R\$ 4.000,01** (quatro mil reais e um centavo).

**Parágrafo Único** – Os reajustes dos salários e auxílios que compõe este instrumento de trabalho deverão ser repassados aos trabalhadores até 06 de março de 2023.

### **Pagamento de Salário – Formas e Prazos**

#### **CLÁUSULA SEXTA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO E DISCRIMINAÇÃO DE DESCONTOS**

O pagamento do salário será feito até o 5º (quinto) dia útil, mediante recibo, fornecendo-se cópia ao empregado, com a identificação da empresa, e no qual constarão a remuneração com a discriminação das parcelas, a quantia líquida paga, as horas extras e o desconto de 6% (seis por cento) incidente sobre o salário (vale-transporte), inclusive para a Previdência Social, e o valor correspondente ao FGTS.

**Parágrafo Primeiro** – As empresas ficam obrigadas a discriminar as nomenclaturas corretas referentes a cada desconto sofrido no pagamento do empregado, principalmente as alusivas às faltas, penalidades, mensalidade do sindicato, contribuição social, taxa assistencial, adiantamento salarial, dentre outros.

**Parágrafo Segundo** – Para as empresas associadas ao SEAC/DF, o pagamento do salário devido aos trabalhadores no ano de 2023, poderá ser realizado até o 5º (quinto) dia útil bancário.

**Parágrafo Terceiro** – Denunciado o descumprimento da CCT, os sindicatos atuarão conjuntamente, notificando o contratante sobre os ônus do descumprimento, sem prejuízo do ajuizamento da ação cabível e do registro de denúncias perante os órgãos de fiscalização.

### **Descontos Salariais**

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - SOBRE OS DIAS PARADOS**

Os Sindicatos convenientes se comprometem a envidar esforços junto aos tomadores dos serviços para evitar qualquer desconto nos salários dos trabalhadores, na hipótese de deflagração de eventual movimento grevista.

**Parágrafo Primeiro** – Caso seja possível a compensação de jornada, mediante anuência do tomador de serviço, as empresas não descontarão os dias parados.

**Parágrafo Segundo** – Os empregados não sofrerão penalidades pelas faltas decorrentes do movimento grevista, salvo quando a mesma for considerada abusiva ou descumpra a legislação vigente.

## **CLÁUSULA OITAVA - ADIANTAMENTO SALARIAL**

As empresas se obrigam a não efetuar descontos nos salários de seus empregados a título de adiantamento salarial superior a 30% (trinta por cento) do valor do salário nominal de cada trabalhador, salvo na hipótese de rescisão contratual, quando então o desconto poderá ser feito na integralidade do saldo existente.

**Parágrafo Único** – A inobservância do *caput* desta cláusula tornará sem efeito o desconto efetuado, ficando a empresa faltante obrigada a reembolsar o trabalhador o valor do desconto superior aos 30% (trinta por cento), salvo se houve manifestação dos dois sindicatos em sentido contrário, após justificativa da empresa.

## **CLÁUSULA NONA - ABONO DE FALTAS DE EMPREGADO ESTUDANTE**

Serão abonadas as faltas de empregados estudantes em estabelecimentos de ensino oficial ou reconhecido, quando estes forem submetidos a provas periódicas, desde que a empresa seja avisada, por escrito, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

**Parágrafo Único** – Cabe ao empregado a comprovação posterior do comparecimento para feitura da prova, sob pena de ser descontado de seu salário a falta correspondente.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - ABONO DE FALTAS POR COMPARECIMENTO À AUDIÊNCIAS JUDICIAIS**

Serão abonadas as faltas dos empregados para comparecimento à audiências judiciais, ainda que como testemunha, desde que apresente, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, a intimação para comparecimento e condicionada à comprovação do comparecimento em ata judicial.

### **Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros**

#### **13º Salário**

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO**

As empresas deverão efetuar o pagamento do 13º (décimo terceiro) salário, para todos os seus empregados em única parcela, até o dia 20 de dezembro de 2023.

#### **Adicional de Insalubridade**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INSALUBRIDADE EM BANHEIRO PÚBLICO E DE GRANDE CIRCULAÇÃO**

Diante da inexistência de regulamentação específica por parte do Ministério do Trabalho e Emprego acerca dos critérios para definição de banheiros públicos de uso coletivo e de grande circulação, para atender o prescrito nos artigos 190 e 192 da CLT, considera-se para efeito de pagamento de insalubridade em grau máximo (40%) sobre o salário-mínimo do trabalhador na função de Auxiliar de Serviços Gerais que exerça a função em banheiros públicos e de grande circulação.

**Parágrafo Primeiro** – Entende-se como banheiro público e de grande circulação aquele localizado em áreas que não possuam qualquer tipo de controle de acesso e não sejam de propriedade particular, e entende-se como banheiro de alta circulação aquele que tenha 05 (cinco) ou mais vasos sanitários por banheiro.

**Parágrafo Segundo** – Esta disposição não abrange as demais hipóteses de incidência do adicional de insalubridade descritas em normas regulamentadoras.

#### **Adicional de Periculosidade**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FUNÇÃO ESPECÍFICA - PERICULOSIDADE**

Quando o trabalho de JAUZEIRO for exercido em balancim, será acrescido ao salário, a título de adicional de periculosidade, o percentual de 30% (trinta por cento).

#### **Salário Família**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - SALÁRIO FAMÍLIA**

As empresas se obrigam a entregar recibo relativo à entrega de documento (Certidão de Nascimento) pelo empregado, para fins de percepção de salário família, nos termos do art. 84 do Decreto MPAS no 3.048/99.

**Parágrafo Único** – As empresas efetuarão o pagamento de salário família na folha do mês subsequente à formalização do pedido, cuja validade está condicionada à apresentação pelo trabalhador da documentação exigida no e-social

#### **Auxílio Alimentação**

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO**

As empresas ficam obrigadas a pagar o Auxílio Alimentação no valor de **R\$ 40,50 (quarenta reais e cinquenta centavos)** sem nenhum ônus para o trabalhador. O valor diário deverá ser pago pelos dias efetivamente trabalhados, independentemente da carga horária diária. A presente parcela não integra os salários, por não ter caráter de contraprestação de serviços.

**Parágrafo Primeiro** – Até 30/04/2023, o pagamento continuará em parcela única. A partir de 01/05/2023, o pagamento deste benefício se dará em duas parcelas, sendo a primeira no dia 1º (primeiro) de cada mês e a segunda parcela no 15º (décimo quinto) dia de cada mês.

**Parágrafo Segundo** – O pagamento do auxílio-alimentação será efetuado exclusivamente por cartão alimentação. Sendo vedado o fornecimento de marmite, ou similar, ou cesta básica.

**Parágrafo Terceiro** – DOENÇA OU FALTA DO EMPREGADO – Nos períodos de afastamento ou falta do empregado ao serviço por qualquer motivo, este não receberá o vale-alimentação correspondente aos dias de suas ausências, só podendo os mesmos ser descontados na entrega daqueles relativos ao mês seguinte. O desconto não se aplica para as folgas compensadas que tenham sido concedidas por liberalidade do tomador.

**Parágrafo Quarto** – No ato da contratação e de forma excepcional, enquanto não é produzido o cartão alimentação, no primeiro mês de admissão é facultado ao empregador promover o adiantamento de ajuda de custo em pecúnia, sem que esse integre a remuneração e qualquer de seus reflexos, inclusive a não incidência previdenciária.

**Parágrafo Quinto** – Para as empresas associadas ao SEAC/DF, nos contratos de prestação de serviços da iniciativa privada, vedada a aplicação aos contratos da iniciativa pública, aos trabalhadores cuja jornada diária de trabalho seja inferior a 6h (seis horas), será devido auxílio-alimentação proporcionalmente às horas trabalhadas.

**Parágrafo Sexto** – Os Sindicatos convencionam que em 2024 regressarão o pagamento do benefício em parcela única.

### **Auxílio Transporte**

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - VALE-TRANSPORTE**

No ato de admissão, todo e qualquer empregado deverá informar, mediante preenchimento de formulário disponibilizado pelas empresas, sua opção pelo recebimento de vale-transporte. Esses serão fornecidos pelas empresas, de uma única vez, nos dias efetivamente trabalhados para deslocamentos residência/trabalho e vice-versa, para satisfazer as exigências prevista no art. 7º do Decreto no 95.247/87, que regulamenta a Lei no 7.619/87 e as previstas na Lei no 7.418/85.

**Parágrafo Primeiro** – Para os empregados beneficiados com vale-transporte, será realizado o desconto de 6% (seis por cento), sobre o salário base do trabalhador, na forma da lei. Ocorrendo falta do trabalhador no mês em curso, os ajustes serão realizados no mês subsequente, proporcionalmente à quantidade de vale-transporte concedido para o novo período.

**Parágrafo Segundo** – Nos períodos de afastamentos do empregado de suas atividades funcionais, por qualquer motivo, inclusive por atestado médico ou pelo INSS, este não fará jus ao recebimento do benefício do vale-transporte, por inexistência de deslocamentos do trabalhador no percurso residência/trabalho.

**Parágrafo Terceiro** – No caso de decretação de nova crise sanitária, as empresas poderão conceder o benefício do vale transporte em espécie e diretamente ao trabalhador, sem que descaracterize a natureza do benefício, em consonância com os precedentes do STF (RE 487.410, RE 476.994 e RE 590.335 AGR).

**Parágrafo Quarto** – Na eventualidade da não concessão do vale-transporte em tempo hábil ao trabalhador e resultando na sua falta ao serviço, não será considerada falta injustificada.

**Parágrafo Quinto** – Na eventualidade da não concessão do vale-transporte em tempo hábil ao trabalhador e caso o trabalhador pague a passagem para não faltar ao trabalho, o ressarcimento deverá ser efetuado diretamente na conta-salário do trabalhador, nunca em depósito na conta do vale-transporte.

### **Auxílio Saúde**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PLANO AMBULATORIAL**

Fica estipulado que para todos os contratos será obrigatório, por parte das empresas, a cotação em suas planilhas de custo, o plano ambulatorial no valor de **R\$ 175,76 (cento e setenta e cinco reais e setenta e seis centavos)**, unicamente por empregado envolvido e diretamente ativado na execução dos serviços, limitado ao quantitativo de profissionais contratados pelo tomador dos serviços. O referido valor será repassado pelas empresas mensalmente ao SINDISERVIÇOS/DF, visando à manutenção de um fundo administrado pelo sindicato profissional, visando prover a assistência médica dos empregados pertencentes à base de representação do sindicato, mediante assinatura de convenio saúde a ser firmado e administrado pelo Sindicato Laboral, a ser prestado na forma dos parágrafos seguintes.

**Parágrafo Primeiro** – O Sindicato Laboral firmará contrato com empresa de saúde de boa reputação no mercado. O benefício do plano ambulatorial previsto no **caput** não obriga o trabalhador a sua associação ao SINDISERVIÇOS/DF. Optando o empregado por participar do plano hospitalar administrado pelo SINDISERVIÇOS/DF, deverá ele contribuir com sua cota-parte, devendo habilitar-se junto ao SINDISERVIÇOS/DF para providências e ajustes.

**Parágrafo Segundo** – Para implantação do benefício, deverá a empresa encaminhar, em arquivo eletrônico até o dia 7 (sete) de cada mês, a relação dos empregados, acompanhada da documentação requerida pelo SINDISERVIÇOS/DF, devendo a implantação e ativação, ocorrer até o dia 1º (primeiro) do mês subsequente, devendo o pagamento ocorrer até o dia 20 (vinte) do mês da implantação.

**Parágrafo Terceiro** – Os sindicatos, profissional e da categoria econômica, ingressarão, em conjunto ou separadamente, com impugnação aos editais que não prevejam a cotação do plano ambulatorial, visando à implantação e manutenção da presente cláusula.

**Parágrafo Quarto** – A participação do empregado e de seus dependentes será conforme o que for preconizado no convênio citado no **caput** e normas da Agência Nacional de Saúde (ANS).

**Parágrafo Quinto** – O não cumprimento desta cláusula no caso de repasses ao Sindicato Laboral, obriga a empresa ao pagamento de uma multa de 1% (um por cento) sobre o valor devido, em benefício do Sindicato Laboral, salvo em caso de atraso de pagamento por parte do tomador de serviço, devidamente comprovado, hipótese em que não será devida a presente multa.

**Parágrafo Sexto** – Tendo em vista que o interesse coletivo suplanta o individual, mesmo que as empresas possuam plano ambulatorial, o valor previsto no **caput** é devido.

**Parágrafo Sétimo** – As empresas, através do SINDISERVIÇOS/DF, terão acesso a toda a documentação referente ao plano ambulatorial contratado pelo SINDISERVIÇOS/DF e oferecido aos empregados, bem como a destinação dos valores por ele recebidos a tal título. Este acesso se dará a qualquer tempo, exclusivamente mediante solicitação escrita firmada ao SINDISERVIÇOS/DF. Após o recebimento do requerimento, o SINDISERVIÇOS/DF deverá apresentar os documentos solicitados em até 72 (setenta e duas) horas.

**Parágrafo Oitavo** – Poderá ser formada a qualquer tempo, comissão intersindical com vistas a obter melhorias na concessão do plano ambulatorial oferecido aos empregados, inclusive quanto à redução do valor da mensalidade devida a tal título. Havendo alteração do valor, as partes assinarão termo aditivo com as modificações acordadas entre si.

**Parágrafo Nono** – Será de responsabilidade exclusiva do SINDISERVIÇOS/DF, a manutenção e pagamento do Plano Ambulatorial do trabalhador(a) afastado em benefício Previdenciário e Auxílio Maternidade, pelo prazo de 150 (cento e cinquenta) dias. A responsabilidade de custeio pelo Laboral, será considerada a partir da data de comunicação do fato gerador do seu afastamento, não retroagindo os períodos. Findo este prazo, o trabalhador custeará o próprio benefício respeitando o valor fixado na Convenção Coletiva. Para o efetivo cumprimento deste dispositivo, deverá a empresa encaminhar de imediato para o Sindicato Laboral, cópia do atestado médico, requerimento previdenciário ou atestado relativo à licença maternidade.

**Parágrafo Décimo** – Na hipótese do empregado que se encontra em benefício previdenciário, e sobrevivendo sua aposentadoria, esse será desligado do plano, a não ser que promova a opção de pagamento perante a operadora em plano individual, sem intermédio de sua antiga empregadora e/ou SINDISERVIÇOS/DF, conforme estabelecido pela ANS.

**Parágrafo Décimo Primeiro** – A empresa, ao repassar o valor a que se refere o **caput** da cláusula, encaminhará ao SINDISERVIÇOS/DF e ao SEAC/DF a relação nominal dos empregados cujos valores estão sendo recolhidos, bem como dos profissionais mencionados no parágrafo anterior, que servirá para habilitá-lo junto ao plano ambulatorial.

**Parágrafo Décimo Segundo** – Os empregados que atuam em funções administrativas, nas empresas de asseio e conservação e/ou outras empresas do mesmo grupo econômico sediadas no Distrito Federal, poderão aderir ao plano ambulatorial contratado pelo SINDISERVIÇOS/DF, inclusive com a inclusão de seus dependentes, desde que arquem com o custo total do mesmo, na forma contratada, atendidas as normas estabelecidas pela ANS.

**Parágrafo Décimo Terceiro** – A condição estabelecida no **parágrafo décimo segundo** não se estenderá automaticamente aos sócios das empresas, devendo qualquer pedido de inclusão, ser submetido à análise e aprovação pelo SINDISERVIÇOS/DF.

**Parágrafo Décimo Quarto** – Fica a critério do SINDISERVIÇOS/DF a destinação de parte dos recursos arrecadados com vistas à universalização do benefício, com o compromisso de prestação de contas mensal.

**Parágrafo Décimo Quinto** – Se ocorrer a retirada ou a não adesão, por qualquer motivo, da parcela relativa ao plano ambulatorial por ato unilateral do Tomador dos Serviços, a empresa comunicará o fato aos seus empregados do contrato e ao SINDISERVIÇOS/DF, devendo informar que a assistência médica somente continuará a ser prestada, caso o empregado decida assumir o compromisso, por escrito, de pagar a cota-parte, até então repassada pela empresa.

**Parágrafo Décimo Sexto** – Todo e qualquer valor destinado ao plano ambulatorial, deve ser repassado ao Sindicato Laboral, no prazo indicado no **parágrafo segundo**, sob pena de ser caracterizada apropriação indébita e a empresa responsável incorrerá em multa equivalente a 1% (um por cento), incidente sobre o valor devido.

**Parágrafo Décimo Sétimo** – Pelo não cumprimento dos termos pactuados nesta cláusula, as empresas que deixarem de aderir ao plano ambulatorial, contratando plano diferente do gerido pelo Sindicato Laboral, salvo a hipótese prevista no **parágrafo décimo quarto**, além de assumirem por conta e risco o tratamento ambulatorial do trabalhador, incorrerão na penalidade de **R\$ 175,76** (cento e setenta e cinco reais e setenta e seis centavos), por empregado, por mês, revertida ao Sindicato Laboral.

**Parágrafo Décimo Oitavo** – Será concedido um desconto de 50% (cinquenta por cento) no percentual das multas previstas na presente cláusula à empresa associada ao SEAC/DF.

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA**

Fica convencionado que, as empresas pagarão mensalmente ao Sindicato Laboral, o valor de **R\$ 11,92** (onze reais e noventa e dois centavos), por empregado efetivado e diretamente ativado na execução dos seus contratos de prestação de serviços, públicos ou privados, limitado ao quantitativo de trabalhadores contratados pelos tomadores dos serviços. Valor esse a ser pago até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente, sem ônus para o empregado, para fins de custeio de auxílio odontológico para todos os trabalhadores.

**Parágrafo Primeiro** – O SINDISERVIÇOS/DF contratará operadora especializada em Plano Odontológico com capacidade e eficiência de atendimento a todos os trabalhadores abrangidos por esta Convenção Coletiva dentro do Distrito Federal.

**Parágrafo Segundo** – A empresa que não recolher ou repassar o auxílio odontológico, cometerá o crime de apropriação indébita e ficará o Sindicato Laboral autorizado a mover ação Judicial pertinente, observado o disposto na cláusula da Tentativa Prévia de Resolução Extrajudicial, prevista nesta Convenção Coletiva de Trabalho.

**Parágrafo Terceiro** – Tendo em vista que o interesse coletivo suplanta o individual, mesmo que as empresas possuam plano odontológico, o valor estipulado nesta cláusula é devido.

**Parágrafo Quarto** – Para dar plena efetividade no cumprimento integral do atendimento odontológico, o SINDISERVIÇOS/DF poderá estabelecer regras e procedimentos administrativos.

**Parágrafo Quinto** – É de única e exclusiva responsabilidade do Sindicato Laboral a escolha, contratação e administração, cabendo a este estabelecer os critérios e condições da prestação de serviços abrangidos pela Assistência Odontológica, bem como será de competência exclusiva do Sindicato Laboral, tratar de todos os assuntos envolvendo o plano, seus benefícios e beneficiários.

**Parágrafo Sexto** – Cessando ou não havendo repasse ao Sindicato Laboral, do valor convencionado para o auxílio odontológico, as assistências e/ou atendimentos serão suspensos de imediato, ficando o SINDISERVIÇOS/DF isento de qualquer responsabilidade, presente ou futura.

**Parágrafo Sétimo** – Será contratada operadora especializada em plano odontológico, devidamente registrada na ANS.

**Parágrafo Oitavo** – Pelo não cumprimento dos termos pactuados nesta cláusula, as empresas que deixarem de aderir ao plano odontológico gerido pelo Sindicato Laboral, além de assumirem por conta e risco o tratamento dentário do trabalhador, incorrerão na penalidade da seguinte forma:

- a) multa no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor de R\$ 11,92 (onze reais e noventa e dois centavos), até 60 (sessenta) dias de descumprimento;

b) multa no percentual de 100% (cem por cento) após 61 (sessenta e um) dias de descumprimento.

**Parágrafo Nono** – Será concedido um desconto de 50% (cinquenta por cento) no percentual das multas previstas na presente cláusula à empresa associada ao SEAC/DF.

### **Seguro de Vida**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - ASSISTÊNCIA FUNERAL**

Ficam instituídos os benefícios obrigatórios da **Assistência Funeral** no valor de **R\$ 3.000,00** (três mil reais) e **Seguro de Vida** no valor de **R\$ 6.000,00** (seis mil reais), a serem cobertos mediante contratação de apólice de seguro de vida e assistência funeral com Seguradora, em benefício do empregado.

**Parágrafo Primeiro** – O SEAC/DF disponibilizará para as empresas apólice de seguro de vida e assistência funeral com seguradora no valor mensal de **R\$ 2,75 (dois reais e setenta e cinco centavos)** por empregado efetivo, limitado ao número de funcionários previstos no contrato de prestação de serviço. A referida apólice de seguro garantirá o pagamento das quantias dispostas no **caput**, em caso de morte do funcionário, de acordo com as condições firmadas com a Seguradora indicada.

**Parágrafo Segundo** – As empresas serão responsáveis pelo pagamento diretamente à Seguradora, disponibilizada pelo SEAC/DF, bem como deverão manter os funcionários informados quanto ao benefício.

**Parágrafo Terceiro** – Juntamente com os valores destinados para a Seguradora, a empresa entregará, mensalmente, a relação dos empregados efetivos, em arquivo eletrônico. A responsabilidade pela conferência e guarda dos documentos será da Seguradora, devendo o relatório detalhado ser enviado ao SEAC/DF para efetiva fiscalização da concessão do benefício estipulado na apólice.

**Parágrafo Quarto** – O SEAC/DF figurará na relação como estipulante da apólice, sendo dessa forma representante das empresas, que figurarão como sub-estipulantes, porém, toda a responsabilidade de cunho patrimonial, em caso de inadimplência contratual, recairá sobre as empresas e a Seguradora.

**Parágrafo Quinto** – Os benefícios descritos no **caput** serão custeados com os valores repassados exclusivamente pelos contratantes da prestação dos serviços, órgãos da administração pública e pessoas de direito privado.

**Parágrafo Sexto** – As empresas se obrigam a incluir nas planilhas de preço o valor destinado a Apólice de Seguro, na oportunidade de repactuação dos contratos vigentes.

**Parágrafo Sétimo** – A partir da assinatura e registro desta Convenção Coletiva de Trabalho no sistema mediador do Ministério do Trabalho e Emprego, as empresas se obrigam, nas contratações privadas, bem como em licitações e contratações públicas futuras, a incluir nas suas planilhas de custo e formação de preços o valor destinado a Apólice de Seguro.

**Parágrafo Oitavo** – A empresa que receber a quantia do órgão contratante terá até o dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente para efetuar o repasse em favor da Seguradora.

**Parágrafo Nono** – Os benefícios, seguro de vida e assistência funeral, pelo seu caráter assistencial não integram a remuneração do trabalhador em nenhuma hipótese, conforme previsão do artigo 458 da CLT.

**Parágrafo Décimo** – O benefício assistencial funeral deverá ser incluído no valor prescrito no **caput**.



**Parágrafo Décimo Primeiro** – O SEAC/DF se compromete a disponibilizar informação de fácil acesso em seu website, contendo o telefone e demais dados necessários, para contato com a seguradora pelos familiares do segurado. É facultado ao SINDSERVIÇOS/DF promover a mesma divulgação.

**Parágrafo Décimo Segundo** – As empresas se comprometem a disponibilizar acesso à apólice de seguro a seus empregados.

**Parágrafo Décimo Terceiro** – As empresas que deixarem de aderir à apólice oferecida pelo SEAC/DF, assumirão por conta e risco a indenização junto aos beneficiários do trabalhador no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), independente de terem ou não apólice própria, haja vista que esta cláusula tem o princípio de estímulo ao associativismo e por ser um benefício ao trabalhador.

## **Outros Auxílios**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - CONSIGNAÇÕES**

Os Sindicatos convenientes se esforçarão no sentido de fazer convênios com farmácias, no intuito dos empregados poderem comprar remédios, e esses serem descontados de salário, com a devida autorização prévia.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - CONVÊNIOS**

Os convênios assinados pelo Sindicato Laboral, em relação aos quais os empregados sindicalizados das empresas aderirem, de forma escrita, e que requerem desconto nos recibos de pagamentos, esses valores serão, obrigatoriamente, descontados pelas empresas, desde que o empregado autorize por escrito, e repassados para o Sindicato Laboral até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente.

**Parágrafo Único** – A presente disposição se aplica a todos os benefícios administrados, contratados, operados ou interpostos pelo Sindicato Laboral, inclusive plano de saúde diferente do plano ambulatorial.

## **Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades**

### **Normas para Admissão/Contratação**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - CONTRATO INTERMITENTE**

Os sindicatos autorizam que as empresas contratem trabalhadores intermitentes, as quais se obrigam a realizarem o pagamento das parcelas proporcionais, referentes a cada período de prestação de serviço, em 5 (cinco) dias úteis contados do último dia de prestação de serviço.

**Parágrafo Primeiro** – A carga horária mínima para emprego do trabalho intermitente é de 6 (seis) horas diárias.

**Parágrafo Segundo** – O trabalhador convocado, com brevidade inferior a 72 (setenta e duas), horas não poderá sofrer qualquer tipo de penalidade, em caso de recusa ou de não comparecimento.

**Parágrafo Terceiro** – Fica convencionado que o trabalhador intermitente não se prestará à substituição definitiva do trabalhador efetivo, bem como não se prestará exclusivamente para cobertura do intervalo intrajornada.

**Parágrafo Quarto** – O trabalhador intermitente terá preferência de contratação para preenchimento de vaga efetiva na função na qual foi contratado.

**Parágrafo Quinto** – O trabalhador intermitente que executar serviços por mais de 60 (sessenta) dias ininterruptos no mesmo posto de trabalho, com o mesmo endereço e mesma carga horária, deverá ser admitido como efetivo.

**Parágrafo Novo** – Os contratos intermitentes deverão ser homologados pelo SINDISERVIÇOS/DF.

**Parágrafo Sexto** – O trabalhador intermitente que não for convocado dentro do período de 6 (seis) meses deverá ter seu contrato rescindido.

**Parágrafo Sétimo** – Será assegurado ao trabalhador intermitente o recebimento da remuneração, férias proporcionais com acréscimo de um terço, décimo terceiro salário proporcional; repouso semanal remunerado; além de auxílio alimentação e vale-transporte.

**Parágrafo Oitavo** – O trabalhador fará jus ao piso salarial correspondente ao trabalho efetivamente exercido.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA - READMITIDO**

Os empregados readmitidos serão contratados por prazo indeterminado, desde que o contrato anterior tenha sido de pelo menos 1 (um) ano.

### **Desligamento/Demissão**

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - AVISO PRÉVIO**

O aviso prévio deverá respeitar o estabelecido na legislação vigente.

**Parágrafo Primeiro** – O aviso prévio será fornecido por escrito em 3 (três) vias, com contra recibo, devendo constar expressamente como o trabalhador irá trabalhar no período de aviso ou se o mesmo será indenizado.

**Parágrafo Segundo** – Durante o cumprimento do Aviso Prévio concedido pelo empregador, e em havendo comprovação de haver o prestador obtido novo emprego, ficará este dispensado do seu cumprimento nos termos da Súmula 276/TST, estendida esta condição ao trabalhador convocado para assumir cargo público, seja através de concurso público ou cargo comissionado, estando este dispensado e sem ônus do cumprimento do Aviso Prévio.

**Parágrafo Terceiro** – No caso do aviso prévio trabalhado dado pelo empregador ao empregado, o cumprimento do aviso se dará com a prestação de serviços pelo trabalhador no período previsto no art.

487, acrescidos dos 3 (três) dias por ano de serviço prestado, até o máximo de 60 (sessenta) dias, perfazendo um total de até 90 (noventa) dias, na forma da Lei nº 12.506/2011.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - HOMOLOGAÇÃO DAS RESCISÕES**

As rescisões dos contratos de trabalho dos empregados, a partir de 12 (doze) meses de empresa, deverão ser assistidas pelo SINDISERVIÇOS/DF.

**Parágrafo Primeiro** – Para as associadas ao SEAC/DF que rescindirem o contrato de trabalhador com menos de 30 (trinta) meses de empresa, será dispensada a homologação presencial, desde que enviem ao SINDISERVIÇOS/DF, por meio digital, o TRCT, extrato do FGTS, GFIP e comprovantes de pagamento. Em caso de ressalva específica e discriminada, a empresa e o funcionário serão convocados para homologação presencial.

**Parágrafo Segundo** – As empresas fornecerão aos empregados, no ato da homologação, cópia do atestado de afastamento e salário – AAS, bem como carta de apresentação.

**Parágrafo Terceiro** – No caso de impedimento da homologação da rescisão do contrato de trabalho pela ausência do empregado ou do empregador, o SINDISERVIÇOS/DF fornecerá documento comprovando o comparecimento da(s) parte(s), com indicação obrigatória da finalidade do comparecimento (homologação) em referência ao trabalhador ou rol de trabalhadores, desde que devidamente demonstrada a ciência do empregado no aviso prévio, ou por qualquer meio eletrônico, ou escrito. No caso de notificação impressa, exigir-se-á a assinatura do colaborador.

**Parágrafo Quarto** – Todas as empresas são obrigadas a apresentar, no ato da homologação das rescisões contratuais, as guias de pagamento ou depósito das contribuições e mensalidades sindicais devidas ao SINDISERVIÇOS/DF e ao SEAC/DF.

**Parágrafo Quinto** – A não apresentação da documentação estabelecida no parágrafo anterior, implicará na aplicação de multa diária, desde que não tenha sido motivada pelo tomador de serviços, contada a partir da data de seu vencimento, correspondente a 1/50 (um cinquenta avos) para o empregador que não houver infringido a disposição dentro do período de 60 (sessenta) dias; e a 1/30 (um trinta avos) do valor do piso da categoria para o empregador reincidente na mesma prática dentro do período de 60 (sessenta) dias, sendo que em ambas as hipóteses o valor da multa está limitado a 1 (um) salário mínimo da categoria, a ser revertida em favor da entidade cujas guias não foram apresentadas.

**Parágrafo Sexto** – No caso da não apresentação das guias devidamente quitadas, o SINDISERVIÇOS/DF não poderá recusar-se a realizar as homologações, porém concederá prazo de 5 (cinco dias) para comprovação do pagamento, após o qual incidirá a multa estabelecida no parágrafo anterior até à sua efetiva comprovação.

**Parágrafo Sétimo** - O Sindicato Laboral deverá ressaltar todas as parcelas que entenda serem devidas ao empregado, sendo vedada a realização de ressalva genérica ao pedido de rescisão ou de quitação homologado pelo SINDISERVIÇOS/DF, devendo o SINDISERVIÇOS/DF fazer constar expressamente quais direitos não foram satisfeitos à data de sua intervenção.

**Parágrafo Oitavo** – Em havendo pagamento direto na conta corrente do empregado ou não, o prazo para homologação das rescisões de contrato de trabalho é de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data dos prazos previstos no artigo 477 da CLT, § 6º, sob pena de multa constante no parágrafo 8º do mesmo artigo.

**Parágrafo Nono** – Objetivando promover a credibilidade e profissionalização do segmento e igualar condições operacionais das empresas atuantes no setor, fica o SINDISERVIÇOS/DF obrigado a informar

oficialmente e de imediato ao SEAC/DF, os dados cadastrais relativos às empresas que não apresentarem as guias de pagamento especificadas no parágrafo terceiro.

**Parágrafo Décimo** – As empresas deverão agendar as homologações, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, sob pena de não serem atendidas.

**Parágrafo Décimo Primeiro** – A comunicação, pelo empregador ao empregado, sobre a data do agendamento da homologação poderá ser por e-mail, WhatsApp, Telegram ou outro meio de comunicação equivalente, desde que comprovado o envio.

**Parágrafo Décimo Segundo** – Em caso de falta do trabalhador, apresentados os documentos pela empresa ao Sindicato Laboral, inclusive por meio eletrônico, a homologação deixa de ser obrigatória.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - PAGAMENTO DE VERBAS RESCISÓRIAS**

As empresas efetuarão o pagamento relativo às verbas rescisórias do contrato de trabalho, no prazo máximo de 10 (dez) dias a partir do término do contrato, em dinheiro, depósito bancário ou em cheque visado, conforme acordem as partes, salvo se o empregado for analfabeto, quando o pagamento somente poderá ser feito em dinheiro ou depósito bancário, a ser comprovado no ato da homologação, em conformidade com o art. 477, § 4º da CLT.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - MULTA POR ATRASO NO PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS**

Em caráter pedagógico, as multas por atraso no pagamento das verbas rescisórias obedecerão a gradação de acordo com a higidez do empregador, calculada da seguinte forma:

I) multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso no pagamento de verbas rescisórias que não sejam apresentadas no prazo legal ao SINDISERVIÇOS/DF, para a empresa que tenha atrasado em até 60 (sessenta) dias contados da data do pagamento;

II) multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso no pagamento de verbas rescisórias que não sejam apresentadas no prazo legal ao SINDISERVIÇOS/DF para a empresa que tenha atrasado acima de 60 (sessenta) dias contados da data do pagamento.

**Parágrafo Primeiro** – O SINDISERVIÇOS/DF se obriga a visitar a empresa que descumpra a obrigação do pagamento das verbas rescisórias no prazo legal, e, em caso de erro, dará prazo de 48 (quarenta e oito) horas para a empresa promover a correção, sem incidência de multa.

**Parágrafo Segundo** – O valor da multa acima fica limitado ao montante da obrigação principal constante nos TRCT's, ou seja, sobre as verbas rescisórias efetivamente devidas.

**Parágrafo Terceiro** – Será concedido um desconto de 50% (cinquenta por cento) no percentual das multas previstas na presente cláusula à empresa associada ao SEAC/DF, desde que o seu pagamento ocorra de forma administrativa.

## **Outros grupos específicos**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - QUITAÇÃO ANUAL**

É facultado às empresas promoverem, junto ao Sindicato Laboral, a quitação anual de obrigações trabalhistas, na forma prescrita em lei vigente e mediante apresentação de documentos solicitados pelo Sindicato Laboral.

**Parágrafo Primeiro** – Pelo serviço prestado, a empresa **NÃO** associada ao SEAC/DF pagará ao Sindicato Laboral o valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por cada trabalhador.

**Parágrafo Segundo** – Pelo serviço prestado, a empresa associada ao SEAC/DF pagará ao Sindicato Laboral o valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por cada trabalhador.

**Parágrafo Terceiro** – O fornecimento pelo Sindicato Laboral do termo de quitação anual previsto no art.507-b da Lei 13.467, está condicionado à apresentação integral da documentação para análise, bem como ao fiel e integral cumprimento da convenção coletiva.

## **Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - ANOTAÇÕES NA CARTEIRA DE TRABALHO**

As empresas ficam proibidas de fazer anotações na carteira de trabalho dos empregados da categoria, que não aquelas determinadas por lei.

**Parágrafo Único** – A empresa que opte por transferir o trabalhador de uma empresa para outra do mesmo grupo econômico, sem que haja quitação rescisória, deverá a empresa sucessora, obrigatoriamente, promover a alteração do contrato de trabalho, regularizar os registros na CTPS, FGTS e Previdência Social (INSS), bem como assumir todos os encargos e direitos do trabalhador da empresa sucedida.

## **Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades**

### **Qualificação/Formação Profissional**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - CURSOS DE FORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO E RECICLAGEM PROFISSIONAL**

Os Sindicatos convenientes comprometem-se a unir esforços no sentido de buscar convênios para viabilizar cursos de formação, capacitação e reciclagem profissional.

## **Normas Disciplinares**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - ADVERTÊNCIA E SUSPENSÃO**

As empresas fornecerão cópias das penalidades aplicadas aos empregados para sua ciência, e também, encaminharão mensalmente cópia ao SINDISERVIÇOS/DF, que deverá ser efetivada até ao 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente, sob pena de nulidade da penalidade aplicada.

## **Políticas de Manutenção do Emprego**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - INCENTIVO À CONTINUIDADE**

Fica pactuado que às empresas que sucederem outras na prestação do mesmo serviço, em razão de nova licitação pública ou novo contrato administrativo ou particular e/ou contrato emergencial, ficarão obrigadas a contratar os empregados da empresa anterior, respeitando todas as estabilidades legais, inclusive as gestantes; membros de CIPA; e todos os demais funcionários que na data do desligamento possua qualquer tipo de estabilidade legal e/ou funcional, sem descontinuidade quanto ao pagamento dos salários e a prestação dos serviços, limitado ao quantitativo de empregados do novo contrato, obrigando as empresas que perderem o contrato a comunicar o fato ao Sindicato Laboral, inclusive por correspondência eletrônica, até 20 (vinte) dias antes do final do mesmo.

**Parágrafo Primeiro** – Na sucessão de contratos de prestação de serviços, no segmento privado, faculta-se às empresas realocarem, dentro das mesmas condições do posto anterior, no exercício da mesma função/cargo, com posto efetivo (não se admite reservas e feristas), o empregado que possua mais de 5 (cinco) anos de efetivo vínculo empregatício, concedendo estabilidade de 180 (cento e oitenta) dias e condições dignas de trabalho, mediante comunicado ao trabalhador por escrito, vedada a aplicação aos contratos do setor público. Para a realocação do trabalhador com mais de 12 (doze) meses de associação ao SINDISERVIÇOS/DF, o trabalhador poderá manifestar oposição à realocação.

**Parágrafo Segundo** – Caso a empresa exerça a faculdade prevista no Parágrafo Primeiro da presente Cláusula, deverá comunicar o Sindicato Laboral no prazo de 30 (trinta) dias o rol de empregados realocados e os respectivos postos de trabalho.

**Parágrafo Terceiro** – Para o fiel cumprimento das condições avençadas, o tomador de serviços só poderá realizar a devolução de funcionários que não estejam atendendo com satisfação as suas necessidades, até 30 (trinta) dias que anteceder a troca de empresas, sendo vedado a devolução do trabalhador no referido período até o início do novo contrato, devendo o tomador informar quais os trabalhadores que não irão permanecer no novo contrato.

**Parágrafo Quarto** – Não exercendo sua faculdade de realocar seus trabalhadores, a empresa sucedida estará obrigada a dispensar os empregados para permitir a contratação pela empresa sucessora, mediante as seguintes condições:

I) O Termo de rescisão Contratual, no campo referente à forma de rescisão, constará “sem justa causa” e deverá constar, obrigatoriamente, no ato de homologação, a expressa referência à cláusula.

II) A empresa que está assumindo o contrato de prestação de serviços, admitirá o empregado da empresa anterior e a ele concederá estabilidade no emprego de 90 (noventa) dias, sendo vedada a celebração de contrato de trabalho a título de experiência nesse período.

III) No período da estabilidade (90 dias) a empresa que está assumindo a contratação só poderá demitir o empregado por cometimento de falta grave ou por pedido formal do empregado.

IV) A empresa que está perdendo o contrato de prestação de serviços e, desde que o empregado seja admitido pela empresa sucessora, fica desobrigada do pagamento do aviso prévio e suas respectivas projeções, da indenização adicional prevista no artigo 12º da Lei 13.932/19, obrigando-se, entretanto, a

pagar as demais verbas rescisórias, sendo que a multa fundiária (art. 9º Decreto nº 99.684/90), será calculada no percentual de 40% do FGTS devido ao empregado.

**V)** As verbas rescisórias a que se refere o item anterior deverão ser quitadas até o 10º (décimo) dia após a rescisão do contrato de trabalho do empregado, ficando ajustado que o salário base, para cálculo das verbas rescisórias, é o correspondente ao do último dia do contrato de trabalho, acrescido da média das parcelas salariais variáveis, como horas extras e outras pagas com habitualidade, na forma da lei.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - INCENTIVO À CONTINUIDADE DO EMPREGADO PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

Fica facultado ao empregado pessoa com deficiência (PCD) valer-se da garantia contida na **Cláusula Trigésima Segunda** ("Incentivo à Continuidade"), optando por ser contratado pela empresa sucessora, em detrimento da garantia prevista no art. 17, V, da Lei nº 14.020/2020.

**Parágrafo Primeiro** – As estabilidades, previstas na Cláusula Trigésima Segunda ("Incentivo à Continuidade") e no art. 17, V, da Lei nº 14.020/2020, deverão ser observadas em sua integralidade pela empresa sucessora.

**Parágrafo Segundo** – Caso o trabalhador opte pela contratação pela empresa sucessora, a empresa sucedida estará isenta de qualquer responsabilidade em relação à estabilidade advinda do art. 17, V, da Lei nº 14.020/2020, bem como da nova relação contratual firmada entre empregado e empresa sucessora.

#### **Estabilidade Mãe**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - ESTABILIDADE PROVISÓRIA DA EMPREGADA GESTANTE**

As empresas assegurarão o emprego da gestante desde a confirmação da gravidez ao empregador, que deverá ser feita mediante atestado médico específico, até 150 (cento e cinquenta) dias após o parto, devendo, preferencialmente, a mesma ao término de sua licença, retornar ao seu posto de origem.

#### **Estabilidade Serviço Militar**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - GARANTIA DE EMPREGO PARA PRESTAR SERVIÇO MILITAR**

Será garantido o emprego do trabalhador alistando, desde a data da incorporação no serviço militar até 90 (noventa) dias após a cessão do cumprimento, desde que se apresente à sua empregadora no prazo de 30 (trinta) dias.

#### **Outras normas referentes a condições para o exercício do trabalho**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - LOCAL PARA REFEIÇÃO E ARMÁRIO**

Os Sindicatos convenientes comprometem-se a unir esforços, no sentido de conseguir junto aos tomadores de serviço, locais apropriados para as refeições dos trabalhadores e armários individuais para guarda de seus pertences.

**Parágrafo Único** – Em atenção à NR 24, mediante comunicação prévia pelos trabalhadores, ou pelo Sindicato Laboral, as empresas se comprometem a requerer do tomador a construção, ou reforma, de ambientes aptos à refeição e armazenamento, com qualidade sanitária digna da pessoa humana.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - VEDAÇÃO DE RONDA MOTORIZADA POR AGENTE DE PORTARIA / FISCAL DE PISO**

Fica expressamente proibida a realização de ronda motorizada (carro, moto, qualquer outro tipo de veículo motorizado ou bicicleta) por agentes de portaria e/ou fiscais de piso em condomínios residenciais, comerciais, empresas e órgãos públicos, por configurar como atividade de segurança privada, cuja atribuição é exclusiva do vigilante patrimonial, conforme Lei 7.102/1983 e Portaria 3.233/2013 DG/DPF.

#### **Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas**

##### **Duração e Horário**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - JORNADA DE TRABALHO**

Excetuadas as espécies de trabalho intermitente, tempo parcial ou por revezamento “12x36”, a jornada de trabalho é de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

**Parágrafo Primeiro** – As empresas compensarão o excesso de horas trabalhadas em um dia pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período o máximo de 30 (trinta) dias, desde que haja anuência do tomador de serviços.

**Parágrafo Segundo** – A jornada de trabalho estabelecida nesta cláusula poderá ser acrescida de horas suplementares que serão remuneradas com adicional de 50% (cinquenta por cento) sobre a hora normal, ou poderão ser compensadas, conforme previsto no parágrafo anterior.

**Parágrafo Terceiro** – As reuniões de trabalho, de comparecimento obrigatório, a que convocados os(as) trabalhadores(as) deverão ser realizados durante o expediente normal, e se estas ultrapassarem o horário normal de trabalho serão remuneradas como horas excedentes, como serviços extraordinários, por representarem tempo à disposição da empresa. O período será indenizado como horas excedentes apenas se estiverem consignadas nas folhas de ponto.

**Parágrafo Quarto** – A Jornada de Trabalho dos empregados da categoria profissional é de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, inclusive porteiros diurnos e noturnos, vedado sua redução a título de proporcionalidade do salário da categoria.



## **Prorrogação/Redução de Jornada**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - ALTERAÇÃO DA DURAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO**

Fica vedado às empresas alterar a duração da jornada de trabalho estabelecida, salvo quando acordado entre a empresa e o empregado, e sem que isso traga prejuízos ao trabalhador, conforme estabelecido pelo Artigo 468 da CLT.

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - ADICIONAL DE HORAS EXTRAS**

O cálculo da hora extra será efetuado dividindo-se o salário por 220 (duzentos e vinte) horas, acrescidos do adicional de 50% (cinquenta por cento) do valor da hora resultante.

**Parágrafo Único** – Ocorrendo necessidade imperiosa, poderá a duração do trabalho exceder do limite legal ou convencionado, seja para fazer face a motivo de força maior, seja para atender à realização ou conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto, devendo ser assinalada na folha de ponto.

## **Intervalos para Descanso**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE DESCANSO REMUNERADO NO PERÍODO DE AMAMENTAÇÃO**

As empresas, na forma prevista na CLT, assegurarão à empregada, durante a jornada de trabalho, 2 (dois) descansos especiais de meia hora cada um, para amamentar o próprio filho até que esse complete 6 (seis) meses.

**Parágrafo Único** – Quando a saúde do filho assim o exigir, este período de 6 (seis) meses poderá ser dilatado.

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - INTERVALO PARA REPOUSO E ALIMENTAÇÃO**

Ao empregado com jornada superior a 6 (seis) horas diárias, excluindo-se o trabalhador em jornada 12x36, fica garantido um intervalo de 1 (uma) hora para refeição.

**Parágrafo Primeiro** – É facultado ao empregado permanecer ou não no local de serviço para o gozo do intervalo sem que isso desnature a função desse.

**Parágrafo Segundo** – Tendo em vista a natureza continuada dos serviços nos locais de trabalhos onde são adotados os postos 12x36 horas, considerando o fato de que os trabalhadores em sua grande maioria efetuam as refeições em seu local de trabalho, além da impossibilidade de se compensar a hora não trabalhada pela

concessão do intervalo, acorda-se que o horário de refeição será de 1 (uma) hora, nos termos do inciso III do art. 611-A da CLT.

**Parágrafo Terceiro** – As empresas concederão aos seus empregados 1 (um) intervalo de 10 (dez) minutos para lanche, sendo este período computado como tempo de serviço. O intervalo será concedido somente para o funcionário que trabalha 8 (oito) horas por dia ou mais, desde que haja concordância do Tomador do serviço, e não haja prejuízo na execução do serviço.

### **Controle da Jornada**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - SISTEMA ALTERNATIVO DE CONTROLE DE JORNADA DE TRABALHO**

As empresas representadas pelo SEAC/DF poderão manter Sistema Alternativo de Controle de Jornada de Trabalho, a saber:

- a) cartão de ponto manual;
- b) folha de frequência;
- c) biometria;
- d) controle de ponto por cartão magnético;
- e) controle de ponto por meio de aplicativo de folha de pagamento disponível em aparelhos de telefonia móvel (celular), desde que seja mantida e respeitada a privacidade e a dignidade da pessoa humana;
- f) Outros sistemas de ponto eletrônico alternativo permitido por lei.

**Parágrafo Único** – As partes signatárias reconhecem que o Sistema de Controle de Jornada, ora ajustado, atende as exigências do art. 74, § 2º da Consolidação das Leis do Trabalho e o disposto no art. 2 da Portaria nº. 373 de 25/02/2011, do Ministério do Trabalho e Emprego, desobrigando a instalação do Registrador Eletrônico de Ponto – REP.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - RELÓGIO VIGIA**

Fica proibido o uso do relógio vigia pelas empresas, independente da exigência do tomador de serviço.

### **Turnos Ininterruptos de Revezamento**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - JORNADA ESPECIAL**

As empresas poderão adotar a Jornada Especial 12x36, 12 (doze) horas corridas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas corridas de descanso, sem redução do salário, respeitados os pisos salariais da categoria.

**Parágrafo Primeiro** – Para os empregados que trabalham sob o regime da Jornada Especial é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, que será de 1 (uma) hora, permitido seu gozo ou indenização.

**Parágrafo Segundo** – Consideram-se normais os dias de domingo e feriados, laborados nesta jornada especial, e serão considerados compensados os feriados e as prorrogações de trabalho noturno, quando houver, de que tratam o art. 70 e o § 5º do art. 73 da CLT.

**Parágrafo Terceiro** – Considera-se noturno o trabalho executado entre as 22 (vinte e duas) horas de um dia e as 5 (cinco) horas do dia seguinte, sendo a hora noturna computada como de 60 (sessenta) minutos. Em contrapartida, pactua-se que o percentual do adicional noturno será de 22,5% (vinte e dois e meio por cento), incidindo sobre a hora trabalhada, com a finalidade de compensar a fixação da hora em 60 (sessenta) minutos.

**Parágrafo Quarto** – No regime acordado de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso, não é devido o adicional noturno sobre as horas laboradas após as 05 horas da manhã (artigo 59-A da CLT).

**Parágrafo Quinto** – Na hipótese de parte da jornada do trabalhador se incluir no horário noturno e outra parte se concretizar antes ou depois dele, em horário diurno, o mesmo somente terá direito ao recebimento do adicional noturno por aquelas horas efetivamente situadas dentro do limite fixado por lei, ou seja, entre 22h00min e 05h00min, nos termos do parágrafo único do artigo 59-A da CLT.

**Parágrafo Sexto** – A remuneração mensal pactuada para a jornada 12x36 horas abrange os pagamentos devidos pelo descanso semanal remunerado e pelo descanso em feriados, e serão considerados compensados os feriados, nos termos do parágrafo único do artigo 59-A da CLT.

**Parágrafo Sétimo** – Diante da natureza compensatória desta jornada, pela qual não há suspensão para concessão do intervalo de alimentação e repouso (o qual se inclui nas 12 horas que a nomeiam), considera-se já remunerado pelo salário mensal o período reservado ao intervalo, razão pela qual a indenização por eventual supressão desse se restringirá à incidência de 50% sobre o período suprimido e já pago (CLT, art. 59-a), não implicando na repetição da hora já remunerada; bem como a referida indenização não se aplica para efeitos de cálculos, médias ou demais reflexos legais.

## **Férias e Licenças**

### **Remuneração de Férias**

## **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - PAGAMENTO DE FÉRIAS**

As férias poderão ser concedidas integralmente ou em até 02 (dois) períodos com a anuência do trabalhador, na forma da lei vigente.

**Parágrafo Primeiro** – Na concessão das férias o início delas não poderá coincidir com sábados, domingos, feriados ou dias compensados, nem com os dias 24 e 31 de dezembro.

**Parágrafo Segundo** – Em conformidade com o início das férias concedidas, o pagamento destas dar-se-á dois dias antes do início das mesmas.

**Parágrafo Terceiro** – A empresa fornecerá aviso de férias ao empregado 30 (trinta) dias antes da concessão das mesmas.

**Parágrafo Quarto** – Fica garantido o pagamento de férias proporcionais aos empregados que tiverem seu contrato rescindido sem justa causa.

**Parágrafo Quinto** – Considerando a natureza da prestação de serviços na escala 12x36, o gozo das férias deverá iniciar em dia de efetivo labor.

**Parágrafo Sexto** – Nas escalas 5x2 (segunda à sexta-feira) o gozo das férias poderá iniciar no 1º (primeiro) dia útil subsequente ao labor.

**Parágrafo Sétimo** – Para as empresas associadas ao SEAC/DF, em caso de decretação do estado de emergência de Saúde Pública no Distrito Federal, fica autorizado a possibilidade de concessão das férias para os trabalhadores que retornarem de afastamento pelo INSS ou licenças, sem a observância do prazo previsto nos Art. 139 e 135 da Consolidação das Leis do Trabalho, devendo ser o trabalhador avisado com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

### **Licença Remunerada**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - AUSÊNCIA REMUNERADA**

O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário:

- a) 2 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua CTPS, viva sob sua dependência econômica;
- b) 3 (três) dias consecutivos em virtude de casamento;
- c) 5 (cinco) dias consecutivos em caso de nascimento de filho;
- d) 1 (um) dia para acompanhamento de saúde por filho menor de quatorze anos ou, se for portador de necessidades especiais, de qualquer idade, limitado há 05 (cinco) dias por ano, desde que haja comprovação, por meio de atestado de saúde competente, a ser apresentado no primeiro dia do retorno ao trabalho, que contenha o horário de atendimento, nome do filho atendido, tipo de atendimento e o nome do acompanhante;
- e) no período (horas), especificado no atestado médico, para comparecimento em consultas e/ou exames. O atestado deverá ser entregue na empresa ou ao representante da empresa no dia útil posterior a realização da consulta/exame.

### **Licença Maternidade**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - FÉRIAS DA GESTANTE**

A empresa garantirá que a empregada gestante, após completar o período aquisitivo, poderá marcar seu período de férias na sequência da licença-maternidade.

**Parágrafo Único** – De modo a dar efetividade a esse benefício convencional, as empresas poderão comunicar a empregada, em gozo da licença maternidade, sobre a existência dessa faculdade para que a empregada possa manifestar sua opção.

## **Saúde e Segurança do Trabalhador**

### **Equipamentos de Proteção Individual**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI)**

Sem prejuízo das determinações contidas na NR-06, as empresas se obrigam ao fornecimento dos EPI's a todos os empregados que trabalhem com produtos químicos de limpeza, na forma da legislação vigente.

### **Uniforme**

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - UNIFORMES**

Quando de uso obrigatório, no início do contrato de trabalho, as empresas fornecerão aos seus empregados, gratuitamente, 02 (dois) conjuntos de uniformes completos e 01 (um) par de meias e calçado. A cada 6 (seis) meses, será entregue 1 (um) conjunto de uniforme.

**Parágrafo Primeiro** – As empresas fornecerão a todos os seus empregados que trabalham à noite 01 (uma) japonsa (agasalho para o frio), de 12 (doze) em 12 (doze) meses.

**Parágrafo Segundo** – As empresas fornecerão aos funcionários que trabalham ao ar livre, 01 (uma) capa de chuva, por ano, além disso, disponibilizarão protetor solar fator 30 (trinta) diariamente. Considera-se “ao ar livre” o trabalho desguarnecido de qualquer cobertura física por mais de 3 (três) horas contínuas.

**Parágrafo Terceiro** – Verificado o desgaste no uniforme que o torne inutilizável ou inapresentável, a empresa entregará 2 (dois) conjuntos de uniformes, obedecida a frequência de 6 (seis) meses, conforme previsto no *caput*.

**Parágrafo Quarto** – A higienização do uniforme é de responsabilidade do trabalhador, pois os produtos utilizados para a higienização das vestimentas é de uso doméstico.

### **CIPA – composição, eleição, atribuições, garantias aos cipeiros**

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - ELEIÇÕES PARA A CIPA**

As empresas enviarão cópias ao SINDISERVIÇOS/DF dos editais de convocação de eleições para as CIPAs, com pelo menos 72 (setenta e duas) horas de antecedência, contadas da data de publicação dos editais, sob pena de nulidade, antes de sua realização, em conformidade com a NR. 5 do Ministério do Trabalho e Emprego.

### **Profissionais de Saúde e Segurança**

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - ORGANIZAÇÃO DO SESMT COLETIVO**

Em conformidade com o Art. 2º da Portaria SIT/DSST Nº 17, de 01/08/2007, que aprova o subitem 4.14.3 da NR-4 que, por sua vez, altera a redação da Norma Regulamentadora nº 4, o Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT) poderá ser organizado pelo SEAC/DF, englobando as empresas da mesma atividade econômica, localizadas no Distrito Federal e em municípios limítrofes.

**Parágrafo Único** – Fica assegurado o direito de cada empresa associada ao SEAC/DF organizar e manter, individualmente, o seu próprio SESMT.

### **Outras Normas de Proteção ao Acidentado ou Doente**

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - FORMULÁRIO PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL**

As empresas deverão preencher os formulários exigidos pela Previdência Social, por completo, para a concessão de quaisquer benefícios, tais como: aposentadoria, acidente de trabalho, auxílio-doença, auxílio natalidade, abono de permanência, atestado de afastamento do trabalho (AAT), atestado de volta ao trabalho (AVT), etc., entregando-os ao interessado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis (excluindo-se os sábados).

**Parágrafo Único** – A obrigação da empresa restringe-se às informações do período em que o trabalhador prestou serviços para a mesma.

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - FORNECIMENTO DE COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DO TRABALHO**

As empresas fornecerão ao SINDISERVIÇOS/DF até o dia 15 (quinze) de cada mês, cópias das CATs emitidas no mês anterior.

**Parágrafo Único** – Ocorrendo acidente de trabalho, com o afastamento do trabalhador por período superior a 15 (quinze) dias, a empresa emitirá a CAT e encaminhará o trabalhador ao INSS.

### **Relações Sindicais**

## **Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho**

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - ACESSO ÀS DEPENDÊNCIAS**

Os dirigentes sindicais, regularmente eleitos, terão acesso às dependências das empresas para a colocação de avisos, comunicações em locais visíveis e apropriados, desde que não sejam contrários à legislação vigente e com o assentimento prévio pela empresa no momento da colocação.

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - QUADRO DE AVISOS**

As empresas poderão disponibilizar, em suas sedes e nos locais de trabalho, espaço para fixação de quadro de avisos e comunicações de interesse da categoria profissional, sob controle do SINDISERVIÇOS/DF.

## **Garantias a Diretores Sindicais**

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - AFASTAMENTO DOS DIRIGENTES SINDICAIS**

A 5 (cinco) dirigentes sindicais, regularmente eleitos, com a limitação de 1 (um) dirigente por empresa, integrantes da Diretoria do Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação de Serviços e Serviços Terceirizados do Distrito Federal - SINDISERVIÇOS/DF será garantida, enquanto durarem seus mandatos, a percepção de seus salários, sem a respectiva prestação dos serviços.

**Parágrafo Único** – Os dirigentes sindicais serão liberados para comparecimento a congressos ou reuniões sindicais mediante comunicação prévia de 48 (quarenta e oito) horas, e não sofrerão qualquer prejuízo em suas remunerações quando os mesmos não excederem a 20 (vinte) dias por ano.

## **Acesso a Informações da Empresa**

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - PROTEÇÃO DE DADOS**

As empresas se comprometem a fornecer, quando solicitado pelo Sindicato Laboral, a documentação trabalhista estabelecida na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, relativa aos trabalhadores terceirizados, ficando o Sindicato, nos termos da Lei 13.709/2018, responsável pela adoção de todas as medidas de segurança aptas a proteger os dados repassados, visando à proteção dos direitos fundamentais, a liberdade e a privacidade do indivíduo.

**Parágrafo Primeiro** – Nos termos do artigo 5º, inciso X, da Lei 13.709/2018, sempre que o Sindicato Laboral tiver a necessidade de acessos aos dados sensíveis dos trabalhadores terceirizados, é primordial que haja o consentimento do titular, por escrito, indicando precisamente a finalidade de sua utilização.

**Parágrafo Segundo** – Após a entrega dos dados, autorizada pelo seu titular, ao Sindicato Laboral, este passará a ser o sujeito controlador e detentor das informações, ficando sujeito a aplicação do artigo 52 da Lei 13.709/2018, em substituição à empresa que forneceu os dados.

**Parágrafo Terceiro** – Todas as informações e documentações fornecidas, estão e estarão sob sigilo e, em hipótese alguma, serão usadas para outros interesses, ficando restritas ao âmbito administrativo do Sindicato Laboral.

## **Contribuições Sindicais**

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - TAXA ASSISTENCIAL**

As empresas descontarão de todos os seus empregados o valor equivalente a 3% (três por cento) do salário nominal do mês de março de 2023, a título de taxa assistencial, em favor do SINDISERVIÇOS, para custeio administrativo, assistencial e jurídico, conforme aprovação expressa em assembleia geral, convocada para essa finalidade, através de Edital publicado no Jornal de Brasília, no mês de outubro de 2022. O valor descontado deverá ser repassado ao Sindicato Laboral até o dia 15 de abril de 2023, conforme discriminado abaixo.

**Parágrafo Único** – O valor descontado, previsto no *caput* desta cláusula, deverá ser recolhido ao SINDISERVIÇOS/DF, através de boleto bancário fornecido pelo mesmo, e o respectivo comprovante entregue na Secretaria daquela Entidade, juntamente com a relação nominal, em ordem alfabética, de todos os trabalhadores atingidos pelo desconto, contendo os respectivos valores.

### **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - MENSALIDADE SINDICAL**

As empresas ficam obrigadas a descontar dos empregados sindicalizados e mediante anuência expressa do trabalhador, em folha de pagamento, a mensalidade devida ao SINDISERVIÇOS/DF no percentual de 1% (um por cento) do salário nominal recebido, mediante autorização do empregado por escrito.

**Parágrafo Primeiro** – Para efeito de controle do desconto da mensalidade sindical, as empresas deverão remeter, mensalmente, ao SINDISERVIÇOS/DF até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao desconto, uma relação alfabética de todos os empregados que autorizaram o desconto, devendo constar ainda a função, a matrícula na empresa, salário e o valor do desconto.

**Parágrafo Segundo** – O repasse do desconto para o SINDISERVIÇOS/DF deverá ser feito, obrigatoriamente, até o dia 15 (quinze) após o desconto.

**Parágrafo Terceiro** – O SINDISERVIÇOS/DF encaminhará, mensalmente, para as empresas, relação dos novos empregados sindicalizados para fins do desconto da mensalidade.

**Parágrafo Quarto** – Em caso de atraso no depósito da mensalidade sindical recolhida, a empresa pagará uma multa diária correspondente a 0,1% (zero virgula um por cento) do valor não recolhido, caso o atraso não seja superior a 60 (sessenta) dias; ou 0,2% (zero vírgula dois por cento) do valor não recolhido, caso o atraso seja superior a 60 (sessenta) dias, até a data da efetiva liquidação, limitados ao montante não recolhido, a ser revertida para o SINDISERVIÇOS/DF.

**Parágrafo Quinto** – No caso de sucessão de empresas nos termos da cláusula da continuidade, serão mantidos os descontos das mensalidades dos trabalhadores sindicalizados, mediante a apresentação por



parte do SINDISERVIÇOS/DF de uma relação dos trabalhadores para a empresa que está sucedendo a outra conforme cláusula de continuidade, sem necessidade de apresentação de novas autorizações. A relação deverá ser apresentada até o 15º (décimo quinto) dia do mês em que a empresa assumir o contrato.

**Parágrafo Sexto** – Será concedido um desconto de 50% (cinquenta por cento) no percentual das multas previstas na presente cláusula à empresa associada ao SEAC/DF, desde que o seu pagamento ocorra de forma administrativa.

## **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRIBUIÇÃO DE CUSTEIO PATRONAL**

Considerando o previsto no art. 611-A da CLT, prevalecerão sobre a lei todos os pontos objetos de Acordo ou Convenção Coletiva, ressaltados as vedações previstas no art. 611-B; Considerado que o art. 611-B não veda a estipulação de contribuição decorrente de Convenção Coletiva para toda a categoria econômica, diante disso prevalece o negociado sobre o legislado; Assim por deliberação da Assembleia Geral do Sindicato patronal de acordo com o disposto no art. 8º, inciso III da Constituição Federal, todas as empresas que exercem atividades representadas pelo SEAC/DF recolherão a CONTRIBUIÇÃO DE CUSTEIO PATRONAL, para a assistência a todos e não somente a associados, no valor total de R\$ 12,00 (doze reais), por empregado (comprovado por meio do CAGED), referente ao mês de junho de 2023, a ser recolhida em 4 (quatro) parcelas iguais e sucessivas, até o dia 15 (quinze) dos meses de julho, agosto, setembro e outubro de 2023, conforme orientação emanada da Decisão do Supremo Tribunal Federal - STF - RE 220.700-1 - RS - DJ. 13.11.98 e, mais recentemente, a decisão RE-189.960-3 – DJ. 17.11.2000, facultado o direito à oposição, a ser manifestado em formulário disponível na sede do SEAC/DF, até o dia 28 de fevereiro de 2023. Às empresas associadas ao SEAC/DF que fizerem o recolhimento da Contribuição de Custeio Patronal até às datas acima fixadas, será concedido um desconto de 50% (cinquenta por cento). As guias de pagamentos deverão ser emitidas pelo site do SEAC/DF ([www.seac-df.com.br](http://www.seac-df.com.br)).

**Parágrafo Primeiro** – Caso a guia de recolhimento da Contribuição de Custeio Patronal possua valor inferior a R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) por empresa, o pagamento deverá ser efetivado em única parcela até o dia 15 de julho.

**Parágrafo Segundo** – Caso o recolhimento seja feito em desacordo com o previsto no **caput** da presente cláusula, a empresa não se beneficiará do desconto acima concedido, sendo-lhe imputada, ainda, uma multa de 2% (dois por cento) e 0,22% (zero vírgula vinte e dois por cento) de juros, por dia de atraso, sobre o valor total da contribuição, ficando inadimplente com o Sindicato Patronal até à regularização da situação econômica.

**Parágrafo Terceiro** – Em caso de não recolhimento da Contribuição de Custeio Patronal prevista no **caput** da presente cláusula, poderá o Sindicato Patronal recorrer à via judicial, para o cumprimento do inteiro teor da mesma.

**Parágrafo Quarto** – As empresas que exercem atividades representadas pelo SEAC/DF recolherão a Taxa Assistencial, conforme guia disponibilizada em site próprio do Sindicato Patronal. ( <http://www.seac-df.com.br/taxa-assistencial/> )

## **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - OPOSIÇÃO AO DESCONTO DA TAXA ASSISTENCIAL**

Subordina-se o desconto assistencial à não oposição do trabalhador manifestada no prazo de até 10 (dez dias) a contar do registro deste Instrumento, por declaração assinada de próprio punho, na Secretaria do Sindicato.

### **Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa**

## **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA - CERTIDÃO DE REGULARIDADE SINDICAL E TRABALHISTA**

Por força desta convenção, as empresas para firmarem contratos ou aditivos com órgãos da administração pública, direta, indireta ou contratação por setores privados, deverão apresentar certidão de regularidade para com suas obrigações sindicais e trabalhistas.

**Parágrafo Primeiro** – Esta certidão será expedida pelos Sindicatos Convenientes, conjuntamente, assinada por seus Presidentes ou seus substitutos legais, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após a devida solicitação, com validade de 90 (noventa) dias.

**Parágrafo Segundo** – Consideram-se obrigações sindicais:

- a) Recolhimento da Contribuição de Custeio Patronal e GRCSU;
- b) Recolhimento da Taxa Assistencial Patronal e Laboral;
- c) Cumprimento integral desta Convenção e as obrigações desta;
- d) Certidão de regularidade para com o FGTS, INSS e estaduais;
- e) Cumprimento das normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho previstas na CLT, bem como na legislação complementar concernente à matéria trabalhista e previdenciária.

**Parágrafo Terceiro** – A validade da certidão está condicionada à assinatura de ambos os entes Sindicais.

**Parágrafo Quarto** – A não solicitação, por parte do órgão público ou privado, da certidão de que trata a presente cláusula poderá acarretar em responsabilidade subsidiária do tomador de serviços, nos termos da Súmula 331, itens IV e V, do Tribunal Superior do Trabalho, modificada pelo Superior Tribunal Federal.

**Parágrafo Quinto** – A certidão será gratuita às empresas associadas ao SEAC/DF.

## **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA - ENTREGA DA GFIP**

Ficam as empresas obrigadas a enviar ao SINDISERVIÇOS/DF suas GFIPs da empresa até o 15º (décimo quinto) dia de cada mês. O não cumprimento desta cláusula acarretará em multa de 2% (dois por cento) ao mês sobre o valor das mesmas em benefício do SINDISERVIÇOS/DF.

**Parágrafo Primeiro** – A recusa injustificada do recebimento da GFIP, por parte do SINDISERVIÇOS/DF, isenta as empresas do cumprimento dessa cláusula.

**Parágrafo Segundo** – Fica o Sindicato Laboral expressamente proibido de dar publicidade a quaisquer informações comerciais, contidas na GFIP, sob pena de pagamento de multa equivalente à prevista no **caput** desta cláusula, em favor do Sindicato Patronal.

**Parágrafo Terceiro** – Será concedido um desconto de 50% (cinquenta por cento) no percentual das multas previstas na presente cláusula à empresa associada ao SEAC/DF, desde que o seu pagamento ocorra de forma administrativa.

### **Outras disposições sobre representação e organização**

## **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUINTA - ATUAÇÃO CONJUNTA DOS SINDICATOS PATRONAL E LABORAL**

Os Sindicatos convenientes assumem o compromisso de atuarem em conjunto e formalmente, a título de notificação, quando o contratante dos serviços não conceder e/ou pagar os reajustes e repactuações dos contratos no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da definição e ultimação negocial da data-base e/ou solicitação da contratada, ou ainda quando houver descumprimento das demais cláusulas desta Convenção Coletiva de Trabalho, mediante solicitação da empresa interessada, desde que esta esteja quite com as obrigações desta CCT.

**Parágrafo Único** – Para o fiel cumprimento dos termos pactuados nesta Convenção Coletiva de Trabalho, os sindicatos em conjunto assumem o compromisso de fiscalizar os contratos celebrados com entes públicos e privados.

## **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEXTA - REGRAS ABSTRATAS E IMPESSOAIS DO SEGMENTO**

Esta Convenção Coletiva de Trabalho estabelece regras abstratas e impessoais do segmento. É verdadeira Norma Legal e, portanto, dentro da categoria a que esse destina é, também, verdadeira Fonte do Direito. Neste sentido pode-se afirmar, com “*severus in iudicando*” que cuida-se de verdadeiro direito positivo aplicável. É lei embora tenha forma de Convenção Coletiva. A Constituição Federal (art. 7º, inc. XXVI) reconhece as Convenções Coletivas de Trabalho. Diante desse fundamento constitucional estas integram o nosso sistema de normas jurídicas trabalhistas. É certo que a Convenção Coletiva de Trabalho tem uma extensão menor que a norma legal, por isso opera efeitos jurídicos apenas no seu âmbito de abrangência. Mas esta é uma diferença que não pode ser considerada para excluí-la no campo das Normas Jurídicas, já que – como acentua o Mestre Carnelutti – a Nação é o limite máximo e não o limite mínimo de extensão da norma e, portanto, podem existir normas, legais e consuetudinárias, que se refiram a uma coletividade menor, por exemplo, leis limitadas a uma região. A Convenção Coletiva de Trabalho delimita os limites da categoria porque, assim como a Nação é o limite máximo da extensão da norma legal, o segmento, como um todo, é o objeto máximo da aplicação da (norma) Convenção Coletiva de Trabalho. A Constituição Federal de 1988 (art. 7º, inc. XXVI) prestigiou extraordinariamente os instrumentos normativos nascidos no ventre da negociação coletiva. Além de reconhecer a sua legitimidade legal de cunho social e caráter normativo, a Carta de 1988 conferiu autonomia institucional para se modelar e dirigir os direitos e deveres trabalhistas da categoria, aperfeiçoando-os para a adaptação peculiar de cada segmento. A leitura dos incisos IV, XIII e XVI do art. 7º conduz à inequívoca conclusão de que as Convenções Coletivas de Trabalho adquirem notável relevo legal na Carta Política. Destarte, inegável se mostra a natureza legalista das Convenções Coletivas de Trabalho de cada categoria, vez que estas são verdadeiras normas legais a serem seguidas, obrigatoriamente, pelos operadores do direito trabalhista e por todos os integrantes do segmento, sob pena de inquestionável afronta à Constituição Federal. As normas aqui estabelecidas, que visam proteger a

incolumidade, moralidade e dignidade do segmento e o seu fiel cumprimento, deve ser uma constante para todos, seja empregado, empregador ou tomador de serviços.

## **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SÉTIMA - DO ACORDO INDIVIDUAL DE TRABALHO EXTRAJUDICIAL**

Os acordos individuais de trabalho extrajudiciais deverão ter a anuência dos sindicatos laboral e patronal, sob pena de nulidade.

### **Disposições Gerais**

#### **Regras para a Negociação**

## **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA OITAVA - ACORDOS COLETIVOS**

Condiciona-se a validade de Acordos Coletivos de Trabalho (ACTs), à participação do Sindicato Patronal.

### **Mecanismos de Solução de Conflitos**

## **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA NONA - DA TENTATIVA PRÉVIA DE RESOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL**

Nas hipóteses de descumprimento desta Convenção Coletiva de Trabalho que extrapolem a natureza trabalhista, em especial aquelas imputações de natureza criminal, o Sindicato Laboral se compromete a convocar a empresa, apontada como descumpridora, para tentativa prévia de resolução extrajudicial, em tempo hábil, e dando amplo conhecimento sobre as irregularidades por ele constatadas.

**Parágrafo Único** – Apenas após comprovado silêncio da empresa convocada, ou infrutífera a tentativa de resolução extrajudicial, o Sindicato Laboral ajuizará a ação pertinente.

## **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA - CONCILIAÇÃO DAS DIVERGÊNCIAS**

Eventuais divergências de interpretação das cláusulas da presente Convenção deverão ser comunicadas, por escrito, aos sindicatos convenientes, para fins de conciliação, no prazo de 15 (quinze) dias antes de serem submetidas à justiça do trabalho.

## **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA PRIMEIRA - COOPERAÇÃO MÚTUA**

Os Sindicatos, por seus representantes, se reunirão mensalmente com vistas a conhecerem e solucionar problemas comuns, em prestígio ao trabalhador e ao setor econômico.

### **Aplicação do Instrumento Coletivo**

#### **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEGUNDA - PROCESSO LICITATÓRIO**

As empresas deverão sempre colacionar a presente Convenção Coletiva nas suas propostas, quando participarem de processo licitatório.

### **Descumprimento do Instrumento Coletivo**

#### **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA TERCEIRA - MULTA OBRIGAÇÃO DE FAZER**

Impõe-se multa, por descumprimento das obrigações de fazer, constantes do presente instrumento na seguinte progressão:

- a)** Multa no valor equivalente a 30% (trinta por cento) do piso salarial da categoria, em favor da parte prejudicada, para a empresa que dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, não tenha incidido nesta penalidade;
- b)** Multa no valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) do piso salarial da categoria, em favor da parte prejudicada, para a empresa que dentro do prazo de 120 (cento e vinte), dias, tenha reincidido nesta penalidade.

**Parágrafo Primeiro** – Prevalecem as multas por descumprimento, previstas nas cláusulas do presente instrumento.

**Parágrafo Segundo** – Será concedido um desconto de 50% (cinquenta por cento) no percentual das multas previstas na presente cláusula à empresa associada ao SEAC/DF, desde que o seu pagamento ocorra de forma administrativa.

### **Renovação/Rescisão do Instrumento Coletivo**

#### **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA QUARTA - PRORROGAÇÃO, REVISÃO, DENÚNCIA OU REVOGAÇÃO**

O processo de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação, total ou parcial, da presente Convenção, obedecerá às normas estabelecidas pelo art. 615 da CLT.

### **Outras Disposições**

## CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA QUINTA - DAS EMPRESAS OPTANTES DO SIMPLES NACIONAL

As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) que fornecem serviços terceirizados de agente de portaria / fiscal de piso, garagista, zelador, jardineiro, auxiliar de jardineiro, auxiliar de serviços gerais, ajudante de manutenção, auxiliar de encarregado, encarregado de limpeza, encarregado de jardinagem, encarregado geral, bombeiro hidráulico, eletricista, ajudante geral de manutenção, recepcionista, bem como todas as demais categorias profissionais previstas na presente convenção coletiva de trabalho (exceto servente de limpeza) não poderão ser optantes pelo regime de tributação do SIMPLES NACIONAL, tendo em vista o impedimento legal previsto pelo artigo 17, inciso XII da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e artigos 115 e 191, § 2º da Instrução Normativa 971, de 13 de novembro de 2009 da Secretaria da Receita Federal.

**Parágrafo Primeiro** – As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) que fornecem, única e exclusivamente serviços de limpeza e conservação, com a utilização do profissional servente de limpeza poderão ser optantes do SIMPLES NACIONAL em virtude da permissão legal prevista no artigo 18, § 5-C, inciso VI da LC 123/06, entretanto, não poderão fornecer outros tipos de serviços com os profissionais previstos no **caput** da presente cláusula.

**Parágrafo Segundo** – A inobservância à vedação legal ensejará a intervenção da Superintendência Regional do Trabalho - SRTE, bem como comunicação à Secretaria da Receita Federal para que promova as autuações cabíveis.

## CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEXTA - DAS EMPRESAS SUJEITAS À CPRB

Aos contratos públicos ou privados, cujo objeto é preponderante os serviços de terceirização das atividades indicadas na Cláusula Segunda da presente CCT, é proibida a utilização pelas empresas dos benefícios do regime de CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A RECEITA BRUTA – CPRB.

**Parágrafo Primeiro** – Não poderão utilizar os benefícios do regime de CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A RECEITA BRUTA – CPRB, aos contratos previstos no **caput** da presente cláusula, as empresas cujo objeto também abranjam as seguintes atividades mencionadas na IN RFB 1.812/18:

- tecnologia da informação – TI e comunicação – TIC;
- call center;
- transporte rodoviário de passageiros, intermunicipal, interestadual, internacional e em região metropolitana;
- transporte ferroviário de pessoas;
- transporte metroferroviário de pessoas;
- transporte rodoviário de cargas;
- construção civil;
- construção civil de obras de infraestrutura;

- empresas jornalísticas e de radiodifusão de sons e imagens;

**Parágrafo Segundo** – A inobservância à vedação ensejará a intervenção da Delegacia Regional do Trabalho, bem como comunicação à Secretaria da Receita Federal para que promova as autuações cabíveis.

## **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SÉTIMA - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DO TRT-10ª REGIÃO**

Nos termos do Incidente de Uniformização de Jurisprudência IUJ 0000396-17.2016.5.10.0000 do TRT-10ª Região, é proibida a utilização de enquadramento sindical pela empresa, diverso do segmento no qual o empregado trabalha; "I - O enquadramento sindical está vinculado à atividade econômica principal do empregador, não estando inserida neste conceito a prestação de serviços a terceiros; II - **Exercendo a empresa múltiplas atividades, o enquadramento sindical observará o segmento no qual o empregado trabalha**, salvo quando não for possível identificar aquela preponderante e, cumulativamente, o Sindicato dos Trabalhadores houver celebrado Convenção Coletiva mais benéfica com Sindicato Eclético da Categoria Econômica", sob pena de nulidade absoluta do contrato.

**Parágrafo Primeiro** – Os Sindicatos comprometem-se a coibir a utilização de Norma Coletiva de Trabalho que utilize enquadramento Sindical incompatível com o segmento da prestação de serviços do trabalhador das atividades indicadas na **Cláusula Segunda** da presente CCT.

**Parágrafo Segundo** – Os Sindicatos atuarão para alertar e responsabilizar os tomadores de serviços e seus prepostos que utilizarem nos contratos públicos ou privados, cujo objeto é preponderante os serviços de terceirização das atividades indicadas na **Cláusula Segunda** da presente CCT, norma coletiva diversa da presente CCT.

}

ANDRE GUSTAVO PEDROSA DE CARVALHO

Vice-Presidente

SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRABALHOS TEMPORARIO E  
SERVICOS TERCEIRIZAVEIS DO DF

MARIA ISABEL CAETANO DOS REIS

Presidente

SINDICATO DOS EMPR DE EMPR DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRAB TEMPORARIO, PREST  
SERVICOS E SERV TERCEIRIZAVEIS DO DF-SINDISERVICOS/DF

### **ANEXOS**

#### **ANEXO I - TABELA DE ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS**

#### **ANEXO I - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS**

Visando assegurar a exequibilidade dos contratos de Prestação de Serviços pelas empresas contratadas junto aos tomadores, a fim de garantir a TOTAL adimplência dos Encargos Sociais e Trabalhistas, fica convencionado que as Empresas do segmento abrangidas por essa Convenção Coletiva de Trabalho ficam obrigadas a praticar o percentual mínimo de Encargos Sociais e Trabalhistas **de 79,44% (setenta e nove vírgula quarenta e quatro por cento) conforme planilha de cálculo, abaixo descrita**. Os órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta Federal, Estadual e Municipal, visando preservar a dignidade do trabalho, criar condições próprias e eficientes à realização dos serviços prestados e assegurar os benefícios diretos dos trabalhadores, conforme acórdão **TCU nº. 775/2007** deverão fazer constar em seus Editais de Licitação, seja qual for a modalidade, o percentual de Encargos Sociais previsto nessa Convenção Coletiva de Trabalho, como documento essencial a toda e qualquer modalidade de licitação, sob pena de nulidade do certame, tal como disposto nos **Art. 607 e 608 da CLT**.

**A tabela de encargos sociais abaixo foi elaborada em conformidade com o Anexo VII-D da Instrução Normativa n.º 05, de 25/05/2017 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.**

## **TABELA DOS ENCARGOS SOCIAIS**

### **ANEXO VII-D DA IN 05/2017 DO MPDG**

#### **MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS**

##### **Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias**

<b>2.1</b>	<b>13º Salário, Férias e Adicional de Férias</b>	<b>%</b>
A	13º (décimo terceiro) Salário (item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 MPDG)	8,33%
B	Férias e Adicional de Férias (item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 MPDG)	12,10%
<b>Total</b>		<b>20,43%</b>

**Nota 1:** Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina e adicional de férias.

**Nota 2:** O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

##### **Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições**

<b>2.2</b>	<b>GPS, FGTS e outras contribuições</b>	<b>%</b>
A	INSS	20,00%
B	Salário Educação	2,50%
C	SAT	3,00%
D	SESC ou SESI	1,50%
E	SENAI - SENAC	1,00%



F	SEBRAE	0,60%
G	INCRA	0,20%
H	FGTS	8,00%
<b>Total</b>		<b>36,80%</b>

**Nota 1:** Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

**Nota 2:** O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.

### Módulo 3 - Provisão para Rescisão

<b>3</b>	<b>Provisão para Rescisão</b>	<b>%</b>
A	Aviso prévio indenizado ( $33 \div 365 \times 0,20 \times 100 = 1,81\%$ )	1,81%
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado ( $8\% \times 1,81\% = 0,14\%$ )	0,14%
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado (Item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 - $4,5\% \times 90\%$ do pessoal recebe aviso indenizado)	4,05%
D	Aviso prévio trabalhado ( $07 \div 30 \div 12 \times 0,10 \times 100 = 0,19\%$ )	0,19%
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o aviso prévio trabalhado ( $36,80\% \times 0,19\% = 0,07\%$ )	0,07%
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado (Item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 - $4,5\% \times 10\%$ do pessoal recebe aviso trabalhado)	0,45%
<b>Total</b>		<b>6,71%</b>

### Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

<b>4.1</b>	<b>Ausências Legais</b>	<b>%</b>
A	Substituto na cobertura de férias (Terço constitucional de férias e 13º salário do ferista $(3,03\% + 8,33\%) \div 12 = 0,95\%$ )	0,95%
B	Substituto na cobertura de ausências legais e ausências por doença $((8 \div 30 \div 12) + (7 \div 30 \div 12)) \times 100 = 4,17\%$	4,17%
C	Substituto na cobertura de licença-paternidade $(5 \div 30 \div 12 \times 0,075) \times 100 = 0,10\%$	0,10%
D	Substituto na cobertura de ausência por acidente de trabalho $((15 \div 30 \div 12) \times 0,15 \times 100 = 0,63\%$	0,63%
E	Substituto na cobertura de afastamento maternidade $(1 \div 12 \times 4) + (1,33 \div 12 \times 4) \div 12 \times 0,00025 \times 100 = 0,02\%$	0,02%
F	Incidência do submódulo 2.2 sobre o somatório do submódulo 2.1 e sobre as alíneas A, B, C, D e E do submódulo 4.1	9,68%
<b>Total</b>		<b>15,55%</b>

**Nota 1:** Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto que por ventura venha cobrir o empregado nos casos de Ausências Legais (Submódulo 4.1) e/ou na Intrajornada (Submódulo 4.2), a depender da prestação do serviço.

**Nota 2:** Haverá a incidência do Submódulo 2.2 sobre esse módulo.

<b>TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS</b>	<b>79,49%</b>
-----------------------------------	---------------

Revisão Fellipe R. Andrade.

## **ANEXO II - ATA DA ASSEMBLEIA COM APROVAÇÃO DA PAUTA**

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

**Anexo X - Apêndice XIV - Parte I - Avaliação.pdf**

# INSTRUÇÕES

1 (Fiscal Técnico)	Na aba "Relação de Colaboradores" deverá preencher o nome dos colaboradores com a respectiva numeração. Além disso, tem que preencher, também, quais serão as competências consideradas na Avaliação de Desempenho.
2 (Fiscal Técnico)	Enviar a planilha a ser avaliada para cada seção que irá responder a avaliação de desempenho.
3 (Avaliador)	O servidor que irá responder à avaliação de desempenho deverá preencher, na aba "Base de Dados", o seu nome, setor e a data da avaliação, bem como as notas para cada uma das competências consideradas pelo Fiscal Técnico, para cada posto de serviço de acordo com a aba "Relação de Colaboradores". Observar no quadro abaixo as competências a serem avaliadas no respectivo mês.

NUMERAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS	COMPETÊNCIAS A SEREM AVALIADAS
1	<b>Qualidade do Trabalho:</b> Considere a qualidade do trabalho tendo em vista o que seria desejável para maior perfeição e ordenação do trabalho desenvolvido.
2	<b>Criatividade:</b> Considere a capacidade de sugerir, desenvolver ou executar novas soluções, modificações e/ou inovações.
3	<b>Conhecimentos técnicos:</b> Considere a capacidade em aplicar seus conhecimentos teóricos e práticos no desenvolvimento das atividades programadas.
4	<b>Interesse:</b> Considere a participação ativa com empenho para desenvolvimento das tarefas e disposição para aprender.
5	<b>Postura profissional:</b> Considere atitude referente à ocupação especializada em que o estudante trabalha.
6	<b>Iniciativa:</b> Considere a predisposição para desenvolver as atividades sem prévia orientação e/ou dependência de outros.
7	<b>Produtividade:</b> Considere a rapidez, qualidade, precisão com que executa um volume de atividades cumpridas dentro de um padrão de qualidade.
8	<b>Objetividade:</b> Considere a escolha adequada para atingir determinada meta, dentro de várias possibilidades.
9	<b>Organização:</b> Considere a capacidade de racionalizar, organizar o material utilizado e o local de trabalho.
10	<b>Facilidade de compreensão:</b> Rapidez e facilidade em entender, interpretar e colocar em prática instruções e informações.
11	<b>Assiduidade:</b> Considere comparecimento e pontualidade ao expediente de trabalho.
12	<b>Disciplina:</b> Considere a facilidade em aceitar e seguir instruções de superiores e acatar regulamentos e normas.
13	<b>Liderança:</b> Considere a capacidade de influenciar no relacionamento do grupo quanto ao desempenho, sistematização e cumprimento dos objetivos do DPCN.
14	<b>Cooperação:</b> Considere o auxílio que presta aos colegas, a contribuição para alcance de um objetivo comum e a maneira de acatar as determinações.
15	<b>Relacionamento:</b> Considere a capacidade de se integrar com os colegas e ao ambiente de trabalho.
16	<b>Responsabilidade:</b> Considere o zelo pela documentação, uso de equipamentos e materiais, além do cumprimento de tarefas.



MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETARIA-GERAL - SG  
DEPARTAMENTO DO PROGRAMA CALHA NORTE - DPCN

## **Anexo XI - Apêndice XIV - Parte III - Avaliação.pdf**

# AVALIAÇÃO MENSAL DE DESEMPENHO



MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETARIA-GERAL - SG  
DEPARTAMENTO DO PROGRAMA CALHA NORTE - DPON

Empresa:		Nº do Contrato	Mês Correspondente à Avaliação	Média Geral
Nome do Preposto:				Nota Média Total
Função a ser avaliada:				
Setor de Avaliação:				
Nome do Avaliador:			Data da avaliação	
Nome do Fiscal Técnico do Contrato:				
Departamento de Execução do Contrato:				

NUMERAÇÃO DO POSTO	COMPETÊNCIAS AVALIADAS	NOTA - DE 1 A 5	NOTA MÉDIA
Posto 1	1		Nota Média Automática
	2		
	3		
	4		
	5		
	6		
	7		
	8		
	9		
	10		
	11		
	12		
	13		
	14		
	15		
	16		

	1		
	2		
	3		
	4		
	5		
	6		
	7		

Posto 2	8		Nota Média Automática
	9		
	10		
	11		
	12		
	13		
	14		
	15		
	16		

Posto 3	1		Nota Média Automática
	2		
	3		
	4		
	5		
	6		
	7		
	8		
	9		
	10		
	11		
	12		
	13		
	14		
	15		
	16		

Posto 4	1		Nota Média Automática
	2		
	3		
	4		
	5		
	6		
	7		
	8		
	9		
	10		
	11		
	12		
	13		
	14		
	15		

	16		
Posto 5	1		Nota Média Automática
	2		
	3		
	4		
	5		
	6		
	7		
	8		
	9		
	10		
	11		
	12		
	13		
	14		
	15		
	16		
Posto 6	1		Nota Média Automática
	2		
	3		
	4		
	5		
	6		
	7		
	8		
	9		
	10		
	11		
	12		
	13		
	14		
	15		
	16		
	1		
	2		
	3		
	4		
	5		
	6		



Posto 7	7		Nota Média Automática
	8		
	9		
	10		
	11		
	12		
	13		
	14		
	15		
	16		

Posto 8	1		Nota Média Automática
	2		
	3		
	4		
	5		
	6		
	7		
	8		
	9		
	10		
	11		
	12		
	13		
	14		
	15		
	16		

Posto 9	1		Nota Média Automática
	2		
	3		
	4		
	5		
	6		
	7		
	8		
	9		
	10		
	11		
	12		
	13		
	14		

	15		
	16		

Posto 10	1		Nota Média Automática
	2		
	3		
	4		
	5		
	6		
	7		
	8		
	9		
	10		
	11		
	12		
	13		
	14		
	15		
	16		

**Anexo XII - Apêndice III - Parte 17 - Grupo 3 - 1.  
Planilha de Custos e Formação de Preços (Sup. Adm.  
- Nível I - DPCN)..pdf**

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS			
Número do Processo:	60414.001285/2022-80		
Número da Licitação:	-		
Data do Pregão:	-	Horário:	-
Descrição do Serviço:	Supervisor Administrativo - Nível I		

▶	Município (s) da prestação de serviço:	Brasília - DF	
▶	Número de meses de execução contratual:	12 (doze).	
▶	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	2023	
▶	Unidade de medida:	Serviço (Posto).	
▶	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida):	85	
Nota 1: Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.			
Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.			

DADOS COMPLEMENTARES PARA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS REFERENTE A MÃO-DE-OBRA			
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com característica distintas):		SUP. ADM. - NÍVEL I
2	Código Brasileiro de Ocupações - CBO:		4101-05
3	Salário Normativo da Categoria Profissional:		R\$ 2.997,58
4	Categoria profissional (vinculada a execução contratual):		SUPERVISOR ADMINISTRATIVO
5	Data base da categoria:		SINDISERVIÇOS 2023/2023
Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.			
Nota 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.			

Convenção Coletiva de Trabalho nº 000037/2023 - 2023/2023 (Anexo a Pasta de Supervisor Administrativo - Nível I).

Módulo 01 – Composição da Remuneração				
Composição da Remuneração				VALOR
A	Salário Base:			R\$ 2.997,58
B	Adicional de Periculosidade:	CLT art.s 193 e segs; CF art. 7º XXIII	30%	R\$ 0,00
C	Adicional de Insalubridade:	CLT art. 189 e segs - CF art. 7º XXIII		
		Base de cálculo: Salário mínimo.	Mín. = 10%   Méd. = 20%   Máx. = 40%	
D	Adicional Noturno:			R\$ 0,00
E	Adicional de Hora Noturna reduzida:			R\$ 0,00
G	Outros (especificar):			R\$ 0,00
Valor da Remuneração:				R\$ 2.997,58
Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.				

Módulo 2 – Encargos e benefícios anuais, mensais e diários			
Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) salário, férias e adicional de férias			VALOR
A	13º Salário:	8,33%	R\$ 249,70
B	Férias e Adicional de férias:	11,11%	R\$ 333,03
Total:			R\$ 582,73
Alterou a Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela IN nº 7/2018).			
Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.			
Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 105 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato de 12 meses. Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável. (Redação dada pela IN nº 7/2018). Obs: A redação sublinhada foi ajustada para a Lei nº 14.133/2021 - Baseado-se na IN nº 98/2022.			

(1 mês / 12 meses) \* 100 = 8,33 | Base de cálculo: Módulo 1 \* 8,33%  
Férias (8,33%) + Adicional de Férias (1/3 = 2,78%): 11,11%

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.					PERCENTUAL	VALOR
A	INSS:				20,00%	R\$ 716,06
B	Salário educação:				2,50%	R\$ 89,51
C	SAT - GHIL/RAT:	3%	FAP:	1,00000	3,00%	R\$ 107,41
D	SESC ou SESI:				1,50%	R\$ 53,70
E	SENAI - SENAC:				1,00%	R\$ 35,80
F	SEBRAE:				0,60%	R\$ 21,48
G	INCRA:				0,20%	R\$ 7,16
H	FGTS:				8,00%	R\$ 286,42
Total:					36,80%	R\$ 1.317,55

INSS 20%: Base Legal Art. 22, inciso I da Lei nº 8.212, de 24.7.1991.  
Base de Cálculo: (Módulo 1 + Módulo 2.1) \* 20%  
Salário Educação 2,5%: Base Legal Art. 3º, inciso I do Decreto-Lei 87.043, de 22.3.1982, e art 15 da Lei nº 9.424, de 24.12.1996.  
Base de Cálculo: (Módulo 1 + Módulo 2.1) \* 2,5%  
Base de Cálculo: (Módulo 1 + Módulo 2.1) \* percentual apresentado  
Sesc ou Sesi 1,5%: Base Legal Art. 3º do Decreto-Lei nº 9.853, 13.9.1946, e art. 30 da Lei nº 8.036, de 11.5.1990.  
Base de Cálculo: (Módulo 1 + Módulo 2.1) \* 1,5%  
Senai ou Senac 1%: Base Legal Art. 1º do Decreto-Lei nº 6.246, de 5.2.1944, e art. 4º do Decreto-Lei nº 8.621, de 10.1.1946.  
Base de Cálculo: (Módulo 1 + Módulo 2.1) \* 1%  
Sebrae 0,60%: Base Legal Art. 8º da Lei nº 8.029, de 12.4.1990.  
Base de Cálculo: (Módulo 1 + Módulo 2.1) \* 0,60%  
Incra 0,20%: Base Legal Art. 1º Decreto-Lei nº 1.146, de 31.12.1970.  
Base de Cálculo: (Módulo 1 + Módulo 2.1) \* 0,20%  
FGTS 8%: Base Legal Art. 15 da Lei nº 8.036, de 11.5.1990, e Art. 7º, inciso III da Constituição Federal.  
Base de Cálculo: (Módulo 1 + Módulo 2.1) \* 8%

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.	
Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.	
Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela IN nº 7/2018).	

Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários		VALOR
A	Transporte:	
B	Auxílio Refeição/ Alimentação:	R\$ 891,00
C	Assistência Médica e Familiar:	R\$ 0,00
D	Odontológico:	R\$ 0,00
E	Fundo Indenização Aposentadoria por Invalidez:	R\$ 0,00
F	Seguro de vida em grupo:	R\$ 0,00
G	Benefício natalidade:	R\$ 0,00
H	Outros (especificar):	R\$ 0,00
I	Outros (especificar):	R\$ 0,00
Total:		R\$ 891,00
Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).		
Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º desta Instrução Normativa.		

Convenção Coletiva de Trabalho nº 000037/2023 - 2023/2023 | 22 (vinte e dois) dias.

Quadro resumo do Módulo 2 – Encargos e benefícios anuais, mensais e diários		PERCENTUAL	VALOR
2.1	13º. Salário, férias e adicional de férias:	19,44%	R\$ 582,73
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições:	36,80%	R\$ 1.317,55
2.3	Benefícios Mensais e diários:		R\$ 891,00
Total:		56,24%	R\$ 2.791,28

Módulo 3 – Provisão para Rescisão. (Redação dada pela IN nº 7/2018).			
Provisão para Rescisão.		PERCENTUAL	VALOR
A	Aviso Prévio Indenizado:	0,42%	R\$ 12,59
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado:	0,03%	R\$ 1,01
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado:	3,35%	R\$ 100,42
D	Aviso Prévio Trabalhado:	1,94%	R\$ 58,15
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado:	0,71%	R\$ 21,40
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado:	0,65%	R\$ 19,48
Total:		7,11%	R\$ 213,05

A soma de C e F não será superior a 4% com o fim da contribuição social de 10% sobre o FGTS.

Fórmulas

Anterior =  $(0,08*0,5*(1+(5/56)+(5/56)+(1/3*5/56))) = 5\%$

Atual =  $(0,08*0,5*(1+(5/56)+(5/56)+(1/3*5/56))) = 4\%$

Módulo 4 – Custo de reposição do profissional ausente			
Custo de reposição do profissional ausente			
Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela IN nº 7/2018).			
Submódulo 4.1: Substituto nas Ausências Legais: (Redação dada pela IN nº 7/2018).		PERCENTUAL	VALOR
A	Substituto na cobertura de Férias:	1,62%	R\$ 48,56
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais:	1,39%	R\$ 41,67
C	Substituto na cobertura de Licença-paternidade:	0,02%	R\$ 0,60
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente do trabalho:	0,33%	R\$ 9,89
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade:	0,02%	R\$ 0,60
F	Substituto na cobertura de outras ausência por doença:	0,00%	R\$ 0,00
Total:		3,38%	R\$ 101,32

Submódulo 4.2 – Substituto na Intrajornada. (Redação dada pela IN nº 7/2018).		VALOR
A	Substituto na cobertura de intervalo para repouso ou alimentação:	R\$ 0,00
Total:		R\$ 0,00

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente. (Redação dada pela IN nº 7/2018).		VALOR
4.1	Substituto nas Ausências Legais:	R\$ 101,32
4.2	Substituto na Intrajornada:	R\$ 0,00
Total:		R\$ 101,32

Módulo 05 – Insumos Diversos		
Insumos Diversos		VALOR
A	Uniformes (custo mensal por empregado):	R\$ 0,00
B	Material (custo mensal por empregado):	R\$ 0,00
C	Equipamento (custo mensal por empregado):	R\$ 0,00
D	Outros (especificar):	R\$ 0,00

D	Custos (Despesas):		R\$ 0,00
Total de Insumos Diversos:			R\$ 0,00
Nota: Valores mensais por empregado.			

Módulo 06 – Custos Indiretos, Lucros e Tributos					
Custos Indiretos, Lucros e Tributos			PERCENTUAL		VALOR
A	Custos Indiretos / Despesas Administrativas:		4,00%	R\$ 244,13	
B	Lucro:		7,00%	R\$ 444,32	
C	Tributos:		Aliquota	14,25%	R\$ 688,44
	Tributos Federais:	PIS:	1,65%		R\$ 130,69
		COFINS:	7,60%		R\$ 601,94
		CPRB:	0,00%		R\$ 0,00
	Tributos Estaduais:	-	-		R\$ 0,00
	Tributos Municipais:	ISSQN:	5,00%		R\$ 396,02
	Total de Custos Indireto, Lucros e Tributos:				14,25%
Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.					
Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.					

2. QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado).		VALOR
A	MODULO 01 – Composição da Remuneração:	R\$ 2.997,58
B	MODULO 02 – Encargos e benefícios anuais, mensais e diários:	R\$ 2.791,28
C	MODULO 03 – Provisão para rescisão:	R\$ 213,05
D	MODULO 04 – Custo de reposição do profissional ausente:	R\$ 101,32
E	MODULO 05 – Insumos diversos:	R\$ 0,00
Subtotal (A+B+C+D+E)		R\$ 6.103,24
F	MODULO 06 – Custos Indiretos, Lucros e Tributos:	R\$ 1.817,09
Valor total proposto por empregado:		R\$ 7.920,33

3. QUADRO RESUMO – VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS					
Tipo de serviço: (A)	Valor proposto por empregado: (B)	Empregados por posto: (C)	Valor proposta por posto: (D) = (B) x (C)	Qtde. de postos: (E)	Valor total do serviço: (F) = (D) x (E)
Supervisor Administrativo - Nível I	R\$ 7.920,33	01	R\$ 7.920,33	85	R\$ 673.227,78
Valor Mensal dos Serviços:					R\$ 673.227,78
Valor Anual dos Serviços:					R\$ 8.078.733,31
					Fator K
					R\$ 2,64

4. QUADRO DEMONSTRATIVO DO VALOR GLOBAL DA PROPOSTA		VALOR
A	Valor proposta do Serviço (Posto):	R\$ 7.920,33
B	Valor mensal do Serviço:	R\$ 673.227,78
C	Valor global da Proposta (valor mensal do serviço multiplicado pelo número do Contrato):	R\$ 673.227,78
Nota: Informar o valor da unidade de medida por tipo de serviço.		

**Anexo XIII - Apêndice IV - Parte 1 - Histórico de  
Contratos - Engenheiros e Supervisores - 2023 -  
DPCN.pdf**



MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETÁRIA-GERAL – SG

**HISTÓRICO DE CONTRATOS**

DESCRIÇÃO DO MATERIAL	VALOR UNITÁRIO	QTD. ADQUIRIDA 2018	QTD. ADQUIRIDA 2019	QTD. ADQUIRIDA 2020	QTD. ADQUIRIDA 2021	QTD. ADQUIRIDA 2022	QTD. A LICITAR 2023
Engenheiro Civil	R\$ 16.861,11 (Ref. 2020)	00	00	08 + 2(acrécimo)  Contrato nº 014/2020-MD	27  Contrato nº 012/2021-MD	6 (acrécimo)  Termo Aditivo ao Contrato nº 012/2021-MD	50
Engenheiro Mecânico	-----	00	00	00	00	00	02
Supervisor Administrativo - Nível Médio	R\$ 5.499,60 (Ref. 2020)	00	00	18 + 04 (acrécimo)  Contrato nº 017/2020-MD	40  Contrato nº 016/2021-MD	11 (acrécimo)  Termo Aditivo ao Contrato nº 016/2021-MD	60
Supervisor Administrativo - Nível Superior	-----	00	00	00	00	00	20



**Anexo XIV - Apêndice III - Parte 19 - Grupo 3 - 3. CBO  
Supervisor Administrativo..pdf**

Buscas

- Descrição
- Histórico de Ocupações
- Características de Trabalho
- Áreas de Atividade
- Competências Pessoais
- Recursos de Trabalho
- Participantes da Descrição
- Relatório da Família
- Relatório Tabela de Atividades
- Conversão

Fale com a CBO

Esplanada dos Ministérios  
Bloco F - CEP: 70059-900  
Brasília - DF

Central de Atendimento CBO: 158

Telefone: (61) 2031-6000

Descrição

 [Página inicial](#)

4101 :: Supervisores administrativos

Títulos

4101-05 - Supervisor administrativo

Agente administrativo supervisor, Chefe administrativo, Chefe de departamento de pessoal, Chefe de escritório, Chefe de expediente - no serviço público, Chefe de serviço de limpeza, Chefe de serviços de coordenação de contratos, Chefe de setor - exclusive no serviço público, Chefe de setor - no serviço público, Chefe de seção - no serviço público, Chefe de seção de expedição, Chefe de seção de serviços administrativos, Chefe de seção de serviços gerais - exclusive no serviço público, Coordenador administrativo, Encarregado administrativo, Encarregado de escritório - exclusive no serviço público, Encarregado de serviço - exclusive no serviço público, Subencarregado de escritório, Supervisor administrativo de escritório, Supervisor administrativo de pessoal, Supervisor administrativo interno, Supervisor de administração, Supervisor de administração e arquivo técnico, Supervisor de seção de serviços gerais

Descrição Sumária

Supervisionam rotinas administrativas em instituições públicas e privadas, chefiando diretamente equipe de escriturários, auxiliares administrativos, secretários de expediente, operadores de máquina de escritório e contínuos. Coordenam serviços gerais de malotes, messageiros, transporte, cartório, limpeza, terceirizados, manutenção de equipamento, mobiliário, instalações etc; administram recursos humanos, bens patrimoniais e materiais de consumo; organizam documentos e correspondências; gerenciam equipe. Podem manter rotinas financeiras, controlando fundo fixo (pequeno caixa), verbas, contas a pagar, fluxo de caixa e conta bancária, emitindo e conferindo notas fiscais e recibos, prestando contas e recolhendo impostos.

Esta família não compreende

3513 - Técnicos em administração

4102 - Supervisores de serviços financeiros, de câmbio e de controle

**Anexo XV - Apêndice III - Parte 21 - Grupo 3 - 5.  
Descrição\_ características e exigências dos cargos -  
Supervisor Administrativo - Nível I..pdf**

## Supervisor Administrativo – Nível I (grupo 3)

<b>Cargo</b>	Supervisor Administrativo - Nível 1
<b>Código CBO</b>	4101-05
<b>Salário Proposto</b>	R\$ 2.997,58
<b>Grau de Instrução</b>	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de nível médio reconhecido pelo MEC.
<b>Conhecimentos Básicos</b>	Conhecimento do sistema operacional Windows, navegadores de internet, correio eletrônico, editores de textos e apresentações, planilhas eletrônicas.
<b>Atribuições Internas (na sede do Ministério da Defesa)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Distribuir serviços:</b> auxiliar a distribuição de serviços que tratam da rotina administrativa;</li> <li>• <b>Implementar rotinas administrativas:</b> auxiliar na implementação de rotinas administrativas;</li> <li>• Orientar a execução das rotinas administrativas: orientar a execução de serviços administrativos;</li> <li>• <b>Supervisionar cronogramas:</b> acompanhar a execução dos convênios com base nos cronogramas pré-estabelecidos no Portal TRANSFEREGOV;</li> <li>• <b>Coordenar serviços de manutenção de máquinas, equipamentos, mobiliário e instalações:</b> solicitar no Sistema SUPER.GOV.BR do Ministério da Defesa e acompanhar as instalações ou manutenções de máquinas, equipamentos, e mobiliários alocados nos setores;</li> <li>• <b>Controlar ligações telefônicas:</b> atender ligações telefônicas para o encaminhamento aos setores ou servidores competentes;</li> <li>• <b>Receber documentos e correspondência:</b> recebimento e tramitação interna de documentos atinentes aos setores do DPCN;</li> <li>• <b>Analisar documentos e correspondência:</b> elaborar análise e conferência de documentações enviadas via Portal TRANSFEREGOV ou em outros sistemas externos de comunicação, com o objetivo de auxiliar na verificação o enquadramento na legislação vigente atinente aos processos dos convênios;</li> <li>• <b>Registrar documentos e correspondência:</b> registrar os trâmites processuais e documentos no Sistema SUPER.GOV.BR do Ministério da Defesa, em outros sistemas internos, no Portal TRANSFEREGOV, e em outros sistemas externos de comunicação;</li> <li>• <b>Encaminhar documentos e correspondência:</b> encaminhar, tramitar ou atribuir documentos remetidos aos setores para análise, aprovação, e/ou encaminhamento a outros setores competentes, após a realização das providências atinentes;</li> <li>• <b>Organizar arquivos:</b> organizar e manter sob sua guarda os documentos que se encontram tramitando no setor e arquivar os documentos que já cumpriram sua função processual;</li> <li>• <b>Verificar estoque de material de consumo:</b> verificar e necessidade de material de consumo administrativo por servidor dos setores do DPCN;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Requisitar compra de material de consumo:</b> solicitar material de consumo administrativo dos setores do DPCN;</li> <li>• <b>Conferir material de consumo:</b> conferir material de consumo administrativo dos setores do DPCN durante o mês;</li> <li>• <b>Distribuir material de consumo:</b> distribuir material de consumo administrativo conforme orientação dos chefes de setores do DPCN;</li> <li>• Recebimento, análise, minuta de parecer, registro, tramitação e organização de processos atinentes as rotinas da área de execução e análise financeira no âmbito dos convênios pactuados com o Departamento do Programa Calha Norte;</li> <li>• <b>Triar informações:</b> retirar informações necessárias acerca dos processos dos convênios no Sistema SUPER.GOV.BR, no Portal TRANSFEREGOV e/ou em outros sistemas internos e externos;</li> <li>• <b>Divulgar informações:</b> divulgar informações públicas sobre os convênios solicitadas pelos entes convenientes e pelo público externo, mediante pedido formal e anuência dos chefes dos setores do DPCN;</li> <li>• <b>Esclarecer dúvidas:</b> esclarecer dúvidas relacionadas a operacionalização ou a situação dos convênios;</li> <li>• <b>Elaborar comunicados:</b> elaborar minutas de notificações aos entes convenientes por meio de Ofício ou no Portal TRANSFEREGOV, e elaborar despachos internos entre os setores do DPCN no Sistema SUPER.GOV.BR e/ou em outros sistemas internos e externo.</li> <li>• <b>Elaborar relatórios:</b> elaborar relatórios de acompanhamento de execução dos convênios, com vistas a facilitar o registrar o histórico da prestação de contas dos convênios, observando a legislação vigente atinente à celebração de convênios;</li> <li>• <b>Elaborar correspondência:</b> elaborar correspondência para o envio das notificações expedidas pelos setores;</li> <li>• <b>Instruir processos:</b> juntada de documentos em ordem cronológica para montagem de processo de convênios, no Sistema SUPER.GOV.BR, mediante anuência dos chefes dos setores.</li> </ul>
<p><b>Atribuições Externas</b> (fora da sede do Ministério da Defesa, na área de atuação do Programa Calha Norte)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Distribuir serviços:</b> apoiar a distribuição dos serviços que serão realizados durante as vistorias “<i>in loco</i>” nas obras conveniadas com o DPCN;</li> <li>• <b>Supervisionar cronogramas:</b> apoiar a supervisão das atividades que serão executadas durante as vistorias “<i>in loco</i>”, nas obras conveniadas com o DPCN;</li> <li>• <b>Coordenar serviço de transporte:</b> auxiliar a coordenação de transporte junto ao órgão apoiador durante as vistorias “<i>in loco</i>”, nas obras conveniadas com o DPCN.</li> <li>• Auxiliar as equipes de vistorias, nas medições e fotografias nas vistorias “<i>in loco</i>”, nos locais da área de atuação do Programa Calha Norte.</li> </ul>

## Habilidades, Atitudes e Valores

### Habilidades

- Comunicação - capacidade de escutar e de transmitir ideias com desenvoltura, coerência, facilidade de expressão oral e escrita e objetividade;
- Concentração - capacidade de ficar alerta, selecionar informações importantes, bloquear sinais irrelevantes redirecionar o pensamento;
- Ética - capacidade de adotar comportamentos e relacionamentos que observemos valores e normas adotados no ambiente de trabalho;
- Gerenciamento do tempo - capacidade de gerenciar o próprio tempo e o dos outros considerando as atividades a serem realizadas;
- Resolução de problemas - capacidade de percepção e criação de estratégias efetivas para resolver situações novas ou mal definidas;
- Coerência - apresentar de forma consistente argumentos e posicionamentos viáveis;
- Autocrítica - reformular por meio da introspectiva, ideias ou posicionamentos;
- Objetividade - priorizar os aspectos essenciais; e
- Perspicácia - compreender de forma sagaz, particularidades importantes;

### Atitudes e Valores

- Altruísmo-capacidade de abdicar de interesses pessoais em benefício de outras pessoas ou do interesse público;
- Comprometimento – engajamento traduzido em atenção, empenho e zelo em prol do serviço público;
- Disposição-capacidade de estar sempre alerta e disponível, iniciativa e entusiasmo;
- Empatia - capacidade de se imaginar no lugar de outras pessoas e de compreender seus sentimentos, desejos, ideias e ações, atuando com cordialidade e cortesia em suas atitudes;
- Equilíbrio emocional - capacidade de trabalhar sob pressão, resistência à frustração, maturidade e resiliência.
- Flexibilidade – capacidade de se adaptar às mudanças e rever pontos de vista, abertura para feedbacks e ideias diferentes;
- Integridade – atuar de maneira correta, honesta, proba e com transparência, pautado por princípios éticos e morais;
- Pontualidade - capacidade de realizar os compromissos e afazeres dentro do prazo estipulado, com exatidão e regularidade; e
- Profissionalismo - capacidade de demonstrar excelência, valores honráveis, padrões, ética e bom caráter, sendo produtivo e proativo.

**Anexo XVI - Apêndice IV - Parte 2 - Histórico de  
Custos por Deslocamento - Engenheiros e  
Supervisores - 2023 - DPCN.pdf**

ESTIMATIVA DE CUSTO TOTAL POR ANO REFERENTE AO DESLOCAMENTO

TRECHO (ORIGEM / DESTINO FINAL).	AGÊNCIA/COMPRA DIRETA.	DATA	TARIFA
Brasília / Cuiabá	APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	25/01/2022	R\$ 1.114,23
Cuiabá / Brasília	APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	25/01/2022	R\$ 218,85
Brasília / Cuiabá	APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	25/01/2022	R\$ 1.104,23
Cuiabá / Brasília	APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	25/01/2022	R\$ 218,85
Brasília / Cuiabá	APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	25/01/2022	R\$ 1.114,23
Cuiabá / Brasília	APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	25/01/2022	R\$ 218,85
Brasília / Cuiabá	APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	25/01/2022	R\$ 1.104,23
Cuiabá / Brasília	APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	25/01/2022	R\$ 218,85
Brasília / Cuiabá	APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	31/01/2022	R\$ 1.302,23
Cuiabá / Brasília	APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	31/01/2022	R\$ 1.306,85
Brasília / Imperatriz	APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	13/02/2022	R\$ 1.762,23
Imperatriz / Brasília	APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	13/02/2022	R\$ 1.541,23
Brasília / Palmas	APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	17/02/2022	R\$ 1.554,23
Palmas / Brasília	APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	17/02/2022	R\$ 445,23
Brasília / Palmas	APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	17/02/2022	R\$ 1.554,23
Palmas / Brasília	APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	17/02/2022	R\$ 1.386,23
Brasília / Sinop	APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	22/02/2022	R\$ 1.091,23
Sinop / Brasília	APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	22/02/2022	R\$ 995,90
Brasília / Sinop	APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	22/02/2022	R\$ 1.091,23
Sinop / Brasília	APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	22/02/2022	R\$ 995,90
Brasília / Sinop	APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	22/02/2022	R\$ 1.091,23
Sinop / Brasília	APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	22/02/2022	R\$ 995,90
Brasília / Sinop	APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	22/02/2022	R\$ 1.091,23
Sinop / Brasília	APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	22/02/2022	R\$ 1.167,90
Brasília / Cuiabá	APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	22/02/2022	R\$ 155,23
Cuiabá / Brasília	APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	22/02/2022	R\$ 593,85
Brasília / Cuiabá	APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	22/02/2022	R\$ 155,23
Cuiabá / Brasília	APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	22/02/2022	R\$ 593,85
Brasília / Barra do Garças	APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	22/02/2022	R\$ 2.031,23
Barra do Garças / Brasília	APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	22/02/2022	R\$ 1.320,90
Brasília / Palmas	APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	14/03/2022	R\$ 2.205,23
Palmas / Brasília	APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	14/03/2022	R\$ 2.032,23
Brasília / Palmas	APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	14/03/2022	R\$ 1.615,23
Palmas / Brasília	APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	14/03/2022	R\$ 2.032,23
Brasília / Palmas	APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	10/03/2022	R\$ 1.625,23
Palmas / Brasília	APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	10/03/2022	R\$ 410,33
Brasília / Palmas	APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	10/03/2022	R\$ 1.625,23
Palmas / Brasília	APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	10/03/2022	R\$ 410,33
Brasília / Palmas	APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	10/03/2022	R\$ 1.625,23
Palmas / Brasília	APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	10/03/2022	R\$ 410,33
Brasília / Palmas	APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	15/03/2022	R\$ 1.615,23



[illegible]

[illegible]

[illegible]



[illegible]

[illegible]

[illegible]



Porto Velho / Brasília	APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	07/12/2022		R\$ 2.792,27
Brasília / Porto Velho	APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	07/12/2022		R\$ 3.862,46
Porto Velho / Brasília	APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	07/12/2022		R\$ 2.678,27
Brasília / Ji-Paraná	APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	08/12/2022		R\$ 3.874,46
Porto Velho / Brasília	APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	08/12/2022		R\$ 2.850,27
Brasília / Porto Velho	APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	08/12/2022		R\$ 2.653,56
Porto Velho / Brasília	APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	08/12/2022		R\$ 2.678,27
Brasília / Porto Velho	APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	08/12/2022		R\$ 2.927,46
Porto Velho / Brasília	APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	08/12/2022		R\$ 2.792,27
Brasília / Porto Velho	APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	07/12/2022		R\$ 2.633,56
Porto Velho / Brasília	APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	07/12/2022		R\$ 2.678,27
Brasília / Ji-Paraná	APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	08/12/2022		R\$ 3.894,46
Porto Velho / Brasília	APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	08/12/2022		R\$ 2.850,27
Brasília / Porto Velho	APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	08/12/2022		R\$ 2.653,56
Porto Velho / Brasília	APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	08/12/2022		R\$ 2.792,27
Brasília / Ji-Paraná	APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	08/12/2022		R\$ 3.894,46
Porto Velho / Brasília	APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	08/12/2022		R\$ 2.850,27
Brasília / Porto Velho	APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	08/12/2022		R\$ 2.633,56
Porto Velho / Brasília	APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	08/12/2022		R\$ 2.984,27
Brasília / Porto Velho	APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	09/12/2022		R\$ 2.653,56
Porto Velho / Brasília	APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	09/12/2022		R\$ 2.850,27
MÉDIA:				R\$ 1.887,44
TOTAL GERAL:				R\$ 636.066,84

Observação : A pesquisa de preços e trechos foi realizada no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens do Poder Executivo Federal (SCDP).

CIDADES ABORDADAS NA PESQUISA	QUANTIDADE DE TRECHOS	PROPORÇÃO DE TRECHOS POR LOCALIDADE (%)
Barra do Garças/MT	2	0,58%
Belém/PA	5	1,46%
Boa Vista/RR	44	12,83%
Campo Grande/MS	1	0,29%
Corumbá/MS	1	0,29%
Cuiabá/MT	67	19,53%
Imperatriz/MA	2	0,58%
Ji-Paraná/RO	10	2,92%
Macapá/AP	50	14,58%
Manaus/AM	31	9,04%
Palmas/TO	35	10,20%
Porto Velho/RO	30	8,75%
Rio Branco/AC	49	14,29%
Sinop/MT	10	2,92%
Tabatinga/AM	2	0,58%
Vilhena/RO	4	1,17%
TOTAL:	343	100%

Quantidade estimada de trechos no ano:		1584		
Cidades Abordadas na Pesquisa	Custo de Aquisição Máximo Ano 2022 p/ Localidade (A)	Estimativa de Quantidade de Trechos por Localidade/Ano (B)	(C) = (A) X (B)	
Barra do Garças/MT	R\$ 2.031,23	9,24	R\$ 18.760,75	
Belém/PA	R\$ 2.721,56	23,09	R\$ 62.841,85	
Boa Vista/RR	R\$ 3.776,27	203,20	R\$ 767.320,45	
Campo Grande/MS	R\$ 3.120,37	4,62	R\$ 14.410,11	
Corumbá/MS	R\$ 1.501,27	4,62	R\$ 6.932,98	
Cuiabá/MT	R\$ 2.834,33	309,41	R\$ 876.973,10	
Imperatriz/MA	R\$ 1.762,23	9,24	R\$ 16.276,22	
Ji-Paraná/RO	R\$ 3.894,46	46,18	R\$ 179.849,11	
Macapá/AP	R\$ 3.021,23	230,90	R\$ 697.613,46	
Manaus/AM	R\$ 3.131,23	143,16	R\$ 448.267,98	
Palmas/TO	R\$ 2.205,23	161,63	R\$ 356.437,18	
Porto Velho/RO	R\$ 3.862,46	138,54	R\$ 535.113,99	
Rio Branco/AC	R\$ 3.152,33	226,29	R\$ 713.327,25	
Sinop/MT	R\$ 1.341,46	46,18	R\$ 61.949,64	
Tabatinga/AM	R\$ 2.855,23	9,24	R\$ 26.371,34	
Vilhena/RO	R\$ 4.414,73	18,47	R\$ 81.550,23	
	TOTAL:	1584	R\$ 4.863.995,63	
	MÉDIA = (C) / Quantidade Estimada de Trechos no Ano		R\$ 3.070,70	

<div>Previsibilidade</div>	<div>Cidades Abordadas na Pesquisa constituem apenas uma previsão, não sendo definidas de forma exaustiva.</div> <div>No decorrer do contrato, conforme a necessidade do DPCN, poderão advir outros Trechos e Cidades a serem inspecionadas, sendo que a Contratada será reembolsada conforme a mesma metodologia de cálculo das cidades elencadas.</div>
----------------------------	---



**Anexo XVII - Apêndice VI - Declaração de Instalação  
de Escritório.pdf**



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETÁRIA-GERAL - SG**

**ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO**

Declaro para fins de comprovação junto a Administração Central do Ministério da Defesa que \_\_\_\_\_ *(razão social e CNPJ da empresa)*  
instalará escritório na cidade de Brasília/DF, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato, em cumprimento ao disposto no item 10.6, letra “a”, do Anexo VII da IN SEGES/MP nº 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/MP nº 98/2022.

**Anexo XVIII - Apêndice XIV - Parte II - Avaliação.pdf**

## Relação dos Postos no SETOR/DPCN

NUMERAÇÃO DOS POSTOS	NOME DO COLABORADOR
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	

## **Anexo XIX - Apêndice I - ETP13\_2023 Ass..pdf**

# Estudo Técnico Preliminar 13/2023

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 60414.001285/2022-80

## 2. Descrição da necessidade

2.1 Este documento apresenta os Estudos Técnicos Preliminares – ETP's que tem por objetivo identificar e analisar os meios inexoráveis para melhor atendimento das necessidades deste Órgão, visando atendimento ao mais eficaz e efetivo planejamento preliminar de uma contratação, baseando-se essencialmente pela segurança jurídica da contratação, como também assegurar a viabilidade técnica e econômica da mesma, e por fim concluir com argumentos objetivos o embasamento do Termo de Referência, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, da Instrução Normativa CGNOR nº 81/2022, da Instrução Normativa SLTI /MPDG/SG nº 5/2017 e demais legislações pertinentes ao assunto.

2.2. A presente contratação de pessoa jurídica para o fornecimento sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra terceirizada se dá pela necessidade de garantir a continuidade da assistência técnica e atender as essencialidades do Programa Calha Norte – PCN, permitindo atender as várias ações planejadas por este Departamento, buscando o cumprimento das atividades de apoio e acompanhamento e a análise das referidas prestações de contas, auxiliando no suporte às atividades auxiliares, acessórias, instrumentais e/ou complementares do Departamento do Programa Calha Norte – DPCN.

2.3 O Departamento do Programa Calha Norte – DPCN, por sua vez é uma unidade vinculada ao Ministério da Defesa – MD, de acordo com a Portaria Normativa nº 115/GM-MD, de 26 de dezembro de 2019, que aprovou a sua estrutura regimental, possui as seguintes competências:

“(…)

*Art. 3º O Departamento do Programa Calha Norte aplicará os recursos, de que trata o art. 2º, com o objetivo de contribuir para:*

*I - O aumento da presença do Poder Público na sua área de atuação e para o fortalecimento da ocupação dos vazios estratégicos;*

*II - A defesa nacional, com ênfase na faixa de fronteira, dentro da sua área de abrangência;*

*III - A melhoria da infraestrutura nas áreas de defesa, educação, esporte, segurança pública, saúde, assistência social, transportes e desenvolvimento econômico dos Municípios constantes da sua área de atuação;*

*IV - A promoção do desenvolvimento sustentável da região e da cidadania da população local;*

*V - A fixação da população local na sua região e para o fortalecimento da integração social desta população, em especial, das comunidades isoladas;*

*VI - A melhoria da qualidade de vida da população existente na sua área de atuação;*

*VII - O desenvolvimento econômico dos Estados e Municípios de sua área de atuação;*

*VIII - A geração de emprego e renda e o fortalecimento da cadeia produtiva; e*

*IX - A interligação da região com todo o território nacional, visando a integração plena da população local, a vigilância de fronteiras e a defesa nacional.*

“(…)”

2.4. Considerada essas competências, e após acuradas análises e levantamentos preliminares da necessidade, o Ministério da Defesa – MD, empreendeu ponderações necessárias para viabilizar o processo de licitação baseando-se nas legislações vigentes

com a finalidade de proporcionar a melhor execução das atividades e manter o funcionamento efetivo do Departamento supramencionado, deste modo, por não possuir mão de obra em seu quadro permanente para desempenho de tais competências, justifica-se deste modo que a real necessidade/essencialidade de **contratação de pessoa jurídica para o fornecimento sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra terceirizada na prestação de serviços especializados e continuados de Engenheiro Civil, Engenheiro Mecânico, Supervisor Administrativo - Nível Médio e Supervisor Administrativo - Nível Superior** visa atender as necessidades institucionais e o prosseguimento das realizações dos trabalhos essenciais de competência do Departamento do Programa Calha Norte - DCPN, de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando o funcionamento das atividades finalísticas da instituição e permitindo atender as várias ações planejadas e o cumprimento dos objetivos estratégicos, bem como as demais dimensões das atividades do Programa Calha Norte - PCN discriminadas neste presente Estudo.

2.4.1. Os trabalhos essenciais do Departamento estão relacionados ao enfrentamento das demandas advindas da gestão dos convênios celebrados pelo mesmo, e relacionadas às atividades acessórias, instrumentais e auxiliares, internas e externas do PCN as quais encontram-se pormenorizadas no subitem 6.20 deste Estudo em diante que trata das "**Das atribuições específicas dos serviços - Divisão por áreas:**" e consta todas as atividades que cada profissional em particular irá desenvolver.

2.5. Nesta senda, busca-se sempre a prática dos princípios da eficiência e efetividade, quando se tentar alcançar a alta produtividade, agilidade, qualidade, segurança e máxima perfeição do trabalho, ainda, a contratação dos serviços são necessárias para garantir a continuidade da assistência, e objetiva maiores vantagens e benefícios possíveis na busca do suprimento desta descompensação funcional, de um melhor desempenho das tarefas administrativas para o alcance dos objetivos organizacionais, bem como o aprimoramento das demandas de forma técnica, administrativa, logística e profissional do Programa, tanto para a Administração na execução das atividades, quanto para o público externo que é beneficiado com o desenvolvimento regional da área de atuação do Programa Calha Norte – PCN, ainda, necessita-se das substituições e centralizações dos Contratos nº 012 /2021-MD (3629218) e nº 016/2021-MD (4019270), cumprindo, ainda, as recomendações emanadas pela Secretaria de Controle Interno – Ciset/MD, para uniformização dos Contratos vigentes.

2.6. Tratando-se, ainda, que estas atividades são intrínsecas quanto ao planejamento do Programa Calha Norte – PCN com sua área de atuação abrangendo os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia, Roraima, Pará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Maranhão e do Tocantins, correspondendo assim em 59% (cinquenta e nove por cento) do território Nacional, englobando 783 (setecentos e oitenta e três) municípios. Aproximadamente 27 (vinte e sete milhões) milhões de brasileiros habitam na área de atuação do Programa Calha Norte - PCN, incluindo cerca de 85% (oitenta e cinco por cento) da população indígena brasileira e 99% (noventa e nove por cento) da extensão das terras indígenas.

2.7. A Administração Pública, na busca procedimental pela realização do desempenho de suas atividade-meio e auxílio/apoio da atividade-fim (art. 9º, § 3º, da Lei nº 13.429/2017 e art. 4º, da Lei nº 6.019/1974) para cumprimentos das obrigações do Departamento do Programa Calha Norte - DPCN, bem como o interesse público envolvido quanto ao desenvolvimento nacional das áreas envolvidas necessita de uma implementação de políticas públicas, que por sua vez é necessária a manutenção de seu corpo administrativo-funcional, e vale-se de estratégia diferenciadas para a realizar suas funções com maior eficiência e menos custo operacional e transicional.

2.8. Uma dessas é a terceirização, que pode ser definida de forma simples e direta como a transferência, a terceiros, de atividades que a própria organização pública ou privada, poderia executar de forma imediata.

2.9. Além disso, a presente contratação está contemplada no Planejamento e Gerenciamento de Contratações – PGC 2023, conforme Despacho nº 199 (6079188) e posteriormente discriminado no Termo de Referência.

#### **Estruturação do Departamento do Programa Calha Norte - DCPN:**

2.10. O desenvolvimento regional da área de atuação do Programa Calha Norte - PCN configura-se como importante diretriz da Política Nacional de Defesa - PND. Apesar de ser estratégica para a integração Sul-Americana, a região ainda se apresenta como pouco desenvolvida economicamente, marcada pela dificuldade de acesso aos bens e serviços públicos e pelo isolamento social, assim como por problemas de segurança pública e pelas precárias condições de cidadania.

2.11. Os produtos entregues à população decorrentes dos convênios firmados entre o DPCN/SG-MD e Estados e Municípios têm contribuído com o desenvolvimento sustentável da área de atuação, levando infraestrutura básica, pavimentação de vias urbanas, energia elétrica, escolas, creches, postos de saúde, centros comunitários, quadras esportivas, aquisição de equipamentos e veículos, entre outros, a uma população caracterizada pelo seu baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e marcada pela dificuldade de acesso a bens e serviços públicos.

2.12. Ao longo dos últimos anos, o Programa Calha Norte - PCN se expandiu de maneira significativa pela Amazônia Legal, em razão da sua importância estratégica para manutenção de nossa soberania, tendo por isso, aumentado suas atribuições e diversos

processos necessários para a adequada execução e gestão dos convênios firmados. Nesse contexto, o incremento da força de trabalho se fez necessário, de tal forma que, vislumbrou-se a necessidade em se aumentar o contingente de colaboradores por meio de contratos de terceirização, principalmente em relação a engenheiros e supervisores administrativos.

2.13. A expansão do Programa Calha Norte - PCN, sem sombra de dúvidas, foi originada pelo aumento do aporte de recursos advindos de Emendas Parlamentares, causando com isso, o crescimento na quantidade de convênios e a necessidade inquestionável em se realizar melhorias continuadas nos processos do mesmo (execução orçamentária/financeira, celebração, análise do projeto básico/termo de referência, cláusula suspensiva, licitação, execução/fiscalização e prestação de contas), o que resultou na imprescindibilidade em se potencializar a mão-de-obra especializada do Programa.

2.14. Outro fator que merece relevância, diz respeito a digitalização de sistemas operativos, tendo em vista a maior necessidade em se estabelecer parâmetros de conformidades e o desejado incremento à transparência das ações. Pode-se citar, como exemplo, dessa nova concepção de gestão, o Portal TRANSFEREGOV.BR, que impôs maior controle e acompanhamento/monitoramento de convênios celebrados sob égide do Poder Executivo Federal aos órgãos concedentes, objetivando o atendimento de projetos de infraestrutura básica, complementar e de aquisição de equipamentos.

2.15. Os integrantes deste Departamento exercem atividades nas 4 (quatro) fases do convênio, a saber: propositura; celebração; acompanhamento financeiro e técnico de engenharia; e prestação de contas. Dentro das atividades de acompanhamento, destaca-se as visitas institucionais aos municípios contemplados para vistorias das obras pactuadas e orientações técnicas oferecidas pelo Departamento do Programa Calha Norte - DPCN por meio de *Workshop*, visando adequações de procedimentos executados nos convênios pelos entes convenientes, mitigando riscos de irregularidades.

2.16. Nesse sentido, cabe ressaltar que o Departamento do Programa Calha Norte - DPCN nunca contou com efetivo de servidores próprios. Sendo assim, ainda é um desafio a ser enfrentado pela Administração possibilitar que a força de trabalho dos servidores seja direcionada para serviços que envolvam tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão, controle e serviços considerados estratégicos.

2.16.1. Ressalta-se, ainda, que houveram diversas tentativas, por parte do Departamento do Programa Calha Norte - DPCN, em realizar concurso público para contratação desses especialistas, provimento de pessoal por meio de cargos comissionados e militares, mas diante das conjunturas políticas e econômica enfrentada pelo país, os pedidos se mostraram inviáveis.

2.17. Ainda é um desafio a ser enfrentado pela Administração possibilitar que a força de trabalho dos servidores seja direcionada para serviços que envolvam tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle; serviços considerados estratégicos, ou relacionados à poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção (art. 3º do Decreto nº 9.507/2018). Assim, o presente estudo tem por meta o apontamento de meios efetivos aos desafios abaixo elencados:

2.17.1. Servidores públicos/militares executam atividades auxiliares, instrumentais, acessórias e/ou complementares;

2.17.2. Demanda reprimida por serviços técnicos especializados no Departamento do Programa Calha Norte - DPCN;

2.17.3. Paradigma quanto à impossibilidade de execução, de forma indireta, de atividades auxiliares, instrumentais, acessórias e/ou complementares; e

2.17.4. Complexidade no desenho de serviços de apoio técnico especializado pelos órgãos e entidades públicos.

2.18. Os serviços de Supervisor Administrativo e Engenheiro Civil, objeto da demanda, são essenciais ao bom funcionamento dos segmentos e a continuidade das atividades de apoio administrativo e assessoria técnica de engenharia no Departamento do Programa Calha Norte - DPCN, pretendendo o melhor desenvolvimento dos serviços técnicos auxiliares, instrumentais, acessórios e/ou complementares, de acordo com as normas regulamentares vigentes relacionadas ao assunto, em decorrência da inexistência desses profissionais, no quadro de pessoal do órgão, visando atender o Princípio da Continuidade do Serviço Público.

2.19. Objetiva-se, também, atender ao Princípios da Eficiência, por meio da contratação de empresa prestadora de serviço, visando exclusivamente o desempenho de atividades de suporte de Engenharia e Apoio Administrativo, promovendo a devida disponibilidade de mão de obra para o desempenho de atividades para que o Departamento do Programa Calha Norte - DPCN alcance com êxito sua missão institucional.

2.20. Há, também, a necessidade de contratação de serviços de Engenheiro Mecânico para o Programa, visando o aperfeiçoamento das linhas de defesa e a mitigação de riscos na aquisição dos equipamentos, veículos e máquinas diversas, posto que este Órgão Ministerial não dispõe de profissional qualificado na referida área.

2.21. O desenvolvimento das tecnologias como Inteligência Artificial (IA), Internet das Coisas (IOT) e o aprendizado de máquina (**machine learning**) aumentaram significativamente a complexidade do correto dimensionamento dos bens, em especial os equipamentos e implementos agrícolas. Motivo pelo qual, reforça a contratação de engenheiros mecânicos.



2.22. Ressalta-se que nos últimos 5 (cinco) anos, ou seja, 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022, foram celebrados 802 (oitocentos e dois) convênios relacionados a equipamentos e veículos, média de  $\pm 160$  (cento e sessenta) convênios por ano, totalizando aproximadamente o montante de R\$ 672.000.000,00 (seiscentos e setenta e dois milhões de reais e zero centavos). Cabe destacar, que a falta de profissionais em Engenharia Mecânica nos quadros do Departamento do Programa Calha Norte - DPCN, motivaram a recusa de celebração de diversas propostas de convênios, cuja complexidade inibiram a emissão de parecer favorável.

2.23. Desta forma, para executar atividades de análise de proposta de equipamentos, acompanhamento dos convênios e vistoria técnica "in loco", com emissão de laudo, obtém-se a necessidade de contratação de Engenheiro Mecânico, para atender as demandas dos convênios voltados para a aquisição de bens de natureza mecânica, sendo de competência do Engenheiro Mecânico fazer o juízo de causa, conforme a Resolução CONFEA nº 218 de 29/06/1973, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, do Arquiteto e do Engenheiro Agrônomo, mais especificamente em seu artigo 12, sendo de competência exclusiva do Engenheiro Mecânico, conforme o especificado:

*"Art. 12. Compete ao ENGENHEIRO MECÂNICO ou ao ENGENHEIRO MECÂNICO E DE AUTOMÓVEIS ou ao ENGENHEIRO MECÂNICO E DE ARMAMENTO ou ao ENGENHEIRO DE AUTOMÓVEIS ou ao ENGENHEIRO INDUSTRIAL MODALIDADE MECÂNICA*

*I - o desempenho das atividades 01 a 18 do art. 1º desta Resolução, referentes a **processos mecânicos, máquinas em geral; instalações industriais e mecânicas; equipamentos mecânicos e eletro-mecânicos; veículos automotores; sistemas de produção de transmissão e de utilização do calor; sistemas de refrigeração e de ar condicionado; seus serviços afins e correlatos.**" (grifo nosso)*

2.24. Nesse sentido, os profissionais da Engenharia Civil não podem analisar projetos, acompanhar e vistoriar equipamentos, conforme competências definidas na resolução supracitada, evidenciando, assim, a necessidade de contratação de postos de serviços de Engenharia Mecânica.

2.25. Ao passar do tempo os normativos e procedimentos voltados para as áreas de convênios, contrato de repasse ou instrumentos congêneres vêm se aprimorando, tornado as atividades para os órgãos concedentes mais complexas, aumentando o rol de atribuições à cargo desses órgãos, requerendo profissionais com maior qualificação, atuando em diversas fases do processo, o qual nesse momento o Departamento do Programa Calha Norte - DPCN carece de mão de obra qualificada, devido ao grande volume de trabalho sob a sua responsabilidade, em virtude de estar em constante expansão.

2.26. O projeto para contratação de serviços de apoio técnico especializado surge, portanto, de uma demanda reprimida por serviços técnicos especializados na área de convênios/instrumentos congêneres, requerendo neste caso apoio de especialistas da referida área no Departamento do Programa Calha Norte - DPCN. Tem-se como objetivo apoiar o Departamento do Programa Calha Norte - DPCN no desenvolvimento das atividades auxiliares, instrumentais, acessórias e/ou complementares, de forma a melhor empregar os servidores públicos/militares em atividades que visem ao alcance dos objetivos institucionais.

2.27. Objetiva-se com essa contratação atender o Princípio da Eficiência, o qual o referido serviço ficará responsável, exclusivamente, pelo desempenho de atividades de suporte especializado e administrativo, de acordo com as especificações constantes no perfil profissional.

2.28. Os serviços pretendidos são essenciais para a melhoria dos micro e macroprocessos do Departamento do Programa Calha Norte – DPCN, buscando sempre a prática dos Princípios da Eficiência e Efetividade, quando se tenta alcançar a alta produtividade, agilidade, qualidade, segurança e máxima perfeição do trabalho, visadas por esta administração.

2.29. Sendo assim, julga-se imprescindível a continuidade dos serviços de Engenheiro Civil e Supervisor Administrativo e importante a inclusão dos serviços de Engenheiro Mecânico e Supervisor Administrativo - Nível Superior.

2.30. Desse modo, constata-se, que as contratações exsurge da necessidade em se controlar e supervisionar com mais eficiência, eficácia e efetividade a execução de atividades operacionais e administrativas definidas pela direção do Programa Calha Norte – PCN, considerando o exercício de suas atividades em regime de dedicação exclusiva, pois tais atividades são imperativas à manutenção de 2.110 (dois mil, cento e dez) convênios ativos até a presente data (28/04/2023) , que correspondem aproximadamente a um total aproximado de quase R\$ 3.5 (três bilhões e meio), distribuídos em 389 (trezentos e oitenta e nove) municípios de 9 (nove) estados, a serem monitorados quanto ao seu emprego e destinação, desde a fase de celebração do pacto até a prestação de contas dos gastos realizados, e assim, a participação conjunta dessas contratações se tornam indispensáveis a consecução dos objetivos propostos, conforme quadro abaixo:

Quadro 1

**Situação do Convênio - Dados Gerais**

N° do Convênio: Todos

Ano Assinatura: 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020

Tipo Despesa: Sem, Outra

UF: AC, AP, MT, RO, AM, MS, PA, RR

Município: Todos

Sit. Processo Licitatório:
 ☐ Aceito
 ☐ Aguardando Aceite
 ☐ NÃO SE APLICA
 ☐ Rejeitado
 ☐ Sem Licitação

Sit. Prjto Básica/ Termo de Ref:
 ☐ HOMOLOGADO

Situação do Convênio:
 ☒ Aguardando Prestação de Contas
 ☐ Cancelado
 ☐ Convênio Anulado
 ☐ Convênio Rescindido
 ☒ Em execução
 ☐ Prestação de Contas Aproximada

Parlamentar: Todos

Tipo Emenda: BRANCA

Nome Conveniente: Todos

Qtd Conv: 2118

Valor Global: R\$ 3.468.855.562,25

Qtd Municípios: 389

Qtd Parlamentares: 132

Qtd DAU: (Em branco)

Qtd TCE: (Em branco)

N° Convênio	N° Interno	Ano Assinatura	Município	UF	Tipo Despesa	Objeto	Situação Convênio	SITUAÇÃO DO PB / TERMO DE RES	Dt Aproveitamento	Data Retirada Suspensão
801591	00197/2014	2014	MAZAGÃO	AP	Outra	Construção de quadra poliesportiva e campo de areia	Prestação de Contas em Complementação			11/12/2015
816760	00058/2015	2015	LABREIA	AM	Outra	CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO	Aguardando Prestação de Contas			06/06/2016
822994	00491/2015	2015	BOA VISTA	RR	Outra	Construção do Palco e área para Eventos do Parque Germano Augusto Saripanta	Prestação de Contas em Análise			17/04/2017
825760	00066/2016	2016	WARRINGTON	RR	Outra	Pavimentação Asfáltica com Calçadas, Meio Fio e Sinalização no Distrito Nova Colina	Prestação de Contas em Análise			31/01/2018
827208	00348/2016	2016	PRESIDENTE MEDEIROS	RO	Outra	Construção de palco e arena para shows, condução da arborização e iluminação de áreas do parque de recreação	Em execução			26/03/2018
<b>Total</b>										

Botões de navegação: Voltar, Avançar, Imprimir, Exportar, etc.

2.31. Imperioso salientar que essa contratação, amparada pelo Decreto nº 9.507/2018, é uma alternativa efetiva às formas de contratações previstas nas Leis nº 8.112/90 e 8.745/93, que requerem recursos financeiros, pessoais e temporais específicos, com foco distinto a este projeto. A Lei nº 8.745/93 que trata da contratação de servidores por tempo determinado traz um rol específico de situações aplicáveis, não suprimindo completamente os anseios do serviço público federal. Por sua vez, a utilização de servidores provenientes de cargos comissionados, com previsão na Lei nº 8.112/90, são direcionados a cargos de liderança e assessoramento, que por força constitucional, são destinados às atribuições de direção, chefia e assessoramento, necessidade divergente do que se busca nessa contratação.

2.32. O inciso IX do art. 37 da Constituição Federal de 1988 prevê a possibilidade de contratação temporária de pessoal, na hipótese de prestação de serviços públicos emergenciais, reservando sua regulamentação à lei ordinária. Assim, também a Lei nº 8.745/93 dispõe sobre a contratação de pessoal, por tempo determinado, para acudir a necessidade temporária de excepcional interesse público nos órgãos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional (art. 1º). A própria Norma define, em seu art. 2º, quais as situações se aplicam que devem ser consideradas como necessidade temporária de excepcional interesse público, quais sejam:

2.32.1. Assistência a situações de calamidade pública;

2.31.2. Combate a surtos endêmicos;

2.31.3. Realização de recenseamentos;

2.32.4. Admissão de professor substituto e professor visitante;

2.32.5. Admissão de professor ou pesquisador visitante estrangeiros; e

2.32.6. Atividades especiais nas organizações das Forças Armadas, na área industrial ou para atender a encargos temporários de obras e serviços de Engenharia.

2.33. Nesse sentido, o Decreto nº 9.507/2018 trouxe um novo rol de possibilidades de execução indireta, mediante contratação, de serviços para administração pública federal direta, autárquica e fundacional, além das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Conforme o artigo 2º, cabe ao Ministério do Planejamento estabelecer quais serviços deverão ser preferencialmente objeto de execução indireta mediante contratação, desde que observadas as vedações estabelecidas no Decreto, em especial as do artigo 3º:

***"Administração pública federal direta, autárquica e fundacional"***

*Art. 3º Não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços:*

*I - que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;*

*II - que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;*

*III - que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e*

*IV - que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.*

*§ 1º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do caput poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado.*

~~*§ 2º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de fiscalização e consentimento relacionados ao exercício do poder de polícia não serão objeto de execução indireta.*~~ (Revogado pelo Decreto nº 10.183/2019)"

2.34. Entende-se, portanto, que o objeto da presente contratação não se confunde com as contratações previstas nas Leis nº 8.112/90 e 8.745/93. A contratação proposta destina-se à realização de atividades auxiliares, instrumentais, acessórias e/ou complementares aos assuntos da área de competência legal da Administração, na expectativa de proporcionar melhores condições para atingir as metas e objetivos estratégicos em suas ações finalísticas, bem como melhorar o desempenho das atividades acessórias, constituindo-se em uma alternativa indispensável para fortalecer a gestão administrativa.

2.35. Importante salientar, também, que a contratação objeto deste estudo visa contribuir para a continuidade das atividades da Administração, como preconiza o princípio da continuidade dos serviços públicos, auxiliando o Departamento do Programa Calha Norte - DPCN no desempenho das atividades prestadas à sociedade e seus usuários. Necessário, também, informar que a contratação pretendida não terá o condão de usurpar a competência de nenhuma carreira pública do Poder Executivo Federal, pelo contrário, dará suporte aos servidores para que estes foquem em serviços que envolvam a tomada de decisão nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão, controle e aqueles considerados estratégicos.

2.36. A execução indireta dos serviços auxiliares, instrumentais, acessórias e/ou complementares por meio da contratação de pessoa jurídica contribuirá para que a CONTRATANTE fortaleça sua atuação de forma dinâmica, na medida em que possibilitará seus servidores concentrarem esforços no exercício de suas atribuições estratégicas.

2.37. Foram identificados os seguintes aspectos, que motivaram a propositura desta contratação:

2.37.1. Continuidade da execução das atividades e da produtividade;

2.37.2. Demanda reprimida por serviços técnicos especializados no Departamento do Programa Calha Norte/Ministério da Defesa - DPCN/MD; e

2.37.3. Imprescindibilidade das atividades auxiliares, instrumentais, acessórias e/ou complementares nas áreas correlatas a convênios, nas fases de celebração, acompanhamento financeiro e técnico de engenharia, e prestação de contas.

2.38. Os principais requisitos que nortearam os estudos apresentados neste documento foram:

2.38.1. Planejamento da contratação de forma a permitir a seleção da proposta mais vantajosa em termos de eficiência e economicidade;

2.38.2. Seleção de profissionais por intermédio de empresa terceirizada, com expertise em recrutamento; e

2.38.3. Utilização do procedimento auxiliar denominado Sistema de Registro de Preços – SRP no processo licitatório.

2.39. Com isso, espera-se proporcionar ao Ministério da Defesa - MD maior capacidade de resposta às demandas da sociedade, oferecendo serviços com qualidade e eficiência, em tempo adequado e em conformidade com os padrões esperados.

2.40. Considerando o exposto, após análise e levantamentos preliminares, a Equipe da Planejamento da Aquisição empreendeu os estudos necessários para viabilizar o processo de licitação para a contratação de serviços especializados nas áreas de Engenharia Civil, Engenharia Mecânica, Supervisor Administrativo - Nível Médio e Supervisor Administrativo - Nível Superior, para atendimento das demandas do Departamento do Programa Calha Norte - DPCN.

#### **Experiência de trabalho:**

2.41. Nesse momento, em que se pretende realizar a contratação de profissionais para apoio técnico especializado nas áreas de engenharia e convênios ou instrumentos congêneres. A escolha por tais perfis de profissionais encontra amparo na necessidade em atividades de suporte e assessoramento em serviços de engenharia e processo de monitoramento/acompanhamento aos convênios celebrados com o Departamento do Programa Calha Norte - DPCN.

2.42. Percebe-se que os profissionais ora requisitados contemplam as atuais necessidades do serviço público no escopo de atuação para suporte às atividades processuais, gestão e fiscalização de convênios, apoio nas atividades administrativas, orçamentárias e financeiras.

2.43. Importante informar que se trata da contratação de serviços de profissionais que atuarão em atividades auxiliares, acessórias, instrumentais e/ou complementares, em suporte aos servidores Públicos Federais.

2.44. Portanto, a escolha pelo perfil dos trabalhadores nas áreas informadas trata-se apenas da indicação dos perfis dos profissionais mais adequados para realização de suporte gerencial.

2.45. Evidencia-se que não haverá a substituição de servidores públicos em suas atividades, mas, tão somente, a contratação de profissionais para dar suporte em suas atividades. Desta forma, visando dirimir possível desvio de função, não haverá a solicitação por parte da administração da inscrição dos profissionais em seus conselhos de classe, visto que não se trata da execução integral ou plena das atividades profissionais.

2.46. Em consideração ao que fora exposto inicialmente, existirá uma exceção quanto ao grau de instrução dos profissionais que irão atuar por intermédio de empresa terceirizada. Nas áreas Engenharia Civil e Mecânica, serão exclusivas para Bacharéis em Engenharia Civil e Mecânica, respectivamente, comprovado mediante Diploma de Nível Superior fornecido por instituição de Ensino Superior reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC e registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA. Já para área de Supervisor Administrativo - Nível Superior, serão utilizados trabalhadores com Bacharelado na área de Direito, Administração, Economia, Contabilidade, Gestão Pública e/ou pós-graduação em Gestão Pública devidamente comprovado por Diploma de Nível Superior fornecido por instituição de Ensino Superior reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC, será exigida experiência mínima de 2 (dois) anos de serviços prestados para áreas correlatadas à convênios e /ou instrumentos congêneres, desde que seja em campo correlato e esteja diretamente ligado à área de que vá realizar suas atividades (com a aprovação da gestão demandante).

2.46.1. Não será exigida experiência profissional para os postos de trabalho de engenheiro civil e engenheiro mecânico por não ser de competência da Administração, ao promover um certame, "*exercer ingerências na formação de preços privados por meio da proibição de inserção de custos ou exigência de custos mínimos que não estejam diretamente relacionados à exequibilidade dos serviços e materiais ou decorram de encargos legais*" (subitem 7.11 do Anexo VII-A da IN/SEGES-ME nº 05/2017), sendo, pois, vedado "*definir o valor da remuneração dos trabalhadores da empresa contratada para prestar os serviços, salvo nos casos específicos em que se necessitam de profissionais com habilitação/experiência superior a daqueles que, no mercado, são remunerados pelo piso salarial da categoria, desde que justificadamente*" (art. 5º, VI, da IN/SEGES-ME nº 05/2017), conforme analisada a matéria pela Consultoria Jurídica no Ministério da Defesa (CONJUR-MD), por meio do Parecer nº 00263/2022 /CONJUR-MD/CGU/AGU, de 13 JUN 2022 (ID 5200950).

2.47. A justificativa para tal exceção é baseada na multidisciplinaridade do campo da administração e da administração pública, visto que em suas diretrizes curriculares são previstos conhecimentos na área de convênio e/ou instrumentos congêneres.

2.48. Tais benefícios que envolva a exigência mínima de experiência profissional é a busca pela evolução/melhorias dos micros e macroprocessos envolvidos na execução dos convênios, assessoria superior e experiência administrativa e técnico-profissional para assuntos de maiores níveis de complexidade.

2.49. Será vedada a contratação de Tecnólogos para a função de Supervisor Administrativo - Nível Superior. Conquanto os Cursos de Tecnologia sejam considerados de Graduação Superior, a teor da Lei nº 9.394/96 (Estabelece as diretrizes e bases da

educação nacional), tal regra admite exceção na discricionariedade administrativa, até porque os artigos 43 a 57 da citada Lei colocam os Tecnólogos em categoria diferenciada da educação superior. Neste ponto, anota-se que as funções desempenhadas por Tecnólogos, não se revelam similares o bastante para justificar a equiparação do tratamento e as atividades esperadas pelos contratados, que exige recrutamento de profissionais com Diploma de curso de Graduação de Bacharelado.

#### **Base Legal e Normativa - Execução Indireta de Serviços**

2.50. A **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, em seu artigo 37, inciso II, dispõe que:

*"A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração."*

2.51. O Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e suas alterações por meio do Decreto nº 10.183 de 20 de dezembro de 2019, que regem a matéria distinguindo as hipóteses cabíveis de acordo com as características das pessoas jurídicas que compõem o Ente, estabelece os parâmetros e as regras básicas sobre a Execução Indireta, mediante contratação de serviços pela Administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União, dispondo nos seus artigos 2º e 3º, na forma que se segue:

*"Art. 2º Ato do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão estabelecerá os serviços que serão **preferencialmente** objeto de execução indireta mediante contratação.*

*(...)*

*Art. 3º Não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços:*

*I - que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;*

*II - que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;*

*III - que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e*

*IV - que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.*

***§ 1º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do caput poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado.***

***§ 2º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de fiscalização e consentimento relacionados ao exercício do poder de polícia não serão objeto de execução indireta."** (grifo nosso)*

2.52. A Portaria nº 443, de 27 de dezembro de 2018, estabeleceu:

*"Art. 1º No âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, **serão preferencialmente objeto de execução indireta**, dentre outros, os seguintes serviços:*

*(...)*

*Parágrafo único. **Outras atividades que não estejam contempladas na presente lista poderão ser passíveis de execução indireta, desde que atendidas as vedações constantes no Decreto nº 9.507, de 2018.**" (grifo nosso)*

2.53. Destaca-se que os normativos acima elencados estão em harmonia com o Decreto-Lei nº 200, de 1967, em seu 10º artigo, que apresenta o seguinte texto:

*"Art. 10. A execução das atividades da Administração Federal deverá ser amplamente descentralizada.*

*§ 1º A descentralização será posta em prática em três planos principais:*

*a) dentro dos quadros da Administração Federal, distinguindo-se claramente o nível de direção do de execução;*

*b) da Administração Federal para as unidades federadas, quando estejam devidamente aparelhadas e mediante convênio;*

*c) da Administração Federal para a órbita privada, mediante contratos ou concessões.*

*§ 2º Em cada órgão da Administração Federal, os serviços que compõem a estrutura central de direção devem permanecer liberados das rotinas de execução e das tarefas de mera formalização de atos administrativos, para que*

possam concentrar-se nas atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle.

§ 3º A Administração casuística, assim entendida a decisão de casos individuais, compete, em princípio, ao nível de execução, especialmente aos serviços de natureza local, que estão em contato com os fatos e com o público.

§ 4º Compete à estrutura central de direção o estabelecimento das normas, critérios, programas e princípios, que os serviços responsáveis pela execução são obrigados a respeitar na solução dos casos individuais e no desempenho de suas atribuições.

§ 5º Ressalvados os casos de manifesta impraticabilidade ou inconveniência, a execução de programas federais de caráter nitidamente local deverá ser delegada, no todo ou em parte, mediante convênio, aos órgãos estaduais ou municipais incumbidos de serviços correspondentes.

§ 6º Os órgãos federais responsáveis pelos programas conservarão a autoridade normativa e exercerão controle e fiscalização indispensáveis sobre a execução local, condicionando-se a liberação dos recursos ao fiel cumprimento dos programas e convênios.

**§ 7º Para melhor desincumbir-se das tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle e com o objetivo de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa, a Administração procurará desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos de execução.**

§ 8º A aplicação desse critério está condicionada, em qualquer caso, aos ditames do interesse público e às conveniências da segurança nacional.” (grifo nosso)

2.54. Na nova Lei de Licitações, Lei nº 14.133/2021, existe a previsão para execução indireta os serviços de atividades acessórias, instrumentais e/ou complementares, com a evidencição do seguinte:

“Art. 48. Poderão ser objeto de execução por terceiros as **atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares** aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade, vedado à Administração ou a seus agentes, na contratação do serviço terceirizado.”. (grifo nosso)

2.55. Em complemento ao exposto, a Instrução Normativa SEGES nº 05, de 2017 prevê que:

**"Seção III - Dos Serviços Passíveis de Execução Indireta**

Art. 7º **Nos termos da legislação**, serão objeto de execução indireta as atividades **previstas em Decreto que regulamenta a matéria**.

§ 1º A Administração poderá contratar, mediante terceirização, as atividades dos cargos extintos ou em extinção, tais como os elencados na Lei nº 9.632, de 7 de maio de 1998.

§ 2º As funções elencadas nas contratações de prestação de serviços deverão observar a nomenclatura estabelecida na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), do Ministério do Trabalho, ou outra que vier a substituí-la.

Art. 8º Poderá ser admitida a contratação de serviço de **apoio administrativo**, considerando o disposto no inciso IV do art. 9º desta Instrução Normativa, com a **descrição no contrato de prestação de serviços para cada função específica das tarefas principais e essenciais a serem executadas, admitindo-se pela Administração, em relação à pessoa encarregada da função, a notificação direta para a execução das tarefas**.” (grifo nosso)

2.56. No que concerne ao posicionamento da Egrégia Corte de Contas Federal, já se tem substancial jurisprudência sobre a possibilidade de terceirização de profissional especializado para atividades de forma auxiliar, desde que não concorra com cargo ou função prevista no Plano de Cargos e Salários da entidade, nem suas atividades, tanto quanto, não envolva a tomada de decisão, gestão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle, bem como, realização de atividades fim.

2.57. O Tribunal de Contas da União - TCU, em decisão paradigmática recente, já considerando a nova legislação da matéria, assim se pronunciou:

**Acórdão TCU nº 1.184/2020 - Plenário**

"(...)

É possível a contratação da execução indireta da prestação dos serviços acessórios ou complementares realizados por servidores efetivos da área técnica da Fundação Nacional da Saúde, nos termos da IN MPDG nº 5/2017 e do Decreto nº 9.507/2018, desde não estejam presentes, na relação entre o pessoal da prestadora de serviço e a Administração Pública, as características da personalidade e da subordinação, próprias da relação empregatícia, e não se incorra nas

*vedações do art. 3º do mencionado decreto, de modo que, entre outras, não constituam atividade inerente às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos da entidade, salvo disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, ou em extinção."*

2.58. Assim, no que se refere à terceirização das atividades da Administração Pública direta, autárquica e fundacional, entende-se que os novos regramentos legais em nada alteraram o entendimento anteriormente adotado, de que a execução indireta será lícita se corresponder a um serviço acessório/instrumental e sem correspondência no plano de cargos do órgão ou entidade.

2.59. Este posicionamento prestigia, não apenas a nova sistemática adotada no sistema jurídico pátrio, mas, sobretudo, os Princípios Constitucionais, em especial, o da Legalidade, Impessoalidade e Moralidade. Não se pode perder de vista que a Lei nº 13.429/2017 e seus desdobramentos devem ser lidos e interpretados à luz do quanto disposto no artigo 37, II, da CF/88. Ademais, a preocupação das Cortes de Controles mantém-se em relação ao desvirtuamento do instituto da terceirização e a ausência de conformidade legal nas contratações.

2.60. Neste aspecto, oportuno reproduzir o voto condutor do julgamento paradigmático do Tribunal de Contas da União - TCU, por meio do Acórdão TCU nº 1.184/2020 - Plenário, anteriormente citado:

*"(...)*

*29. (...) não se pode confundir a figura da terceirização de serviços que envolvem mão-de-obra, prevista na Constituição, com uma suposta terceirização para simples contratação de mão de obra, por ela expressamente vedada. Na primeira, a Administração possui relação jurídica com a empresa contratada e este vínculo com o trabalhador; enquanto na segunda, a Administração estabeleceria indevidamente vínculo diretamente com o contratado.*

*30. Existem, contudo, algumas limitações à possibilidade de terceirização de todas as atividades da Administração Pública. A doutrina tem se debatido há algum tempo a respeito do limite de utilização desse instituto entre as atividades-meio e atividades-fim da organização.*

*31. Apesar das vantagens advindas com a terceirização, há, entretanto, uma dificuldade conceitual na separação desses conceitos, conforme observa o próprio Supremo Tribunal Federal:*

*1. A dicotomia entre 'atividade-fim' e 'atividade-meio' é imprecisa, artificial e ignora a dinâmica da economia moderna, caracterizada pela especialização e divisão de tarefas com vistas à maior eficiência possível, de modo que frequentemente o produto ou serviço final comercializado por uma entidade comercial é fabricado ou prestado por agente distinto, sendo também comum a mutação constante do objeto social das empresas para atender a necessidades da sociedade, como revelam as mais valiosas empresas do mundo. É que a doutrina no campo econômico é uníssona no sentido de que as 'Firmas mudaram o escopo de suas atividades, tipicamente reconcentrando em seus negócios principais e terceirizando muitas das atividades que previamente consideravam como centrais' (ROBERTS, John. The Modern Firm: Organizational Design for Performance and Growth. Oxford: Oxford University Press, 2007). (...)*

*5. A terceirização apresenta os seguintes benefícios: (i) aprimoramento de tarefas pelo aprendizado especializado; (ii) economias de escala e de escopo; (iii) redução da complexidade organizacional; (iv) redução de problemas de cálculo e atribuição, facilitando a provisão de incentivos mais fortes a empregados; (v) precificação mais precisa de custos e maior transparência; (vi) estímulo à competição de fornecedores externos; (vii) maior facilidade de adaptação a necessidades de modificações estruturais; (viii) eliminação de problemas de possíveis excessos de produção; (ix) maior eficiência pelo fim de subsídios cruzados entre departamentos com desempenhos diferentes; (x) redução dos custos iniciais de entrada no mercado, facilitando o surgimento de novos concorrentes; (xi) superação de eventuais limitações de acesso a tecnologias ou matérias-primas; (xii) menor alavancagem operacional, diminuindo a exposição da companhia a riscos e oscilações de balanço, pela redução de seus custos fixos; (xiii) maior flexibilidade para adaptação ao mercado; (xiv) não comprometimento de recursos que poderiam ser utilizados em setores estratégicos; (xv) diminuição da possibilidade de falhas de um setor se comunicarem a outros; e (xv) melhor adaptação a diferentes requerimentos de administração, know-how e estrutura, para setores e atividades distintas.*

*6. A Administração Pública, pautada pelo dever de eficiência (art. 37, caput, da Constituição), deve empregar as soluções de mercado adequadas à prestação de serviços de excelência à população com os recursos disponíveis, mormente quando demonstrado, pela teoria e pela prática internacional, que a terceirização não importa precarização às condições dos trabalhadores. (STF, Pleno, ADPF 324/DF, rel. min. Roberto Barroso, 30/8/2018) (...)*

*32. Por certo, a agilidade da Administração Pública não é a mesma do que a das empresas privadas, diante dos preceitos constitucionais mencionados e também dos poderes extroversos e das responsabilidades que detém, razão pela qual não se pode invocar amplamente os preceitos nas Leis nº 13.429/17 e 13.476/17, até mesmo porque estes normativos permaneceram silentes em relação à terceirização das atividades na esfera pública.*

*33. Exatamente por esse motivo, o Decreto nº 9.507/18, que dispôs sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União, estabeleceu em seu art. 3º os serviços que não poderão ser objeto de execução indireta:*

*Art. 3º Não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços: I - que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle; II - que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja*

terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias; III - que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e IV - que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.

34. No mesmo artigo, o mencionado decreto flexibilizou a possibilidade de execução indireta para "os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do caput (...), vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado".

35. Tal comando demonstra que a Administração Pública poderá contratar serviços para o apoio das atividades previstas no caput do art. 3º, sem poder, entretanto, transferir a decisão para terceiros, ou seja, o protagonismo deverá permanecer em suas mãos." (grifos adotados)

2.61. O Recurso Extraordinário nº 760.931, do Supremo Tribunal Federal - STF, informa que não se caracteriza obscuridade entre "atividade-meio" e "atividade-fim", ou seja, ambas atividades são lícitas para terceirização na execução de serviços.

"(...)

1. A dicotomia entre "atividade-fim" e "atividade-meio" é imprecisa, artificial e ignora a dinâmica da economia moderna, caracterizada pela especialização e divisão de tarefas com vistas à maior eficiência possível, de modo que frequentemente o produto ou serviço final comercializado por uma entidade comercial é fabricado ou prestado por agente distinto, sendo também comum a mutação constante do objeto social das empresas para atender a necessidades da sociedade, como revelam as mais valiosas empresas do mundo. É que a doutrina no campo econômico é uníssona no sentido de que as "Firmas mudaram o escopo de suas atividades, tipicamente reconcentrando em seus negócios principais e terceirizando muitas das atividades que previamente consideravam como centrais" (ROBERTS, John. *The Modern Firm: Organizational Design for Performance and Growth*. Oxford: Oxford University Press, 2007)

2. A cisão de atividades entre pessoas jurídicas distintas não revela qualquer intuito fraudulento, consubstanciando estratégia, garantida pelos artigos 1º, IV, e 170 da Constituição brasileira, de configuração das empresas, incorporada à Administração Pública por imperativo de eficiência (art. 37, caput, CRFB), para fazer frente às exigências dos consumidores e cidadãos em geral, justamente porque a perda de eficiência representa ameaça à sobrevivência da empresa e ao emprego dos trabalhadores.

3. Histórico científico: Ronald H. Coase, "The Nature of The Firm", *Economica (new series)*, Vol. 4, Issue 16, p. 386-405, 1937. O objetivo de uma organização empresarial é o de reproduzir a distribuição de fatores sob competição atomística dentro da firma, apenas fazendo sentido a produção de um bem ou serviço internamente em sua estrutura quando os custos disso não ultrapassarem os custos de obtenção perante terceiros no mercado, estes denominados "custos de transação", método segundo o qual firma e sociedade desfrutam de maior produção e menor desperdício.

4. A Teoria da Administração qualifica a terceirização (outsourcing) como modelo organizacional de desintegração vertical, destinado ao alcance de ganhos de performance por meio da transferência para outros do fornecimento de bens e serviços anteriormente providos pela própria firma, a fim de que esta se concentre somente naquelas atividades em que pode gerar o maior valor, adotando a função de "arquiteto vertical" ou "organizador da cadeia de valor".

5. A terceirização apresenta os seguintes benefícios: (i) aprimoramento de tarefas pelo aprendizado especializado; (ii) economias de escala e de escopo; (iii) redução da complexidade organizacional; (iv) redução de problemas de cálculo e atribuição, facilitando a provisão de incentivos mais fortes a empregados; (v) precificação mais precisa de custos e maior transparência; (vi) estímulo à competição de fornecedores externos; (vii) maior facilidade de adaptação a necessidades de modificações estruturais; (viii) eliminação de problemas de possíveis excessos de produção; (ix) maior eficiência pelo fim de subsídios cruzados entre departamentos com desempenhos diferentes; (x) redução dos custos iniciais de entrada no mercado, facilitando o surgimento de novos concorrentes; (xi) superação de eventuais limitações de acesso a tecnologias ou matérias-primas; (xii) menor alavancagem operacional, diminuindo a exposição da companhia a riscos e oscilações de balanço, pela redução de seus custos fixos; (xiii) maior flexibilidade para adaptação ao mercado; (xiv) não comprometimento de recursos que poderiam ser utilizados em setores estratégicos; (xv) diminuição da possibilidade de falhas de um setor se comunicarem a outros; e (xv) melhor adaptação a diferentes requerimentos de administração, know-how e estrutura, para setores e atividades distintas.

6. A Administração Pública, pautada pelo dever de eficiência (art. 37, caput, da Constituição), deve empregar as soluções de mercado adequadas à prestação de serviços de excelência à população com os recursos disponíveis, mormente quando demonstrado, pela teoria e pela prática internacional, que a terceirização não importa precarização às condições dos trabalhadores. (...)"



**Atividades auxiliares, instrumentais, acessórias e/ou complementares:**

2.62. As atividades auxiliares são descritas como o exercício laboral de apoio, que objetiva dar suporte à execução das atividades principais e secundárias de uma organização. Na Resolução CONCLA nº 01/2008, obteve-se a seguinte definição para atividades auxiliares, ao se falar de atividades econômicas:

“(…)

*Atividades auxiliares: São atividades de apoio administrativo ou técnico, exercidas no âmbito da empresa, voltadas à criação das condições necessárias para o exercício de suas atividades principal e secundárias e desenvolvidas para serem intencionalmente consumidas dentro da empresa. Os exemplos mais comuns de atividades auxiliares são: as funções de gestão gerencial e administrativa; o transporte próprio; os serviços de manutenção de prédios, máquinas e equipamentos; o armazenamento próprio; compras e promoção de vendas; limpeza; segurança; informática. (...)”*

2.63. Definições similares são encontradas para atividades instrumentais, que são descritas como ações que servem de auxílio para se conseguir um objetivo, como também, tais atividades se configuram como um meio de alcançar um determinado fim. Quanto ao termo acessório, ou atividades acessórias, pode-se descrever como atividades suplementares, adicionais, anexas ou que se juntam ao principal. Conclui-se, que são ações importantes, que dão suporte às principais atividades realizadas por uma organização.

2.64. Nesse sentido, entende-se que a contratação dos serviços terceirizados pretendidos poderiam ser realizados em suporte aos servidores públicos em suas atividades, meramente burocráticas, direcionando aos servidores a destinar seus esforços na realização das atividades gerenciais, de planejamento e finalísticas.

2.65. Para que se tenha uma maior segurança do controle das atividades desempenhadas por trabalhadores em atividades auxiliares, instrumentais, acessórias e/ou complementares, torna-se necessário lembrar que se elencam as possibilidades de terceirização no serviço público federal. De forma complementar, é necessário relatar que os trabalhadores terceirizados não poderão realizar atividades com caráter de análise final e atividades conclusivas.

2.66. Nesse sentido, faz-se necessário citar o posicionamento do Tribunal de Contas de União, por intermédio do Acórdão nº 1.069/2011 – Plenário, em sua Ata 14/2011, com relatoria do Ministro Ubiratan Aguiar. No período fazia referência ao Decreto nº 2.271/1997 (revogado pelo Decreto 9.507/2018) e a Instrução Normativa SLTI/MP nº 2/2008 (revogada pela Instrução Normativa SLTI/MPDG/SG nº 5/2017), que foram revogados, mas mantiveram seu teor nos novos normativos, quanto ao que se discute. **A corte entendeu pela possibilidade de terceirização de atividades de apoio à análise de prestação de contas em convênios ou instrumentos congêneres.** O Acórdão é bastante elucidativo, evidenciando no Voto do Ministro em um primeiro momento a impossibilidade de terceirização de atividade-fim.

2.67. A posteriori, os Ministros acordaram que:

*“9.2.1 as atribuições inerentes ao acompanhamento e à análise técnica e financeira das prestações de contas apresentadas em virtude de convênios, ajustes ou instrumentos congêneres, que tenham por fim a transferência voluntária de recursos da União para a execução de políticas públicas, constituem atividade precípua e finalística da Administração e, em consequência, não podem ser objeto de terceirização, conforme art. 1º, § 2º, do Decreto nº 2.271/1997 e art. 9º, incisos I, II e III, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2/2008;*

*9.2.2 as atividades de apoio ao acompanhamento e à análise das referidas prestações de contas podem ser objeto de terceirização quando forem, nitidamente, acessórias ou instrumentais e não requererem qualquer juízo de valor acerca das contas, além de não estarem abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário ou quando se tratarem de atribuições de cargo extinto, total ou parcialmente, nos termos do art. 1º, caput e § 2º, do Decreto nº 2.271/1997 e dos arts. 6º, 7º, § 2º, 8º e 9º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2/2008;*

*9.2.3. a prestação de serviços terceirizados não deve criar para a Administração contratante qualquer tipo de vínculo com os empregados da contratada que caracterize pessoalidade e subordinação direta, de acordo com o art. 4º, inciso IV, do Decreto nº 2.271/1997 e os arts. 6º, § 1º, e 10, inciso I, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2/2008.” (grifo nosso)*

2.68. Pelo exposto, conclui-se que as atividades auxiliares, instrumentais, acessórias e/ou complementares podem ser realizadas por trabalhadores terceirizados. Portanto, o objeto da presente contratação, ou seja, serviços compreendidos no âmbito de atividades de Engenharia Civil, Engenharia Mecânica, Supervisor Administrativo - Nível Superior e Supervisor Administrativo - Nível Médio podem ser terceirizados.

2.69. De acordo com os pontos destacados acima, pode-se afirmar que a Terceirização só é admitida na Administração Pública, sem violar o núcleo essencial do princípio do concurso público, quando cumpridas cumulativamente as seguintes condições:

2.69.1. Tratar-se de atividades auxiliares, instrumentais, acessórias e/ou complementares (atividades-meio);

2.69.2. Não constante do quadro de cargos, empregos e funções do órgão ou entidade; e

2.69.3. Inexistentes na relação os elementos da pessoalidade e subordinação direta.

2.70. Por se tratar de terceirização de serviços eminentemente acessórios e não ligados diretamente à atividade-fim do Departamento do Programa Calha Norte – DPCN, vislumbra-se como solução fática e plausível contratação de empresa para prestação de serviços continuados sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para a função de Engenheiro Civil, Engenheiro Mecânico, Supervisor Administrativo – Nível Médio e Supervisor Administrativo – Nível Superior, tendo em vista a necessidade de assegurar o alcance dos serviços prestados pelo Departamento do Programa Calha Norte – DPCN.

2.71. Há, também, previsão legal de contratação de prestadores de serviços específicos para realização de serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios, considerados operacionais para apoio à decisão dos gestores responsáveis pelos convênios, conforme inciso II, § 1º do art. 3º do Decreto nº 11.531, de 16 MAI 2023, que dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União, e sobre parcerias sem transferências de recursos, por meio da celebração de acordos de cooperação técnica ou de acordos de adesão.

#### **Justificativa para inclusão dos serviços de diária e deslocamento:**

2.72. O Programa Calha Norte – PCN tem a obrigação legal e o compromisso de verificar *in loco* todas as obras dos convênios celebrados, ainda que em lugares mais afastados dos grandes centros, conforme obrigações aos órgãos concedentes gerenciadores de convênios constantes na Portaria Interministerial nº 424/2016.

2.73. As vistorias *in loco* (viagens) trazem grandes benefícios sociais, econômicos e de gestão pública, por meio das quais consegue-se supervisionar e monitorar a funcionalidade e a qualidade das obras, por vezes, de viaturas e equipamentos, na qual, se verifica a correta aplicação das políticas e dos recursos públicos, e orientar os convenientes sobre a forma correta de conduzir os processos em todas as etapas do convênio, para que se mantenha a eficiência e eficácia do Programa Calha Norte - PCN.

2.74. Cabe destacar que essa capacidade tão somente é possível de ser aplicada pelo fato do Departamento do Programa Calha Norte – DPCN estar vinculado à Secretária-Geral, do Ministério da Defesa - MD. O acesso aos meios das Forças Armadas - FFAA, seja pelo apoio das capilares estruturas militares na área da atuação do Programa Calha Norte – PCN, bem como no emprego dos meios terrestres, aéreos e fluviais é que se torna possível o deslocamento em áreas de difícil acesso às equipes técnicas do Calha Norte a todos os municípios.

2.75. Essa indispensável atividade de vistoria, de responsabilidade técnica do corpo de Engenheiros, necessita do auxílio/apoio "*in loco*" dos supervisores administrativos, o que integra os processos administrativos do Programa.

2.76. Sobre a possibilidade de viagens pelos funcionários terceirizados, a intenção do Departamento do Programa Calha Norte – DPCN encontra amparo legal no parágrafo único do artigo 17, alínea "d" do item 2.4. do anexo V, e alínea "h" do item 2.1. do anexo VII-B, todos da Instrução Normativa SEGES nº 05, de 26 maio de 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

2.77. A Consultoria Jurídica no Ministério da Defesa (CONJUR-MD) se manifestou acerca da possibilidade em questão por meio do Parecer nº 00077/2021/CONJUR-MD/CGU/AGU, de 04 fevereiro de 2021, o qual se extrai os seguintes posicionamentos:

#### **"2. ANÁLISE**

4. Presumindo-se, para efeito de argumentação, **haver justificativa bastante para a tomada de decisão, devidamente comprovada a necessidade de custear as despesas dos profissionais alocados nos postos de serviços contratados por ocasião das visitas na região de atuação do DPCN, não se verifica empecilho jurídico à previsão de custos de deslocamento e hospedagem na planilha referencial da licitação, sendo certo que a hipótese encontra suporte normativo em preceito regulamentar (IN/SEGES-ME nº 05, de 26 de maio de 2017).**

(...)

6. **O que não se admite, sendo terminantemente vedado, é fixar no edital a obrigação de ressarcimento das despesas pela Administração sem que os custos de prestação de serviços "não estejam previstos nem orçados no contrato" (item 2.1. do Anexo VIIB da IN/SEGES-ME nº 05/2017), motivo pelo qual não se pode "considerar os trabalhadores da contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens" (art. 5º, V, da IN/SEGES-ME nº 05/2017).**

7. O mero fato da execução dos serviços pelos profissionais alocados pela empresa contratada ocorrer fora das dependências da Administração não os transforma em "colaboradores eventuais", considerando, para tanto, que a atividade externa será exercida, em regime de dedicação exclusiva, para o pleno atendimento das obrigações contratuais, no interesse da Administração (art. 17, parágrafo único, da IN/SEGES-ME nº 05/2017), que deverá orçar as despesas correlatas, sem prejuízo de que a licitante proponha valores menores, assumindo os riscos desta estimativa.

8. É indispensável, portanto, estimar o quantitativo de visitas que os profissionais alocados no serviço realizarão no curso de um ano de contratação, orçando as despesas correlatas (deslocamento e hospedagem) para compor a planilha de custos da licitação." (grifo nosso)

2.78. Tal procedimento possibilitará maior celeridade na produção de laudos de vistorias, bem como na maior amplitude das áreas e objetos a serem vistoriados, frente a carência de servidores militares e civis disponíveis para o desempenho das referidas atividades. Acrescenta-se a isso, o incremento da sinergia entre processos complementares, tendo em vista a integração dos diversos pontos de vista dos profissionais envolvidos na sistemática de convênios, facilitando o fluxo das atividades e tarefas de acompanhamento e fiscalização, conforme atribuições constantes neste Estudo.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Departamento do Programa Calha Norte – DPCN	UBIRATAN POTY

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Os requisitos da contratação para a escolha da solução, estão em consonância com a legislação e normas vigentes que regem o Contrato, o processo licitatório deverá ser prestados com qualidade, pontualidade, eficiência, respeitando-se principalmente às normas trabalhistas e visando a racionalização e eficácia da gestão, controle e fiscalização contratual, a contratação dos serviços de Engenheiro Civil, Engenheiro Mecânico, Supervisor Administrativo - Nível Médio e Supervisor Administrativo - Nível Superior deve considerar no mínimo os seguintes requisitos para suprir a necessidade:

4.1.1. Contratação de pessoa jurídica para a alocação de mão de obra, sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra, de profissionais habilitados conforme a seguinte Classificação Brasileira de Mão de Obra para o desempenho das atividades de cada função e respeitando fielmente às Convenções Coletivas de Trabalho - CCT de cada categoria envolvida.

4.1.2. Os serviços serão prestados por pessoa jurídica especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade, segurança e respeito as normas trabalhistas exigidos neste instrumento e no futuro Termo de Referência, onde deverá prever a contratação de pessoa jurídica para o fornecimento sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra terceirizada e será responsável por atender aos requisitos exigidos na legislação em vigor.

4.1.3. **Os serviços possuem natureza continuada**, sendo indispensável seu fornecimento para a execução dos trabalhos, tendo em vista que o Departamento do Programa Calha Norte - DPCN não dispõe de recursos humanos para o atendimento desses serviços, tornando-se necessária à terceirização.

4.1.3.1. O objetivo da contratação possuir natureza continuada tem em sua essencialidade em assegurar o bem comum quanto ao interesse público decorrente dos benefícios constantes adquiridos dos resultados dos convênios, assegurar a integridade do patrimônio público de forma permanente para atendimento à população brasileira, contribuir para a manutenção da soberania nacional, a integridade territorial, a promoção do desenvolvimento ordenado e sustentável, manter o funcionamento das atividades finalísticas do Ministério da Defesa - MD, de modo que a sua interrupção pode comprometer o cumprimento das missões institucionais deste Ministério, e a sua contratação deve estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente.

4.1.3.2. A essencialidade dos serviços serem de natureza continuada é configurada pela necessidade de a atividade a ser prestada mediante a contratação de terceiros de modo perene com a finalidade de assegurar de forma rotineira e permanente o funcionamento das atividades finalísticas da Administração Central do Ministério da Defesa - AC/MD, de modo que a sua interrupção comprometerá as prestações dos serviços públicos.

4.1.4. O objeto desta licitação, enquadra-se na categoria de serviços comuns, de trata o inciso XIII, do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, pois possui padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo Edital, por meio de especificações usuais de mercado.

4.1.5. Os serviços a serem licitados se caracterizam como serviços de dedicação exclusiva de mão de obra, tendo em vista que na execução contratual exigirá, dentre outros requisitos, que:

4.1.5.1. Os empregados da CONTRATADA permaneçam à disposição nas dependências da CONTRATANTE para a prestação dos serviços.

4.1.5.2. A CONTRATADA não compartilhe os recursos humanos disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos; e

4.1.5.3. A CONTRATADA possibilite a fiscalização pela CONTRATANTE quanto à distribuição, controle e supervisão/fiscalização dos recursos humanos alocados no contrato.

4.1.6. Durante as ausências de férias e demais afastamentos previstos em Lei ou os não justificados, a CONTRATANTE poderá exigir a substituição nos postos de trabalho visando garantir a completa e efetiva execução dos serviços.

4.1.7. Para cada tipo de serviço, e de acordo com suas características específicas, serão definidas o perfil profissional, a experiência requerida, as habilidades e os conhecimentos específicos, além de graduação escolar daqueles que serão incumbidos da execução de tarefas.

4.1.8. A CONTRATADA deverá manter preposto durante a vigência do Contrato, sem custo à CONTRATANTE.

4.1.8.1. A manutenção da figura do preposto pela CONTRATADA tem a finalidade de representá-la administrativamente sempre que necessário e gerenciar operacionalmente os empregados da CONTRATADA, devendo ser indicado por ocasião da assinatura do Contrato mediante declaração.

4.1.9. De acordo com a Instrução Normativa SEGES nº 05/2017, cabe ressaltar também que o serviço contratado deverá ser prestado de **forma contínua** visto forma contínua que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente, por mais de um exercício financeiro, de modo que sua interrupção pode comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional, com dedicação exclusiva de mão de obra, e regime de execução de forma indireta, cuja interrupção compromete a continuidade das atividades finalísticas, bem como ao seu suporte.

4.1.10. É vedado a utilização, na execução dos serviços, de colaborador que seja familiar de agente público, ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 4 de julho de 2010. A CONTRATADA deverá apurar se algum de seus colaboradores contratados se enquadrem na vedação em tela, e sempre que houver alteração com a troca de funcionários, apresentar declaração assinada por seus colaboradores na qual cada um afirme que não possui nenhum parente até o 3º grau no âmbito do Ministério da Defesa – MD, a declaração deve ser apresentada à gestão do Contrato em até 5 dias úteis da apresentação do colaborador.

4.1.11. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração, vedando-se de qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.1.12. O CONTRATADO deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços, quando o caso assim o exigir.

4.1.13. Os profissionais alocados no Posto de trabalho contratado, deverão possuir competência profissional para execução de suas atividades acessórias, instrumentais e/ou complementares.

4.1.14. O piso salarial para os engenheiros civis e mecânicos será de R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais) para uma jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais de trabalho, conforme **Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2025**.

4.1.15. A jornada de trabalho deverá basear-se nas Convenções Coletivas de Trabalho das categorias economicamente envolvidas e, entretanto, verifica-se, ainda, que a empresa CONTRATADA deverá ajustá-la sob orientação técnica de seus Gestores e Fiscais de Contrato, observadas as exigências e obrigações estabelecidas nos instrumentos que regem esta contratação e em conformidade com os horários definidos pela Administração.

4.1.16. Para o **Engenheiro Civil e Engenheiro Mecânico:**

4.1.16.1. 44 (quarenta e quatro) horas semanais de acordo com a Cláusula Terceira – Condições Gerais > Piso Salarial, da Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2025 nº DF000372/2023.

4.1.17. Para **Supervisor Administrativo - Nível Médio e Supervisor Administrativo - Nível Superior**:

4.1.17.1. 44 (quarenta e quatro) horas semanais de acordo com a Cláusula Trigésima Oitava – Jornada de Trabalho, da Convenção Coletiva de Trabalho nº DF 000037/2023.

4.1.18. Ficará vedado às empresas alterarem a duração da jornada de trabalho estabelecida, salvo quando acordado entre a empresa e o empregado, e sem que isso traga prejuízo aos trabalhadores, conforme estabelecido pelo Artigo 468 da CLT, como também o que prescreve à Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2023.

4.1.19. Serão provisionados recursos financeiros, nos percentuais previstos nas normas legais pertinentes e especificados na Planilha de Custos e Formação de Preços, para pagamento de férias, 13º Salário, rescisão contratual e indenização compensatória sobre FGTS dos trabalhadores das CONTRATADA empregados na execução do Contrato, cujos valores retidos das Notas Fiscais - NF mensais serão depositados pelo CONTRATANTE, em conta da CONTRATADA, conforme disposto na Instrução Normativa SLTI/MPDG/SG nº 5/2017.

4.1.20. Para todos os postos que se deseja alocar o profissional, já possuem sala devidamente operativa com móveis e equipamentos necessários e suficientes para as execuções das atividades, bem como toda as provisões para segurança do mesmo no local de trabalho.

4.1.21. Nos eventuais e necessários deslocamentos para local fora do Distrito Federal - DF para execução das atividades de apoio e acompanhamento, serão disponibilizados aos profissionais os equipamentos, computadores e demais materiais necessários e suficientes para a execução das atividades.

4.1.22. A CONTRATADA deverá estar ciente que o serviço possui natureza continuada, pois trata-se de atividade que influencia diretamente na boa execução das funções da instituição e sua interrupção pode afetar o atingimento do objetivo institucional. Tratando-se de contratação de mão-de-obra que não possuímos em nosso quadro de servidores/colaboradores.

4.1.23. As empresas licitantes poderão realizar vistoria, não obrigatória, nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, mediante prévio agendamento.

4.1.24. Quando da execução dos serviços, deverão ser adotadas as práticas de sustentabilidade previstas na **Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010**, o **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis - 5ª Edição Jul/2022** e demais legislações em vigor, baseando-se na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental.

4.1.25. Prever a solicitação do encaminhamento de cópia da Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social (GFIP) ou outro documento que venha substituir, de modo a comprovar o valor do RAT.

4.1.26. Prever a solicitação da eliminação dos custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação como condição para renovação contratual.

4.1.27. Prever a solicitação ao licitante do encaminhamento de cópia da Declaração de Débitos e Créditos de Tributos Federais (DCTF) de modo a comprovar o regime tributário adotado pela empresa, assim como verificar se é optante pela desoneração da folha de pagamento (CPRB).

4.1.28. Prever a solicitação do encaminhamento de cópia da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/PASEP e para CONFINS (EFD-Contribuições) referente aos últimos 12 (doze) meses de modo a comprovar a alíquotas efetivas médias.

**Legislações e normas legais da contratação para resguardar o atendimento da necessidade:**

4.2. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

4.3. Lei nº 14.133/2021, regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

4.4. Lei nº 12.527/2011, regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112/1990; revoga a Lei nº 11.111/2005, e dispositivos da Lei nº 8.159/1991; e dá outras providências.

4.5. Lei nº 12.440/2011, acrescenta Título VII-A à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943, para instituir a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, e altera a Lei nº 8.666/1993.

4.6. Lei nº 9.029/1995, proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências.

- 4.7. Lei nº 9.784/1999, regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
- 4.8. Lei nº 6.019/1974, dispõe sobre o Trabalho Temporário nas Empresas Urbanas, e dá outras providências.
- 4.9. Lei nº 13.429/2017, altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros.
- 4.10. Lei nº 13.467/2017, altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.
- 4.11. Lei Complementar nº 123/2006, institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212/1991 e 8.213/1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943, da Lei nº 10.189/2001, da Lei Complementar nº 63/1990; e revoga as Leis nº 9.317/1996, e 9.841/1999.
- 4.12. Decreto-Lei nº 5.452/1943, aprova a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.
- 4.13. Decreto-Lei nº 200/1967, dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.
- 4.14. Decreto nº 93.872/1986, dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências.
- 4.15. Decreto nº 11.462/2023, regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- 4.16. Decreto nº 11.430/2023, regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre a exigência, em contratações públicas, de percentual mínimo de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica e sobre a utilização do desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho como critério de desempate em licitações, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- 4.17. Decreto nº 11.246/2022, regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.
- 4.18. Decreto nº 10.183/2019, altera o Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.
- 4.19. Decreto nº 9.507/2018, dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.
- 4.20. Decreto nº 7.203/2010, dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da Administração Pública Federal.
- 4.21. Decreto nº 6.170/2007, dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras Providências.
- 4.22. Instrução Normativa SEORI/SG/MD nº 13/2018, estabelece os procedimentos relativos aos contratos administrativos firmados e as responsabilidades dos gestores e fiscais formalmente designados pela administração central do Ministério da Defesa - MD e dá outras providências.
- 4.23. Instrução Normativa nº 5/SG/MP/2017, dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- 4.24. Portaria Normativa GM-MD nº 69/2018, dispõe sobre o horário de funcionamento do expediente administrativo, a jornada de trabalho e o registro eletrônico de frequência dos servidores, empregados públicos e militares que exercem cargo ou função de natureza civil em exercício na administração central do Ministério da Defesa - MD.
- 4.25. Portaria Normativa GM-MD nº 115/2019, o Programa Calha Norte - PCN foi criado pelo Governo Federal em 1985 para promover a ocupação e o desenvolvimento ordenado dos Municípios que integram a sua área de atuação, respeitando as características regionais, as diferenças culturais e o meio ambiente, em harmonia com os interesses nacionais, a proteção do território da soberania nacional.

4.26. Portaria Interministerial nº 424/2016, estabelece normas para execução do estabelecido no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, revoga a Portaria Interministerial nº 507/MP/MF/CGU, de 24 de novembro de 2011 e dá outras providências.

4.27. Portaria nº 397/2002, aprova a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO/2002, para uso em todo território nacional e autoriza a sua publicação.

4.28. Solução de Consulta COSIT/RF nº 72/2020, receita bruta. Prestação de serviços. Preço do serviço. Reembolso de despesas.

4.29. Guia Nacional de Contratações Sustentáveis - 5ª Edição Jul/2022.

**Da definição, entrega e critérios de aceitação do objeto:**

4.30. Em consonância com a legislação e normas que regulam o processo licitatório e visando a racionalização e eficácia da gestão, controle e fiscalização contratual, a contratação dos serviços de apoio técnico especializado deve considerar os seguintes requisitos básicos:

4.30.1. Contratação de empresa especializada e com experiência comprovada;

4.30.2. Alocação pela empresa CONTRATADA de empregados para execução dos serviços observando os cargos deste Estudo, consideradas as suas respectivas atribuições e requisitos;

4.30.3. Realização da seleção de trabalhadores conforme os pré-requisitos definidos pelo Departamento do Programa Calha Norte - DPCN;

4.30.4. Vedação da participação de cooperativas no processo licitatório, em consonância com o Termo de Conciliação firmado entre o Ministério Público da União - MPU e a União, representada pela AGU, em 5 de junho de 2003;

4.30.5. Observância as Legislações, Decretos, Instruções Normativas, Convenções Coletivas e demais Atos Normativos que regem a contratação;

4.30.6. Exigência de disponibilização de solução tecnológica pela empresa CONTRATADA para controle de frequência, controle e aferição de atividades desempenhadas pelos trabalhadores terceirizados; e

4.30.7. Estabelecimento de indicadores do desempenho da empresa CONTRATADA na execução do serviço.

**4.31. Documentações da Habilitação:**

**4.32. Da Habilitação Jurídica:**

4.32.1. **Pessoa física:** Cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

4.32.2. **Empresário Individual:** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

4.32.3. **Microempreendedor Individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

4.32.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIREL:** Inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

4.32.5. **Sociedade Empresária Estrangeira:** Portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

4.32.6. **Sociedade simples:** Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; e

4.32.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** Inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

4.33. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**4.34. Regularização fiscal, social e trabalhista:**

4.34.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

4.34.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

4.34.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

4.34.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

4.34.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; e

4.34.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

4.35. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

4.36. O fornecedor enquadrado como Microempreendedor Individual – MEI que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**4.37. Qualificação Econômico-Financeira:**

4.37.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

4.37.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;

4.37.3. Balanço Patrimonial – BP, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

4.37.4. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

4.37.5. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação; e

4.37.6. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

4.38. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

4.39. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

4.40. Tendo em vista que a pretensa contratação tem a necessidade de quantidade robusta de postos de serviços a licitante vencedora, deverá imitar informações, acompanhada da relação de compromissos assumidos, de que 1/12 (um doze avos) dos



Contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante, observados os seguintes requisitos:

4.40.1. A declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

4.40.2. Caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

4.41. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

4.42. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

4.43. **Qualificação Técnico-Operacional:**

4.44. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

4.44.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a Contratos executados com as seguintes características mínimas:

4.44.1.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos;

4.44.1.2. A comprovação que já executou objeto compatível, em prazo, com o que está sendo licitado, mediante comprovação de experiência mínima de 3 (três) anos na execução do objeto semelhante ao da contratação, podendo ser aceito somatório de atestados, nos termos do item 10.6, alínea “b”, do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022; e

4.44.1.3. É admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, para fins da comprovação de que trata este subitem acima, não havendo obrigatoriedade de os 3 (três) anos serem ininterruptos, nos termos do item 10.6.1, do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

4.44.2. Para a contratação dos postos de trabalho:

4.44.2.1. Quando o número de postos de trabalho a ser contratado for superior a 40 (quarenta) postos, o licitante deverá comprovar que tenha executado Contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados, nos termos do item 10.6, alínea “c.1”, do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022; e

4.44.2.2. Quando o número de postos de trabalho a ser contratado for igual ou inferior a 40 (quarenta), o licitante deverá comprovar que tenha **capacidade operacional** de executar o Contrato(s) em número de postos equivalentes ao da contratação, nos termos do item 10.6, alínea “c.2”, do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

4.44.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do Contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, nos termos do item 10.8, do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

4.45. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

4.46. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

4.47. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do Contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

4.48. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no Contrato social vigente;

4.49. Declaração de que o licitante possui ou instalará escritório em local (cidade/município) previamente definido pela Administração, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do Contrato.

4.49.1. Para grupos 1 (um) e 3 (três) do Quadro nº 16 (dezesesseis) constante no item 8.6. do presente estudo, relacionado aos postos de serviço de engenheiro civil e supervisor administrativo nível médio, faz-se necessária a instalação de escritório pela empresa contratada devido a quantidade robusta de postos de serviço a serem disponibilizados, evitando qualquer desamparo da gestão administrativa da empresa contratada aos colaboradores contratados, para a garantia da adequada execução do objeto licitado.

4.49.2. A dispensa da exigência de instalação do escritório, após a assinatura do contrato, contados 60 (sessenta dias), poderá trazer prejuízos para a gestão do(s) contrato(s) a cargo da Administração.

4.49.3. O impacto dessa exigência no preço contratado vislumbra-se ser irrelevante levando-se em consideração o valor estimado e quantidade mínima exigida para os grupos 1 (um) e 3 (três) da contratação.

4.49.4. Para os grupos 2 (dois) e 4 (quatro) do Quadro nº 16 (dezesesseis) constante no item 8.6. do presente estudo, levando-se em conta o valor estimado e quantidade mínima exigida, não se tem a necessidade da instalação de escritório pela empresa contratada

4.50. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

4.51. A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

#### 4.52. **Qualificação Técnico-Profissional:**

4.52.1. Apresentar profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no Conselho Profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

4.52.2. Para o **Engenheiro Civil**: Diploma de conclusão de nível superior em Engenharia Civil, reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC, na forma da Lei e devidamente registrado e ativo (primário e/ou secundário) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/DF.

4.52.2.1. Caso o profissional tenha o registro e atividade no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CRAE de outro Estado, o mesmo deverá possuir o visto e/ou transferência para o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal – CREA/DF.

4.52.3. Para o **Engenheiro Mecânico**: Diploma de conclusão de nível superior em Engenharia Mecânica, reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC, na forma da Lei e devidamente registrado e ativo (primário e/ou secundário) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/DF.

4.52.3.1. Caso o profissional tenha o registro e atividade no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CRAE de outro Estado, o mesmo deverá possuir o visto e/ou transferência para o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal – CREA/DF.

4.52.4. Para o **Supervisor Administrativo – Nível Médio**: Diploma de conclusão de Nível Médio devidamente registrado e reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC.

4.52.5. Para o **Supervisor Administrativo (Técnico Especializado)** – Nível Superior: Diploma de conclusão de Nível Superior devidamente registrado e reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC.

4.53. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar do serviço objeto do Contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração. (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021);

4.54. Deve a licitante apresentar relação de compromissos assumidos que importem em diminuição de pessoal técnico.

4.55. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 desta Lei em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

4.56. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

**Continuidade dos serviços – Duração da vigência contratual:**

4.57. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme o art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

4.57.1. O Contrato decorrente da Ata de Registro de Preço terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contida, conforme Parágrafo único do **caput** supramencionado.

4.58. **Propõe-se** o prazo de vigência do Contrato de **12 (doze) meses**, contados da assinatura do Contrato, **prorrogável por até 10 (dez) anos**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

4.58.1. Conforme o que determina o art. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, a autoridade competente do órgão deverá atestar que as condições e o preço contratado permanecem com a maior vantagem econômica para a Administração, em razão da contratação plurianual, e devendo ainda atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção. Tendo a possibilidade ainda de extinguir o Contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para a sua continuidade ou quando entender que o Contrato não lhe oferecer vantagens.

4.59. Os serviços a serem contratados enquadram-se como contínuos tendo em vista o supramencionado no subitem 4.1.3 deste presente Estudo. Ainda, cabendo ressaltar que enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507/2018, constituindo-se em atividades auxiliares, acessórias, instrumentais e/ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, com características não inerentes às categorias funcionais abrangidas pelos planos de cargos da Administração Pública Federal.

4.60. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta, admitindo-se pela administração, em relação à pessoa encarregada da função, a notificação direta para a execução das tarefas previamente definidas, nos termos do art. 5º, inc. II, da Instrução Normativa SLTI/MPDG/SG nº 5/2017.

4.61. Contudo, para mitigar os riscos no Contrato, será precedido de uma boa análise de riscos (Gerenciamento de Riscos), alocando riscos presumíveis no Contrato, estabelecendo os riscos assumidos pelo CONTRATANTE, quais caberão ao CONTRATADO e quais serão compartilhados entre eles para melhor gerenciamento do Contrato.

4.62. As regras para a vigência e prorrogação dos contratos regidos pela Instrução Normativa SLTI/MPDG/SG nº 5/2017 estão dispostas no **Anexo IX - Da Vigência e da Prorrogação**, conforme observadas as disposições do art. 51 da mesma.

4.63. A contagem dos meses e anos, referente a presente contratação, deve se dar de data a data, de modo que se iniciem no mesmo dia em que foi assinado o Contrato até o dia de igual número, e, caso não haja correspondência, no dia imediatamente posterior, de acordo com o **Parecer nº 00035/2013/DECOR/CGU/AGU**.

4.64. O prazo de vigência previsto em Termo Aditivo de prorrogação, para a presente contratação, será iniciado no dia subsequente ao término da vigência do Contrato original, ainda que a sua assinatura e formalização ocorram no último momento da vigência do Contrato originário, de acordo com o **Parecer nº 00035/2013/DECOR/CGU/AGU**.

4.65. Conclui-se de fato que as vantagens para a vigência inicial do Contrato ser de 12 (doze) meses, como também a sua forma contínua podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, atestando as condições e os preços vantajosos para a Administração Pública possuem proveitos positivos tais como e em especial, tende aumentar a competitividade nas licitações, maior atratividade as licitadas no mercado, a economia de escala econômica pelo fato de permitir a economia na amortização de investimentos mais altos, incentivando o uso de métodos e tecnologias, colaborar para a redução dos custos processuais de gestão contratual com as recorrentes prorrogações contratuais anuais, mais segurança a gestão e/ou fiscalização do Contrato, metodologias táticas e estratégicas no quesito de inovações e melhorias constantes nos procedimentos de controle e fiscalização ativa, almeja-se a melhor atuação que atenda de forma mais sintonizada ao interesse público, maior planejamento, maior organização do acompanhamento contratual, atribuição de responsabilidade aos agentes públicos, geração de responsabilidade, relacionamento duradouro de parceria e confiança, reduzindo incertezas do fornecedor e diminuindo e premissas mais seguras.

4.66. A manutenção do Contrato será avaliada pela CONTRATANTE mensalmente, tanto sob o ponto de vista da necessidade quanto do aspecto econômico, podendo, justificadamente e mediante o contraditório e a ampla defesa, ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE, caso os preços contratuais estejam superiores aos valores praticados no mercado e a CONTRATADA não concorde com a sua revisão, não cabendo indenização à CONTRATADA, nesse caso.

4.67. Esclarece-se que a avaliação do ponto de vista da qualidade será realizada continuamente, inclusive para o estabelecimento do valor devido à CONTRATADA, por meio da aplicação dos indicadores especificados no Instrumento de Medição de Resultados - IMR.

#### **Das exigências diversas**

4.68. Atendimento a contratação para mulheres vítimas de violência domésticas em percentual mínimo de 8% (oito por cento) das vagas, conforme expresso no art. 3º e demais exigências do Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023.

4.69. De forma a garantir a qualificação técnica exigida e inibir a rotatividade de profissionais disponibilizados, deverão ser observados os pisos salariais constantes na Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1996, na Resolução CAU/BR nº 38, de 9 de novembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União – DOU, Edição nº 223, Seção 1, de 20 de novembro de 2012 e Resolução CONFRA nº 397, de 11 de agosto de 1995, publicada no Diário Oficial da União – DOU, Seção 1, de 18 de outubro de 1995 com retificação em 09 de novembro de 1995.

4.70. Abster-se de atribuir a execução de atividades inerentes a servidores públicos a profissionais terceirizados, conforme o que prescreve o Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, e suas alterações por meio do Decreto nº 10.183, de 20 de dezembro de 2019.

4.71. Ademais, conforme consta no inc. X, do art. 1º da Portaria nº 443, de 27 de dezembro de 2018, serão preferencialmente objeto de execução indireta a “*elaboração de projetos de arquitetura e engenharia e **acompanhamento de execução de obras**; ”* (grifo nosso).

4.72. Adote medidas necessárias para impedir que pessoas sem vínculo formal com a Administração Pública desenvolvam qualquer atividade de gestão no âmbito do Órgão e que empregados na condição de terceirizados não atuem em atividades-fim do Órgão, conforme o que prescreve o Acórdão TCU nº 391/2009 – Plenário.

4.73. Seja exercido controle efetivo da frequência e das horas trabalhadas, exigidos dos fiscais do Contrato exames detalhados prévios ao atesto das informações contidas no controle de frequência exercidos pelos funcionários da empresa e somente serão efetuados os pagamentos dos períodos efetivamente trabalhados, conforme Acórdão TCU nº 1.330/2008 – Plenário.

4.74. Não permita que parentes de servidores sejam contratados pela empresa terceirizada, em atenção aos princípios da moralidade e da impessoalidade que devem nortear a gestão da coisa pública, conforme o que prescreve o Acórdão TCU nº 1.282/2008 – Plenário e suas bases legais por meio da Constituição Federal/1988, Lei nº 8.112/1990, Decreto nº 7.203/2010, Portaria ME nº 1.144/2021 e Súmula Vinculante nº 13 – Supremo Tribunal Federal - STF.

4.75. Observe que o registro de ocorrências afetas à sua execução, particularmente as falhas ao serviço, justificáveis ou não, dos terceirizados, seja formalmente realizado no mês em que ocorrerem, refletindo assim seu impacto financeiro na fatura do próprio mês, em rigorosa atenção a legislação vigente, conforme o que prescreve o Acórdão TCU nº 646/2007 – Plenário.

4.76. Deve ser coibida toda e qualquer forma de procedimento que possa caracterizar a subordinação direta de trabalhadores terceirizados a quaisquer dos gestores, exigindo a presença de prepostos das CONTRATADAS em suas dependências em todo o tempo de expediente de prestação de serviços, conforme o que prescreve o Acórdão TCU nº 1.978/2004 – Plenário.

4.77. Exerça rigorosa fiscalização na execução dos contratos, especialmente no que tange a obrigatoriedade de a empresa “*arcar com todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes de obrigações trabalhistas dos empregados terceirizados, de forma a evitar a responsabilização subsidiária preconizada pelo inciso IV da Súmula/TST nº 331. ”*, conforme o que prescreve o Acórdão TCU nº 3.619/2009 – Segunda Câmara.

4.78. Consulte, para efeito de cada pagamento e de cada renovação contratual, a regularidade fiscal e trabalhista da empresa, para comprovar a manutenção dos requisitos de habilitação pela CONTRATADA.

4.79. Considere, em eventuais prorrogações de vigência contratual, os efeitos da Lei nº 12.506/2011, em relação ao aviso prévio, conforme Mensagem nº 075703, de 23/08/2012, inserida no SIASG – COMUNICA.

#### **Das coberturas de férias:**

4.80. A alocação de funcionários para cobertura de férias, fora dos períodos indicados acima, dependerá de decisão da CONTRATANTE, mediante comunicação prévia, com emissão de Ordem de Serviço - OS específica.

4.81. Deverá repor o posto do funcionário de acordo com as mesmas atribuições, características do posto e funções da mesma CBO para a qual foi contratado.

**Das vedações - não é permitido:**

4.82. A utilização de equipamentos eletrônicos como: Rádios, equipamentos de som, MP3 ou similares;

4.83. Manter a ordem, a disciplina e o asseio das instalações e demais dependências acessíveis;

4.84. Não consentir utilização de jogos de azar, disputa, algazarra ou passa tempos nas instalações da AC/MD;

4.85. Não é permitido a saída de “ materiais carga” sem a autorização;

4.86. Não é permitido a entrada e/ou consumo de bebidas alcoólicas;

4.87. Proibida a entrada de animais nas instalações da AC/MD;

4.88. Proibido fumar (cigarros, cigarros eletrônicos, “pods”, vapes, narguilé e entre outros) dentro das instalações da AC/MD.

4.89. Proibido ofender a ordem moral, nem encerrar críticas pessoais, políticas ou religiosas a outros servidores e funcionários.

4.90. Entrada a andares e/ou setores de área restrita, sem a devida autorização da autoridade competente;

4.91. O uso de adereços (tais como: chapéus, bonés, colares, brincos chamativos e camisas de times/equipes/ propaganda política, religiosa ou que façam apologias a crimes); e

4.92. Portar-se de maneira desleixada tais como: Se exceder nas gesticulações, falar em tom elevado, sentar-se de forma displicente.

**Pagamento pelo Fato Gerador:**

4.93. No caso do Pagamento pelo Fato Gerador, o CONTRATANTE adotará os seguintes procedimentos:

4.93.1. Serão objeto de pagamento mensal ao CONTRATADO o somatório dos seguintes módulos que compõem a Planilha de Custos e Formação de Preços, disposta no Anexo VII-D da IN SEGES/MP nº 05/2017:

1. Módulo 1: Composição da Remuneração;

2. Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários;

a) Submódulo 2.2: Encargos Previdenciários e FGTS;

b) Submódulo 2.3: Benefícios Mensais e Diários;

c) Submódulo 4.2: Substituto na Intra jornada;

3. Módulo 5: Insumos; e

4. Módulo 6: Custos Indiretos, Tributos e Lucro (CITL), que será calculado tendo por base as alíneas acima.

4.93.2. Os valores referentes a férias, 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, 13º (décimo terceiro) salários, ausências legais, verbas rescisórias, devidos aos trabalhadores, bem como outros de evento futuro e incerto, não serão parte integrante dos pagamentos mensais ao CONTRATADO, devendo ser pagos pela Administração ao CONTRATADO somente na ocorrência do seu fato gerador;

4.93.3. As verbas discriminadas na forma da alínea “b” acima somente serão liberadas nas seguintes condições:

4.93.3.1. Pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao Contrato, quando devido;

4.93.3.2. Pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao Contrato;

4.93.3.3. Pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao Contrato;

4.93.3.4. Pelos valores correspondentes às ausências legais efetivamente ocorridas dos empregados vinculados ao Contrato; e

4.93.3.5. Outras de eventos futuros e incertos, após efetivamente ocorridas, pelos seus valores correspondentes.

a) Pelo valor correspondente às despesas relacionadas aos serviços de diárias (alimentação e estada); e

b) Pelo valor correspondente às despesas relacionadas aos serviços de deslocamentos (passagens aéreas).

4.93.4. Os pagamentos ao Fato Gerador referente ao subitem anterior, somente serão pagos mediante Nota Fiscal – NF e somente quando houver o eventual deslocamento (passagens aéreas) e a eventual diária (alimentação e estada).

4.93.5. A não ocorrência dos Fatos Geradores discriminados na alínea “b” acima não gera direito adquirido para o CONTRATADO das referidas verbas ao final da vigência do Contrato, devendo o pagamento seguir as regras previstas no Contrato.

4.93.6. A escolha do modelo de pagamento pelo Fato Gerador se justifica por ser o modelo mais econômico e praticável para a licitação, tendo em vista haver custos relacionados ao deslocamento (passagens aéreas) e diária (alimentação e estada) com eventos futuros e incertos dentro do período contratual, sendo serviços eventuais, podendo assim pagar pelos serviços efetivamente executados.

4.93.7. Os pagamentos à CONTRATADA somente serão efetuados em conformidade com os serviços prestados.

#### **Metodologias de Controle e Fiscalização Ativa:**

4.94. Os procedimentos de controle e fiscalização ativa e constante no acompanhamento da execução do Contrato adotará metodologias táticas operacionais e estratégicas durante a sua vigência, conforme o que prescreve a IN SEGES nº 5/2017.

4.95. Nesse sentido, o artigo 117 da Lei nº 14.133/2021 assim dispõe:

*"Art. 117. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.*

*§ 1º O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.*

*§ 2º O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.*

*§ 3º O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.*

*§ 4º Na hipótese da contratação de terceiros prevista no caput deste artigo, deverão ser observadas as seguintes regras:*

*I - a empresa ou o profissional contratado assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato;*

*II - a contratação de terceiros não eximirá de responsabilidade o fiscal do contrato, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado." (grifo nosso).*

4.96. A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do Contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

4.97. O Instrumento de Medição de Resultado - IMR deverá prever diversos assuntos sensíveis durante a contratação, tais como o descumprimento da execução contratual (mais recorrentes é atrasos em pagamentos de salários, férias e benefícios trabalhistas), a inadimplência das obrigações trabalhistas ou previdenciárias, as rescisões contratuais, a jornada de trabalho como um todo, a cobertura de postos e entre outros, e tem por objetivo mitigar os danos que poderão ocorrer durante a vigência do Contrato.

4.98. Durante a realização das vistorias, será realizado Relatórios de Viagens e Relatório de Avaliação Mensal dos Serviços, com o objetivo de aferir os resultados do profissional durante a realização das atividades.

4.99. Os esforços administrativos relacionados ao **processo de contratação, seleção do fornecedor e gestão contratual** terão suas trajetórias de riscos e controles criteriosamente analisados, com vistas a mitigar danos e riscos envolvidos ao processo de contratação para a Administração Pública em seu planejamento, fiscalização, revisão e pagamento, deste modo, o controle permitirá a mitigação de falhas do Contrato, estão previstos no Gerenciamento e Matriz de Riscos, atualizadas conforme o andamento do processo.

4.100. Também como aprimoramento técnico-profissional das metodologias de controle e fiscalização ativa também se prevê a necessidade de capacitação constante dos fiscais e gestores de contrato pelas escolas do governo e empresas privadas e o auxílio pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para manter a boa harmonia na fiscalização do Contrato, bem como maior segurança para estes agentes.

## 5. Levantamento de Mercado

### 5.1. Soluções possíveis:

#### 5.1.1. Solução 1 - Contratação de mão de obra temporária:

5.1.1.1. Esse tipo de solução requer recursos financeiros, pessoais e temporais específicos, com foco distinto a este projeto. A **Lei nº 8.745/93** que trata da contratação de servidores por tempo determinado traz um rol específico de situações aplicáveis, não suprimindo completamente os anseios do serviço público federal.

5.1.1.2. O inciso IX do art. 37 da **Constituição Federal de 1988** prevê a possibilidade de contratação temporária de pessoal, na hipótese de prestação de **serviços públicos emergenciais**, reservando sua regulamentação à lei ordinária. Assim, também a **Lei nº 8.745/93** dispõe sobre a contratação de pessoal, por tempo determinado, para acudir a necessidade temporária de excepcional interesse público nos órgãos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional (art. 1º). A própria Norma define, em seu art. 2º, quais as situações se aplicam que devem ser consideradas como necessidade temporária de excepcional interesse público, quais sejam:

- Assistência a situações de calamidade pública;
- Combate a surtos endêmicos;
- Realização de recenseamentos;
- Admissão de professor substituto e professor visitante;
- Admissão de professor ou pesquisador visitante estrangeiros; e
- Atividades especiais nas organizações das Forças Armadas, na área industrial ou para atender a encargos temporários de obras e serviços de Engenharia.

#### 5.1.2. Solução 2 - Concurso Público e Cargo Comissionado:

5.1.2.1. Esse tipo de solução requer recursos financeiros, pessoais, temporais específicos e **permanentes**, com foco distinto a este projeto. A utilização de servidores provenientes de cargos de carreira (concurso público) e comissionados, com previsão na **Lei nº 8.112/90**, são direcionados a cargos de liderança e assessoramento, que por força constitucional, são destinados às atribuições de direção, chefia e assessoramento, necessidade divergente do que se busca nessa contratação.

#### 5.1.3. Solução 3 - Contratação de mão de obra terceirizada:

5.1.3.1. O **Decreto nº 9.507/2018** trouxe um novo rol de possibilidades de execução indireta, mediante contratação de serviços para administração pública federal direta, autárquica e fundacional, além das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Conforme o artigo 2º, cabe ao Ministério do Planejamento estabelecer quais serviços deverão ser preferencialmente objeto de execução indireta mediante contratação, desde que observadas as vedações estabelecidas no Decreto.

5.1.3.2. Entende-se, portanto, que esse tipo de solução não se confunde com as contratações previstas nas Leis nº 8.112/90 e 8.745/93. A solução descrita destina-se à realização de atividades auxiliares, instrumentais, acessórias e/ou complementares aos assuntos da área de competência legal da Administração, na expectativa de proporcionar melhores condições para atingir as metas e objetivos estratégicos em suas ações finalísticas, bem como melhorar o desempenho das atividades acessórias, constituindo-se em uma alternativa indispensável para fortalecer a gestão administrativa.

5.1.4. Diante dos cenários apresentados, a solução que se apresenta mais vantajosa para esse tipo de contratação, é a solução nº 3 (três), contratação de empresa com fornecimento de mão de obra terceirizada, observando as peculiaridades encontradas nas atividades necessárias ao DPCN.

5.1.5. Não há a possibilidade de adesão ao contrato de assistente administrativo do Ministério da Defesa, por observar que as atividades previstas para aquele profissional difere com as atividades desempenhadas pelo supervisor administrativo, além de não conter previsão contratual de valores com diárias e deslocamentos, não suprimindo as necessidades do DPCN.

5.1.6. Quanto ao recrutamento de profissionais tanto em Brasília quanto nas demais localidades abrangidas pelo Programa Calha Norte (PCN), para o exercício de funções específicas, sem incorrer nos custos de diária e deslocamento (passagem aérea), destaca-se o seguinte:

5.1.6.1. Seria inviável o recrutamento de profissionais em 10 (dez) estados, uma vez que se teriam dificuldades em administrar /gerenciar esses profissionais pela empresa contratada, inclusive podendo elevar o custo da contratação.

5.1.6.2. Ainda, quanto a inviabilidade, destaca-se que a Convenção Coletiva de Trabalho – CCT a ser aplicada é a vigente no estado onde o funcionário atua, não podendo ser estabelecida em outra unidade federativa e escolhida pela empresa para ser o padrão nacional. Dessa forma, com a referida necessidade, por parte do DPCN, abrangendo atividades nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia, Roraima, Pará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Maranhão e Tocantins, (10 estados), não seria possível sua aplicação.

**5.2. Ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, bem como por organizações privadas, no contexto nacional ou internacional, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração:**

5.2.1. A solução para atendimento das necessidades é bastante simplificada, sendo materializada pela empresa CONTRATADA mediante alocação de empregados para desenvolvimento de atividades necessárias, de acordo com as especificações e exigências estabelecidas no TR que balizará o processo licitatório.

5.2.2. Importante ressaltar que a análise das alternativas possíveis de solução para o objeto em pauta se faz necessária, uma vez que esta Equipe de Planejamento de Aquisições não visualiza outra solução possível para o atendimento da demanda apresentada, tendo em vista o prosseguimento na continuidade na contratação de forma padronizada por esse Ministério.

5.2.3. Após a realização de pesquisa preliminar sobre contratações de serviços assemelhados por Órgãos e Entidades Públicas Federais, foram identificados diversos processos licitatórios, a partir dos quais se constatou a existência de diversas empresas aptas a prestar o tipo de serviço de apoio ora requerido. Ademais, por se tratar da contratação de serviços que se encontram na seara comum, a solução técnica não é restrita a um limitado número de agentes.

5.2.4. Considerando as alternativas possíveis para solucionar a demanda apresentada, esta equipe buscou comparar os objetos de contratações similares realizados por outras UASGs, como se segue na planilha abaixo:

**Quadro 2**

ÓRGÃO GERENCIADOR	UASG GERENCIADOR	PREGÃO
Ministério da Economia	170344 - Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda/AC	00005 /2023
Governo do Estado do Rio Grande do Norte	925777 - Companhia de Águas e Esgotos do RN	00032 /2023
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	130005 - Coordenação-Geral de Serviços Gerais	00006 /2023
Governo do Estado de São Paulo	986589 - Prefeitura Municipal de Jacareí	00042 /2023
Ministério da Educação	153267 - Departamento de Planejamento Físicos e Obras	00001 /2023



---

5.2.5. A participação de empresas nas contratações dos serviços alhures elencados também se mostrou competitiva. Pode-se citar o Pregão Eletrônico nº 20/2022 do Tribunal de Contas da União - TCU, UASG 30001, para “Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação, de forma contínua, de serviços terceirizados acessórios e complementares de suporte e apoio administrativo nas dependências do Tribunal de Contas da União em Brasília/DF”, realizado no mês de maio de 2022, com a participação de mais de sessenta empresas no certame.

**5.3. Ser realizada audiência e/ou consulta pública, preferencialmente na forma eletrônica, para coleta de contribuições:**

5.3.1. A coleta de contribuições para a presente licitação, identificou de forma clara e objetiva que existem processos semelhantes ao objeto desta licitação, contribuindo para coletas de informações necessárias e suficientes, com o objetivo de verificar a legalidade para a contratação, bem como atendendo os princípios constantes no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

**5.4. Em caso de possibilidade de compra, locação de bens ou do acesso a bens, ser avaliados os custos e os benefícios de cada opção para escolha da alternativa mais vantajosa, prospectando-se arranjos inovadores em sede de economia circular:**

5.4.1. Não se aplica ao objeto desta contratação.

**5.5. Ser consideradas outras opções logísticas menos onerosas à administração, tais como chamamentos públicos de doação e permutas:**

Não se aplica ao objeto desta contratação.

## **6. Descrição da solução como um todo**

6.1. A solução mais adequada dentre as viés possíveis apresentadas e a que mais auferir resultados eficientes no quesito de suprir a necessidade da Administração, conforme supramencionado no item 2 deste Estudo é a contratação de pessoa jurídica para o fornecimento sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra terceirizada na prestação de serviços especializados e continuados de Engenheiro Civil, Engenheiro Mecânico, Supervisor Administrativo - Nível Médio e Supervisor Administrativo - Nível Superior para o desenvolvimento de atividades auxiliares, instrumentais, acessórias e/ou complementares ao Departamento do Programa Calha Norte – DPCN de forma presencial. Os serviços deverão ser prestados durante os dias e horários de funcionamento dos órgãos e entidades, perfazendo o total de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, por posto de trabalho.

6.2. Os trabalhadores disponibilizados pela CONTRATADA realizarão suas atividades laborais sob orientação técnica dos servidores públicos civis/militares designados, observadas as exigências e obrigações estabelecidas no Termo de Referência a ser utilizado na contratação, especialmente os referentes ao cumprimento dos requisitos exigidos, jornada e horários de trabalho, acesso a sistemas informatizados, programas, normas e regras das instituições.

6.3. A CONTRATADA deverá realizar o processo de seleção dos trabalhadores de acordo com os pré-requisitos constantes neste Estudo Técnico Preliminar, no Edital e seus Anexos, e em especial o Contrato. Após a solicitação da CONTRATANTE à CONTRATADA do fornecimento de profissionais para realização das atividades laborais, a CONTRATADA realizará o processo de seleção, informando à CONTRATANTE o perfil e currículo dos profissionais indicados.

6.4. Para evitar possível acúmulo de vínculos por parte dos profissionais disponibilizados pelas terceirizadas, estes deverão disponibilizar documentação para a CONTRATADA indicando não acumular cargos ou atividades, com assinatura de Declaração, a ser encaminhada para a CONTRATANTE.

6.5. Será da competência da gestão do Contrato a responsabilidade pelo treinamento inicial do profissional contratado, cabendo aos contratantes o encargo pelas atividades de ambientação e adequação a forma de trabalho.

6.6. Caso a proposta do tipo de modalidade de licitação seja ratificada, após assinatura do contrato, a CONTRATANTE /Departamento do Programa Calha Norte - DPCN deverá verificar sua demanda de funcionários no momento, fazendo a solicitação para fornecimento de posto de trabalho, em conformidade com o previsto nos documentos licitatórios, na Ata de Registro de Preços e no Contrato. Tomando ciência da demanda, a CONTRATADA terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para enviar à CONTRATANTE currículo do trabalhador (sem indicação de informação pessoal do trabalhador), para avaliação e aprovação. A posteriori, com a aprovação da CONTRATANTE, a empresa CONTRATADA terá 8 (oito) dias úteis para apresentar o trabalhador.

6.7. Necessário salientar que, no caso da assinatura do primeiro Contrato da CONTRATADA, decorrente desta licitação e considerando a possibilidade de uma licitante vencer em mais de um grupo, portanto, firmar vários contratos, o prazo (primeiro e único) para seleção do trabalhador será de até 1 (um) mês. Com relação ao interstício de 1 mês, torna-se necessário informar que este período será para que a empresa possa realizar a recrutamento e a seleção de trabalhadores para formação de banco de talentos/cadastro de trabalhadores.

6.8. Tal cobrança não pode ser realizada anteriormente, tendo em vista a impossibilidade de imputar custos aos licitantes em período anterior ou durante o pregão eletrônico. Logo, não se pode cobrar que a empresa já tenha banco de dados/talentos de trabalhadores com as características solicitadas nesta contratação.

6.9. O CONTRATANTE não se vinculará às disposições contidas em ACT, CCT ou DCT que tratem do pagamento de participação dos empregados nos lucros ou resultados da CONTRATADA, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade, na forma disposta no artigo 6º da IN SLTI/MPDG nº 5, de 2017, observado o entendimento do Parecer nº 00004/2017/CPLC/PGF/AGU, aprovado em 23 de maio de 2017.

6.10. A presente contratação será realizada por meio de um Pregão Eletrônico, tendo como referência o modelo disponibilizado pela AGU - Modelos de Licitações e Contratos - Modelo da Lei nº 14.133/2021 - Pregão Eletrônico - Termo de Referência - Serviço com Mão de Obra, **Atualização: julho/2023**, sendo balizado nas legislações em vigor pertinentes ao assunto, bem como as Convenções Coletivas de Trabalho - CCT de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO do posto.

#### **Do Pregão mediante Sistema de Registro de Preços:**

6.11. **Sugere-se** a utilização do procedimento auxiliar denominado Sistema de Registro de Preço - SRP, instituído pela art. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021 e regulamentado pelo Decreto nº 11.462/2023, como mecanismo ajustável a situação fática da contratação, pois baseando-se na imprecisa e indeterminada quantidade de convênios administrados pelo Departamento do Programa Calha Norte - DPCN, torna-se necessário a previsão de ampla disponibilidade de profissionais que por ventura, poderão ser contratados futuramente pela empresa para compor a equipe de trabalho, conforme evidenciar-se ao caso concreto e definitivo da quantidade numérica de convênios superiores a que cada colaborador consiga realizar suas atividades auxiliares, acessórias, instrumentais e/ou complementares.

6.12. Neste viés, evidencia-se, ainda, a ampliação da viabilidade técnica e econômica para a Administração Pública do apoio da solução mais viável anteposta, pois o Contrato apenas poderá ser firmado para o fiel cumprimento dos procedimentos inerentes a esta contratação pública, apenas, o efetivo necessário e suficiente com base no quadro de trabalho homem-hora, conforme minudenciado neste Estudo, para a execução das atividades.

6.13. A Lei nº 14.133/2021 em seu art. 82, prescreve:

*"Art. 82. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais desta Lei e deverá dispor sobre:*

*I - As especificidades da licitação e de seu objeto, inclusive a quantidade máxima de cada item que poderá ser adquirida;*

*II - A quantidade mínima a ser cotada de unidades de bens ou, no caso de serviços, de unidades de medida;*

*III - A possibilidade de prever preços diferentes:*

*a) Quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes;*

*b) Em razão da forma e do local de acondicionamento;*

*c) Quando admitida cotação variável em razão do tamanho do lote; e*

*d) Por outros motivos justificados no processo.*

*IV - A possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se nos limites dela;*

*V - O critério de julgamento da licitação, que será o de menor preço ou o de maior desconto sobre tabela de preços praticada no mercado;*

*VI - As condições para alteração de preços registrados;*

VII - O registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação;

VIII - A vedação à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;

IX - As hipóteses de cancelamento da ata de registro de preços e suas consequências.

§ 1º O critério de julgamento de menor preço por grupo de itens somente poderá ser adotado quando for demonstrada a inviabilidade de se promover a adjudicação por item e for evidenciada a sua vantagem técnica e econômica, e o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos deverá ser indicado no edital.

§ 2º Na hipótese de que trata o § 1º deste artigo, observados os parâmetros estabelecidos nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 23 desta Lei, a contratação posterior de item específico constante de grupo de itens exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou entidade.

§ 3º É permitido registro de preços com indicação limitada a unidades de contratação, sem indicação do total a ser adquirido, apenas nas seguintes situações:

I - Quando for a primeira licitação para o objeto e o órgão ou entidade não tiver registro de demandas anteriores;

II - No caso de alimento perecível; e

III - No caso em que o serviço estiver integrado ao fornecimento de bens.

§ 4º Nas situações referidas no § 3º deste artigo, é obrigatória a indicação do valor máximo da despesa e é vedada a participação de outro órgão ou entidade na ata.

§ 5º O sistema de registro de preços poderá ser usado para a contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia, observadas as seguintes condições:

I - Realização prévia de ampla pesquisa de mercado;

II - Seleção de acordo com os procedimentos previstos em regulamento;

III - Desenvolvimento obrigatório de rotina de controle;

IV - Atualização periódica dos preços registrados;

V - Definição do período de validade do registro de preços; e

VI - Inclusão, em ata de registro de preços, do licitante que aceitar cotar os bens ou serviços em preços iguais aos do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação e inclusão do licitante que mantiver sua proposta original.

§ 6º O sistema de registro de preços poderá, na forma de regulamento, ser utilizado nas hipóteses de inexigibilidade e de dispensa de licitação para a aquisição de bens ou para a contratação de serviços por mais de um órgão ou entidade.

(...)

Art. 86. O órgão ou entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório, para fins de registro de preços, realizar procedimento público de intenção de registro de preços para, nos termos de regulamento, possibilitar, pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades na respectiva ata e determinar a estimativa total de quantidades da contratação.

§ 1º O procedimento previsto no **caput** deste artigo será dispensável quando o órgão ou entidade gerenciadora for o único contratante."

6.14. A empresa licitada deverá oferecer a proposta ao quantitativo total para todos os itens do grupo, obrigando-se nos limites dela.

6.15. O Decreto nº 11.462/2023, regulamenta o Sistema de Registro de Preço - SRP previsto no artigo 82 da Lei nº 14.133/2021, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, definindo:

"Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

*I - Sistema de Registro de Preços - SRP - Conjunto de procedimentos para a realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, às obras e à aquisição e à locação de bens para contratações futuras;*

*II - Ata de Registro de Preços - Documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos ou as entidades participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no edital da licitação, no aviso ou no instrumento de contratação direta e nas propostas apresentadas;*

(...)

Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

***I - Quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;***

***II - Quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;***

***III - Quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;***

***IV - Quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o §2º do art. 32; ou***

***V - Quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.***

Parágrafo único. O SRP poderá ser utilizado para a contratação de execução de obras e serviços de engenharia, desde que atendidos os seguintes requisitos:

*I - existência de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo padronizados, sem complexidade técnica e operacional; e*

*II - necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado." (grifo nosso)*

6.16. Tendo em vista o histórico recente do Departamento ter realizado contratações constantes para composição da equipe de trabalho, justificadas por sua necessidade, bem como ter sido aditivado em quantidades necessárias até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme os Contrato nº 014/2020, Contrato nº 017/2020, Contrato nº 012/2021 e Contrato nº 016/2021, para a presente contratação e pelas características que a envolvem, há a necessidade de contratações frequentes, conforme a necessidade setorial, bem como pelo aumento dos números exponenciais de convênios, não sendo possível definir previamente com absoluta clareza as demandas a cargo das competências do mesmo, assim, conclui-se que seja imprescindível adotar o Sistema de Registro de Preços - SRP das dificuldades operacionais, conforme o inciso I e V, do art. 3º do Decreto nº 11.462/2023. Há de mencionar que a melhor solução encontrada se baseia, como remuneração por unidade de medida, por posto de trabalho, conforme métrica levantada no tópico 7 (sete) deste presente Estudo. Desta maneira conclui-se que seja adotada o Sistema de SRP, conforme citação acima.

6.17. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual alteração da Convenção Coletiva de Trabalho - CCT dos postos de serviços registrados, conforme art. 25 do Decreto nº 11.462/2023, que regulamenta os art. 82 à art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o Sistema de Registro de Preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

6.18. Não há exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, tendo em vista que o objeto da licitação trata-se de fornecimento de mão de obra, não tendo a necessidade e não sendo objeto da contratação equipamentos e máquinas.

#### **Da Intenção do Registro de Preço:**

6.19. O Decreto nº 11.462/2023, que regulamenta o Sistema de Registro de Preço - SRP, trata ainda sobre a Intenção de Registro de Preço - IRP, conforme abaixo:

*"Art. 9º Para fins de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório ou da contratação direta, realizar procedimento público de IRP para possibilitar, pelo prazo mínimo de oito dias úteis, a participação de outros órgãos ou outras entidades da Administração Pública na ata de registro de preços e determinar a estimativa total de quantidades da contratação, observado, em especial, o disposto nos incisos III e IV do caput do art. 7º e nos incisos I, III e IV do caput do art. 8º.*

*§ 1º O prazo previsto no caput será contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação da IRP no SRP digital e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, de que trata o art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021.*

*§ 2º O procedimento previsto no caput poderá ser dispensado quando o órgão ou a entidade gerenciadora for o único contratante."*

6.20. Dessa forma, o setor competente deverá realizar a divulgação da Intenção de Registro de Preço no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), de acordo com o art. 31 do Decreto nº 11462/2023.

#### **Da Vedação à Adesão a Ata de Registro de Preços.**

6.20.1. O Decreto nº 11.462/2023, possibilita a vedação de adesão na hipótese do inciso XI do art. 7º do Decreto:

" Art. 7º Compete ao órgão ou à entidade gerenciadora praticar todos os atos de controle e de administração do SRP, em especial:

[...]

XI - deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não tenham manifestado interesse durante o período de divulgação da IRP;"

6.20.2. Assim, desde que devidamente justificado no Estudo Técnico Preliminar, poderá ser vedada a adesão, de forma prévia, a órgãos não-participantes.

6.20.3. A presente contratação trata-se da primeira licitação por registro de preços deste objeto. Este Órgão não tem registro de demandas anteriores com procedimento auxiliar do Sistema de Registro de Preços (SRP) em que outros bens (passagem e diária) estão integrados, de acordo com o Art. 4º do decreto 11.462/2023. Além disso, em virtude da capacidade operacional e de gestão deste Órgão Gerenciador, e por falta de estrutura adequada, podendo causar prejuízos ao bom e regular funcionamento do corpo administrativo, o Órgão Gerenciador pode negar adesões posteriores, conforme art. 7º, I e XI, do Decreto: "Art. 7º compete ao órgão ou à entidade gerenciadora praticar todos os atos de controle e de administração do SRP". Dessa Forma, de acordo com o art. 4º inciso I combinado com o 7º, do Decreto 11.462/23, não será admitida a adesão à Ata de Registro de Preços [A1] decorrente desta licitação.

#### **Das atribuições específicas dos serviços - Divisão por áreas:**

6.21. Com base nas funções a serem desempenhadas na prestação dos serviços, torna-se imprescindível para o atendimento das demandas que os profissionais a serem contratados para Engenheiro Civil, Engenheiro Mecânico e Supervisor Administrativo - Nível Superior possuam ao menos robusta especialização temática para desempenhá-las.

6.22. Destaque-se que a vedação contida no § 2º do art. 67 da Lei nº 14.133/21 se refere à "exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados", ou seja, trata-se de requisito atinente à qualificação técnica da licitante, o que não se confunde, em absoluto, com a exigência de formação e experiência prévia dos postos de trabalho a serem alocados na prestação de serviço (sendo uma condição de execução contratual que não restringe o caráter competitivo do certame).

6.23. Neste sentido, veja jurisprudência do TCU:

#### **Acórdão TCU nº 3.356/2015 - Plenário**

*"Exigências relativas ao tempo de formação acadêmica e de experiência profissional somente são aceitáveis como requisito de habilitação em licitações se acompanhadas de justificativa expressa, no instrumento convocatório, que demonstre a imprescindibilidade de tais condições à execução do objeto."*

(...)

#### Acórdão TCU nº 2.537/2015 - Plenário

*“Nos editais de licitação, quando houver exigência de profissional de nível superior ou outro, como critério de habilitação, deve ser estabelecida a área de formação requerida, com a especificação, quanto à experiência profissional, dos atestados e certidões a serem apresentados.” (Não há grifos no original)*

6.24. No caso, como a Administração não fará tal exigência em sede de habilitação técnica das empresas, mas como condição de execução do contrato, não há qualquer vedação em fazê-lo, e é imprescindível que a pesquisa de mercado também se pautem em tais parâmetros de verificação dos salários a serem pagos. Nos casos dos postos de engenheiro civil, engenheiro mecânico, supervisor administrativo nível médio, os salários seguirão os definidos em convenção coletiva de trabalho das referidas categorias.

6.25. Por fim e não menos importante, esclareça-se que o fato de a CLT dispor em seu art. 442-A que *“Para fins de contratação, o empregador não exigirá do candidato a emprego comprovação de experiência prévia por tempo superior a 6 (seis) meses no mesmo tipo de atividade”* não pode, em absoluto, consistir em limitação da Administração ao fixar os requisitos técnicos mínimos para que os postos de trabalho desempenhem serviço contínuo com dedicação exclusiva de mão de obra.

6.26. Se assim fosse, a própria essência da terceirização, admitida por Lei, pelo Decreto nº 9.507/2018, e regulada pela Instrução Normativa SLTI/MPDG/SG nº 5/2017 estaria sendo desrespeitada, já que compete à empresa CONTRATADA manter banco de trabalhadores e meios de seleção de profissionais sem desrespeitar a CLT, pois o ônus da seleção destes profissionais, repita-se, é da empresa terceirizada a ser CONTRATADA, e jamais deve ser imputado à Administração.

6.27. Importante trazer à colação os normativos citados acima, e que reiteram essa possibilidade, no sentido de a Administração pode exigir como condição de execução do ajuste a ser celebrado a seleção e apresentação de profissionais com formação específica e experiência mínima:

#### Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974.

*“Art. 4º-A. Considera-se prestação de serviços a terceiros a transferência feita pela contratante da execução de quaisquer de suas atividades, inclusive sua atividade principal, à pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviços que possua capacidade econômica compatível com a sua execução. (Redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017)*

*§ 1º A empresa prestadora de serviços contrata, remunera e dirige o trabalho realizado por seus trabalhadores, ou subcontrata outras empresas para realização desses serviços. (Incluído pela Lei nº 13.429, de 2017)*

*§ 2º Não se configura vínculo empregatício entre os trabalhadores, ou sócios das empresas prestadoras de serviços, qualquer que seja o seu ramo, e a empresa contratante. (Incluído pela Lei nº 13.429, de 2017).”*

6.28. Em face de todo exposto, a CONTRATADA deverá utilizar como parâmetro os quadros abaixo elencados para realização da seleção dos profissionais que irão atuar no Departamento do Programa Calha Norte - DPCN. Os empregados a serem alocados na execução dos serviços pela CONTRATADA, de acordo com as atividades a serem desenvolvidas, requisitos técnicos, atribuições e responsabilidades de cada perfil profissional, deverão atender às especificações e aos requisitos estabelecidos nos quadros 3 a 7 abaixo:

**Quadro 3 - Engenheiro Civil**

Cargo	Engenheiro Civil
Código CBO	2142-05
Salário Proposto	R\$ 10.800,00
Grau de Instrução	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de Nível Superior em Engenharia Civil reconhecido pelo MEC, e registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA).

<b>Conhecimentos Básicos</b>	<p>Conhecimento do sistema operacional Windows, navegadores de internet, correio eletrônico, editores de textos e apresentações, planilhas eletrônicas, na língua portuguesa, noções de direito administrativo, administração pública e redação oficial.</p> <p>Noções sobre a nova lei de licitações (Lei nº 14.133/2021), gestão e gerenciamento de projetos, conhecimento acerca da fiscalização de projetos e obras de engenharia, conceituação básica acerca do sistema <i>BIM</i> (Building Information Modeling).</p>
<b>Atribuições Internas</b> (na sede do Ministério da Defesa)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prestar Consultoria;</li> <li>• Avaliar projetos e obras: Emitir pareceres de análise técnica sobre os projetos básicos de engenharia encaminhados a este programa, provenientes de convênios entre entidades municipais e estaduais e o Ministério da Defesa - MD;</li> <li>• Elaborar parecer de análise junto ao Portal TRANSFERE.GOV visando a aprovação técnicas de convênios contemplados;</li> <li>• Propor soluções técnicas: Dar assistência e propor soluções técnicas aos convenientes, para o correto enquadramento dos projetos básicos de engenharia conforme convênios firmados entre o Ministério da Defesa - MD e Entidades;</li> <li>• Verificar atendimento a normas, padrões e procedimento: Avaliar o teor de documentação técnica apresentada por ocasião da aprovação de projetos básicos de Engenharia, visando adequação aos critérios técnicos;</li> <li>• Controlar Qualidade do Empreendimento;</li> <li>• Controlar documentação técnica: Avaliar o teor de documentação técnica apresentada por ocasião da execução do convênio por meio de boletins de medição gerados pela equipe de fiscalização, verificando a conformidade com a situação representada no relatório fotográfico; e</li> <li>• Elaborar relatórios de visita preliminar para análise do Projeto Básico e emissão do laudo de análise e relatório de vistoria intermediária observando as atividades de monitoramento da execução física das metas, etapas e fases do objeto pactuado nos instrumentos, a ser realizada pelo concedente ou pela mandatária.</li> </ul>
<b>Atribuições Externas</b> (fora da sede do Ministério da Defesa, na área de atuação do Programa Calha Norte)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliar desempenho da obra: Vistoriar "<i>in loco</i>" os objetos provenientes dos convênios, durante e após a execução das obras, apoiando a certificação da regular e correta execução dos objetos dos convênios conforme celebrado em termo de convênio e Projeto Básico de engenharia;</li> <li>• Elaborar Documentação Técnica;</li> <li>• Emitir Laudos: Elaborar laudos de vistorias, com vistas a auxiliar o Ordenador de Despesas do Departamento do Programa Calha Norte - DPCN em tomada de decisão pertinente às prestações de contas dos convênios, com base nas vistorias "<i>in loco</i>" dos objetos provenientes dos convênios; e</li> <li>• Auxiliar na realização de palestras em workshop, na área de atuação do PCN, prestando esclarecimentos técnicos atinentes à execução das fases dos convênios, contrato de repasse ou instrumentos congêneres.</li> </ul>

Quadro 4 - Engenheiro Mecânico

Cargo	Engenheiro Mecânico
-------	---------------------

<b>Código CBO</b>	2144-05
<b>Salário Proposto</b>	R\$ 10.800,00
<b>Grau de Instrução</b>	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de Nível Superior em Engenharia Mecânica reconhecido pelo MEC, e registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA).
<b>Conhecimentos Básicos</b>	Conhecimento do sistema operacional Windows, navegadores de internet, correio eletrônico, editores de textos e apresentações, planilhas eletrônicas, na língua portuguesa, noções de direito administrativo, administração pública e redação oficial.
<b>Atribuições Internas</b> (na sede do Ministério da Defesa)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Consultar literatura técnica, consultar fornecedores, consultar produtos similares e analisar viabilidade financeira do projeto: Fazer consulta ao mercado de fornecedores para a elaboração de especificações e planilha de custos na aquisição de bens;</li> <li>• Elaborar parecer de análise junto ao Portal TRANSFERE.GOV visando a aprovação técnicas de convênios contemplados;</li> <li>• Propor soluções técnicas: Dar assistência e propor soluções técnicas aos convenientes, para o correto enquadramento dos Projetos Básicos de engenharia conforme convênios firmados entre o Ministério da Defesa - MD e Entidades;</li> <li>• Elaborar especificações técnicas: Elaborar e analisar especificação técnica para o Projeto Básico de engenharia encaminhados a este programa, provenientes de convênios entre entidades municipais e estaduais e o Ministério da Defesa - MD;</li> <li>• Elaborar teor técnico em contratação de bens e serviços, confeccionar documento técnico para a aquisição de bens mediante processo licitatório;</li> <li>• Controlar documentação técnica: Avaliar o teor de documentação técnica apresentada por ocasião da execução do convênio por meio de boletins de medição gerados pela equipe de fiscalização, verificando a conformidade com a situação representada no relatório fotográfico; e</li> <li>• Avaliar desempenho da obra: Vistoriar "<i>in loco</i>" os objetos provenientes dos convênios, durante e após a execução das obras (climatização e elevadores), e compras de veículos e equipamentos, apoiando a certificação da regular e correta execução dos objetos dos convênios, conforme celebrado em termo de convênio e projeto básico de engenharia, e elaborar laudos de vistorias, com vistas a auxiliar o Ordenador de Despesas do Departamento do Programa Calha Norte - DPCN em tomada de decisão pertinente às prestações de contas dos convênios.</li> </ul>
<b>Atribuições Externas</b> (fora da sede do Ministério da Defesa, na área de atuação do Programa Calha Norte)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaborar relatórios e laudos técnicos: vistoriar "<i>in loco</i>" os objetos provenientes dos convênios, após a aquisição de bens, certificando a regular e correta execução dos objetos conforme celebrado em termo de convênio e projeto básico de engenharia. Elaborar laudos de vistoria.</li> <li>• Auxiliar na realização de palestras em workshop, na área de atuação do PCN, prestando esclarecimentos técnicos atinentes à execução das fases dos convênios, contrato de repasse ou instrumentos congêneres.</li> </ul>

Quadro 5 - Supervisor Administrativo - Nível Superior

<b>Cargo</b>	<b>Supervisor Administrativo - Nível Superior</b>
--------------	---



<b>Código CBO</b>	4101-05
<b>Salário Proposto</b>	R\$ 5.000,00
<b>Grau de Instrução</b>	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de Nível Superior reconhecido pelo MEC.
<b>Experiência Profissional</b>	Experiência profissional nas áreas de convênios, contrato de repasse, e gestão orçamentária e financeira ou outras áreas correlatas da administração pública, com o mínimo de 2 anos de atuação, com execução de atividades correlatas às descritas, comprovada por meio de registro da Carteira Profissional de Trabalho ou declaração de atividades expedida pelo Órgão Público.
<b>Conhecimentos Básicos</b>	Conhecimento do sistema operacional Windows, navegadores de internet, correio eletrônico, editores de textos e apresentações, planilhas eletrônicas, na língua portuguesa, noções de direito administrativo, administração pública e redação oficial.
<b>Conhecimentos Específicos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração de minutas de Ofícios, despachos, notas de serviço, portarias, e outros congêneres;</li> <li>• Atividades de transferências voluntárias (convênios, contratos de repasse e outros instrumentos congêneres); Sistema de Concessão de Passagens e Diárias – SCPD do Governo Federal;</li> <li>• Sistema de Concessão de Passagens e Diárias – SCPD do Governo Federal;</li> <li>• Sistema SUPER.GOV.BR do Governo Federal;</li> <li>• Legislação que rege a administração pública, tais como: gestão da despesa pública; licitações e contratos administrativos; recursos materiais e logística; finanças públicas; administração de pessoal e gestão de riscos, redação oficial;</li> <li>• Sistemas estruturantes do Governo Federal: Portal TRANSFERE.GOV, SIAFI, SCPD e COMPRAS.NET, bem como das legislações regidas e do funcionamento dos respectivos sistemas; e</li> <li>• Conhecimento na elaboração de minutas de manifestações de média ou alta complexidade.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acessar, alterar, consultar, excluir e incluir dados e informações em sistemas informatizados;</li> <li>• Atender e acompanhar solicitações e reclamações dos cidadãos e dos representantes de instituições públicas e privadas;</li> <li>• Auxiliar na organização e realização de reuniões e eventos;</li> <li>• Elaborar relatórios sobre processos administrativos ou judiciais quanto a assuntos afetos às atribuições do respectivo setor, desde que não envolvam tomada de decisão, informações restritas ou sigilosas;</li> <li>• Realizar suporte à gestão, logística e planejamento, propondo otimização dos programas e processos;</li> <li>• Elaborar minutas de documentos, tais como e-mails, ofícios, planilhas, <i>Power bi</i>, quadros, relatórios e tabelas;</li> <li>• Auxiliar na gestão de projetos e processos;</li> </ul>

<p><b>Atribuições Internas</b> (na sede do Ministério da Defesa)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assistir os responsáveis no planejamento orçamentário, consolidando as demandas;</li> <li>• Realizar levantamentos e pesquisas de dados e informações para o planejamento estratégico do setor;</li> <li>• Auxiliar na elaboração de indicadores de desempenho;</li> <li>• Auxiliar na interpretação e implantação de normativos;</li> <li>• Auxiliar na elaboração e tratamento das respostas às demandas dos Órgãos de Controle, Jurídicos e Policiais (Tribunal de Contas da União (TCU), Controladoria Geral da União (CGU), Poder Judiciário, Ministério Público, Procuradorias nos Estados, Polícia Federal e outros);</li> <li>• Acompanhamento e levantamento e análise de Acórdãos do Tribunal de Contas da União - TCU normas e jurisprudência dos órgãos judiciais que envolva matéria específica do setor;</li> <li>• Gerenciar e controlar as atividades relativas a rotina administrativa, orientar o cumprimento de normas e ordens de serviço;</li> <li>• Propor medidas de simplificação e melhorias das rotinas administrativas;</li> <li>• Desenvolver e auxiliar a implementação de planos de trabalho para melhorar a eficiência operacional do Programa Calha Norte - PCN, bem como desenvolver estratégias para melhorar a qualidade e produtividade do trabalho;</li> <li>• Auxiliar na elaboração de minutas de manifestações de: reunião de teses e decisões dos órgãos de controle externo da Administração pública afetadas à matéria submetida à análise jurídica;</li> <li>• Conferência dos elementos que devem constar da instauração processual;</li> <li>• Elaboração de relatórios sobre as demandas apresentadas; e</li> <li>• Inserção de manifestações padronizadas nas minutas, de maneira preparatória à análise.</li> <li>• Auxiliar na análise prévia das minutas de Editais de licitação, contratos, convênios e demais atos de natureza similar;</li> <li>• Conferir a presença dos elementos formais que compõem a instrução dos processos, a partir de lista previamente adotada no âmbito do setor;</li> <li>• Realizar pesquisas e levantamento de informações relativos às atribuições do respectivo setor, mediante o uso de recursos da tecnologia da informação, sítios oficiais e outras fontes legítimas;</li> <li>• Prestar informações sobre providências, dados, decisões e outros assuntos relativos às atribuições institucionais do setor, desde que não configurem assunção de posição conclusiva ou oficial do setor</li> </ul>
<p><b>Atribuições Externas</b> (fora da sede do Ministério da Defesa, na área de atuação do Programa Calha Norte)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Auxiliar na realização de palestras em workshop, fora de sede, na área de atuação do Programa Calha Norte - PCN, prestando esclarecimentos técnicos atinentes à execução das fases dos convênios, contrato de repasse ou instrumentos congêneres.</li> <li>• Acompanhar a Autoridade competente da unidade em eventos e reuniões fora de sede para levantamento de relatório dos pontos abordados.</li> </ul>

**Quadro 6 - Supervisor Administrativo Nível Médio**

Cargo	Supervisor Administrativo - Nível Médio
Código CBO	4101-05
Salário Proposto	R\$ 2.997,58
Grau de Instrução	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de Nível Médio reconhecido pelo MEC.
Conhecimentos Básicos	Conhecimento do sistema operacional Windows, navegadores de internet, correio eletrônico, editores de textos e apresentações, planilhas eletrônicas.
Atribuições Internas (na sede do Ministério da Defesa)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Distribuir serviços: Auxiliar a distribuição de serviços que tratam da rotina administrativa;</li> <li>• Implementar rotinas administrativas: Auxiliar na implementação de rotinas administrativas;</li> <li>• Orientar a execução das rotinas administrativas: Orientar a execução de serviços administrativos;</li> <li>• Supervisionar cronogramas: Acompanhar a execução dos convênios com base nos cronogramas pré-estabelecidos no Portal TRANSFERE.GOV;</li> <li>• Coordenar serviços de manutenção de máquinas, equipamentos, mobiliário e instalações: solicitar no Sistema SUPER.GOV.BR do Ministério da Defesa - MD e acompanhar as instalações ou manutenções de máquinas, equipamentos, e mobiliários alocados nos setores;</li> <li>• Controlar ligações telefônicas: Atender ligações telefônicas para o encaminhamento aos setores ou servidores competentes;</li> <li>• Receber documentos e correspondência: Recebimento e tramitação interna de documentos atinentes aos setores do Departamento do Programa Calha Norte - DPCN;</li> <li>• Analisar documentos e correspondência: Elaborar análise e conferência de documentações enviadas via Portal TRANSFERE.GOV ou em outros sistemas externos de comunicação, com o objetivo de auxiliar na verificação o enquadramento na legislação vigente atinente aos processos dos convênios;</li> <li>• Registrar documentos e correspondência: Registrar os trâmites processuais e documentos no Sistema SUPER.GOV.BR do Ministério da Defesa - MD, em outros sistemas internos, no Portal TRANSFERE.GOV, e em outros sistemas externos de comunicação;</li> <li>• Encaminhar documentos e correspondência: Encaminhar, tramitar ou atribuir documentos remetidos aos setores para análise, aprovação, e/ou encaminhamento a outros setores competentes, após a realização das providências atinentes;</li> <li>• Organizar arquivos: Organizar e manter sob sua guarda os documentos que se encontram tramitando no setor e arquivar os documentos que já cumpriram sua função processual;</li> <li>• Verificar estoque de material de consumo: Verificar e necessidade de material de consumo administrativo por servidor dos setores do Departamento do Programa Calha Norte - DPCN;</li> <li>• Requisitar compra de material de consumo: Solicitar material de consumo administrativo dos setores do Departamento do Programa Calha Norte - DPCN;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conferir material de consumo: Conferir material de consumo administrativo dos setores do Departamento do Programa Calha Norte - DPCN durante o mês;</li> <li>• Distribuir material de consumo: Distribuir material de consumo administrativo conforme orientação dos chefes de setores do Departamento do Programa Calha Norte - DPCN;</li> <li>• Recebimento, análise, minuta de parecer, registro, tramitação e organização de processos atinentes as rotinas da área de execução e análise financeira no âmbito dos convênios pactuados com o Departamento do Programa Calha Norte - DPCN;</li> <li>• Triar informações: retirar informações necessárias acerca dos processos dos convênios no Sistema SUPER.GOV.BR, no Portal TRANSFERE.GOV e/ou em outros sistemas internos e externos;</li> <li>• Divulgar informações: divulgar informações públicas sobre os convênios solicitadas pelos entes convenientes e pelo público externo, mediante pedido formal e anuência dos chefes dos setores do Departamento do Programa Calha Norte - DPCN;</li> <li>• Esclarecer dúvidas: esclarecer dúvidas relacionadas a operacionalização ou a situação dos convênios;</li> <li>• Elaborar comunicados: elaborar minutas de notificações aos entes convenientes por meio de Ofício ou no Portal TRANSFERE.GOV, e elaborar despachos internos entre os setores do Departamento do Programa Calha Norte - DPCN no Sistema SUPER.GOV.BR e/ou em outros sistemas internos e externo.</li> <li>• Elaborar relatórios: elaborar relatórios de acompanhamento de execução dos convênios, com vistas a facilitar o registrar o histórico da prestação de contas dos convênios, observando a legislação vigente atinente à celebração de convênios;</li> <li>• Elaborar correspondência: elaborar correspondência para o envio das notificações expedidas pelos setores;</li> <li>• Instruir processos: juntada de documentos em ordem cronológica para montagem de processo de convênios, no Sistema SUPER.GOV.BR, mediante anuência dos chefes dos setores.</li> </ul>
<b>Atribuições Externas</b> (fora da sede do Ministério da Defesa, na área de atuação do Programa Calha Norte)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Distribuir serviços: apoiar a distribuição dos serviços que serão realizados durante as vistorias “<i>in loco</i>” nas obras conveniadas com o Departamento do Programa Calha Norte - DPCN;</li> <li>• Supervisionar cronogramas: apoiar a supervisão das atividades que serão executadas durante as vistorias “<i>in loco</i>”, nas obras conveniadas com o Departamento do Programa Calha Norte - DPCN;</li> <li>• Coordenar serviço de transporte: auxiliar a coordenação de transporte junto ao órgão apoiador durante as vistorias “<i>in loco</i>”, nas obras conveniadas com o Departamento do Programa Calha Norte - DPCN.</li> <li>• Auxiliar as equipes de vistorias, nas medições e fotografias nas vistorias “<i>in loco</i>”, nos locais da área de atuação do Programa Calha Norte - PCN.</li> </ul>

#### Quadro 7 - Habilidades, Atitudes e Valores comuns a todos os cargos

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comunicação - Capacidade de escutar e de transmitir ideias com desenvoltura, coerência, facilidade de expressão oral e escrita e objetividade;</li> </ul>
--	--

<b>Habilidades</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Concentração - Capacidade de ficar alerta, selecionar informações importantes, bloquear sinais irrelevantes redirecionar o pensamento;</li> <li>• Ética - Capacidade de adotar comportamentos e relacionamentos que observemos valores e normas adotados no ambiente de trabalho;</li> <li>• Gerenciamento do tempo - Capacidade de gerenciar o próprio tempo e o dos outros considerando as atividades a serem realizadas;</li> <li>• Resolução de problemas - Capacidade de percepção e criação de estratégias efetivas para resolver situações novas ou mal definidas;</li> <li>• Coerência - Apresentar de forma consistente argumentos e posicionamentos viáveis;</li> <li>• Autocrítica - Reformular por meio da introspectiva, ideias ou posicionamentos;</li> <li>• Objetividade - Priorizar os aspectos essenciais; e</li> <li>• Perspicácia - Compreender de forma sagaz, particularidades importantes;</li> </ul>
<b>Atitudes e Valores</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Altruísmo-capacidade de abdicar de interesses pessoais em benefício de outras pessoas ou do interesse público;</li> <li>• Comprometimento – Engajamento traduzido em atenção, empenho e zelo em prol do serviço público;</li> <li>• Disposição-capacidade de estar sempre alerta e disponível, iniciativa e entusiasmo;</li> <li>• Empatia - Capacidade de se imaginar no lugar de outras pessoas e de compreender seus sentimentos, desejos, ideias e ações, atuando com cordialidade e cortesia em suas atitudes;</li> <li>• Equilíbrio emocional - Capacidade de trabalhar sob pressão, resistência à frustração, maturidade e resiliência.</li> <li>• Flexibilidade – Capacidade de se adaptar às mudanças e rever pontos de vista, abertura para feedbacks e ideias diferentes;</li> <li>• Integridade – Atuar de maneira correta, honesta, proba e com transparência, pautado por princípios éticos e morais;</li> <li>• Pontualidade - Capacidade de realizar os compromissos e afazeres dentro do prazo estipulado, com exatidão e regularidade; e</li> <li>• Profissionalismo - Capacidade de demonstrar excelência, valores honráveis, padrões, ética e bom caráter, sendo produtivo e proativo.</li> </ul>

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Os quantitativos de postos foram definidos com base nos Contratos anteriores, vigentes e no histórico de previsão de execução de trabalho, assim, verifica-se a situação atual da necessidade em função do consumo e utilização prováveis, cabendo ainda evidenciar que as quantidades solicitadas são calculadas e definidas a partir da **Memória Cálculo (2020 à 2022)**, e neste processo, a quantidade total solicitada, e consequentemente a quantidade dos postos estimadas na eminência da contratação imediata para estes serviços visam suprimir as demandas logísticas e técnicas-operacionais do Programa Calha Norte – PCN, tendo em vista que a atual conjuntura do crescimento exponencial de atendimento à população brasileira e a soberania nacional, a integridade territorial, a promoção do desenvolvimento nacional e entre outros denotam o fundamentado quantitativo demonstrado a ser contratado, e as exigências ao atendimento da situação eventual e apta a afastar riscos causados pela interrupção contratual.

7.2. Vale destacar, ainda, que a Administração reduz os deslocamentos nos destinos finais das missões institucionais, com o apoio da Marinha do Brasil - MB, do Exército Brasileiro - EB e da Força Aérea Brasileira - FAB, utilizando os serviços associados de deslocamentos (passagens aéreas) somente no destino inicial e destino final e serviços associados de diária (alimentação e estada), desta forma, contribui para o princípio da economicidade.

Quadro 8

DESCRIÇÃO DO MATERIAL	VALOR UNITÁRIO	QTD. ADQUIRIDA 2020	QTD. ADQUIRIDA 2021	QTD. ADQUIRIDA 2022	QTD. A LICITAR 2023
Engenheiro Civil	R\$ 16.861,11 (Ref. 2020)	08 + 2 (acrécimo) Contrato nº 014 /2020-MD	27 Contrato nº 012 /2021-MD	6 (acrécimo) Termo Aditivo ao Contrato nº 012 /2021-MD	50
Engenheiro Mecânico	-----	00	00	00	02
Supervisor Administrativo - Nível Médio	R\$ 5.499,60 (Ref. 2020)	18 + 04 (acrécimo) Contrato nº 017 /2020-MD	40 Contrato nº 016 /2021-MD	11 (acrécimo) Termo Aditivo ao Contrato nº 016 /2021-MD	60
Supervisor Administrativo - Nível Superior	-----	00	00	00	20

**Da memória cálculo e documentos:****7.3. Para o posto de Engenheiro Civil:**

7.3.1. No momento atual, o programa conta com a participação de mão de obra terceirizada de engenheiros civis, analisando e acompanhando convênios referente às obras de pavimentação, edificação, praças, eletrificação, obras de artes especiais, reformas, restauração, dentre outras. Para estes convênios, o Departamento do Programa Calha Norte - DPCN necessita do profissional habilitado em Engenharia Civil, conforme atribuições do CONFEA e CREA, órgãos que fiscalizam e regulam o exercício da profissão de Engenharia Civil.

7.3.2. Para quantificar e justificar a necessidade de contratação de engenheiro civil foi realizado o seguinte levantamento das atividades desenvolvidas no ano de 2022, pelo profissional em tela:

**7.3.2.1. Análise de proposta do Projeto Básico:**

1.

Antes da celebração dos convênios, a proposta é submetida à análise da engenharia para verificação do objeto quanto a exequibilidade e planilha orçamentária.

Quadro 09

Coordenação Geral de Engenharia – 2022 – Análise da proposta			
Atividades desenvolvidas	Convênios	Tempo de execução/Dias	TOTAL/Dias
Análise de Proposta de convênios	289	2	578

1.

A média de tempo para análise de proposta do projeto básico são 02 (dois) dias.

#### 7.3.2.2. Análise do Projeto Básico:

1.

Memorial Descritivo, Resumo do orçamento, Planilha Sintética, Planilha Analítica/Composição de Custo, Cotações, Declaração de Veracidade dos preços das Cotações, Memória de Cálculo (Quantitativos), Acessibilidade, Declaração de Acessibilidade, Check-list de Acessibilidade, Pranchas de Detalhamento do Projeto, Mapa/Croqui, ART/RRT, Indicação do Engenheiro Fiscal, Declarações de Viabilidade, Viabilidade Hidros-sanitária, Energia Elétrica, Corpo de Bombeiro, Justificativa, Relatório Fotográfico.

**Quadro 10**

<b>Coordenação Geral de Engenharia – 2022 – Análise do Projeto Básico</b>			
<b>Atividades desenvolvidas</b>	<b>Convênios</b>	<b>Tempo de execução /Dias</b>	<b>TOTAL/Dias</b>
Análise de Projeto Básico - 1ª Análise	629	6	3774
Análise de Projeto Básico - 2ª Análise de pendência		3	1887
Análise de Projeto Básico - 3ª Análise Homologação		5	3145
<b>TOTAL</b>		<b>14</b>	<b>8806</b>

1.

Estes projetos têm atuação em todas as áreas como pavimentação, edificação, praças, eletrificação, obras de artes especiais, reformas, restauração, dentre outras. A média de tempo para análise destes projetos básicos são 14 (quatorze) dias.

2.

Todas as informações contidas nesse documento tiveram como referências os documentos gerados no SUPER.GOV do ano anterior (2022).



#### 7.3.2.3. Acompanhamento dos convênios:

1. Após o aceite de licitação, inicia-se a execução da obra, desencadeando o acompanhamento do convênio, que é composto pelas seguintes atividades:

- Verificação do andamento do convênio no SUPER.GOV e TRANSFERE.GOV, Atualização dos contatos, Atualização do sistema informatizado do acompanhamento com as últimas informações do status da obra, Liberação de Parcela, Análise de documentações, Análise de boletim de medições, Relatórios Fotográficos,

Resumo do orçamento, Notas Fiscais - NF, ART Engenheiro Fiscal e Engenheiro de Execução, Licença de instalação quando houver Licença Ambiental, Análise de Solicitação de Reajuste, Reequilíbrio, Reprogramação e Apostilamento, Recebimento de ofício e justificativa da solicitação, Análise da Documentação, Emissão de Parecer, Análise de inventário com atualização de planilha (caso de interrupção da execução com rescisão de contrato e necessidade de nova licitação), Recebimento de ofício e justificativa da solicitação, Emissão de Parecer, Vistoria Intermediária com Relatório Técnico, preparação para realização de vistorias (separação e estudo de documentos com projetos e planilhas), Realização de Vistoria "in loco", Emissão de relatório técnico. Em caso de Descompasso (não correspondência da execução física e a execução financeira), Notificação de Irregularidade (Artigo 57 da Portaria nº 424).

Quadro 11

Coordenação Geral de Engenharia – 2022 – Acompanhamento de convênios			
Atividades desenvolvidas	Convênios	Tempo de execução /Dias	TOTAL/Dias
Atualização do Acompanhamento	534	2	1068
Relatório - Vistoria preliminar e Intermediária	170	2	340
			
Parecer - Liberação de parcelas	560	1	560
Parecer - Análise de aditivo	476	3	1428
			
<b>TOTAL</b>		<b>8</b>	<b>3396</b>

1. A média de tempo para acompanhamento de cada convênio são 8 (oito) dias.

#### 7.3.2.4. Prestação de Contas dos convênios:

1.


A verificação financeira dos convênios ocorre em duas etapas: vistorias intermediárias (para obras acima de R\$ 1.500.000,00) e na conclusão do convênio, compondo as seguintes atividades:

- Realizar contato com o conveniente para informações da vistoria in loco, Separar projetos, planilhas para a vistoria, Solicitar ao conveniente que o mesmo tenha em mãos: NF, Boletim de medição, projetos Básicos, Enviar via Plataforma/ esclarecimento com prazo de 5 dias úteis antes da vistoria, Separar equipamentos necessários para vistoria in loco, Realizar análise minuciosa de todo processo do convênio para identificar as possíveis nuances, Providenciar as peças técnicas necessárias para a execução da vistoria, de forma impressa ou



digital, Documentos necessários para vistoria: último Boletim de medição, prancha, mapas, croquis, viagem, Execução da vistoria in loco, Pós vistoria, Execução de Laudo ou Relatório Intermediário, Acompanhar respostas de prestação de contas. Caso haja necessidade de reconsideração do laudo, executar novo parecer.

Quadro 12

Coordenação Geral de Engenharia – 2022 – Prestação de Contas de convênios			
Atividades desenvolvidas	Convênios	Tempo de execução/Dias	TOTAL/Dias
Pré-vistoria	439	2	878
Vistorias	439	1,5	658,5
Laudo de Vistoria	230	5	1150
			
<b>TOTAL</b>		<b>8,5</b>	<b>2686,5</b>

1. A média de tempo para acompanhamento de cada convênio são 8,5 (oito virgula cinco) dias.
2. Para atender à demanda advinda dessa situação, faz-se necessário a contratação de profissional de engenharia civil, em especial para a atividade de análise e aprovação dos Termos de Referência, documentos essenciais para compor os editais de licitação de projetos, assim como orientar os órgãos convenientes na tarefa de elaboração desses Termos, que posteriormente serão analisados e aprovados por este Departamento.
- 3.

O quantitativo estimado de engenheiro foi realizado com dados reais extraídos do período de 1 (um) ano, da plataforma TRANSFERE.GOV. Calculou-se as horas trabalhadas para cada atividade e dividiu-se pelos dias úteis de 1 (um) ano, que são 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, conforme o que se segue:

Quadro 13

Total de atividades por dia	Tempo de execução/Dias	TOTAL/Dias no ano de 2022
	32,5	15466,5
Estimativa de quantitativo de engenheiros		61

1.

Os registros anuais demonstram que o número de celebrações de convênios estão aumentando, bem como o valores anuais e a média de valor por convênio, conforme quadros abaixo:

Gráfico1: Quantidade de convênios por Ano

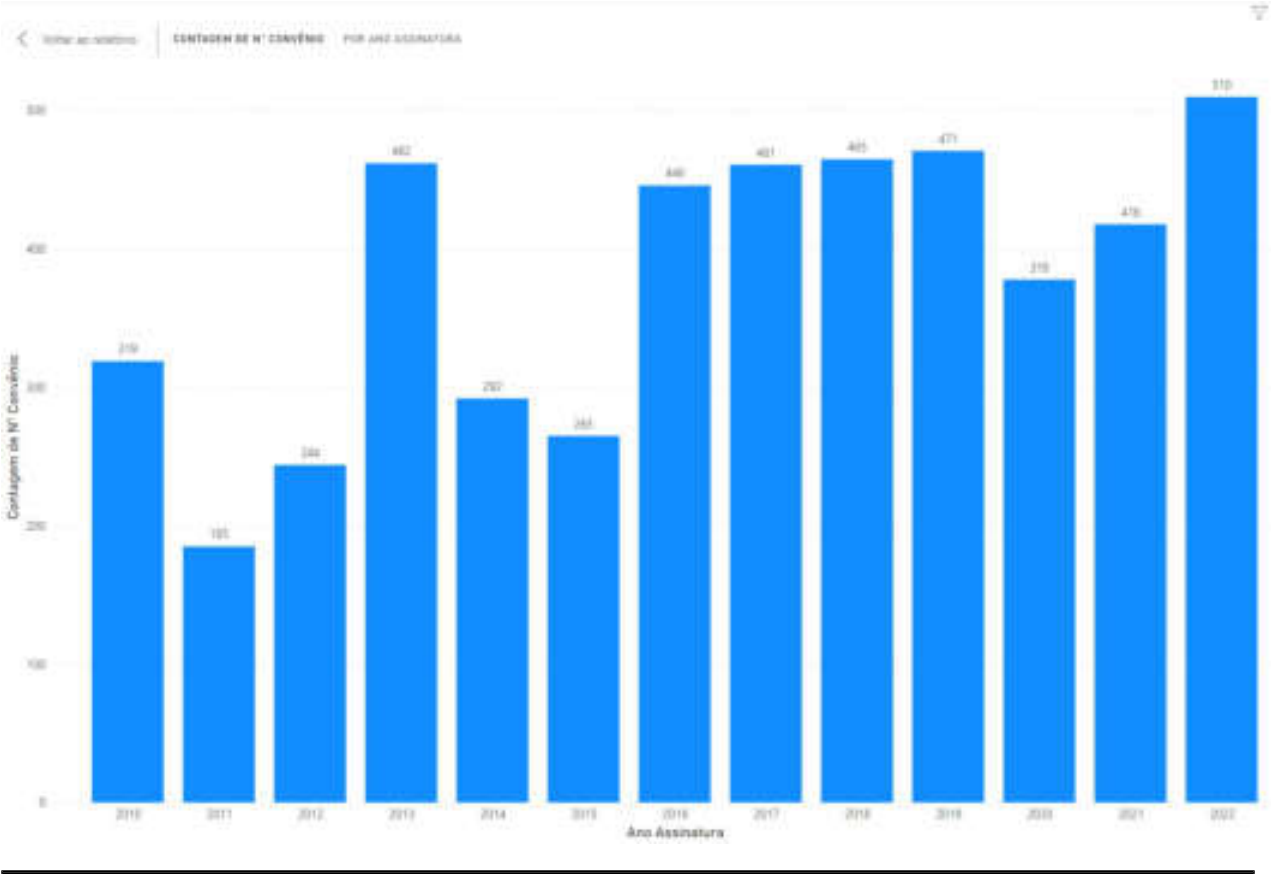
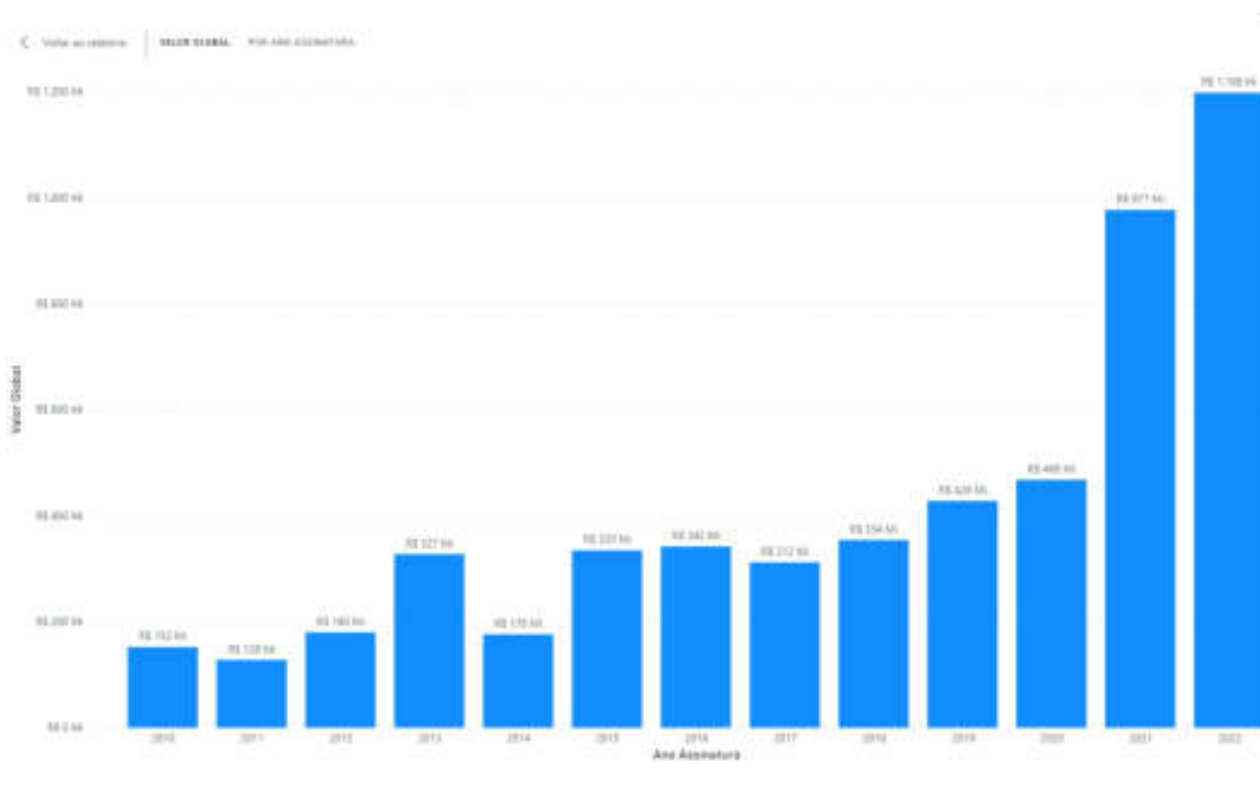


Gráfico 2: Valor por ano



#### 7.4. Engenheiro Mecânico

7.4.1. Atualmente o programa conta com a participação de mão de obra terceirizada de engenheiros civis, no entanto a necessidade do programa vai além das atribuições de engenheiros civis. O Departamento do Programa Calha Norte - DPCN analisa e acompanha convênios de aquisição de equipamentos, representando um total de **408 (quatrocentos e oito) convênios**. Para estes convênios, existe a necessidade do profissional habilitado em Engenharia Mecânica, conforme atribuições do CONFEA e CREA (órgãos que fiscalizam e regulam o exercício da profissão de Engenharia Mecânica).

7.4.2. Para atender à demanda advinda dessa situação, faz-se necessário a contratação de profissional de Engenharia Mecânica, em especial para a atividade de análise e aprovação dos Termos de Referência, documentos essenciais para compor os editais de licitação de equipamentos, assim como orientar os órgãos convenientes na tarefa de elaboração desses Termos, que posteriormente serão analisados e aprovados por este Departamento. Neste momento, a Divisão de Aquisição de Bens do programa tem 17 (dezessete) convênios na espera para aprovação do Termo de Referência.

7.4.3. No ano de 2022, a Divisão de Aquisição de Bens recebeu 223 (duzentos e vinte e três) propostas para celebração de convênios. Em 2023 já recebemos, até o momento, 17 (dezessete) propostas, sem contar com os convênios já celebrados que apresentam projetos de grande complexidade, como por exemplo a Casa de Farinha de Boa Vista/RR, que envolvem análises de critérios atinentes às normas de ergonomia e segurança do trabalho, conforto térmico, projetos, termo de referência e outros aspectos correlatos, relacionados às atividades específicas da profissão de Engenheiro Mecânico.

7.4.4. A fim de criar um banco de dados, que é um conjunto de informações técnicas, de acesso livre aos convenientes, destinado a auxiliar na definição dos objetos a serem contemplados nos convênios, disponibilizando uma informação sobre as especificações técnicas necessárias à um determinado equipamento, evitando, com isso, problemas futuros relacionados à aprovação do termo de referência, necessidade de alterações nas especificações e termos aditivos durante a execução do convênio. Outra função importante dessa biblioteca técnica é orientar as prefeituras dos municípios que não dispõem de uma equipe capacitada, na tarefa de planejar suas aquisições e levantar seus custos.

7.4.5. Além dessas atribuições, é fundamental a contratação de engenheiros mecânicos para elaboração de documentação técnica especializada (termos de referência, estudo técnico preliminar, planilha de consolidação de preços, respostas a questionamentos e esclarecimentos técnicos, confecção de documento de formalização de demanda, gerenciamento da análise de risco da licitação), para dar suporte e respaldo a licitação centralizada capitaneada pela Central de Compras do Ministério da Gestão e Inovação, objetivando a aquisição de Equipamentos e Veículos para uso dos convenientes do Programa Calha Norte - PCN.

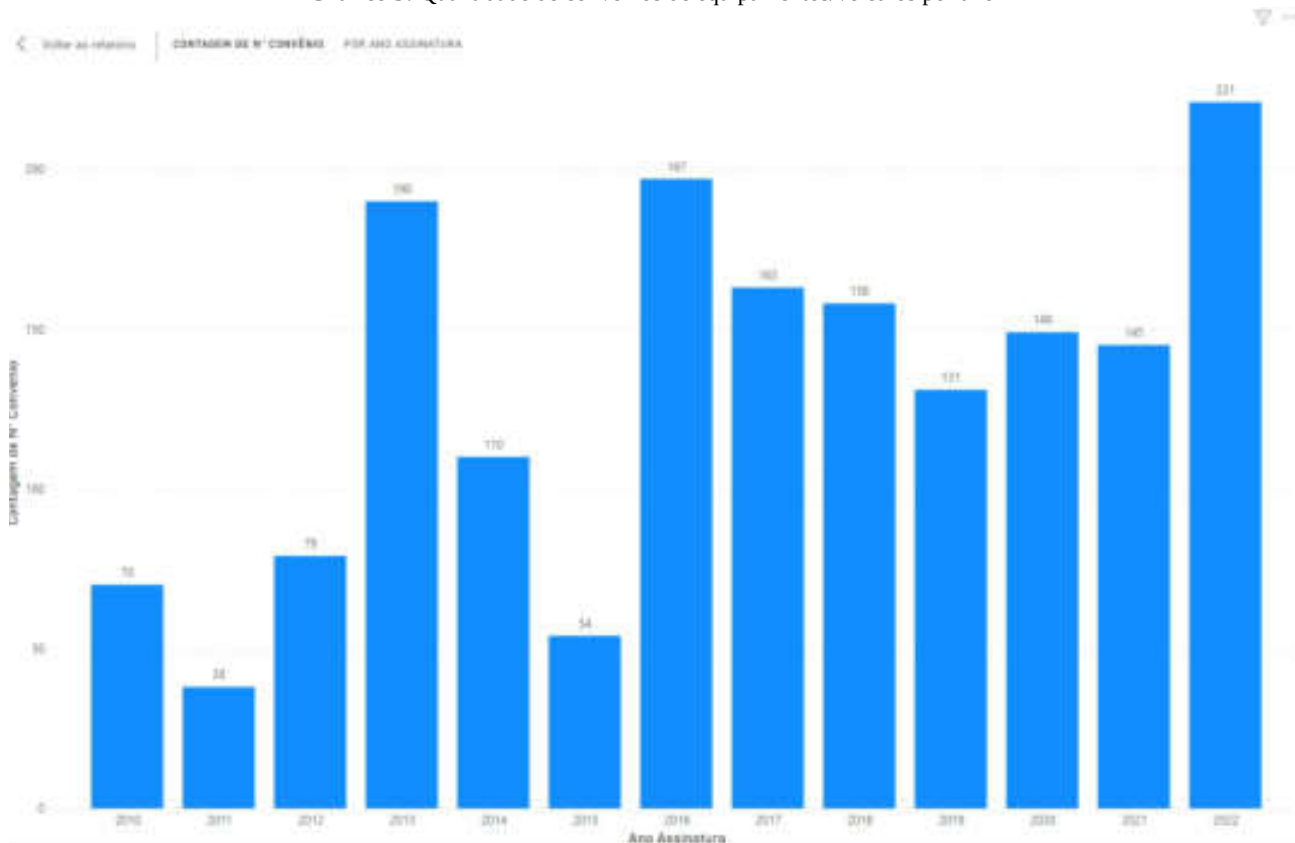
7.4.6. Em resumo, a contratação de engenheiro mecânico pode ser justificada pela necessidade de documentação técnica na licitação, uma vez que este profissional pode garantir a qualidade, a conformidade com as exigências legais, a redução de riscos e o sucesso dos processos licitatórios deste Programa.

7.4.7. Para quantificar e justificar a necessidade de contratação de engenheiro mecânico foi realizado o seguinte levantamento:

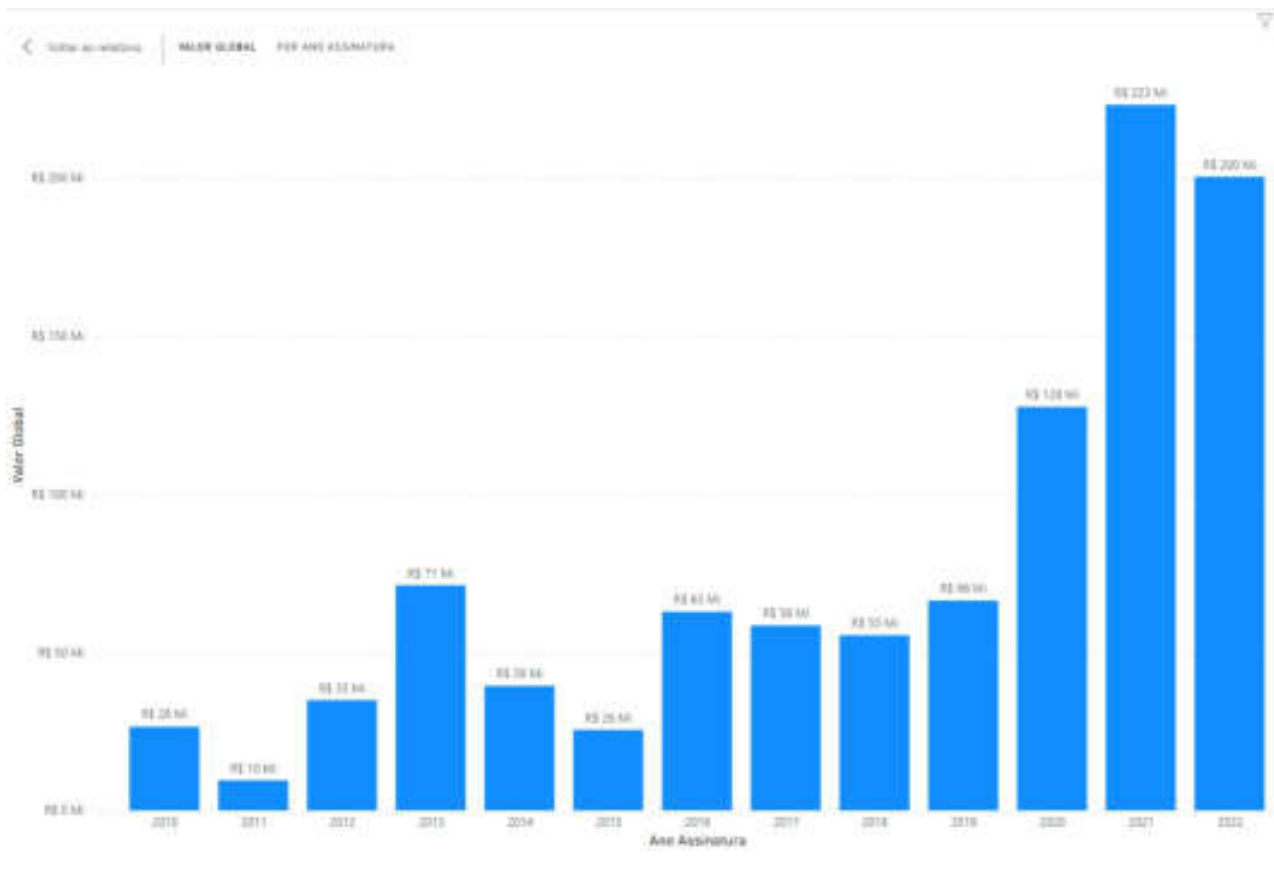
- Soma de Convênios de 2022 (223 convênios de equipamentos) / 32 (trinta e dois) convênios analisados por ano por engenheiro = 7 (sete) engenheiros, que seria a quantidade ideal, mas, por questões de limitação financeira, está sendo solicitado 02 (dois) postos.

7.4.8. Os registros anuais demonstram que o número de celebrações de convênios de equipamentos/veículos estão aumentando, bem como o valores anuais empregados no Departamento do Programa Calha Norte - DPCN e a média de valor por convênio, conforme gráficos abaixo:

**Gráfico 3:** Quantidade de convênios de equipamentos/veículos por ano



**Gráfico 4:** Valor por ano



7.4.9. Conforme pode-se constatar, o volume de trabalho atrelado à especialidade engenharia mecânica é grande, sendo que os convênios de equipamentos exigem a especialidade solicitada, pois o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) não reconhece laudos elaborados por profissional de outra área, como exemplo o engenheiro civil.

7.4.10. Motivado pelo aumento das quantidades de convênios e principalmente pelo vultoso valor financeiro envolvido, assim como pela complexidade dos equipamentos, surgiu a necessidade de mão de obra especializada nessa área específica.

#### 7.5. Para o posto de Supervisor Administrativo - Nível Médio:

7.5.1. No momento atual, o programa conta com a participação de mão de obra terceirizada de supervisor administrativo. O Departamento do Programa Calha Norte - DPCN analisa e acompanha/monitora convênios de pavimentação, edificação, praças, eletrificação, obras de artes especiais, reformas, restauração, dentre outras. Para estes convênios, o Departamento do Programa Calha Norte - DPCN necessita de profissionais que forneça suporte aos servidores na supervisão desses convênios, desde que não haja tomada de decisão ou posicionamento institucional, conforme atribuições do Código Brasileiro de Ocupações (CBO), que classifica a existência de determinada ocupação.

7.5.2. Para quantificar e justificar a necessidade de contratação de supervisor administrativo nível médio, foi realizado o levantamento de convênios ativos, considerando aqueles que se encontram desde a fase da celebração (pré-convênios) até a fase da análise de prestação de contas, os quais requerem acompanhamento constante em todas as etapas, seguindo o levantamento das atividades desenvolvidas.

##### 7.5.2.1. Acompanhamento/Monitoramento das propostas de convênio:

7.5.2.1.1. Antes da celebração do convênio, a proposta é submetida a uma análise e certificação do objeto quanto ao atendimento das exigências formais, legais e constantes da Portaria Interministerial nº 424/2016, fase que apresenta necessidade de atuação de supervisor administrativo no auxílio aos servidores civis e militares quanto à adequação da proposta.

##### 7.5.2.2. Acompanhamento/Monitoramento das licitações de convênio:

7.5.2.2.1. Embora o processo licitatório de um convênio seja realizado pelo ente conveniente, a verificação do certame no que tange à contemporaneidade do certame, aos preços do licitante vencedor e sua compatibilidade com os preços de referência ao respectivo enquadramento do objeto ajustado com o efetivamente licitado e ao fornecimento pelo conveniente de declaração

expressa firmada por representante legal do órgão ou entidade conveniente, ou registro no SICONV que a substitua, atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis, são de responsabilidade do órgão concedente conforme, alínea “d”, inciso II art. 6º da Portaria Interministerial nº 424/2016, e assim apresenta necessidade de atuação de supervisor administrativo no auxílio aos servidores para verificação dos atos praticados nas licitações dos convênios pactuados com o DPCN.

#### 7.5.2.3. Acompanhamento/Monitoramento da execução financeira do convênio (conformidade financeira):

7.5.2.3.1. É de responsabilidade do Departamento do Programa Calha Norte - DPCN acompanhar/monitorar a execução financeira dos convênios pactuados, ocorrendo a necessidade indispensável da atuação dos supervisores administrativos nesta fase, no apoio aos servidores civis e militares, tendo em vista o grande volume de processos de convênios sob a competência da área de execução e análise financeira do Departamento do Programa Calha Norte - DPCN.

#### 7.5.2.4. Análise da Prestação de Contas:

7.5.2.4.1. É de responsabilidade do Departamento do Programa Calha Norte - DPCN analisar as prestações de contas apresentados pelos entes convenientes, sendo indispensável o apoio administrativo prestado pelos Supervisores Administrativos aos servidores civis e militares.

7.5.3. Considerando o limite máximo estipulado de eficiência para acompanhamento/monitoramento de 35 (trinta e cinco) convênios por pessoa, considerando o número de 2.110 (dois mil cento e dez) convênios ativos dividindo o número desses convênios por Supervisor Administrativo, chegou-se ao seguinte cálculo:  $2.110 \div 35 = 60,2$  (**supervisores necessários para o atendimento das demandas**).

**Quadro 14**

**Situação do Convênio - Dados Gerais**

**Filtros:**

- Nº do Convênio: Todos
- Ano Assinatura: 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020
- UF: AC, AP, MT, RO, AM, MS, PA, RR
- Município: Todos
- Sit. Processo Licitatório: Aceito, Aguardando Aceite, NÃO SE APLICA, Rejeitado, Sem Licitação
- Sit. Prjta Básica/Termo de Ref: HOMOLOGADO
- Situação do Convênio: Aguardando Prestação de Contas, Cancelado, Convênio Anulado, Convênio Rescindido, Em execução, Prestação de Contas Apropriada
- Parlamentar: Todos
- Nome Conveniente: Todos
- Qtd Conv: 2110
- Valor Global: R\$ 3.468.855.542,25
- Qtd Municípios: 389
- Qtd Parlamentares: 132
- Qtd IDAU (Em branco):
- Qtd TCE (Em branco):

Nº Convênio	Nº Interno	Ano Assin	Município	UF	Tipo Despesa	Objeto	Situação Convênio	SITUAÇÃO DO PRJ. / TERMO DE REF.	Dt Aprova ou Saída	Data Retirada Supervisora
801591	00197/2014	2014	MAZAGÃO	AP	Obras	Construção de quadra poliesportiva e campo de areia	Prestação de Contas em Complementação			11/12/2015
815760	00055/2015	2015	LABREA	AM	Obras	CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE CONVÊNIO DO IDOIO	Aguardando Prestação de Contas			06/06/2016
820994	00491/2015	2015	BOA VISTA	RR	Obras	Construção do Palco e área para eventos do Parque Germano Augusto Sámpaio	Prestação de Contas em Análise			17/04/2017
826760	00095/2015	2016	RODRIGOLIS	RR	Obras	Pavimentação Asfáltica com Calçadas, Meio Fio e Sete-linhas no Distrito Nova Colina	Prestação de Contas em Análise			21/01/2018
827288	00248/2016	2016	PRESIDENTE MEDICI	RO	Obras	Construção de palco e arena para shows, construção da arquibancada e iluminação de áreas do parque de recreação	Em execução			26/03/2018
<b>Total</b>										

**Botões de Ação:** Atualizar, Voltar, Imprimir, Exportar, etc.

#### 7.6. Para o posto de Supervisor Administrativo - Nível Superior:

7.6.1. O Departamento do Programa Calha Norte - DPCN depende de suporte de pessoal especialista em convênios ou instrumentos congêneres, para assessoramento aos diversos setores internos, com foco no atendimento das demandas e no aprimoramento dos micros e dos macros processos de sua estrutura administrativa.

7.6.2. No tocante à estimativa de quantitativos a serem contratados para o posto de Supervisor Administrativo - Nível II (Nível Superior), foram considerados os documentos produzidos pelos setores internos do DPCN, sendo classificados por tipo e contabilizados no período de janeiro a dezembro de 2022, conforme pode-se inferir do quadro abaixo:

Quadro 15

SETOR	OFÍCIO	DESPACHO	NOTA DE SERVIÇO	PORTARIA	E-MAIL	RELATÓRIO DE MACROPROCESSOS	RELATÓRIO DE INDICADORES DE DESEMPENHO	TOTAL DE DOC. PRODUZIDOS POR SETOR	MÉDIA MENSAL DE DOC. PRODUZIDOS	QTD. DE POSTOS NECESSÁRIO	APROXIMAÇÃO DE QUANTIT. DE POSTOS
ASTEC	284	1198	0	0	0	12	1	1496	124,67	2,27	2
CAADE	69	89	0	0	29	12	1	201	16,75	0,30	1
CGCONV	353	2136	0	11	1143	36	6	3685	307,08	5,58	5
CGENG	285	1120	2	6	40	36	6	1305	125,42	2,28	2
COAF/CGAF	2410	1183	0	1	85	36	6	3721	310,08	5,64	6
COATM	5	108	0	0	5	12	1	132	11,00	0,20	0
DEOF/CGAF	162	1140	0	1	1	24	4	1332	111,00	2,02	2
DIAB	84	344	0	0	1	24	4	457	38,08	0,69	1
NPE	0	8	0	0	0	24	2	34	2,83	0,05	0
SATA	90	545	48	15	205	12	1	917	76,42	1,39	1
TOTAL	3742	7981	50	34	1509	228	38	13482	1123,50	20,43	20

Fonte: SUPER.GOV.BR

7.6.3. Considerando que cada supervisor administrativo de nível II tem capacidade de analisar, acompanhar, elaborar e assessorar 55 documentos por mês, dentro do limite máximo de eficiência estipulado, justifica-se a necessidade de contratação de até 20 postos de serviço ( $1123,5 \div 55 = 20,42$ ).

7.7. Neste momento, o programa tem conta com o apoio de 33 (trinta e três) Engenheiros Civis e 51 (cinquenta e um) Supervisores Administrativo. De acordo com os dados extraídos do presente relatório, chega-se ao quantitativo de 50 (cinquenta) Engenheiros Civis, 02 (dois) Engenheiros Mecânicos, 60 (sessenta) Supervisores Administrativo - Nível Médio e 20 (vinte) Supervisores Administrativo - Nível Superior necessários para atender as demandas do Departamento do Programa Calha Norte - DPCN.

7.8. Assim sendo, resta caracterizada a necessidade premente e contínua do apoio de profissionais para o desenvolvimento dos trabalhos no âmbito da DPCN/SG-MD, por meio da contratação de 50 (cinquenta) Engenheiros Civis, 02 (dois) Engenheiros Mecânicos, 60 (sessenta) Supervisores Administrativo - Nível Médio e 20 (vinte) Supervisores Administrativo - Nível Superior, em complementação à solução atualmente adotada, como meio de equacionar essa demanda contínua.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 32.104.070,50

8.1. As estimativas para determinar o valor total estimado da contratação de acordo com das especificações, das quantidades de deslocamentos (passagens aéreas), diárias (alimentação e estada), quantidade de postos, os valores máximos aceitáveis dos postos de serviços calculados através da montagem da Planilha de Custo e Formação de Preço (6195545), com base no salário praticado pelas categorias e no modelo e percentuais estipulados pela legislação vigente para cada tipo de serviço. Nesse sentido cabe ressaltar que houve diminuição no valor inicialmente demandado, tendo em vista alteração no "módulo 05 - Insumos Diversos, Letra D" das planilhas de custos e formação de preços dos profissionais em Engenharia Civil e Mecânica (6195545), referente à Anotação de Responsabilidade Técnica no valor unitário e quantidade estimada, e alteração do valor estimado para cada deslocamento (6195545).

8.2. Não há a necessidade de alteração do valor lançado no Planejamento de Gerenciamento de Contratações - PGC para essa contratação, considerando que o valor está abaixo do valor previsto inicialmente.

8.3. A quantidade mínima a ser cotada pela licitada deverá ser de 100% (cem por cento) do total demanda para cada item, de acordo com o Art. 82, inciso II da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

8.3.1. Por questões de execução contratual e gerencial dos contratos, vislumbra-se uma licitante vencedora para cada grupo.

8.4. Assim sendo, consta no quadro abaixo estimativa máxima:

Quadro 16

ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE DOS MATERIAIS OU SERVIÇOS													
GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO /ESPECIFICAÇÃO	CARGA HORÁRIA SEMAN, AL	CBO	CATSER	UND. MEDIDA	REQ. MÍNIMA	QUANTIDADES			VALOR TOTAL ESTIMADO		
								MÍN.	MÁX.	TOTAL	UNITÁRIO	MENSAL	TOTAL
1	1	Serviço de natureza continuada de <b>Engenheiro Civil</b> , sob o regime de dedicação exclusiva de mão de obra.	44 horas.	2142-05	5380	Posto	01	33	50	50	R\$ 25.432,19	R\$ 1.271.609,57	R\$ 15.259.314,85
	2	Serviços de <b>Diária</b> (alimentação e estada).			5380	Serviço	01	990	1500	1500	R\$ 444,48	R\$ 55.559,77	R\$ 666.717,20
	3	Serviços de <b>Deslocamento</b> (trecho de <b>passagem aérea</b> ).			5380	Serviço	01	396	600	600	R\$ 3.652,97	R\$ 182.648,46	R\$ 2.191.781,51
	CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O GRUPO 1												R\$ 18.117.813,56
2	4	Serviço de natureza continuada de <b>Engenheiro Mecânico</b> , sob o regime de dedicação exclusiva de mão de obra.	44 horas.	2144-05	5380	Posto	01	01	02	02	R\$ 25.432,19	R\$ 50.864,38	R\$ 610.372,59
	5	Serviços de <b>Diária</b> (alimentação e estada).			5380	Serviço	01	30	60	60	R\$ 444,48	R\$ 2.222,39	R\$ 26.668,69



	6	Serviços de <b>Deslocamento</b> (trecho de passagem aérea).			5380	Serviço	01	12	24	24	R\$ 3.652,97	R\$ 7.305,94	R\$ 87.671,26
	CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O GRUPO 2												R\$ 724.712,54
3	7	Serviço de natureza continuada de <b>Supervisor Administrativo - Nível Médio</b> , sob o regime de dedicação exclusiva de mão de obra.	44 horas.	4101-05	5380	Posto	01	51	60	60	R\$ 7.920,33	R\$ 475.219,61	R\$ 5.702.635,28
	8	Serviços de <b>Diária</b> (alimentação e estada).			5380	Serviço	01	1530	1800	1800	R\$ 444,48	R\$ 66.671,72	R\$ 800.060,64
	9	Serviços de <b>Deslocamento</b> (trecho de <b>passagem aérea</b> ).			5380	Serviço	01	612	720	720	R\$ 3.652,97	R\$ 219.178,15	R\$ 2.630.137,81
	CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O GRUPO 3												R\$ 9.132.833,73
4	10	Serviço de natureza continuada de <b>Supervisor Administrativo - Nível Superior</b> , sob o regime de dedicação exclusiva de mão de obra.	44 horas.	4101-05	5380	Posto	01	01	20	20	R\$ 12.438,80	R\$ 248.775,93	R\$ 2.985.311,19
	11	Serviços de <b>Diária</b> (alimentação e estada).			5380	Serviço	01	30	600	600	R\$ 444,48	R\$ 22.223,91	R\$ 266.686,88
	12	Serviços de <b>Deslocamento</b> (trecho de <b>passagem aérea</b> ).			5380	Serviço	01	12	240	240	R\$ 3.652,97	R\$ 73.059,38	R\$ 876.712,60
	CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O GRUPO 4												R\$ 4.128.710,67
CUSTO TOTAL ESTIMADO													R\$ 32.104.070,50

8.5. Diante do contexto que envolve a demanda, não há possibilidade de definir com exatidão o valor estimado mensal para os serviços de diárias (estada e alimentação) e deslocamentos (passagens aéreas), deste modo a base do valor mensal estimado é: Quantidade Total x Valor Estimado Unitário = Valor Total; Valor Total / 12 (doze) meses = Valor Unitário Mensal.

8.6. Os valores previstos nas remunerações dos profissionais Engenheiro Civil, Engenheiro Mecânico e Supervisor Administrativo - Nível Médio foram definidas com base no piso salarial mínimo previsto para as referidas categorias em Convenção Coletiva de Trabalho - CCT, assim como os benefícios do auxílio-alimentação e o auxílio-transporte, conforme quadro simplificada abaixo:

#### Quadro 17

**LEVANTAMENTO DE PREÇOS DE MERCADO PARA ESTIMATIVA DE SALÁRIO DO ASSISTENTE TÉCNICO NÍVEL SUPERIOR GERAL**

PISO SALARIAL					
Categoria profissional	Glassdor	IBGE	maisexpressão.com	querobolsa.com	Vagas.com
Técnico de Nível Superior Geral	R\$ 5.200,00	R\$ 4.925,00	R\$ 5.522,00	R\$ 6.072,00	R\$ 3.282,00
Média Total Geral					
R\$ 5.000,20					

8.7. Para a remuneração do profissional Supervisor Administrativo - Nível Superior, que atuará de forma técnica especializada, tendo em vista a expertise mínima exigida no quadro 4 (quatro) do subitem nº 6.3.7., principalmente por requerer profissional com curso superior reconhecido pelo Ministério da Educação e experiência mínima de 2 (dois) anos, tendo em vista maior complexidade das atribuições e atividades em comparação ao supervisor administrativo nível médio, não sendo a maioria de suas atribuições/atividades abarcadas pelo Código Brasileiro de Ocupação - CBO nº 4101-05, foram baseadas em ampla pesquisa realizada na *internet*, a média salarial de mercado de pessoas com grau de instrução nível superior é de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), buscando remunerações que estivessem adequadas ao perfil do profissional, nível de escolaridade, tempo de experiência, local de atuação e requisitos do profissional, e também, foi adotado, como referência, média aritmética de salários de contratações públicas similares, por meio de pesquisa de mercado, conforme tabela abaixo:

Quadro 18

CATEGORIA	SALÁRIO MÉDIO	MÉDIA ARITMÉTICA - PESQUISA DE MERCADO			SALÁRIO DE REFERÊNCIA (ATUALIZADO CCT 2023)
Suporte Administrativo - Apoio II	4.893,69	MDH	ANA	ANTT	R\$ 5.089,44
		R\$ 4.300,00	R\$ 4.595,80	R\$ 5.785,28	

8.8. Desta forma, utilizou-se como referência a média dos salários pagos aos trabalhadores com formação em curso superior, destacando que ao valor médio mensal de salário praticado não está acrescido dos benefícios tais como vale alimentação, auxílio saúde e demais benefícios.

8.9. Através desse parâmetro estabelecido buscou-se mitigar a contratação de profissionais que não atendessem as demandas do serviço público federal, seja por solicitação de requisitos mínimos abaixo do necessário, ocasionando profissionais com perfil abaixo do esperado, seja por cobrança por uma qualificação acima da necessária para as atividades, de forma que o profissional tivesse qualificação e remuneração superior ao que se busca, ocasionando prejuízo ao erário. Tais fatores poderiam trazer dificuldades à administração, resultando em baixa qualidade nas entregas, atrasos, retrabalho, rotatividade de profissionais e necessidade em realizar novos treinamentos para os profissionais.

8.10. Acreditamos ser pertinente e de extrema importância a sugestão de um salário referência, como forma de buscar mão de obra qualificada e reduzir os níveis de *turnover*, tendo em vista que a contratação em tela se mostra estratégica, sendo inconcebível a contratação de mão de obra de baixa qualificação ou com alta possibilidade de rotatividade na prestação dos serviços.

8.11. No que concerne a remuneração prevista na CCT de serviços terceirizados do Distrito Federal - DF se refere ao "piso salarial" atribuído ao profissional em supervisão administrativa em início de carreira, diferentemente dos profissionais necessários na prestação dos serviços de Supervisor Administrativo - Nível Superior.

8.12. Os salários dos profissionais, não poderão ser inferiores aos que serão estabelecidos no futuro Termo de Referência, em sentença normativa ou lei, acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho do sindicato aos quais os profissionais estejam vinculados.

8.13. Necessário salientar que a utilização de valor salarial acima do piso salarial constante na CCT de serviços terceirizados do Distrito Federal - DF, visa preservar a dignidade do trabalho, criar condições propícias à eficiente realização do serviço, proporcionar uma remuneração compatível com perfil exigido, que certamente influirá na motivação, produtividade na qualidade dos serviços prestados, evitando-se, assim, êxodo de profissionais ambientados ao serviço.

8.14. No que se refere aos salários previstos para o Supervisor Administrativo - Nível Superior, buscou-se sopesar as remunerações pagas para profissionais com curso Superior Completo, com os valores previstos nas Convenções Coletivas de Trabalho - CCT, com amparo nos Acórdãos TCU nº 614/2008 e nº 47/2013, que informa:

*"Com respeito à fixação de remuneração mínima, diversos precedentes jurisprudenciais admitem o estabelecimento de piso salarial (Acórdãos nº 1.327/2006 – P 332/2010 – P, 1.584/2010 – P, 189/2011 – P). A premissa, nessas decisões, é a necessidade de preservar a dignidade do trabalhador e criar condições propícias à eficiente realização do serviço (para uma digressão sobre o tema, vide voto do relator do acórdão 256/2005 – P)."*

8.15. Nesse **decisum**, o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, cujo Voto Revisor foi adotado pelo Tribunal de Contas da União - TCU, assim se posicionou:

*"(...) A bem da verdade, observo que a compreensão da contratação de mão-de-obra terceirizada abrange dois caminhos a percorrer: Um, que aponta a obrigatoriedade de adoção dos pisos salariais definidos em pactos laborais; e outro que indica a possibilidade de a Administração Pública estipular valores mínimos de remuneração com base em pesquisas de mercado efetuadas previamente e calculadas tanto em dados obtidos junto a associações e sindicatos de cada categoria profissional quanto em informações divulgadas por outros órgãos públicos que tenham recentemente contratado o mesmo tipo de serviço."*

8.16. O Acórdão TCU nº 2.582/2012 – Plenário, também apresenta posicionamento favorável nos contratos de execução indireta e contínua de serviços que *"estipule valores mínimos de remuneração dos trabalhadores, nos contratos em que há alocação de postos de trabalho, quando houver necessidade de afastar o risco de selecionar colaboradores com capacitação inferior à necessária para execução dos serviços contratados"*.

8.17. Em complemento ao exposto, tem-se o Acórdão TCU nº 1.097/2019 - Plenário, que sob a relatoria do Ministro Bruno Dantas, acordaram que seria possível fixar salários para os profissionais terceirizados, prevendo *"necessidade de fixação de salários em valores superiores aos pisos estabelecidos em Convenções Coletivas de Trabalho, fundamentada em estudos e pesquisas de mercado que considerem objetivamente a complexidade das atividades e as aptidões necessárias para seus exercícios"*, como também, que houvesse *"a realização de pesquisas de preços, demonstrando que os preços são compatíveis com aqueles pagos para serviços com tarefas de complexidade similar, abstendo-se de tomar como referência apenas os preços praticados em contratos anteriores"*.

8.18. Os demais benefícios para a função de Supervisor Administrativo - Nível Superior deverá respeitar a CCT 2023/2023 nº 000037/2023, firmada entre o sindicato e a categoria profissional. Acrescenta-se o fato de que a utilização da CCT nesta contratação objetiva estabelecer um parâmetro para as despesas obrigatórias e respectivos benefícios como auxílio alimentação, plano de saúde, eventuais seguros e outros, como também, servir como parâmetro legal para futuras repactuações e reajustes salariais.

8.19. Registra-se que o CONTRATANTE não se vinculará às disposições contidas em ACT, CCT ou DCT que tratem do pagamento de participação dos empregados nos lucros ou resultados da CONTRATADA, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade, na forma disposta no artigo 6º da IN SEGES nº 5, de 2017, observado o entendimento do Parecer nº 00004/2017/CPLC/PGF/AGU, aprovado em 23 de maio de 2017.

8.20. O valor de referência aplicado na planilha de custo - ESTIMATIVA DE CUSTO TOTAL POR ANO REFERENTE À DIÁRIA E DESLOCAMENTO, relacionado ao item de despesa "Diária" para todos os grupos, foi espelhado no valor de indenização de diárias aos servidores públicos federais no País, Anexo I, do Decreto nº 5.992, de 19 Dez 2006, letra "d", deslocamentos para Brasília/Manaus/Rio de Janeiro/São Paulo (R\$ 381,14), com alteração trazida pelo Decreto nº 11.117, de 01 JUL 2022, para fins de estimativa, devendo a gestão/fiscalização contratual observar, para pagamento dessas despesas, o destino dos serviços executados fora de sede.

8.21. O valor de referência aplicado na planilha de custo - ESTIMATIVA DE CUSTO TOTAL POR ANO REFERENTE À DIÁRIA E DESLOCAMENTO, referente ao tipo de despesa “Deslocamento”, foi espelhado no levantamento realizado sobre as passagens aéreas adquiridas pelo DPCN no ano de 2022, especificamente nas localidades de atuação do Programa Calha Norte (PCN), conforme Planilha de Levantamento da Média Custos, considerando-se a média dos valores máximos de aquisição, adotando a estimativa de quantidade de trechos por localidade, obedecendo o limite de 16 trechos, tendo em vista o modelo de gestão aplicado nas vendas de passagens aéreas: “Yeld management”, que calcula a melhor política de preços, para otimizar e maximizar os lucros das companhias aéreas, levando-se em conta diversos fatores alheios ao conhecimento do consumidor.

**Sigilo:**

8.22. Quanto ao sigilo do valor estimado da contratação até a conclusão da licitação não se faz necessário, uma vez que as divulgações dos valores estimados, detalhamento das quantidades e das demais informações necessárias podem auxiliar na elaboração de propostas de preços.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Diante da demanda que trata a presente contratação de postos de serviços, considera-se a decisão de que **é viável** técnica e operacionalmente o parcelamento da demanda.

9.1.1. Por conseguinte, **sugere-se** a adoção da contratação por Grupos, pois sua contratação se torna mais exequível, vantajosa e satisfatória para a Administração em demonstrações de razões de eficácia, eficiência, logísticas, contratuais, operacionais, finalísticas, econômicas e tende a proporcionar o fiel cumprimento dos objetivos do órgão, destarte os serviços de apoio (diárias e passagens) são correlatos e/ou interdependente do objeto principal desta contratação, ou seja, para o cumprimento da atividade principal necessita-se das atividades de apoio.

9.1.2. Ressalta-se, ainda, que a viabilidade mais vantajosa é o parcelamento em grupos por especialização (forma única e indivisível) visando a ampliação da competitividade ao certame e melhor aproveitamento do mercado, em contrapartida com uma possível concentração de mercado em grupo único ou parcelada.

9.2. O parcelamento em itens e/ou lotes poderá implicar em menor atratividade às empresas interessadas, deste modo, poderá diminuir a concorrência e inclusive desencadear contratações com valores maiores que no caso de uma contratação única por grupo.

9.3. Serviços técnicos devem ser divididos por área de especialização, Engenheiro e Supervisor, visto que o mercado atua de forma segmentada por especialização e, desse modo, é esperada competitividade mais acirrada, com reflexos diretos nos preços ofertados e na qualidade dos serviços prestados.

9.4. Justifica-se que o escopo da contratação possui interdependência entre si, uma vez que a execução deles, em muitos casos que envolvem todo o conjunto, dependem uns dos outros ou geram consequências/prejuízos para outros (ex.: com vistas a executar parte complementar das atividades auxiliares, instrumentais, acessórias e/ou complementares os profissionais necessitarão que realizar eventualmente os deslocamentos e por consequência as diárias para completa efetividade às atribuições externas e garantir o atingimento dos objetivos pretendidos em sua totalidade), portanto, gera economicidade e ainda facilita a imputação de responsabilidades por danos diversos causados na falta da execução de outro parte do serviço.

9.4.1. Estima-se que tal iniciativa também deve mitigar eventuais prejuízos à Administração e/ou de comprometimento da qualidade dos serviços, pois não possui natureza complexa e/ou complexidade técnica.

9.5. Ainda, a Súmula nº 247 - TCU, de 10 de novembro de 2004 abre exceção para contratação integrada, nos casos em que haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou a perda de economia de escala.

"9.5 dar ciência à (...) de que: (...)

**9.5.7.8 avaliar se a solução é divisível ou não, levando em conta o mercado que fornece e atentando que a solução deve ser parcelada quando a resposta a todas as perguntas a seguir forem positivas:**

(i) *é tecnicamente viável dividir a solução?*;

(ii) *é economicamente viável dividir a solução?*;

(iii) *não há perda de escala ao dividir a solução?*

(iv) há o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da solução ao dividir a solução?" (grifo nosso)

9.6. Não obstante, existe diversas atividades a serem desenvolvidas, apresentando a interdependência de execução e gerenciamento, portanto não cabe desmembramento das atividades desenvolvidas pelos postos trabalho. Haja vista, ainda, que o pagamento se dará conforme a execução dos serviços, deste modo a estimativa da Administração não será diferenciada, o que não demonstra uma economia maior em se dividir o objeto, nem tampouco há restrição à competição haja vista que o objeto, tal como especificado, pode ser plenamente atendido pelo mercado.

9.7. Também se pode fundamentar a contratação no fato de o Termo de Referência e o Gerenciamento e Matriz de Riscos terem por finalidade dar clareza e objetividade aos serviços a serem contratados, evitando interpretações equivocadas ou compreensões dos licitantes quanto às condições estabelecidas, observando o Acórdão TCU nº 2.441/2017 - Plenário. A contratação potencializa ganhos de escala e de gestão contratual, considerando que a execução conjunta dos serviços busca atender a necessidades da Administração.

9.8. No atual cenário do mercado nacional, existem diversos fornecedores aptos à realização dos serviços em grupo único com as atividades apresentadas, observados em processos licitatórios semelhantes, conforme apresentado neste instrumento, o que torna possível a realização da contratação através de processo licitatório com ampla concorrência.

9.9. Quanto ao tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, foram identificadas hipóteses de afastamento do tratamento diferenciado, conforme o que prescreve o art. 6º e inciso II, do art. 10 do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015.

9.10. Opção de critério de julgamento e contratação será o **Menor Preço por Grupo**.

#### **Regime de execução:**

9.11. A presente contratação deverá adotar a **Empreitada por Preço Unitário**, justificando-se de forma fundamentada pela impossibilidade na precisão para o pagamento dos valores descritos por unidade aos serviços propostos, tendo em vista que serão contratos executados no modelo de pagamento pelo fato gerador e, principalmente, que os serviços de postos de mão de obra, diárias e deslocamentos, assim, por sua natureza, possuem uma imprecisão inerente de quantitativos de valores de diárias e deslocamento que são serviços a serem realizados de modo eventual. A sua adoção se torna mais exequível, vantajosa e satisfatória para o Ministério da Defesa em demonstrações de razões como: eficiência técnica, administrativa, logística, operacional, finalística, econômica e tende a proporcionar uma contratação sem as incoerências das padronizações dos serviços prestados.

9.12. A utilização do regime que trata o inciso II, do art. 46 da Lei nº 14.133/2021 poderia gerar pagamentos por serviços que eventualmente não venham ocorrer durante o Contrato, deste modo não seria vantajoso a administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

10.1. Não existem e não se faz necessária a realização de contratações futuras correlatas e/ou interdependentes para que possa se desenvolver a viabilidade para atingir o objetivo esta contratação.

10.2. Ressalta-se que existem contratações anteriores para os postos de serviços de Engenheiro Civil, por meio do Processo nº [60414.000997/2020-10](#) e para os postos de serviços de Supervisores, por meio do Processo nº [60584.000466/2021-56](#).

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

11.1. A presente contratação objeto deste Estudo Técnico Preliminar - ETP encontra-se prevista e amparada no Plano de Gestão do Ministério da Defesa - 2020 a 2023 ([4945080](#)) de projetos da Administração Central do Ministério da Defesa - AC/MD.

11.2. Neste ponto, o Planejamento Estratégico Setorial (PES) 2020-2031, aprovado pela Resolução nº 2/CONSUG/MD, de 25 de novembro de 2019, engloba todo o Setor de Defesa, que compreende o Ministério da Defesa - MD, com todos os Órgãos que o integram e as Forças Armadas - FFAA, e utiliza um método de planejamento, aprovado pela Portaria Normativa nº 23/GM-MD, de 15 de abril de 2019, que direciona as primeiras fases e descentraliza, buscando o alinhamento estratégico de todos os planejamentos decorrentes.

11.3. Assim, os objetivos estratégicos são os resultados que a organização pretende alcançar no período para atender os direcionamentos definidos no PES (ESD), no PPA e nas diretrizes dos dirigentes. Consequentemente são indicadores do Departamento do Programa Calha Norte - DPCN para o Objetivo Estratégico do Órgão, de acordo com PG-MD 2023 (*in verbis*):

**"Objetivo Estratégico 2: Garantir a adequada cooperação com o Desenvolvimento Nacional.**

**Descrição:** Assegurar a adequação das ações de cooperação com o desenvolvimento nacional, dentre elas, de inclusão e integração social, de melhoria da infraestrutura de municípios, de fortalecimento da consciência cidadã, de formação profissional, de fortalecimento do desporto e de proteção da Amazônia.

e

**IMD 2.3:** Taxa de entrega de bens ou serviços.

**Objetos:** Bens Permanentes ou Obras e Serviços de Engenharia;

**Objetos Previstos para entrega:** Quantidade de objetos, decorrentes de Projetos Aprovados (DICONV), oriundos dos Convênios celebrados por meio da Ação 1211, que têm como previsão de entrega o Ano A; e

**Objetos Entregues:** Quantidade de objetos entregues com serventia no Ano A. Observação: A entrega do Objeto envolve etapas como: Licitação (Estados/Municípios), acompanhamento da execução dos projetos aprovados (DIENG) e verificação da correta aplicação dos recursos, bem como a prestação de contas (DIAF) que, conforme a complexidade da obra, poderá ser concluída (entregue) em períodos diferentes."

11.4. Além disto, foi **autorizado** pelo Secretário de Orçamento e Organização Institucional - SEORI, por meio do Despacho nº 199/SEORI/SG-MD (6079188) a inclusão da demanda objeto deste Estudo no Planejamento e Gerenciamento de Contratações - PGC 2023, constando no Plano de Contratações Anual de 2023 – PCA 2023, conforme detalhamento a seguir:

**ID PCA no PNCP:** 03277610000125-0000002/2023;

**Data de publicação no PNCP:** 13/02/2023;

**Id do item no PCA:** 808;

**Classe/Grupo:** 911 – Serviços Administrativos do Governo; e

**Identificador da Futura Contratação:** 11404\_16/2023.

11.4.1. A vantagem de prever a demanda no Planejamento de Gerenciamento de Contratações – PGC, se dá pela necessidade constante da contratação dos serviços de acordo com a real necessidade do Departamento do Programa Calha Norte – DPCN, a fim de enfrentar situações não programadas que exigem pronto atendimento. Além de agilidade, busca-se também maior transparência em todo o processo de contratação dos postos.

11.5. Registra-se, também, promover melhoria contínua da gestão de processos de convênios, contratos e/ou outros instrumentos congêneres, para o alcance da missão precípua do Programa Calha Norte - PCN, trazendo o desenvolvimento social e econômico da região da Amazônia Legal, de forma sustentável, entregando as políticas públicas aos estados e municípios da área de atuação do Programa Calha Norte - PCN.

11.6. Esta perspectiva indica a contribuição do Ministério da Defesa - MD para a sociedade, ou seja, os principais resultados que serão entregues à sociedade. O sucesso dos objetivos nesta perspectiva depende do emprego da mão de obra terceirizada, em complemento a força de trabalho dos servidores civis (efetivo e comissionados) e militares. Para que o Departamento consiga entregar os resultados desejados para a sociedade, é necessário que ela tenha os seus processos internos funcionando de maneira eficiente e eficaz, realizando-as com excelência e alta produtividade.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Espera-se alcançar, no mínimo, a padronização das descrições, requisitos da contratação, quantitativo e valores dos cargos, assim como das obrigações, da execução do objeto, dos parâmetros de gestão do contrato e fiscalização contratual, do pagamento, das qualificações, por meio de buscas de soluções mais aprofundadas e apropriadas ao caso concreto, sob responsabilidade do Ministério da Defesa - MD de forma eficiente e econômica, de modo a manter a continuidade do Programa Calha Norte - PCN, garantindo a boa qualidade das prestações de serviços a fim de contribuir com as demandas consultivas e administrativas, melhoria da qualidade da gestão de convênios na realização de atividades-meio e auxílio/apoio da atividade-fim, possibilitando aos servidores públicos federais e militares suporte em suas obrigações laborais, destinando seu tempo em atividades primordiais em detrimento de atividades meramente burocráticas.

12.2. Reputa-se, como resultado pretendido para as atividades dos serviços para a qual está licitação é destinada, no mínimo, buscas das soluções mais apropriadas sob responsabilidade do Ministério da Defesa - MD de forma eficiente e econômica, de modo a manter a continuidade do Programa Calha Norte - PCN, garantindo a boa qualidade das prestações de serviços a fim de contribuir com as demandas consultivas e administrativas, melhoria da qualidade da gestão de convênios na realização de atividades-meio e auxílio/apoio da atividade-fim, possibilitando aos servidores públicos federais e militares suporte em suas obrigações laborais, destinando seu tempo em atividades primordiais em detrimento de atividades meramente burocráticas, buscando suprir a descompensação das atividades e de um melhor desempenho das tarefas administrativas, que são importantíssimas para o alcance dos objetivos organizacionais.

12.3. Os benefícios e ganhos diretos e indiretos que o Departamento do Programa Calha Norte – DPCN almeja com a contratação são:

12.3.1. Estima-se uma economia de escala, tendo em vista as particularidades da vigência contratual e sua unificação e centralização, ainda, por vistas a redução aos custos processuais de licitação, considerando o custo operacional para a realização de um Pregão e suas prorrogações;

12.3.2. Estima-se aplicação de metodologias e mecanismos mais tecnológico na gestão e fiscalização contratual, a solução tecnológica impactará em redução de despesas, uma vez que a Administração será desonerada em relação à alocação de recursos para essa atividade. Além disso, por meio da padronização dos valores de cargos, espera-se diminuir a disparidade identificada entre aquelas praticadas pelos Órgãos e entidades para um mesmo cargo, equilibrando esses valores de acordo com os praticados no mercado;

12.3.3. Estima-se o cumprimento dos Atos Normativos quanto a contratação de mulheres vítimas de violência doméstica em percentual mínimo de 8%, conforme o Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023;

12.3.4. Estima-se o real dimensionamento das aferições do Contrato no Instrumento de Medição de Resultado - IMR;

12.3.5. Estima-se o fiel cumprimento das obrigações contratuais;

12.3.6. Estima-se a padronização da gestão e operação dos serviços no âmbito do Departamento do Programa Calha Norte - DPCN;

12.3.7. Estima-se melhorias nas gestões, operações e controles dos serviços prestados;

12.3.8. Estima-se melhorias constante com *feedbacks* para otimização do processo gerencial e operacional;

12.3.9. Estima-se minimização dos riscos de indisponibilidade ou inadequação dos ambientes;

12.3.10. Estima-se maximização do uso de recursos financeiros, técnicos e materiais;

12.3.11. Estima-se melhoria da qualidade dos serviços;

12.3.12. Estima-se geração de conhecimento e subsídio para futuras contratações;

12.3.13. Estima-se o melhor aproveitamento dos postos de serviços, tendo em vista a sua essencialidade e importância;

12.3.14. Estima-se o melhor aprimoramento técnico-profissional nas conduções dos convênios;

12.3.15. Estima-se mais celeridade e efetividade no atendimento das demandas dos serviços do Programa Calha Norte – PCN;

12.3.16. Estima-se garantir a boa execução dos postos de serviços com o apoio administrativo, logístico e operacional, sempre embasados nos princípios constantes no art. 5º da Lei nº 14.133/2021;

12.3.17. Estima-se que os serviços são essenciais para a melhoria dos micro e macroprocessos do Departamento do Programa Calha Norte – DPCN, buscando sempre a prática dos princípios da eficiência e efetividade, quando se tenta alcançar a alta produtividade, agilidade, qualidade, segurança e máxima perfeição do trabalho, visadas por esta administração;

12.3.18. Estima-se que a colaboração para o atendimento das demandas por serviços burocráticos e rotineiros do Departamento do Programa Calha Norte – DPCN sejam efetivamente atendidas;

12.3.19. Estima-se preservar a dignidade do trabalho, criar condições propícias à eficiente realização do serviço, proporcionar uma remuneração compatível com perfil exigido, que certamente influirá na motivação, produtividade na qualidade dos serviços prestados;

12.3.20. Estima-se reduzir os níveis de *turnover* evitando alta possibilidade de rotatividade de colaboradores na prestação dos serviços; e

12.3.21. Estima-se o atendimento a todos os preceitos legais vigentes.

12.4. Acrescenta-se, a capacidade produtiva dos setores do Departamento do Programa Calha Norte - DPCN, garantindo aos servidores responsáveis pela gestão e macrogestão de convênios a otimização dos serviços e alcance das metas pactuadas nos projetos estratégicos dos órgãos e entidades, ocasionando melhoria na qualidade dos serviços prestados à sociedade.

12.5. Os postos de serviços são essenciais ao bom funcionamento dos segmentos e a continuidade das atividades de apoio administrativo e assessoria técnica de engenharia do Departamento do Programa Calha Norte – DPCN, pretendendo o melhor desenvolvimento dos serviços técnicos auxiliares, instrumentais, acessórios e/ou complementares, de acordo com as normas regulamentes vigentes, em decorrência da inexistência desses profissionais, no quadro de pessoal do Órgão, visando atender o princípio da continuidade dos serviços públicos;

12.5.1. Objetiva-se, portanto, atender aos princípios da continuidade do serviço público e da eficiência, por meio da contratação de empresa prestadora de serviço, visando exclusivamente o desempenho de atividades de suporte de engenharia e apoio administrativo e técnico, promovendo a devida disponibilidade de mão de obra para o desempenho de atividades para que este Departamento alcance com êxito sua missão institucional.

### 13. Providências a serem Adotadas

13.1. Avaliar e planejar os impactos de eventual troca da empresa CONTRATADA, adotando as medidas necessárias para minimizar a ocorrência de eventuais problemas durante a transição para os contratos de Engenheiros Civis e Supervisores Administrativos.

13.2. Observar a obrigatoriedade de contratação e a forma de recontração dos colaboradores alocados no Contrato nº 16/2021-MD, à empresa CONTRATADA, para disponibilização de mão de obra terceirizada, Supervisor Administrativo - Nível Médio, conforme disposição contida na CCT 2023/2023 e nº 000037/2023, **cláusula trigésima segunda - incentivo à continuidade**.

13.3. Ao CONTRATANTE, caberá verificar a documentação do profissional disponibilizado pela CONTRATADA, como também, solicitar declaração indicando o não acúmulo de cargos ou atividades.

13.4. O Departamento do Programa Calha Norte - DPCN providenciará espaço físico na sede de trabalho (Anexo do Ministério da Defesa) ou em outro local a ser definido para a locação dos colaboradores terceirizados, tendo em vista se tratar de contratação com exclusividade na mão de obra, de acordo com a Instrução Normativa SLTI/MPDG/SG nº 5/2017.

13.5. O Departamento do Programa Calha Norte - DPCN deverá ofertar/contratar cursos de capacitação de servidores ou empregados, em especial os que lidarão com a gestão e fiscalização do Contrato, adequando seus conhecimentos ao modelo proposto, que além da fiscalização direta do servidor, também insere a fiscalização do público usuário dos serviços como parâmetro para medição da qualidade do que está sendo prestado, além de propiciar o conhecimento necessário a estes para que consigam realizar o mapeamento dos riscos durante a gestão do Contrato e quando de cada renovação.

13.5.1. Deste modo, seguindo as orientações dos Acórdãos TCU nº 594/2012 - Plenário, nº 1.200/2014 - Plenário e nº 803/2016 - Plenário que tratam da importância da capacitação dos servidores e o Decreto nº 9.991/2019, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas, os Gestores e Fiscais do Contrato que será firmado deverão, obrigatoriamente, apresentando certificações profissionais de habilitação para atuarem nas funções.

13.6. Vislumbra-se a importância do Departamento do Programa Calha Norte – DPCN buscar junto à Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas – CODEP deste Ministério da Defesa - MD a atualização constante do aprimoramento técnico-profissional, tais como cursos de formação, desenvolvimento, atualização, capacitação e/ou conhecimentos em pontos específicos dos atos normativos para que os servidores (gestores e/ou fiscais) possam atuar corretamente após a celebração do Contrato.

13.7. A necessidade de capacitação específica aos fiscais e gestores do Contrato é um ponto de grande avanço no objeto desta contratação, e a capacitação pelas Escolas do Governo como também por empresas privadas, que também desempenham papel fundamental na aquisição de conhecimento e aprimoramento técnico-profissional dos mesmos, desempenhando o aperfeiçoamento inclusive nas questões trabalhistas envolvendo os empregados terceirizados, cálculo de planilhas para subsídios pedidos de repactuação e revisões contratuais.

13.7.1. Deste modo, a capacitação tende a maximização constante das metodologias de controle e fiscalização ativa para prevenir riscos na execução contratual e trazer maior segurança para os agentes envolvidos.



## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Inexistem riscos ambientais decorrentes desta contratação, visto que se trata apenas de serviços administrativos, logísticos, operacionais, técnicos e consultivos.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Visando a simplificação das nomenclaturas para os postos de Supervisor Administrativo - Nível Médio e Supervisor Administrativo - Nível Superior, no Termo de Referência deverá adotar a seguinte forma:

**Quadro 19**

<b>DE:</b>	<b>PARA:</b>
Supervisor Administrativo - Nível Médio	Supervisor Administrativo - Nível I
Supervisor Administrativo - Nível Superior	Supervisor Administrativo - Nível II

15.2. Após análises minuciosamente acuradas realizadas por meio do Estudo Técnico Preliminar - ETP acima disposto, esta Equipe de Planejamento da Contratação verificou-se a real necessidade da Administração Central do Ministério da Defesa – AC /MD, respeitando os princípios da economicidade e eficiência da administração pública, declara-se possível tecnicamente e fundamentalmente necessária a viabilidade e a razoabilidade para a contratação. Certifica-se também que com esta contratação será possível conciliar menores custos e o atendimento adequado das necessidades do Departamento do Programa Calha Norte – DPCN. Constatou-se, portanto, que é uma contratação viável na forma apresentada, e somado ao fato de que a escolha do preço mais vantajoso será registrada no COMPRASNET 4.0.

15.3. Consideradas as informações incluídas, declaramos que a contratação de serviços de apoio técnico especializado pelos Órgãos e entidades é viável na forma apresentada e, para tanto, apresentamos este Estudo Técnico Preliminar, que balizará a elaboração do Termo de Referência e será Anexo do Edital do processo licitatório, destacando que foi elaborada com observância nas legislações e normas vigentes que regulam as licitações de serviços na Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, em especial a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei nº 14.133/2021, Decreto-Lei nº 5.452 /1943, o Decreto nº 9.507/2018 e suas alterações, IN SEGES nº 5/2017, e IN SEGES nº 58/2022.

15.4. Concluímos, também, que a centralização dos procedimentos de registro de preços para a contratação de serviços de apoio técnico especializado é viável em razão dos aspectos que seguem:

15.4.1. Conformidade legal – Atestada pelas referências normativas registradas no presente ETP;

15.4.2. Fortalecimento da gestão - A utilização do apoio técnico especializado poderá dar maior suporte à realização de atividades burocráticas do Departamento, proporcionando melhoria da realização das atividades meio e finalísticas do Departamento do Programa Calha Norte – DPCN; e

15.4.3. Experiência na contratação - Demonstrou-se neste Estudo, também, que a contratação objeto de estudo já vem sendo realizada neste Ministério, principalmente para atendimento das demandas do Departamento do Programa Calha Norte – DPCN, por diversos órgãos federais, com êxito no procedimento licitatório e na prestação de serviços.

15.5. De acordo com a Portaria DEADI/SEORI/SG-MD nº 1.302, de 01 de março de 2023 ([6099416](#)), publicada no Boletim de Pessoal e Serviço do MD nº 09, de 03 de março de 2023 ([6088889](#)), foram designados os integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação conforme segue:

15.5.1. Na condição de Integrante Requisitante: Servidor **ANDRÉ FILIPE COSTA DO NASCIMENTO**, CPF: \*\*\*.569.941-\*\*, lotado no Núcleo de Acompanhamento e Apuração de Danos ao Erário (NAADE) do Departamento Programa Calha Norte (DPCN);

15.5.2. Na condição de Integrante Administrativo: Cb Int (EB) **YURI ARAÚJO CASSIMIRO**, \*\*\*.434.001-\*\*, lotada na Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ) do Departamento de Engenharia e Serviços Gerais (DESEG); e

15.5.3. Na condição de Integrantes Técnico: 1º TEN (RM2-EN) **CAMILA CARVALHO SILVA**, CPF: \*\*\*.998.021-\*\*, lotada na Divisão de Engenharia (DIENG) do Departamento Programa Calha Norte (DPCN).

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**UBIRATAN POTY**

Diretor



Assinou eletronicamente em 09/08/2023 às 14:48:06.

Despacho: Portaria DEADI/SEORI/SG-MD nº 1.302, de 01 de março de 2023.

**ANDRÉ FILIPE COSTA DO NASCIMENTO**

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 09/08/2023 às 12:15:16.

Despacho: Portaria DEADI/SEORI/SG-MD nº 1.302, de 01 de março de 2023.

**YURI ARAUJO CASSIMIRO**

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 09/08/2023 às 12:27:12.

Despacho: Portaria DEADI/SEORI/SG-MD nº 1.302, de 01 de março de 2023.

**CAMILA CARVALHO SILVA**

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 09/08/2023 às 13:19:51.



**Anexo XX - Apêndice III - Parte 1 - Grupo 1 - 1.  
Planilha Custos e Formação de Preços (Eng. Civil -  
DPCN)..pdf**

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS				
Número do Processo:	60414.001285/2022-80			
Número da Licitação:	-			
Data do Pregão:	-	Horário:	-	
Descrição do Serviço:	<u>Engenheiro Civil</u>			

▶	Município (s) da prestação de serviço:	Brasília - DF	
▶	Número de meses de execução contratual:	12 (doze).	
▶	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	CCT - 2023	
▶	Unidade de medida:	Serviço (Posto).	
▶	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida):	101	
Nota 1: Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.			
Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.			

DADOS COMPLEMENTARES PARA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS REFERENTE À MÃO-DE-OBRA		
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com característica distintas):	ENGENHARIA
2	Código Brasileiro de Ocupações - CBO:	2142-05
3	Salário Normativo da Categoria Profissional:	R\$ 10.800,00
4	Categoria profissional (vinculada a execução contratual):	ENGENHEIRO CIVIL
5	Data base da categoria:	SENGE 2023/2025
Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.		
Nota 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.		

Termo Aditivo à CCT nº 000372/2023 - 2023/2025 (Anexo a Pasta de Engenheiro Civil).

Módulo 01 – Composição da Remuneração				
Composição da Remuneração				VALOR
A	Salário Base:			R\$ 10.800,00
B	Adicional de Periculosidade:	CLT art.s 193 e segs; CF art. 7º XXIII	30%	R\$ 0,00
C	Adicional de Insalubridade:	CLT art. 189 e segs - CF art. 7º XXIII		
		Base de cálculo: Salário mínimo.	Mín. = 10%   Méd. = 20%   Máx. = 40%	
D	Adicional Noturno:			R\$ 0,00
E	Adicional de Hora Noturna reduzida:			R\$ 0,00
G	Outros (especificar):			R\$ 0,00
Valor da Remuneração:				R\$ 10.800,00
Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.				

Módulo 2 – Encargos e benefícios anuais, mensais e diários			
Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) salário, férias e adicional de férias		PERCENTUAL	VALOR
A	13º Salário:	8,33%	R\$ 899,64
B	Férias e Adicional de férias:	11,11%	R\$ 1.199,88
Total:		19,44%	R\$ 2.099,52
Alterou a Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela IN nº 7/2018).			

(1 mês / 12 meses) \* 100 = 8,33 | Base de cálculo: Modulo 1 \* 8,33%

Férias (8,33%) + Adicional de Férias (1/3 = 2,78%): 11,11%

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.			
Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 105 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato de 12 meses. Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável. (Redação dada pela IN nº 7/2018). Obs: A redação sublinhada foi ajustada para a Lei nº 14.133/2021 - Baseado-se na IN nº 98/2022.			

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.					PERCENTUAL	VALOR	
A	INSS:				20,00%	R\$ 2.579,90	INSS 20%: Base Legal Art. 22, inciso I da Lei nº 8.212, de 24.7.1991. Base de Cálculo: (Modulo 1 + Modulo 2.1) * 20%
B	Salário educação:				2,50%	R\$ 322,49	Salario Educação 2,5%: Base Legal Art. 3º, inciso I do Decreto-Lei 87.043, de 22.3.1982, e art 15 da Lei nº 9.424, de 24.12.1996. Base de Cálculo: (Modulo 1 + Modulo 2.1) * 2,5%
C	SAT - GUIL/RAT:	3%	FAP:	1,00000	3,00%	R\$ 386,99	Base de Cálculo: (Modulo 1 + Modulo 2.1) * percentual apresentado
D	SESC ou SESI:				1,50%	R\$ 193,49	Sesc ou Sesi 1,5%: Base Legal Art. 3º do Decreto-Lei nº 9.853, 13.9.1946, e art. 30 da Lei nº 8.036, de 11.5.1990. Base de Cálculo: (Modulo 1 + Modulo 2.1) * 1,5%
E	SENAI - SENAC:				1,00%	R\$ 129,00	Senai ou Senac 1%: Base Legal Art. 1º do Decreto-Lei nº 6.246, de 5.2.1944, e art. 4º do Decreto-Lei nº 8.621, de 10.1.1946. Base de Cálculo: (Modulo 1 + Modulo 2.1) * 1%
F	SEBRAE:				0,60%	R\$ 77,40	Sebrae 0,60%: Base Legal Art. 8º da Lei nº 8.029, de 12.4.1990. Base de Cálculo: (Modulo 1 + Modulo 2.1) * 0,60%
G	INCRA:				0,20%	R\$ 25,80	Inera 0,20%: Base Legal Art. 1º Decreto-Lei nº 1.146, de 31.12.1970. Base de Cálculo: (Modulo 1 + Modulo 2.1) *0,20%
H	FGTS:				8,00%	R\$ 1.031,96	FGTS 8%: Base Legal Art. 15 da Lei nº 8.036, de 11.5.1990, e Art. 7º, inciso III da Constituição Federal. Base de Caclulo: (Modulo 1 + Modulo 2.1) * 8%
Total:					36,80%	R\$ 4.747,02	
Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.							
Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.							
Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela IN nº 7/2018).							

Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários		VALOR	CCT nº 000372/2023 - 2023/2025   22 (vinte e dois) dias.
A	Transporte:		
B	Auxílio Refeição/ Alimentação:	R\$ 770,00	
C	Assistência Médica e Familiar:	R\$ 0,00	
D	Odontológico:	R\$ 0,00	
E	Fundo Indenização Aposentadoria por Invalidez:	R\$ 0,00	
F	Seguro de vida em grupo:	R\$ 0,00	
G	Benefício natalidade:	R\$ 0,00	
H	Outros (especificar):	R\$ 0,00	
I	Outros (especificar):	R\$ 0,00	
Total:		R\$ 770,00	
Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).			
Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º desta Instrução Normativa.			

Quadro resumo do Módulo 2 – Encargos e benefícios anuais, mensais e diários			PERCENTUAL	VALOR
2.1	13º. Salário, férias e adicional de férias:		19,44%	R\$ 2.099,52
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições:		36,80%	R\$ 4.747,02
2.3	Benefícios Mensais e diários:			R\$ 770,00
Total:			56,24%	R\$ 7.616,54

Módulo 3 – Provisão para Rescisão. (Redação dada pela IN nº 7/2018).				A soma de C e F não será superior a 4% com o fim da contribuição social de 10% sobre o FGTS.
Provisão para Rescisão.		PERCENTUAL	VALOR	Fórmulas
A	Aviso Prévio Indenizado:	0,42%	R\$ 45,36	Anterior = $(0,08 \times 0,5 \times (1 + (5/56) + (5/56) + (1/3 \times 5/56))) = 5\%$

B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado:	0,03%	R\$ 3,63	Atual = (0,08*0,5*(1+(5/56)+(5/56)+(1/3*5/56))) = 4%
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado:	3,35%	R\$ 361,80	
D	Aviso Prévio Trabalhado:	1,94%	R\$ 209,52	
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado:	0,71%	R\$ 77,10	
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado:	0,65%	R\$ 70,20	
Total:		7,11%	R\$ 767,61	

Módulo 4 – Custo de reposição do profissional ausente			
Custo de reposição do profissional ausente			
Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela IN nº 7/2018).			
Submódulo 4.1: Substituto nas Ausências Legais: (Redação dada pela IN nº 7/2018).		PERCENTUAL	VALOR
A	Substituto na cobertura de Férias:	1,62%	R\$ 174,96
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais:	1,39%	R\$ 150,12
C	Substituto na cobertura de Licença-paternidade:	0,02%	R\$ 2,16
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente do trabalho:	0,33%	R\$ 35,64
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade:	0,02%	R\$ 2,16
F	Substituto na cobertura de outras ausência por doença:	0,00%	R\$ 0,00
Total:		3,38%	R\$ 365,04

Submódulo 4.2 – Substituto na Intrajornada. (Redação dada pela IN nº 7/2018).		VALOR
A	Substituto na cobertura de intervalo para repouso ou alimentação:	R\$ 0,00
Total:		R\$ 0,00

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente. (Redação dada pela IN nº 7/2018).		VALOR
4.1	Substituto nas Ausências Legais:	R\$ 365,04
4.2	Substituto na Intrajornada:	R\$ 0,00
Total:		R\$ 365,04

Módulo 05 – Insumos Diversos			
Insumos Diversos			VALOR
A	Uniformes (custo mensal por empregado):		R\$ 0,00
B	Material (custo mensal por empregado):		R\$ 0,00
C	Equipamento (custo mensal por empregado):		R\$ 0,00
D	Outros (especificar):	Anotação de Responsabilidade Técnica (ART Faixa 3 - CREA-DF / 0,5 x R\$ 96,62)	R\$ 48,31
		--	R\$ 0,00
Total de Insumos Diversos:			R\$ 48,31
Nota: Valores mensais por empregado.			

Módulo 06 – Custos Indiretos, Lucros e Tributos			
Custos Indiretos, Lucros e Tributos		PERCENTUAL	VALOR
A	Custos Indiretos / Despesas Administrativas:	4,00%	R\$ 783,90
B	Lucro:	7,00%	R\$ 1.426,70
	Tributos:	Aliquota	R\$ 2.210,60

C	Tributos Federais:	PIS:	1,65%	14,25%	R\$ 419,63
		COFINS:	7,60%		R\$ 1.932,85
		CPRB:	0,00%		R\$ 0,00
	Tributos Estaduais:	-	-		R\$ 0,00
	Tributos Municipais:	ISSQN:	5,00%		R\$ 1.271,61
Total de Custos Indireto, Lucros e Tributos:			14,25%	25,25%	R\$ 5.834,69
Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.					
Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.					

2. QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado).		VALOR
A	MÓDULO 01 – Composição da Remuneração:	R\$ 10.800,00
B	MÓDULO 02 – Encargos e benefícios anuais, mensais e diários:	R\$ 7.616,54
C	MÓDULO 03 – Provisão para rescisão:	R\$ 767,61
D	MÓDULO 04 – Custo de reposição do profissional ausente:	R\$ 365,04
E	MÓDULO 05 – Insumos diversos:	R\$ 48,31
Subtotal (A+B+C+D+E)		R\$ 19.597,51
F	MÓDULO 06 – Custos Indiretos, Lucros e Tributos:	R\$ 5.834,69
Valor total proposto por empregado:		R\$ 25.432,19

3. QUADRO RESUMO – VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS					
Tipo de serviço: (A)	Valor proposto por empregado: (B)	Empregados por posto: (C)	Valor proposta por posto: (D) = (B) x (C)	Qtde. de postos: (E)	Valor total do serviço: (F) = (D) x (E)
Engenheiro Civil	R\$ 25.432,19	01	R\$ 25.432,19	101	R\$ 2.568.651,33
Valor Mensal dos Serviços:					R\$ 2.568.651,33
Valor Anual dos Serviços:					R\$ 30.823.816,00
					Fator K
					R\$ 2,35

4. QUADRO DEMONSTRATIVO DO VALOR GLOBAL DA PROPOSTA		VALOR
A	Valor proposta do Serviço (Posto):	R\$ 25.432,19
B	Valor mensal do Serviço:	R\$ 2.568.651,33
C	Valor global da Proposta (valor mensal do serviço multiplicado pelo número do Contrato):	R\$ 2.568.651,33
Nota: Informar o valor da unidade de medida por tipo de serviço.		



**Anexo XXI - Apêndice III - Parte 4 - Grupo 1 - 4. Tabela de Atividades - Engenheiro Civil..pdf**

Relatório Tabela de Atividades

Família Ocupacional: 2142 - Engenheiros civis e afins

Áreas	Atividades			
A ELABORAR PROJETOS DE ENGENHARIA CIVIL	Planejar empreendimento	Realizar investigação de campo	Realizar levantamentos técnicos	Analisar dados primários e secundários
	1 EC	2 EC	3 EC	4 EC
	Definir metodologia de execução	Fazer estudo da viabilidade técnica, econômica e ambiental do empreendimento	Desenvolver estudos ambientais	Propor alternativas técnicas, econômicas e ambientais
	5 EC	6 EC	7 EC	8 EC
	Dimensionar elementos de projetos	Detalhar projetos	Especificar equipamentos, materiais e serviços	Elaborar cronograma físico e financeiro
	9 EC	10 EC	11 EC	12 EC
	Elaborar estudo de modelagem			
	13 EC			
B GERENCIAR OBRAS CIVIS	Selecionar mão-de-obra, equipamentos, materiais e serviços	Controlar recebimento de materiais e serviços	Controlar cronograma físico e financeiro da obra	Fiscalizar obras
	1 EC	2 EC	3 EC	4 EC
	Supervisionar segurança da obra	Supervisionar aspectos ambientais da obra	Realizar ajuste de campo	Medir serviços executados
	5 EC	6 EC	7 EC	8 EC
	Gerar projeto conforme construído (as built)			
	9 EC			
C PRESTAR CONSULTORIA, ASSISTÊNCIA E ASSESSORIA	Avaliar projetos e obras	Elaborar programas e planos	Propor soluções técnicas	Periciar projetos e obras
	1 EC	2 EC	3 EC	4 EC
	Realizar capacitação técnica			
	5 EC			
D CONTROLAR QUALIDADE DO EMPREENDIMENTO	Executar ensaios de materiais, resíduos, insumos e produto final	Verificar atendimento a normas, padrões e procedimentos	Identificar métodos e locais de instalação de instrumentos de controle de qualidade	Verificar aferição, calibração dos equipamentos
	1 EC	2 EC	3 EC	4 EC
	Analisar ensaios de materiais, resíduos e insumos	Controlar documentação técnica	Fiscalizar controle ambiental do empreendimento	Realizar auditorias
	5 EC	6 EC	7 EC	8 EC

**E COORDENAR OPERAÇÃO  
E MANUTENÇÃO DO  
EMPREENDIMENTO**

Gerenciar recursos  
técnico-financeiros  
**1** EC

Gerenciar recursos  
humanos  
**2** EC

Coordenar apoio  
logístico  
**3** EC

Gerenciar suprimento  
de materiais e serviços  
**4** EC

Avaliar dados técnicos  
e operacionais  
**5** EC

Avaliar relatórios de  
inspeção  
**6** EC

Programar inspeção  
preventiva e corretiva  
**7** EC

Programar intervenções  
no empreendimento  
**8** EC

**F ORÇAR O  
EMPREENDIMENTO**

Quantificar  
mão-de-obra,  
equipamentos,  
materiais e serviços  
**1** EC

Cotar preços e custos  
de insumos do  
empreendimento  
**2** EC

Apropriar custos  
específicos e gerais do  
empreendimento  
**3** EC

**G CONTRATAR EXECUÇÃO  
DE OBRAS E SERVIÇOS**

Estabelecer critérios  
para pré-qualificação  
de serviços e obras  
**1** EC

Preparar termo de  
referência para  
contratação de serviços  
e obras  
**2** EC

Preparar edital de  
licitação para obras e  
serviços de engenharia  
**3** EC

Preparar propostas  
técnicas para prestação  
de serviços e obras  
**4** EC

Julgar propostas  
técnicas e financeiras  
**6** EC

Administrar contratos  
**7** EC

**H PESQUISAR  
TECNOLOGIAS**

Elaborar projetos de  
pesquisa  
**1** EC

Coordenar pesquisas  
tecnológicas  
**2** EC

Ensaiai novos  
produtos, métodos,  
equipamentos e  
procedimentos  
**3** EC

Implementar novas  
tecnologias  
**4** EC

**Y COMUNICAR-SE**

Elaborar relatórios  
**1** EC

Emitir parecer técnico  
**2** EC

Elaborar laudos e  
avaliações  
**3** EC

Elaborar normas,  
procedimentos e  
especificações técnicas  
**4** EC

Divulgar tecnologias  
**5** EC

**Z DEMONSTRAR  
COMPETÊNCIAS  
PESSOAIS**

Trabalhar em equipe  
**1** EC

Demonstrar capacidade  
de negociação  
**2** EC

Demonstrar raciocínio  
lógico  
**3** EC

Demonstrar visão  
sistêmica  
**4** EC

Demonstrar raciocínio  
matemático  
**5** EC

Demonstrar criatividade  
**6** EC

Demonstrar dinamismo  
**7** EC

Demonstrar capacidade  
de liderança  
**8** EC

Demonstrar capacidade  
de decisão  
**9** EC

Demonstrar visão  
espacial  
**10** EC

Usar epi  
**11** EC

Controlar situações  
adversas  
**12** EC

**Legenda das ocupações da família**

EC - ENGENHEIRO CIVIL

**Anexo XXII - Apêndice III - Parte 18 - Grupo 3 - 2.  
Planilha de formação de custo dos serviços de diária  
e deslocamento - Sup. Adm - Nível I..pdf**

ESTIMATIVA DE CUSTO TOTAL POR ANO REFERENTE À DIÁRIA E DESLOCAMENTO

UNIDADES	PROFISSIONAL	QUANTIDADE DE POSTOS
MD/MAPA/CENSIPAM	SUPERVISOR ADMINISTRATIVO - NÍVEL I	85

ESTIMATIVA DE CUSTO TOTAL POR ANO REFERENTE À DIÁRIA						
Tipo de Despesa		Unidade	Valor estimado para cada unidade (R\$)	Quantidade total de unidade estimada/Ano	Porcentagem	Valor total estimado por ano
Diária		Pernoite	R\$ 381,14	2550	-	R\$ 971.907,00
A	Custos Indiretos / Despesas Administrativas				0%	R\$ -
B	Lucro				0%	R\$ -
C	Tributos:			Alíquota:		R\$ -
	Tributos Federais:		PIS:	1,65%	14,25%	R\$ 18.701,42
			COFINS:	7,60%		R\$ 86.139,86
			CPRB:	0,00%		R\$ -
	Tributos Estaduais:		-			R\$ -
	Tributos Municipais:		ISSQN:	5%		
Total dos Tributos:				14,25%	14,25%	R\$ 161.512,24
Valor Total Anual do Serviço:						R\$ 1.133.419,24

ESTIMATIVA DE CUSTO TOTAL POR ANO REFERENTE À <u>DESLOCAMENTO</u>							
Tipo de Despesa		Unidade	Valor estimado para cada unidade (R\$)	Quantidade total de unidade estimada/Ano		Porcentagem	Valor total estimado por ano
Deslocamento		Trecho	R\$ 3.070,70	1020		-	R\$ 3.132.114,00
A	Custos Indiretos / Despesas Administrativas					1%	R\$ 31.321,14
B	Lucro					1%	R\$ 31.634,35
C	Tributos:			Alíquota:		R\$	62.955,49
	Tributos Federais:		PIS:	1,65%	14,25%	R\$	61.479,47
			COFINS:	7,60%		R\$	283.178,17
			CPRB:	0,00%		R\$	-
	Tributos Estaduais:		-			R\$	-
	Tributos Municipais:		ISSQN:	5%		R\$	186.301,43
	Total dos Tributos:			14,25%	16,25%	R\$	530.959,07
Valor Total Anual do Serviço:						R\$	3.726.028,56

RESUMO DA PROPOSTA REFERENTE À <u>DIÁRIA</u>		
Valor unitário com impostos	Valor mensal com impostos	Valor total com impostos
R\$ 444,48	R\$ 94.451,60	R\$ 1.133.419,24

RESUMO DA PROPOSTA REFERENTE À <u>DESLOCAMENTO</u>		
Valor unitário com impostos	Valor mensal com impostos	Valor total com impostos
R\$ 3.652,97	R\$ 310.502,38	R\$ 3.726.028,56

**Anexo XXIII - Apêndice III - Parte 20 - Grupo 3 - 4.  
Tabela de Atividades Supervisor Administrativo..pdf**

# Relatório Tabela de Atividades

## Família Ocupacional: 4101 - Supervisores administrativos

Áreas	Atividades			
<b>A SUPERVISIONAR ROTINAS ADMINISTRATIVAS</b>	Distribuir serviços	Delegar funções	Criar rotinas administrativas	Implantar rotinas administrativas
	1 SA	2 SA	3 SA	4 SA
	Implementar rotinas administrativas	Orientar a execução das rotinas administrativas	Orientar cumprimento de normas e ordens de serviço	Analisar o funcionamento das rotinas administrativas
	5 SA	6 SA	7 SA	8 SA
	Supervisionar cronogramas	Propor medidas de simplificação e melhorias das rotinas administrativas		
	9 SA	10 SA		
<b>B COORDENAR SERVIÇOS GERAIS</b>	Coordenar serviço de malote	Coordenar serviço de mensageiro	Coordenar serviço de cartório	Coordenar serviço de transporte
	1 SA	2 SA	3 SA	4 SA
	Coordenar serviços de manutenção de máquinas, equipamentos, mobiliário e instalações	Controlar ligações telefônicas	Coordenar serviços terceirizados	Coordenar serviço de limpeza
	5 SA	6 SA	7 SA	8 SA
	Supervisionar serviço de segurança patrimonial	Coordenar serviço de fotocópia		
	9 SA	10 SA		
<b>C ORGANIZAR DOCUMENTOS E CORRESPONDÊNCIA</b>	Receber documentos e correspondência	Analisar documentos e correspondência	Classificar documentos e correspondência	Registrar documentos e correspondência
	1 SA	2 SA	3 SA	4 SA
	Conferir documentos e correspondência	Encaminhar documentos e correspondências	Organizar arquivos	
	5 SA	6 SA	7 SA	
<b>D ADMINISTRAR BENS PATRIMONIAIS E MATERIAL DE CONSUMO</b>	Verificar estoque de material de consumo	Solicitar compra de material de consumo	Selecionar fornecedores	Pesquisar preços
	1 SA	2 SA	3 SA	4 SA
	Comprar material de consumo e suprimentos	Requisitar compra de material de consumo	Conferir material de consumo	Armazenar material de consumo
	5 SA	6 SA	7 SA	8 SA
	Distribuir material de consumo	Vistoriar bens patrimoniais	Comprar bens patrimoniais	
	9 SA	10 SA	11 SA	

**E GERENCIAR EQUIPE**

Requisitar pessoal	Selecionar pessoal	Treinar equipe	Definir escala de trabalho
1 SA	2 SA	3 SA	4 SA
Gerenciar escala de trabalho	Avaliar desempenho da equipe	Remanejar pessoal	Apurar frequência ao trabalho
5 SA	6 SA	7 SA	8 SA
Gerenciar benefícios	Gerenciar segurança do trabalho		
9 SA	10 SA		

**F MANTER ROTINAS FINANCEIRAS**

Controlar fundo fixo (pequeno caixa)	Controlar verbas	Pedir autorização de pagamento	Controlar contas a pagar
1 SA	2 SA	3 SA	4 SA
Controlar fluxo de caixa	Emitir notas fiscais e recibos	Controlar contas a receber	Conferir notas fiscais
5 SA	6 SA	7 SA	8 SA
Reembolsar despesas	Acertar contas de adiantamento	Preparar balancete	Prestar contas
9 SA	10 SA	11 SA	12 SA
Controlar conta bancária	Conciliar contas	Recolher impostos	
13 SA	14 SA	15 SA	

**G COMUNICAR-SE**

Triar informações	Divulgar informações	Esclarecer dúvidas	Intermediar equipes
1 SA	2 SA	3 SA	4 SA
Elaborar comunicados	Elaborar documentos	Elaborar relatórios	Elaborar correspondência
5 SA	6 SA	7 SA	8 SA
Preencher formulários	Redigir contratos	Instruir processos	
9 SA	10 SA	11 SA	

**Z DEMONSTRAR COMPETÊNCIAS PESSOAIS**

Demonstrar organização	Trabalhar em equipe	Contornar situações adversas	Demonstrar liderança
1 SA	2 SA	3 SA	4 SA
Demonstrar responsabilidade	Demonstrar iniciativa	Demonstrar discernimento	Demonstrar flexibilidade
5 SA	6 SA	7 SA	8 SA
Demonstrar honestidade	Operar recursos de informática	Demonstrar fluência verbal e escrita	Dominar legislação
9 SA	10 SA	11 SA	12 SA

**Legenda das ocupações da família**

SA - SUPERVISOR ADMINISTRATIVO



**Anexo XXIV - Apêndice V - Instrumento de Medição de  
Resultado - IMR.pdf**



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETARIA-GERAL - SG**

**ANEXO V – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR**

**ASSUNTO:** Prestação de serviços continuados de Engenheiro Civil, Engenheiro Mecânico, Supervisor Administrativo – Nível Médio e Supervisor Administrativo Técnico Especializado – Nível Superior, sob o regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

**REFERÊNCIA:** \_\_\_\_/202\_ **Processo Pagamento nº:** \_\_\_\_\_

**1. INFORMAÇÕES GERAIS**

1.1. Este documento apresenta os critérios de avaliação da qualidade dos serviços, identificando indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.

1.2. O Instrumento de Medição de Resultado – IMR é o ajuste escrito anexo ao contrato entre o provedor de serviços e o Órgão CONTRATANTE, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento, conforme previsto no ANEXO VIII-B, da IN nº 05/2017 para a avaliação da qualidade do serviço. A Fiscalização Técnica do contrato deve avaliar constantemente a execução do objeto e, se for o caso, poderá utilizar o Instrumento de Medição de Resultado – IMR, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, e a aplicação de sanções contratuais cabíveis, sempre que:

1.2.1. Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; e

1.2.2. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**2. OBJETIVOS A ATINGIR**

2.1. A prestação dos serviços em elevados níveis de qualidade.

2.2. A utilização do Instrumento de Medição de Resultado – IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços, cujo principal objetivo é assegurar a prestação dos serviços, no qual a CONTRATADA deverá executá-los conforme rotinas previstas nas especificações contidas no Contrato e no Termo de Referência, de forma contínua e com níveis de qualidade aceitáveis, sob a supervisão da Equipe de Fiscalização instituída em Portaria, identificando eventuais falhas ou outras situações que possam influenciar a medição de resultados na prestação do serviço.

### 3. FORMA DE AVALIAÇÃO

3.1. Definição de situações que caracterizem o não atingimento do objetivo, e atribuição de descontos no valor do pagamento devido.

3.2. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados.

3.3. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

3.4. **A aferição dos serviços** será realizada sempre **até o 5º (quinto) dia do mês subsequente** ao da prestação dos serviços, sob a responsabilidade do fiscal técnico do contrato, informando a contratada o resultado da avaliação mensal do serviço.

3.5. O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

3.6. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

### 4. DA NOTIFICAÇÃO

4.1. Verificando a existência de irregularidades na prestação dos serviços, o Fiscal do Contrato notificará o preposto da CONTRATADA para que esta solucione o problema ou preste os devidos esclarecimentos.

4.2. A notificação quanto à existência de irregularidades na prestação dos serviços do Contrato poderá ser verbal ou por escrito, a depender da gravidade da situação ou da reincidência do fato, devendo a irregularidade ser disposta no livro de ocorrências.

4.3. Constatando irregularidade passível de notificação por escrito, o Fiscal do Contrato preencherá Termo de Notificação, relatando a ocorrência, seu grau de pontuação, o dia e a hora do acontecido.

4.4. O Termo de Notificação será imediatamente apresentado ao preposto da CONTRATADA, o qual, constatando a ocorrência, deverá atestar de pronto seu "visto" no documento, que ficará sob a guarda do Fiscal de Contrato.

4.5. Havendo divergência quanto à veracidade dos fatos, deverá o preposto da CONTRATADA apresentar suas razões por meio de documento formal.

## 5. SANÇÕES

5.1. Embora a aplicação de índices de desconto seja instrumento de gestão contratual, não configurando sanção, a CONTRATANTE poderá, pela qualidade insuficiente, aplicar as penalidades previstas em Contrato.

5.2. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

5.3. O Instrumento de Medição de Resultado – IMR deve ser considerado e entendido pela CONTRATADA como um compromisso de qualidade que assumirá junto à CONTRATANTE. O Instrumento de Medição de Resultado – IMR é um instrumento ágil e com o objetivo de avaliação da qualidade da execução contratual, associando o pagamento à qualidade efetivamente obtida. Para o recebimento integral do valor contratado, a empresa CONTRATADA deverá cumprir com suas obrigações contratuais, em especial as dispostas nos indicadores de desempenho.

5.4. A análise dos resultados destas avaliações pela CONTRATANTE poderá resultar em penalidades, conforme prevê o Processo de Aferição, caso a CONTRATADA não cumpra com os seus compromissos de apresentação, pontualidade, disponibilidade e de prestação do objeto contratual, conforme estabelecido pelos indicadores.

5.5. Para o recebimento integral do valor contratado, a empresa contratada deverá cumprir com suas obrigações contratuais, em especial as dispostas nos indicadores de desempenho.

5.6. O IMR será implementado a partir da primeira medição da data de assinatura do contrato, cabendo ao Fiscal Técnico do contrato avaliar mensalmente a execução dos serviços prestados.

5.7. Durante a execução contratual poderão ser adotados novos Instrumentos de Medição de Resultado, sendo possível, entretanto, a alteração ou a renegociação dos IMR pré-estabelecidos no Termo de Referência – TR, desde que esteja prevista no Edital e no Contrato ou instrumento equivalente, tecnicamente justificada, não implique acréscimo ou redução do valor contratual do serviço além dos limites de 25% permitidos pelo art. 125, da Lei nº 14,133/21, e não configure descaracterização do objeto licitado, em atenção ao Acórdão nº 717/2010-Plenário, TC-009.511/2009-6, rel. Min-Subst. Augusto Sherman Cavalcanti, 07.04.2010.

## **6. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

6.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

6.1.1. A medição da qualidade dos serviços prestados pela Contratada será feita por meio de pontuação, cujo resultado definirá o valor mensal a ser pago no período avaliado.

6.1.2. A contratante poderá alterar os procedimentos de metodologia de avaliação durante a execução contratual sempre que o novo sistema se mostrar mais eficiente que o anterior e não houver prejuízos para a Contratada.

6.1.3. A cada ocorrência verificada entre os indicadores 1, 2 e 3 será retirado 1 (um) ponto na avaliação dos serviços. A cada ocorrência verificada no indicador 4 será retirado 5 (cinco) pontos na avaliação dos serviços.

6.1.4. A aplicação dos critérios de averiguação da qualidade resultará em uma pontuação final, o qual o resultado será 200 (duzentos) pontos subtraídos pela pontuação obtida das ocorrências dos indicadores.

6.2. As tabelas abaixo apresentam os indicadores, as metas, os critérios e os mecanismos de cálculo da pontuação.

<b>AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS</b>	
<b>1º - Indicador: DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS</b>	
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>
<b>Finalidade</b>	Garantir um atendimento célere às demandas do Órgão, bem como a operacionalização, qualidade e desenvolvimento de todas as atividades necessárias para o efetivo cumprimento dos serviços, conforme Termo de Referência, não suspendendo ou interrompendo, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados.
<b>Meta a cumprir</b>	Cumprir com todos os serviços solicitados previstos no Termo de Referência.
<b>Instrumento de medição</b>	Sistema Informatizado para verificação do resultado. Sistema informatizado de solicitação de serviços – Ordem de Serviços – OS – eletrônica. Conferência local e documental.
<b>Forma de acompanhamento</b>	Pelo sistema. Visual: Pelos fiscais técnico e setoriais.
<b>Periodicidade</b>	Diária - Avaliação Mensal.
<b>Mecanismo de cálculo</b>	Quantidade de OCORRÊNCIAS durante o período mensal: Registro no livro de ocorrências; Registro de correção das falhas apontadas; e Registro do não cumprimento das ocorrências dentro do prazo estipulado. Obs.: Serão verificadas as avaliações e ocorrências, para verificação de possíveis descontos conforme tabela.
<b>Início de Vigência</b>	Data da assinatura do Contrato.
<b>Faixas de ajuste no pagamento</b>	Sem ocorrências: 0 pontos; 1 Ocorrência: - 1 ponto; 2 Ocorrências: - 2 pontos; 3 Ocorrências: - 3 pontos; 4 Ocorrências: - 4 pontos; e 5 Ocorrências: - 5 pontos.
<b>Sanções</b>	20% das OS acima de 2 - multa. 30% das OS acima de 2 - multa + rescisão contratual.
<b>Observações</b>	

<b>AValiação da Qualidade dos Serviços</b>	
<b>2º - Indicador: DOS COLABORADORES</b>	
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>
<b>Finalidade</b>	Garantir um atendimento célere às demandas do Órgão em que os colaboradores possuem capacitação e condições de operacionalizar suas atividades e outras obrigações descritas Termo de Referência ligadas à mão de obra e cumpram as normas ou recomendações preconizadas no Ministério da Defesa.
<b>Meta a cumprir</b>	Qualificação profissional dos colaboradores alocados.
<b>Instrumento de medição</b>	Sistema Informatizado para verificação do resultado. Sistema informatizado de solicitação de serviços – Ordem de Serviços – OS – eletrônica. Conferência local e documental.
<b>Forma de acompanhamento</b>	Pelo sistema. Visual: Pelos fiscais técnico e setoriais.
<b>Periodicidade</b>	Diária - Levantamento mensal.
<b>Mecanismo de cálculo</b>	Quantidade de OCORRÊNCIAS durante o período mensal: Registro no livro de ocorrências; Registro de correção das falhas apontadas; e Registro do não cumprimento das ocorrências dentro do prazo estipulado. Obs.: Serão verificadas as avaliações e ocorrências, para verificação de possíveis descontos conforme tabela.
<b>Início de vigência</b>	Data da assinatura do Contrato.
<b>Faixas de pontuação</b>	Sem ocorrências: 0 pontos; 1 Ocorrência: -1 ponto; 2 Ocorrências: -2 pontos; 3 Ocorrências: -3 pontos; 4 Ocorrências: -4 pontos; e 5 Ocorrências: -5 pontos.
<b>Sanções</b>	20% das OS acima de 2 - multa. 30% das OS acima de 2 - multa + rescisão contratual.
<b>Observações</b>	

<b>AValiação da Qualidade dos Serviços</b>	
<b>3º - Indicador: REPOSIÇÃO DE COLABORADOR AUSENTE – COBERTURA</b>	
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>
<b>Finalidade</b>	Garantir um atendimento célere às demandas do Órgão em que a empresa registre e controle diariamente a assiduidade e pontualidade dos colaboradores. Garantir a reposição de colaboradores ausentes por motivo de férias, demissões, licenças, remanejamentos ou situações análogas. Garantir a substituição de colaborador que se conduza de modo inconveniente, não atenda às necessidades ou faltoso.
<b>Meta a cumprir</b>	Todos os postos de serviços preenchidos. Cobrir todas as ausências, não tendo posto vago.
<b>Instrumento de medição</b>	Sistema Informatizado para verificação e controle de frequência dos colaboradores – Ponto Eletrônico.
<b>Forma de acompanhamento</b>	Pelo sistema. Visual: Pelos fiscais técnico e setoriais. Documental: Pelos fiscais técnicos e administrativos.
<b>Periodicidade</b>	Diária - Levantamento mensal.
<b>Mecanismo de cálculo</b>	Quantidade de OCORRÊNCIAS durante o período mensal: Registro no livro de ocorrências; Registro de correção das falhas apontadas; e Registro do não cumprimento das ocorrências dentro do prazo estipulado. Obs.: Serão verificadas as avaliações e ocorrências, para verificação de possíveis descontos conforme tabela.
<b>Início de vigência</b>	Data da assinatura do Contrato.
<b>Faixas de pontuação</b>	Sem ocorrências: 0 pontos; 1 Ocorrência: -1 ponto; 2 Ocorrências: -2 pontos; 3 Ocorrências: -3 pontos; 4 Ocorrências: -4 pontos; e 5 Ocorrências: -5 pontos.
<b>Sanções</b>	20% das OS acima de 2 - multa. 30% das OS acima de 2 - multa + rescisão contratual.
<b>Observações</b>	Serão verificadas as avaliações e ocorrências, para verificação de possíveis descontos conforme tabela. Cinco horas de atraso na reposição do colaborador ausente equivale a uma ocorrência. A reincidência de atraso na reposição de colaborador ausente, no mesmo posto, dentro de 30 dias da ocorrência anterior equivale a 4 ocorrências. A não reposição de colaborador equivale a 5 ocorrências.



<b>AValiação da Qualidade dos Serviços</b>	
<b>4º - Indicador: DO PAGAMENTO DE SALÁRIO E OUTROS</b>	
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>
<b>Finalidade</b>	Garantir um atendimento célere às demandas do Órgão e mitigar ocorrências de atrasos de pagamento decorrentes das obrigações trabalhistas.
<b>Meta a cumprir</b>	Nenhuma ocorrência no mês.
<b>Instrumento de medição</b>	Sistema Informatizado para verificação do resultado. Contracheques, extratos do FGTS e INSS, extratos do auxílio alimentação e transporte, extratos bancários.
<b>Forma de acompanhamento</b>	Pelo sistema. Visual: Pelos fiscais técnico e setoriais. Documental: Pelos fiscais técnicos e administrativos.
<b>Periodicidade</b>	Levantamento mensal.
<b>Mecanismo de cálculo</b>	Uma ocorrência a cada atraso 3 (três) ocorrências na falta de pagamentos dos seguintes itens: Salário base; FGTS; INSS; Auxílio Alimentação; e Auxílio Transporte.
<b>Início de vigência</b>	Data da assinatura do Contrato.
<b>Faixas de pontuação</b>	Sem ocorrências: 0 pontos; 1 Ocorrência: -5 ponto; 2 Ocorrências: -10 pontos; 3 Ocorrências: -15 pontos; 4 Ocorrências: -20 pontos; e 5 ocorrências: -25 pontos.
<b>Sanções</b>	20% das OS acima de 2 - multa. 30% das OS acima de 2 - multa + rescisão contratual.
<b>Observações</b>	

<b>AValiação da Qualidade dos Serviços</b>	
<b>5º - Indicador: CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES</b>	
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>
<b>Finalidade</b>	Garantir um atendimento célere às demandas do Órgão dentro dos parâmetros e rotinas preconizada diária, semanal, mensal e anual, de acordo com a ocorrência e as informações estão sendo disponibilizadas aos fiscais.
<b>Meta a cumprir</b>	Todos os postos cumprindo com a carga horária conforme CCT.
<b>Instrumento de medição</b>	Sistema Informatizado para verificação do resultado. Conferência local e documental.
<b>Forma de acompanhamento</b>	Pelo sistema. Visual: Pelos fiscais técnico e setoriais. Documental: Pelos fiscais técnicos e administrativos. Preposto.
<b>Periodicidade</b>	Levantamento diário.
<b>Mecanismo de cálculo</b>	Quantidade de OCORRÊNCIAS durante o período mensal: Registro no livro de ocorrências; Registro de correção das falhas apontadas; e Registro do não cumprimento das ocorrências dentro do prazo estipulado. Obs.: Serão verificadas as avaliações e ocorrências, para verificação de possíveis descontos conforme tabela.
<b>Início de vigência</b>	Data da assinatura do Contrato.
<b>Faixas de pontuação</b>	Sem ocorrências: 0 pontos; 1 Ocorrência: -1 ponto; 2 Ocorrências: -2 pontos; 3 Ocorrências: -3 pontos; 4 Ocorrências: -4 pontos; e 5 ocorrências: -5 pontos.
<b>Sanções</b>	20% das OS acima de 2 - multa. 30% das OS acima de 2 - multa + rescisão contratual.
<b>Observações</b>	

**7. AVALIAÇÃO MENSAL**

INDICADOR	01	02	03	04	05
NÚMERO DE OCORRÊNCIAS					
VALOR DOS PONTOS PERDIDOS					
TOTAL DE PONTOS PERDIDOS					

**8. DOSIMETRIA DE IMR PARA AJUSTE DA NOTA FISCAL DO MÊS**

PERCENTUAL DE ACEITAÇÃO	GLOSA NA NOTA
100% da avaliação (200 pontos)	100% DO VALOR DA NOTA FISCAL
95% da avaliação (190 pontos)	
90% da avaliação (180 pontos)	
85% da avaliação (170 pontos)	
80% da avaliação (160 pontos)	
75% da avaliação (150 pontos)	= 90% DO VALOR DA NOTA FISCAL
70% da avaliação (140 pontos)	
65% da avaliação (130 pontos)	
60% da avaliação (120 pontos)	
55% da avaliação (110 pontos)	= 80% DO VALOR DA NOTA FISCAL
50% da avaliação (100 pontos)	
- Em caso de permanecer por 2 meses consecutivos o percentual de 80%, caberá a contratante avaliar rescisão e ou prorrogação do contrato.	

## 9. CHECK-LIST

<b>Empresa:</b>		<b>Mês:</b>		
<b>Serviços a Realizar:</b> Descrição conforme o TR e as Especificações Técnicas quando existirem		<b>Adequação – Expectativa da Administração</b>		
ITEM	DESCRIÇÃO	ADEQUADO	INADEQUADO	NÃO SE APLICA
1	A CONTRATADA cumpriu com todos os serviços solicitados, bem como as operacionalização, qualidade e desenvolvimento de todas as atividades previstos no Termo de Referência e seus Anexos, realizando o atendimento célere às demandas do Órgão.			
2	Qualificação dos profissionais dos colaboradores alocados (verificação se os funcionários são qualificados e exercem as atividades específicas da função, conforme descrição do Termo de Referência e seu demais anexos, quando houver).			
3	Preenchimento e/ou reposição de todos os postos de serviços, incluindo disponibilidade de cobertura quando ocorrer ausências no posto.			
4	A CONTRATADA garantiu o atendimento célere às demandas do Órgão e mitigou ocorrências de atrasos de pagamento decorrentes das obrigações trabalhistas.			
5	Os colaboradores cumprem a carga horária (jornada de trabalho) prevista para a profissão conforme a Convenção Coletiva de Trabalho – CCT.			
6	Comunicar imediatamente à Administração, bem como ao Preposto, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.			
7	Visita técnica para estabelecer cronograma de trabalho.			
8	Inspeção visual da instalação e dos equipamentos.			
9	A empresa seguiu a sequência determinada em norma técnicas da ABNT, quando houver.			
10	Proposta de melhorias corretivas.			
11	Emissão da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica).			
	Os colaboradores executam as atividades, descrições, características e exigências seguindo as diretrizes do Código Brasileiro de Ocupação – CBO em conformidade com a ocupação profissional que ocupa.			
12	Da saúde e segurança do trabalhados.			
13	As Ordens de Serviço – OS referente aos deslocamentos (passagens aéreas) e diárias (alimentação e estadia) seguem os parâmetros estabelecidos no Termo de Referência e seus Anexos.			
14	Os colaboradores seguem as diretrizes do Órgão, quanto a segurança institucional e a LGPD.			
15	Os colaboradores cumprem as exigências do Órgão, quanto as vedações.			

16	Os serviços são prestados na sede da CONTRATANTE e nos locais pré-determinados na área de atuação do programa.			
17	As rotinas a serem cumpridas não ocorrem em irregularidades na terceirização e não ferem as legislações previstas que envolvem a contratação, observando o que prescreve o Decreto nº 9.507/2018 e Portaria nº 443/2018.			
18	A execução dos serviços atendem as expectativas, exigências e adequações constantes no Contrato.			
<b>TOTAIS:</b>				

**NOME DO FISCAL TÉCNICO**  
Fiscal Técnico do Contrato Nº XXX/XXXX-XX

De Acordo.

**NOME DO GESTOR**  
Gestor do Contrato Nº XXX/XXXX-XX

Registro ciência da avaliação realizada.

**NOME DO PREPOSTO DA EMPRESA**  
Preposto da Empresa XXXX

**Anexo XXV - Apêndice VII - Ordem de Serviço.pdf**



MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETARIA-GERAL - SG

**ANEXO VII – ORDEM DE SERVIÇO**

IDENTIFICAÇÃO DO PEDIDO	
Nº OS:	Unidade requisitante:
Data de emissão: / /	Serviço:
Contrato nº: /	Processo nº:

IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATADA			
Razão social:		CNPJ:	
Endereço:			
Código discagem	Telefone:	Fax:	E-mail:
-	-	-	-

DEFINIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS					
Nº	Serviço	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Global
				R\$	R\$
				R\$	R\$
				R\$	R\$
				R\$	R\$
Total					

ESTIMATIVA DA QUANTIDADE DE HORAS DEMANDADAS/ REMUNERAÇÃO POR HORAS					
Nº	Serviço	Metodologia	Quantidade de horas	Valor Unitário	Valor Global
				R\$	R\$
				R\$	R\$
				R\$	R\$
				R\$	R\$
Total					

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS	
-	-
-	-
-	-
-	-

DEMAIS DETALHAMENTOS			
LOCAL DE REALIZAÇÃO			
Nº do item	Quantidade	Endereço	Data a ser executado
-	-	-	-
-	-	-	-
-	-	-	-
-	-	-	-

RECURSOS FINANCEIROS	
Os recursos financeiros necessários ao pagamento desta <b>Ordem de Serviço</b> serão originários da classificação funcional programática abaixo especificada:	
<b>Unidade Orçamentária:</b>	
<b>Função Programática:</b>	
<b>Projeto de Atividade:</b>	
<b>Elemento de Despesa:</b>	
<b>Fonte de Recurso:</b>	
<b>Saldo Orçamentário:</b>	

IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS	
Local, data	Local, data
Responsável pela solicitação do serviço	Responsável pela avaliação do serviço



**Anexo XXVI - Apêndice IX - Termo de  
Confidencialidade.pdf**



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETARIA-GERAL – SG**

**ANEXO IX – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**

A \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o Sr.(a.) \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pelo(a) \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, declara que, para fins da execução do contrato nº \_\_\_\_\_, comprometemo-nos a manter em sigilo, ou seja, não revelar ou divulgar as informações confidenciais ou de caráter não público recebidas durante e após a prestação dos serviços nas instalações do Ministério da Defesa – MD, tais como: Informações técnicas, operacionais, administrativas, econômicas, financeiras e quaisquer outras informações, escritas ou verbais, fornecidas ou que venham a ser de nosso conhecimento, sobre os serviços licitados, ou que a eles se referem e ainda respeitar as normas de segurança vigentes. A violação dos termos deste instrumento resultará na aplicação das penalidades cabíveis ao infrator, cíveis e criminais, nos termos da lei, obrigando-lhe, ainda, a isentar e/ou indenizar o Ministério da Defesa – MD de todo e qualquer dano, perda, prejuízo ou responsabilidade, em virtude de demandas, ações, danos, perdas, custas e despesas que porventura venha a sofrer como resultado da violação do disposto neste instrumento.

(Cidade-UF), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Assinatura:

\_\_\_\_\_  
Nome completo  
Identidade:

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
Nome completo  
Identidade:

\_\_\_\_\_  
Nome completo  
Identidade:

**Anexo XXVII - Apêndice XIV - Parte IV - Relatório de  
Avaliação Mensal.pdf**



MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETARIA GERAL  
DEPARTAMENTO DO PROGRAMA CALHA NORTE

**RELATÓRIO Nº 6/CAADE/DPCN/SG**

**DATA:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**ASSUNTO:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO: Serviço de natureza continuada de [xxxxxxxxxxxxxx].

1. **ORIGEM**

1.1. Processo nº 60414.001285/2022-80

2. **REFERÊNCIA**

2.1. [Processo de Pagamento]

3. **FINALIDADE**

3.1. Avaliar a qualidade dos serviços prestados, com vistas a subsidiar o Índice de Medição de Resultados (IMR) do Contrato nº [xxxxxx].

4. **ANEXOS**

[XXXX]

5. **COMPETÊNCIAS AVALIADAS**

5.1. **Qualidade do Trabalho:** Considera a qualidade do trabalho tendo em vista o que seria desejável para maior perfeição e ordenação do trabalho desenvolvido.

5.2. **Criatividade:** Considera a capacidade de sugerir, desenvolver ou executar novas soluções, modificações e/ou inovações.

5.3. **Conhecimentos técnicos:** Considera a capacidade em aplicar seus conhecimentos teóricos e práticos no desenvolvimento das atividades programadas.

5.4. **Interesse:** Considera a participação ativa com empenho para desenvolvimento das tarefas e disposição para aprender.

5.5. **Postura profissional:** Considera a atitude referente à ocupação especializada em que o estudante trabalha.

5.6. **Iniciativa:** Considera a predisposição para desenvolver as atividades sem prévia orientação e/ou dependência de outros.

5.7. **Produtividade:** Considera a rapidez, qualidade, precisão com que executa um volume de atividades cumpridas dentro de um padrão de qualidade.

5.8. **Objetividade:** Considera a escolha adequada para atingir determinada meta, dentro de várias possibilidades.

5.9. **Organização:** Considera a capacidade de racionalizar, organizar o material utilizado e o local de trabalho.

5.10. **Facilidade de compreensão:** Considera a rapidez e facilidade em entender, interpretar e colocar em prática instruções e informações.

- 5.11. **Assiduidade:** Considera o comparecimento e pontualidade ao expediente de trabalho.
- 5.12. **Disciplina:** Considera a facilidade em aceitar e seguir instruções de superiores e acatar regulamentos e normas.
- 5.13. **Liderança:** Considera a capacidade de influenciar no relacionamento do grupo quanto ao desempenho, sistematização e cumprimento dos objetivos do DPCN.
- 5.14. **Cooperação:** Considera o auxílio que presta aos colegas, a contribuição para alcance de um objetivo comum e a maneira de acatar as determinações.
- 5.15. **Relacionamento:** Considera a capacidade de se integrar com os colegas e ao ambiente de trabalho.
- 5.16. **Responsabilidade:** Considera o zelo pela documentação, uso de equipamentos e materiais, além do cumprimento de tarefas.

6. **AValiação dos Postos de Serviço**

Nº DO POSTO	SETOR LOTADO	MÉDIA DE AVALIAÇÃO
01		
02		
03		
04		
05		
....		
<b>MÉDIA TOTAL</b>		

MÉDIA DE AVALIAÇÃO	CONCEITO
1 até 2,99	Não Satisfatório
3 até 5	Satisfatório

- 6.1. Para cada posto com conceito não satisfatório, será considerada 1 (uma) ocorrência no Indicador 1 (um) do IMR.
- 6.2. Caso a Média Total esteja abaixo do conceito satisfatório, será considerada 2 (duas ocorrências) no Indicador 2 (dois) do IMR.

7. **CONCLUSÃO**

- 7.1. Do exposto, levando em conta as avaliações realizadas, avalio que os serviços prestados pela Empresa [xxxxxxx], no âmbito do Contrato nº [xxxxxxx], cumpriram satisfatoriamente com os resultados esperados pela administração do DPCN.

Brasília, na data de assinatura.

**ELABORADO POR:**

[Nome]  
[Fiscal Técnico}

**CONFERE:**

[Nome]  
[Gestor do Contrato]

**APROVADO:**

[Autoridade]  
[Cargo]

**Anexo XXVIII - Apêndice XVI - ETP CENSIPAM n\_ 80-  
2023.pdf**

# Estudo Técnico Preliminar 80/2023

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 60090.000627/2023-25

## 2. Descrição da necessidade

2.1. Este documento apresenta os Estudos Técnicos Preliminares – ETP's que tem por objetivo identificar e analisar os meios inexoráveis para melhor atendimento das necessidades do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam e dos Centros Regionais de Manaus, Porto Velho e Belém (CR-MN, CR-PV e CR-BE), visando atendimento ao mais eficaz e efetivo planejamento preliminar de uma contratação, baseando-se essencialmente pela segurança jurídica da contratação, como também assegurar a viabilidade técnica e econômica da mesma, e por fim concluir com argumentos objetivos o embasamento do Termo de Referência, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, da Instrução Normativa CGNOR nº 81/2022, da Instrução Normativa SLTI/MPDG/SG nº 5/2017 e demais legislações pertinentes ao assunto.

2.2. A presente contratação de pessoa jurídica para o fornecimento sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra terceirizada se dá pela necessidade de garantir assistência técnica e atender as essencialidades do Censipam e Centros Regionais, permitindo atender as várias ações planejadas por este Órgão, buscando o cumprimento das atividades de apoio e acompanhamento, realizar pesquisa de produtos e serviços no mercado, bem como de dados estatísticos, sob supervisão; elaboração de relatórios sobre processos administrativos, quanto a assuntos afetos às atribuições do respectivo setor, desde que não envolvam informações restritas ou sigilosas, pesquisar doutrinas, jurisprudências e legislações dentro da sua área de atuação; integrar equipes de apoio à contratação, auxiliando a Comissão de Licitação em suas atividades, podendo elaborar a minuta de documentos referentes às licitações (ETP, Termo de Referência, Edital, entre outros) e atuar na qualidade das atividades/artefatos ligados à licitação, sob supervisão de um agente público; elaborar minutas de documentos, tais como e-mails, ofícios, planilhas, quadros, relatórios, tabelas, pareceres, laudos e estudos técnicos, sem caráter decisório; elaborar e analisar planilhas de custos; acompanhar e auxiliar na implantação de normativos afetos às atividades do Órgão, sob supervisão de um agente público; auxiliar na fiscalização dos contratos administrativos; atividades de transferências voluntárias (convênios, contratos de repasse e outros instrumentos congêneres); auxiliando no suporte às atividades auxiliares, acessórias, instrumentais do Censipam e dos Centros Regionais relativas a convênios, contratos de repasse, termos de execução descentralizada e demais transferências voluntárias.

2.3. Essa contratação se faz necessária devido à falta de capacidade técnica e operacional interna para atender a demanda inerentes a execução dessas atividades. O Órgão não possui em seu quadro de pessoal e nem previsão para a realização de concursos para essas áreas específicas e enfrenta a escassez de pessoal para atividades elencadas em seu quadro, o que pode impactar negativamente o desempenho, a qualidade, a eficiência e a eficácia dos serviços prestados à sociedade e a proteção da Amazônia, assim como na gestão das transferências voluntárias de responsabilidade do Órgão. É imprescindível solucionar essa questão para garantir um funcionamento adequado e satisfatório das atividades.

2.4. A contratação desses serviços é, assim, essencial para garantir o bom funcionamento das atividades do Censipam. A execução por meio da terceirização de serviço ocorre pela tempestividade, conveniência e economia. Além disso, é importante mencionar que a Administração Pública não possui atualmente capacidade técnica e operacional para realizar todas as atividades necessárias internamente. A escolha de contratar esses serviços visa não apenas garantir uma melhor qualidade, mas também reduzir os riscos da ineficiência dos serviços prestados à sociedade, tendo como objetivo promover o aprimoramento qualitativo das atividades desempenhadas. Cabe salientar que o Censipam está localizado no Distrito Federal e nos Estados do Amazonas, Pará e Rondônia.

2.5. A motivação para contratar surge para atender às necessidades específicas do Censipam e dos Centros Regionais em cada uma de suas unidades que necessite dos serviços de apoio administrativo e bem como, serviços técnicos especializados para o desenvolvimento de suas atividades. Nesse contexto, a administração visa realizar adequações nos serviços atuais por meio das atividades de serviços técnicos especializados. O principal benefício da contratação é a maior agilidade na execução das atividades em questão, uma vez que serão utilizados profissionais treinados para realizar as tarefas necessárias. Em relação aos benefícios indiretos, destaca-se a redução do tempo de resposta em questões rotineiras, porém essenciais para o andamento dos trabalhos realizados pelo Censipam. Isso ocorrerá devido ao apoio fornecido e à maior agilidade na execução das tarefas.

2.6. Após levantamentos preliminares da necessidade, o Censipam, empreendeu ponderações necessárias para viabilizar o processo de licitação baseando-se nas legislações vigentes com a finalidade de proporcionar a melhor execução das atividades e



manter o funcionamento efetivo do Órgão, deste modo, por não possuir mão de obra em seu quadro permanente para desempenho de tais competências, justifica-se deste modo que a real necessidade/essencialidade de contratação de pessoa jurídica para o fornecimento sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra terceirizada na prestação de serviços especializados e continuados de Engenheiro Civil e Engenheiro Mecânico, visa atender as necessidades institucionais e o prosseguimento das realizações dos trabalhos essenciais de competência do Censipam, de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando o funcionamento das atividades finalísticas da instituição e permitindo atender as várias ações planejadas e o cumprimento dos objetivos estratégicos, bem como as demais dimensões das atividades do CCG e dos Centros Regionais.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS	CLÁUDIO MARTINS NEIVA MONTEIRO

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Os requisitos da contratação para a escolha da solução, estão em consonância com a legislação e normas vigentes que regem o Contrato, o processo licitatório deverá ser prestados com qualidade, pontualidade, eficiência, respeitando-se principalmente às normas trabalhistas e visando a racionalização e eficácia da gestão, controle e fiscalização contratual, a contratação dos serviços de Engenheiro Civil e Engenheiro Mecânico deve considerar no mínimo os seguintes requisitos para suprir a necessidade:

4.1.1. Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de mão de obra, sob regime de dedicação exclusiva, de profissionais habilitados conforme a Classificação Brasileira de Mão de Obra para o desempenho das atividades de cada função e respeitando as Convenções Coletivas de Trabalho - CCT das categorias.

4.1.2. Os serviços serão prestados por pessoa jurídica especializada, regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes e em conformidade com a legislação vigente.

4.1.3. Os serviços possuem natureza continuada, sendo indispensável seu fornecimento para a execução dos trabalhos, tendo em vista que o Censipam não dispõe de recursos humanos para o atendimento desses serviços, tornando-se necessária a terceirização.

4.1.4. O objetivo da contratação possui natureza continuada e tem em sua essencialidade em assegurar o bem comum quanto ao interesse público decorrente dos benefícios constantes adquiridos dos resultados dos convênios, assegurar a integridade do patrimônio público de forma permanente para atendimento à população brasileira, contribuir para a manutenção da soberania nacional, a integridade territorial, a promoção do desenvolvimento ordenado e sustentável, manter o funcionamento das atividades finalísticas do Censipam/Ministério da Defesa - MD, de modo que a sua interrupção pode comprometer o cumprimento das missões institucionais deste Órgão, e a sua contratação deve estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente.

4.1.5. A essencialidade dos serviços serem de natureza continuada é configurada pela necessidade de a atividade a ser prestada mediante a contratação de terceiros de modo perene com a finalidade de assegurar de forma rotineira e permanente o funcionamento das atividades finalísticas da Instituição, de modo que a sua interrupção comprometerá as prestações dos serviços públicos.

4.1.6. O objeto desta licitação, enquadra-se na categoria de serviços comuns, de que trata o inciso XIII, do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, pois possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo Edital, por meio de especificações usuais de mercado.

4.1.7. Os serviços a serem licitados se caracterizam como serviços de dedicação exclusiva de mão de obra, tendo em vista que na execução contratual exigirá, dentre outros requisitos, que:

4.1.7.1. Os empregados da CONTRATADA permaneçam à disposição nas dependências da CONTRATANTE para a prestação dos serviços.

4.1.7.2. A CONTRATADA não compartilhe os recursos humanos disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos; e

4.1.7.3. Os profissionais alocados no Posto de trabalho contratado, deverão possuir competência profissional para execução de suas atividades.

4.1.7.4. A jornada de trabalho basear-se-á nas Convenções Coletivas de Trabalho das categorias economicamente envolvidas

4.1.7.5. A CONTRATANTE poderá exigir a substituição nos postos de trabalho durante as ausências de férias e demais afastamentos previstos em Lei ou os não justificados.

4.1.7.6. A CONTRATADA manterá preposto durante a vigência do Contrato, sem custo à CONTRATANTE.

4.1.7.7. É vedado a utilização de colaborador que seja familiar de agente público, ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 4 de julho de 2010.

4.1.7.8. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração,

vedada relação que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.1.7.9. O CONTRATADO deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, para nova empresa, se for o caso.

#### 4.2. A carga horária para os postos é de:

4.2.1. 44 (quarenta e quatro) horas semanais de acordo com a Convenção Coletiva de Trabalho 2022 nº DF000401/2022 para os postos de Engenheiro.

#### 4.3. Documentações da Habilitação:

##### 4.3.1. Da Habilitação Jurídica:

4.3.1.1. **Pessoa física:** Cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

4.3.1.2. **Empresário Individual:** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

4.3.1.3. **Microempreendedor Individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

4.3.1.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIREL:** Inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

4.3.1.5. **Sociedade Empresária Estrangeira:** Portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

4.3.1.6. Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do Sociedade simples local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; e

4.3.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: Inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

4.4. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### 4.5. Regularização fiscal, social e trabalhista:

4.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

4.5.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

4.5.6. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

4.5.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

4.5.8. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; e

4.5.9. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

4.6. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

4.7. O fornecedor enquadrado como Microempreendedor Individual – MEI que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### 4.8. Qualificação Econômico-Financeira:

4.8.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples.

4.8.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;

4.8.3. Balanço Patrimonial – BP, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

4.8.4. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

4.8.5. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação; e

4.8.6. Patrimônio Líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

4.9. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

4.10. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

4.11. Tendo em vista que a pretensa contratação tem a necessidade de quantidade robusta de postos de serviços a licitante vencedora, deverá imitar informações, acompanhada da relação de compromissos assumidos, de que 1/12 (um doze avos) dos Contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante, observados os seguintes requisitos:

4.11.1. A declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

4.11.2. Caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

4.12. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

4.13. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### **4.14. Qualificação Técnico-Operacional:**

4.14.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

4.15. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a Contratos executados com as seguintes características mínimas:

4.15.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos;

4.15.2. comprovação que já executou objeto compatível, em prazo, com o que está sendo licitado, mediante comprovação de experiência mínima de 3 (três) anos na execução do objeto semelhante ao da contratação, podendo ser aceito somatório de atestados, nos termos do item 10.6, alínea “b”, do Anexo VII-A da IN SEGES /MP nº 5/2017, aplicável por força da IN SEGES /ME nº 98/2022; e

4.15.3. É admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, para fins da comprovação de que trata este subitem acima, não havendo obrigatoriedade de os 3 (três) anos serem ininterruptos, nos termos do item 10.6.1, do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

#### **4.16. Para a contratação dos postos de trabalho:**

4.16.1. Quando o número de postos de trabalho a ser contratado for superior a 40 (quarenta) postos, o licitante deverá comprovar que tenha executado Contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados, nos termos do item 10.6, alínea “c.1”, do Anexo VII-A da IN SEGES /MP nº 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022;

4.16.2. Quando o número de postos de trabalho a ser contratado for igual ou inferior a 40 (quarenta), o licitante deverá comprovar que tenha capacidade operacional de executar o Contrato(s) em número de postos equivalentes ao da contratação, nos termos do item 10.6, alínea “c.2”, do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

4.17. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do Contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, nos termos do item 10.8, do Anexo VII-A da IN SEGES /MP nº 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

4.18. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

4.19. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante

4.20. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do Contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

4.21. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no Contrato social vigente.

4.22. Declaração de que o licitante possui ou instalará escritório em local (cidade/município) previamente definido pela Administração, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do Contrato.

4.23. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

4.24. A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

**4.25. Qualificação Técnico-Profissional:**

4.25.1. Apresentar profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no Conselho Profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

4.25.1.1. **Para o cargo de Engenheiro Civil:** Diploma de conclusão de nível superior em Engenharia Civil, reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC, na forma da Lei e devidamente registrado e ativo (primário e/ou secundário) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/DF.

4.25.1.2. **Para o cargo de Engenheiro Mecânico:** Diploma de conclusão de nível superior em Engenharia Mecânica, reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC, na forma da Lei e devidamente registrado e ativo (primário e/ou secundário) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/DF.

4.25.2. Caso os profissionais tenham o registro e atividade no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CRAE de outro Estado, o mesmo deverá possuir o visto e/ou transferência para o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal – CREA/DF.

4.26. Os profissionais deverão participar do serviço objeto do Contrato, e será possível a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração. (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021).

4.27. Deve a licitante apresentar relação de compromissos assumidos que importem em diminuição de pessoal técnico.

4.28. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

4.29. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

**4.30. Continuidade dos serviços – Duração da vigência contratual:**

4.30.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme o art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

4.30.1.1. O Contrato decorrente da Ata de Registro de Preço terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contida, conforme Parágrafo único do caput supramencionado.

4.30.2. O prazo de vigência do Contrato é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do Contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

4.30.3. Conforme o que determina o art. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, a autoridade competente do órgão deverá atestar que as condições e o preço contratado permanecem com a maior vantagem econômica para a Administração, em razão da contratação plurianual, e devendo ainda atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção. Tendo a possibilidade ainda de extinguir o Contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para a sua continuidade ou quando entender que o Contrato não lhe oferecer vantagens.

4.30.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta, admitindo-se pela administração, em relação à pessoa encarregada da função, a notificação direta para a execução das tarefas previamente definidas, nos termos do art. 5º, inc. II, da Instrução Normativa SLTI/MPDG/SG nº 5/2017.

4.30.4. A avaliação qualitativa será realizada continuamente por meio da aplicação dos indicadores especificados no Instrumento de Medição de Resultados - IMR.

**4.31. Da cobertura de férias:**

4.31.1. .55 A alocação de funcionários para cobertura de férias dependerá de decisão da CONTRATANTE, mediante comunicação prévia, com emissão de Ordem de Serviço - OS específica.

4.31.2. Deverá repor o posto do funcionário de acordo com as mesmas atribuições, características do posto e funções da mesma CBO para a qual foi contratado.

#### 4.32. Das exigências diversas

4.32.1. Atendimento a contratação para mulheres vítimas de violência domésticas em percentual mínimo de 8% (oito por cento) das vagas, conforme expresso no art. 3º e demais exigências do Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023.

4.32.2. Deverão ser observados os pisos salariais constantes na Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1996, na Resolução CAU/BR nº 38, de 9 de novembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União – DOU, Edição nº 223, Seção 1, de 20 de novembro de 2012 e Resolução CONFRA nº 397, de 11 de agosto de 1995, publicada no Diário Oficial da União – DOU, Seção 1, de 18 de outubro de 1995 com retificação em 09 de novembro de 1995.

#### 4.33. Legislações e Normas Legais da contratação para resguardar o atendimento da necessidade:

4.33.1. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

4.33.2. Lei nº 14.133/2021, regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

4.33.3. Lei nº 12.527/2011, regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112/1990; revoga a Lei nº 11.111/2005, e dispositivos da Lei nº 8.159/1991; e dá outras providências.

4.33.4. Lei nº 12.440/2011, acrescenta Título VII-A à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943, para instituir a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, e altera a Lei nº 8.666/1993.

4.33.5. Lei nº 9.029/1995, proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências

4.33.6. Lei nº 9.784/1999, regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal;

4.33.7. Lei nº 6.019/1974, dispõe sobre o Trabalho Temporário nas Empresas Urbanas, e dá outras providências.

4.33.8. Lei nº 13.429/2017, altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros.

4.33.9. Lei nº 13.467/2017, altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.

4.33.10. Lei Complementar nº 123/2006, institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212/1991 e 8.213/1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943, da Lei nº 10.189/2001, da Lei Complementar nº 63/1990; e revoga as Leis nº 9.317/1996, e 9.841/1999.

4.33.11. Decreto-Lei nº 5.452/1943, aprova a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

4.33.12. Decreto-Lei nº 200/1967, dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.

4.33.13. Decreto nº 93.872/1986, dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências.

4.33.14. Decreto nº 11.462/2023, regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

4.33.15. Decreto nº 11.430/2023, regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre a exigência, em contratações públicas, de percentual mínimo de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica e sobre a utilização do desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho como critério de desempate em licitações, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

4.33.16. Decreto nº 11.246/2022, regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

4.33.17. Decreto nº 10.183/2019, altera o Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

4.33.18. Decreto nº 9.507/2018, dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

4.33.19. Decreto nº 7.203/2010, dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da Administração Pública Federal.

4.33.20. Decreto nº 6.170/2007, dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras Providências.

4.33.21. Instrução Normativa SEORI/SG/MD nº 13/2018, estabelece os procedimentos relativos aos contratos administrativos firmados e as responsabilidades dos gestores e fiscais formalmente designados pela administração central do Ministério da Defesa - MD e dá outras providências.

4.33.22. Instrução Normativa nº 5/SG/MP/2017, dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

4.33.23. Portaria Normativa GM-MD nº 69/2018, dispõe sobre o horário de funcionamento do expediente administrativo, a jornada de trabalho e o registro eletrônico de frequência dos servidores, empregados públicos e militares que exercem cargo ou

função de natureza civil em exercício na administração central do Ministério da Defesa - MD.

4.33.24. Portaria Normativa GM-MD nº 115/2019, o Programa Calha Norte - PCN foi criado pelo Governo Federal em 1985 para promover a ocupação e o desenvolvimento ordenado dos Municípios que integram a sua área de atuação, respeitando as características regionais, as diferenças culturais e o meio ambiente, em harmonia com os interesses nacionais, a proteção do território da soberania nacional.

4.33.25. Portaria Interministerial nº 424/2016, estabelece normas para execução do estabelecido no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, revoga a Portaria Interministerial nº 507/MP/MF/CGU, de 24 de novembro de 2011 e dá outras providências.

4.33.26. Portaria nº 397/2002, aprova a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO/2002, para uso em todo território nacional e autoriza a sua publicação.

## 5. Levantamento de Mercado

5.1. A partir da constatação da necessidade de profissionais especializados, o órgão estudou as possíveis soluções.

### 5.2. Concurso público para provimento de servidores efetivos

5.2.1 A utilização de servidores provenientes de cargos de carreira (concurso público), com previsão na Lei nº 8.112/90, é um rito processual lento e direcionados a atividades divergente ao que se destina essa contratação. Essa solução necessita, também, de recursos financeiros, pessoais, temporais específicos e permanentes.

### 5.3. Cargo Comissionado

5.3.1 A utilização de cargos comissionados para atender à necessidade desta contratação diverge quanto ao objetivo previsto nas funções daqueles. Os cargos são direcionados a funções de liderança e assessoramento, que por força constitucional, são destinados às atribuições de direção, chefia e assessoramento. Assim, há divergência com os objetivos previstos nessa contratação.

### 5.4. Contratação de servidores por tempo determinado

5.4.1 A Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993 trata da contratação de servidores por tempo determinado estabelece um rol específico de situações aplicáveis.

5.4.2 A Lei nº 8.745/93 estabelece em seu art. 2º, como necessidade temporária de excepcional interesse público:

- a. Assistência a situações de calamidade pública;
- b. Combate a surtos endêmicos;
- c. Realização de recenseamentos;
- d. Admissão de professor substituto e professor visitante;
- e. Admissão de professor ou pesquisador visitante estrangeiros; e
- f. Atividades especiais nas organizações das Forças Armadas, na área industrial ou para atender a encargos temporários de obras e serviços de Engenharia

5.4.3. Desta forma, essas modalidades de contratação não atenderiam as necessidades do Censipam.

### 5.5. Contratação de empresa para terceirização de mão de obra

5.5.1. A possibilidade de contratação de empresa para execução indireta de serviços está estabelecida no Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018.

5.5.2. A contratação de serviços indiretos é possível de atender as necessidades do Censipam de forma mais célere.

5.5.3. As pesquisas preliminares sobre contratações de serviços por Órgãos e Entidades Públicas Federais identificaram vários processos licitatórios sobre o tipo de serviço pretendido. Além disso, trata-se de contratação de serviços comuns.

5.5.4. A contratação de empresas para a prestação desses serviços ocorreu, inclusive no Pregão Eletrônico nº 20/2022, do Tribunal de Contas da União - TCU, UASG 30001, para "Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação, de forma contínua, de serviços terceirizados acessórios e complementares de suporte e apoio administrativo nas dependências do Tribunal de Contas da União em Brasília/DF".

5.5.5. Ressalta-se que deverá ser realizada audiência e/ou consulta pública, preferencialmente na forma eletrônica, para levantar informações complementares conforme estabelecido no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

5.6. A adesão a Intenção de Registro de Preço do Ministério da Defesa IRP nº 110404 - 00009/2023 possui objeto idêntico ao pretendido nessa contratação. Aderir a IRP proporciona diversas vantagens para o Censipam:

5.6.1. A adesão promoverá a economia de recursos públicos, uma vez que não será necessário que o Censipam realize os mesmos procedimentos preparatórios já realizados por aquele Ministério.

5.6.2. A adesão implicará em ganho processual, já que o Ministério da Defesa realizou praticamente todos os procedimentos da

fase interna da licitação.

5.6.3. Maior celeridade para disponibilizar os serviços com dedicação exclusiva de mão de obra para o Censipam.

5.6.4. Ganho de eficiência na execução orçamentária do Censipam.

5.7. Diante de todas as alternativas acima citadas, sugere-se que é mais viável e eficiente ao Censipam efetivar essa contratação por meio da **adesão a Intenção de Registro de Preço do Ministério da Defesa IRP nº 110404 - 00009/2023**.

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1. Este Estudo optou pela contratação de pessoa jurídica para o fornecimento sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra terceirizada na prestação de serviços especializados e continuados de Engenheiro Civil e Engenheiro Mecânico conforme necessidades do Censipam. Os serviços serão executados conforme estabelecido pelo Censipam, perfazendo o total de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, por posto de trabalho.

6.2. As atividades laborais serão prestadas sob orientação técnica dos servidores públicos do Censipam e Centros Regionais designados e observadas as exigências e obrigações estabelecidas no Termo de Referência, observando os requisitos exigidos, jornada e horários de trabalho, acesso a sistemas informatizados, programas, normas e regras do Órgão.

6.3. O processo de seleção dos trabalhadores deverá ser executada pela CONTRATADA de acordo com os pré-requisitos estabelecidos nesse Estudo Técnico Preliminar, no Edital e seus Anexos, e em especial o Contrato. A CONTRATADA realizará o processo de seleção, informando à CONTRATANTE o perfil e currículo dos profissionais.

6.4. Os profissionais deverão documentar que não acumulam cargos ou atividades, com assinatura de Declaração, a ser encaminhada pela CONTRATADA à CONTRATANTE.

6.5. Caberá aos gestores e fiscais do Contrato realizar o treinamento inicial do profissional contratado e aos contratantes o encargo pelas atividades de ambientação e adequação a forma de trabalho.

6.6. A CONTRATADA terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para enviar à CONTRATANTE currículo do profissional, para avaliação. Após a aprovação da CONTRATANTE, a empresa CONTRATADA terá 8 (oito) dias úteis para apresentar o trabalhador salvo se tratar de assinatura do primeiro Contrato da CONTRATADA com base nesta licitação.

6.7. O CONTRATANTE não se vinculará às disposições contidas em ACT, CCT ou DCT que tratem do pagamento de participação dos empregados nos lucros ou resultados da CONTRATADA, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como por exemplo valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, e preços para o exercício da atividade, na forma disposta no artigo 6º da IN SLTI/MPDG nº 5, de 2017, observado o entendimento do Parecer nº 00004/2017/CPLC/PGF/AGU, aprovado em 23 de maio de 2017.

6.8. A contratação será realizada por Pregão Eletrônico, de acordo com os modelos disponibilizados pela AGU.

### 6.9. Sistema de Registro de Preços

6.9.1. O Sistema de Registro de Preço - SRP, observará os art. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021 e o Decreto nº 11.462/2023.

6.9.2. De acordo com a Lei nº 14.133/2021:

*"Art. 82. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais desta Lei e deverá dispor sobre:*

*I - As especificidades da licitação e de seu objeto, inclusive a quantidade máxima de cada item que poderá ser adquirida;*

*II - A quantidade mínima a ser cotada de unidades de bens ou, no caso de serviços, de unidades de medida;*

*III - A possibilidade de prever preços diferentes:*

*a) Quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes;*

*b) Em razão da forma e do local de acondicionamento;*

*c) Quando admitida cotação variável em razão do tamanho do lote; e*

*d) Por outros motivos justificados no processo.*

*IV - A possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se nos limites dela;*

*V - O critério de julgamento da licitação, que será o de menor preço ou o de maior desconto sobre tabela de preços praticada no mercado;*

*VI - As condições para alteração de preços registrados;*

*VII - O registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação;*

*VIII - A vedação à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade*

daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;

*IX - As hipóteses de cancelamento da ata de registro de preços e suas consequências.*

*§ 1º O critério de julgamento de menor preço por grupo de itens somente poderá ser adotado quando for demonstrada*

*a inviabilidade de se promover a adjudicação por item e for evidenciada a sua vantagem técnica e econômica, e o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos deverá ser indicado no edital.*

*§ 2º Na hipótese de que trata o § 1º deste artigo, observados os parâmetros estabelecidos nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 23 desta Lei, a contratação posterior de item específico constante de grupo de itens exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou entidade.*

*§ 3º É permitido registro de preços com indicação limitada a unidades de contratação, sem indicação do total a ser adquirido, apenas nas seguintes situações:*

*I - Quando for a primeira licitação para o objeto e o órgão ou entidade não tiver registro de demandas anteriores;*

*II - No caso de alimento perecível; e*

*III - No caso em que o serviço estiver integrado ao fornecimento de bens.*

*§ 4º Nas situações referidas no § 3º deste artigo, é obrigatória a indicação do valor máximo da despesa e é vedada a participação de outro órgão ou entidade na ata.*

*§ 5º O sistema de registro de preços poderá ser usado para a contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia, observadas as seguintes condições:*

*I - Realização prévia de ampla pesquisa de mercado;*

*II - Seleção de acordo com os procedimentos previstos em regulamento;*

*III - Desenvolvimento obrigatório de rotina de controle;*

*IV - Atualização periódica dos preços registrados;*

*V - Definição do período de validade do registro de preços; e*

*VI - Inclusão, em ata de registro de preços, do licitante que aceitar cotar os bens ou serviços em preços iguais aos do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação e inclusão do licitante que mantiver sua proposta original.*

*§ 6º O sistema de registro de preços poderá, na forma de regulamento, ser utilizado nas hipóteses de inexigibilidade e de dispensa de licitação para a aquisição de bens ou para a contratação de serviços por mais de um órgão ou entidade.*

*(...)*

*Art. 86. O órgão ou entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório, para fins de registro de preços, realizar procedimento público de intenção de registro de preços para, nos termos de regulamento, possibilitar, pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades na respectiva ata e determinar a estimativa total de quantidades da contratação.*

*§ 1º O procedimento previsto no deste artigo será dispensável quando o órgão ou entidade caput gerenciadora for o*

*único contratante.*

6.9.3. A licitante deverá oferecer a proposta ao quantitativo total para todos os itens do grupo, obrigando-se nos limites dela.

6.9.4. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de alteração da Convenção Coletiva de Trabalho - CCT dos postos de serviços registrados, conforme art. 25 do Decreto nº 11.462/2023, que regulamenta os art. 82 à art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o Sistema de Registro de Preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

## 6.10. Intenção do Registro de Preço

6.10.1. O Decreto nº 11.462/2023, regulamenta o Sistema de Registro de Preço - SRP e trata da Intenção de Registro de Preço - IRP, conforme abaixo:

*"Art. 9º Para fins de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório ou da contratação direta, realizar procedimento público de IRP para possibilitar, pelo prazo mínimo de oito dias úteis, a participação de outros órgãos ou outras entidades da Administração Pública na ata de registro de preços e determinar a estimativa total de quantidades da contratação, observado, em especial, o disposto nos incisos III e IV do caput do art. 7º e nos incisos I, III e IV do caput do art. 8º.*

*§ 1º O prazo previsto no caput será contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação da IRP no SRP digital e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, de que trata o art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021.*

*§ 2º O procedimento previsto no caput poderá ser dispensado quando o órgão ou a entidade gerenciadora for o único contratante."*

6.10.2. Sugere-se pela não divulgação da presente Intenção de Registro de Preço.

## 6.11. Descrição das Atribuições dos Serviços

6.11.1. Os profissionais a serem contratados para Engenheiro Civil e Engenheiro Mecânico devem possuir qualificação para desempenhar as atividades necessárias.

6.11.2. Os postos de Engenheiros devem seguir a convenção coletiva de trabalho das categorias.

6.11.3. As atividades a serem desenvolvidas, requisitos técnicos, atribuições e responsabilidades de cada perfil profissional, deverão atender às especificações e aos requisitos abaixo:

Cargo	Engenheiro Civil
CBO	2142-05



Grau acadêmico mínimo	Diploma, registrado, de conclusão de Nível Superior em Engenharia Civil reconhecido pelo MEC, e registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA).
Conhecimentos básicos	1. Conhecimento na Lei nº 14.133/2021, gestão e gerenciamento de projetos, fiscalização de projetos e obras de engenharia, conceituação básica acerca do sistema BIM (Building Information Modeling). 2. Conhecimento do sistema operacional Windows, navegadores de internet, correio eletrônico, editores de textos e apresentações, planilhas eletrônicas, na língua portuguesa, noções de direito administrativo, administração pública e redação oficial.
Atividades a serem desempenhadas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaborar parecer de análise junto ao Portal TRANSFERE.GOV;</li> <li>• Dar assistência e propor soluções técnicas aos Convenientes;</li> <li>• Avaliar projetos e obras;</li> <li>• Verificar atendimento a normas, padrões e procedimento;</li> <li>• Controlar Qualidade do Empreendimento;</li> <li>• Controlar documentação técnica;</li> <li>• Elaborar relatórios de vistoria;</li> <li>• Emitir Laudos;</li> <li>• Elaborar Documentação Técnica;</li> <li>• Avaliar desempenho da obra;</li> <li>• Realizar capacitações.</li> </ul>
	<b>Engenheiro Mecânico</b>
CBO	2144-05
Grau de Instrução	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de Nível Superior em Engenharia Mecânica reconhecido pelo MEC, e registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA).
Conhecimentos Básicos	Conhecimento do sistema operacional Windows, navegadores de internet, correio eletrônico, editores de textos e apresentações, planilhas eletrônicas, na língua portuguesa, noções de direito administrativo, administração pública e redação oficial.
Atividades a serem desempenhadas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaborar parecer de análise junto ao Portal TRANSFERE.GOV;</li> <li>• Dar assistência e propor soluções técnicas aos Convenientes;</li> <li>• Avaliar projetos e obras;</li> <li>• Verificar atendimento a normas, padrões e procedimento;</li> <li>• Controlar Qualidade do Empreendimento;</li> <li>• Controlar documentação técnica;</li> <li>• Elaborar relatórios de vistoria;</li> <li>• Emitir Laudos;</li> <li>• Elaborar Documentação Técnica;</li> <li>• Avaliar desempenho da obra;</li> <li>• Realizar capacitações.</li> </ul>

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Os quantitativos de postos foram definidos com base nas necessidades e no histórico de previsão de execução de serviços de engenharia no período de 2020/2023, onde se verificou a situação atual do Órgão, afastando desta forma possíveis riscos causados por interrupções contratuais dos serviços de manutenção predial, o acompanhamento de obras e reformas e elaboração de estudos técnicos.

7.1.1. Histórico de necessidades:

I - Serviços de manutenção predial no Censipam e nos Centros Regionais englobam:

II - Instalação da mini usina fotovoltaica do CCG/DF;

III - Construção do Refeitório e Vestiário do CCG/DF;

IV - Instalação de banheiro do Diretor Geral do Censipam - CCG/DF;

V - Revitalização do sistema de água gelada do Chiller;

VI - Elaboração de estudo técnico referente a manutenção/desinstalação/elaboração de novo projeto das instalações do Gás HFC - 125 (Pentafluoroethane);

VII - Modernização do sistema de refrigeração;

VIII - Revitalização do telhado e ferragens da estrutura do CCG;

IX - Revitalização das fachadas do Censipam e dos Centros Regionais;

X - Contratação dos serviços de manutenção predial do Censipam e dos Centros Regionais;

XI - Elaboração de estudo técnico para reaproveitamento da água da chuva no CCG e nos Centros Regionais;

XII - Elaboração de estudo técnico para revitalização dos banheiros do CCG e dos Centros Regionais;

XIII - Elaboração de plano de manutenção predial do Censipam (CCG e Centros Regionais);

XIV - Elaboração de Estudo Técnico para contratação de empresa de serviços de manutenção das mini usinas instaladas no CCG e Centro Regional de Porto Velho;

XV - Elaboração de Estudo Técnico para contratação de instalação de mini usinas de fotovoltaica nos Centro Regionais de Manaus e Belém;

XVI - Manutenção, impermeabilização e pintura estrutural do KFKM e da área externa CCG;

XVII - Ampliação do Refeitório do Centro Regional de Porto Velho;

XVIII - Revitalização da infraestrutura predial apontadas no PPCIP (Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico);

XIX - Revitalização de piso no Centro Regional de Manaus;

XX - Impermeabilização das áreas de cobertura dos prédios e juntas de dilatação do Centro Regional de Manaus;

XXI - Elaboração de Estudo Técnico para contratação de Manaus e Belém.

7.2. Assim sendo, resta caracterizada a necessidade premente e contínua do apoio de profissionais para o desenvolvimento dos trabalhos no âmbito do Censipam, por meio da contratação de 1 (um) Engenheiro Civil e 1 (um) Engenheiro Mecânico.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 1.277.856,80

8.1. Deve-se proceder à alteração do valor lançado no Planejamento de Gerenciamento de Contratações - PGC para essa contratação.

8.2. A quantidade mínima a ser cotada pela licitada deverá ser de 100% (cem por cento) do total da demanda para cada item, de acordo com o Art. 82, inciso II da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

8.3. As estimativas para determinar o valor total da contratação baseia-se na sugestão de **adesão a Intenção de Registro de Preço do Ministério da Defesa IRP nº 110404 - 00009/2023** informada no item 5.7 desse Estudo Técnico Preliminar.

8.4. Assim segue, a estimativa de valores máximo para a contratação:

Especificação e Quantidade dos Materiais ou Serviços													
Grupo	Item	Descrição	Carga Horária	CBO	CATSER	Und Medida	Req. Mínima	Quantidades			Valor Total Estimado		
								Mín.	Máx.	Total	Unitário R\$	Mensal R\$	Total Anual R\$
		Serviço de natureza continuada de,											

1	1	Engenheiro Civil, sob o regime de dedicação exclusiva de mão de obra	44 hs	2142-05	5380	Posto	01	01	01	01	25.432,19	25.432,19	305.186,28
	2	Serviços de Diária				Serviço	01	70	192	192	444,48	7.111,68	85.340,16
	3	Serviços de Deslocamento				Serviço	01	44	68	68	3.652,97	20.700,16	248.401,96
	CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O GRUPO 1												638.928,40
2	1	Serviço de natureza continuada de, Engenheiro Mecânico, sob o regime de dedicação exclusiva de mão de obra	44 hs	2144-05	5380	Posto	01	01	01	01	25.432,19	25.432,19	305.186,28
	2	Serviços de Diária				Serviço	01	70	192	192	444,48	7.111,68	85.340,16
	3	Serviços de Deslocamento				Serviço	01	44	68	68	3.652,97	20.700,16	248.401,96
	CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O GRUPO 2												638.928,40
CUSTO TOTAL ESTIMADO													1.277.856,80

8.5. O consumo mensal para os serviços de diárias (estada e alimentação) e deslocamentos (passagens aéreas), não é possível de ser realizado. Por esse motivo, o cálculo do valor mensal foi estimado com base no cálculo presente no Estudo Técnico Preliminar que acompanhou a **Intenção de Registro de Preço do Ministério da Defesa IRP nº 110404 - 00009/2023**.

8.5.1. O quantitativo de diárias e passagens foi ajustado à realidade do Censipam uma vez que o Programa Calha Norte abrange 10 (dez) estados e 442 (quatrocentos e quarenta e dois) municípios, enquanto que a área de abrangência das políticas do Censipam abrange o Distrito Federal e os Estados de Manaus, Porto Velho e Belém.

8.5.2. Assim, o número total de missões para os postos de Engenheiro Civil e Engenheiro Mecânico foi ajustado em relação às necessidades do Censipam, e em relação ao previsto na **IRP nº 110404 - 00009/2023** que subsidiou, também este ETP.

8.6. A CONTRATANTE observará o estabelecido no artigo 6º da IN SEGES nº 5, de 26 de maio de 2017, e o entendimento do Parecer nº 00004/2017/CPLC/PGF/AGU, aprovado em 23 de maio de 2017.

8.7. O valor de referência para diária e deslocamento segue os valores das indenizações para o pagamento de diárias aos servidores públicos federais no País, Anexo I, do Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006, letra “d”, com alteração trazida pelo Decreto nº 11.117, de 1º de julho de 2022, para fins de estimativa.

8.8. Os valores previstos nas remunerações dos profissionais Engenheiro Civil e Engenheiro Mecânico foram definidas com base no piso salarial mínimo previsto para as referidas categorias em Convenção Coletiva de Trabalho - CCT, assim como os benefícios do auxílio-alimentação e o auxílio-transporte.

8.9. Os gestores e fiscais do futuro contrato deverão se atentar aos valores de passagens e diárias para cada destino dos serviços executados fora de sede antes de atestarem as despesas.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Diante da demanda que trata a presente contratação de postos de serviços, considera-se a decisão de que **não é viável** técnica e operacionalmente o parcelamento da demanda.

9.1.1. Por conseguinte, **sugere-se** a adoção da contratação por Grupo, pois sua contratação se torna mais exequível, vantajosa e satisfatória para a Administração em demonstrações de razões de eficácia, eficiência, logísticas, contratuais, operacionais, finalísticas, econômicas e tende a proporcionar o fiel cumprimento dos objetivos do órgão, destarte os serviços de apoio (diárias e passagens) são correlatos e/ou interdependente do objeto principal desta contratação, ou seja, para o cumprimento da atividade principal necessita-se das atividades de apoio.

9.2. O parcelamento em itens e/ou lotes poderá implicar em menor atratividade às empresas interessadas, deste modo, poderá diminuir a concorrência e inclusive desencadear contratações com valores maiores que no caso de uma contratação única por grupo.

9.3. Desse modo, a contratação por Grupos é exequível, vantajosa e satisfatória para a Administração devido à eficácia, eficiência, logística, gestão e economia.

9.3.1. Os itens de apoio a serem contratados (diárias e passagens) são essenciais para o cumprimento da atividade principal.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não há atualmente, nem se cogita realizar contratações futuras correlatas e/ou interdependentes que impacte no desenvolvimento e na viabilidade do objeto desta contratação.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente contratação objeto deste Estudo Técnico Preliminar - ETP encontra-se prevista no PCA 2023 no Documento de Formalização e Demanda nº 09/COSEG/2023.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. O resultado pretendido para as atividades dos serviços pretendidos nesta contratação é a melhoria da qualidade da gestão de transferências voluntárias na realização de atividade meio e no apoio da atividade-fim. Os benefícios diretos e indiretos esperados para o Censipam são:

- 12.1.1. Redução de custos;
- 12.1.2. Melhoria nas metodologias e nos mecanismos de gestão e fiscalização;
- 12.1.3. Padronização de procedimentos;
- 12.1.4. Aferições adequadas ao Contrato no Instrumento de Medição de Resultado - IMR;
- 12.1.5. Cumprimento das obrigações contratuais;
- 12.1.6. Melhorias e otimização do processo gerencial e operacional;
- 12.1.7. Minimização dos riscos de indisponibilidade ou inadequação dos ambientes;
- 12.1.8. Melhoria no uso de recursos financeiros, técnicos e materiais;
- 12.1.9. Melhoria da qualidade dos serviços;
- 12.1.10. Geração de conhecimento e subsídio para futuras contratações;
- 12.1.11. Aproveitamento dos postos de serviços, tendo em vista a sua essencialidade e importância;
- 12.1.12. Aprimoramento técnico-profissional na gestão dos convênios;
- 12.1.13. Celeridade e efetividade no cumprimento das atividades de gestão dos contratos;
- 12.1.14. Melhoria na gestão das atividades com o apoio administrativo, logístico e operacional, embasados nos princípios constantes no art. 5º da Lei nº 14.133/2021;
- 12.1.15. Melhoria dos micro e macroprocessos do Censipam;
- 12.1.16. Melhoria no atendimento das demandas por serviços administrativos do Censipam na gestão das transferências voluntárias;
- 12.1.17. Redução na rotatividade de colaboradores *turnover* na prestação dos serviços; e
- 12.1.18. Melhoria no atendimento a todos os preceitos legais vigentes.

12.2. A ampliação da capacidade produtiva do Censipam, garantindo aos servidores responsáveis pela gestão e macrogestão de transferências voluntárias a otimização dos serviços e alcance das metas pactuadas nos projetos estratégicos dos órgãos e entidades, ocasionando melhoria na qualidade dos serviços prestados à sociedade brasileira.

12.3. Os postos de trabalho são essenciais ao bom funcionamento do Censipam. As atividades de apoio administrativo e de assessoria técnica de engenharia do Censipam obterá o melhor desenvolvimento dos serviços técnicos, auxiliares, instrumentais, acessórios e/ou complementares, conforme as normas regulamentes vigentes.

12.4. Assim, pretende-se com a pretensa contratação atender aos princípios da continuidade do serviço público e da eficiência, visando exclusivamente o desempenho de atividades de suporte de engenharia e apoio administrativo e técnico e promover com êxito o alcance de sua missão institucional.

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1. Ao Censipam, caberá verificar a documentação do profissional disponibilizado pela CONTRATADA, como também, solicitar declaração indicando o não acúmulo de cargos ou atividades.

13.2. O CONTRATANTE promoverá a capacitação aos fiscais e aos gestores do Contrato, uma vez que desempenham papel fundamental na gestão do contrato. Além disso, a aquisição de conhecimento e o aprimoramento técnico-profissional

é fundamental já que o contrato envolve questões trabalhistas de empregados terceirizados e a utilização de planilhas para subsidiar repactuação e revisões contratuais e a medição da qualidade dos serviços executados.

13.3. O Censipam providenciará espaço físico na sede ou em outro local a ser definido para a locação dos colaboradores terceirizados, tendo em vista se tratar de contratação com exclusividade na mão de obra, de acordo com a Instrução Normativa SLTI/MPDG/SG nº 5/2017.

13.4. De acordo com os Acórdãos TCU nº 594/2012 - Plenário, nº 1.200/2014 - Plenário e nº 803/2016 - Plenário que tratam da importância da capacitação dos servidores e o Decreto nº 9.991/2019, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas, os Gestores e Fiscais do Contrato deverão, obrigatoriamente, apresentando certificações profissionais de habilitação para atuarem nas funções.

13.5. Ademais, o Censipam promoverá a atualização constante do aprimoramento técnico profissional, por meio de cursos de formação, desenvolvimento, atualização, capacitação e/ou conhecimentos em pontos específicos dos atos normativos para que os servidores (gestores e/ou fiscais) possam atuar corretamente após a celebração do Contrato.

13.6. A capacitação tende a prevenir riscos na execução contratual e trazer maior segurança para os agentes envolvidos.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Não há impactos ou riscos ambientais diretos decorrentes desta contratação, visto que se trata apenas de serviços administrativos, logísticos, operacionais, técnicos e consultivos.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Esta Equipe de Planejamento da Contratação declara que a **adesão à Intenção de Registro de Preço do Ministério da Defesa IRP nº 110404 - 00009/2023** é tecnicamente viável. Além disso, há viabilidade e a razoabilidade para a contratação pretendida.

15.2. A Equipe de Planejamento da Contratação conclui que a contratação pretendida atende a/ao:

15.2.1. Fortalecimento da gestão do Censipam; e

15.4.2. Conformidade legal do procedimento de contratação.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**CLAUDIO MARTINS NEIVA MONTEIRO**

Coordenador da COSEG



Assinou eletronicamente em 28/07/2023 às 14:32:56.

**ALUIZIO SOUSA DIAS**

Integrante Administrativo



*Assinou eletronicamente em 28/07/2023 às 14:30:04.*

**ALEXANDRO LINS CALE BARBOSA**

Integrante Técnico



*Assinou eletronicamente em 28/07/2023 às 14:31:31.*

**Anexo XXIX - Apêndice II - MR1\_2023assinado.pdf**

## Matriz de Gerenciamento de Riscos

## 1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos

1/2023

Responsável pela Edição

YURI ARAUJO CASSIMIRO

Data de Criação

31/01/2023 11:39

Objeto da Matriz de Riscos

Contratação de empresa especializada para disponibilização de Postos de serviços, continuados e com dedicação exclusiva de mão de obra.

## 2. Histórico de Revisões

Data e Hora	Versão	Descrição	Autor
17/05/2023 13:45	4.0	Avaliação e conclusão dos riscos que podem surgir durante o processo de contratação.	YURI ARAUJO CASSIMIRO
31/01/2023 14:28	2.0	Análise minuciosa dos riscos que envolvem a presente contratação.	YURI ARAUJO CASSIMIRO
31/01/2023 14:25	1.0	Previsão dos riscos relacionados ao Processo de Contratação (planejamento), a Etapa de Seleção do Fornecedor e a Gestão Contratual durante a elaboração /conclusão do Estudo Técnico Preliminar- ETP.	YURI ARAUJO CASSIMIRO

## 3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	ATRASO OU DEMORA NA CONCLUSÃO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E JURÍDICO DE CONTRATAÇÃO.	Demora na disponibilização da solução para o Ministério da Defesa e não cumprimento dos prazos acordados.	Planejamento	Administração	Extremo	

## Impactos

1 Extremo.

## Ações Preventivas

- P-01 Acompanhamento e apoio junto às áreas requisitantes. **Responsável:** YURI ARAUJO CASSIMIRO
- P-02 Definir cronograma preventivo de trabalho, prevendo prazo amplo para realização de análises. **Responsável:** ODILON MAZZINI JUNIOR
- P-03 Encaminhar autos para análise jurídica respeitando os prazos programados para análise e para a contratação. **Responsável:** WALDIR F. Das N. SILVEIRA Jr.

## Ações de Contingência

- C-01 Apoio temporário de servidores da Assessoria de Planejamento da Aquisição - ASPLAQ na conclusão do processo. **Responsável:** YURI ARAUJO CASSIMIRO

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	FALTA DE CLAREZA QUANTO ÀS DEMANDAS A SEREM DESENVOLVIDAS.	Atraso na elaboração da contratação; solução não atender aos objetivos desejados.	Planejamento	Administração	Alto	

## Impactos

1 Alto.

## Ações Preventivas

- P-01 Realizar Estudo Técnico Preliminar acurado. **Responsáveis:** YURI ARAUJO CASSIMIRO , ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, CAMILA CARVALHO SILVA
- P-02 Garantir a participação dos Integrantes Requisitantes e Integrantes Técnicos no processo de contratação. **Responsável:** YURI ARAUJO CASSIMIRO

## Ações de Contingência

- C-01 Avaliação minuciosa pelo Integrante Técnico. **Responsável:** CAMILA CARVALHO SILVA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	NÃO DIMENSIONAMENTO DA EXECUÇÃO DO OBJETO.	Falta de parâmetros para o estabelecimento do modelo de execução do objeto.	Planejamento	Administração	Médio	

## Impactos



1	Médio.	
	<b>Ações Preventivas</b>	
P-01	Reunião com autoridades superiores para apresentação e aprovação da proposta.	<b>Responsáveis:</b> UBIRATAN POTY, ODILON MAZZINI JUNIOR
P-02	Prever no Termo de Referência os requisitos de Metodologia de Trabalho.	<b>Responsável:</b> YURI ARAUJO CASSIMIRO
	<b>Ações de Contingência</b>	
C-01	Instruir nos autos do processo licitatório as metodologias de execução.	<b>Responsáveis:</b> YURI ARAUJO CASSIMIRO , CAMILA CARVALHO SILVA, ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-04	CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO TECNOLÓGICA QUE ESTEJA FORA DOS PADRÕES DO AMBIENTE TECNOLÓGICO DO MINISTÉRIO DA DEFESA - MD.	Atraso na implantação da solução ou até mesmo impossibilidade de implantar a solução.	Planejamento	Administração	Médio	

	<b>Impactos</b>	
1	Médio.	
	<b>Ações Preventivas</b>	
P-01	Prever em Projeto Básico/Termo de Referência itens que versem sobre a exigência de que a solução a ser entregue deva seguir os padrões do ambiente tecnológico da Ministério de Defesa - MD.	<b>Responsáveis:</b> YURI ARAUJO CASSIMIRO , ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, CAMILA CARVALHO SILVA
P-02	Manter constante acompanhamento e fiscalização da realização das etapas que envolvem a entrega da solução.	<b>Responsáveis:</b> YURI ARAUJO CASSIMIRO , CAMILA CARVALHO SILVA, ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO
	<b>Ações de Contingência</b>	
C-01	Aplicação de multa e sanções administrativas à Contratada.	<b>Responsável:</b> ALLAN CASTELO SUISSO DA SILVA
C-02	Analisar as alternativas para chamar os próximos colocados, discutir valores e providenciar contrato.	<b>Responsável:</b> ALLAN CASTELO SUISSO DA SILVA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-05	NÃO REALIZAR AMPLA PESQUISA DE MERCADO DURANTE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO.	Falta de benchmarking; estudo de apenas uma solução de mercado; solução não atender aos resultados pretendidos (de negócio ou técnicos); fragilidade na justificativa da contratação.	Planejamento	Administração	Médio	

	<b>Impactos</b>	
1	Médio.	
	<b>Ações Preventivas</b>	
P-01	Realizar estudo comparativo entre várias soluções de mercado.	<b>Responsáveis:</b> YURI ARAUJO CASSIMIRO , CAMILA CARVALHO SILVA, ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO
P-02	Apresentar estudo para Alta Direção.	<b>Responsáveis:</b> ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, CAMILA CARVALHO SILVA, YURI ARAUJO CASSIMIRO
P-03	Solicitar aprovação da proposta pelo Diretor.	<b>Responsáveis:</b> ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, CAMILA CARVALHO SILVA, YURI ARAUJO CASSIMIRO
P-04	Solicitar aprovação da solução pelo Comitê de Governança Digital.	<b>Responsáveis:</b> ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, YURI ARAUJO CASSIMIRO , CAMILA CARVALHO SILVA
P-05	Elaborar Estudo Técnico Preliminar robusto, que apresente estudo comparativo realizado.	<b>Responsáveis:</b> YURI ARAUJO CASSIMIRO , CAMILA CARVALHO SILVA, ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO
P-06	Efetuar levantamento de contratações similares feitas por outros órgãos, consultar sítios da internet, de modo a buscar o maior número possível de fontes.	<b>Responsáveis:</b> YURI ARAUJO CASSIMIRO , ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, CAMILA CARVALHO SILVA
	<b>Ações de Contingência</b>	

C-01	Realizar pesquisa acurada de possíveis metodologias de marcado.	<b>Responsáveis:</b> YURI ARAUJO CASSIMIRO , CAMILA CARVALHO SILVA, ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO				
------	---	--	--	--	--	--

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-06	NÃO APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA.	Não ser possível realizar contratação.	Planejamento	Administração	Baixo	
Impactos						
1	Baixo.					
Ações Preventivas						
P-01	Reunião com autoridades superiores para sensibilização e aprovação do Termo de Referência.			Responsáveis: YURI ARAUJO CASSIMIRO , ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, CAMILA CARVALHO SILVA		
P-02	Análise para possíveis adequações no Termo de Referência.			Responsáveis: YURI ARAUJO CASSIMIRO , ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, CAMILA CARVALHO SILVA		
Ações de Contingência						
C-01	Reuniões de ponto de controle com Requisitantes.			Responsável: YURI ARAUJO CASSIMIRO		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-07	INDISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA FRENTE A VALORES ORÇADOS NOS PRIMEIROS LEVANTAMENTOS DE MERCADO (AUSÊNCIA DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS OU FINANCEIROS).	Impossibilidade de contratar a solução.	Planejamento	Administração	Alto	
Impactos						
1	Alto.					
Ações Preventivas						
P-01	Reservar dotação orçamentária adequada e realizar pré-empenho da despesa.			Responsável: UBIRATAN POTY		
Ações de Contingência						
C-01	Realizar Planejamento orçamentário a fim de realizar a aquisição da solução pretendida.			Responsável: UBIRATAN POTY		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-08	FALHAS OU ERROS NA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA.	Comprometimento parcial ou total da finalidade da contratação.	Planejamento	Administração	Alto	
Impactos						
1	Alto.					
Ações Preventivas						
P-01	Consultar contratações similares para elaborar o Estudo Técnico Preliminar.			Responsáveis: YURI ARAUJO CASSIMIRO , CAMILA CARVALHO SILVA, ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO		
P-02	Consultar fornecedores durante a elaboração do Estudo Técnico Preliminar.			Responsáveis: YURI ARAUJO CASSIMIRO , CAMILA CARVALHO SILVA, ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO		
P-03	Realizar revisão crítica do Estudo Técnico Preliminar.			Responsáveis: YURI ARAUJO CASSIMIRO , CAMILA CARVALHO SILVA, ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO		
Ações de Contingência						
C-01	Corrigir a especificação técnica.			Responsáveis: YURI ARAUJO CASSIMIRO , ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, CAMILA CARVALHO SILVA		
C-02	Cancelar ou revogar a licitação e republicar o Edital.			Responsável: WALDIR F. Das N. SILVEIRA Jr.		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
	EXISTÊNCIA DE OUTRAS					

R-09	DEMANDAS PRIORITÁRIAS DE CONTRATAÇÕES.	Atraso na efetivação da contratação ou não contratação.	Planejamento	Administração	Alto
	Impactos				
1	Alto,				
	Ações Preventivas				
P-01	Sensibilizar o Secretaria Geral quanto da importância e necessidade da contratação.			Responsável: UBIRATAN POTY	
P-02	Definir o cronograma de trabalho com todos os responsáveis envolvidos.			Responsável: ODILON MAZZINI JUNIOR	
	Ações de Contingência				
C-01	Repriorizar atividades.			Responsáveis: ODILON MAZZINI JUNIOR, UBIRATAN POTY	

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-10	AUSÊNCIAS E AFASTAMENTOS DE SERVIDORES.	Atraso na contratação.	Planejamento	Administração	Extremo	
	Impactos					
	1	Extremo.				
Ações Preventivas						
P-01	Definir cronograma de trabalho.			Responsáveis: ODILON MAZZINI JUNIOR, UBIRATAN POTY		
P-02	Planejar ausências legais dos servidores.			Responsáveis: ODILON MAZZINI JUNIOR, UBIRATAN POTY		
P-03	Compartilhar calendário de ausências legais dos servidores envolvidos.			Responsáveis: ODILON MAZZINI JUNIOR, UBIRATAN POTY		
P-04	Designar titulares e substitutos para as atividades.			Responsáveis: ODILON MAZZINI JUNIOR, UBIRATAN POTY		
P-05	Definir, planejar e compartilhar ferramenta e metodologia de gestão do conhecimento.			Responsáveis: ODILON MAZZINI JUNIOR, UBIRATAN POTY		
P-06	Estabelecer pontos de controle semanais com participantes titulares e substitutos.			Responsáveis: ODILON MAZZINI JUNIOR, UBIRATAN POTY		
Ações de Contingência						
C-01	Redistribuir trabalhos.			Responsáveis: UBIRATAN POTY, ODILON MAZZINI JUNIOR		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-11	PESQUISAS DE MERCADO INSUFICIENTES OU COM PROBLEMAS.	Contrato sobre precificado ou inexequível. Licitação fracassada ou deserta.	Planejamento	Administração	Alto	
Impactos						
1	Alto.					
Ações Preventivas						
P-01	Seguir os normativos vigentes aplicáveis à pesquisa de mercado.			Responsáveis: ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, CAMILA CARVALHO SILVA, YURI ARAUJO CASSIMIRO		
P-02	Realizar pesquisa de preço.			Responsáveis: ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, CAMILA CARVALHO SILVA, YURI ARAUJO CASSIMIRO		
P-03	Utilizar diversas fontes de preços.			Responsáveis: ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, CAMILA CARVALHO SILVA, YURI ARAUJO CASSIMIRO		
P-04	Manter a pesquisa de mercado atualizada.			Responsáveis: ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, CAMILA CARVALHO SILVA, YURI ARAUJO CASSIMIRO		
Ações de Contingência						
C-01	Realizar ou revalidar a pesquisa de mercado.			Responsáveis: ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, YURI ARAUJO CASSIMIRO , CAMILA CARVALHO SILVA		
C-02	Cancelar ou revogar a licitação e republicar o Edital.			Responsável: WALDIR F. Das N. SILVEIRA Jr.		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-12	DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO	Contratação não atender às necessidades de tecnológicas; atraso na solução.	Planejamento	Administração	Médio	

	Impactos		
1	Médio.		
	Ações Preventivas		
P-01	Envolver os requisitantes integrantes em todas as etapas da contratação.	Responsáveis: ODILON MAZZINI JUNIOR, UBIRATAN POTY	
	Ações de Contingência		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-13	ESTABELECIMENTO DE REQUISITOS NÃO ALINHADOS À R E A L NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO.	Contratação não atender às necessidades de negócio; questionamentos por parte dos interessados; atraso na solução.	Planejamento	Administração	Médio	

Impactos	
1	Média.
Ações Preventivas	
P-01	Envolver os integrantes requisitantes em todas as etapas da contratação. Responsável: ODILON MAZZINI JUNIOR
P-02	Justificar os requisitos definidos no Estudo Técnico Preliminar, tendo com base o princípio da motivação. Responsáveis: ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, CAMILA CARVALHO SILVA, YURI ARAUJO CASSIMIRO
P-03	Definir todos os requisitos relevantes para o atendimento à necessidade da contratação, de forma que seja possível aferir, com a maior exatidão possível, os preços e os prazos inerentes à contratação. Responsáveis: ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, CAMILA CARVALHO SILVA, YURI ARAUJO CASSIMIRO
P-04	Exigir somente os requisitos indispensáveis para o alcance dos benefícios pretendidos, a fim de maximizar a competitividade. Responsáveis: ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, CAMILA CARVALHO SILVA, YURI ARAUJO CASSIMIRO
P-05	Solicitar requisitos de negócio que estejam efetivamente validados com as áreas finalísticas. Responsáveis: ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, CAMILA CARVALHO SILVA, YURI ARAUJO CASSIMIRO
Ações de Contingência	

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-14	DIMENSIONAMENTO DE PRODUTOS, SERVIÇOS OU LICENÇAS AQUÉM OU ALÉM DO NECESSÁRIO.	Desperdício de recursos financeiros.	Planejamento	Administração	Alto	

Impactos	
1	Alto.
Ações Preventivas	
P-01	Fundamentar, no Estudo Técnico Preliminar, a estimar do quantitativo de postos necessários para a solução (memorial de cálculo). <b>Responsáveis:</b> ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, UBIRATAN POTYv
P-02	Observar as orientações constantes do Anexo da IN 01/2019, como por exemplo "alinhar a aquisição de licenças de software e seus serviços agregados às necessidades do órgão ou entidade para evitar gastos com produtos e serviços não utilizados;". <b>Responsáveis:</b> CAMILA CARVALHO SILVA, YURI ARAUJO CASSIMIRO , ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO
P-03	Fundamentar a necessidade de meios tecnológicos. <b>Responsáveis:</b> ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, YURI ARAUJO CASSIMIRO , CAMILA CARVALHO SILVA
P-04	Fundamentar as atividades a serem desenvolvidas. <b>Responsáveis:</b> ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, YURI ARAUJO CASSIMIRO , CAMILA CARVALHO SILVA

C-01	Diagnosticar a falha no dimensionamento.			Responsáveis: CAMILA CARVALHO SILVA, YURI ARAUJO CASSIMIRO , ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO		
C-02	Redimensionar a necessidade de contratação.			Responsáveis: CAMILA CARVALHO SILVA, YURI ARAUJO CASSIMIRO , ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO		
C-03	Realizar nova contratação para serviços ou licenças adicionais.			Responsáveis: CAMILA CARVALHO SILVA,		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-15	ESTABELECIMENTO DE PRAZO INEXEQUÍVEL PARA IMPLANTAÇÃO DA SOLUÇÃO.	Frustração na área requisitante; Prejuízo à credibilidade da área demandante; Planejamento DA inviabilidade da contratação.		Administração	Alto	
	Impactos					
	1	Alto.				
Ações Preventivas						
P-01	Estabelecer vigência de contrato considerando eventual necessidade de remanejamento de prazos devido a atrasos.			Responsáveis: ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, CAMILA CARVALHO SILVA, YURI ARAUJO CASSIMIRO		
Ações de Contingência						
C-01	Renegociar requisitos e prazos com a área requisitante.			Responsáveis: CAMILA CARVALHO SILVA, YURI ARAUJO CASSIMIRO , ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-16	DEPENDÊNCIA EXCESSIVA COM RELAÇÃO CONTRATADA.	Contratada passa a deter o conhecimento dos processos de trabalho e das À tecnologias empregadas mais do que o próprio Órgão.	Planejamento	Administração	Alto	
	Impactos					
	1	Alto.				
Ações Preventivas						
P-01	Prever no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência procedimentos relativos à transferência de conhecimentos, bem como os produtos esperados desses procedimentos.			Responsáveis: YURI ARAUJO CASSIMIRO , CAMILA CARVALHO SILVA, ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO		
P-02	Garantir a participação dos fiscais requisitantes e técnicos durante a execução do contrato.			Responsáveis: CAMILA CARVALHO SILVA, ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, UBIRATAN POTY		
P-03	Realizar reuniões de ponto de controle com todos os envolvidos.			Responsável: UBIRATAN POTY		
Ações de Contingência						

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-17	ATRASO OU SUSPENSÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO EM FACE DE IMPUGNAÇÕES.	Atraso na contratação; retrabalho.	Seleção do Fornecedor	Administração	Alto	
	Impactos					
	1	Alta.				
Ações Preventivas						
P-01	Elaboração do planejamento da contratação consultando soluções similares em outros órgãos e instituições.			Responsáveis: ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, YURI ARAUJO CASSIMIRO , CAMILA CARVALHO SILVA		
P-02	Elaborar Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência robustos que apresentem estudos comparativos realizados.			Responsáveis: ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, YURI ARAUJO CASSIMIRO , CAMILA CARVALHO SILVA		
P-03	Definição dos critérios de seleção de fornecedores com respaldo na jurisprudência dos Órgãos de controle.			Responsáveis: ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, YURI ARAUJO CASSIMIRO , CAMILA CARVALHO SILVA		
P-04	Verificação do teor de impugnações e recursos em contratações similares.			Responsáveis: ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, YURI ARAUJO CASSIMIRO , CAMILA CARVALHO SILVA, ALLAN CASTELO SUISSO DA SILVA		
P-05	Observar as recomendações da área Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Defesa - CONJUR/MD.			Responsáveis: ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, YURI ARAUJO CASSIMIRO , CAMILA CARVALHO SILVA, ALLAN CASTELO SUISSO DA SILVA		
P-06	Revisar os documentos que compõem o instrumento convocatório.			Responsáveis: ANDRE FILIPE COSTA DO		

NASCIMENTO, YURI ARAUJO  
CASSIMIRO , CAMILA  
CARVALHO SILVA, ALLAN  
CASTELO SUISSO DA SILVA

Ações de Contingência		
C-01	Alocação integral da Equipe de Planejamento da Contratação na resposta e mitigação das causas que originaram a suspensão do processo licitatório.	<b>Responsáveis:</b> CAMILA CARVALHO SILVA, ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, YURI ARAUJO CASSIMIRO
C-02	Mitigação e eliminação das causas que obstruem o processo licitatório.	<b>Responsáveis:</b> CAMILA CARVALHO SILVA, ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, YURI ARAUJO CASSIMIRO
C-03	Ajuste e republicação do Edital.	<b>Responsáveis:</b> WALDIR F. Das N. SILVEIRA Jr., ALLAN CASTELO SUISSO DA SILVA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-18	LICITAÇÃO DESERTA OU FRACASSADA.	Impossibilidade de contratação; retrabalho em função da necessidade de reavaliação dos critérios de contratação.	Seleção do Fornecedor	Administração	Alto	

Impactos		
1	Alto.	
Ações Preventivas		
P-01	Divulgar amplamente a licitação.	<b>Responsáveis:</b> ALLAN CASTELO SUISSO DA SILVA , WALDIR F. Das N. SILVEIRA Jr.
P-02	Proceder ampla pesquisa de mercado para referenciar o preço.	<b>Responsáveis:</b> YURI ARAUJO CASSIMIRO , ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, CAMILA CARVALHO SILVA
P-03	Convalidar a especificação técnica junto ao mercado.	<b>Responsáveis:</b> CAMILA CARVALHO SILVA, ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, YURI ARAUJO CASSIMIRO

Ações de Contingência		
C-01	Republicar o Edital.	<b>Responsáveis:</b> WALDIR F. Das N. SILVEIRA Jr., ALLAN CASTELO SUISSO DA SILVA
C-02	Ampliar a divulgação do Edital, com convite direto às empresas que apresentaram orçamento na pesquisa de preços.	<b>Responsáveis:</b> WALDIR F. Das N. SILVEIRA Jr., ALLAN CASTELO SUISSO DA SILVA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-19	RECUSA VENCEDORA ASSINAR CONTRATO	DA EM O MD. Impossibilidade de contratação; ausência do serviço para o Ministério da Defesa -	Seleção do Fornecedor	Administração	Alto	

Impactos		
1	Alto.	
Ações Preventivas		
P-01	Elaborar Estudo Técnico Preliminar, Análise de Riscos e Termo de Referência que apresentem estudo comparativo realizado e de forma a atender às reais necessidades de negócio e com preços e prazos factíveis para o mercado.	<b>Responsáveis:</b> YURI ARAUJO CASSIMIRO , ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, CAMILA CARVALHO SILVA
Ações de Contingência		
C-01	Convocar a próxima empresa classificada para assumir o contrato.	<b>Responsáveis:</b> ALLAN CASTELO SUISSO DA SILVA , WALDIR F. Das N. SILVEIRA Jr.
C-02	Abrir processo de sanção.	<b>Responsável:</b> WALDIR F. Das N. SILVEIRA Jr

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-20	PROPOSTA DO PREGÃO COM VALOR SUPERIOR AO ESTIMADO.	Licitação fracassada.	Seleção do Fornecedor	Administração	Médio	

Impactos		
1	Médio.	
Ações Preventivas		
P-01	Acompanhar as apresentações de propostas e analisar a planilha da licitante.	<b>Responsável:</b> ALLAN CASTELO SUISSO DA SILVA
P-02	Elaborar de forma precisa o valor de referência, por meio de consulta a uma ampla fonte de dados.	<b>Responsáveis:</b> YURI ARAUJO CASSIMIRO , CAMILA CARVALHO SILVA, ANDRE FILIPE COSTA DO



**Ações de Contingência**

C-01	Desclassificar empresa em caso de proposta acima do valor estimado.	<b>Responsável:</b> ALLAN CASTELO SUISSO DA SILVA
C-02	Negociar o valor com as licitantes.	<b>Responsável:</b> ALLAN CASTELO SUISSO DA SILVA
C-03	Analisar a participação e disputa de lances do pregão e a viabilidade do melhor valor obtido em relação ao máximo valor aceitável.	<b>Responsável:</b> ALLAN CASTELO SUISSO DA SILVA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-21	PROPOSTA DO PREGÃO COM VALOR MUITO INFERIOR AO DO MERCADO.	Licitação fracassada.	Seleção do Fornecedor	Administração	Alto	

**Impactos**

1 Alto.

**Ações Preventivas**

P-01	Acompanhamento das apresentações de propostas. Verificar a planilha de custos da empresa e analisar o risco de falha na execução do contrato por oferecimento de preços inexecutáveis.	<b>Responsável:</b> ALLAN CASTELO SUISSO DA SILVA
P-02	Realizar análise crítica dos preços propostos, considerando o backlog do projeto, os requisitos de formação de equipes do TR, a experiência do Ministério da Defesa - MD no desenvolvimento de processos e ampla pesquisa de mercado de desenvolvimento.	<b>Responsável:</b> ALLAN CASTELO SUISSO DA SILVA

**Ações de Contingência**

C-01	Desclassificar empresa caso haja previsão no Termo de Referência.	<b>Responsável:</b> ALLAN CASTELO SUISSO DA SILVA
------	---	---

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-22	APRESENTAÇÃO DE RECURSO.	Atraso na contratação.	Seleção do Fornecedor	Administração	Alto	

**Impactos**

1 Alto.

**Ações Preventivas**

P-01	Realizar adequada instrução processual.	<b>Responsável:</b> ALLAN CASTELO SUISSO DA SILVA
P-02	Realizar boa condução do certame.	<b>Responsável:</b> ALLAN CASTELO SUISSO DA SILVA

**Ações de Contingência**

C-01	Reabrir o certame, com aproveitamento de todos os atos não comprometidos.	<b>Responsável:</b> ALLAN CASTELO SUISSO DA SILVA
------	---	---

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-23	ATRASO NO INÍCIO DO CONTRATO.	Atraso na disponibilização da solução.	Gestão de Contrato	Administração	Médio	

**Impactos**

1 Médio.

**Ações Preventivas**

P-01	Acompanhar e cobrar da empresa o cumprimento integral do contrato.	<b>Responsáveis:</b> ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, CAMILA CARVALHO SILVA, UBRATAN POTY
P-02	Solicitar a aplicação das penalidades cabíveis por inexecução parcial ou total do contrato.	<b>Responsáveis:</b> ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, CAMILA CARVALHO SILVA, UBRATAN POTY

**Ações de Contingência**

C-01	Solicitar apoio temporário de outros parceiros na prestação do serviço.	<b>Responsáveis:</b> ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, CAMILA CARVALHO SILVA, UBRATAN POTY
------	---	--

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-24	FALTA DE PESSOAL PARA A FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO.	Atraso nas execução dos serviços; baixa qualidade técnica-profissional do contratado; não atendimento das necessidades técnicas e de negócios.	Gestão de Contrato	Administração	Alto	

**Impactos**

1 Alto.

**Ações Preventivas**

P-01	Manter substitutos, recrutar e capacitar novos integrantes.	<b>Responsáveis:</b> UBRATAN POTY, ODILON MAZZINI JUNIOR
------	---	--

Ações de Contingência		
C-01	Redistribuição de atividades entre servidores e priorização de demanda.	<b>Responsáveis:</b> ODILON MAZZINI JUNIOR , UBIRATAN POTY

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-25	QUALIFICAÇÃO INSUFICIENTE DOS FISCAIS DO CONTRATO.	Atraso nas entregas; baixa qualidade técnica do produto; não atendimento do produto às necessidades técnicas e de negócio.	Gestão de Contrato	Administração	Médio	
Impactos						
1	Médio.					
Ações Preventivas						
P-01	Indicar servidores capacitados.			Responsáveis: ODILON MAZZINI JUNIOR , UBIRATAN POTY		
P-02	Prover treinamento aos servidores que serão indicados.			Responsáveis: UBIRATAN POTY, ODILON MAZZINI JUNIOR		
Ações de Contingência						
C-01	Prover treinamento aos servidores indicados.			Responsáveis: ODILON MAZZINI JUNIOR , UBIRATAN POTY		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-26	NECESSIDADE DE MUITA CODIFICAÇÃO OU MUDANÇAS NO CÓDIGO, GERANDO INCOMPATIBILIDADE COM A VERSÃO ORIGINAL DA PLATAFORMA.	Dificuldade para atualização de novas versões e correção de bugs.	Gestão de Contrato	Administração	Baixo	
Impactos						
1	Baixo.					
Ações Preventivas						
P-01	Prever em contrato a obrigatoriedade de se façam o mínimo possível de customizações.			Responsáveis: UBIRATAN POTY , CAMILA CARVALHO SILVA, ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO		
Ações de Contingência						
C-01	Zelar para que sejam feitas atualizações no constantes no código, de modo a compatibilizar com a versão original.			Responsáveis: ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, CAMILA CARVALHO SILVA, UBIRATAN POTY		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-27	ALTERAÇÃO DO ESCOPO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS.	Alteração nos prazos e nos custos estimados;	Gestão de Contrato	Administração	Alto	
	Impactos					
1	Alto.					
Ações Preventivas						
P-01	Definir o escopo dos serviços de forma clara, durante o Estudo Técnico Preliminar.			Responsáveis: ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, CAMILA CARVALHO SILVA, YURI ARAUJO CASSIMIRO		
P-02	Validar o escopo contratado com a autoridade máxima.			Responsável: UBIRATAN POTY		
P-03	Realizar a sensibilização e o acompanhamento do escopo com os interessados.			Responsáveis: ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, CAMILA CARVALHO SILVA, YURI ARAUJO CASSIMIRO		
Ações de Contingência						
C-01	Realizar gestão de crise.			Responsáveis: ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, CAMILA CARVALHO SILVA, YURI ARAUJO CASSIMIRO		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-28	DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS POR PARTE DA CONTRATADA.	Não disponibilização da solução desejada.	Gestão de Contrato	Administração	Alto	
Impactos						
1	Alta.					



Ações Preventivas		
P-01	Prever penalidades no Termo de Referência, por descumprimento de cláusulas contratuais.	<b>Responsáveis:</b> ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, CAMILA CARVALHO SILVA, YURI ARAUJO CASSIMIRO
P-02	Realizar reunião inicial do contrato para clareza acerca da prestação dos serviços.	<b>Responsáveis:</b> ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, CAMILA CARVALHO SILVA, YURI ARAUJO CASSIMIRO

Ações de Contingência		
C-01	Aplicar as penalidades previstas no Termo de Referência.	<b>Responsáveis:</b> ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, CAMILA CARVALHO SILVA
C-02	No caso de atraso superior ao aceitável conforme definição contratual, rescindir o contrato e convocar a próxima empresa classificada.	<b>Responsável:</b> ALLAN CASTELO SUISSO DA SILVA
C-03	Realizar pagamento conforme resultado.	<b>Responsáveis:</b> ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, CAMILA CARVALHO SILVA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-29	INADIMPLÊNCIA FISCAL E TRIBUTÁRIA PELA CONTRATADA.	Irregularidade da Contratada; atraso nas entregas; rescisão do contrato; potencial criação de passivo trabalhista para a administração.	Gestão de Contrato	Administração	Baixo	

Impactos	
1	Baixo.
Ações Preventivas	
P-01	Exigência da documentação de regularidade fiscal da Contratada.  <b>Responsáveis:</b> ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, CAMILA CARVALHO SILVA, YURI ARAUJO CASSIMIRO
P-02	Exigir Garantia Contratual de forma a utilizar valores retidos para adimplemento de eventual inobservância de obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza.  <b>Responsáveis:</b> ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, CAMILA CARVALHO SILVA, YURI ARAUJO CASSIMIRO
P-03	Fiscalizar preventivamente e ostensivamente o cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.  <b>Responsáveis:</b> ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, CAMILA CARVALHO SILVA

Ações de Contingência		
C-01	Suspensão do pagamento até a regularização fiscal.	<b>Responsáveis:</b> ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, CAMILA CARVALHO SILVA
C-02	Retenção de valores devidos à contratada e pagamento direto para cumprimento de eventuais obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias não satisfeitas.	<b>Responsáveis:</b> ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, CAMILA CARVALHO SILVA
C-03	Abertura de processo sancionatório.	<b>Responsáveis:</b> ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, CAMILA CARVALHO SILVA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-30	BAIXA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DOS PROFISSIONAIS DA EMPRESA PARA EXECUÇÃO DO CONTRATO.	Atraso nas entregas; baixa qualidade técnica do produto; não atendimento do produto às necessidades técnicas e de negócio.	Gestão de Contrato	Administração	Alto	

Impactos	
1	Alto.
Ações Preventivas	
P-01	Previsão de exigência de experiência profissional.  <b>Responsáveis:</b> ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, CAMILA CARVALHO SILVA, YURI ARAUJO CASSIMIRO
Ações de Contingência	
C-01	Aplicação das penalidades previstas no Termo de Referência.  <b>Responsáveis:</b> ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, CAMILA CARVALHO SILVA
C-02	Solicitação de substituição dos profissionais.  <b>Responsáveis:</b> ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, CAMILA CARVALHO SILVA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
	INDISPONIBILIDADE					

R-31	DO SISTEMA POR interrupção dos trabalhos no Ministério da ERRO NO Defesa - MD. DESENVOLVIMENTO OU FALHA NA APLICAÇÃO.	Gestão de Contrato	Administração	Alto
------	---	--------------------	---------------	------

Impactos	
1	Alto.
Ações Preventivas	
P-01	Prever penalidades no Termo de Referência.  <b>Responsáveis:</b> ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, CAMILA CARVALHO SILVA, YURI ARAUJO CASSIMIRO
P-02	Manter o desenvolvimentos constante nos trabalhos executados e em proximidade com a Equipe de Contratação e setores envolvidos.  <b>Responsáveis:</b> ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, CAMILA CARVALHO SILVA, YURI ARAUJO CASSIMIRO
Ações de Contingência	
C-01	Aplicação das penalidades previstas no Termo de Referência.  <b>Responsável:</b> WALDIR F. Das N. SILVEIRA Jr.

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item	
R-32	VAZAMENTO DE DADOS E INFORMAÇÕES P E L O S FUNCIONÁRIOS DA CONTRATADA.	Descumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.	Gestão de Contrato	Administração	Alto		
	Impactos						
	1	Alto.					
	Ações Preventivas						
P-01	Prever no Termo de Referência observância à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).	Responsáveis: ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, CAMILA CARVALHO SILVA, YURI ARAUJO CASSIMIRO					
P-02	Prever penalidades no Termo de Referência, por descumprimento de cláusulas contratuais.	Responsáveis: ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, CAMILA CARVALHO SILVA, YURI ARAUJO CASSIMIRO					
Ações de Contingência							
C-01	Aplicação das penalidades previstas no Termo de Referência.			Responsáveis: ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, CAMILA CARVALHO SILVA			

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-33	FALTA DE GESTÃO DO PROCESSO DO CICLO DE DESENVOLVIMENTO.	Solução desenvolvida não atender às necessidades de negócio; falta de transparência do processo.	Gestão de Contrato	Administração	Alto	
Impactos						
1	Alto.					
Ações Preventivas						
P-01	Definir o fluxo de acompanhamento de desenvolvimento.			Responsáveis: ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, CAMILA CARVALHO SILVA		
Ações de Contingência						
C-01	Aplicação das penalidades previstas no Termo de Referência caso a empresa não observe o fluxo definido.			Responsáveis: ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, CAMILA CARVALHO SILVA		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-34	DESCONFORMIDADES NA EXECUÇÃO DO OBJETO.	Não atendimento às necessidades de negócios.	Gestão de Contrato	Administração	Alto	
Impactos						
1	Alto.					
Ações Preventivas						
P-01	Definir claramente nos autos processuais os critérios de qualidade a serem verificados nos produtos e serviços entregues.			Responsáveis: ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, CAMILA CARVALHO SILVA, YURI ARAUJO CASSIMIRO		
P-02	Prever procedimentos de recusa dos produtos e serviços, caso não atendam aos critérios estabelecidos.			Responsáveis: ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, CAMILA CARVALHO SILVA		
P-03	Especificar glosas e sanções passíveis de serem aplicadas à contratada.			Responsáveis: ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, CAMILA		

**Ações de Contingência**

C-01	Aplicar glosas e sanções.	<b>Responsáveis:</b> ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, CAMILA CARVALHO SILVA
------	---------------------------	--

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-35	PAGAMENTOS INDEVIDOS POR SERVIÇOS PARCIALMENTE EXECUTADOS OU NÃO EXECUTADOS.	Dano ao erário.	Gestão de Contrato	Administração	Alto	

**Impactos**

1 Alto.

**Ações Preventivas**

P-01	Estabelecer, durante a execução do contrato, as definições de preparado e pronto de cada entrega.	<b>Responsáveis:</b> ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, CAMILA CARVALHO SILVA
P-02	Estabelecer parâmetros para teste e aceite.	<b>Responsáveis:</b> ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, CAMILA CARVALHO SILVA

**Ações de Contingência**

C-01	Aplicar glosas e sanções.	<b>Responsáveis:</b> ANDRE FILIPE COSTA DO NASCIMENTO, CAMILA CARVALHO SILVA
------	---------------------------	--

**4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos**


Nenhum acompanhamento incluído.

**5. Responsáveis / Assinantes**

Equipe de Planejamento

YURI ARAUJO CASSIMIRO

Equipe de apoio

Documento assinado digitalmente  
 YURI ARAUJO CASSIMIRO  
 Data: 19/05/2023 14:01:06-0300  
 Verifique em: <https://validar.itl.gov.br>

**Anexo XXX - Apêndice III - Parte 2 - Grupo 1 - 2.  
Planilha de formação de custo dos serviços de diária  
e deslocamento - Engenheiro Civil..pdf**

ESTIMATIVA DE CUSTO TOTAL POR ANO REFERENTE À DIÁRIA E DESLOCAMENTO

UNIDADES	PROFISSIONAL	QUANTIDADE DE POSTOS
MD/MAPA/CENSIPAM	ENGENHEIRO CIVIL	101

ESTIMATIVA DE CUSTO TOTAL POR ANO REFERENTE À DIÁRIA					
Tipo de Despesa	Unidade	Valor estimado para cada unidade (R\$)	Quantidade total de unidade estimada/Ano	Porcentage m	Valor total estimado por ano
Diária	Pernoite	R\$ 381,14	4092	-	R\$ 1.559.624,88
A	Custos Indiretos / Despesas Administrativas:			0%	R\$ -
B	Lucro:			0%	R\$ -
C	Tributos:		Alíquota:		R\$ -
	Tributos Federais:	PIS:	1,65%	14,25%	R\$ 30.010,27
		COFINS:	7,60%		R\$ 138.229,14
		CPRB:	0,00%		R\$ -
	Tributos Estaduais:	-	0,00%		R\$ -
	Tributos Municipais:	ISSQN:	5%		R\$ 90.940,23
Total dos Tributos:			14,25%	14,25%	R\$ 259.179,64
Valor Total Anual do Serviço:					R\$ 1.818.804,52

ESTIMATIVA DE CUSTO TOTAL POR ANO REFERENTE À DESLOCAMENTO					
Tipo de Despesa	Unidade	Valor estimado para cada unidade (R\$)	Quantidade total de unidade estimada/Ano	Porcentage m	Valor total estimado por ano
Deslocamento	Trecho	R\$ 3.070,70	1868	-	R\$ 5.736.067,60
A	Custos Indiretos / Despesas Administrativas:			1%	R\$ 57.360,68
B	Lucro:			1%	R\$ 57.934,28
C	Tributos:		Alíquota:		R\$ 115.294,96
	Tributos Federais:	PIS:	1,65%	14,25%	R\$ 112.591,82
		COFINS:	7,60%		R\$ 518.604,73
		CPRB:	0,00%		R\$ -
	Tributos Estaduais:	-			R\$ -
	Tributos Municipais:	ISSQN:	5%		R\$ 341.187,32
Total dos Tributos			14,25%	16,25%	R\$ 972.383,87
Valor Total Anual do Serviço:					R\$ 6.823.746,42

RESUMO DA PROPOSTA REFERENTE À DIÁRIA		
Valor unitário com impostos	Valor mensal com impostos	Valor total com impostos
R\$ 444,48	R\$ 151.567,04	R\$ 1.818.804,52

RESUMO DA PROPOSTA REFERENTE À DESLOCAMENTO		
Valor unitário com impostos	Valor mensal com impostos	Valor total com impostos
R\$ 3.652,97	R\$ 568.645,54	R\$ 6.823.746,42

**Anexo XXXI - Apêndice III - Parte 5 - Grupo 1 - 5.  
Descrição\_ características e exigências dos cargos -  
Engenheiro Civil..pdf**

## Engenheiro Civil (grupo 1)

<b>Cargo</b>	<b>Engenheiro Civil</b>
<b>Código CBO</b>	2142-05
<b>Salário Proposto</b>	R\$ 10.800,00
<b>Grau de Instrução</b>	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de nível superior em engenharia civil reconhecido pelo MEC, e registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA).
<b>Conhecimentos Básicos</b>	<p>Conhecimento do sistema operacional Windows, navegadores de internet, correio eletrônico, editores de textos e apresentações, planilhas eletrônicas, na língua portuguesa, noções de direito administrativo, administração pública e redação oficial.</p> <p>Noções sobre a nova lei de licitações (14.133/2021), gestão e gerenciamento de projetos, conhecimento acerca da fiscalização de projetos e obras de engenharia, conceituação básica acerca do sistema <i>BIM</i> (Building Information Modeling).</p>
<b>Atribuições Internas</b> (na sede do Ministério da Defesa)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prestar Consultoria;</li> <li>• <b>Avaliar projetos e obras:</b> emitir pareceres de análise técnica sobre os projetos básicos de engenharia encaminhados a este programa, provenientes de convênios entre entidades municipais e estaduais e o Ministério da Defesa;</li> <li>• Elaborar parecer de análise junto ao Portal TRANSFEREGOV visando a aprovação técnicas de convênios contemplados;</li> <li>• <b>Propor soluções técnicas:</b> dar assistência e propor soluções técnicas aos convenientes, para o correto enquadramento dos projetos básicos de engenharia conforme Convênios firmados entre o Ministério da Defesa e Entidades;</li> <li>• <b>Verificar atendimento a normas, padrões e procedimento:</b> avaliar o teor de documentação técnica apresentada por ocasião da aprovação de projetos básicos de Engenharia, visando adequação aos critérios técnicos;</li> <li>• Controlar Qualidade do Empreendimento;</li> <li>• <b>Controlar documentação técnica:</b> avaliar o teor de documentação técnica apresentada por ocasião da execução do convênio por meio de boletins de medição gerados pela equipe de fiscalização, verificando a conformidade com a situação representada no relatório fotográfico; e</li> <li>• Elaborar relatórios de visita preliminar para análise do projeto básico e emissão do laudo de análise e relatório de vistoria intermediária observando as atividades de monitoramento da execução física das metas, etapas e fases do objeto pactuado nos instrumentos, a ser realizada pelo concedente ou pela mandatária.</li> </ul>
<b>Atribuições Externas</b> (fora da sede do Ministério da Defesa, na área de atuação do Programa Calha Norte)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Avaliar desempenho da obra:</b> Vistoriar "in loco" os objetos provenientes dos convênios, durante e após a execução das obras, certificando a regular e correta execução dos objetos conforme celebrado em termo de convênio e projeto básico de engenharia e elaborar laudos de vistoria;</li> <li>• Elaborar Documentação Técnica;</li> <li>• Emitir Laudos: Elaborar laudos de vistorias, com vistas a auxiliar o Ordenador de Despesas do Departamento do Programa Calha Norte - DPCN em tomada de decisão</li> </ul>

	<p>pertinente às prestações de contas dos convênios, com base nas vistorias "<i>in loco</i>" dos objetos provenientes dos convênios; e</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Auxiliar nas palestras em workshop, na área de atuação do PCN, prestando esclarecimentos técnicos atinentes à execução das fases dos convênios, contrato de repasse ou instrumentos congêneres.</li> </ul>
--	--

## Habilidades, Atitudes e Valores

Habilidades	<ul style="list-style-type: none"> <li>Comunicação - capacidade de escutar e de transmitir ideias com desenvoltura, coerência, facilidade de expressão oral e escrita e objetividade;</li> <li>Concentração - capacidade de ficar alerta, selecionar informações importantes, bloquear sinais irrelevantes redirecionar o pensamento;</li> <li>Ética - capacidade de adotar comportamentos e relacionamentos que observemos valores e normas adotados no ambiente de trabalho;</li> <li>Gerenciamento do tempo - capacidade de gerenciar o próprio tempo e o dos outros considerando as atividades a serem realizadas;</li> <li>Resolução de problemas - capacidade de percepção e criação de estratégias efetivas para resolver situações novas ou mal definidas;</li> <li>Coerência - apresentar de forma consistente argumentos e posicionamentos viáveis;</li> <li>Autocrítica - reformular por meio da introspectiva, ideias ou posicionamentos;</li> <li>Objetividade - priorizar os aspectos essenciais; e</li> <li>Perspicácia - compreender de forma sagaz, particularidades importantes;</li> </ul>
Atitudes e Valores	<ul style="list-style-type: none"> <li>Altruísmo-capacidade de abdicar de interesses pessoais em benefício de outras pessoas ou do interesse público;</li> <li>Comprometimento – engajamento traduzido em atenção, empenho e zelo em prol do serviço público;</li> <li>Disposição-capacidade de estar sempre alerta e disponível, iniciativa e entusiasmo;</li> <li>Empatia - capacidade de se imaginar no lugar de outras pessoas e de compreender seus sentimentos, desejos, ideias e ações, atuando com cordialidade e cortesia em suas atitudes;</li> <li>Equilíbrio emocional - capacidade de trabalhar sob pressão, resistência à frustração, maturidade e resiliência.</li> <li>Flexibilidade – capacidade de se adaptar às mudanças e rever pontos de vista, abertura para feedbacks e ideias diferentes;</li> <li>Integridade – atuar de maneira correta, honesta, proba e com transparência, pautado por princípios éticos e morais;</li> <li>Pontualidade - capacidade de realizar os compromissos e afazeres dentro do prazo estipulado, com exatidão e regularidade; e</li> </ul>



- |  |  |
|--|--|
|  | <ul style="list-style-type: none"><li>• Profissionalismo - capacidade de demonstrar excelência, valores honráveis, padrões, ética e bom caráter, sendo produtivo e proativo.</li></ul> |
|--|--|

**Anexo XXXII - Apêndice III - Parte 8 - Grupo 1 - 8.  
Valores de Taxas para o Registro de ART em 2023 -  
CREA-DF.pdf**



(/index.php/)

A+ A A-

# Valores de Taxas para o Registro de ART em 2023

Ato Administrativo N° 003 (/sites/default/files/003.pdf) (Fixa os critérios para cobrança de registro da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART e dá outras providências.)

Em função do disposto nos artigos 3° e 4° da Resolução 1067/2015 (<https://normativos.confea.org.br/Ementas/Visualizar?id=57697>), será aplicado a taxa mínima de RS 96,62 para o registro de Anotações de Responsabilidade Técnica de:

- Co-responsabilidade, Co-autoria e Equipe (desde que não seja a principal)
- Desempenho de Cargo ou Função Técnica.
- Execução de obra ou serviço realizado no exterior.
- Substituição de ART quando o valor continuar da mesma faixa da tabela de taxas.
- Vínculo empregatício com entidade pública.

A quitação da ART deverá se dar exclusivamente por meio de pagamento do boleto bancário. O prazo para baixa do pagamento no sistema do Crea-DF é de até 24h em dias uteis. Depósitos ou transferência em contas bancárias do Crea-DF não serão aceitos.

## Tabela A – Obra ou serviço

Conforme Resolução 1067/2015 (<https://normativos.confea.org.br/Ementas/Visualizar?id=57697>), do CONFEA (art. 2°, §2° e §3°):

- O valor da ART referente à execução de obra incidirá sobre o valor do custo da obra.
- O valor da ART referente à prestação de serviço incidirá sobre o valor do contrato.

TABELA A

FAIXAS	VALOR DO CONTRATO	TAXA DA ART (EM R\$)
1	Até 15.000,00	R\$ 96,62
2	Acima de 15.000,00	R\$ 254,59

## Tabela B – Obra ou serviço de rotina ARTs múltiplas mensais

Conforme Resolução 1067/2015 (<https://normativos.confea.org.br/Ementas/Visualizar?id=57697>), do CONFEA (art. 6º, §1º e §2º)

O valor da ART múltipla corresponderá ao somatório dos valores individuais da ART relativa a cada contrato de obra ou serviço de rotina, conforme valores fixados nas Tabelas A e B.

§ 1º O valor individual da ART relativa a cada contrato de receita agrônômica, independentemente do valor de contrato, corresponderá ao da faixa 1 da Tabela B.

§ 2º Para efeito do disposto no caput e parágrafos deste artigo, o registro da ART múltipla deverá observar, no mínimo, o valor fixado na faixa 1 da Tabela A (R\$ 88,78).

TABELA B		
FAIXAS	VALOR DO CONTRATO	TAXA DA ART (EM R\$)
1	Até 500,00	R\$ 1,87
2	De 500,01 até 1.000,00	R\$ 3,81
3	De 1.000,01 até 2.000,00	R\$ 5,68
4	De 2.000,01 até 3.000,00	R\$ 9,51
5	De 3.000,01 até 4.500,00	R\$ 15,29
6	De 4.500,01 até 6.000,00	R\$ 22,92
7	De 6.000,01 até 7.500,00	R\$ 30,74
8	Acima de 7.500,01	TABELA "A"

\* É condição essencial para o registro de ARTs-MM que o Tipo de Obra / serviço contratado conste na relação unificada de atividades e de obras e serviços de rotina, nos termos do art. 36 da Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009.

Veja a relação de obras, serviços e atividades aptos para ART Múltipla

Clique aqui ([https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/48741470/do1-2018-11-06-decisao-normativa-n-113-de-31-de-outubro-de-2018](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/48741470/do1-2018-11-06-decisao-normativa-n-113-de-31-de-outubro-de-2018))

## Maiores informações sobre Registro de Anotação de Responsabilidade Técnica

Saiba Mais (<https://artnova.creadf.org.br/#taxas-valores>)

Anuidade 2023 (<https://sitenovo.creadf.org.br/anuidade23>)

---

Emissão de Boletos ([https://gpag.creadf.org.br/boleto/form\\_boleto\\_site.php](https://gpag.creadf.org.br/boleto/form_boleto_site.php))

---

Taxas: Valores de Serviços e Multas (/valores-multas)

---

Autenticidade de Boletos (/validarboletos)

---

### Valores de Taxas para o Registro de ART em 2023

---

Andamentos de Processos (<https://ged.creadf.org.br/processo/conferir>)

---

Autenticidade ART's, CRQs, CATs e outras certidões (/autenticidade)

---

Empresas Registradas (<https://corp.creadf.org.br/pj/publica/consulta>)

---

Profissionais Registrados (<https://corp.creadf.org.br/pf/publica/consulta>)

---

Consulta a Instituições de Ensino Cadastradas no Crea DF (/instituicaodeensino)

---

Tabela de Salário Mínimo Profissional 2023 ([https://sitenovo.creadf.org.br/sites/default/files/Tabela\\_salarial\\_profissional\\_\\_2023-06-03-2023.docx](https://sitenovo.creadf.org.br/sites/default/files/Tabela_salarial_profissional__2023-06-03-2023.docx))

---

Endereço: SGAS 901, Cj. D  
Asa Sul Brasília-DF - CEP: 70390-010  
Telefone Geral: (61) 3961-2800  
Horário de Atendimento ao Público: das 9h00 às 17h00  
Política de Privacidade (/lgpd)  
Revogar consentimento de cookies



**CONFEA** (<http://www.confea.org.br/>)



**MUTUA** (<http://www.mutua.com.br/>)



**LGPD** (<https://sitenovo.creadf.org.br/lgpd>)



**Acesso à Informação** (<https://transparencia.creadf.org.br/>)

**Anexo XXXIII - Apêndice III - Parte 13 - Grupo 2 - 5.  
Descrição\_ características e exigências dos cargos -  
Engenheiro Mecânica.pdf**

## Engenheiro Mecânico (grupo 2)

<b>Cargo</b>	<b>Engenheiro Mecânico</b>
<b>Código CBO</b>	2144-05
<b>Salário Proposto</b>	R\$ 10.800,00
<b>Grau de Instrução</b>	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de nível superior em engenharia mecânica reconhecido pelo MEC, e registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA).
<b>Conhecimentos Básicos</b>	Conhecimento do sistema operacional Windows, navegadores de internet, correio eletrônico, editores de textos e apresentações, planilhas eletrônicas, na língua portuguesa, noções de direito administrativo, administração pública e redação oficial.
<b>Atribuições Internas (na sede do Ministério da Defesa)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Consultar literatura técnica, consultar fornecedores, consultar produtos similares e analisar viabilidade financeira do projeto: Fazer consulta ao mercado de fornecedores para a elaboração de especificações e planilha de custos na aquisição de bens;</li> <li>Elaborar parecer de análise junto ao Portal TRANSFEREGOV visando a aprovação técnicas de convênios contemplados;</li> <li><b>Propor soluções técnicas:</b> dar assistência e propor soluções técnicas aos convenientes, para o correto enquadramento dos projetos básicos de engenharia conforme Convênios firmados entre o Ministério da Defesa e Entidades;</li> <li><b>Elaborar especificações técnicas:</b> elaborar e analisar especificação técnica para o projeto básico de engenharia encaminhados a este programa, provenientes de convênios entre entidades municipais e estaduais e o Ministério da Defesa;</li> <li>Elaborar teor técnico em contratação de bens e serviços, confeccionar documento técnico para a aquisição de bens mediante processo licitatório;</li> <li><b>Controlar documentação técnica:</b> avaliar o teor de documentação técnica apresentada por ocasião da execução do convênio por meio de boletins de medição gerados pela equipe de fiscalização, verificando a conformidade com a situação representada no relatório fotográfico; e</li> <li><b>Avaliar desempenho da obra:</b> vistoriar "in loco" os objetos provenientes dos convênios, durante e após a execução das obras (climatização e elevadores), e compras de veículos e equipamentos, apoiando a certificação da regular e correta execução dos objetos dos convênios, conforme celebrado em termo de convênio e projeto básico de engenharia, e elaborar laudos de vistorias, com vistas a auxiliar o Ordenador de Despesas do DPCN em tomada de decisão pertinente às prestações de contas dos convênios.</li> </ul>
<b>Atribuições Externas (fora da sede do Ministério da Defesa, na área de atuação do Programa Calha Norte)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaborar relatórios e laudos técnicos: vistoriar "in loco" os objetos provenientes dos convênios, após a aquisição de bens, certificando a regular e correta execução dos objetos conforme celebrado em termo de convênio e projeto básico de engenharia. Elaborar laudos de vistoria.</li> <li>Auxiliar na realização de palestras em workshop, na área de atuação do PCN, prestando esclarecimentos técnicos atinentes à execução das fases dos convênios, contrato de repasse ou instrumentos congêneres.</li> </ul>

## Habilidades, Atitudes e Valores

### Habilidades

- Comunicação - capacidade de escutar e de transmitir ideias com desenvoltura, coerência, facilidade de expressão oral e escrita e objetividade;
- Concentração - capacidade de ficar alerta, selecionar informações importantes, bloquear sinais irrelevantes redirecionar o pensamento;
- Ética - capacidade de adotar comportamentos e relacionamentos que observemos valores e normas adotados no ambiente de trabalho;
- Gerenciamento do tempo - capacidade de gerenciar o próprio tempo e o dos outros considerando as atividades a serem realizadas;
- Resolução de problemas - capacidade de percepção e criação de estratégias efetivas para resolver situações novas ou mal definidas;
- Coerência - apresentar de forma consistente argumentos e posicionamentos viáveis;
- Autocrítica - reformular por meio da introspectiva, ideias ou posicionamentos;
- Objetividade - priorizar os aspectos essenciais; e
- Perspicácia - compreender de forma sagaz, particularidades importantes;

### Atitudes e Valores

- Altruísmo-capacidade de abdicar de interesses pessoais em benefício de outras pessoas ou do interesse público;
- Comprometimento – engajamento traduzido em atenção, empenho e zelo em prol do serviço público;
- Disposição-capacidade de estar sempre alerta e disponível, iniciativa e entusiasmo;
- Empatia - capacidade de se imaginar no lugar de outras pessoas e de compreender seus sentimentos, desejos, ideias e ações, atuando com cordialidade e cortesia em suas atitudes;
- Equilíbrio emocional - capacidade de trabalhar sob pressão, resistência à frustração, maturidade e resiliência.
- Flexibilidade – capacidade de se adaptar às mudanças e rever pontos de vista, abertura para feedbacks e ideias diferentes;
- Integridade – atuar de maneira correta, honesta, proba e com transparência, pautado por princípios éticos e morais;
- Pontualidade - capacidade de realizar os compromissos e afazeres dentro do prazo estipulado, com exatidão e regularidade; e
- Profissionalismo - capacidade de demonstrar excelência, valores honráveis, padrões, ética e bom caráter, sendo produtivo e proativo.



**Anexo XXXIV - Apêndice III - Parte 15 - Grupo 2 - 7.  
Registrada-CCT-2023-2025.pdf**

## CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2023/2025

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: DF000372/2023  
DATA DE REGISTRO NO MTE: 23/06/2023  
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR032546/2023  
NÚMERO DO PROCESSO: 19964.112434/2023-96  
DATA DO PROTOCOLO: 23/06/2023

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO DISTRITO FEDERAL , CNPJ n. 00.412.403/0001-48, neste ato representado(a) por seu Diretor, Sr(a). FRANCISCO MACHADO DA SILVA;

E

SIND NACIONAL EMPR ARQUITETURA E ENGENHARIA CONSULTIVA, CNPJ n. 59.940.957/0001-60, neste ato representado(a) por seu Vice-Presidente, Sr(a). EDUARDO STAHLHOEFER;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de maio de 2023 a 30 de abril de 2025 e a data-base da categoria em 01º de maio.

### CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **de Profissionais Liberais dos Engenheiros, do Plano da Confederação Nacional dos Profissionais Liberais - CNPL, empregados das empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva no Distrito Federal**, com abrangência territorial em **DF**.

### Salários, Reajustes e Pagamento

#### Pagamento de Salário – Formas e Prazos

### CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES GERAIS

#### SALÁRIOS DO SUCESSOR

Admitido ou promovido empregado para o cargo de outro que tenha sido demitido, transferido, aposentado, falecido ou que tenha pedido demissão ser-lhe-á garantido salário igual ao inicial da faixa do Plano de Cargos e Salários das empresas associadas.

No caso de a empresa associada não possuir Plano de Cargos e Salários fica estabelecida a livre negociação entre as partes.

#### REAJUSTE SALARIAL

Os salários de maio de 2022, assim considerados aqueles resultantes da aplicação integral dos índices de reajuste salarial, serão corrigidos, na data base de 1º de maio de 2023, em 4,83% (quatro vírgula oitenta e três por cento).

Ficam preservados os aumentos salariais ocorridos no período de maio de 2022 a abril de 2023, a título de mérito, promoção, transferência, implemento de idade, inclusive aumentos reais concedidos pela empresa associada em caráter indispensável.

Para os empregados admitidos após a data base referida, o reajuste de que trata o caput desta cláusula deverá ser aplicado com o critério de proporcionalidade, observado o disposto no artigo 461 da CLT, respeitada a isonomia salarial de cada empresa, bem como o piso salarial da categoria.

#### **TABELA DE PROPORCIONALIDADE**

<b>MÊS DE ADMISSÃO</b>	<b>ATUALIZAÇÃO (%)</b>
MAIO 2022	4,83
JUNHO 2022	4,40
JULHO 2022	4,00
AGOSTO 2022	3,60
SETEMBRO 2022	3,20
OUTUBRO 2022	2,80
NOVEMBRO 2022	2,40
DEZEMBRO 2022	2,00
JANEIRO 2023	1,60
FEVEREIRO 2023	1,20
MARÇO 20203	0,80
ABRIL 2023	0,40

As antecipações salariais concedidas entre 01.05.2022 e 30.04.2023 poderão ser compensadas.

As diferenças salariais resultantes da aplicação do índice de reajuste, bem como da atualização dos pisos salariais, poderão ser pagas sem qualquer acréscimo até a folha de pagamento dos 2 (dois) meses subsequentes à assinatura desta convenção.

#### **PISO SALARIAL**

Ficam estabelecidos os seguintes pisos salariais:

O Piso Salarial para os Engenheiros com mais de 02 (dois) anos da data de concessão da habilitação profissional é de R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais) para uma jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais de trabalho.

Fica mantido o Piso Salarial para os Engenheiros em início de carreira, com até 02 (dois) anos da data da concessão da habilitação profissional, de R\$ 7.623,00 (sete mil, seiscentos e vinte e três reais) para uma jornada de 36 (trinta e seis) horas semanais, acrescidas de 08 (oito) horas semanais, sem qualquer contraprestação pecuniária, para atividades de aperfeiçoamento profissional no ambiente de trabalho.

## **Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros**

### **Outros Adicionais**

## **CLÁUSULA QUARTA - CONDIÇÕES GERAIS**

### **HORAS EXTRAS**

As Horas Extras serão remuneradas com os seguintes adicionais:

A – 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da hora ordinária para trabalhos extraordinários realizados de segunda a sábado;

B – 100% (cem por cento) sobre o valor da hora ordinária para trabalhos extraordinários realizados aos domingos e feriados.

Na hipótese da prestação de jornada extraordinária em domingos, feriados ou dias já compensados, exceto quando concedida folga compensatória, as horas trabalhadas estarão sujeitas ao adicional previsto no caput, além do pagamento da jornada de folga.

Deverá ser observado pelas empresas o limite máximo de que trata o artigo 59 da CLT.

O pagamento (ou desconto) das horas extras (ou horas de ausência) será feito respeitando o valor de salário do mês de execução.

### **REFLEXO DAS HORAS EXTRAS E DO AVISO PRÉVIO**

A média das horas extras, bem como do adicional noturno, refletirá no pagamento das férias, décimo terceiro salário e verbas rescisórias.

### **AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO**

Enquanto as empresas não possuírem restaurante ou fornecimento de refeição, deverá fornecer a todos os seus empregados Auxílio Alimentação através de Vale Refeição, no valor de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais), subsidiando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) deste valor, percentual que não poderá sofrer redução.

É facultado às empresas efetuar, se assim se tornar necessário, recomendado ou adequado à suas operações, ou para facilidade dos empregados, o pagamento total ou parcial do Auxílio Alimentação em dinheiro.

O benefício do Auxílio Alimentação pago em dinheiro tem caráter meramente indenizatório, para todos os fins.

O benefício do Auxílio Alimentação não se caracteriza, para todos os efeitos, como salário utilidade.

## **VALE TRANSPORTE**

É facultado às empresas efetuar, se assim se tornar necessário, recomendado ou adequado às suas operações, ou facilidade dos empregados, o pagamento do Vale Transporte em dinheiro, respeitados os direitos e limites estabelecidos pela Lei 7.418 de 16.12.85, regulamentada pelo Decreto nº 95.247 de 17.01.87.

O pagamento do Vale Transporte feito em espécie não integrará o salário, por ser indispensável à prestação do serviço.

## **AUXÍLIO FUNERAL**

Ocorrendo falecimento de empregado durante o vínculo, ainda que suspenso ou interrompido, a empresa pagará aos seus beneficiários valor equivalente ao seu último salário contratual, juntamente com as demais verbas rescisórias, auxílio este com características estritamente indenizatórias.

O Auxílio Funeral não será devido quando for mantida apólice de Seguro de Vida em Grupo ou Acidente paga integralmente pela empresa.

## **REEMBOLSO CRECHE**

As empresas reembolsarão às suas empregadas mães importância equivalente a R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), mensalmente, para cada filho (inclusive adotivo) de até 06 (seis) anos, pagamento este que fica condicionado à comprovação dos gastos com internamento em creche ou instituição análoga, de livre escolha da empregada.

Será concedido o benefício na forma do *caput* aos empregados do sexo masculino que, sendo viúvos, solteiros ou separados, comprovadamente detenham a guarda do filho.

## **PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA**

As empresas com mais de 50 (cinquenta) funcionários manterão Plano de Assistência Médica, podendo ser incluída a assistência odontológica, a critério de cada empresa.

Os empregadores se obrigam a contratar o Plano de Assistência Médica cobrindo, pelo menos, 20% (vinte por cento) do custeio deste plano de cada empregado titular.

O empregado que não desejar aderir ao Plano de Saúde oferecido pela empresa deverá efetuar a sua renúncia ao benefício, por escrito, ficando, desta forma, a empresa desobrigada ao disposto nesta cláusula.

## **Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades**

### **Normas para Admissão/Contratação**

## **CLÁUSULA QUINTA - CONDIÇÕES GERAIS**

## **RESCISÕES CONTRATUAIS**

As empresas deverão proceder à competente quitação das rescisões contratuais nos prazos do art. 477 da CLT. Os pagamentos efetuados com atraso estarão sujeitos à correção monetária idêntica à prevista na legislação vigente para atualização de débitos trabalhistas.

## **CONTRATO DE EXPERIÊNCIA**

Nos casos de readmissão de empregado para a mesma função anteriormente exercida não será celebrado contrato de experiência se o empregado for readmitido num prazo inferior a 12 (doze) meses de sua demissão.

### **Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades**

#### **Estabilidade Geral**

## **CLÁUSULA SEXTA - CONDIÇÕES GERAIS**

### **BANCO DE HORAS**

Fica firmado o Banco de Horas, que permite acumular saldo de horas positivas e negativas, quer na prestação de serviços em jornadas extraordinárias de trabalho para atender necessidades contratuais de empregador, quer para atender ausências particulares de empregados.

O Banco de Horas terá como limite o total de 32h/mês positivas ou negativas, que se acumularão durante o período de 12 (doze) meses ou 01 (um) ano, findo o qual deverá ser zerado no mês subsequente, por meio do pagamento ou desconto do saldo de horas remanescentes, iniciando-se então novo período.

O excedente às 32h no mês deverá ser remunerado, se positivo, com acréscimo percentual estabelecido nesta Convenção Coletiva; ou, se negativo, descontado como hora normal, no mês seguinte ao de sua apuração.

Poderão as partes, empregado e empregador, se assim convier, negociar para que o saldo de horas possa ser transferido para outro período de apuração. Se positivo, para que possa ser compensado em correspondente período de faltas total ou parcial e na forma ordinária; ou, em se tratando de saldo negativo, para que seja descontado, também na forma ordinária, de uma só vez ou parceladamente.

Salvo as exceções previstas no Art. 61 da CLT, a jornada diária de trabalho não poderá ultrapassar o limite de 10h, compreendendo-se nesse limite a compensação do sábado, objeto da duração semanal da jornada de trabalho.

Ocorrendo rescisão contratual, as horas de saldo positivas, então existentes, serão remuneradas com o acréscimo conforme percentual estabelecido nesta Convenção, ou descontadas como horas normais, se negativas.

### **DURAÇÃO SEMANAL DO TRABALHO**

As empresas manterão, sem redução dos salários, jornada real de trabalho cuja duração será de 44 (quarenta e quatro horas) semanais.

Para os profissionais que presentemente trabalham ou venham a trabalhar fora da sede das empresas associadas, compreendendo-se aqui tanto campo, canteiro de obras e escritórios, bem como a sede de clientes, independentemente inclusive da denominação de função ou cargo que é desempenhado pelo empregado, prevalecerá a jornada de trabalho praticada no local até o limite constitucional.

As horas de ausência na duração do trabalho semanal, inclusive as pontes de feriados, poderão ser compensadas com prorrogação do horário de trabalho nos outros dias úteis, por meio da formação do Banco de Horas, na forma estabelecida nesta Convenção.

## **DISPENSA DE EMPREGADOS EM ÉPOCA DE APOSENTADORIA**

As empresas garantirão emprego ou salário aos empregados com mais de 04 (quatro) anos de trabalho na mesma empresa e que estejam a menos de 01 (um) ano do direito à aposentadoria e que, enquanto mantido o vínculo empregatício, tenham declarado, previamente, por escrito, e comprovado esta condição junto à área de Recursos Humanos. Sendo adquirido este direito, cessa a estabilidade.

Para efeito desta cláusula, entende-se como direito à aposentadoria aquela que se dá em seus prazos mínimos legais, excetuando as aposentadorias especiais.

Esta garantia não prevalecerá para os empregados demitidos por justa causa ou acordo entre as partes.

## **LICENÇA MATERNIDADE**

Em atendimento ao preceito constitucional, as empresas associadas concederão licença maternidade de 120 (cento e vinte) dias.

De acordo com a Lei nº 10.421, de 15/04/2002, que estende à mãe adotiva o direito à licença maternidade, fica estabelecido que em caso de adoção ou guarda judicial o período de gozo da licença maternidade passa a ser de 120 (cento e vinte) dias, independentemente da idade da criança.

## **GARANTIA À GESTANTE**

Será garantido emprego ou salário à empregada gestante, desde o início da gestação até 30 (trinta) dias após o término do período de afastamento compulsório, ressalvados os casos de rescisão por justa causa, término de contrato a prazo determinado, pedido de demissão e acordo entre empregados e a empresa, sendo nesses dois últimos casos com assistência do SENGE/DF.

A garantia prevista no caput é extensiva às empregadas que adotem criança com até 06 (seis) meses de idade ou que tenham abortado, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir da data da adoção, devidamente comprovada, ou da data do aborto.

## **GARANTIA AO EMPREGADO AFASTADO PELA PREVIDÊNCIA**

Fica assegurada a garantia de emprego ou salário ao empregado afastado pela Previdência Social por motivo de doença, pelo prazo de 30 (trinta) dias contados do término do afastamento.

Esta garantia será concedida por uma única vez durante a vigência desta Convenção, exceto para os casos de afastamento por cirurgia.

## **RENEGOCIAÇÃO**

Caso ocorram alterações significativas no cenário que interfiram diretamente nas regras estabelecidas na presente Convenção Coletivo e/ou alteração na legislação salarial vigente, as partes se comprometem a renegociar as condições, de modo a restabelecer o equilíbrio das relações trabalhistas.

## **AUSÊNCIAS LEGAIS**

Os empregados poderão se ausentar do serviço, sem prejuízo de seus salários e sem necessidade de compensação, pelos seguintes prazos:

- a) 02 (dois) dias corridos, por motivo de falecimento do cônjuge, pais ou filhos;
- b) 02 (dois) dias corridos, por motivo de falecimento de irmãos ou pessoas que, devidamente comprovado, vivam sob sua dependência econômica;
- c) 03 (três) dias consecutivos em caso de núpcias;
- d) 05 (cinco) dias corridos na semana em caso de nascimento de filho(a).

## **DESCONTO PROPORCIONAL DO DSR**

As empresas descontarão no DSR, na justa proporção, os dias ou horas não trabalhadas, respeitando a política de compensação praticada.

### **Disposições Gerais**

### **Outras Disposições**

## **CLÁUSULA SÉTIMA - CONDIÇÕES GERAIS**

### **CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL**

Com fundamento na decisão da Assembleia Geral Extraordinária do SENGE/DF, realizada em 30 de maio de 2023, os empregadores descontarão dos seus empregados Engenheiros e Geólogos a importância correspondente a 03% (três por cento) do salário bruto do primeiro mês subsequente ao da homologação da presente Convenção, a título de Contribuição Assistencial. Quando se tratar de empregados admitidos após a homologação desta Convenção, o desconto ocorrerá no mês seguinte ao da contratação.

As importâncias serão recolhidas pelas empresas até o 20º (vigésimo) dia do desconto na folha de pagamento e deverão ser depositadas na conta corrente 602.649-8 mantida na agência 059 do BRB – Banco de Brasília.

Imediatamente após o registro desta Convenção no Sistema Mediador as empresas deverão informar ao Engenheiro sobre o desconto salarial que irá ocorrer, sendo que aqueles trabalhadores que não concordarem com a contribuição deverão se opor junto à empresa, em documento escrito do próprio punho, em até 30 (trinta) dias da data de registro da presente Convenção, oposição essa que será comunicada ao SENGE/DF pela empresa mediante a apresentação do documento assinado pelo empregado.

A presente cobrança da Contribuição Assistencial é legal e encontra respaldo no entendimento do STF no julgamento do ARE 1018459 (Tema 935 da Repercussão Geral), no sentido da constitucionalidade das contribuições assistenciais desde que respeitado o direito de oposição, que serve de instrumento capaz de recompor a autonomia financeira do sistema sindical sem ferir a liberdade sindical de associação.

### **CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL**



Conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária do SINAENCO, de 10/05/2023, e previsto no artigo 8º, inciso IV, da Constituição Federal, combinado com o artigo 513, letra e, da Consolidação das Leis de Trabalho-CLT, o valor da contribuição, como tem ocorrido anualmente, é determinado pela classe em que se enquadra a receita operacional da empresa, de acordo com a tabela abaixo:

### **TABELA DA CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL**

#### **SINAENCO**

	<b>CLASSE VALOR CAPITAL SOCIAL (R\$)</b>	<b>VALOR DA CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL (R\$)</b>
<b>A</b>	ACIMA DE 8.100.001,00	R\$ 400,00
<b>B</b>	DE 2.700.001,00 a 8.100.000,00	R\$ 300,00
<b>C</b>	DE 900.001,00 a 2.700.000,00	R\$ 200,00
<b>D</b>	DE 100.001,00 a 900.000,00	R\$ 100,00
<b>E</b>	Até 100.000,00	R\$ 60,00
<b>F</b>	Empresas sem Empregados	R\$ 35,00

A contribuição deverá ser paga por meio de boleto bancário de uma única vez, com vencimento em até 30 (trinta) dias a contar da assinatura desta Convenção. Os valores pagos em atraso sofrerão multa de 02% (dois por cento) e juros de mora de 01% (um por cento) ao mês.

#### **DESPESAS DE VIAGENS**

As empresas se comprometem a arcar com as despesas de viagens antecipando parte destas, devendo o empregado prestar contas dentro da sistemática e prazos estipulados por essas.

Quando for utilizado o veículo de propriedade do empregado, a serviço, o valor do reembolso pelo quilômetro rodado será de pelo menos R\$ 1,00 (um real).

#### **MULTA PELO DESCUMPRIMENTO**

Fica estabelecida a multa no valor equivalente a 02% (dois por cento) do Piso Salário da Categoria, por empregado, por infração e por dia, nos casos de descumprimento das obrigações de fazer, constantes da presente Convenção Coletiva, revertendo o respectivo pagamento em favor da parte prejudicada e não podendo exceder o principal nos termos do art. 920 do Código Civil.

#### **RECICLAGEM TECNOLÓGICA (APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO)**

As empresas, de acordo com a conveniência e necessidade, proporcionarão treinamento tecnológico para os profissionais da área técnica, entendendo-se, como tal, a participação em cursos ministrados pelas próprias empresas ou por terceiros, participação em seminários, congressos técnicos ou eventos similares de interesse do setor.

As empresas divulgarão amplamente sua política de treinamento, bem como as previsões anuais de realização de cursos, eventos, seminários etc. incentivando a participação de seu corpo técnico.

As empresas incentivarão intercâmbio tecnológico de profissionais da área técnica, entre as empresas do setor.

As empresas envidarão esforços na criação de mecanismos que possibilitem a adequada inovação tecnológica do quadro técnico e a transferência de conhecimento nas várias áreas das empresas.

## **PUBLICIDADE**

As empresas concordam em divulgar, por meio de seus quadros de avisos, sob a inteira responsabilidade do SENGE/DF, informativos que tratem de interesses da Entidade, desde que sejam encaminhados formalmente para afixação, por meio do órgão de pessoal da empresa.

## **ANOTAÇÕES DE RESPONSABILIDADES TÉCNICAS**

As empresas se obrigam a efetuar o recolhimento da A.R.T. prevista na Lei 6.496, de 07/12/77, para os projetos e estudos contratados, indicando ao menos um responsável técnico, por especialidade, envolvido no projeto ou estudo. As empresas se comprometem, ainda, a fornecer no ato da rescisão do contrato de trabalho a Relação de Acervo Técnico – RAT dos trabalhos executados pelo profissional durante todo o período de vigência do vínculo empregatício. As empresas e o SENGE/DF formarão, na medida da conveniência, Comissão de Estudos em conjunto com o CREA para o esclarecimento de critérios e acompanhamento desse assunto.

## **MUDANÇA DE LOCAL**

Nos casos em que houver mudanças de endereço das empresas, estas se obrigam a estudar formas que minimizem eventuais transtornos decorrentes dessa mudança, bem como a efetuar comunicação prévia ao sindicato.

## **JUÍZO COMPETENTE**

Será competente a Justiça do Trabalho para dirimir quaisquer divergências surgidas na aplicação da presente Convenção.

}

FRANCISCO MACHADO DA SILVA  
Diretor  
SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO DISTRITO FEDERAL

EDUARDO STAHLHOEFER  
Vice-Presidente  
SIND NACIONAL EMPR ARQUITETURA E ENGENHARIA CONSULTIVA

## **ANEXOS**

### **ANEXO I - ATA ASSEMBLEIA SENGE DF**

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

**Anexo XXXV - Apêndice III - Parte 22 - Grupo 3 - 6.  
Convênção Coletiva de Trabalho - CCT n\_ 000037-  
2023 (2023-2023)..pdf**

## CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2023/2023

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: DF000037/2023  
DATA DE REGISTRO NO MTE: 20/01/2023  
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR068125/2022  
NÚMERO DO PROCESSO: 19964.101026/2023-17  
DATA DO PROTOCOLO: 19/01/2023

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRABALHOS TEMPORARIO E SERVICOS TERCEIRIZAVEIS DO DF, CNPJ n. 00.438.770/0001-10, neste ato representado(a) por seu Vice-Presidente, Sr(a). ANDRE GUSTAVO PEDROSA DE CARVALHO;

E

SINDICATO DOS EMPR DE EMPR DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRAB TEMPORARIO, PREST SERVICOS E SERV TERCEIRIZAVEIS DO DF-SINDISERVICOS/DF, CNPJ n. 00.530.626/0001-00, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MARIA ISABEL CAETANO DOS REIS;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

### CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **das Empresas de Prestação de Serviços de Limpeza, Jardinagem, Manutenção Predial, Trabalho Temporário e Serviços Terceirizáveis e dos Empregados em Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Jardinagem, Manutenção Predial, Prestação de Serviços e Serviços Terceirizáveis**, com abrangência territorial em DF.

### Salários, Reajustes e Pagamento

#### Piso Salarial

### CLÁUSULA TERCEIRA - ABRANGÊNCIA DA JARDINAGEM

Observada a deliberação no Inquérito Civil nº 000624.2022.10.000/5, perante o Ministério Público do Trabalho da 10ª Região, ficou acordado que os trabalhadores que prestam os serviços de jardinagem, poda de árvores e arbustos, em vias públicas, no âmbito dos contratos celebrados com a NOVACAP, serão abrangidos pela Convenção Coletiva de Trabalho, celebrada com o SEAC/DF e SINDILURB/DF.

**Parágrafo Único** – Os Acordos Coletivos de Trabalho (ACT) deverão ser negociados com a participação do SEAC/DF.

#### CLÁUSULA QUARTA - SALÁRIO MÍNIMO DA CATEGORIA E PISOS SALARIAIS

As empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva não poderão utilizar salário inferior ao piso mínimo de **R\$ 1.515,92 (mil quinhentos e quinze reais e noventa e dois centavos)**. Os salários normativos da categoria por atividades específicas, já reajustados, vigentes a partir de 01 de janeiro de 2023 são:

Adestrador	R\$ 2.812,54
Agente de Portaria/Fiscal de Piso/Operador de Sistemas Fechado de Câmeras	R\$ 1.651,99
Ajudante	R\$ 1.515,92
Ajudante de Caminhão	R\$ 1.515,92
Ajudante de Cozinha	R\$ 1.515,92
Ajudante Geral de Manutenção e Reparos	R\$ 1.515,92
Alinhador/Balanceador de Autos	R\$ 1.961,97
Almoxarife	R\$ 2.238,10
Arquivista	R\$ 4.164,34
Arrumadeira	R\$ 1.515,92
Assistente Administrativo	R\$ 2.238,10
Atendente	R\$ 1.566,75
Auxiliar Administrativo	R\$ 1.566,75
Auxiliar Creche	R\$ 2.604,51
Auxiliar de Encarregado	R\$ 2.238,10
Auxiliar de Jardinagem	R\$ 1.515,92
Auxiliar de Serviços Gerais	R\$ 1.515,92
Bombeiro Hidráulico	R\$ 2.238,10
Borracheiro	R\$ 2.014,46
Cabineiro	R\$ 1.515,92
Camareiro	R\$ 1.515,92
Carpinteiro	R\$ 2.238,10
Carregador de Móveis	R\$ 1.515,92
Carregador/Estiva	R\$ 1.515,92
Chaveiro	R\$ 1.624,09
Chefe de Cozinha	R\$ 3.190,09
Copeira	R\$ 1.515,92
Costureira de livros	R\$ 1.515,92
Coumim	R\$ 1.566,75
Cozinheiro	R\$ 2.536,66
Eletricista	R\$ 2.238,10
Eletricista de Auto	R\$ 2.238,10
Encarregado de Jardinagem	R\$ 2.997,56
Encarregado de Limpeza	R\$ 2.997,56
Encarregado de Turma de Manutenção e Reparos	R\$ 2.997,56

Encarregado Geral	R\$ 3.827,96
Enrolador de Motores	R\$ 1.961,97
Estofador	R\$ 1.549,08
Fiscal Predial	R\$ 2.737,87
Frentista	R\$ 1.515,92
Funileiro	R\$ 2.238,10
Garagista	R\$ 1.651,99
Garçom	R\$ 2.238,10
Jardineiro	R\$ 2.238,10
Jauzeiro	R\$ 1.797,31
Lanterneiro de Auto	R\$ 2.238,08
Lavador de Auto	R\$ 1.515,92
Lavanderia	R\$ 1.515,92
Lustrador de Móveis	R\$ 2.238,10
Maitre	R\$ 2.778,86
Manobrista	R\$ 1.939,73
Marceneiro	R\$ 2.238,10
Mecânico de Auto	R\$ 2.238,10
Mecânico de Veículo Pesado	R\$ 2.707,75
Mestre de Obras	R\$ 2.863,31
Montador de Divisórias	R\$ 1.753,46
Office Boy / Contínuo	R\$ 1.515,92
Operador de Balancim	R\$ 1.939,74
Operador de Bilheteria	R\$ 2.569,08
Operador de Fotocopiadora	R\$ 1.515,92
Operador de Microtrator	R\$ 1.715,91
Operador de Roçadeira Costal	R\$ 1.566,75
Operador de Trator	R\$ 1.939,74
Operador de Trator de Esteira	R\$ 2.312,66
Pedreiro	R\$ 2.238,10
Persianista	R\$ 2.238,10
Pintor	R\$ 2.238,10
Pintor de Auto	R\$ 2.312,66
Piscineiro	R\$ 1.515,92
Recepcionista	R\$ 2.238,10
Salgadeira	R\$ 1.624,09
Serralheiro	R\$ 2.238,10
Servente	R\$ 1.515,92
Supervisor	R\$ 2.997,58
Torneiro Mecânico	R\$ 2.436,04
Tratador de Animais	R\$ 2.812,57
Tratador de Equinos	R\$ 2.283,36
Vaqueiro	R\$ 2.137,85
Vidraceiro	R\$ 1.961,97

Zelador

R\$ 1.651,99

**Parágrafo Único** – A relação de funções constantes na presente cláusula, não é exaustiva, mas sim exemplificativa, podendo a composição da mesma ser alterada, modificada, reduzida ou ampliada, de acordo com as novas necessidades contratuais atuais e futuras.

### **Reajustes/Correções Salariais**

#### **CLÁUSULA QUINTA - REAJUSTE SALARIAL**

A todos os trabalhadores da categoria profissional ficam garantidos **os seguintes reajustes sobre os salários vigentes em dezembro de 2022: de 7,00%** (sete por cento) **até R\$ 2.380,00** (dois mil, trezentos e oitenta reais); **de 5,79%** (cinco vírgula setenta e nove por cento) sobre os salários **entre R\$ 2.380,01 até R\$ 4.000,00** (quatro mil reais); e **de 4,00% (quatro por cento)** sobre os salários iguais ou superiores a **R\$ 4.000,01** (quatro mil reais e um centavo).

**Parágrafo Único** – Os reajustes dos salários e auxílios que compõe este instrumento de trabalho deverão ser repassados aos trabalhadores até 06 de março de 2023.

### **Pagamento de Salário – Formas e Prazos**

#### **CLÁUSULA SEXTA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO E DISCRIMINAÇÃO DE DESCONTOS**

O pagamento do salário será feito até o 5º (quinto) dia útil, mediante recibo, fornecendo-se cópia ao empregado, com a identificação da empresa, e no qual constarão a remuneração com a discriminação das parcelas, a quantia líquida paga, as horas extras e o desconto de 6% (seis por cento) incidente sobre o salário (vale-transporte), inclusive para a Previdência Social, e o valor correspondente ao FGTS.

**Parágrafo Primeiro** – As empresas ficam obrigadas a discriminar as nomenclaturas corretas referentes a cada desconto sofrido no pagamento do empregado, principalmente as alusivas às faltas, penalidades, mensalidade do sindicato, contribuição social, taxa assistencial, adiantamento salarial, dentre outros.

**Parágrafo Segundo** – Para as empresas associadas ao SEAC/DF, o pagamento do salário devido aos trabalhadores no ano de 2023, poderá ser realizado até o 5º (quinto) dia útil bancário.

**Parágrafo Terceiro** – Denunciado o descumprimento da CCT, os sindicatos atuarão conjuntamente, notificando o contratante sobre os ônus do descumprimento, sem prejuízo do ajuizamento da ação cabível e do registro de denúncias perante os órgãos de fiscalização.

### **Descontos Salariais**

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - SOBRE OS DIAS PARADOS**



Os Sindicatos convenientes se comprometem a envidar esforços junto aos tomadores dos serviços para evitar qualquer desconto nos salários dos trabalhadores, na hipótese de deflagração de eventual movimento grevista.

**Parágrafo Primeiro** – Caso seja possível a compensação de jornada, mediante anuência do tomador de serviço, as empresas não descontarão os dias parados.

**Parágrafo Segundo** – Os empregados não sofrerão penalidades pelas faltas decorrentes do movimento grevista, salvo quando a mesma for considerada abusiva ou descumpra a legislação vigente.

## **CLÁUSULA OITAVA - ADIANTAMENTO SALARIAL**

As empresas se obrigam a não efetuar descontos nos salários de seus empregados a título de adiantamento salarial superior a 30% (trinta por cento) do valor do salário nominal de cada trabalhador, salvo na hipótese de rescisão contratual, quando então o desconto poderá ser feito na integralidade do saldo existente.

**Parágrafo Único** – A inobservância do *caput* desta cláusula tornará sem efeito o desconto efetuado, ficando a empresa faltante obrigada a reembolsar o trabalhador o valor do desconto superior aos 30% (trinta por cento), salvo se houve manifestação dos dois sindicatos em sentido contrário, após justificativa da empresa.

## **CLÁUSULA NONA - ABONO DE FALTAS DE EMPREGADO ESTUDANTE**

Serão abonadas as faltas de empregados estudantes em estabelecimentos de ensino oficial ou reconhecido, quando estes forem submetidos a provas periódicas, desde que a empresa seja avisada, por escrito, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

**Parágrafo Único** – Cabe ao empregado a comprovação posterior do comparecimento para feitura da prova, sob pena de ser descontado de seu salário a falta correspondente.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - ABONO DE FALTAS POR COMPARECIMENTO À AUDIÊNCIAS JUDICIAIS**

Serão abonadas as faltas dos empregados para comparecimento à audiências judiciais, ainda que como testemunha, desde que apresente, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, a intimação para comparecimento e condicionada à comprovação do comparecimento em ata judicial.

### **Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros**

#### **13º Salário**

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO**

As empresas deverão efetuar o pagamento do 13º (décimo terceiro) salário, para todos os seus empregados em única parcela, até o dia 20 de dezembro de 2023.

#### **Adicional de Insalubridade**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INSALUBRIDADE EM BANHEIRO PÚBLICO E DE GRANDE CIRCULAÇÃO**

Diante da inexistência de regulamentação específica por parte do Ministério do Trabalho e Emprego acerca dos critérios para definição de banheiros públicos de uso coletivo e de grande circulação, para atender o prescrito nos artigos 190 e 192 da CLT, considera-se para efeito de pagamento de insalubridade em grau máximo (40%) sobre o salário-mínimo do trabalhador na função de Auxiliar de Serviços Gerais que exerça a função em banheiros públicos e de grande circulação.

**Parágrafo Primeiro** – Entende-se como banheiro público e de grande circulação aquele localizado em áreas que não possuam qualquer tipo de controle de acesso e não sejam de propriedade particular, e entende-se como banheiro de alta circulação aquele que tenha 05 (cinco) ou mais vasos sanitários por banheiro.

**Parágrafo Segundo** – Esta disposição não abrange as demais hipóteses de incidência do adicional de insalubridade descritas em normas regulamentadoras.

#### **Adicional de Periculosidade**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FUNÇÃO ESPECÍFICA - PERICULOSIDADE**

Quando o trabalho de JAUZEIRO for exercido em balancim, será acrescido ao salário, a título de adicional de periculosidade, o percentual de 30% (trinta por cento).

#### **Salário Família**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - SALÁRIO FAMÍLIA**

As empresas se obrigam a entregar recibo relativo à entrega de documento (Certidão de Nascimento) pelo empregado, para fins de percepção de salário família, nos termos do art. 84 do Decreto MPAS no 3.048/99.

**Parágrafo Único** – As empresas efetuarão o pagamento de salário família na folha do mês subsequente à formalização do pedido, cuja validade está condicionada à apresentação pelo trabalhador da documentação exigida no e-social

#### **Auxílio Alimentação**

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO**

As empresas ficam obrigadas a pagar o Auxílio Alimentação no valor de **R\$ 40,50 (quarenta reais e cinquenta centavos)** sem nenhum ônus para o trabalhador. O valor diário deverá ser pago pelos dias efetivamente trabalhados, independentemente da carga horária diária. A presente parcela não integra os salários, por não ter caráter de contraprestação de serviços.

**Parágrafo Primeiro** – Até 30/04/2023, o pagamento continuará em parcela única. A partir de 01/05/2023, o pagamento deste benefício se dará em duas parcelas, sendo a primeira no dia 1º (primeiro) de cada mês e a segunda parcela no 15º (décimo quinto) dia de cada mês.

**Parágrafo Segundo** – O pagamento do auxílio-alimentação será efetuado exclusivamente por cartão alimentação. Sendo vedado o fornecimento de marmite, ou similar, ou cesta básica.

**Parágrafo Terceiro** – DOENÇA OU FALTA DO EMPREGADO – Nos períodos de afastamento ou falta do empregado ao serviço por qualquer motivo, este não receberá o vale-alimentação correspondente aos dias de suas ausências, só podendo os mesmos ser descontados na entrega daqueles relativos ao mês seguinte. O desconto não se aplica para as folgas compensadas que tenham sido concedidas por liberalidade do tomador.

**Parágrafo Quarto** – No ato da contratação e de forma excepcional, enquanto não é produzido o cartão alimentação, no primeiro mês de admissão é facultado ao empregador promover o adiantamento de ajuda de custo em pecúnia, sem que esse integre a remuneração e qualquer de seus reflexos, inclusive a não incidência previdenciária.

**Parágrafo Quinto** – Para as empresas associadas ao SEAC/DF, nos contratos de prestação de serviços da iniciativa privada, vedada a aplicação aos contratos da iniciativa pública, aos trabalhadores cuja jornada diária de trabalho seja inferior a 6h (seis horas), será devido auxílio-alimentação proporcionalmente às horas trabalhadas.

**Parágrafo Sexto** – Os Sindicatos convencionam que em 2024 regressarão o pagamento do benefício em parcela única.

### **Auxílio Transporte**

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - VALE-TRANSPORTE**

No ato de admissão, todo e qualquer empregado deverá informar, mediante preenchimento de formulário disponibilizado pelas empresas, sua opção pelo recebimento de vale-transporte. Esses serão fornecidos pelas empresas, de uma única vez, nos dias efetivamente trabalhados para deslocamentos residência/trabalho e vice-versa, para satisfazer as exigências prevista no art. 7º do Decreto no 95.247/87, que regulamenta a Lei no 7.619/87 e as previstas na Lei no 7.418/85.

**Parágrafo Primeiro** – Para os empregados beneficiados com vale-transporte, será realizado o desconto de 6% (seis por cento), sobre o salário base do trabalhador, na forma da lei. Ocorrendo falta do trabalhador no mês em curso, os ajustes serão realizados no mês subsequente, proporcionalmente à quantidade de vale-transporte concedido para o novo período.

**Parágrafo Segundo** – Nos períodos de afastamentos do empregado de suas atividades funcionais, por qualquer motivo, inclusive por atestado médico ou pelo INSS, este não fará jus ao recebimento do benefício do vale-transporte, por inexistência de deslocamentos do trabalhador no percurso residência/trabalho.

**Parágrafo Terceiro** – No caso de decretação de nova crise sanitária, as empresas poderão conceder o benefício do vale transporte em espécie e diretamente ao trabalhador, sem que descaracterize a natureza do benefício, em consonância com os precedentes do STF (RE 487.410, RE 476.994 e RE 590.335 AGR).

**Parágrafo Quarto** – Na eventualidade da não concessão do vale-transporte em tempo hábil ao trabalhador e resultando na sua falta ao serviço, não será considerada falta injustificada.

**Parágrafo Quinto** – Na eventualidade da não concessão do vale-transporte em tempo hábil ao trabalhador e caso o trabalhador pague a passagem para não faltar ao trabalho, o ressarcimento deverá ser efetuado diretamente na conta-salário do trabalhador, nunca em depósito na conta do vale-transporte.

## **Auxílio Saúde**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PLANO AMBULATORIAL**

Fica estipulado que para todos os contratos será obrigatório, por parte das empresas, a cotação em suas planilhas de custo, o plano ambulatorial no valor de **R\$ 175,76 (cento e setenta e cinco reais e setenta e seis centavos)**, unicamente por empregado envolvido e diretamente ativado na execução dos serviços, limitado ao quantitativo de profissionais contratados pelo tomador dos serviços. O referido valor será repassado pelas empresas mensalmente ao SINDISERVIÇOS/DF, visando à manutenção de um fundo administrado pelo sindicato profissional, visando prover a assistência médica dos empregados pertencentes à base de representação do sindicato, mediante assinatura de convenio saúde a ser firmado e administrado pelo Sindicato Laboral, a ser prestado na forma dos parágrafos seguintes.

**Parágrafo Primeiro** – O Sindicato Laboral firmará contrato com empresa de saúde de boa reputação no mercado. O benefício do plano ambulatorial previsto no **caput** não obriga o trabalhador a sua associação ao SINDISERVIÇOS/DF. Optando o empregado por participar do plano hospitalar administrado pelo SINDISERVIÇOS/DF, deverá ele contribuir com sua cota-parte, devendo habilitar-se junto ao SINDISERVIÇOS/DF para providências e ajustes.

**Parágrafo Segundo** – Para implantação do benefício, deverá a empresa encaminhar, em arquivo eletrônico até o dia 7 (sete) de cada mês, a relação dos empregados, acompanhada da documentação requerida pelo SINDISERVIÇOS/DF, devendo a implantação e ativação, ocorrer até o dia 1º (primeiro) do mês subsequente, devendo o pagamento ocorrer até o dia 20 (vinte) do mês da implantação.

**Parágrafo Terceiro** – Os sindicatos, profissional e da categoria econômica, ingressarão, em conjunto ou separadamente, com impugnação aos editais que não prevejam a cotação do plano ambulatorial, visando à implantação e manutenção da presente cláusula.

**Parágrafo Quarto** – A participação do empregado e de seus dependentes será conforme o que for preconizado no convênio citado no **caput** e normas da Agência Nacional de Saúde (ANS).

**Parágrafo Quinto** – O não cumprimento desta cláusula no caso de repasses ao Sindicato Laboral, obriga a empresa ao pagamento de uma multa de 1% (um por cento) sobre o valor devido, em benefício do Sindicato Laboral, salvo em caso de atraso de pagamento por parte do tomador de serviço, devidamente comprovado, hipótese em que não será devida a presente multa.

**Parágrafo Sexto** – Tendo em vista que o interesse coletivo suplanta o individual, mesmo que as empresas possuam plano ambulatorial, o valor previsto no **caput** é devido.

**Parágrafo Sétimo** – As empresas, através do SINDISERVIÇOS/DF, terão acesso a toda a documentação referente ao plano ambulatorial contratado pelo SINDISERVIÇOS/DF e oferecido aos empregados, bem como a destinação dos valores por ele recebidos a tal título. Este acesso se dará a qualquer tempo, exclusivamente mediante solicitação escrita firmada ao SINDISERVIÇOS/DF. Após o recebimento do requerimento, o SINDISERVIÇOS/DF deverá apresentar os documentos solicitados em até 72 (setenta e duas) horas.

**Parágrafo Oitavo** – Poderá ser formada a qualquer tempo, comissão intersindical com vistas a obter melhorias na concessão do plano ambulatorial oferecido aos empregados, inclusive quanto à redução do valor da mensalidade devida a tal título. Havendo alteração do valor, as partes assinarão termo aditivo com as modificações acordadas entre si.

**Parágrafo Nono** – Será de responsabilidade exclusiva do SINDISERVIÇOS/DF, a manutenção e pagamento do Plano Ambulatorial do trabalhador(a) afastado em benefício Previdenciário e Auxílio Maternidade, pelo prazo de 150 (cento e cinquenta) dias. A responsabilidade de custeio pelo Laboral, será considerada a partir da data de comunicação do fato gerador do seu afastamento, não retroagindo os períodos. Findo este prazo, o trabalhador custeará o próprio benefício respeitando o valor fixado na Convenção Coletiva. Para o efetivo cumprimento deste dispositivo, deverá a empresa encaminhar de imediato para o Sindicato Laboral, cópia do atestado médico, requerimento previdenciário ou atestado relativo à licença maternidade.

**Parágrafo Décimo** – Na hipótese do empregado que se encontra em benefício previdenciário, e sobrevivendo sua aposentadoria, esse será desligado do plano, a não ser que promova a opção de pagamento perante a operadora em plano individual, sem intermédio de sua antiga empregadora e/ou SINDISERVIÇOS/DF, conforme estabelecido pela ANS.

**Parágrafo Décimo Primeiro** – A empresa, ao repassar o valor a que se refere o **caput** da cláusula, encaminhará ao SINDISERVIÇOS/DF e ao SEAC/DF a relação nominal dos empregados cujos valores estão sendo recolhidos, bem como dos profissionais mencionados no parágrafo anterior, que servirá para habilitá-lo junto ao plano ambulatorial.

**Parágrafo Décimo Segundo** – Os empregados que atuam em funções administrativas, nas empresas de asseio e conservação e/ou outras empresas do mesmo grupo econômico sediadas no Distrito Federal, poderão aderir ao plano ambulatorial contratado pelo SINDISERVIÇOS/DF, inclusive com a inclusão de seus dependentes, desde que arquem com o custo total do mesmo, na forma contratada, atendidas as normas estabelecidas pela ANS.

**Parágrafo Décimo Terceiro** – A condição estabelecida no **parágrafo décimo segundo** não se estenderá automaticamente aos sócios das empresas, devendo qualquer pedido de inclusão, ser submetido à análise e aprovação pelo SINDISERVIÇOS/DF.

**Parágrafo Décimo Quarto** – Fica a critério do SINDISERVIÇOS/DF a destinação de parte dos recursos arrecadados com vistas à universalização do benefício, com o compromisso de prestação de contas mensal.

**Parágrafo Décimo Quinto** – Se ocorrer a retirada ou a não adesão, por qualquer motivo, da parcela relativa ao plano ambulatorial por ato unilateral do Tomador dos Serviços, a empresa comunicará o fato aos seus empregados do contrato e ao SINDISERVIÇOS/DF, devendo informar que a assistência médica somente continuará a ser prestada, caso o empregado decida assumir o compromisso, por escrito, de pagar a cota-parte, até então repassada pela empresa.

**Parágrafo Décimo Sexto** – Todo e qualquer valor destinado ao plano ambulatorial, deve ser repassado ao Sindicato Laboral, no prazo indicado no **parágrafo segundo**, sob pena de ser caracterizada apropriação indébita e a empresa responsável incorrerá em multa equivalente a 1% (um por cento), incidente sobre o valor devido.

**Parágrafo Décimo Sétimo** – Pelo não cumprimento dos termos pactuados nesta cláusula, as empresas que deixarem de aderir ao plano ambulatorial, contratando plano diferente do gerido pelo Sindicato Laboral, salvo a hipótese prevista no **parágrafo décimo quarto**, além de assumirem por conta e risco o tratamento ambulatorial do trabalhador, incorrerão na penalidade de **R\$ 175,76** (cento e setenta e cinco reais e setenta e seis centavos), por empregado, por mês, revertida ao Sindicato Laboral.

**Parágrafo Décimo Oitavo** – Será concedido um desconto de 50% (cinquenta por cento) no percentual das multas previstas na presente cláusula à empresa associada ao SEAC/DF.

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA**

Fica convencionado que, as empresas pagarão mensalmente ao Sindicato Laboral, o valor de **R\$ 11,92** (onze reais e noventa e dois centavos), por empregado efetivado e diretamente ativado na execução dos seus contratos de prestação de serviços, públicos ou privados, limitado ao quantitativo de trabalhadores contratados pelos tomadores dos serviços. Valor esse a ser pago até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente, sem ônus para o empregado, para fins de custeio de auxílio odontológico para todos os trabalhadores.

**Parágrafo Primeiro** – O SINDISERVIÇOS/DF contratará operadora especializada em Plano Odontológico com capacidade e eficiência de atendimento a todos os trabalhadores abrangidos por esta Convenção Coletiva dentro do Distrito Federal.

**Parágrafo Segundo** – A empresa que não recolher ou repassar o auxílio odontológico, cometerá o crime de apropriação indébita e ficará o Sindicato Laboral autorizado a mover ação Judicial pertinente, observado o disposto na cláusula da Tentativa Prévia de Resolução Extrajudicial, prevista nesta Convenção Coletiva de Trabalho.

**Parágrafo Terceiro** – Tendo em vista que o interesse coletivo suplanta o individual, mesmo que as empresas possuam plano odontológico, o valor estipulado nesta cláusula é devido.

**Parágrafo Quarto** – Para dar plena efetividade no cumprimento integral do atendimento odontológico, o SINDISERVIÇOS/DF poderá estabelecer regras e procedimentos administrativos.

**Parágrafo Quinto** – É de única e exclusiva responsabilidade do Sindicato Laboral a escolha, contratação e administração, cabendo a este estabelecer os critérios e condições da prestação de serviços abrangidos pela Assistência Odontológica, bem como será de competência exclusiva do Sindicato Laboral, tratar de todos os assuntos envolvendo o plano, seus benefícios e beneficiários.

**Parágrafo Sexto** – Cessando ou não havendo repasse ao Sindicato Laboral, do valor convencionado para o auxílio odontológico, as assistências e/ou atendimentos serão suspensos de imediato, ficando o SINDISERVIÇOS/DF isento de qualquer responsabilidade, presente ou futura.

**Parágrafo Sétimo** – Será contratada operadora especializada em plano odontológico, devidamente registrada na ANS.

**Parágrafo Oitavo** – Pelo não cumprimento dos termos pactuados nesta cláusula, as empresas que deixarem de aderir ao plano odontológico gerido pelo Sindicato Laboral, além de assumirem por conta e risco o tratamento dentário do trabalhador, incorrerão na penalidade da seguinte forma:

- a) multa no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor de R\$ 11,92 (onze reais e noventa e dois centavos), até 60 (sessenta) dias de descumprimento;

b) multa no percentual de 100% (cem por cento) após 61 (sessenta e um) dias de descumprimento.

**Parágrafo Nono** – Será concedido um desconto de 50% (cinquenta por cento) no percentual das multas previstas na presente cláusula à empresa associada ao SEAC/DF.

### **Seguro de Vida**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - ASSISTÊNCIA FUNERAL**

Ficam instituídos os benefícios obrigatórios da **Assistência Funeral** no valor de **R\$ 3.000,00** (três mil reais) e **Seguro de Vida** no valor de **R\$ 6.000,00** (seis mil reais), a serem cobertos mediante contratação de apólice de seguro de vida e assistência funeral com Seguradora, em benefício do empregado.

**Parágrafo Primeiro** – O SEAC/DF disponibilizará para as empresas apólice de seguro de vida e assistência funeral com seguradora no valor mensal de **R\$ 2,75 (dois reais e setenta e cinco centavos)** por empregado efetivo, limitado ao número de funcionários previstos no contrato de prestação de serviço. A referida apólice de seguro garantirá o pagamento das quantias dispostas no **caput**, em caso de morte do funcionário, de acordo com as condições firmadas com a Seguradora indicada.

**Parágrafo Segundo** – As empresas serão responsáveis pelo pagamento diretamente à Seguradora, disponibilizada pelo SEAC/DF, bem como deverão manter os funcionários informados quanto ao benefício.

**Parágrafo Terceiro** – Juntamente com os valores destinados para a Seguradora, a empresa entregará, mensalmente, a relação dos empregados efetivos, em arquivo eletrônico. A responsabilidade pela conferência e guarda dos documentos será da Seguradora, devendo o relatório detalhado ser enviado ao SEAC/DF para efetiva fiscalização da concessão do benefício estipulado na apólice.

**Parágrafo Quarto** – O SEAC/DF figurará na relação como estipulante da apólice, sendo dessa forma representante das empresas, que figurarão como sub-estipulantes, porém, toda a responsabilidade de cunho patrimonial, em caso de inadimplência contratual, recairá sobre as empresas e a Seguradora.

**Parágrafo Quinto** – Os benefícios descritos no **caput** serão custeados com os valores repassados exclusivamente pelos contratantes da prestação dos serviços, órgãos da administração pública e pessoas de direito privado.

**Parágrafo Sexto** – As empresas se obrigam a incluir nas planilhas de preço o valor destinado a Apólice de Seguro, na oportunidade de repactuação dos contratos vigentes.

**Parágrafo Sétimo** – A partir da assinatura e registro desta Convenção Coletiva de Trabalho no sistema mediador do Ministério do Trabalho e Emprego, as empresas se obrigam, nas contratações privadas, bem como em licitações e contratações públicas futuras, a incluir nas suas planilhas de custo e formação de preços o valor destinado a Apólice de Seguro.

**Parágrafo Oitavo** – A empresa que receber a quantia do órgão contratante terá até o dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente para efetuar o repasse em favor da Seguradora.

**Parágrafo Nono** – Os benefícios, seguro de vida e assistência funeral, pelo seu caráter assistencial não integram a remuneração do trabalhador em nenhuma hipótese, conforme previsão do artigo 458 da CLT.

**Parágrafo Décimo** – O benefício assistencial funeral deverá ser incluído no valor prescrito no **caput**.

**Parágrafo Décimo Primeiro** – O SEAC/DF se compromete a disponibilizar informação de fácil acesso em seu website, contendo o telefone e demais dados necessários, para contato com a seguradora pelos familiares do segurado. É facultado ao SINDSERVIÇOS/DF promover a mesma divulgação.

**Parágrafo Décimo Segundo** – As empresas se comprometem a disponibilizar acesso à apólice de seguro a seus empregados.

**Parágrafo Décimo Terceiro** – As empresas que deixarem de aderir à apólice oferecida pelo SEAC/DF, assumirão por conta e risco a indenização junto aos beneficiários do trabalhador no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), independente de terem ou não apólice própria, haja vista que esta cláusula tem o princípio de estímulo ao associativismo e por ser um benefício ao trabalhador.

## **Outros Auxílios**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - CONSIGNAÇÕES**

Os Sindicatos convenientes se esforçarão no sentido de fazer convênios com farmácias, no intuito dos empregados poderem comprar remédios, e esses serem descontados de salário, com a devida autorização prévia.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - CONVÊNIOS**

Os convênios assinados pelo Sindicato Laboral, em relação aos quais os empregados sindicalizados das empresas aderirem, de forma escrita, e que requerem desconto nos recibos de pagamentos, esses valores serão, obrigatoriamente, descontados pelas empresas, desde que o empregado autorize por escrito, e repassados para o Sindicato Laboral até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente.

**Parágrafo Único** – A presente disposição se aplica a todos os benefícios administrados, contratados, operados ou interpostos pelo Sindicato Laboral, inclusive plano de saúde diferente do plano ambulatorial.

## **Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades**

### **Normas para Admissão/Contratação**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - CONTRATO INTERMITENTE**

Os sindicatos autorizam que as empresas contratem trabalhadores intermitentes, as quais se obrigam a realizarem o pagamento das parcelas proporcionais, referentes a cada período de prestação de serviço, em 5 (cinco) dias úteis contados do último dia de prestação de serviço.

**Parágrafo Primeiro** – A carga horária mínima para emprego do trabalho intermitente é de 6 (seis) horas diárias.



**Parágrafo Segundo** – O trabalhador convocado, com brevidade inferior a 72 (setenta e duas), horas não poderá sofrer qualquer tipo de penalidade, em caso de recusa ou de não comparecimento.

**Parágrafo Terceiro** – Fica convencionado que o trabalhador intermitente não se prestará à substituição definitiva do trabalhador efetivo, bem como não se prestará exclusivamente para cobertura do intervalo intrajornada.

**Parágrafo Quarto** – O trabalhador intermitente terá preferência de contratação para preenchimento de vaga efetiva na função na qual foi contratado.

**Parágrafo Quinto** – O trabalhador intermitente que executar serviços por mais de 60 (sessenta) dias ininterruptos no mesmo posto de trabalho, com o mesmo endereço e mesma carga horária, deverá ser admitido como efetivo.

**Parágrafo Novo** – Os contratos intermitentes deverão ser homologados pelo SINDISERVIÇOS/DF.

**Parágrafo Sexto** – O trabalhador intermitente que não for convocado dentro do período de 6 (seis) meses deverá ter seu contrato rescindido.

**Parágrafo Sétimo** – Será assegurado ao trabalhador intermitente o recebimento da remuneração, férias proporcionais com acréscimo de um terço, décimo terceiro salário proporcional; repouso semanal remunerado; além de auxílio alimentação e vale-transporte.

**Parágrafo Oitavo** – O trabalhador fará jus ao piso salarial correspondente ao trabalho efetivamente exercido.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA - READMITIDO**

Os empregados readmitidos serão contratados por prazo indeterminado, desde que o contrato anterior tenha sido de pelo menos 1 (um) ano.

### **Desligamento/Demissão**

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - AVISO PRÉVIO**

O aviso prévio deverá respeitar o estabelecido na legislação vigente.

**Parágrafo Primeiro** – O aviso prévio será fornecido por escrito em 3 (três) vias, com contra recibo, devendo constar expressamente como o trabalhador irá trabalhar no período de aviso ou se o mesmo será indenizado.

**Parágrafo Segundo** – Durante o cumprimento do Aviso Prévio concedido pelo empregador, e em havendo comprovação de haver o prestador obtido novo emprego, ficará este dispensado do seu cumprimento nos termos da Súmula 276/TST, estendida esta condição ao trabalhador convocado para assumir cargo público, seja através de concurso público ou cargo comissionado, estando este dispensado e sem ônus do cumprimento do Aviso Prévio.

**Parágrafo Terceiro** – No caso do aviso prévio trabalhado dado pelo empregador ao empregado, o cumprimento do aviso se dará com a prestação de serviços pelo trabalhador no período previsto no art.

487, acrescidos dos 3 (três) dias por ano de serviço prestado, até o máximo de 60 (sessenta) dias, perfazendo um total de até 90 (noventa) dias, na forma da Lei nº 12.506/2011.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - HOMOLOGAÇÃO DAS RESCISÕES**

As rescisões dos contratos de trabalho dos empregados, a partir de 12 (doze) meses de empresa, deverão ser assistidas pelo SINDISERVIÇOS/DF.

**Parágrafo Primeiro** – Para as associadas ao SEAC/DF que rescindirem o contrato de trabalhador com menos de 30 (trinta) meses de empresa, será dispensada a homologação presencial, desde que enviem ao SINDISERVIÇOS/DF, por meio digital, o TRCT, extrato do FGTS, GFIP e comprovantes de pagamento. Em caso de ressalva específica e discriminada, a empresa e o funcionário serão convocados para homologação presencial.

**Parágrafo Segundo** – As empresas fornecerão aos empregados, no ato da homologação, cópia do atestado de afastamento e salário – AAS, bem como carta de apresentação.

**Parágrafo Terceiro** – No caso de impedimento da homologação da rescisão do contrato de trabalho pela ausência do empregado ou do empregador, o SINDISERVIÇOS/DF fornecerá documento comprovando o comparecimento da(s) parte(s), com indicação obrigatória da finalidade do comparecimento (homologação) em referência ao trabalhador ou rol de trabalhadores, desde que devidamente demonstrada a ciência do empregado no aviso prévio, ou por qualquer meio eletrônico, ou escrito. No caso de notificação impressa, exigir-se-á a assinatura do colaborador.

**Parágrafo Quarto** – Todas as empresas são obrigadas a apresentar, no ato da homologação das rescisões contratuais, as guias de pagamento ou depósito das contribuições e mensalidades sindicais devidas ao SINDISERVIÇOS/DF e ao SEAC/DF.

**Parágrafo Quinto** – A não apresentação da documentação estabelecida no parágrafo anterior, implicará na aplicação de multa diária, desde que não tenha sido motivada pelo tomador de serviços, contada a partir da data de seu vencimento, correspondente a 1/50 (um cinquenta avos) para o empregador que não houver infringido a disposição dentro do período de 60 (sessenta) dias; e a 1/30 (um trinta avos) do valor do piso da categoria para o empregador reincidente na mesma prática dentro do período de 60 (sessenta) dias, sendo que em ambas as hipóteses o valor da multa está limitado a 1 (um) salário mínimo da categoria, a ser revertida em favor da entidade cujas guias não foram apresentadas.

**Parágrafo Sexto** – No caso da não apresentação das guias devidamente quitadas, o SINDISERVIÇOS/DF não poderá recusar-se a realizar as homologações, porém concederá prazo de 5 (cinco dias) para comprovação do pagamento, após o qual incidirá a multa estabelecida no parágrafo anterior até à sua efetiva comprovação.

**Parágrafo Sétimo** - O Sindicato Laboral deverá ressaltar todas as parcelas que entenda serem devidas ao empregado, sendo vedada a realização de ressalva genérica ao pedido de rescisão ou de quitação homologado pelo SINDISERVIÇOS/DF, devendo o SINDISERVIÇOS/DF fazer constar expressamente quais direitos não foram satisfeitos à data de sua intervenção.

**Parágrafo Oitavo** – Em havendo pagamento direto na conta corrente do empregado ou não, o prazo para homologação das rescisões de contrato de trabalho é de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data dos prazos previstos no artigo 477 da CLT, § 6º, sob pena de multa constante no parágrafo 8º do mesmo artigo.

**Parágrafo Nono** – Objetivando promover a credibilidade e profissionalização do segmento e igualar condições operacionais das empresas atuantes no setor, fica o SINDISERVIÇOS/DF obrigado a informar

oficialmente e de imediato ao SEAC/DF, os dados cadastrais relativos às empresas que não apresentarem as guias de pagamento especificadas no parágrafo terceiro.

**Parágrafo Décimo** – As empresas deverão agendar as homologações, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, sob pena de não serem atendidas.

**Parágrafo Décimo Primeiro** – A comunicação, pelo empregador ao empregado, sobre a data do agendamento da homologação poderá ser por e-mail, WhatsApp, Telegram ou outro meio de comunicação equivalente, desde que comprovado o envio.

**Parágrafo Décimo Segundo** – Em caso de falta do trabalhador, apresentados os documentos pela empresa ao Sindicato Laboral, inclusive por meio eletrônico, a homologação deixa de ser obrigatória.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - PAGAMENTO DE VERBAS RESCISÓRIAS**

As empresas efetuarão o pagamento relativo às verbas rescisórias do contrato de trabalho, no prazo máximo de 10 (dez) dias a partir do término do contrato, em dinheiro, depósito bancário ou em cheque visado, conforme acordem as partes, salvo se o empregado for analfabeto, quando o pagamento somente poderá ser feito em dinheiro ou depósito bancário, a ser comprovado no ato da homologação, em conformidade com o art. 477, § 4º da CLT.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - MULTA POR ATRASO NO PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS**

Em caráter pedagógico, as multas por atraso no pagamento das verbas rescisórias obedecerão a gradação de acordo com a higidez do empregador, calculada da seguinte forma:

I) multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso no pagamento de verbas rescisórias que não sejam apresentadas no prazo legal ao SINDISERVIÇOS/DF, para a empresa que tenha atrasado em até 60 (sessenta) dias contados da data do pagamento;

II) multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso no pagamento de verbas rescisórias que não sejam apresentadas no prazo legal ao SINDISERVIÇOS/DF para a empresa que tenha atrasado acima de 60 (sessenta) dias contados da data do pagamento.

**Parágrafo Primeiro** – O SINDISERVIÇOS/DF se obriga a visitar a empresa que descumpra a obrigação do pagamento das verbas rescisórias no prazo legal, e, em caso de erro, dará prazo de 48 (quarenta e oito) horas para a empresa promover a correção, sem incidência de multa.

**Parágrafo Segundo** – O valor da multa acima fica limitado ao montante da obrigação principal constante nos TRCT's, ou seja, sobre as verbas rescisórias efetivamente devidas.

**Parágrafo Terceiro** – Será concedido um desconto de 50% (cinquenta por cento) no percentual das multas previstas na presente cláusula à empresa associada ao SEAC/DF, desde que o seu pagamento ocorra de forma administrativa.

## **Outros grupos específicos**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - QUITAÇÃO ANUAL**

É facultado às empresas promoverem, junto ao Sindicato Laboral, a quitação anual de obrigações trabalhistas, na forma prescrita em lei vigente e mediante apresentação de documentos solicitados pelo Sindicato Laboral.

**Parágrafo Primeiro** – Pelo serviço prestado, a empresa **NÃO** associada ao SEAC/DF pagará ao Sindicato Laboral o valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por cada trabalhador.

**Parágrafo Segundo** – Pelo serviço prestado, a empresa associada ao SEAC/DF pagará ao Sindicato Laboral o valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por cada trabalhador.

**Parágrafo Terceiro** – O fornecimento pelo Sindicato Laboral do termo de quitação anual previsto no art.507-b da Lei 13.467, está condicionado à apresentação integral da documentação para análise, bem como ao fiel e integral cumprimento da convenção coletiva.

## **Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - ANOTAÇÕES NA CARTEIRA DE TRABALHO**

As empresas ficam proibidas de fazer anotações na carteira de trabalho dos empregados da categoria, que não aquelas determinadas por lei.

**Parágrafo Único** – A empresa que opte por transferir o trabalhador de uma empresa para outra do mesmo grupo econômico, sem que haja quitação rescisória, deverá a empresa sucessora, obrigatoriamente, promover a alteração do contrato de trabalho, regularizar os registros na CTPS, FGTS e Previdência Social (INSS), bem como assumir todos os encargos e direitos do trabalhador da empresa sucedida.

## **Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades**

### **Qualificação/Formação Profissional**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - CURSOS DE FORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO E RECICLAGEM PROFISSIONAL**

Os Sindicatos convenientes comprometem-se a unir esforços no sentido de buscar convênios para viabilizar cursos de formação, capacitação e reciclagem profissional.

## **Normas Disciplinares**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - ADVERTÊNCIA E SUSPENSÃO**

As empresas fornecerão cópias das penalidades aplicadas aos empregados para sua ciência, e também, encaminharão mensalmente cópia ao SINDISERVIÇOS/DF, que deverá ser efetivada até ao 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente, sob pena de nulidade da penalidade aplicada.

## **Políticas de Manutenção do Emprego**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - INCENTIVO À CONTINUIDADE**

Fica pactuado que às empresas que sucederem outras na prestação do mesmo serviço, em razão de nova licitação pública ou novo contrato administrativo ou particular e/ou contrato emergencial, ficarão obrigadas a contratar os empregados da empresa anterior, respeitando todas as estabilidades legais, inclusive as gestantes; membros de CIPA; e todos os demais funcionários que na data do desligamento possua qualquer tipo de estabilidade legal e/ou funcional, sem descontinuidade quanto ao pagamento dos salários e a prestação dos serviços, limitado ao quantitativo de empregados do novo contrato, obrigando as empresas que perderem o contrato a comunicar o fato ao Sindicato Laboral, inclusive por correspondência eletrônica, até 20 (vinte) dias antes do final do mesmo.

**Parágrafo Primeiro** – Na sucessão de contratos de prestação de serviços, no segmento privado, faculta-se às empresas realocarem, dentro das mesmas condições do posto anterior, no exercício da mesma função/cargo, com posto efetivo (não se admite reservas e feristas), o empregado que possua mais de 5 (cinco) anos de efetivo vínculo empregatício, concedendo estabilidade de 180 (cento e oitenta) dias e condições dignas de trabalho, mediante comunicado ao trabalhador por escrito, vedada a aplicação aos contratos do setor público. Para a realocação do trabalhador com mais de 12 (doze) meses de associação ao SINDISERVIÇOS/DF, o trabalhador poderá manifestar oposição à realocação.

**Parágrafo Segundo** – Caso a empresa exerça a faculdade prevista no Parágrafo Primeiro da presente Cláusula, deverá comunicar o Sindicato Laboral no prazo de 30 (trinta) dias o rol de empregados realocados e os respectivos postos de trabalho.

**Parágrafo Terceiro** – Para o fiel cumprimento das condições avençadas, o tomador de serviços só poderá realizar a devolução de funcionários que não estejam atendendo com satisfação as suas necessidades, até 30 (trinta) dias que anteceder a troca de empresas, sendo vedado a devolução do trabalhador no referido período até o início do novo contrato, devendo o tomador informar quais os trabalhadores que não irão permanecer no novo contrato.

**Parágrafo Quarto** – Não exercendo sua faculdade de realocar seus trabalhadores, a empresa sucedida estará obrigada a dispensar os empregados para permitir a contratação pela empresa sucessora, mediante as seguintes condições:

- I) O Termo de rescisão Contratual, no campo referente à forma de rescisão, constará “sem justa causa” e deverá constar, obrigatoriamente, no ato de homologação, a expressa referência à cláusula.
- II) A empresa que está assumindo o contrato de prestação de serviços, admitirá o empregado da empresa anterior e a ele concederá estabilidade no emprego de 90 (noventa) dias, sendo vedada a celebração de contrato de trabalho a título de experiência nesse período.
- III) No período da estabilidade (90 dias) a empresa que está assumindo a contratação só poderá demitir o empregado por cometimento de falta grave ou por pedido formal do empregado.
- IV) A empresa que está perdendo o contrato de prestação de serviços e, desde que o empregado seja admitido pela empresa sucessora, fica desobrigada do pagamento do aviso prévio e suas respectivas projeções, da indenização adicional prevista no artigo 12º da Lei 13.932/19, obrigando-se, entretanto, a

pagar as demais verbas rescisórias, sendo que a multa fundiária (art. 9º Decreto nº 99.684/90), será calculada no percentual de 40% do FGTS devido ao empregado.

**V)** As verbas rescisórias a que se refere o item anterior deverão ser quitadas até o 10º (décimo) dia após a rescisão do contrato de trabalho do empregado, ficando ajustado que o salário base, para cálculo das verbas rescisórias, é o correspondente ao do último dia do contrato de trabalho, acrescido da média das parcelas salariais variáveis, como horas extras e outras pagas com habitualidade, na forma da lei.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - INCENTIVO À CONTINUIDADE DO EMPREGADO PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

Fica facultado ao empregado pessoa com deficiência (PCD) valer-se da garantia contida na **Cláusula Trigésima Segunda** ("Incentivo à Continuidade"), optando por ser contratado pela empresa sucessora, em detrimento da garantia prevista no art. 17, V, da Lei nº 14.020/2020.

**Parágrafo Primeiro** – As estabilidades, previstas na Cláusula Trigésima Segunda ("Incentivo à Continuidade") e no art. 17, V, da Lei nº 14.020/2020, deverão ser observadas em sua integralidade pela empresa sucessora.

**Parágrafo Segundo** – Caso o trabalhador opte pela contratação pela empresa sucessora, a empresa sucedida estará isenta de qualquer responsabilidade em relação à estabilidade advinda do art. 17, V, da Lei nº 14.020/2020, bem como da nova relação contratual firmada entre empregado e empresa sucessora.

#### **Estabilidade Mãe**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - ESTABILIDADE PROVISÓRIA DA EMPREGADA GESTANTE**

As empresas assegurarão o emprego da gestante desde a confirmação da gravidez ao empregador, que deverá ser feita mediante atestado médico específico, até 150 (cento e cinquenta) dias após o parto, devendo, preferencialmente, a mesma ao término de sua licença, retornar ao seu posto de origem.

#### **Estabilidade Serviço Militar**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - GARANTIA DE EMPREGO PARA PRESTAR SERVIÇO MILITAR**

Será garantido o emprego do trabalhador alistando, desde a data da incorporação no serviço militar até 90 (noventa) dias após a cessão do cumprimento, desde que se apresente à sua empregadora no prazo de 30 (trinta) dias.

#### **Outras normas referentes a condições para o exercício do trabalho**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - LOCAL PARA REFEIÇÃO E ARMÁRIO**

Os Sindicatos convenientes comprometem-se a unir esforços, no sentido de conseguir junto aos tomadores de serviço, locais apropriados para as refeições dos trabalhadores e armários individuais para guarda de seus pertences.

**Parágrafo Único** – Em atenção à NR 24, mediante comunicação prévia pelos trabalhadores, ou pelo Sindicato Laboral, as empresas se comprometem a requerer do tomador a construção, ou reforma, de ambientes aptos à refeição e armazenamento, com qualidade sanitária digna da pessoa humana.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - VEDAÇÃO DE RONDA MOTORIZADA POR AGENTE DE PORTARIA / FISCAL DE PISO**

Fica expressamente proibida a realização de ronda motorizada (carro, moto, qualquer outro tipo de veículo motorizado ou bicicleta) por agentes de portaria e/ou fiscais de piso em condomínios residenciais, comerciais, empresas e órgãos públicos, por configurar como atividade de segurança privada, cuja atribuição é exclusiva do vigilante patrimonial, conforme Lei 7.102/1983 e Portaria 3.233/2013 DG/DPF.

#### **Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas**

##### **Duração e Horário**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - JORNADA DE TRABALHO**

Excetuadas as espécies de trabalho intermitente, tempo parcial ou por revezamento “12x36”, a jornada de trabalho é de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

**Parágrafo Primeiro** – As empresas compensarão o excesso de horas trabalhadas em um dia pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período o máximo de 30 (trinta) dias, desde que haja anuência do tomador de serviços.

**Parágrafo Segundo** – A jornada de trabalho estabelecida nesta cláusula poderá ser acrescida de horas suplementares que serão remuneradas com adicional de 50% (cinquenta por cento) sobre a hora normal, ou poderão ser compensadas, conforme previsto no parágrafo anterior.

**Parágrafo Terceiro** – As reuniões de trabalho, de comparecimento obrigatório, a que convocados os(as) trabalhadores(as) deverão ser realizados durante o expediente normal, e se estas ultrapassarem o horário normal de trabalho serão remuneradas como horas excedentes, como serviços extraordinários, por representarem tempo à disposição da empresa. O período será indenizado como horas excedentes apenas se estiverem consignadas nas folhas de ponto.

**Parágrafo Quarto** – A Jornada de Trabalho dos empregados da categoria profissional é de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, inclusive porteiros diurnos e noturnos, vedado sua redução a título de proporcionalidade do salário da categoria.

## **Prorrogação/Redução de Jornada**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - ALTERAÇÃO DA DURAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO**

Fica vedado às empresas alterar a duração da jornada de trabalho estabelecida, salvo quando acordado entre a empresa e o empregado, e sem que isso traga prejuízos ao trabalhador, conforme estabelecido pelo Artigo 468 da CLT.

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - ADICIONAL DE HORAS EXTRAS**

O cálculo da hora extra será efetuado dividindo-se o salário por 220 (duzentos e vinte) horas, acrescidos do adicional de 50% (cinquenta por cento) do valor da hora resultante.

**Parágrafo Único** – Ocorrendo necessidade imperiosa, poderá a duração do trabalho exceder do limite legal ou convencionado, seja para fazer face a motivo de força maior, seja para atender à realização ou conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto, devendo ser assinalada na folha de ponto.

## **Intervalos para Descanso**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE DESCANSO REMUNERADO NO PERÍODO DE AMAMENTAÇÃO**

As empresas, na forma prevista na CLT, assegurarão à empregada, durante a jornada de trabalho, 2 (dois) descansos especiais de meia hora cada um, para amamentar o próprio filho até que esse complete 6 (seis) meses.

**Parágrafo Único** – Quando a saúde do filho assim o exigir, este período de 6 (seis) meses poderá ser dilatado.

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - INTERVALO PARA REPOUSO E ALIMENTAÇÃO**

Ao empregado com jornada superior a 6 (seis) horas diárias, excluindo-se o trabalhador em jornada 12x36, fica garantido um intervalo de 1 (uma) hora para refeição.

**Parágrafo Primeiro** – É facultado ao empregado permanecer ou não no local de serviço para o gozo do intervalo sem que isso desnature a função desse.

**Parágrafo Segundo** – Tendo em vista a natureza continuada dos serviços nos locais de trabalhos onde são adotados os postos 12x36 horas, considerando o fato de que os trabalhadores em sua grande maioria efetuam as refeições em seu local de trabalho, além da impossibilidade de se compensar a hora não trabalhada pela



concessão do intervalo, acorda-se que o horário de refeição será de 1 (uma) hora, nos termos do inciso III do art. 611-A da CLT.

**Parágrafo Terceiro** – As empresas concederão aos seus empregados 1 (um) intervalo de 10 (dez) minutos para lanche, sendo este período computado como tempo de serviço. O intervalo será concedido somente para o funcionário que trabalha 8 (oito) horas por dia ou mais, desde que haja concordância do Tomador do serviço, e não haja prejuízo na execução do serviço.

### **Controle da Jornada**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - SISTEMA ALTERNATIVO DE CONTROLE DE JORNADA DE TRABALHO**

As empresas representadas pelo SEAC/DF poderão manter Sistema Alternativo de Controle de Jornada de Trabalho, a saber:

- a) cartão de ponto manual;
- b) folha de frequência;
- c) biometria;
- d) controle de ponto por cartão magnético;
- e) controle de ponto por meio de aplicativo de folha de pagamento disponível em aparelhos de telefonia móvel (celular), desde que seja mantida e respeitada a privacidade e a dignidade da pessoa humana;
- f) Outros sistemas de ponto eletrônico alternativo permitido por lei.

**Parágrafo Único** – As partes signatárias reconhecem que o Sistema de Controle de Jornada, ora ajustado, atende as exigências do art. 74, § 2º da Consolidação das Leis do Trabalho e o disposto no art. 2 da Portaria nº. 373 de 25/02/2011, do Ministério do Trabalho e Emprego, desobrigando a instalação do Registrador Eletrônico de Ponto – REP.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - RELÓGIO VIGIA**

Fica proibido o uso do relógio vigia pelas empresas, independente da exigência do tomador de serviço.

### **Turnos Ininterruptos de Revezamento**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - JORNADA ESPECIAL**

As empresas poderão adotar a Jornada Especial 12x36, 12 (doze) horas corridas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas corridas de descanso, sem redução do salário, respeitados os pisos salariais da categoria.

**Parágrafo Primeiro** – Para os empregados que trabalham sob o regime da Jornada Especial é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, que será de 1 (uma) hora, permitido seu gozo ou indenização.

**Parágrafo Segundo** – Consideram-se normais os dias de domingo e feriados, laborados nesta jornada especial, e serão considerados compensados os feriados e as prorrogações de trabalho noturno, quando houver, de que tratam o art. 70 e o § 5º do art. 73 da CLT.

**Parágrafo Terceiro** – Considera-se noturno o trabalho executado entre as 22 (vinte e duas) horas de um dia e as 5 (cinco) horas do dia seguinte, sendo a hora noturna computada como de 60 (sessenta) minutos. Em contrapartida, pactua-se que o percentual do adicional noturno será de 22,5% (vinte e dois e meio por cento), incidindo sobre a hora trabalhada, com a finalidade de compensar a fixação da hora em 60 (sessenta) minutos.

**Parágrafo Quarto** – No regime acordado de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso, não é devido o adicional noturno sobre as horas laboradas após as 05 horas da manhã (artigo 59-A da CLT).

**Parágrafo Quinto** – Na hipótese de parte da jornada do trabalhador se incluir no horário noturno e outra parte se concretizar antes ou depois dele, em horário diurno, o mesmo somente terá direito ao recebimento do adicional noturno por aquelas horas efetivamente situadas dentro do limite fixado por lei, ou seja, entre 22h00min e 05h00min, nos termos do parágrafo único do artigo 59-A da CLT.

**Parágrafo Sexto** – A remuneração mensal pactuada para a jornada 12x36 horas abrange os pagamentos devidos pelo descanso semanal remunerado e pelo descanso em feriados, e serão considerados compensados os feriados, nos termos do parágrafo único do artigo 59-A da CLT.

**Parágrafo Sétimo** – Diante da natureza compensatória desta jornada, pela qual não há suspensão para concessão do intervalo de alimentação e repouso (o qual se inclui nas 12 horas que a nomeiam), considera-se já remunerado pelo salário mensal o período reservado ao intervalo, razão pela qual a indenização por eventual supressão desse se restringirá à incidência de 50% sobre o período suprimido e já pago (CLT, art. 59-a), não implicando na repetição da hora já remunerada; bem como a referida indenização não se aplica para efeitos de cálculos, médias ou demais reflexos legais.

## **Férias e Licenças**

### **Remuneração de Férias**

## **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - PAGAMENTO DE FÉRIAS**

As férias poderão ser concedidas integralmente ou em até 02 (dois) períodos com a anuência do trabalhador, na forma da lei vigente.

**Parágrafo Primeiro** – Na concessão das férias o início delas não poderá coincidir com sábados, domingos, feriados ou dias compensados, nem com os dias 24 e 31 de dezembro.

**Parágrafo Segundo** – Em conformidade com o início das férias concedidas, o pagamento destas dar-se-á dois dias antes do início das mesmas.

**Parágrafo Terceiro** – A empresa fornecerá aviso de férias ao empregado 30 (trinta) dias antes da concessão das mesmas.

**Parágrafo Quarto** – Fica garantido o pagamento de férias proporcionais aos empregados que tiverem seu contrato rescindido sem justa causa.

**Parágrafo Quinto** – Considerando a natureza da prestação de serviços na escala 12x36, o gozo das férias deverá iniciar em dia de efetivo labor.

**Parágrafo Sexto** – Nas escalas 5x2 (segunda à sexta-feira) o gozo das férias poderá iniciar no 1º (primeiro) dia útil subsequente ao labor.

**Parágrafo Sétimo** – Para as empresas associadas ao SEAC/DF, em caso de decretação do estado de emergência de Saúde Pública no Distrito Federal, fica autorizado a possibilidade de concessão das férias para os trabalhadores que retornarem de afastamento pelo INSS ou licenças, sem a observância do prazo previsto nos Art. 139 e 135 da Consolidação das Leis do Trabalho, devendo ser o trabalhador avisado com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

### **Licença Remunerada**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - AUSÊNCIA REMUNERADA**

O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário:

- a) 2 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua CTPS, viva sob sua dependência econômica;
- b) 3 (três) dias consecutivos em virtude de casamento;
- c) 5 (cinco) dias consecutivos em caso de nascimento de filho;
- d) 1 (um) dia para acompanhamento de saúde por filho menor de quatorze anos ou, se for portador de necessidades especiais, de qualquer idade, limitado há 05 (cinco) dias por ano, desde que haja comprovação, por meio de atestado de saúde competente, a ser apresentado no primeiro dia do retorno ao trabalho, que contenha o horário de atendimento, nome do filho atendido, tipo de atendimento e o nome do acompanhante;
- e) no período (horas), especificado no atestado médico, para comparecimento em consultas e/ou exames. O atestado deverá ser entregue na empresa ou ao representante da empresa no dia útil posterior a realização da consulta/exame.

### **Licença Maternidade**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - FÉRIAS DA GESTANTE**

A empresa garantirá que a empregada gestante, após completar o período aquisitivo, poderá marcar seu período de férias na sequência da licença-maternidade.

**Parágrafo Único** – De modo a dar efetividade a esse benefício convencional, as empresas poderão comunicar a empregada, em gozo da licença maternidade, sobre a existência dessa faculdade para que a empregada possa manifestar sua opção.

## **Saúde e Segurança do Trabalhador**

### **Equipamentos de Proteção Individual**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI)**

Sem prejuízo das determinações contidas na NR-06, as empresas se obrigam ao fornecimento dos EPI's a todos os empregados que trabalhem com produtos químicos de limpeza, na forma da legislação vigente.

### **Uniforme**

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - UNIFORMES**

Quando de uso obrigatório, no início do contrato de trabalho, as empresas fornecerão aos seus empregados, gratuitamente, 02 (dois) conjuntos de uniformes completos e 01 (um) par de meias e calçado. A cada 6 (seis) meses, será entregue 1 (um) conjunto de uniforme.

**Parágrafo Primeiro** – As empresas fornecerão a todos os seus empregados que trabalham à noite 01 (uma) japonsa (agasalho para o frio), de 12 (doze) em 12 (doze) meses.

**Parágrafo Segundo** – As empresas fornecerão aos funcionários que trabalham ao ar livre, 01 (uma) capa de chuva, por ano, além disso, disponibilizarão protetor solar fator 30 (trinta) diariamente. Considera-se “ao ar livre” o trabalho desguarnecido de qualquer cobertura física por mais de 3 (três) horas contínuas.

**Parágrafo Terceiro** – Verificado o desgaste no uniforme que o torne inutilizável ou inapresentável, a empresa entregará 2 (dois) conjuntos de uniformes, obedecida a frequência de 6 (seis) meses, conforme previsto no *caput*.

**Parágrafo Quarto** – A higienização do uniforme é de responsabilidade do trabalhador, pois os produtos utilizados para a higienização das vestimentas é de uso doméstico.

### **CIPA – composição, eleição, atribuições, garantias aos cipeiros**

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - ELEIÇÕES PARA A CIPA**

As empresas enviarão cópias ao SINDISERVIÇOS/DF dos editais de convocação de eleições para as CIPAs, com pelo menos 72 (setenta e duas) horas de antecedência, contadas da data de publicação dos editais, sob pena de nulidade, antes de sua realização, em conformidade com a NR. 5 do Ministério do Trabalho e Emprego.

### **Profissionais de Saúde e Segurança**

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - ORGANIZAÇÃO DO SESMT COLETIVO**

Em conformidade com o Art. 2º da Portaria SIT/DSST Nº 17, de 01/08/2007, que aprova o subitem 4.14.3 da NR-4 que, por sua vez, altera a redação da Norma Regulamentadora nº 4, o Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT) poderá ser organizado pelo SEAC/DF, englobando as empresas da mesma atividade econômica, localizadas no Distrito Federal e em municípios limítrofes.

**Parágrafo Único** – Fica assegurado o direito de cada empresa associada ao SEAC/DF organizar e manter, individualmente, o seu próprio SESMT.

### **Outras Normas de Proteção ao Acidentado ou Doente**

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - FORMULÁRIO PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL**

As empresas deverão preencher os formulários exigidos pela Previdência Social, por completo, para a concessão de quaisquer benefícios, tais como: aposentadoria, acidente de trabalho, auxílio-doença, auxílio natalidade, abono de permanência, atestado de afastamento do trabalho (AAT), atestado de volta ao trabalho (AVT), etc., entregando-os ao interessado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis (excluindo-se os sábados).

**Parágrafo Único** – A obrigação da empresa restringe-se às informações do período em que o trabalhador prestou serviços para a mesma.

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - FORNECIMENTO DE COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DO TRABALHO**

As empresas fornecerão ao SINDISERVIÇOS/DF até o dia 15 (quinze) de cada mês, cópias das CATs emitidas no mês anterior.

**Parágrafo Único** – Ocorrendo acidente de trabalho, com o afastamento do trabalhador por período superior a 15 (quinze) dias, a empresa emitirá a CAT e encaminhará o trabalhador ao INSS.

### **Relações Sindicais**

## **Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho**

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - ACESSO ÀS DEPENDÊNCIAS**

Os dirigentes sindicais, regularmente eleitos, terão acesso às dependências das empresas para a colocação de avisos, comunicações em locais visíveis e apropriados, desde que não sejam contrários à legislação vigente e com o assentimento prévio pela empresa no momento da colocação.

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - QUADRO DE AVISOS**

As empresas poderão disponibilizar, em suas sedes e nos locais de trabalho, espaço para fixação de quadro de avisos e comunicações de interesse da categoria profissional, sob controle do SINDISERVIÇOS/DF.

## **Garantias a Diretores Sindicais**

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - AFASTAMENTO DOS DIRIGENTES SINDICAIS**

A 5 (cinco) dirigentes sindicais, regularmente eleitos, com a limitação de 1 (um) dirigente por empresa, integrantes da Diretoria do Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação de Serviços e Serviços Terceirizados do Distrito Federal - SINDISERVIÇOS/DF será garantida, enquanto durarem seus mandatos, a percepção de seus salários, sem a respectiva prestação dos serviços.

**Parágrafo Único** – Os dirigentes sindicais serão liberados para comparecimento a congressos ou reuniões sindicais mediante comunicação prévia de 48 (quarenta e oito) horas, e não sofrerão qualquer prejuízo em suas remunerações quando os mesmos não excederem a 20 (vinte) dias por ano.

## **Acesso a Informações da Empresa**

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - PROTEÇÃO DE DADOS**

As empresas se comprometem a fornecer, quando solicitado pelo Sindicato Laboral, a documentação trabalhista estabelecida na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, relativa aos trabalhadores terceirizados, ficando o Sindicato, nos termos da Lei 13.709/2018, responsável pela adoção de todas as medidas de segurança aptas a proteger os dados repassados, visando à proteção dos direitos fundamentais, a liberdade e a privacidade do indivíduo.

**Parágrafo Primeiro** – Nos termos do artigo 5º, inciso X, da Lei 13.709/2018, sempre que o Sindicato Laboral tiver a necessidade de acessos aos dados sensíveis dos trabalhadores terceirizados, é primordial que haja o consentimento do titular, por escrito, indicando precisamente a finalidade de sua utilização.

**Parágrafo Segundo** – Após a entrega dos dados, autorizada pelo seu titular, ao Sindicato Laboral, este passará a ser o sujeito controlador e detentor das informações, ficando sujeito a aplicação do artigo 52 da Lei 13.709/2018, em substituição à empresa que forneceu os dados.

**Parágrafo Terceiro** – Todas as informações e documentações fornecidas, estão e estarão sob sigilo e, em hipótese alguma, serão usadas para outros interesses, ficando restritas ao âmbito administrativo do Sindicato Laboral.

## **Contribuições Sindicais**

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - TAXA ASSISTENCIAL**

As empresas descontarão de todos os seus empregados o valor equivalente a 3% (três por cento) do salário nominal do mês de março de 2023, a título de taxa assistencial, em favor do SINDISERVIÇOS, para custeio administrativo, assistencial e jurídico, conforme aprovação expressa em assembleia geral, convocada para essa finalidade, através de Edital publicado no Jornal de Brasília, no mês de outubro de 2022. O valor descontado deverá ser repassado ao Sindicato Laboral até o dia 15 de abril de 2023, conforme discriminado abaixo.

**Parágrafo Único** – O valor descontado, previsto no *caput* desta cláusula, deverá ser recolhido ao SINDISERVIÇOS/DF, através de boleto bancário fornecido pelo mesmo, e o respectivo comprovante entregue na Secretaria daquela Entidade, juntamente com a relação nominal, em ordem alfabética, de todos os trabalhadores atingidos pelo desconto, contendo os respectivos valores.

### **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - MENSALIDADE SINDICAL**

As empresas ficam obrigadas a descontar dos empregados sindicalizados e mediante anuência expressa do trabalhador, em folha de pagamento, a mensalidade devida ao SINDISERVIÇOS/DF no percentual de 1% (um por cento) do salário nominal recebido, mediante autorização do empregado por escrito.

**Parágrafo Primeiro** – Para efeito de controle do desconto da mensalidade sindical, as empresas deverão remeter, mensalmente, ao SINDISERVIÇOS/DF até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao desconto, uma relação alfabética de todos os empregados que autorizaram o desconto, devendo constar ainda a função, a matrícula na empresa, salário e o valor do desconto.

**Parágrafo Segundo** – O repasse do desconto para o SINDISERVIÇOS/DF deverá ser feito, obrigatoriamente, até o dia 15 (quinze) após o desconto.

**Parágrafo Terceiro** – O SINDISERVIÇOS/DF encaminhará, mensalmente, para as empresas, relação dos novos empregados sindicalizados para fins do desconto da mensalidade.

**Parágrafo Quarto** – Em caso de atraso no depósito da mensalidade sindical recolhida, a empresa pagará uma multa diária correspondente a 0,1% (zero virgula um por cento) do valor não recolhido, caso o atraso não seja superior a 60 (sessenta) dias; ou 0,2% (zero vírgula dois por cento) do valor não recolhido, caso o atraso seja superior a 60 (sessenta) dias, até a data da efetiva liquidação, limitados ao montante não recolhido, a ser revertida para o SINDISERVIÇOS/DF.

**Parágrafo Quinto** – No caso de sucessão de empresas nos termos da cláusula da continuidade, serão mantidos os descontos das mensalidades dos trabalhadores sindicalizados, mediante a apresentação por

parte do SINDISERVIÇOS/DF de uma relação dos trabalhadores para a empresa que está sucedendo a outra conforme cláusula de continuidade, sem necessidade de apresentação de novas autorizações. A relação deverá ser apresentada até o 15º (décimo quinto) dia do mês em que a empresa assumir o contrato.

**Parágrafo Sexto** – Será concedido um desconto de 50% (cinquenta por cento) no percentual das multas previstas na presente cláusula à empresa associada ao SEAC/DF, desde que o seu pagamento ocorra de forma administrativa.

## **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRIBUIÇÃO DE CUSTEIO PATRONAL**

Considerando o previsto no art. 611-A da CLT, prevalecerão sobre a lei todos os pontos objetos de Acordo ou Convenção Coletiva, ressaltados as vedações previstas no art. 611-B; Considerado que o art. 611-B não veda a estipulação de contribuição decorrente de Convenção Coletiva para toda a categoria econômica, diante disso prevalece o negociado sobre o legislado; Assim por deliberação da Assembleia Geral do Sindicato patronal de acordo com o disposto no art. 8º, inciso III da Constituição Federal, todas as empresas que exercem atividades representadas pelo SEAC/DF recolherão a CONTRIBUIÇÃO DE CUSTEIO PATRONAL, para a assistência a todos e não somente a associados, no valor total de R\$ 12,00 (doze reais), por empregado (comprovado por meio do CAGED), referente ao mês de junho de 2023, a ser recolhida em 4 (quatro) parcelas iguais e sucessivas, até o dia 15 (quinze) dos meses de julho, agosto, setembro e outubro de 2023, conforme orientação emanada da Decisão do Supremo Tribunal Federal - STF - RE 220.700-1 - RS - DJ. 13.11.98 e, mais recentemente, a decisão RE-189.960-3 – DJ. 17.11.2000, facultado o direito à oposição, a ser manifestado em formulário disponível na sede do SEAC/DF, até o dia 28 de fevereiro de 2023. Às empresas associadas ao SEAC/DF que fizerem o recolhimento da Contribuição de Custeio Patronal até às datas acima fixadas, será concedido um desconto de 50% (cinquenta por cento). As guias de pagamentos deverão ser emitidas pelo site do SEAC/DF ([www.seac-df.com.br](http://www.seac-df.com.br)).

**Parágrafo Primeiro** – Caso a guia de recolhimento da Contribuição de Custeio Patronal possua valor inferior a R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) por empresa, o pagamento deverá ser efetivado em única parcela até o dia 15 de julho.

**Parágrafo Segundo** – Caso o recolhimento seja feito em desacordo com o previsto no **caput** da presente cláusula, a empresa não se beneficiará do desconto acima concedido, sendo-lhe imputada, ainda, uma multa de 2% (dois por cento) e 0,22% (zero vírgula vinte e dois por cento) de juros, por dia de atraso, sobre o valor total da contribuição, ficando inadimplente com o Sindicato Patronal até à regularização da situação econômica.

**Parágrafo Terceiro** – Em caso de não recolhimento da Contribuição de Custeio Patronal prevista no **caput** da presente cláusula, poderá o Sindicato Patronal recorrer à via judicial, para o cumprimento do inteiro teor da mesma.

**Parágrafo Quarto** – As empresas que exercem atividades representadas pelo SEAC/DF recolherão a Taxa Assistencial, conforme guia disponibilizada em site próprio do Sindicato Patronal. ( <http://www.seac-df.com.br/taxa-assistencial/> )

## **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - OPOSIÇÃO AO DESCONTO DA TAXA ASSISTENCIAL**



Subordina-se o desconto assistencial à não oposição do trabalhador manifestada no prazo de até 10 (dez dias) a contar do registro deste Instrumento, por declaração assinada de próprio punho, na Secretaria do Sindicato.

### **Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa**

## **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA - CERTIDÃO DE REGULARIDADE SINDICAL E TRABALHISTA**

Por força desta convenção, as empresas para firmarem contratos ou aditivos com órgãos da administração pública, direta, indireta ou contratação por setores privados, deverão apresentar certidão de regularidade para com suas obrigações sindicais e trabalhistas.

**Parágrafo Primeiro** – Esta certidão será expedida pelos Sindicatos Convenientes, conjuntamente, assinada por seus Presidentes ou seus substitutos legais, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após a devida solicitação, com validade de 90 (noventa) dias.

**Parágrafo Segundo** – Consideram-se obrigações sindicais:

- a) Recolhimento da Contribuição de Custeio Patronal e GRCSU;
- b) Recolhimento da Taxa Assistencial Patronal e Laboral;
- c) Cumprimento integral desta Convenção e as obrigações desta;
- d) Certidão de regularidade para com o FGTS, INSS e estaduais;
- e) Cumprimento das normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho previstas na CLT, bem como na legislação complementar concernente à matéria trabalhista e previdenciária.

**Parágrafo Terceiro** – A validade da certidão está condicionada à assinatura de ambos os entes Sindicais.

**Parágrafo Quarto** – A não solicitação, por parte do órgão público ou privado, da certidão de que trata a presente cláusula poderá acarretar em responsabilidade subsidiária do tomador de serviços, nos termos da Súmula 331, itens IV e V, do Tribunal Superior do Trabalho, modificada pelo Superior Tribunal Federal.

**Parágrafo Quinto** – A certidão será gratuita às empresas associadas ao SEAC/DF.

## **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA - ENTREGA DA GFIP**

Ficam as empresas obrigadas a enviar ao SINDISERVIÇOS/DF suas GFIPs da empresa até o 15º (décimo quinto) dia de cada mês. O não cumprimento desta cláusula acarretará em multa de 2% (dois por cento) ao mês sobre o valor das mesmas em benefício do SINDISERVIÇOS/DF.

**Parágrafo Primeiro** – A recusa injustificada do recebimento da GFIP, por parte do SINDISERVIÇOS/DF, isenta as empresas do cumprimento dessa cláusula.

**Parágrafo Segundo** – Fica o Sindicato Laboral expressamente proibido de dar publicidade a quaisquer informações comerciais, contidas na GFIP, sob pena de pagamento de multa equivalente à prevista no **caput** desta cláusula, em favor do Sindicato Patronal.

**Parágrafo Terceiro** – Será concedido um desconto de 50% (cinquenta por cento) no percentual das multas previstas na presente cláusula à empresa associada ao SEAC/DF, desde que o seu pagamento ocorra de forma administrativa.

### **Outras disposições sobre representação e organização**

## **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUINTA - ATUAÇÃO CONJUNTA DOS SINDICATOS PATRONAL E LABORAL**

Os Sindicatos convenientes assumem o compromisso de atuarem em conjunto e formalmente, a título de notificação, quando o contratante dos serviços não conceder e/ou pagar os reajustes e repactuações dos contratos no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da definição e ultimação negocial da data-base e/ou solicitação da contratada, ou ainda quando houver descumprimento das demais cláusulas desta Convenção Coletiva de Trabalho, mediante solicitação da empresa interessada, desde que esta esteja quite com as obrigações desta CCT.

**Parágrafo Único** – Para o fiel cumprimento dos termos pactuados nesta Convenção Coletiva de Trabalho, os sindicatos em conjunto assumem o compromisso de fiscalizar os contratos celebrados com entes públicos e privados.

## **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEXTA - REGRAS ABSTRATAS E IMPESSOAIS DO SEGMENTO**

Esta Convenção Coletiva de Trabalho estabelece regras abstratas e impessoais do segmento. É verdadeira Norma Legal e, portanto, dentro da categoria a que esse destina é, também, verdadeira Fonte do Direito. Neste sentido pode-se afirmar, com “*severus in iudicando*” que cuida-se de verdadeiro direito positivo aplicável. É lei embora tenha forma de Convenção Coletiva. A Constituição Federal (art. 7º, inc. XXVI) reconhece as Convenções Coletivas de Trabalho. Diante desse fundamento constitucional estas integram o nosso sistema de normas jurídicas trabalhistas. É certo que a Convenção Coletiva de Trabalho tem uma extensão menor que a norma legal, por isso opera efeitos jurídicos apenas no seu âmbito de abrangência. Mas esta é uma diferença que não pode ser considerada para excluí-la no campo das Normas Jurídicas, já que – como acentua o Mestre Carnelutti – a Nação é o limite máximo e não o limite mínimo de extensão da norma e, portanto, podem existir normas, legais e consuetudinárias, que se refiram a uma coletividade menor, por exemplo, leis limitadas a uma região. A Convenção Coletiva de Trabalho delimita os limites da categoria porque, assim como a Nação é o limite máximo da extensão da norma legal, o segmento, como um todo, é o objeto máximo da aplicação da (norma) Convenção Coletiva de Trabalho. A Constituição Federal de 1988 (art. 7º, inc. XXVI) prestigiou extraordinariamente os instrumentos normativos nascidos no ventre da negociação coletiva. Além de reconhecer a sua legitimidade legal de cunho social e caráter normativo, a Carta de 1988 conferiu autonomia institucional para se modelar e dirigir os direitos e deveres trabalhistas da categoria, aperfeiçoando-os para a adaptação peculiar de cada segmento. A leitura dos incisos IV, XIII e XVI do art. 7º conduz à inequívoca conclusão de que as Convenções Coletivas de Trabalho adquirem notável relevo legal na Carta Política. Destarte, inegável se mostra a natureza legalista das Convenções Coletivas de Trabalho de cada categoria, vez que estas são verdadeiras normas legais a serem seguidas, obrigatoriamente, pelos operadores do direito trabalhista e por todos os integrantes do segmento, sob pena de inquestionável afronta à Constituição Federal. As normas aqui estabelecidas, que visam proteger a

incolumidade, moralidade e dignidade do segmento e o seu fiel cumprimento, deve ser uma constante para todos, seja empregado, empregador ou tomador de serviços.

## **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SÉTIMA - DO ACORDO INDIVIDUAL DE TRABALHO EXTRAJUDICIAL**

Os acordos individuais de trabalho extrajudiciais deverão ter a anuência dos sindicatos laboral e patronal, sob pena de nulidade.

### **Disposições Gerais**

#### **Regras para a Negociação**

## **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA OITAVA - ACORDOS COLETIVOS**

Condiciona-se a validade de Acordos Coletivos de Trabalho (ACTs), à participação do Sindicato Patronal.

### **Mecanismos de Solução de Conflitos**

## **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA NONA - DA TENTATIVA PRÉVIA DE RESOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL**

Nas hipóteses de descumprimento desta Convenção Coletiva de Trabalho que extrapolem a natureza trabalhista, em especial aquelas imputações de natureza criminal, o Sindicato Laboral se compromete a convocar a empresa, apontada como descumpridora, para tentativa prévia de resolução extrajudicial, em tempo hábil, e dando amplo conhecimento sobre as irregularidades por ele constatadas.

**Parágrafo Único** – Apenas após comprovado silêncio da empresa convocada, ou infrutífera a tentativa de resolução extrajudicial, o Sindicato Laboral ajuizará a ação pertinente.

## **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA - CONCILIAÇÃO DAS DIVERGÊNCIAS**

Eventuais divergências de interpretação das cláusulas da presente Convenção deverão ser comunicadas, por escrito, aos sindicatos convenientes, para fins de conciliação, no prazo de 15 (quinze) dias antes de serem submetidas à justiça do trabalho.

## **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA PRIMEIRA - COOPERAÇÃO MÚTUA**

Os Sindicatos, por seus representantes, se reunirão mensalmente com vistas a conhecerem e solucionarem problemas comuns, em prestígio ao trabalhador e ao setor econômico.

### **Aplicação do Instrumento Coletivo**

#### **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEGUNDA - PROCESSO LICITATÓRIO**

As empresas deverão sempre colacionar a presente Convenção Coletiva nas suas propostas, quando participarem de processo licitatório.

### **Descumprimento do Instrumento Coletivo**

#### **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA TERCEIRA - MULTA OBRIGAÇÃO DE FAZER**

Impõe-se multa, por descumprimento das obrigações de fazer, constantes do presente instrumento na seguinte progressão:

- a)** Multa no valor equivalente a 30% (trinta por cento) do piso salarial da categoria, em favor da parte prejudicada, para a empresa que dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, não tenha incidido nesta penalidade;
- b)** Multa no valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) do piso salarial da categoria, em favor da parte prejudicada, para a empresa que dentro do prazo de 120 (cento e vinte), dias, tenha reincidido nesta penalidade.

**Parágrafo Primeiro** – Prevalecem as multas por descumprimento, previstas nas cláusulas do presente instrumento.

**Parágrafo Segundo** – Será concedido um desconto de 50% (cinquenta por cento) no percentual das multas previstas na presente cláusula à empresa associada ao SEAC/DF, desde que o seu pagamento ocorra de forma administrativa.

### **Renovação/Rescisão do Instrumento Coletivo**

#### **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA QUARTA - PRORROGAÇÃO, REVISÃO, DENÚNCIA OU REVOGAÇÃO**

O processo de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação, total ou parcial, da presente Convenção, obedecerá às normas estabelecidas pelo art. 615 da CLT.

### **Outras Disposições**

## CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA QUINTA - DAS EMPRESAS OPTANTES DO SIMPLES NACIONAL

As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) que fornecem serviços terceirizados de agente de portaria / fiscal de piso, garagista, zelador, jardineiro, auxiliar de jardineiro, auxiliar de serviços gerais, ajudante de manutenção, auxiliar de encarregado, encarregado de limpeza, encarregado de jardinagem, encarregado geral, bombeiro hidráulico, eletricista, ajudante geral de manutenção, recepcionista, bem como todas as demais categorias profissionais previstas na presente convenção coletiva de trabalho (exceto servente de limpeza) não poderão ser optantes pelo regime de tributação do SIMPLES NACIONAL, tendo em vista o impedimento legal previsto pelo artigo 17, inciso XII da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e artigos 115 e 191, § 2º da Instrução Normativa 971, de 13 de novembro de 2009 da Secretaria da Receita Federal.

**Parágrafo Primeiro** – As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) que fornecem, única e exclusivamente serviços de limpeza e conservação, com a utilização do profissional servente de limpeza poderão ser optantes do SIMPLES NACIONAL em virtude da permissão legal prevista no artigo 18, § 5-C, inciso VI da LC 123/06, entretanto, não poderão fornecer outros tipos de serviços com os profissionais previstos no **caput** da presente cláusula.

**Parágrafo Segundo** – A inobservância à vedação legal ensejará a intervenção da Superintendência Regional do Trabalho - SRTE, bem como comunicação à Secretaria da Receita Federal para que promova as autuações cabíveis.

## CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEXTA - DAS EMPRESAS SUJEITAS À CPRB

Aos contratos públicos ou privados, cujo objeto é preponderante os serviços de terceirização das atividades indicadas na Cláusula Segunda da presente CCT, é proibida a utilização pelas empresas dos benefícios do regime de CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A RECEITA BRUTA – CPRB.

**Parágrafo Primeiro** – Não poderão utilizar os benefícios do regime de CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A RECEITA BRUTA – CPRB, aos contratos previstos no **caput** da presente cláusula, as empresas cujo objeto também abranjam as seguintes atividades mencionadas na IN RFB 1.812/18:

- tecnologia da informação – TI e comunicação – TIC;
- call center;
- transporte rodoviário de passageiros, intermunicipal, interestadual, internacional e em região metropolitana;
- transporte ferroviário de pessoas;
- transporte metroferroviário de pessoas;
- transporte rodoviário de cargas;
- construção civil;
- construção civil de obras de infraestrutura;

- empresas jornalísticas e de radiodifusão de sons e imagens;

**Parágrafo Segundo** – A inobservância à vedação ensejará a intervenção da Delegacia Regional do Trabalho, bem como comunicação à Secretaria da Receita Federal para que promova as autuações cabíveis.

## **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SÉTIMA - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DO TRT-10ª REGIÃO**

Nos termos do Incidente de Uniformização de Jurisprudência IUJ 0000396-17.2016.5.10.0000 do TRT-10ª Região, é proibida a utilização de enquadramento sindical pela empresa, diverso do segmento no qual o empregado trabalha; "I - O enquadramento sindical está vinculado à atividade econômica principal do empregador, não estando inserida neste conceito a prestação de serviços a terceiros; II - **Exercendo a empresa múltiplas atividades, o enquadramento sindical observará o segmento no qual o empregado trabalha**, salvo quando não for possível identificar aquela preponderante e, cumulativamente, o Sindicato dos Trabalhadores houver celebrado Convenção Coletiva mais benéfica com Sindicato Eclético da Categoria Econômica", sob pena de nulidade absoluta do contrato.

**Parágrafo Primeiro** – Os Sindicatos comprometem-se a coibir a utilização de Norma Coletiva de Trabalho que utilize enquadramento Sindical incompatível com o segmento da prestação de serviços do trabalhador das atividades indicadas na **Cláusula Segunda** da presente CCT.

**Parágrafo Segundo** – Os Sindicatos atuarão para alertar e responsabilizar os tomadores de serviços e seus prepostos que utilizarem nos contratos públicos ou privados, cujo objeto é preponderante os serviços de terceirização das atividades indicadas na **Cláusula Segunda** da presente CCT, norma coletiva diversa da presente CCT.

}

ANDRE GUSTAVO PEDROSA DE CARVALHO

Vice-Presidente

SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRABALHOS TEMPORARIO E  
SERVICOS TERCEIRIZAVEIS DO DF

MARIA ISABEL CAETANO DOS REIS

Presidente

SINDICATO DOS EMPR DE EMPR DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRAB TEMPORARIO, PREST  
SERVICOS E SERV TERCEIRIZAVEIS DO DF-SINDISERVICOS/DF

### **ANEXOS**

#### **ANEXO I - TABELA DE ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS**

#### **ANEXO I - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS**

Visando assegurar a exequibilidade dos contratos de Prestação de Serviços pelas empresas contratadas junto aos tomadores, a fim de garantir a TOTAL adimplência dos Encargos Sociais e Trabalhistas, fica convencionado que as Empresas do segmento abrangidas por essa Convenção Coletiva de Trabalho ficam obrigadas a praticar o percentual mínimo de Encargos Sociais e Trabalhistas **de 79,44% (setenta e nove vírgula quarenta e quatro por cento) conforme planilha de cálculo, abaixo descrita**. Os órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta Federal, Estadual e Municipal, visando preservar a dignidade do trabalho, criar condições próprias e eficientes à realização dos serviços prestados e assegurar os benefícios diretos dos trabalhadores, conforme acórdão **TCU nº. 775/2007** deverão fazer constar em seus Editais de Licitação, seja qual for a modalidade, o percentual de Encargos Sociais previsto nessa Convenção Coletiva de Trabalho, como documento essencial a toda e qualquer modalidade de licitação, sob pena de nulidade do certame, tal como disposto nos **Art. 607 e 608 da CLT**.

**A tabela de encargos sociais abaixo foi elaborada em conformidade com o Anexo VII-D da Instrução Normativa n.º 05, de 25/05/2017 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.**

## **TABELA DOS ENCARGOS SOCIAIS**

### **ANEXO VII-D DA IN 05/2017 DO MPDG**

#### **MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS**

##### **Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias**

<b>2.1</b>	<b>13º Salário, Férias e Adicional de Férias</b>	<b>%</b>
A	13º (décimo terceiro) Salário (item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 MPDG)	8,33%
B	Férias e Adicional de Férias (item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 MPDG)	12,10%
<b>Total</b>		<b>20,43%</b>

**Nota 1:** Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina e adicional de férias.

**Nota 2:** O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

##### **Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições**

<b>2.2</b>	<b>GPS, FGTS e outras contribuições</b>	<b>%</b>
A	INSS	20,00%
B	Salário Educação	2,50%
C	SAT	3,00%
D	SESC ou SESI	1,50%
E	SENAI - SENAC	1,00%

F	SEBRAE	0,60%
G	INCRA	0,20%
H	FGTS	8,00%
<b>Total</b>		<b>36,80%</b>

**Nota 1:** Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

**Nota 2:** O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.

### Módulo 3 - Provisão para Rescisão

<b>3</b>	<b>Provisão para Rescisão</b>	<b>%</b>
A	Aviso prévio indenizado ( $33 \div 365 \times 0,20 \times 100 = 1,81\%$ )	1,81%
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado ( $8\% \times 1,81\% = 0,14\%$ )	0,14%
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado (Item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 - $4,5\% \times 90\%$ do pessoal recebe aviso indenizado)	4,05%
D	Aviso prévio trabalhado ( $07 \div 30 \div 12 \times 0,10 \times 100 = 0,19\%$ )	0,19%
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o aviso prévio trabalhado ( $36,80\% \times 0,19\% = 0,07\%$ )	0,07%
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado (Item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 - $4,5\% \times 10\%$ do pessoal recebe aviso trabalhado)	0,45%
<b>Total</b>		<b>6,71%</b>

### Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

<b>4.1</b>	<b>Ausências Legais</b>	<b>%</b>
A	Substituto na cobertura de férias (Terço constitucional de férias e 13º salário do ferista $(3,03\% + 8,33\%) \div 12 = 0,95\%$ )	0,95%
B	Substituto na cobertura de ausências legais e ausências por doença $((8 \div 30 \div 12) + (7 \div 30 \div 12)) \times 100 = 4,17\%$	4,17%
C	Substituto na cobertura de licença-paternidade $(5 \div 30 \div 12 \times 0,075) \times 100 = 0,10\%$	0,10%
D	Substituto na cobertura de ausência por acidente de trabalho $((15 \div 30 \div 12) \times 0,15 \times 100 = 0,63\%$	0,63%
E	Substituto na cobertura de afastamento maternidade $(1 \div 12 \times 4) + (1,33 \div 12 \times 4) \div 12 \times 0,00025 \times 100 = 0,02\%$	0,02%
F	Incidência do submódulo 2.2 sobre o somatório do submódulo 2.1 e sobre as alíneas A, B, C, D e E do submódulo 4.1	9,68%
<b>Total</b>		<b>15,55%</b>

**Nota 1:** Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto que por ventura venha cobrir o empregado nos casos de Ausências Legais (Submódulo 4.1) e/ou na Intrajornada (Submódulo 4.2), a depender da prestação do serviço.



**Nota 2:** Haverá a incidência do Submódulo 2.2 sobre esse módulo.

<b>TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS</b>	<b>79,49%</b>
-----------------------------------	---------------

Revisão Fellipe R. Andrade.

## **ANEXO II - ATA DA ASSEMBLEIA COM APROVAÇÃO DA PAUTA**

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

**Anexo XXXVI - Apêndice III - Parte 24 - Grupo 4 - 2.  
Planilha de formação de custo dos serviços de diária  
e deslocamento - Sup. Adm - Nível II..pdf**

ESTIMATIVA DE CUSTO TOTAL POR ANO REFERENTE À DIÁRIA E DESLOCAMENTO

UNIDADES DE LOCAÇÃO	PROFISSIONAL	QUANTIDADE DE POSTOS
MD/MAPA/CENSIPAM	SUPERVISOR ADMINISTRATIVO - NÍVEL II	20

ESTIMATIVA DE CUSTO TOTAL POR ANO REFERENTE À <u>DIÁRIA</u>					
Tipo de Despesa	Unidade	Valor estimado para cada unidade (R\$)	Quantidade total de unidade estimada/Ano	Porcentagem	Valor total estimado por ano
Diária	Pernoite	R\$ 381,14	2100	-	R\$ 800.394,00
A	Custos Indiretos / Despesas Administrativas			0%	R\$ -
B	Lucro			0%	R\$ -
C	Tributos:		Alíquota:		R\$ -
	Tributos Federais:	PIS:	1,65%	14,25%	R\$ 15.401,17
		COFINS:	7,60%		R\$ 70.938,71
		CPRB:	0,00%		R\$ -
	Tributos Estaduais:	-	0,00%		R\$ -
	Tributos Municipais:	ISSQN:	5%		R\$ 46.670,20
Total dos Tributos:			14,25%	14,25%	R\$ 133.010,08
Valor Total Anual do Serviço:					R\$ 933.404,08

ESTIMATIVA DE CUSTO TOTAL POR ANO REFERENTE À <u>DESLOCAMENTO</u>					
Tipo de Despesa	Unidade	Valor estimado para cada unidade (R\$)	Quantidade total de unidade estimada/Ano	Porcentagem	Valor total estimado por ano
Deslocamento	Trecho	R\$ 3.070,70	840	-	R\$ 2.579.388,00
A	Custos Indiretos / Despesas Administrativas			1%	R\$ 25.793,88
B	Lucro			1%	R\$ 26.051,82
C	Tributos:		Alíquota:		R\$ 51.845,70
	Tributos Federais:	PIS:	1,65%	14,25%	R\$ 50.630,15
		COFINS:	7,60%		R\$ 233.205,55
		CPRB:	0,00%		R\$ -
	Tributos Estaduais:	-	0,00%		R\$ -
	Tributos Municipais:	ISSQN:	5%		R\$ 153.424,71
Total dos Tributos:			14,25%	16,25%	R\$ 437.260,41
Valor Total Anual do Serviço:					R\$ 3.068.494,11

RESUMO DA PROPOSTA REFERENTE À <u>DIÁRIA</u>		
Valor unitário com impostos	Valor mensal com impostos	Valor total com impostos
R\$ 444,48	R\$ 77.783,67	R\$ 933.404,08

RESUMO DA PROPOSTA REFERENTE A <u>DESLOCAMENTO</u>		
Valor unitário com impostos	Valor mensal com impostos	Valor total com impostos
R\$ 3.652,97	R\$ 255.707,84	R\$ 3.068.494,11

**Anexo XXXVII - Apêndice VIII - Termo de  
Responsabilidade.pdf**



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETÁRIA-GERAL – SG**

**ANEXO VIII – TERMO DE RESPONSABILIDADE**

Pelo presente instrumento, eu, \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pelo \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_\_, lotado(a) no(a) \_\_\_\_\_, neste Ministério, na qualidade de USUÁRIO (A) da rede de computadores ou CUSTODIANTE de informações da administração central do Ministério da Defesa (administração central do Ministério da Defesa), declaro ter conhecimento da Portaria GM-MD nº 5.659, de 18 de novembro de 2022 e da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – LGDP, segundo as quais, sem restar qualquer dúvida de minha parte, devo cumprir todas as suas diretrizes e orientações. Estou ciente de meu compromisso no Ministério da Defesa e assumo a responsabilidade pelas consequências decorrentes da não observância do disposto na Política de Segurança da Informação – POSIN da Administração Central do Ministério da Defesa e nas legislações vigentes.

(Cidade-UF), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Assinatura:

\_\_\_\_\_  
Nome completo

Identidade:

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
Nome completo

Identidade:

\_\_\_\_\_  
Nome completo

Identidade:

**Anexo XXXVIII - Apêndice XV - ETP MAPA n\_ 65-2023.  
pdf**

# Estudo Técnico Preliminar 65/2023

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 21000.040048/2023-25

## 2. Descrição da necessidade

2.1 Trata-se da contratação de uma empresa para fornecer serviços terceirizados de Serviços Técnicos Especializados de engenheiro civil e Supervisor Administrativo Nível Superior e Supervisor Administrativo Nível Médio em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a fim de auxiliar nas demandas Secretaria de Inovação e Desenvolvimento Sustentável Irrigação e Cooperativismo - SDI/MAPA relativas a convênios, contratos de repasse, termos de execução descentralizada e demais transferências voluntárias. As atividades a serem desenvolvidas serão voltadas para formalização, celebração, acompanhamento da execução e prestação de contas desses instrumentos realizadas pelo Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA. Essa contratação se faz necessária devido à falta de capacidade técnica e operacional interna para atender a demanda inerentes a execução dessas atividades. O órgão não possui previsão para a realização de concursos para essa área específica e enfrenta a escassez de pessoal para atividades elencadas em seu quadro, o que pode impactar negativamente o desempenho, a qualidade, a eficiência e a eficácia dos serviços prestados à sociedade, assim como na gestão das transferências voluntárias de responsabilidade do MAPA. É imprescindível solucionar essa questão para garantir um funcionamento adequado e satisfatório das atividades.

2.2 A contratação desses serviços é, assim, essencial para garantir o bom funcionamento das atividades do MAPA. A execução por meio da terceirização de serviço ocorre pela tempestividade, conveniência e economia. Além disso, é importante mencionar que a Administração Pública não possui atualmente capacidade técnica e operacional para realizar todas as atividades necessárias internamente. A escolha de contratar esses serviços tem como objetivo não apenas garantir uma melhor qualidade, mas também reduzir os riscos da ineficiência dos serviços prestados à sociedade, tendo como objetivo a promover o aprimoramento qualitativo das atividades desempenhadas.

2.3 A motivação para contratar surge com a finalidade de atender às necessidades específicas da SDI/MAPA em cada uma de suas unidades que necessite dos serviços de apoio administrativo e bem como, serviços técnicos especializados para o desenvolvimento de suas atividades. Nesse contexto, a administração visa realizar adequações nos serviços atuais por meio das atividades de serviços técnicos especializados. O principal benefício da contratação é a maior agilidade na execução das atividades em questão, uma vez que serão utilizados profissionais treinados para realizar as tarefas necessárias. Em relação aos benefícios indiretos, destaca-se a redução do tempo de resposta em questões rotineiras, porém essenciais para o andamento dos trabalhos realizados pela SDI/MAPA. Isso ocorrerá devido ao apoio fornecido e à maior agilidade na execução das tarefas.

2.4 Os itens estão agrupados pois trata-se de serviços de despesas reembolsáveis e complementares ao serviço central da contratação pretendida. Os postos pretendidos incluem vagas para Engenheiro Civil, Administrativo - Nível Médio e Administrativo - Nível Superior.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SECRETARIA DE INOVAÇÃO, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, IRRIGAÇÃO E COOPERATIVISMO SDI /MAPA	RENATA BUENO MIRANDA

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

4.2 Lei nº 14.133/2021.

4.3 Lei nº 12.527/2011.

4.4 Lei nº 12.440/2011.

4.5 Lei nº 9.029/1995.

4.6 Lei nº 9.784/1999.

4.7 Lei nº 6.019/1974.

4.8 Lei nº 13.429/2017.

4.9 Lei nº 13.467/2017.

4.10 Lei Complementar nº 123/2006.

4.11 Decreto-Lei nº 5.452/1943.

4.12 Decreto-Lei nº 200/1967.

4.13 Decreto nº 93.872/1986.

4.14 Decreto nº 11.462/2023.

4.15 Decreto nº 11.430/2023.

4.16 Decreto nº 11.246/2022.

4.17 Decreto nº 10.183/2019.

4.18 Decreto nº 9.507/2018.

4.19 Decreto nº 7.203/2010.

4.20 Decreto nº 6.170/2007.

4.21 Portaria Interministerial nº 424/2016.

4.22 Portaria nº 397/2002.

4.23 Os requisitos da contratação de empresa para prestação de serviços de mão de obra com dedicação exclusiva, para os cargos de Engenheiro Civil, Supervisor Administrativo - Nível Médio e Supervisor Administrativo - Nível Superior devem observar os seguintes aspectos:

4.23.1 Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de mão de obra, sob regime de dedicação exclusiva, de profissionais habilitados conforme a Classificação Brasileira de Mão de Obra para o desempenho das atividades de cada função e respeitando as Convenções Coletivas de Trabalho - CCT das categorias.

4.23.2 Os serviços serão prestados por pessoa jurídica especializada, regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes e em conformidade com a legislação vigente.

4.23.3 Os serviços possuem natureza continuada, sendo indispensável seu fornecimento para a execução dos trabalhos, tendo em vista que o Ministério da Agricultura e Pecuária não dispõe de recursos humanos para o atendimento desses serviços, tornando-se necessária à terceirização.

4.23.3 O objetivo da contratação visa a assegurar o interesse público decorrente das transferências voluntárias celebradas pelo MAPA.

4.23.4 Os serviços são configurados como de natureza continuada.

4.23.5. O objeto desta licitação, enquadra-se na categoria de serviços comuns, de trata o inciso XIII, do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, uma vez que os padrões de desempenho e de qualidade podem ser objetivamente definidos.



4.23.6 Os empregados da CONTRATADA devem permanecer à disposição nas dependências da CONTRATANTE para a prestação dos serviços.

4.23.7 A CONTRATADA não poderá compartilhar os recursos humanos em outro contrato de execução simultânea.

4.23.8 Os profissionais alocados no Posto de trabalho contratado, deverão possuir competência profissional para execução de suas atividades.

4.23.9 A jornada de trabalho basear-se-á nas Convenções Coletivas de Trabalho das categorias economicamente envolvidas

4.23.10 A CONTRATADA deve permitir a fiscalização pela CONTRATANTE quanto ao contrato.

4.23.11 A CONTRATANTE poderá exigir a substituição nos postos de trabalho durante as ausências de férias e demais afastamentos previstos em Lei ou os não justificados.

4.23.12 A CONTRATADA manterá preposto durante a vigência do Contrato, sem custo à CONTRATANTE.

4.23.13 É vedado a utilização de colaborador que seja familiar de agente público, ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 4 de julho de 2010.

4.23.14 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração, vedada relação que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.23.15 O CONTRATADO deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, para nova empresa, se for o caso.

4.24 A carga horária para os postos é de:

4.24.1 44 (quarenta e quatro) horas semanais de acordo com a Convenção Coletiva de Trabalho 2022 nº DF000401/2022 para os postos de Engenheiro Civil;

4.24.2 44 (quarenta e quatro) horas semanais de acordo com a Convenção Coletiva de Trabalho nº DF 000037/2023 para os postos de Supervisor Administrativo - Nível Médio e Supervisor Administrativo - Nível Superior.

4. 25 A contratação dos serviços de apoio técnico especializado deve observar:

4.25.1 Contratação de empresa especializada e com experiência comprovada;

4.25.2 Alocação pela empresa CONTRATADA de empregados observando os cargos deste Estudo;

4.25.3 Seleção de trabalhadores conforme os pré-requisitos definidos pelo MAPA;

4.25.4 Vedação da participação de cooperativas no processo licitatório;

4.25.5 Observância as Legislações, Decretos, Instruções Normativas, Convenções Coletivas e demais Atos Normativos que regem a contratação;

4.25.6 A empresa CONTRATADA deverá disponibilizar instrumento adequado para controle de frequência, controle e aferição de atividades desempenhadas pelos trabalhadores terceirizados; e

4.25.7 Estabelecimento de indicadores do desempenho da empresa CONTRATADA na execução do serviço.

4.26 Documentações da Habilitação:

4.27 Da Habilitação Jurídica:

4.27.1 Pessoa física: Cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

4.27.2 Empresário Individual: Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

4.27.3 Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

4.27.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIREL: Inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de

Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

4.27.5 Sociedade Empresária Estrangeira: Portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da

União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a

qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

4.27.6 Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do Sociedade simples local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; e

4.27.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: Inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

4.28 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

4.29 Regularização fiscal, social e trabalhista:

4.29.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

4.29.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

4.29.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

4.29.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

4.29.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; e

4.29.6 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

4.29 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

4.30 O fornecedor enquadrado como Microempreendedor Individual – MEI que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

4.31 Qualificação Econômico-Financeira:

4.31.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

4.31.2 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;

4.31.3 Balanço Patrimonial – BP, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

4.31.4 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

4.31.5 Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação; e

4.31.6 Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

4.32 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

4.33 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

4.34 Tendo em vista que a pretensa contratação tem a necessidade de quantidade robusta de postos de serviços a licitante vencedora, deverá imitar informações, acompanhada da relação de compromissos assumidos, de que 1/12 (um doze avos) dos Contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante, observados os seguintes requisitos:

4.34.1 A declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

4.34.2 Caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

4.35 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

4.36 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

4.37 Qualificação Técnico-Operacional:

4.38 Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

4.38.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a Contratos executados com as seguintes características mínimas:

4.38.1.1 Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos;

4.38.1.2 A comprovação que já executou objeto compatível, em prazo, com o que está sendo licitado, mediante comprovação de experiência mínima de 3 (três) anos na execução do objeto semelhante ao da contratação, podendo ser aceito somatório de atestados, nos termos do item 10.6, alínea “b”, do Anexo VII-A da IN SEGES /MP nº 5/2017, aplicável por força da IN SEGES /ME nº 98/2022; e

4.38.1.3 É admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, para fins da comprovação de que trata este subitem acima, não havendo obrigatoriedade de os 3 (três) anos serem ininterruptos, nos termos do item 10.6.1, do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

4.38.2 Para a contratação dos postos de trabalho:

4.38.2.1 Quando o número de postos de trabalho a ser contratado for superior a 40 (quarenta) postos, o licitante deverá comprovar que tenha executado Contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados, nos termos do item 10.6, alínea “c.1”, do Anexo VII-A da IN SEGES /MP nº 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022; e

4.38.2.2 Quando o número de postos de trabalho a ser contratado for igual ou inferior a 40 (quarenta), o licitante deverá comprovar que tenha capacidade operacional de executar o Contrato(s) em número de postos equivalentes ao da contratação, nos termos do item 10.6, alínea “c.2”, do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

4.38.3 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do Contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, nos termos do item 10.8, do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

4.39 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

4.40 Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

4.41 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do Contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

4.42 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no Contrato social vigente;

4.43 Declaração de que o licitante possui ou instalará escritório em local (cidade/município) previamente definido pela Administração, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do Contrato.

4.44 Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

4.45. A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

4.46 Qualificação Técnico-Profissional:

4.46.1 Apresentar profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no Conselho Profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

4.46.2 Para o cargo de Engenheiro civil: Diploma de conclusão de nível superior em Engenharia Civil, reconhecido Engenheiro Civil pelo Ministério da Educação – MEC, na forma da Lei e devidamente registrado e ativo (primário e/ou secundário) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/DF.

4.46.2.1 Caso o profissional tenha o registro e atividade no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CRAE de outro Estado, o mesmo deverá possuir o visto e/ou transferência para o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal – CREA/DF.

4.46.3 Para o Supervisor Administrativo – Nível Médio: Diploma de conclusão de Nível Médio devidamente registrado e reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC.

4.46.4 Para o Supervisor Administrativo (Técnico Especializado) – Nível Superior: Diploma de conclusão de Nível Superior devidamente registrado e reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC.

4.47 Os profissionais deverão participar do serviço objeto do Contrato, e será possível a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração. (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021).

4.48 Deve a licitante apresentar relação de compromissos assumidos que importem em diminuição de pessoal técnico.

4.49 Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

4.50 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

#### **Continuidade dos serviços – Duração da vigência contratual:**

4.51 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme o art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

4.51.1. O Contrato decorrente da Ata de Registro de Preço terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contida, conforme Parágrafo único do caput supramencionado.

4.52 O prazo de vigência do Contrato de , contados da assinatura Propõe-se 12 (doze) meses do Contato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

4.53 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta, admitindo-se pela administração, em relação à pessoa encarregada da função, a notificação direta para a execução das tarefas previamente definidas, nos termos do art. 5º, inc. II, da Instrução Normativa SLTI/MPDG/SG nº 5/2017.

4.54 A avaliação qualitativa será realizada continuamente por meio da aplicação dos indicadores especificados no Instrumento de Medição de Resultados - IMR.

**Da cobertura de férias:**

4.55 A alocação de funcionários para cobertura de férias dependerá de decisão da CONTRATANTE, mediante comunicação prévia, com emissão de Ordem de Serviço - OS específica.

4.56 Deverá repor o posto do funcionário de acordo com as mesmas atribuições, características do posto e funções da mesma CBO para a qual foi contratado.

**Das exigências diversas**

4.57 Atendimento a contratação para mulheres vítimas de violência domésticas em percentual mínimo de 8% (oito por cento) das vagas, conforme expresso no art. 3º e demais exigências do Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023.

4.58 Deverão ser observados os pisos salariais constantes na Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1996, na Resolução CAU/BR nº 38, de 9 de novembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União – DOU, Edição nº 223, Seção 1, de 20 de novembro de 2012 e Resolução CONFRA nº 397, de 11 de agosto de 1995, publicada no Diário Oficial da União – DOU, Seção 1, de 18 de outubro de 1995 com retificação em 09 de novembro de 1995.

## 5. Levantamento de Mercado

5.1 A partir da constatação da necessidade de profissionais especializados, o órgão estudou as possíveis soluções.

5.2 Concurso público para provimento de servidores efetivos

5.2.1 A utilização de servidores provenientes de cargos de carreira (concurso público), com previsão na Lei nº 8.112/90, é um rito processual lento e direcionados a atividades divergente ao que se destina essa contratação. Essa solução necessita, também, de recursos financeiros, pessoais, temporais específicos e permanentes.

5.3 Cargo Comissionado

5.3.1 A utilização de cargos comissionados para atender à necessidade desta contratação diverge quanto ao objetivo previsto nas funções daqueles. Os cargos são direcionados a funções de liderança e assessoramento, que por força constitucional, são destinados às atribuições de direção, chefia e assessoramento. Assim, há divergência com os objetivos previstos nessa contratação.

5.4 Contratação de s servidores por tempo determinado

5.4.1 A Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993 trata da contratação de servidores por tempo determinado estabelece um rol específico de situações aplicáveis.

5.4.2 A Lei nº 8.745/93 estabelece em seu art. 2º, como necessidade temporária de excepcional interesse público:

1. Assistência a situações de calamidade pública;
2. Combate a surtos endêmicos;
3. Realização de recenseamentos;
4. Admissão de professor substituto e professor visitante;
5. Admissão de professor ou pesquisador visitante estrangeiros; e
6. Atividades especiais nas organizações das Forças Armadas, na área industrial ou para atender a encargos temporários de obras e serviços de Engenharia.

5.4.3 Desta forma, essa modalidade de contratação não atenderia as necessidades do MAPA.

5.5 Contratação de empresa para terceirização de mão de obra

5.5.1 A possibilidade de contratação de empresa para execução indireta de serviços está estabelecida no Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018.

5.5.2 A contratação de serviços indiretos é possível de atender as necessidades do MAPA de forma mais célere e .

5.5.3 As pesquisas preliminares sobre contratações de serviços por Órgãos e Entidades Públicas Federais identificaram vários processos licitatórios sobre o tipo de serviço pretendido. Além disso, trata-se de contratação de serviços comuns.

5.2.4. A contratação de empresas para a prestação desses serviços ocorreu, inclusive no Pregão Eletrônico nº 20/2022 do Tribunal de Contas da União - TCU, UASG 30001, para “Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação, de forma contínua, de serviços terceirizados acessórios e complementares de suporte e apoio administrativo nas dependências do Tribunal de Contas da União em Brasília/DF”.

5.2.5 Ressalta-se que deverá ser realizada audiência e/ou consulta pública, preferencialmente na forma eletrônica, para levantar informações complementares conforme estabelecido no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

5.6 A adesão a Intenção de Registro de Preço do Ministério da Defesa IRP nº 110404 - 00009/2023 possui objeto idêntico ao pretendido nessa contratação. Adirir a IRP proporciona diversas vantagens para o MAPA:

5.6.1 A adesão promoverá a economia de recursos públicos, uma vez que não será necessário que o MAPA realize os mesmos procedimentos preparatórios já realizados por aquele Ministério.

5.6.2 A adesão implicará em ganho processual, já que o Ministério da Defesa realizou praticamente todos os procedimentos da fase interna da licitação.

5.6.3 Maior celeridade para disponibilizar os serviços com dedicação exclusiva de mão de obra para o MAPA.

5.6.4 Ganho de eficiência na execução orçamentária do MAPA.

5.7 A Intenção de Registro de Preço do Ministério da Defesa IRP nº 110404 - 00009/2023 possui previsão para postos de trabalho de Engenheiro Civil, Supervisor Administrativo - Nível Superior e Supervisor Administrativo - Nível Médio dentre outros.

5.8 Diante de todas as alternativas acima citadas, sugere-se que é mais viável e eficiente ao MAPA efetivar essa contratação por meio da **adesão a Intenção de Registro de Preço do Ministério da Defesa IRP nº 110404 - 00009/2023**.

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1 Este Estudo optou pela contratação de pessoa jurídica para o fornecimento sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra terceirizada na prestação de serviços especializados e continuados de Engenheiro Civil, Supervisor Administrativo - Nível Médio e Supervisor Administrativo - Nível Superior conforme necessidades do MAPA. Os serviços serão executados conforme estabelecido pelo Ministério, perfazendo o total de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, por posto de trabalho.

6.2 As atividades laborais serão prestadas sob orientação técnica dos servidores públicos do MAPA designados e observadas as exigências e obrigações estabelecidas no Termo de Referência, observando os dos requisitos exigidos, jornada e horários de trabalho, acesso a sistemas informatizados, programas, normas e regras do órgão.

6.3 O processo de seleção dos trabalhadores deverá ser executada pela CONTRATADA de acordo com os pré-requisitos estabelecidos nesse Estudo Técnico Preliminar, no Edital e seus Anexos, e em especial o Contrato. A CONTRATADA realizará o processo de seleção, informando à CONTRATANTE o perfil e currículo dos profissionais.

6.4 Os profissionais deverão documentar que não acumulam cargos ou atividades, com assinatura de Declaração, a ser encaminhada pela CONTRATADA à CONTRATANTE.

6.5 Caberá aos gestores e fiscais do Contrato realizar o treinamento inicial do profissional contratado e aos contratantes o encargo pelas atividades de ambientação e adequação a forma de trabalho.

6.6 A CONTRATADA terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para enviar à CONTRATANTE currículo do profissional, para avaliação. Após a aprovação da CONTRATANTE, a empresa CONTRATADA terá 8 (oito) dias úteis para apresentar o trabalhador salvo se se tratar de assinatura do primeiro Contrato da CONTRATADA com base nesta licitação.

6.7 O CONTRATANTE não se vinculará às disposições contidas em ACT, CCT ou DCT que tratem do pagamento de participação dos empregados nos lucros ou resultados da CONTRATADA, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei,

como por exemplo valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, e preços para o exercício da atividade, na forma disposta no artigo 6º da IN SLTI/MPDG nº 5, de 2017, observado o entendimento do Parecer nº 00004/2017/CPLC/PGF/AGU, aprovado em 23 de maio de 2017.

6.8 A contratação será realizada por Pregão Eletrônico, de acordo com os modelos disponibilizados pela AGU.

#### SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.9 O Sistema de Registro de Preço - SRP, observará os art. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021 e o Decreto nº 11.462/2023.

6.10 De acordo com a Lei nº 14.133/2021:

*"Art. 82. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais desta Lei e deverá dispor sobre:*

*I - As especificidades da licitação e de seu objeto, inclusive a quantidade máxima de cada item que poderá ser adquirida;*

*II - A quantidade mínima a ser cotada de unidades de bens ou, no caso de serviços, de unidades de medida;*

*III - A possibilidade de prever preços diferentes:*

*a) Quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes;*

*b) Em razão da forma e do local de acondicionamento;*

*c) Quando admitida cotação variável em razão do tamanho do lote; e*

*d) Por outros motivos justificados no processo.*

*IV - A possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se nos limites dela;*

*V - O critério de julgamento da licitação, que será o de menor preço ou o de maior desconto sobre tabela de preços praticada no mercado;*

*VI - As condições para alteração de preços registrados;*

*VII - O registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação;*

*VIII - A vedação à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;*

*IX - As hipóteses de cancelamento da ata de registro de preços e suas consequências.*

*§ 1º O critério de julgamento de menor preço por grupo de itens somente poderá ser adotado quando for demonstrada a inviabilidade de se promover a adjudicação por item e for evidenciada a sua vantagem técnica e econômica, e o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos deverá ser indicado no edital.*

*§ 2º Na hipótese de que trata o § 1º deste artigo, observados os parâmetros estabelecidos nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 23 desta Lei, a contratação posterior de item específico constante de grupo de itens exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou entidade.*

*§ 3º É permitido registro de preços com indicação limitada a unidades de contratação, sem indicação do total a ser adquirido, apenas nas seguintes situações:*

*I - Quando for a primeira licitação para o objeto e o órgão ou entidade não tiver registro de demandas anteriores;*

*II - No caso de alimento perecível; e*

*III - No caso em que o serviço estiver integrado ao fornecimento de bens.*

*§ 4º Nas situações referidas no § 3º deste artigo, é obrigatória a indicação do valor máximo da despesa e é vedada a participação de outro órgão ou entidade na ata.*

*§ 5º O sistema de registro de preços poderá ser usado para a contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia, observadas as seguintes condições:*

*I - Realização prévia de ampla pesquisa de mercado;*

*II - Seleção de acordo com os procedimentos previstos em regulamento;*

*III - Desenvolvimento obrigatório de rotina de controle;*

*IV - Atualização periódica dos preços registrados;*

*V - Definição do período de validade do registro de preços; e*

*VI - Inclusão, em ata de registro de preços, do licitante que aceitar cotar os bens ou serviços em preços iguais aos do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação e inclusão do licitante que mantiver sua proposta original.*

*§ 6º O sistema de registro de preços poderá, na forma de regulamento, ser utilizado nas hipóteses de inexigibilidade e de dispensa de licitação para a aquisição de bens ou para a contratação de serviços por mais de um órgão ou entidade. (...)*

*Art. 86. O órgão ou entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório, para fins de registro de preços, realizar procedimento público de intenção de registro de preços para, nos termos de regulamento, possibilitar, pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades na respectiva ata e determinar a estimativa total de quantidades da contratação.*

*§ 1º O procedimento previsto no deste artigo será dispensável quando o órgão ou entidade caput gerenciadora for o único contratante."*

6.11 A licitante deverá oferecer a proposta ao quantitativo total para todos os itens do grupo, obrigando-se nos limites dela.

6.12 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de alteração da Convenção Coletiva de Trabalho - CCT dos postos de serviços registrados, conforme art. 25 do Decreto nº 11.462/2023, que regulamenta os art. 82 à art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o Sistema de Registro de Preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

#### INTENÇÃO DO REGISTRO DE PREÇO

6.13 O Decreto nº 11.462/2023, regulamenta o Sistema de Registro de Preço - SRP e trata da Intenção de Registro de Preço - IRP, conforme abaixo:

*"Art. 9º Para fins de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório ou da contratação direta, realizar procedimento público de IRP para possibilitar, pelo prazo mínimo de oito dias úteis, a participação de outros órgãos ou outras entidades da Administração Pública na ata de registro de preços e determinar a estimativa total de quantidades da contratação, observado, em especial, o disposto nos incisos III e IV do caput do art. 7º e nos incisos I, III e IV do caput do art. 8º.*

*§ 1º O prazo previsto no caput será contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação da IRP no SRP digital e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, de que trata o art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021.*

*§ 2º O procedimento previsto no caput poderá ser dispensado quando o órgão ou a entidade gerenciadora for o único contratante."*

6.14 Sugere-se pela não divulgação da presente Intenção de Registro de Preço.

#### DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DOS SERVIÇOS

6.15 Os profissionais a serem contratados para Engenheiro Civil e Supervisor Administrativo - Nível Superior devem possuir qualificação para desempenhar as atividades necessárias.

6.16 Os postos de Engenheiro Civil e Supervisor Administrativo - Nível Médio devem seguir a convenção coletiva de trabalho das categorias.

6.17 As atividades a serem desenvolvidas, requisitos técnicos, atribuições e responsabilidades de cada perfil profissional, deverão atender às especificações e aos requisitos abaixo:

Cargo	Engenheiro Civil
CBO	2142-05
Grau acadêmico mínimo	Diploma, registrado, de conclusão de Nível Superior em Engenharia Civil reconhecido pelo MEC, e registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA).
Conhecimentos básicos	Conhecimento do sistema operacional Windows, navegadores de internet, correio eletrônico, editores de textos e apresentações, planilhas eletrônicas, na língua portuguesa, noções de direito administrativo, administração pública e redação oficial. Noções sobre a nova lei de licitações (Lei nº 14.133/2021), gestão e gerenciamento de projetos, conhecimento acerca da fiscalização de projetos e obras de engenharia, conceitualização básica acerca do sistema BIM (Building Information Modeling).
Atribuições	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prestar Consultoria;</li> <li>• Avaliar projetos e obras: Emitir pareceres de análise técnica sobre os projetos básicos de engenharia encaminhados a este programa, provenientes de convênios entre entidades municipais e estaduais e o MAPA;</li> <li>• Elaborar parecer de análise junto ao Portal TRANSFERE.GOV visando a aprovação técnicas de convênios contemplados;</li> <li>• Dar assistência e propor soluções técnicas aos Convenientes, para o correto enquadramento dos projetos básicos de engenharia conforme Convênios firmados entre o Ministério da Defesa e Entidades;</li> <li>• Propor soluções técnicas: Dar assistência e propor soluções técnicas aos convenientes, para o correto enquadramento dos projetos básicos de engenharia conforme convênios firmados entre o MAPA e Entidades;</li> </ul>



Internas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar atendimento a normas, padrões e procedimento: Avaliar o teor de documentação técnica apresentada por ocasião da aprovação de projetos básicos de Engenharia, visando adequação aos critérios técnicos;</li> <li>• Controlar Qualidade do Empreendimento;</li> <li>• Controlar documentação técnica: Avaliar o teor de documentação técnica apresentada por ocasião da execução do convênio por meio de boletins de medição gerados pela equipe de fiscalização, verificando a conformidade com a situação representada no relatório fotográfico; e</li> <li>• Elaborar relatórios de visita preliminar para análise do Projeto Básico e emissão do laudo de análise e relatório de vistoria intermediária observando as atividades de monitoramento da execução física das metas, etapas e fases do objeto pactuado nos instrumentos, a ser realizada pelo concedente ou pela mandatária.</li> </ul>
Atribuições Externas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Vistoriar " " os objetos provenientes dos convênios, durante in loco e após a execução das obras, certificando a regular e correta execução dos objetos conforme celebrado em termo de convênio e projeto básico de engenharia e elaborar laudos de vistoria;</li> <li>• Elaborar Documentação Técnica;</li> <li>• Avaliar desempenho da obra: Vistoriar "in loco" os objetos provenientes dos convênios, durante e após a execução das obras, apoiando a certificação da regular e correta execução dos objetos dos convênios conforme celebrado em termo de convênio e Projeto Básico de engenharia;</li> <li>• Emitir Laudos: Elaborar laudos de vistorias, com vistas a auxiliar o Ordenador de Despesas do MAPA em tomada de decisão pertinente às prestações de contas dos convênios, com base nas vistorias "in loco" dos</li> <li>• objetos provenientes dos convênios; e</li> <li>• Realizar palestras em workshop, na área de atuação do MAPA, prestando esclarecimentos técnicos atinentes à execução das fases dos convênios, contrato de repasse ou instrumentos congêneres.</li> </ul>

•

Cargo	Supervisor Administrativo - Nível Superior
CBO	4101-05
Grau acadêmico mínimo	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de Nível Superior reconhecido pelo MEC.
Experiência Profissional	Experiência profissional nas áreas de convênios, contrato de repasse, e gestão orçamentária e financeira ou outras áreas correlatas da administração pública, com o mínimo de 2 anos de atuação, com execução de atividades correlatas às descritas, comprovada por meio de registro da Carteira Profissional de Trabalho ou declaração de atividades expedida pelo Órgão Público.
Conhecimentos básicos	Conhecimento do sistema operacional Windows, navegadores de internet, correio eletrônico, editores de textos e apresentações, planilhas eletrônicas, na língua portuguesa, noções de direito administrativo, administração pública e redação oficial.
Conhecimentos Específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração de minutas de Ofícios, despachos, notas de serviço, portarias, e outros congêneres;</li> <li>• Atividades de transferências voluntárias (convênios, contratos de repasse e outros instrumentos congêneres); Sistema de Concessão de Passagens e Diárias – SCPD do Governo Federal;</li> <li>• Sistema de Concessão de Passagens e Diárias – SCPD do Governo Federal;</li> <li>• Sistema SUPER.GOV.BR do Governo Federal;</li> <li>• Legislação que rege a administração pública, tais como: gestão da despesa pública; licitações e contratos administrativos; recursos materiais e logística; finanças públicas; administração de pessoal e gestão de riscos, redação oficial;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sistemas estruturantes do Governo Federal: Portal TRANSFERE.GOV, SIAFI, SCPD e COMPRAS.NET, bem como das legislações regidas e do funcionamento dos respectivos sistemas; e</li> <li>• Conhecimento na elaboração de minutas de manifestações de média ou alta complexidade.</li> </ul>
Atribuições Internas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acessar, alterar, consultar, excluir e incluir dados e informações em sistemas informatizados;</li> <li>• Atender e acompanhar solicitações e reclamações dos cidadãos e dos representantes de instituições públicas e privadas;</li> <li>• Auxiliar na organização e realização de reuniões e eventos;</li> <li>• Elaborar relatórios sobre processos administrativos ou judiciais quanto a assuntos afetos às atribuições do respectivo setor, desde que não envolvam tomada de decisão, informações restritas ou sigilosas;</li> <li>• Realizar suporte à gestão, logística e planejamento, propondo otimização dos programas e processos;</li> <li>• Elaborar minutas de documentos, tais como e-mails, ofícios, planilhas, Power bi, quadros, relatórios e tabelas;</li> <li>• Auxiliar na gestão de projetos e processos;</li> <li>• Assistir os responsáveis no planejamento orçamentário, consolidando as demandas;</li> <li>• Realizar levantamentos e pesquisas de dados e informações para o planejamento estratégico do setor;</li> <li>• Auxiliar na elaboração de indicadores de desempenho;</li> <li>• Auxiliar na interpretação e implantação de normativos;</li> <li>• Elaboração e tratamento das respostas às demandas dos Órgãos de Controle, Jurídicos e Policiais (Tribunal de Contas da União (TCU), Controladoria Geral da União (CGU), Poder Judiciário, Ministério Público, Procuradorias nos Estados, Polícia Federal e outros);</li> <li>• Acompanhamento e levantamento e análise de Acórdãos do Tribunal de Contas da União - TCU normas e jurisprudência dos órgãos judiciários que envolva matéria específica do setor;</li> <li>• Gerenciar e controlar as atividades relativas a rotina administrativa, orientar o cumprimento de normas e ordens de serviço;</li> <li>• Propor medidas de simplificação e melhorias das rotinas administrativas;</li> <li>• Desenvolver e auxiliar a implementação de planos de trabalho para melhorar a eficiência operacional do MAPA, bem como desenvolver estratégias para melhorar a qualidade e produtividade do trabalho;</li> <li>• Auxiliar na elaboração de minutas de manifestações de:</li> <li>• Reunião de teses e decisões dos órgãos de controle externo da Administração pública afetadas à matéria submetida à análise jurídica;</li> <li>• Conferência dos elementos que devem constar da instauração processual;</li> <li>• Elaboração de relatórios sobre as demandas apresentadas; e</li> <li>• Inserção de manifestações padronizadas nas minutas, de maneira preparatória à análise;</li> <li>• Analisar previamente as minutas de Editais de licitação, contratos, convênios e demais atos de natureza similar;</li> <li>• Conferir a presença dos elementos formais que compõem a instrução dos processos, a partir de lista previamente adotada no âmbito do setor;</li> <li>• Realizar pesquisas e levantamento de informações relativos às atribuições do respectivo setor, mediante o uso de recursos da tecnologia da informação, sítios oficiais e outras fontes legítimas;</li> <li>• Prestar informações sobre providências, dados, decisões e outros assuntos relativos às atribuições institucionais do setor,</li> </ul>
Atribuições Externas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar palestras em workshop, fora de sede, na área de atuação do MAPA, prestando esclarecimentos técnicos atinentes à execução das fases dos convênios, contrato de repasse ou instrumentos congêneres</li> </ul>

Cargo	Supervisor Administrativo - Nível Médio
CBO	4101-05
Grau acadêmico mínimo	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de Nível Médio reconhecido pelo MEC.
Conhecimentos básicos	Conhecimento do sistema operacional Windows, navegadores de internet, correio eletrônico, editores de textos e apresentações, planilhas eletrônicas.
Atribuições Internas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Distribuir serviços: Auxiliar a distribuição de serviços que tratam da rotina administrativa;</li> <li>• Implementar rotinas administrativas: Auxiliar na implementação de rotinas administrativas;</li> <li>• Orientar a execução das rotinas administrativas: Orientar a execução de serviços administrativos;</li> <li>• Supervisionar cronogramas: Acompanhar a execução dos convênios com base nos cronogramas pré-estabelecidos no Portal TRANSFERE.GOV;</li> <li>• Coordenar serviços de manutenção de máquinas, equipamentos, mobiliário e instalações: solicitar no Sistema SUPER.GOV.BR do MAPA e acompanhar as instalações ou manutenções de máquinas, equipamentos, e mobiliários alocados nos setores;</li> <li>• Controlar ligações telefônicas: Atender ligações telefônicas para o encaminhamento aos setores ou servidores competentes;</li> <li>• Receber documentos e correspondência: Recebimento e tramitação interna de documentos atinentes aos setores do MAPA;</li> <li>• Analisar documentos e correspondência: Elaborar análise e conferência de documentações enviadas via Portal TRANSFERE.GOV ou em outros sistemas externos de comunicação, com o objetivo de auxiliar na verificação o enquadramento na legislação vigente atinente aos processos dos convênios;</li> <li>• Registrar documentos e correspondência: Registrar os trâmites processuais e documentos no Sistema SUPER.GOV.BR do MAPA, em outros sistemas internos, no Portal TRANSFERE.GOV, e em outros sistemas externos de comunicação;</li> <li>• Encaminhar documentos e correspondência: Encaminhar, tramitar ou atribuir documentos remetidos aos setores para análise, aprovação, e/ou encaminhamento a outros setores competentes, após a realização das providências atinentes;</li> <li>• Organizar arquivos: Organizar e manter sob sua guarda os documentos que se encontram tramitando no setor e arquivar os documentos que já cumpriram sua função processual;</li> <li>• Verificar estoque de material de consumo: Verificar e necessidade de material de consumo administrativo por servidor dos setores do MAPA;</li> <li>• Requisitar compra de material de consumo: Solicitar material de consumo administrativo dos setores do MAPA;</li> <li>• Conferir material de consumo: Conferir material de consumo administrativo dos setores do MAPA durante o mês;</li> <li>• Distribuir material de consumo: Distribuir material de consumo administrativo conforme orientação dos chefes de setores do MAPA;</li> <li>• Recebimento, análise, minuta de parecer, registro, tramitação e organização de processos atinentes as rotinas da área de execução e análise financeira no âmbito dos convênios pactuados com o MAPA;</li> <li>• Triar informações: retirar informações necessárias acerca dos processos dos convênios no Sistema SUPER.GOV.BR, no Portal TRANSFERE.GOV e/ou em outros sistemas internos e externos;</li> <li>• Divulgar informações: divulgar informações públicas sobre os convênios solicitadas pelos entes convenientes e pelo público externo, mediante pedido formal e anuência dos chefes dos setores do MAPA;</li> <li>• Esclarecer dúvidas: esclarecer dúvidas relacionadas a operacionalização ou a situação dos convênios;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaborar comunicados: elaborar minutas de notificações aos entes convenientes por meio de Ofício ou no Portal TRANSFERE.GOV, e elaborar despachos internos entre os setores do DMAPA no Sistema SUPER.GOV.BR e/ou em outros sistemas internos e externo.</li> <li>• Elaborar relatórios: elaborar relatórios de acompanhamento de execução dos convênios, com vistas a facilitar o registrar o histórico da prestação de contas dos convênios, observando a legislação vigente atinente à celebração de convênios;</li> <li>• Elaborar correspondência: elaborar correspondência para o envio das notificações expedidas pelos setores;</li> </ul>
Atribuições Externas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Distribuir serviços: apoiar a distribuição dos serviços que serão realizados durante as vistorias nas obras conveniadas com o MAPA “in loco” ;</li> <li>• Supervisionar cronogramas: apoiar a supervisão das atividades que serão executadas durante as vistorias “in loco”, nas obras conveniadas com o MAPA;</li> <li>• Coordenar serviço de transporte: auxiliar a coordenação de transporte junto ao órgão apoiador durante as vistorias “in loco”, nas obras conveniadas com o MAPA.</li> <li>• Auxiliar as equipes de vistorias, nas medições e fotografias nas vistorias “in loco”, nos locais da área de atuação do MAPA.</li> </ul>

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 Os quantitativos de postos foram definidos com base nos dados de transferências voluntárias de 2019 a 2022. Em levantamento realizado no Transferegov, o MAPA celebrou 9.282 (nove mil, duzentos e oitenta e dois) instrumentos de transferências voluntárias, uma média de 2.320 (dois mil, trezentos e vinte) instrumentos por ano.

7.2 Durante o exercício de 2023, foram cadastradas 10.592 (dez mil, quinhentos e noventa e duas) propostas, excluídas as invalidas, sem dados.

7.3 Não há, no momento, a participação de mão de obra terceirizada na análise e gestão das transferências voluntárias.

7.4 Para os cargos de engenheiro civil, temos como benefícios para a gestão das transferências voluntárias os seguintes aspectos:

7.4.1 A contratação de engenheiros civis é essencial para garantir a efetividade técnica e operacional nas transferências voluntárias, pois eles possuem competências específicas que os habilitam a desempenhar um papel crucial na supervisão e execução de projetos de infraestrutura agropecuária, desde a concepção até a fase de conclusão.

7.4.2 A presença de profissionais capacitados como engenheiros civis garantirá que os recursos sejam utilizados de maneira mais eficiente e eficaz. Já que eles possuem competências para avaliar e orientar sobre os melhores usos dos recursos, bem como sobre a realização de projetos dentro dos prazos e orçamentos estipulados.

7.4.3 Os engenheiros civis irão assegurar que todos os projetos e operações do Ministério da Agricultura e Pecuária estejam em conformidade com as leis e normas técnicas aplicáveis.

7.4.4 Por fim, os engenheiros civis também tem um papel crucial para garantir o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário.

7.5 Portanto, a contratação de engenheiros civis para acompanhar as transferências voluntárias no Ministério da Agricultura e Pecuária não é apenas uma necessidade, mas um investimento estratégico para garantir a eficiência, a eficácia, a sustentabilidade e a conformidade legal de todas as operações e projetos agropecuários.

7.6 As transferências voluntárias do MAPA envolvem, em muitos casos, obras de edificação e pavimentação. Dessa forma a atuação de engenheiros tem se tornado cada vez mais necessária.

7.7 Para os postos Supervisor Administrativo - Nível Superior, temos como benefícios para a gestão das transferências voluntárias os seguintes aspectos:

7.7.1 Estes profissionais são capazes de orientar e liderar as equipes sob sua responsabilidade de uma maneira mais direcionada e com uma visão ampla, garantindo que as operações diárias estejam alinhadas com os objetivos estratégicos do Ministério.

7.7.2 Com um nível de formação superior, os profissionais são equipados com habilidades e conhecimentos avançados que os capacitam a tomar decisões mais informadas. Eles são capazes de analisar e interpretar dados complexos para orientar a tomada de decisões e resolver problemas de maneira eficaz.

7.7.3 Esses profissionais desempenham um papel crucial na gestão de recursos eficiente. Eles têm a capacidade de otimizar a alocação e utilização de recursos, garantindo que os objetivos do Ministério sejam alcançados de forma eficiente e econômica.

7.7.4 Por fim, esses profissionais asseguram que todas as atividades e operações estejam em conformidade com as normas e regulamentos aplicáveis.

7.8 Para os postos Supervisor Administrativo nível médio tem-se que:

7.8.1 Auxiliar nas atividades cotidianas, assegurando que todas as tarefas sejam realizadas de acordo com os padrões estabelecidos e dentro dos prazos determinados.

7.8.2 Os profissionais são responsáveis por monitorar o desempenho.

7.8.3 Por fim, os postos auxiliam na qualidade do serviço oferecido pelo Ministério da Agricultura e Pecuária.

7.9 A partir desses dados apresentados nos itens 7.1 e 7.2, estimou-se a quantidade de 1 (um) engenheiro civil e 1 (um) Supervisor Administrativo - Nível Superior estima-se que esses profissionais estão aptos a atender a uma demanda mensal de 5 (cinco) processos de transferência voluntária.

7.10 Devido às atividades auxiliares a serem desempenhadas pelos ocupantes dos postos Supervisor Administrativo - Nível Médio estimou-se em 1 (um) posto é suficiente para atender a cada conjunto de 10 (dez) processos de transferência voluntária por mês.

7.11 A contratação de pessoal adicional também reduzirá a pressão sobre o atual pessoal interno do Ministério da Agricultura e Pecuária. No momento, com o aumento do número de transferências voluntárias proveniente de emendas parlamentares e de orçamento proveniente do programa do governo, o corpo técnico do MAPA ficará sobrecarregado. Portanto, esta contratação reduzirá essa carga e garantirá que todas as tarefas sejam concluídas de maneira oportuna e eficiente.

7.12 A não conformidade pode resultar em multas e penalidades severas que podem ser evitadas com pessoal adequado.

7.13 No longo prazo, a contratação desses profissionais pode resultar em economia de custos para o Ministério. Os engenheiros civis, por exemplo, podem identificar e implementar métodos mais eficientes de execução de projetos de infraestrutura agropecuária. De maneira similar, profissionais administrativos de nível superior e médio podem otimizar processos administrativos, levando a economias significativas.

7.14 Por último, a adesão à Intenção de Registro de Preços (IRP) por meio de licitação pública é uma opção estratégica que atende ao princípio da economicidade, pois permite a ampliação do quantitativo original do objeto licitado em até 100%, o que possibilita ao órgão a adequação do fornecimento do serviço de acordo com sua demanda.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 34.316.403,00

8.1 Deve-se proceder à alteração do valor lançado no Planejamento de Gerenciamento de Contratações - PGC para essa contratação.

8.2 A quantidade mínima a ser cotada pela licitada deverá ser de 100% (cem por cento) do total demanda para cada item, de acordo com o Art. 82, inciso II da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

8.3 As estimativas para determinar o valor total da contratação baseia-se na sugestão de **adesão a Intenção de Registro de Preço do Ministério da Defesa IRP nº 110404 - 00009/2023** informada no item 5.7 desse Estudo Técnico Preliminar.

8.4. Assim, segue, a estimativa de valores máximos para a contratação:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	CARGA HORÁRIA	CBO	CATSER	UN.	REQ. MÍN.	QUANTIDADE			VALOR TOTAL		
								MÍN	MÁX.	TOTAL	UN.	MENSAL	TOTAL
1	1	Serviço de natureza continuada em o regime de dedicação exclusiva de m ã o de obra - Engenheiro Civil	44 h /semana	2142-05	5380	Posto	1	25	50	50	R\$ 24.222,80	R\$ 1.211.140,00	R\$ 14.533.680,00
		Serviços de Diária				Serviço	1	600	2400	2400	R\$ 444,48	R\$ 88.896,00	R\$ 1.066.752,00
		Serviços de Deslocamento				Serviço	1	300	1.200	1.200	R\$ 3.652,97	R\$ 365.297,50	R\$ 4.383.564,00
Custo para Grupo 1													R\$ 19.983.996,00
2	1	Serviço de natureza continuada em o regime de dedicação exclusiva de mão de obra - Supervisor Administrativo - Nível Médio.	44 h /semana	4101-05	5380	Posto	1	6	25	25	R\$ 8.148,42	R\$ 203.710,50	R\$ 2.444.526,00
	2	Serviços de Diária				Serviço	1	188	750	750	R\$ 444,48	R\$ 27.780,00	R\$ 333.360,00
	3	Serviços de Deslocamento				Serviço	1	75	300	300	R\$ 3.652,97	R\$ 91.324,25	R\$ 1.095.891,00
Custo para Grupo 2													R\$ 3.873.777,00
3	1	Serviço de natureza continuada em o regime de dedicação exclusiva de mão de obra - Supervisor Administrativo Nível Superior.	44 h /semana	4101-05	5380	Posto	1	12	50	50	R\$ 12.666,88	R\$ 633.344,00	R\$ 7.600.128,00
	2	Serviços de Diária				Serviço	1	375	1.500	1.500	R\$ 444,48	R\$ 55.560,00	R\$ 666.720,00
	3	Serviços de Deslocamento				Serviço	1	150	600	600	R\$ 3.652,97	R\$ 182.648,50	R\$ 2.191.782,00
Custo para Grupo 3													R\$ 10.458.630,00
Custo para Grupo 1,2 e 3													R\$ 34.316.403,00

8.5 O consumo mensal para os serviços de diárias (estada e alimentação) e deslocamentos (passagens aéreas), não é possível de ser realizado. Por esse motivo, o cálculo do valor mensal foi estimado com base no cálculo presente no Estudo Técnico Preliminar que acompanhou a **Intenção de Registro de Preço do Ministério da Defesa IRP nº 110404 - 00009/2023**.

8.5.1 O quantitativo de diárias e passagens foi ajustado à realidade do MAPA devido a quantidade de missões externas necessárias ao cumprimento dos serviços.

8.5.2 Assim, o número total de missões para os postos de Engenheiro Civil e Administrativo - Nível Superior foi duplicado em relação ao previsto na **IRP nº 110404 - 00009/2023** que subsidiou, também, este Estudo.

8.6 A CONTRATANTE observará o estabelecido no artigo 6º da IN SEGES nº 5, de 26 de maio de 2017 e o entendimento do Parecer nº 00004/2017/CPLC/PGF/AGU, aprovado em 23 de maio de 2017.

8.7 O valor de referência para diária e deslocamento segue os valores das indenizações para o pagamento de diárias aos servidores públicos federais no País, Anexo I, do Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006, letra “d”, com alteração trazida pelo Decreto nº 11.117, de 1º de julho de 2022, para fins de estimativa.

8.10 Os gestores e fiscais do futuro contrato deverão se atentar aos valores de passagens e diárias para cada destino dos serviços executados fora de sede antes de atestarem as despesas.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A presente contratação é viável tecnicamente e operacionalmente de parcelamento.

9.1.1. Desse modo, a contratação por Grupos é exequível, vantajosa e satisfatória para a Administração devido a eficácia, eficiência, logística, gestão e economia.

9.1.2 Os itens de apoio a serem contratados (diárias e passagens) são essenciais para o cumprimento da atividade principal.

9.2. Serviços técnicos estão divididos por área de especialização - Engenheiro e Administrativo.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não há atualmente, nem se pretende realizar contratações futuras correlatas e/ou interdependentes que possa impactar no desenvolvimento e na viabilidade do objeto desta contratação.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 A presente contratação objeto deste Estudo Técnico Preliminar - ETP encontra-se prevista no PCA 2023 no Documento de Formalização e Demanda nº 260/2023.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 O resultado pretendido para as atividades dos serviços pretendidos nesta contratação é a melhoria da qualidade da gestão de transferências voluntárias na realização de atividade meio e no apoio da atividade-fim. Os benefícios diretos e indiretos esperados para o MAPA são:

12.1.1 Redução de custos;

12.1.2 Melhoria nas metodologias e nos mecanismos de gestão e fiscalização;

12.1.3 Padronização de procedimentos;

12.1.4 Aferições adequadas ao Contrato no Instrumento de Medição de Resultado - IMR;

12.1.5 Cumprimento das obrigações contratuais;

12.1.6 Melhorias e otimização do processo gerencial e operacional;

12.1.7 Minimização dos riscos de indisponibilidade ou inadequação dos ambientes;

12.1.8 Melhoria no uso de recursos financeiros, técnicos e materiais;

12.1.9 Melhoria da qualidade dos serviços;

12.1.10 Geração de conhecimento e subsídio para futuras contratações;

12.1.11 Aproveitamento dos postos de serviços, tendo em vista a sua essencialidade e importância;

12.1.12 Aprimoramento técnico-profissional nas gestão dos convênios;

12.1.13 Celeridade e efetividade no cumprimento das atividades de gestão das transferências voluntárias;

12.1.14 Melhoria na gestão das atividades com o apoio administrativo, logístico e operacional, embasados nos princípios constantes no art. 5º da Lei nº 14.133/2021;

12.1.15 Melhoria dos micro e macroprocessos do MAPA;

12.1.16 Melhoria no atendimento das demandas por serviços administrativos do MAPA na gestão das transferências voluntárias;

12.1.17 Redução na rotatividade de colaboradores turnover na prestação dos serviços; e

12.1.18 Melhoria no atendimento a todos os preceitos legais vigentes.

12.2 A ampliação da capacidade produtiva do MAPA, garantindo aos servidores responsáveis pela gestão e macrogestão de transferências voluntárias a otimização dos serviços e alcance das metas pactuadas nos projetos estratégicos dos órgãos e entidades, ocasionando melhoria na qualidade dos serviços prestados à sociedade brasileira.

12.3 Os postos de trabalho são essenciais ao bom funcionamento do MAPA. As atividades de apoio administrativo e de assessoria técnica de engenharia do MAPA obterá o melhor desenvolvimento dos serviços técnicos auxiliares, instrumentais, acessórios e/ou complementares, de acordo com as normas regulamentes vigentes.

12.4 Assim, pretende-se com a pretensa contratação atender aos princípios da continuidade do serviço público e da eficiência, visando exclusivamente o desempenho de atividades de suporte de engenharia e apoio administrativo e técnico e promover com êxito o alcance de sua missão institucional.

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1 Ao MAPA, caberá verificar a documentação do profissional disponibilizado pela CONTRATADA, como também, solicitar declaração indicando o não acúmulo de cargos ou atividades.

13.2. O CONTRATANTE promoverá a capacitação aos fiscais e aos gestores do Contrato, uma vez que desempenham papel fundamental na gestão do contrato. Além disso, a aquisição de conhecimento e o aprimoramento técnico-profissional é fundamental já que o contrato envolve questões trabalhistas de empregados terceirizados e a utilização de planilhas para subsidiar repactuação e revisões contratuais e a medição da qualidade dos serviços executados.

13.3. O MAPA providenciará espaço físico na sede ou em outro local a ser definido para a locação dos colaboradores terceirizados, tendo em vista se tratar de contratação com exclusividade na mão de obra, de acordo com a Instrução Normativa SLTI/MPDG/SG nº 5/2017.

13.4 De acordo com os Acórdãos TCU nº 594/2012 - Plenário, nº 1.200/2014 - Plenário e nº 803/2016 - Plenário que tratam da importância da capacitação dos servidores e o Decreto nº 9.991/2019, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas, os Gestores e Fiscais do Contrato deverão, obrigatoriamente, apresentando certificações profissionais de habilitação para atuarem nas funções.

13.5. Ademais, o MAPA promoverá a atualização constante do aprimoramento técnico profissional, por meio de cursos de formação, desenvolvimento, atualização, capacitação e/ou conhecimentos em pontos específicos dos atos normativos para que os servidores (gestores e/ou fiscais) possam atuar corretamente após a celebração do Contrato.

13.6 A capacitação tende a prevenir riscos na execução contratual e trazer maior segurança para os agentes envolvidos.



## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Não há impactos ou riscos ambientais diretos decorrentes desta contratação, visto que se trata apenas de serviços administrativos, logísticos, operacionais, técnicos e consultivos.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1 Esta Equipe de Planejamento da Contratação declara que a **adesão à Intenção de Registro de Preço do Ministério da Defesa IRP nº 110404 - 00009/2023** é tecnicamente viável. Além disso, há viabilidade e a razoabilidade para a contratação pretendida.

15.2 A Intenção de Registro de Preço do Ministério da Defesa IRP nº 110404 - 00009/2023 possui objeto idêntico ao pretendido a ser contratado pelo MAPA. Desta forma, aderir a IRP propiciará diversas vantagens para o MAPA:

15.2.1 Economia de recursos públicos, uma vez que não será necessário que o MAPA realize os mesmos procedimentos preparatórios já realizados por aquele Ministério.

15.2.2 Ganho de tempo com a instrução processual, já que o Ministério da Defesa realizou praticamente todos os procedimentos da fase interna da licitação.

15.2.3 Maior celeridade para disponibilizar os serviços com dedicação exclusiva de mão de obra para o MAPA.

15.2.4 Ganho de eficiência na execução orçamentária do MAPA.

15.3 Diante de todas as alternativas estudadas no item 5 desse Estudo, indica-se que é mais viável e eficiente ao MAPA efetivar essa contratação por meio da **adesão a Intenção de Registro de Preço do Ministério da Defesa IRP nº 110404 - 00009/2023**.

15.4 Assim, a Equipe de Planejamento da Contratação conclui que a contratação pretendida atende a/ao:

15.4.1. Fortalecimento da gestão do MAPA; e

15.4.2. Conformidade legal do procedimento de contratação.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**LAYLA FUEZI LIMA DE OLIVA**

Membro da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 28/07/2023 às 11:55:38.

**MARCOS DE OLIVEIRA FREIRES**

Membro da Equipe de Planejamento



*Assinou eletronicamente em 28/07/2023 às 12:02:56.*

**CARLA CRISTIANE DE ABREU OLIVEIRA**

Membro da Equipe de Planejamento - Administrativo



*Assinou eletronicamente em 31/07/2023 às 16:58:04.*

**Anexo XXXIX - Apêndice III - Parte 3 - Grupo 1 - 3.  
CBO - Engenheiro Civil..pdf**

Buscas

- Descrição
- Histórico de Ocupações
- Características de Trabalho
- Áreas de Atividade
- Competências Pessoais
- Recursos de Trabalho
- Participantes da Descrição
- Relatório da Família
- Relatório Tabela de Atividades
- Conversão

Fale com a CBO

Esplanada dos Ministérios  
Bloco F - CEP: 70059-900  
Brasília - DF

Central de Atendimento CBO: 158

Telefone: (61) 2031-6000

Descrição

 [Página inicial](#)

2142 :: Engenheiros civis e afins

Títulos

2142-05 - Engenheiro civil

Engenheiro de planejamento, Engenheiro orçamentista, Engenheiro projetista

2142-10 - Engenheiro civil (aeroportos)

2142-15 - Engenheiro civil (edificações)

2142-20 - Engenheiro civil (estruturas metálicas)

2142-25 - Engenheiro civil (ferrovias e metrovias)

2142-30 - Engenheiro civil (geotécnia)

Engenheiro civil (fundações), Engenheiro civil (mecânica de solos)

2142-35 - Engenheiro civil (hidrologia)

2142-40 - Engenheiro civil (hidráulica)

2142-45 - Engenheiro civil (pontes e viadutos)

2142-50 - Engenheiro civil (portos e vias navegáveis)

2142-55 - Engenheiro civil (rodovias)

Engenheiro civil (terraplanagem), Engenheiro de estradas, Engenheiro de geometria, Engenheiro de pavimentação, Engenheiro de projetos viários, Engenheiro de segurança viária, Engenheiro de sinalização viária, Engenheiro rodoviário

2142-60 - Engenheiro civil (saneamento)

Engenheiro civil (obras sanitárias), Engenheiro sanitarista

2142-65 - Engenheiro civil (túneis)

2142-70 - Engenheiro civil (transportes e trânsito)

Analista de projetos viários, Analista de transportes e trânsito, Analista de tráfego, Engenheiro de logística, Engenheiro de operação (transporte rodoviário), Engenheiro de transportes, Engenheiro de tráfego, Engenheiro de trânsito

Títulos

2142-80 - Tecnólogo em construção civil

Tecnólogo em construção civil-modalidade edifícios, Tecnólogo em construção civil-modalidade hidráulica, Tecnólogo em construção civil-modalidade movimento de terra e pavimentação, Tecnólogo em construção de edifícios, Tecnólogo em controle de obras, Tecnólogo em edificações, Tecnólogo em estradas

Descrição Sumária

Elaboram projetos de engenharia civil, gerenciam obras, controlam a qualidade de empreendimentos. Coordenam a operação e manutenção do empreendimento. Podem prestar consultoria, assistência e assessoria e elaborar pesquisas tecnológicas.

**Anexo XL - Apêndice III - Parte 6 - Grupo 1 - 6. Termo  
Aditivo à CCT n\_ 401 (2022-2023) - Engenheiro Civil..  
pdf**

**TERMO ADITIVO A CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2022/2023**

**NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:** DF000401/2022  
**DATA DE REGISTRO NO MTE:** 12/07/2022  
**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** MR035133/2022  
**NÚMERO DO PROCESSO:** 19964.109476/2022-69  
**DATA DO PROTOCOLO:** 11/07/2022

**NÚMERO DO PROCESSO DA CONVENÇÃO COLETIVA PRINCIPAL:** 19964.111730/2021-16  
**DATA DE REGISTRO DA CONVENÇÃO COLETIVA PRINCIPAL:** 25/08/2021

**Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.**

SIND NACIONAL EMPR ARQUITETURA E ENGENHARIA CONSULTIVA, CNPJ n. 59.940.957/0001-60, neste ato representado(a) por seu ;

E

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO DISTRITO FEDERAL , CNPJ n. 00.412.403/0001-48, neste ato representado(a) por seu ;

celebram o presente TERMO ADITIVO DE CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência do presente Termo Aditivo de Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de maio de 2022 a 30 de abril de 2023 e a data-base da categoria em 01º de maio.

**CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

O presente Termo Aditivo de Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **dos Profissionais Liberais dos Engenheiros, do Plano da Confederação Nacional dos Profissionais Liberais - CNPL empregados das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva com abrangência no Distrito Federal**, com abrangência territorial em **Brasília/DF**.

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO  
PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS****CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES GERAIS****REAJUSTE SALARIAL**

Os salários vigentes em abril de 2022 serão corrigidos, na data base de **1º de maio de 2022**, em 3% (três por cento).

Ficam preservados os aumentos ocorridos no período de maio de 2021 a abril de 2022 a título de mérito, promoção, transferência, implemento de idade, inclusive aumentos reais concedidos pela empresa associada em caráter indispensável.

Para os empregados admitidos após a data base, o reajuste de que trata o caput desta cláusula deverá ser aplicado com o critério de proporcionalidade, observado o disposto no artigo 461 da CLT, respeitada a isonomia salarial da categoria, conforme Tabela de Proporcionalidade constante desta cláusula.

**TABELA DE PROPORCIONALIDADE****MÊS DE ADMISSÃO****FATOR DE ATUALIZAÇÃO (%)**

Maio 2021	1,00
Junho 2021	0,92
Julho 2021	0,83
Agosto 2021	0,75
Setembro 2021	0,66
Outubro 2021	0,58
Novembro 2021	0,50
Dezembro 2021	0,42
Janeiro 2022	0,33
Fevereiro 2022	0,25
Março 2022	0,16
Abril 2022	0,08

As antecipações salariais concedidas entre 01.05.21 e 30.04.2022 poderão ser compensadas.

As diferenças salariais resultantes da aplicação do índice de reajuste constante do caput desta cláusula poderão ser pagas sem qualquer acréscimo até a folha de pagamento dos 2 (dois) meses subsequentes à assinatura deste Termo Aditivo.



## **PISO SALARIAL**

Ficam estabelecidos os seguintes pisos salariais.

O piso salarial para os engenheiros com mais de 2 (dois) anos da data de concessão da habilitação profissional é de R\$ 10.302,00 (dez mil trezentos e dois reais) para uma jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais de trabalho.

Fica instituído o piso salarial para os engenheiros em início de carreira, com até 2 (dois) anos da data da concessão da habilitação profissional, de R\$ 7.272,00 (sete mil duzentos e setenta e dois reais), para uma jornada de 36 (trinta e seis) horas semanais, acrescidas de 8 (oito) horas semanais, sem qualquer contraprestação pecuniária, para atividades de aperfeiçoamento profissional no ambiente de trabalho.

## **GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS OUTROS AUXÍLIOS**

### **CLÁUSULA QUARTA - CONDIÇÕES GERAIS**

#### **AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO**

Enquanto as empresas não possuírem restaurante ou fornecimento de refeição deverá fornecer a todos os seus empregados auxílio-alimentação através de Vale-Refeição, no valor unitário de R\$ 32,00 (trinta e dois reais), subsidiando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) deste valor, percentual que não poderá sofrer redução.

É facultado às empresas efetuar, se assim se tornar necessário, recomendado ou adequado às suas operações, ou para facilidade dos empregados, o pagamento total ou parcial do auxílio-alimentação em dinheiro.



O benefício do auxílio-alimentação pago em dinheiro tem caráter meramente indenizatório, para todos os fins.

Para todos os efeitos o benefício do auxílio-alimentação não se caracteriza como salário utilidade.

### **REEMBOLSO CRECHE**

As empresas reembolsarão às suas empregadas mães importância equivalente a R\$ 320,00 (trezentos e vinte reais), mensalmente, para cada filho (inclusive adotivo) de até 6 (seis) anos, pagamento este que fica condicionado à comprovação dos gastos com internamento em creche ou instituição análoga, de livre escolha da empregada.

### **RENEGOCIAÇÃO**

Caso ocorram alterações significativas no cenário que interfiram diretamente nas regras estabelecidas no presente Termo Aditivo e/ou alteração na legislação salarial vigente, as partes se comprometem a renegociar as condições, de modo a restabelecer o equilíbrio das relações trabalhistas.

## **DISPOSIÇÕES GERAIS OUTRAS DISPOSIÇÕES**

### **CLÁUSULA QUINTA - CONDIÇÕES GERAIS**

#### **ALTERAÇÕES EM DISPOSITIVOS DO INSTRUMENTO ORIGINAL**

A Cláusula Sétima do instrumento original passa a vigorar com as seguintes alterações:

#### **“CLÁUSULA SÉTIMA – CONDIÇÕES GERAIS**

##### **CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL**

Com fundamento na decisão da Assembleia Geral Extraordinária do SENGE/DF, realizada em 20 de junho de 2022, os empregadores descontarão dos seus empregados Engenheiros e Geólogos a importância correspondente a 3% (três por cento) do salário bruto do primeiro mês subsequente ao da homologação do presente Termo Aditivo, a título de Contribuição Assistencial. Quando se tratar de empregados admitidos após a homologação deste instrumento, o desconto ocorrerá no mês seguinte ao da contratação.

As importâncias serão recolhidas pelas empresas até o 20º (vigésimo) dia do desconto na folha de pagamento, e deverão ser depositadas na conta corrente nº 602.649-8 mantida na agência 059 do BRB – Banco de Brasília.

Os trabalhadores que não concordarem com a contribuição deverão se opor junto à empresa, por escrito, até 30 (trinta) dias da data da assinatura deste Termo Aditivo, oposição essa que será comunicada pela empresa ao SENGE/DF

##### **CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL**

Conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária do SINAENCO/DF, realizada em 29/06/2022, e previsto na Constituição Federal, artigo 8º, inciso IV, combinado com o artigo 513, letra “e”, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, o valor da contribuição, como tem ocorrido anualmente, é determinado pela classe em que se enquadra a receita operacional da empresa, de acordo com a tabela abaixo.

#### **TABELA DA CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL**

##### **SINAENCO**

<u>CLASSE</u>	<u>VALOR CAPITAL SOCIAL (R\$)</u>	<u>VALOR DA CONTRIBUIÇÃO(R\$)</u>
A	Acima de 8.100.001,00	400,00

<b>B</b>	De 2.700.001,00 a 8.100.000,00	300,00
<b>C</b>	De 900.001,00 a 2.700.000,00	200,00
<b>D</b>	De 100.001,00 a 900.000,00	100,00
<b>C</b>	Até 100.000,00	60,00
<b>F</b>	Empresas sem Empregados	35,00

A contribuição deverá ser paga através de boleto bancário de uma única vez, com vencimento em até 30 (trinta) dias a contar da homologação deste Termo Aditivo. Os valores pagos em atraso sofrerão multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.

#### **DESPESAS DE VIAGEM**

As empresas se comprometem a arcar com as despesas de viagens, em objeto de serviço, antecipando parte destas, devendo o empregado prestar contas dentro da sistemática e prazos estipulados por essas.

Quando for utilizado, a serviço, o veículo de propriedade do empregado o valor do reembolso pelo quilômetro rodado será de pelo menos R\$ 1,00 (um real).

#### **MULTA PELO DESCUMPRIMENTO**

Fica estabelecida a multa no valor equivalente a 02% (dois por cento) do Salário Normativo da Categoria, por empregado, por infração e por dia, nos casos de descumprimento das obrigações de fazer, constantes deste Termo Aditivo, revertendo o pagamento em favor da parte prejudicada e não podendo exceder o principal nos termos do art. 920 do Código Civil.

.....”.

#### **RATIFICAÇÃO**

São ratificadas todas as demais cláusulas e condições estabelecidas na Convenção Coletiva de Trabalho, celebrada entre as partes para vigorar na data-base de maio de 2021, que não elidam com este Termo Aditivo.

#### **JUÍZO COMPETENTE**

Será competente a Justiça do Trabalho para dirimir quaisquer divergências surgidas na aplicação do presente Termo Aditivo.

**EDUARDO STAHLHOEFER**  
**VICE-PRESIDENTE**  
**SIND NACIONAL EMPR ARQUITETURA E ENGENHARIA CONSULTIVA**

**FRANCISCO MACHADO DA SILVA**  
**DIRETOR**  
**SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO DISTRITO FEDERAL**

### **ANEXOS**

#### **ANEXO I - ATA ASSEMBLEIA SENGE-DF 20-06-2022**

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

**Anexo XLI - Apêndice III - Parte 9 - Grupo 2 - 1.  
Planilha Custos e Formação de Preços (Eng.  
Mecânico - DPCN)..pdf**

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS				
Número do Processo:	60414.001285/2022-80			
Número da Licitação:	-			
Data do Pregão:	-	Horário:	-	
Descrição do Serviço:	<u>Engenheiro Mecânico</u>			

▶	Município (s) da prestação de serviço:	Brasília - DF	
▶	Número de meses de execução contratual:		12 (doze).
▶	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:		2023
▶	Unidade de medida:		Serviço (Posto).
▶	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida):		3
Nota 1: Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.			
Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.			

DADOS COMPLEMENTARES PARA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS REFERENTE À MÃO-DE-OBRA		
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com característica distintas):	ENGENHARIA
2	Código Brasileiro de Ocupações - CBO:	2144-05
3	Salário Normativo da Categoria Profissional:	R\$ 10.800,00
4	Categoria profissional (vinculada a execução contratual):	ENGENHEIRO MECÂNICO
5	Data base da categoria:	SENGE 2023/2025
Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.		
Nota 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.		

Termo Aditivo à CCT nº 000372/2023 - 2023/2025 (Anexo a Pasta de Engenheiro Mecânico).

Módulo 01 – Composição da Remuneração				
Composição da Remuneração				VALOR
A	Salário Base:			R\$ 10.800,00
B	Adicional de Periculosidade:	CLT art.s 193 e segs; CF art. 7º XXIII	30%	R\$ 0,00
C	Adicional de Insalubridade:	CLT art. 189 e segs - CF art. 7º XXIII		
		Base de cálculo: Salário mínimo.	Mín. = 10%   Méd. = 20%   Máx. = 40%	
D	Adicional Noturno:			R\$ 0,00
E	Adicional de Hora Noturna reduzida:			R\$ 0,00
G	Outros (especificar):			R\$ 0,00
Valor da Remuneração:				R\$ 10.800,00
Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.				

Módulo 2 – Encargos e benefícios anuais, mensais e diários			
Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) salário, férias e adicional de férias		PERCENTUAL	VALOR
A	13º Salário:	8,33%	R\$ 899,64
B	Férias e Adicional de férias:	11,11%	R\$ 1.199,88
Total:		19,44%	R\$ 2.099,52
Alterou a Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela IN nº 7/2018).			
Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.			

(1 mês / 12 meses) \* 100 = 8,33 | Base de cálculo: Modulo 1 \* 8,33%

Férias (8,33%) + Adicional de Férias (1/3 = 2,78%): 11,11%

**Nota 3:** Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 105 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato de 12 meses. Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável. **(Redação dada pela IN nº 7/2018).**  
**Obs: A redação sublinhada foi ajustada para a Lei nº 14.133/2021 - Baseado-se na IN nº 98/2022.**

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.					PERCENTUAL	VALOR	
A	INSS:				20,00%	R\$ 2.579,90	INSS 20%: Base Legal Art. 22, inciso I da Lei nº 8.212, de 24.7.1991. Base de Cálculo: (Modulo 1 + Modulo 2.1) * 20%
B	Salário educação:				2,50%	R\$ 322,49	Salario Educação 2,5%: Base Legal Art. 3º, inciso I do Decreto-Lei 87.043, de 22.3.1982, e art 15 da Lei nº 9.424, de 24.12.1996. Base de Cálculo: (Modulo 1 + Modulo 2.1) * 2,5%
C	SAT - GIL/RAT:	3%	FAP:	1,00000	3,00%	R\$ 386,99	Base de Cálculo: (Modulo 1 + Modulo 2.1) * percentual apresentado
D	SESC ou SESI:				1,50%	R\$ 193,49	Sesc ou Sesi 1,5%: Base Legal Art. 3º do Decreto-Lei nº 9.853, 13.9.1946, e art. 30 da Lei nº 8.036, de 11.5.1990. Base de Cálculo: (Modulo 1 + Modulo 2.1) * 1,5%
E	SENAI - SENAC:				1,00%	R\$ 129,00	Senai ou Senac 1%: Base Legal Art. 1º do Decreto-Lei nº 6.246, de 5.2.1944, e art. 4º do Decreto-Lei nº 8.621, de 10.1.1946. Base de Cálculo: (Modulo 1 + Modulo 2.1) * 1%
F	SEBRAE:				0,60%	R\$ 77,40	Sebrae 0,60%: Base Legal Art. 8º da Lei nº 8.029, de 12.4.1990. Base de Cálculo: (Modulo 1 + Modulo 2.1) * 0,60%
G	INCRA:				0,20%	R\$ 25,80	Inera 0,20%: Base Legal Art. 1º Decreto-Lei nº 1.146, de 31.12.1970. Base de Cálculo: (Modulo 1 + Modulo 2.1) *0,20%
H	FGTS:				8,00%	R\$ 1.031,96	FGTS 8%: Base Legal Art. 15 da Lei nº 8.036, de 11.5.1990, e Art. 7º, inciso III da Constituição Federal. Base de Caculo: (Modulo 1 + Modulo 2.1) * 8%
Total:					36,80%	R\$ 4.747,02	
Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.							
Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.							
Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela IN nº 7/2018).							

Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários		VALOR	Termo Aditivo à CCT nº 000372 - 2023/2025  22 (vinte e dois) dias.
A	Transporte:		
B	Auxílio Refeição/ Alimentação:	R\$ 770,00	
C	Assistência Médica e Familiar:	R\$ 0,00	
D	Odontológico:	R\$ 0,00	
E	Fundo Indenização Aposentadoria por Invalidez:	R\$ 0,00	
F	Seguro de vida em grupo:	R\$ 0,00	
G	Benefício natalidade:	R\$ 0,00	
H	Outros (especificar):	R\$ 0,00	
I	Outros (especificar):	R\$ 0,00	
Total:		R\$ 770,00	
Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).			
Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º desta Instrução Normativa.			

Quadro resumo do Módulo 2 – Encargos e benefícios anuais, mensais e diários			
2.1	13°. Salário, férias e adicional de férias:	19,44%	R\$ 2.099,52
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições:	36,80%	R\$ 4.747,02
2.3	Benefícios Mensais e diários:		R\$ 770,00
Total:		56,24%	R\$ 7.616,54

Módulo 3 – Provisão para Rescisão. (Redação dada pela IN nº 7/2018).				A soma de C e F não será superior a 4% com o fim da contribuição social de 10% sobre o FGTS.
Provisão para Rescisão.		PERCENTUAL	VALOR	<u>Fórmulas</u>
A	Aviso Prévio Indenizado:	0,42%	R\$ 45,36	Anterior = $(0,08*0,5*(1+(5/56)+(5/56)+(1/3*5/56))) = 5\%$
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado:	0,03%	R\$ 3,63	Atual = $(0,08*0,5*(1+(5/56)+(5/56)+(1/3*5/56))) = 4\%$
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado:	3,35%	R\$ 361,80	

D	Aviso Prévio Trabalhado:	1,94%	R\$ 209,52
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado:	0,71%	R\$ 77,10
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado:	0,65%	R\$ 70,20
Total:		7,11%	R\$ 767,61

Módulo 4 – Custo de reposição do profissional ausente			
Custo de reposição do profissional ausente			
Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela IN nº 7/2018).			
Submódulo 4.1: Substituto nas Ausências Legais: (Redação dada pela IN nº 7/2018).		PERCENTUAL	VALOR
A	Substituto na cobertura de Férias:	1,62%	R\$ 174,96
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais:	1,39%	R\$ 150,12
C	Substituto na cobertura de Licença-paternidade:	0,02%	R\$ 2,16
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente do trabalho:	0,33%	R\$ 35,64
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade:	0,02%	R\$ 2,16
F	Substituto na cobertura de outras ausência por doença:	0,00%	R\$ 0,00
Total:		3,38%	R\$ 365,04

Submódulo 4.2 – Substituto na Intrajornada		
A	Substituto na cobertura de intervalo para repouso ou alimentação	R\$ 0,00
Total:		R\$ 0,00

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		
4.1	Substituto nas Ausências Legais	R\$ 365,04
4.2	Substituto na Intrajornada	R\$ 0,00
Total:		R\$ 365,04

Módulo 05 – Insumos Diversos			
Insumos Diversos			VALOR
A	Uniformes (custo mensal por empregado):		R\$ 0,00
B	Material (custo mensal por empregado):		R\$ 0,00
C	Equipamento (custo mensal por empregado):		R\$ 0,00
D	Outros (especificar):	Anotação de Responsabilidade Técnica (ART Faixa 3 - CREA-DF / 0,5 x R\$ 96,62)	R\$ 48,31
		--	R\$ 0,00
Total de Insumos Diversos:			R\$ 48,31
Nota: Valores mensais por empregado.			

Módulo 06 – Custos Indiretos, Lucros e Tributos				
Custos Indiretos, Lucros e Tributos			PERCENTUAL	VALOR
A	Custos Indiretos / Despesas Administrativas:		4,00%	R\$ 783,90
B	Lucro:		7,00%	R\$ 1.426,70
C	Tributos:		Aliquota	R\$ 2.210,60
	Tributos Federais:	PIS:	1,65%	R\$ 419,63
		COFINS:	7,60%	R\$ 1.932,85

		CPRB:	0,00%	14,25%	R\$ 0,00
	Tributos Estaduais:	-	-		R\$ 0,00
	Tributos Municipais:	ISSQN:	5,00%		R\$ 1.271,61
Total de Custos Indireto, Lucros e Tributos:			14,25%	25,25%	R\$ 5.834,69
Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.					
Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.					

2. QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado).		VALOR
A	MÓDULO 01 – Composição da Remuneração:	R\$ 10.800,00
B	MÓDULO 02 – Encargos e benefícios anuais, mensais e diários:	R\$ 7.616,54
C	MÓDULO 03 – Provisão para rescisão:	R\$ 767,61
D	MÓDULO 04 – Custo de reposição do profissional ausente:	R\$ 365,04
E	MÓDULO 05 – Insumos diversos:	R\$ 48,31
Subtotal (A+B+C+D+E)		R\$ 19.597,51
F	MÓDULO 06 – Custos Indiretos, Lucros e Tributos:	R\$ 5.834,69
Valor total proposto por empregado:		R\$ 25.432,19

3. QUADRO RESUMO – VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS					
Tipo de serviço: (A)	Valor proposto por empregado:	Empregados por posto: (C)	Valor proposta por posto: (D) = (B) x (C)	Quant. de postos: (E)	Valor total do serviço: (F) = (D) x (E)
Engenheiro Mecânico	R\$ 25.432,19	01	R\$ 25.432,19	03	R\$ 76.296,57
Valor Mensal dos Serviços:					R\$ 76.296,57
Valor Anual dos Serviços:					R\$ 915.558,89
					Fator K
					R\$ 2,35

4. QUADRO DEMONSTRATIVO DO VALOR GLOBAL DA PROPOSTA		VALOR
A	Valor proposta do Serviço (Posto):	R\$ 25.432,19
B	Valor mensal do Serviço:	R\$ 76.296,57
C	Valor global da Proposta (valor mensal do serviço multiplicado pelo número do Contrato):	R\$ 76.296,57
Nota: Informar o valor da unidade de medida por tipo de serviço.		



**Anexo XLII - Apêndice III - Parte 23 - Grupo 4 - 1.  
Planilha de Custos e Formação de Preços (Sup. Adm.  
- Nível II - DPCN)..pdf**

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS			
Número do Processo:	60414.001285/2022-80		
Número da Licitação:			
Data do Pregão:	-	Horário:	-
Descrição do Serviço:	Supervisor Administrativo - Nível II		

▶	Município (s) da prestação de serviço:	Brasília - DF	
▶	Número de meses de execução contratual:	12 (doze).	
▶	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	2023	
▶	Unidade de medida:	Serviço (Posto).	
▶	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida):	70	
Nota 1: Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.			
Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.			

DADOS COMPLEMENTARES PARA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS REFERENTE À MÃO-DE-OBRA		
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com característica distintas):	SUP. ADM. - NÍVEL II
2	Código Brasileiro de Ocupações - CBO:	4101-05
3	Salário Normativo da Categoria Profissional:	R\$ 5.000,00
4	Categoria profissional (vinculada a execução contratual):	SUPERVISOR ADMINISTRATIVO
5	Data base da categoria:	SINDISERVIÇOS 2023/2023
Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.		
Nota 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.		

Convenção Coletiva de Trabalho nº 000037/2023 - 2023/2023 (Anexo a Pasta de Supervisor Administrativo - Nível II).

Módulo 01 – Composição da Remuneração					
Composição da Remuneração				VALOR	
A	Salário Base:			R\$ 5.000,00	
B	Adicional de Periculosidade:	CLT art.s 193 e segs; CF art. 7º XXIII	30%	R\$ 0,00	
C	Adicional de Insalubridade:	CLT art. 189 e segs - CF art. 7º XXIII	Mín. = 10%   Méd. = 20%   Máx. = 40%		
		Base de cálculo: Salário mínimo.			
D	Adicional Noturno:			R\$ 0,00	
E	Adicional de Hora Noturna reduzida:			R\$ 0,00	
G	Outros (especificar):			R\$ 0,00	
Valor da Remuneração:				R\$ 5.000,00	
Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.					

Módulo 2 – Encargos e benefícios anuais, mensais e diários				
Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) salário, férias e adicional de férias			PERCENTUAL	VALOR
A	13º Salário:		8,33%	R\$ 416,50
B	Férias e Adicional de férias:		11,11%	R\$ 555,50
Total:			19,44%	R\$ 972,00
Alterou a Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada <u>mensalmente</u> , provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. ( <u>Redação dada pela IN nº 7/2018</u> ).				
Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.				
Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 105 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato de 12 meses. Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável. ( <u>Redação dada pela IN nº 7/2018</u> ). Obs: A redação sublinhada foi <u>ajustado para a Lei nº 14.133/2021 - Baseado-se na IN nº 98/2022.</u>				

(1 mês / 12 meses) \* 100 = 8,33 | Base de cálculo: Modulo 1 \* 8,33%

Férias (8,33%) + Adicional de Férias (1/3 = 2,78%): 11,11%

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.					PERCENTUAL	VALOR
A	INSS:				20,00%	R\$ 1.194,40
B	Salário educação:				2,50%	R\$ 149,30
C	SAT - GUIL/RAT:	3%	FAP:	1,00000	3,00%	R\$ 179,16
D	SESC ou SESI:				1,50%	R\$ 89,58
E	SENAI - SENAC:				1,00%	R\$ 59,72
F	SEBRAE:				0,60%	R\$ 35,83
G	INCRA:				0,20%	R\$ 11,94

INSS 20%: Base Legal Art. 22, inciso I da Lei nº 8.212, de 24.7.1991.  
Base de Cálculo: (Modulo 1 + Modulo 2.1) \* 20%

Salario Educação 2,5%: Base Legal Art. 3º, inciso I do Decreto-Lei 87.043, de 22.3.1982, e art 15 da Lei nº 9.424, de 24.12.1996.  
Base de Cálculo: (Modulo 1 + Modulo 2.1) \* 2,5%

Base de Cálculo: (Modulo 1 + Modulo 2.1) \* percentual apresentado

Sesc ou Sesi 1,5%: Base Legal Art. 3º do Decreto-Lei nº 9.853, 13.9.1946, e art. 30 da Lei nº 8.036, de 11.5.1990.  
Base de Cálculo: (Modulo 1 + Modulo 2.1) \* 1,5%

Senai ou Senac 1%: Base Legal Art. 1º do Decreto-Lei nº 6.246, de 5.2.1944, e art. 4º do Decreto-Lei nº 8.621, de 10.1.1946.  
Base de Cálculo: (Modulo 1 + Modulo 2.1) \* 1%

Sebrae 0,60%: Base Legal Art. 8º da Lei nº 8.029, de 12.4.1990.  
Base de Cálculo: (Modulo 1 + Modulo 2.1) \* 0,60%

Incra 0,20%: Base Legal Art. 1º Decreto-Lei nº 1.146, de 31.12.1970.  
Base de Cálculo: (Modulo 1 + Modulo 2.1) \*0,20%

H	FGTS:	8,00%	R\$ 477,76	FGTS 8%: Base Legal Art. 15 da Lei nº 8.036, de 11.5.1990, e Art. 7º, inciso III da Constituição Federal. Base de Cacululo: (Modulo 1 + Modulo 2.1) * 8%
Total:		36,80%	R\$ 2.197,70	
Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.				
Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.				
Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela IN nº 7/2018).				

Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários		VALOR	Convenção Coletiva de Trabalho nº 000037/2023 - 2023/2023   22 (vinte e dois) dias.
A	Transporte:		
B	Auxílio Refeição/ Alimentação:	R\$ 891,00	
C	Assistência Médica e Familiar:	R\$ 0,00	
D	Odontológico:	R\$ 0,00	
E	Fundo Indenização Aposentadoria por Invalidez:	R\$ 0,00	
F	Seguro de vida em grupo:	R\$ 0,00	
G	Benefício natalidade:	R\$ 0,00	
H	Outros (especificar):	R\$ 0,00	
I	Outros (especificar):	R\$ 0,00	
Total:		R\$ 891,00	
Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).			
Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º desta Instrução Normativa.			

Quadro resumo do Módulo 2 – Encargos e benefícios anuais, mensais e diários		PERCENTUAL	VALOR
2.1	13º. Salário, férias e adicional de férias:	19,44%	R\$ 972,00
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições:	36,80%	R\$ 2.197,70
2.3	Benefícios Mensais e diários:		R\$ 891,00
Total:		56,24%	R\$ 4.060,70

Módulo 3 – Provisão para Rescisão. (Redação dada pela IN nº 7/2018).			A soma de C e F não será superior a 4% com o fim da contribuição social de 10% sobre o FGTS.
Provisão para Rescisão.		PERCENTUAL	VALOR
A	Aviso Prévio Indenizado:	0,42%	R\$ 21,00
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado:	0,03%	R\$ 1,68
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado:	3,35%	R\$ 167,50
D	Aviso Prévio Trabalhado:	1,94%	R\$ 97,00
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado:	0,71%	R\$ 35,70
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado:	0,65%	R\$ 32,50
Total:		7,11%	R\$ 355,38

Fómulas	
Anterior = (0,08*0,5*(1+(5/56)+(5/56)+(1/3*5/56)) = 5%	
Atual = (0,08*0,5*(1+(5/56)+(5/56)+(1/3*5/56)) = 4%	

Módulo 4 – Custo de reposição do profissional ausente			
Custo de reposição do profissional ausente			
Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela IN nº 7/2018).			
Submódulo 4.1: Substituto nas Ausências Legais: (Redação dada pela IN nº 7/2018).		PERCENTUAL	VALOR
A	Substituto na cobertura de Férias:	1,62%	R\$ 81,00
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais:	1,39%	R\$ 69,50
C	Substituto na cobertura de Licença-paternidade:	0,02%	R\$ 1,00
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente do trabalho:	0,33%	R\$ 16,50
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade:	0,02%	R\$ 1,00
F	Substituto na cobertura de outras ausência por doença:	0,00%	R\$ 0,00
Total:		3,38%	R\$ 169,00

Submódulo 4.2 – Substituto na Intrajornada. (Redação dada pela IN nº 7/2018).		VALOR
A	Substituto na cobertura de intervalo para repouso ou alimentação:	R\$ 0,00
Total:		R\$ 0,00

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente. (Redação dada pela IN nº 7/2018).		VALOR
4.1	Substituto nas Ausências Legais:	R\$ 169,00
4.2	Substituto na Intrajornada:	R\$ 0,00
Total:		R\$ 169,00

<b>Módulo 05 – Insumos Diversos</b>		
<b>Insumos Diversos</b>		<b>VALOR</b>
<b>A</b>	Uniformes (custo mensal por empregado):	R\$ 0,00

B	Material (custo mensal por empregado):	R\$ 0,00
C	Equipamento (custo mensal por empregado):	R\$ 0,00
D	Outros (especificar):	R\$ 0,00
		R\$ 0,00
Total de Insumos Diversos:		R\$ 0,00
Nota: Valores mensais por empregado.		

Módulo 06 – Custos Indiretos, Lucros e Tributos				
Custos Indiretos, Lucros e Tributos			PERCENTUAL	VALOR
A	Custos Indiretos / Despesas Administrativas:		4,00%	R\$ 383,40
B	Lucro:		7,00%	R\$ 697,79
C	Tributos:		Aliquota	RS 1.081,20
	Tributos Federais:	PIS:	1,65%	RS 205,24
		COFINS:	7,60%	RS 945,35
		CPRB:	0,00%	RS 0,00
	Tributos Estaduais:	-	-	RS 0,00
	Tributos Municipais:	ISSQN:	5,00%	RS 621,94
	Total de Custos Indireto, Lucros e Tributos:		14,25%	25,25%
Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.				
Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.				

2. QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado).		VALOR
A	MÓDULO 01 – Composição da Remuneração:	R\$ 5.000,00
B	MÓDULO 02 – Encargos e benefícios anuais, mensais e diários:	R\$ 4.060,70
C	MÓDULO 03 – Provisão para rescisão:	R\$ 355,38
D	MÓDULO 04 – Custo de reposição do profissional ausente:	R\$ 169,00
E	MÓDULO 05 – Insumos diversos:	R\$ 0,00
Subtotal (A+B+C+D+E)		R\$ 9.585,07
F	MÓDULO 06 – Custos Indiretos, Lucros e Tributos:	R\$ 2.853,72
Valor total proposto por empregado:		R\$ 12.438,80

3. QUADRO RESUMO – VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS					
Tipo de serviço: (A)	Valor proposto por empregado: (B)	Empregados por posto: (C)	Valor proposta por posto: (D) = (B) x (C)	Qtde. de postos: (E)	Valor total do serviço: (F) = (D) x (E)
Supervisor Administrativo - Nível II	R\$ 12.438,80	01	R\$ 12.438,80	70	R\$ 870.715,77
Valor Mensal dos Serviços:					R\$ 870.715,77
Valor Anual dos Serviços:					R\$ 10.448.589,18
					Fator K
					R\$ 2,49

4. QUADRO DEMONSTRATIVO DO VALOR GLOBAL DA PROPOSTA		VALOR
A	Valor proposta do Serviço (Posto):	R\$ 12.438,80
B	Valor mensal do Serviço:	R\$ 870.715,77
C	Valor global da Proposta (valor mensal do serviço multiplicado pelo número do Contrato):	R\$ 870.715,77
Nota: Informar o valor da unidade de medida por tipo de serviço.		

**Anexo XLIII - Apêndice X - Declaração de vistoria  
facultativa.pdf**



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETÁRIA-GERAL – SG**

**ANEXO X – DECLARAÇÃO DE VISTORIA FACULTATIVA**

Declaramos, em atendimento ao previsto no Edital nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, que a Empresa \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a), RG nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, realizou avaliação prévia do local de execução dos serviços e o local alocado cada empregado do posto ao qual se deseja contratar, bem como conheceu todas dependências do Departamento do Programa Calha Norte – DPCN, dando-se por satisfeita com as informações obtidas e considerando-se plenamente capacitada a elaborar a proposta de preços.

Brasília-DF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Nome/Seção

Declaro, junto ao Pregoeiro do MD, que a empresa se deu por satisfeita com as informações obtidas, junto ao Departamento, e nos consideramos plenamente capacitados a elaborar a nossa proposta de preços.

Assinatura do Representante Legal da Empresa: \_\_\_\_\_.

Nome do Representante Legal da Empresa: \_\_\_\_\_.

Número da identidade do Representante Legal da Empresa: \_\_\_\_\_.

**CARIMBO DA EMPRESA COM CNPJ**

(Dispensado em caso de papel timbrado c/ CNPJ)

**OBS: A licitante é inteiramente responsável pelas informações prestadas através deste documento.**

**Anexo XLIV - Apêndice III - Parte 7 - Grupo 1 - 7.  
Registrada-CCT-2023-2025.pdf**

## CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2023/2025

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: DF000372/2023  
DATA DE REGISTRO NO MTE: 23/06/2023  
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR032546/2023  
NÚMERO DO PROCESSO: 19964.112434/2023-96  
DATA DO PROTOCOLO: 23/06/2023

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO DISTRITO FEDERAL , CNPJ n. 00.412.403/0001-48, neste ato representado(a) por seu Diretor, Sr(a). FRANCISCO MACHADO DA SILVA;

E

SIND NACIONAL EMPR ARQUITETURA E ENGENHARIA CONSULTIVA, CNPJ n. 59.940.957/0001-60, neste ato representado(a) por seu Vice-Presidente, Sr(a). EDUARDO STAHLHOEFER;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de maio de 2023 a 30 de abril de 2025 e a data-base da categoria em 01º de maio.

### CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **de Profissionais Liberais dos Engenheiros, do Plano da Confederação Nacional dos Profissionais Liberais - CNPL, empregados das empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva no Distrito Federal**, com abrangência territorial em **DF**.

### Salários, Reajustes e Pagamento

#### Pagamento de Salário – Formas e Prazos

### CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES GERAIS

#### SALÁRIOS DO SUCESSOR

Admitido ou promovido empregado para o cargo de outro que tenha sido demitido, transferido, aposentado, falecido ou que tenha pedido demissão ser-lhe-á garantido salário igual ao inicial da faixa do Plano de Cargos e Salários das empresas associadas.

No caso de a empresa associada não possuir Plano de Cargos e Salários fica estabelecida a livre negociação entre as partes.

#### REAJUSTE SALARIAL



Os salários de maio de 2022, assim considerados aqueles resultantes da aplicação integral dos índices de reajuste salarial, serão corrigidos, na data base de 1º de maio de 2023, em 4,83% (quatro vírgula oitenta e três por cento).

Ficam preservados os aumentos salariais ocorridos no período de maio de 2022 a abril de 2023, a título de mérito, promoção, transferência, implemento de idade, inclusive aumentos reais concedidos pela empresa associada em caráter indispensável.

Para os empregados admitidos após a data base referida, o reajuste de que trata o caput desta cláusula deverá ser aplicado com o critério de proporcionalidade, observado o disposto no artigo 461 da CLT, respeitada a isonomia salarial de cada empresa, bem como o piso salarial da categoria.

#### **TABELA DE PROPORCIONALIDADE**

<b>MÊS DE ADMISSÃO</b>	<b>ATUALIZAÇÃO (%)</b>
MAIO 2022	4,83
JUNHO 2022	4,40
JULHO 2022	4,00
AGOSTO 2022	3,60
SETEMBRO 2022	3,20
OUTUBRO 2022	2,80
NOVEMBRO 2022	2,40
DEZEMBRO 2022	2,00
JANEIRO 2023	1,60
FEVEREIRO 2023	1,20
MARÇO 20203	0,80
ABRIL 2023	0,40

As antecipações salariais concedidas entre 01.05.2022 e 30.04.2023 poderão ser compensadas.

As diferenças salariais resultantes da aplicação do índice de reajuste, bem como da atualização dos pisos salariais, poderão ser pagas sem qualquer acréscimo até a folha de pagamento dos 2 (dois) meses subsequentes à assinatura desta convenção.

#### **PISO SALARIAL**

Ficam estabelecidos os seguintes pisos salariais:

O Piso Salarial para os Engenheiros com mais de 02 (dois) anos da data de concessão da habilitação profissional é de R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais) para uma jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais de trabalho.

Fica mantido o Piso Salarial para os Engenheiros em início de carreira, com até 02 (dois) anos da data da concessão da habilitação profissional, de R\$ 7.623,00 (sete mil, seiscentos e vinte e três reais) para uma jornada de 36 (trinta e seis) horas semanais, acrescidas de 08 (oito) horas semanais, sem qualquer contraprestação pecuniária, para atividades de aperfeiçoamento profissional no ambiente de trabalho.

## **Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros**

### **Outros Adicionais**

## **CLÁUSULA QUARTA - CONDIÇÕES GERAIS**

### **HORAS EXTRAS**

As Horas Extras serão remuneradas com os seguintes adicionais:

A – 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da hora ordinária para trabalhos extraordinários realizados de segunda a sábado;

B – 100% (cem por cento) sobre o valor da hora ordinária para trabalhos extraordinários realizados aos domingos e feriados.

Na hipótese da prestação de jornada extraordinária em domingos, feriados ou dias já compensados, exceto quando concedida folga compensatória, as horas trabalhadas estarão sujeitas ao adicional previsto no caput, além do pagamento da jornada de folga.

Deverá ser observado pelas empresas o limite máximo de que trata o artigo 59 da CLT.

O pagamento (ou desconto) das horas extras (ou horas de ausência) será feito respeitando o valor de salário do mês de execução.

### **REFLEXO DAS HORAS EXTRAS E DO AVISO PRÉVIO**

A média das horas extras, bem como do adicional noturno, refletirá no pagamento das férias, décimo terceiro salário e verbas rescisórias.

### **AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO**

Enquanto as empresas não possuírem restaurante ou fornecimento de refeição, deverá fornecer a todos os seus empregados Auxílio Alimentação através de Vale Refeição, no valor de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais), subsidiando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) deste valor, percentual que não poderá sofrer redução.

É facultado às empresas efetuar, se assim se tornar necessário, recomendado ou adequado à suas operações, ou para facilidade dos empregados, o pagamento total ou parcial do Auxílio Alimentação em dinheiro.

O benefício do Auxílio Alimentação pago em dinheiro tem caráter meramente indenizatório, para todos os fins.

O benefício do Auxílio Alimentação não se caracteriza, para todos os efeitos, como salário utilidade.

## **VALE TRANSPORTE**

É facultado às empresas efetuar, se assim se tornar necessário, recomendado ou adequado às suas operações, ou facilidade dos empregados, o pagamento do Vale Transporte em dinheiro, respeitados os direitos e limites estabelecidos pela Lei 7.418 de 16.12.85, regulamentada pelo Decreto nº 95.247 de 17.01.87.

O pagamento do Vale Transporte feito em espécie não integrará o salário, por ser indispensável à prestação do serviço.

## **AUXÍLIO FUNERAL**

Ocorrendo falecimento de empregado durante o vínculo, ainda que suspenso ou interrompido, a empresa pagará aos seus beneficiários valor equivalente ao seu último salário contratual, juntamente com as demais verbas rescisórias, auxílio este com características estritamente indenizatórias.

O Auxílio Funeral não será devido quando for mantida apólice de Seguro de Vida em Grupo ou Acidente paga integralmente pela empresa.

## **REEMBOLSO CRECHE**

As empresas reembolsarão às suas empregadas mães importância equivalente a R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), mensalmente, para cada filho (inclusive adotivo) de até 06 (seis) anos, pagamento este que fica condicionado à comprovação dos gastos com internamento em creche ou instituição análoga, de livre escolha da empregada.

Será concedido o benefício na forma do *caput* aos empregados do sexo masculino que, sendo viúvos, solteiros ou separados, comprovadamente detenham a guarda do filho.

## **PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA**

As empresas com mais de 50 (cinquenta) funcionários manterão Plano de Assistência Médica, podendo ser incluída a assistência odontológica, a critério de cada empresa.

Os empregadores se obrigam a contratar o Plano de Assistência Médica cobrindo, pelo menos, 20% (vinte por cento) do custeio deste plano de cada empregado titular.

O empregado que não desejar aderir ao Plano de Saúde oferecido pela empresa deverá efetuar a sua renúncia ao benefício, por escrito, ficando, desta forma, a empresa desobrigada ao disposto nesta cláusula.

## **Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades**

### **Normas para Admissão/Contratação**

## **CLÁUSULA QUINTA - CONDIÇÕES GERAIS**

## **RESCISÕES CONTRATUAIS**

As empresas deverão proceder à competente quitação das rescisões contratuais nos prazos do art. 477 da CLT. Os pagamentos efetuados com atraso estarão sujeitos à correção monetária idêntica à prevista na legislação vigente para atualização de débitos trabalhistas.

## **CONTRATO DE EXPERIÊNCIA**

Nos casos de readmissão de empregado para a mesma função anteriormente exercida não será celebrado contrato de experiência se o empregado for readmitido num prazo inferior a 12 (doze) meses de sua demissão.

### **Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades**

#### **Estabilidade Geral**

## **CLÁUSULA SEXTA - CONDIÇÕES GERAIS**

### **BANCO DE HORAS**

Fica firmado o Banco de Horas, que permite acumular saldo de horas positivas e negativas, quer na prestação de serviços em jornadas extraordinárias de trabalho para atender necessidades contratuais de empregador, quer para atender ausências particulares de empregados.

O Banco de Horas terá como limite o total de 32h/mês positivas ou negativas, que se acumularão durante o período de 12 (doze) meses ou 01 (um) ano, findo o qual deverá ser zerado no mês subsequente, por meio do pagamento ou desconto do saldo de horas remanescentes, iniciando-se então novo período.

O excedente às 32h no mês deverá ser remunerado, se positivo, com acréscimo percentual estabelecido nesta Convenção Coletiva; ou, se negativo, descontado como hora normal, no mês seguinte ao de sua apuração.

Poderão as partes, empregado e empregador, se assim convier, negociar para que o saldo de horas possa ser transferido para outro período de apuração. Se positivo, para que possa ser compensado em correspondente período de faltas total ou parcial e na forma ordinária; ou, em se tratando de saldo negativo, para que seja descontado, também na forma ordinária, de uma só vez ou parceladamente.

Salvo as exceções previstas no Art. 61 da CLT, a jornada diária de trabalho não poderá ultrapassar o limite de 10h, compreendendo-se nesse limite a compensação do sábado, objeto da duração semanal da jornada de trabalho.

Ocorrendo rescisão contratual, as horas de saldo positivas, então existentes, serão remuneradas com o acréscimo conforme percentual estabelecido nesta Convenção, ou descontadas como horas normais, se negativas.

### **DURAÇÃO SEMANAL DO TRABALHO**

As empresas manterão, sem redução dos salários, jornada real de trabalho cuja duração será de 44 (quarenta e quatro horas) semanais.

Para os profissionais que presentemente trabalham ou venham a trabalhar fora da sede das empresas associadas, compreendendo-se aqui tanto campo, canteiro de obras e escritórios, bem como a sede de clientes, independentemente inclusive da denominação de função ou cargo que é desempenhado pelo empregado, prevalecerá a jornada de trabalho praticada no local até o limite constitucional.

As horas de ausência na duração do trabalho semanal, inclusive as pontes de feriados, poderão ser compensadas com prorrogação do horário de trabalho nos outros dias úteis, por meio da formação do Banco de Horas, na forma estabelecida nesta Convenção.

## **DISPENSA DE EMPREGADOS EM ÉPOCA DE APOSENTADORIA**

As empresas garantirão emprego ou salário aos empregados com mais de 04 (quatro) anos de trabalho na mesma empresa e que estejam a menos de 01 (um) ano do direito à aposentadoria e que, enquanto mantido o vínculo empregatício, tenham declarado, previamente, por escrito, e comprovado esta condição junto à área de Recursos Humanos. Sendo adquirido este direito, cessa a estabilidade.

Para efeito desta cláusula, entende-se como direito à aposentadoria aquela que se dá em seus prazos mínimos legais, excetuando as aposentadorias especiais.

Esta garantia não prevalecerá para os empregados demitidos por justa causa ou acordo entre as partes.

## **LICENÇA MATERNIDADE**

Em atendimento ao preceito constitucional, as empresas associadas concederão licença maternidade de 120 (cento e vinte) dias.

De acordo com a Lei nº 10.421, de 15/04/2002, que estende à mãe adotiva o direito à licença maternidade, fica estabelecido que em caso de adoção ou guarda judicial o período de gozo da licença maternidade passa a ser de 120 (cento e vinte) dias, independentemente da idade da criança.

## **GARANTIA À GESTANTE**

Será garantido emprego ou salário à empregada gestante, desde o início da gestação até 30 (trinta) dias após o término do período de afastamento compulsório, ressalvados os casos de rescisão por justa causa, término de contrato a prazo determinado, pedido de demissão e acordo entre empregados e a empresa, sendo nesses dois últimos casos com assistência do SENGE/DF.

A garantia prevista no caput é extensiva às empregadas que adotem criança com até 06 (seis) meses de idade ou que tenham abortado, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir da data da adoção, devidamente comprovada, ou da data do aborto.

## **GARANTIA AO EMPREGADO AFASTADO PELA PREVIDÊNCIA**

Fica assegurada a garantia de emprego ou salário ao empregado afastado pela Previdência Social por motivo de doença, pelo prazo de 30 (trinta) dias contados do término do afastamento.

Esta garantia será concedida por uma única vez durante a vigência desta Convenção, exceto para os casos de afastamento por cirurgia.

## **RENEGOCIAÇÃO**

Caso ocorram alterações significativas no cenário que interfiram diretamente nas regras estabelecidas na presente Convenção Coletivo e/ou alteração na legislação salarial vigente, as partes se comprometem a renegociar as condições, de modo a restabelecer o equilíbrio das relações trabalhistas.

## **AUSÊNCIAS LEGAIS**

Os empregados poderão se ausentar do serviço, sem prejuízo de seus salários e sem necessidade de compensação, pelos seguintes prazos:

- a) 02 (dois) dias corridos, por motivo de falecimento do cônjuge, pais ou filhos;
- b) 02 (dois) dias corridos, por motivo de falecimento de irmãos ou pessoas que, devidamente comprovado, vivam sob sua dependência econômica;
- c) 03 (três) dias consecutivos em caso de núpcias;
- d) 05 (cinco) dias corridos na semana em caso de nascimento de filho(a).

## **DESCONTO PROPORCIONAL DO DSR**

As empresas descontarão no DSR, na justa proporção, os dias ou horas não trabalhadas, respeitando a política de compensação praticada.

### **Disposições Gerais**

### **Outras Disposições**

## **CLÁUSULA SÉTIMA - CONDIÇÕES GERAIS**

### **CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL**

Com fundamento na decisão da Assembleia Geral Extraordinária do SENGE/DF, realizada em 30 de maio de 2023, os empregadores descontarão dos seus empregados Engenheiros e Geólogos a importância correspondente a 03% (três por cento) do salário bruto do primeiro mês subsequente ao da homologação da presente Convenção, a título de Contribuição Assistencial. Quando se tratar de empregados admitidos após a homologação desta Convenção, o desconto ocorrerá no mês seguinte ao da contratação.

As importâncias serão recolhidas pelas empresas até o 20º (vigésimo) dia do desconto na folha de pagamento e deverão ser depositadas na conta corrente 602.649-8 mantida na agência 059 do BRB – Banco de Brasília.

Imediatamente após o registro desta Convenção no Sistema Mediador as empresas deverão informar ao Engenheiro sobre o desconto salarial que irá ocorrer, sendo que aqueles trabalhadores que não concordarem com a contribuição deverão se opor junto à empresa, em documento escrito do próprio punho, em até 30 (trinta) dias da data de registro da presente Convenção, oposição essa que será comunicada ao SENGE/DF pela empresa mediante a apresentação do documento assinado pelo empregado.

A presente cobrança da Contribuição Assistencial é legal e encontra respaldo no entendimento do STF no julgamento do ARE 1018459 (Tema 935 da Repercussão Geral), no sentido da constitucionalidade das contribuições assistenciais desde que respeitado o direito de oposição, que serve de instrumento capaz de recompor a autonomia financeira do sistema sindical sem ferir a liberdade sindical de associação.

### **CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL**

Conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária do SINAENCO, de 10/05/2023, e previsto no artigo 8º, inciso IV, da Constituição Federal, combinado com o artigo 513, letra e, da Consolidação das Leis de Trabalho-CLT, o valor da contribuição, como tem ocorrido anualmente, é determinado pela classe em que se enquadra a receita operacional da empresa, de acordo com a tabela abaixo:

### **TABELA DA CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL**

#### **SINAENCO**

	<b>CLASSE VALOR CAPITAL SOCIAL (R\$)</b>	<b>VALOR DA CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL (R\$)</b>
<b>A</b>	ACIMA DE 8.100.001,00	R\$ 400,00
<b>B</b>	DE 2.700.001,00 a 8.100.000,00	R\$ 300,00
<b>C</b>	DE 900.001,00 a 2.700.000,00	R\$ 200,00
<b>D</b>	DE 100.001,00 a 900.000,00	R\$ 100,00
<b>E</b>	Até 100.000,00	R\$ 60,00
<b>F</b>	Empresas sem Empregados	R\$ 35,00

A contribuição deverá ser paga por meio de boleto bancário de uma única vez, com vencimento em até 30 (trinta) dias a contar da assinatura desta Convenção. Os valores pagos em atraso sofrerão multa de 02% (dois por cento) e juros de mora de 01% (um por cento) ao mês.

#### **DESPESAS DE VIAGENS**

As empresas se comprometem a arcar com as despesas de viagens antecipando parte destas, devendo o empregado prestar contas dentro da sistemática e prazos estipulados por essas.

Quando for utilizado o veículo de propriedade do empregado, a serviço, o valor do reembolso pelo quilômetro rodado será de pelo menos R\$ 1,00 (um real).

#### **MULTA PELO DESCUMPRIMENTO**

Fica estabelecida a multa no valor equivalente a 02% (dois por cento) do Piso Salário da Categoria, por empregado, por infração e por dia, nos casos de descumprimento das obrigações de fazer, constantes da presente Convenção Coletiva, revertendo o respectivo pagamento em favor da parte prejudicada e não podendo exceder o principal nos termos do art. 920 do Código Civil.

#### **RECICLAGEM TECNOLÓGICA (APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO)**

As empresas, de acordo com a conveniência e necessidade, proporcionarão treinamento tecnológico para os profissionais da área técnica, entendendo-se, como tal, a participação em cursos ministrados pelas próprias empresas ou por terceiros, participação em seminários, congressos técnicos ou eventos similares de interesse do setor.

As empresas divulgarão amplamente sua política de treinamento, bem como as previsões anuais de realização de cursos, eventos, seminários etc. incentivando a participação de seu corpo técnico.

As empresas incentivarão intercâmbio tecnológico de profissionais da área técnica, entre as empresas do setor.

As empresas envidarão esforços na criação de mecanismos que possibilitem a adequada inovação tecnológica do quadro técnico e a transferência de conhecimento nas várias áreas das empresas.

## **PUBLICIDADE**

As empresas concordam em divulgar, por meio de seus quadros de avisos, sob a inteira responsabilidade do SENGE/DF, informativos que tratem de interesses da Entidade, desde que sejam encaminhados formalmente para afixação, por meio do órgão de pessoal da empresa.

## **ANOTAÇÕES DE RESPONSABILIDADES TÉCNICAS**

As empresas se obrigam a efetuar o recolhimento da A.R.T. prevista na Lei 6.496, de 07/12/77, para os projetos e estudos contratados, indicando ao menos um responsável técnico, por especialidade, envolvido no projeto ou estudo. As empresas se comprometem, ainda, a fornecer no ato da rescisão do contrato de trabalho a Relação de Acervo Técnico – RAT dos trabalhos executados pelo profissional durante todo o período de vigência do vínculo empregatício. As empresas e o SENGE/DF formarão, na medida da conveniência, Comissão de Estudos em conjunto com o CREA para o esclarecimento de critérios e acompanhamento desse assunto.

## **MUDANÇA DE LOCAL**

Nos casos em que houver mudanças de endereço das empresas, estas se obrigam a estudar formas que minimizem eventuais transtornos decorrentes dessa mudança, bem como a efetuar comunicação prévia ao sindicato.

## **JUÍZO COMPETENTE**

Será competente a Justiça do Trabalho para dirimir quaisquer divergências surgidas na aplicação da presente Convenção.

}

FRANCISCO MACHADO DA SILVA  
Diretor  
SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO DISTRITO FEDERAL

EDUARDO STAHLHOEFER  
Vice-Presidente  
SIND NACIONAL EMPR ARQUITETURA E ENGENHARIA CONSULTIVA

## **ANEXOS**

### **ANEXO I - ATA ASSEMBLEIA SENGE DF**

[Anexo \(PDF\)](#)



A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

**Anexo XLV - Apêndice III - Parte 25 - Grupo 4 - 3. CBO  
Supervisor Administrativo..pdf**

Buscas

- Descrição
- Histórico de Ocupações
- Características de Trabalho
- Áreas de Atividade
- Competências Pessoais
- Recursos de Trabalho
- Participantes da Descrição
- Relatório da Família
- Relatório Tabela de Atividades
- Conversão

Fale com a CBO

Esplanada dos Ministérios  
Bloco F - CEP: 70059-900  
Brasília - DF

Central de Atendimento CBO: 158

Telefone: (61) 2031-6000

Descrição

 [Página inicial](#)

4101 :: Supervisores administrativos

Títulos

4101-05 - Supervisor administrativo

Agente administrativo supervisor, Chefe administrativo, Chefe de departamento de pessoal, Chefe de escritório, Chefe de expediente - no serviço público, Chefe de serviço de limpeza, Chefe de serviços de coordenação de contratos, Chefe de setor - exclusive no serviço público, Chefe de setor - no serviço público, Chefe de seção - no serviço público, Chefe de seção de expedição, Chefe de seção de serviços administrativos, Chefe de seção de serviços gerais - exclusive no serviço público, Coordenador administrativo, Encarregado administrativo, Encarregado de escritório - exclusive no serviço público, Encarregado de serviço - exclusive no serviço público, Subencarregado de escritório, Supervisor administrativo de escritório, Supervisor administrativo de pessoal, Supervisor administrativo interno, Supervisor de administração, Supervisor de administração e arquivo técnico, Supervisor de seção de serviços gerais

Descrição Sumária

Supervisionam rotinas administrativas em instituições públicas e privadas, chefiando diretamente equipe de escriturários, auxiliares administrativos, secretários de expediente, operadores de máquina de escritório e contínuos. Coordenam serviços gerais de malotes, messageiros, transporte, cartório, limpeza, terceirizados, manutenção de equipamento, mobiliário, instalações etc; administram recursos humanos, bens patrimoniais e materiais de consumo; organizam documentos e correspondências; gerenciam equipe. Podem manter rotinas financeiras, controlando fundo fixo (pequeno caixa), verbas, contas a pagar, fluxo de caixa e conta bancária, emitindo e conferindo notas fiscais e recibos, prestando contas e recolhendo impostos.

Esta família não compreende

3513 - Técnicos em administração

4102 - Supervisores de serviços financeiros, de câmbio e de controle

## **Anexo XLVI - Apêndice XI - Declaração da Licitante.pdf**



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETÁRIA-GERAL – SG**

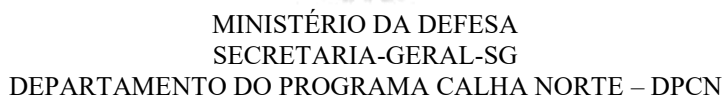
**ANEXO XI - DECLARAÇÃO DO LICITANTE**

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, situada, (endereço completo), por intermédio de seu Representante Legal, o(a) Sr.(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, em atendimento ao previsto no Edital de Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, declara sob as penalidade da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a Administração Central do Ministério da Defesa – AC/MD.

Brasília (DF), \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Representante ou Preposto da Empresa

## **Anexo XLVII - Apêndice XIII - Relatório de Viagem.pdf**



## IDENTIFICAÇÃO

Empresa:		Nº do Contrato:	
Nome do Preposto:			
Nome do Colaborador:			
CPF:		Função:	
Seção:			
IDENTIFICAÇÃO DA MISSÃO			
Destino(s):		Nº da Ordem de Serviço:	
Data de Saída:		Data de Chegada:	

	Relatório de Atividades		Bilhetes de Embarque		Relatório Fotográfico		Ata		Outros
--	-------------------------	--	----------------------	--	-----------------------	--	-----	--	--------

[illegible]

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO COLABORADOR

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO PREPOSTO DA EMPRESA

### AVALIAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA MISSÃO

	SIM	NÃO
O colaborador cumpriu com as metas dos serviços estabelecidos para a missão?		
O colaborador atendeu com as demandas requisitadas em missão?		
Os serviços do colaborador foram prestados de maneira regular e satisfatória?		

Observações (opcional):

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO CHEFE DA MISSÃO

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### AVALIAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO TÉCNICA DO CONTRATO

	SIM	NÃO
Na avaliação realizada, o referido colaborador cumpriu quantitativamente com os serviços realizados fora de sede?		
Na avaliação realizada, o referido colaborador cumpriu qualitativamente com os serviços realizados fora de sede?		
Houve alguma intercorrência nos serviços prestados pelo colaborador?		

Observações (opcional):

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO FISCAL TÉCNICO

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_